

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA
DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 42.278.473/0001-03

NIRE nº 53.300.007.241

Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar
Asa Norte, CEP 70701-000, Brasília, Distrito Federal

44.444.445 Ações Ordinárias

Valor Total da Oferta: R\$508.000.006,35

Código CVM nº 2359-0

Código ISIN nº BRPARCNCOR3

Código de negociação na BM&FBOVESPA: "PARC3"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação
estará situado entre R\$11,25 e R\$11,60, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa indicativa.

A FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. ("Companhia"), FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ("FENAE"), ÉVORA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Évora FIP") e ALGARVE, LLC ("Algarve"), e, em conjunto com FENAE e Évora FIP, os "Acionistas Vendedores", estão realizando uma oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 44.444.445 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

As Ações serão ofertadas no Brasil, em mercado de balcão não organizado, a ser realizada pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), Banco J.P. Morgan S.A. ("Agente Estabilizador" ou "J.P. Morgan"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e, em conjunto com Coordenador Líder, J.P. Morgan, BTG Pactual e Credit Suisse, "Coordenadores da Oferta", com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas") e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta", observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado"). Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações pelo Bradesco Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, BTG Pactual US Capital LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC e Itaú BBA USA Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas, (i) nos Estados Unidos da América junto a investidores que sejam (a) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e (b) compradores qualificados (*qualified purchasers*) conforme definido no artigo 2(a)(51) do *Investment Company Act* de 1940, conforme alterado; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, editado pela SEC e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes aos itens "i" e "ii" acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados (A) pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), e (B) pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015 ("Instrução CVM 560") ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 10% (dez por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 4.444.445 Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, sendo 888.889 Ações de titularidade do Évora FIP e 3.555.556 Ações de titularidade da Algarve, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pelo Évora FIP e pela Algarve ao Agente Estabilizador, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de intervenientes-antes, a BM&FBOVESPA e o Banco Bradesco S.A. ("Contrato de Distribuição"), as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações do Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Évora FIP e da Algarve tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta no momento em que for fixado o Preço por Ação. Adicionalmente, não haverá a possibilidade de colocação de ações adicionais prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações será aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. Os Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) que aderirem a Oferta de Varejo (conforme definido neste Prospecto) e o Gávea (conforme definido neste Prospecto) não participarão do Procedimento de Bookbuilding, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Preço por Ação	11,43	0,40	11,43
Total Oferta	508.000.006,35	17.780.000,22	508.000.006,35

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,43, que é o ponto médio da faixa de preços indicada acima, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(2) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(3) Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.

A realização da Oferta foi aprovada (i) pela FENAE, em ata da Reunião de Diretoria Executiva da FENAE, realizada em 2 de setembro de 2014 ("RDE da FENAE"), nos termos do seu estatuto; e (ii) pelo Évora FIP, em Assembleia Geral de Cotistas do Évora FIP realizada em 13 de outubro de 2014, nos termos do seu regulamento. Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.

O Preço por Ação será aprovado em Assembleia Geral de Cotistas do Évora FIP a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) e a concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do seu regulamento. Não há necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação (i) pela FENAE, uma vez que a RDE da FENAE delegou ao Diretor Presidente da FENAE os poderes para aprovação do Preço por Ação após o encerramento do Procedimento de Bookbuilding; e (ii) pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admissível o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto) das Ações.

A Oferta foi registrada pela CVM em [] de [] de 2015, sob o nº CVM/SRE/SEC/2015/[].

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da nossa situação financeira, de nossas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À NOSSA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 23 E 80, RESPECTIVAMENTE DESTES PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DESCRITAS, RESPECTIVAMENTE, NAS PÁGINAS 330 E 344 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

 A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta



Bradesco BBI

Coordenador Líder

J.P.Morgan

Agente Estabilizador



CREDIT SUISSE



A data deste Prospecto Preliminar é 13 de maio de 2015

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO	10
SUMÁRIO DA COMPANHIA	12
Visão Geral.....	12
Nossos Negócios	14
Nossos Produtos	16
Principais indicadores financeiros e operacionais	18
Nossas Vantagens Competitivas	19
Nossa Estratégia	22
Principais fatores de risco relativos à nossa Companhia	23
Nossa Estrutura Societária	25
Eventos Recentes	26
Informações Adicionais	26
SUMÁRIO DA OFERTA	27
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES, OS CONSULTORES E OS AUDITORES	40
Declarações de Veracidade das Informações	41
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	42
Composição do nosso Capital Social	42
Acionistas da Companhia	42
Acordos de Acionistas.....	43
Mecanismos de Dispersão de Participação Acionária.....	44
Identificação dos Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas pelos Acionistas Vendedores e Recursos Líquidos da Oferta	44
Descrição da Oferta	45
Aprovações Societárias	46
Preço por Ação.....	46
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta e Controle.....	47
Custos de Distribuição	47
Público Alvo.....	48
Procedimento da Oferta	48
Não admissão de distribuição parcial das Ações	48
Oferta de Varejo	49
Oferta Institucional	51
Prazos da Oferta	52
Liquidação	52
Cronograma Tentativo da Oferta	53
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional	54
Regime de Distribuição das Ações	55
Estabilização do Preço das Ações.....	55
Restrições à negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	56
Características das Ações	57
Instituição Escrituradora das Ações.....	57
Negociação das Ações e Informações sobre a Companhia	58
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	58
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	59
Inadequação da Oferta	59
Acordo de Investimento do Gávea.....	59
Violações de Norma de Conduta	61

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta.....	61
Informações Adicionais	63
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS	66
Bradesco BBI	66
J.P. Morgan.....	67
BTG Pactual.....	68
Credit Suisse.....	70
Itaú BBA	72
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E OS COORDENADORES	74
Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder	74
Relacionamento entre Nós e o J.P. Morgan.....	75
Relacionamento entre Nós e o BTG Pactual	75
Relacionamento entre Nós e o Credit Suisse.....	76
Relacionamento entre Nós e o Itaú BBA	76
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan.....	78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.....	78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse.....	79
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA.....	79
FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA.....	80
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	87
CAPITALIZAÇÃO	88
DILUIÇÃO	89
ANEXOS	91
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....	95
ANEXO B ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAE REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA	123
ANEXO C ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....	129
ANEXO D MINUTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO.....	133
ANEXO E DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA	137
ANEXO F DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 31 DE MARÇO DE 2015, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	149
ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	195
ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	251
ANEXO I FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	309

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, conforme aplicável, salvo referência diversa.

Acionistas Controladores	Par Participações, FENAE, Caixa Seguros Holding, Algarve e Évora FIP, considerados em conjunto, que integram a definição de acionistas do bloco de controle do Acordo de Acionistas Original e do Acordo de Acionistas Pós-Oferta.
Acionistas Vendedores	FENAE, Évora FIP e Algarve, considerados em conjunto.
Acordo de Acionistas Original	Acordo de Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A., datado de 2 de maio de 2013, conforme aditado e consolidado em 3 de outubro de 2014, pelos Acionistas Controladores, Boxters e Astúrias FIP, com a interveniência da nossa Companhia e da Caixa Seguradora, o qual será rescindido de pleno direito mediante a obtenção do registro da Oferta junto à CVM e a divulgação do Anúncio de Início.
Acordo de Acionistas Pós-Oferta	Acordo de Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A., datado de 3 de outubro de 2014, celebrado entre os Acionistas Controladores, Boxters e Astúrias FIP, com interveniência da nossa Companhia da Caixa Seguradora, cuja eficácia está condicionada à obtenção do registro da Oferta junto à CVM e a divulgação do Anúncio de Início.
Acordo de Investimento	Acordo de Investimento celebrado em 13 de maio de 2015 entre os Acionistas Vendedores e o Gávea (conforme definido neste Prospecto).
Acordo de Voto	Acordo de Voto celebrado entre a Par Participações e Astúrias FIP, em 3 de outubro de 2014 e arquivado em nossa sede.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>)	Todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelos Acionistas Controladores, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.
AGC do Évora FIP	Assembleia Geral de Cotistas do Évora FIP realizada em 13 de outubro de 2014, nos termos do seu regulamento.
Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, BTG Pactual US Capital LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC e Itau BBA USA Securities, Inc.

Agente Estabilizador	Banco J.P. Morgan S.A.
Algarve	Algarve, LLC.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Astúrias FIP	Astúrias Fundo de Investimento em Participações.
Auditores Independentes ou PwC	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Boxters	Boxters, LLC.
BR GAAP ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CAGR	Sigla em inglês para <i>Compound Annual Growth Rate</i> (em português, Taxa Composta de Crescimento Anual), que significa taxa média anual de crescimento em um determinado período.
CAGR₁₁₋₁₄	CAGR entre os períodos de 2011 a 2014.
Caixa	Caixa Econômica Federal.
Caixa Seguradora	Caixa Seguradora S.A.
Caixa Seguros Holding	Caixa Seguros Holding S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.

Cláusula Compromissória	A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Companhia ou Par Corretora	FPC Par Corretora de Seguros S.A.
Conselheiro Independente	É o membro do Conselho de Administração que atende aos seguintes requisitos, conforme Regulamento do Novo Mercado: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada aos Acionistas Controladores (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, dos Acionistas Controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Serão considerados ainda Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal da Companhia.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, de outro lado, a Companhia e os Acionistas Controladores, contendo disposições relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, desde que o valor das ações em circulação de emissão da Companhia imediatamente após a Oferta não seja inferior a R\$500 milhões.
Coordenador Líder ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Itaú BBA, quando referidos em conjunto.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Derivativos	Títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia.
Diretoria	Diretoria da Companhia.
Dividendos (pay out)	Consiste na divisão (i) do valor dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos e provisionados para pagamento no exercício, pelo (ii) lucro líquido da controladora apurado no respectivo exercício social.
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólar norte-americano ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos da América.

EBITDA	Sigla em inglês para <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> (em português, Resultado Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), consiste no lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Calculamos o EBITDA de acordo com os termos da Instrução CVM 527. Entendemos que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do nosso desempenho financeiro, bem como da nossa capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com nossas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às nossas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, acreditamos que o EBITDA fornece uma medida útil de nosso desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete nossa real geração de caixa e não deve ser usado como tal. Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item “3.2 Medições não contábeis” do Formulário de Referência para a reconciliação de nosso EBITDA com nossas demonstrações financeiras.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
Évora FIP	Évora Fundo de Investimento em Participações.
FENAE	Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, elaborado de acordo com a Instrução CVM 480, conforme alterada.
Gávea	GIF V PIPE e/ou outra entidade afiliada da Gávea Investimentos Ltda.
GIF V PIPE	GIF V PIPE Fundo de Investimento em Participações.
Governo Federal, União ou União Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFRS	Sigla em inglês para <i>International Financial Reporting Standards</i> (em português, Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) conforme emitido pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB.
Índice BM&FBOVESPA ou Ibovespa	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica composta pelas ações mais negociadas na BM&FBOVESPA representando 80% do número de negócios e do volume financeiro verificados no mercado à vista da BM&FBOVESPA e 70% do somatório da capitalização em bolsa das empresas listadas na BM&FBOVESPA. O Ibovespa é constituído a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
IOF/Câmbio	Imposto sobre operações financeiras de câmbio.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instituição Escriuradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 391	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
Instrução CVM 554	Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCDF	Junta Comercial do Distrito Federal.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 4131	Lei nº 4131, de 3 de setembro de 1962, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lucro Líquido	O lucro líquido do período gerado pela receita de prestação de serviços do mesmo período.
Margem EBITDA	Consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida da prestação de serviços do período.
Margem Líquida	Consiste na divisão do Lucro dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional.
Par Participações	Par Participações S.A.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
RDE da FENAE	Reunião de Diretoria Executiva da FENAE realizada em 2 de setembro de 2014, nos termos do seu estatuto.
Regra 114A	Rule 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento de Listagem do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.
Regulamento S	<i>Regulation S</i> editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.

SEC	<i>Securities and Exchange Commission.</i>
SNSP	Sistema Nacional de Seguros Privados.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-Up</i>	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
US GAAP	Princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	FPC Par Corretora de Seguros S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.278.473/0001-03 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCDF, sob o NIRE 53.300.007.241.
Registro na CVM	A Companhia obteve o registro de companhia aberta perante a CVM, concedido em 11 de maio de 2015, sob o nº 2359-0.
Sede	Localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. João Domingos Martins Villas. O telefone do departamento de relações com investidores é (+55 61) 3426-9500 e o e-mail é ri@parcorretora.com.br .
Registro de Companhia Aberta	Registro de companhia aberta categoria A, concedido pela CVM sob o nº 2359-0, em 11 de maio de 2015.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Instituição Escrituradora	A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão negociadas no segmento especial de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, sob o código "PARC3" e sob o ISIN "BRPARCACNOR3".
Jornais nos quais divulgamos informações	As publicações realizadas por nós em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Distrito Federal e no Jornal de Brasília.
Sites na Internet	www.parcorretora.com.br/ri . As informações constantes do nosso <i>website</i> não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro que estão sujeitas a riscos e incertezas principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” nas páginas 23 e 80 deste Prospecto, respectivamente, e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 309. Declarações de natureza hipotética baseadas em ou relativas a eventos ou condições futuras, ou que incluam palavras, tais como “acredita”, “compreende”, “pode”, “poderia”, “busca”, “estima”, “irá”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares são utilizadas neste Prospecto para identificar estimativas e informações prospectivas e não consistem em garantia de desempenho futuro.

As estimativas e informações prospectivas inseridas neste Prospecto têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que podem afetar os negócios da nossa Companhia. Diversos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- alterações em nossa exclusividade para comercialização de produtos de seguros da Caixa Seguradora, que por sua vez, possui exclusividade para venda de seguros nos canais de distribuição da Caixa;
- a implementação das nossas principais estratégias de negócio e nossa habilidade para manter ou melhorar nosso desempenho;
- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo flutuações nas taxas de câmbio, de juros e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;
- alterações regulatórias dos setores em que atuamos;
- nosso nível de capitalização, incluindo o nível de endividamento e alavancagem;
- custos e disponibilidade de financiamento;
- cumprimento de quaisquer regulamentações governamentais, inclusive fiscais, trabalhistas, concorrenciais, previdenciárias, bem como leis e regulamentos ambientais existentes no Brasil;
- processos judiciais e/ou administrativos em que somos ou nos tornarmos parte;
- altos níveis de inflação ou deflação;
- outras declarações contidas neste Prospecto que não são históricas; e
- **outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e Riscos Relacionados às Ações” nas páginas 23 e 80 deste Prospecto, respectivamente, e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 309.**

A lista acima não pretende exaurir todas as estimativas e perspectivas sobre o futuro. Quaisquer estimativas e perspectivas sobre o futuro são baseadas em convicções, presunções e expectativas de desempenho futuro, em face das informações que nos foram disponibilizadas. Estas estimativas são apenas previsões baseadas em nossas expectativas e atuais projeções sobre eventos futuros. Existem fatores importantes que podem fazer com que os nossos resultados, níveis de atividade, desempenho ou realizações sejam materialmente distintos dos resultados, nível de atividade, desempenho ou realizações expressos ou implícitos nas declarações prospectivas.

Estimativas e perspectivas sobre futuro não deverão ser entendidas como previsões de eventos futuros. Apesar de acreditarmos que as expectativas refletidas nas estimativas e perspectivas sobre futuro sejam razoáveis, não podemos garantir que os futuros resultados, níveis de atividade e desempenho, bem como eventos e circunstâncias refletidos nas estimativas serão alcançados ou irão ocorrer. Salvo quando exigido por lei, não assumimos nenhuma obrigação de atualizar publicamente quaisquer estimativas ou perspectivas sobre futuro, por qualquer razão, após a data deste Prospecto, para conformar estas declarações aos resultados reais ou mudanças em nossas expectativas.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DE NOSSAS INFORMAÇÕES. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE NOSSA COMPANHIA ESTÃO NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 309. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. ESTE SUMÁRIO CONTÉM UM RESUMO DAS NOSSAS ATIVIDADES E DAS NOSSAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS, NÃO PRETENDENDO SER COMPLETO NEM SUBSTITUIR O RESTANTE DESTE PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. ESTE SUMÁRIO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE TODO ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO” E “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA”, NAS PÁGINAS 10 E 23 DESTE PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES “INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS”, “FATORES DE RISCO” E “COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, RESPECTIVAMENTE, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO NA PÁGINA 309, ALÉM DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO, OS TERMOS “NÓS”, “NOS”, “NOSSOS/NOSSAS” E “COMPANHIA” REFEREM-SE À FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. E SUAS CONTROLADAS E SUBSIDIÁRIAS.

Visão Geral

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. (“Caixa Seguradora”), uma das operações de seguros de *bancassurance*¹ que mais crescem no Brasil², e operamos com exclusividade para corretagem dos produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcios, comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal (“Caixa”), indiretamente um dos principais acionistas da Caixa Seguradora e o segundo maior banco do Brasil em saldo de operações de crédito e arrendamento mercantil³. Possuímos acesso exclusivo para venda de seguros da Caixa Seguradora a uma base composta por 78,3 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 2,1 milhões de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2014.

Ao longo dos nossos mais de 40 anos de atuação, fomos capazes de acumular experiência na comercialização de seguros, contando com plataformas integradas de canais de relacionamento e venda. Atuamos em todo território nacional com atendimento especializado que confere maior acesso e agilidade aos nossos clientes. O canal de distribuição a que temos acesso é composto por 3.391 agências da Caixa, 13.250 agências lotéricas, 18.211 correspondentes bancários e 572 co-corretores em 31 de dezembro de 2014, além de *contact centers (call centers & internet)*. Além de nossa experiência, nossa atuação é respaldada pela credibilidade da marca “Caixa”, uma das marcas mais valiosas do mundo no quesito instituições financeiras, segundo *ranking* divulgado em 2014 pela consultoria britânica *Brand Finance*.

Registramos um CAGR₁₁₋₁₄ de 26,3% de nossa receita bruta de prestação de serviços e contribuimos com o forte crescimento de nossos parceiros: (i) a Caixa Seguradora, que apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 21,0% do valor de prêmios de seguro emitidos, segundo dados da SUSEP; e (ii) da própria Caixa, que registrou um CAGR₁₁₋₁₄ de 10,2% do número de clientes pessoas físicas e jurídicas e 33,7% de sua carteira de crédito ampliada⁴.

¹ *Bancassurance*, também conhecido como *bank insurance* ou bancasseguros, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros.

² Considerando valor de prêmios diretos entre dezembro de 2011 e dezembro de 2014, excluindo previdência, capitalização e consórcio, conforme dados divulgados pela SUSEP.

³ Fonte: Banco Central do Brasil em 30 de novembro de 2014.

⁴ Fonte: *Press Release* da Caixa sobre 4º trimestre de 2014, divulgado em 12 de fevereiro de 2015.



(1) Considera a carteira de crédito ampliada da Caixa, que inclui garantias prestadas e títulos e valores mobiliários privados.

(2) Considerando prêmios diretos conforme divulgado pela SUSEP e não inclui Saúde, Previdência, Consórcio, Capitalização e Prêmios de Seguros DPVAT.

Atuando com a corretagem de seguros, nos beneficiamos da expansão do setor de seguros no Brasil (CAGR₁₁₋₁₄ de 13,2%⁵), e, como corretor exclusivo da Caixa Seguradora, particularmente do crescimento ainda acelerado dos negócios da Caixa Seguradora, com base em um modelo de negócios isento de riscos atuariais e que não possui requerimentos regulatórios de capital mínimo para crescer. Além disso, devido ao nosso modelo de negócios com baixa necessidade de ativos, demandamos baixos níveis de investimentos em capital fixo para suportar nosso crescimento. Acreditamos que tais características, associadas a uma gestão operacional eficiente, representam uma oportunidade de crescimento, expansão de margens e geração de valor aos nossos acionistas, principalmente por meio do aumento da penetração na base de clientes da Caixa a que temos acesso exclusivo para comercialização de seguros da Caixa Seguradora, que hoje consideramos baixa. Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos índices de penetração em clientes da Caixa de 2,9%, 0,5% e 0,2%⁶ em seguros Vida, Residencial e Auto, respectivamente, comparado a índices de 7,3%⁷, 1,1% e 4,7%, respectivamente, para BB Seguridade no mesmo período.

Acreditamos que o nosso desempenho recente está principalmente relacionado às mudanças em nossa estrutura de controle ocorrida no final de 2012, que proporcionou um alinhamento societário e de interesses comerciais que contribuíram para geração de valor e expansão dos nossos negócios. Os principais acionistas que compõem nosso bloco de controle, constituído por meio de um acordo de acionistas, são: (i) FENAE, que, na qualidade de associação de funcionários, nos aproxima dos colaboradores da Caixa, desempenhando papel relevante na operação da venda de seguros de *bancassurance*; (ii) pelos acionistas da Caixa Seguradora, e indiretamente pela Caixa, nossos principais parceiros comerciais, tanto na estruturação de produtos e na emissão das apólices, quanto na viabilização dos nossos principais canais de venda; e (iii) pela GP Investments, uma companhia líder em investimentos alternativos na América Latina⁸, que contribui com a profissionalização e aumento na qualidade de gestão dos nossos negócios. Como resultado deste esforço conjunto e alinhamento, nossos resultados vêm evoluindo de forma expressiva nos últimos quatro exercícios sociais: enquanto nossa Margem EBITDA passou de 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 43,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e apresentou CAGR₁₁₋₁₄ de 44,9% (no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossa Margem EBITDA foi de 51,0%, comparado a Margem EBITDA de 39,4% no mesmo período de 2014). Nossa Margem Líquida passou de 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para 15,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, depois para 29,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e, finalmente, para 31,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um CAGR₁₁₋₁₄ de 66,4% (no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossa Margem Líquida foi de 35,6%, comparado a Margem Líquida de 29,4% no mesmo período de 2014).

⁵ Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização e consórcio, e incluindo seguro DPVAT, com relação aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

⁶ O índice de penetração é obtido por meio da divisão do número de itens segurados pelo tamanho da base de clientes pessoas físicas da Caixa.

⁷ Último dado disponível (Prospecto Definitivo da Oferta Pública da BB Seguridade – maio 2013).

⁸ Fonte: GP Investments.

Nossos Negócios

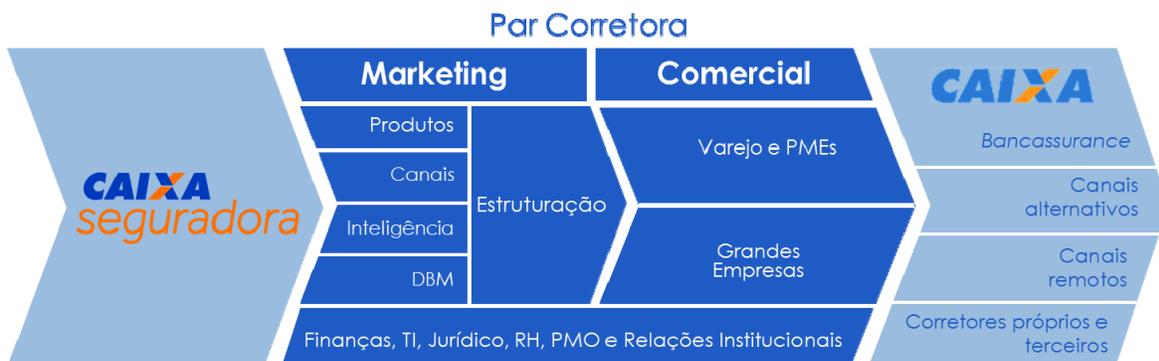
Somos a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora nos canais da Caixa e atuamos como um elo estratégico entre as duas instituições. Desempenhamos um papel preponderante na definição da estratégia de venda de seguros; na estruturação de novos produtos e canais e no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

Nosso modelo de atuação envolve as seguintes atividades:

- **Com a Caixa Seguradora:** atuamos na estruturação de produtos e avaliação de canais de venda, além de participar em discussões de planos de negócio e orçamento. Participamos do planejamento de *marketing*, que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de *marketing* com um profundo conhecimento de gestão de ambientes informacionais de grande complexidade (*big data*); e
- **Com a Caixa:** atuamos na venda direta e também no suporte comercial às atividades de vendas de seguros da Caixa Seguradora nas agências da Caixa (canal onde somente são comercializados produtos de seguros da Caixa Seguradora), bem como na gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Somos uma empresa que conta com uma sólida estrutura comercial e recebemos comissões pelas vendas de seguros em quatro canais: (i) canais locais (agências bancárias da Caixa), (ii) canais remotos (*call center* e *webchat*), (iii) canais alternativos (correspondentes bancários e lotéricas), e (iv) corretores próprios e co-corretores (corretores empregados e empresas de corretagem associadas a nós na comercialização de produtos para clientes corporativos, principalmente seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em grupo).

Figura 1: Modelo de atuação



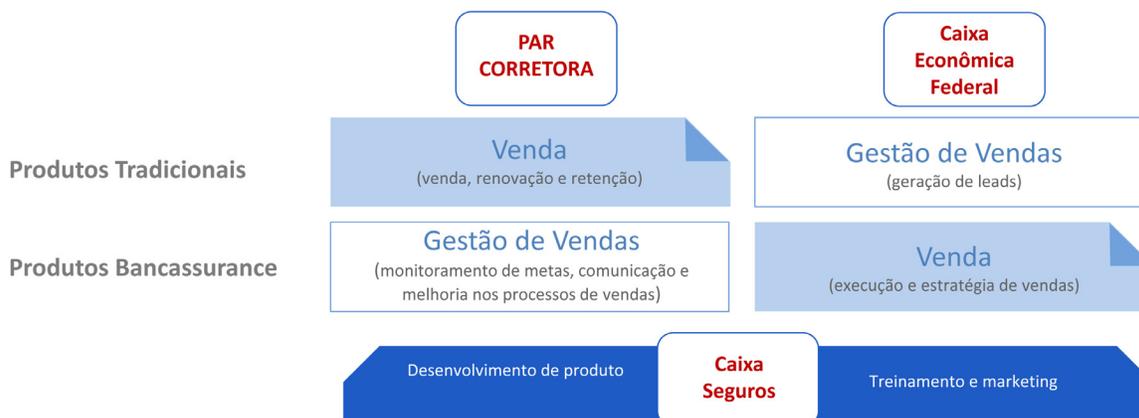
Com o intuito de trazer maior alinhamento frente ao ambiente de seguros da Caixa, da nossa Companhia e da Caixa Seguradora, foram criados três comitês não-estatutários:

Comitês	Composição	Reunião	Escopo do trabalho
Comitê estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor presidente da Companhia • Presidente da Caixa Seguradora • Vice-presidente de rede da Caixa • Diretor de seguros da Caixa • Vice-presidente de negócios emergentes da Caixa 	Trimestral	Obtenção de maior alinhamento acerca da estratégia de comercialização de seguros, definição da priorização dos principais projetos em andamento, monitoramento dos principais indicadores de performance e validação do plano de negócios anual de venda de seguros.
Comitê de produtos e canais	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor de marketing da Companhia • Diretor de marketing da Caixa Seguradora • Diretor de seguros da Caixa 	Bimestral	Estruturação e lançamento de novos canais e produtos, planejamento e modelagem de novas iniciativas comerciais, gestão da mudança (<i>change management</i>) e acompanhamento da performance comercial por produto e canal.
Comitê comercial	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Comercial da Companhia • Diretor Comercial da Caixa Seguradora • Diretor de rede da Caixa • Diretor de seguros da Caixa 	Mensal	Acompanhamento detalhado das metas de vendas por canal e por agência (no caso do balcão da Caixa), gestão das principais campanhas de vendas e demais iniciativas comerciais e estruturação a nossa equipe de vendas (metas, incentivos, prioridades, treinamento, etc.).

Dinâmica Comercial da Venda de Seguros

Produtos de *bancassurance* possuem maior aderência aos canais habituais de comercialização de produtos bancários, principalmente agências e correspondentes bancários. Produtos tradicionais de seguros, por sua vez, complementam o portfólio dos bancos e dependem de esforços ativos de venda em canais que vão além das agências e correspondentes bancários. Nossa atuação comercial se dá de forma distinta para os diferentes tipos de produtos:

Atuação da Par Corretora em relação à dinâmica de seus diferentes canais de vendas



Produtos de Bancassurance

Produtos de *bancassurance* são aqueles em que a intenção de compra do seguro pelo cliente surge durante a concretização de uma transação bancária com o banco. Por esta razão, a Caixa possui um papel relevante no momento da venda. Nesses casos, somos responsáveis pela gestão de vendas nas agências da Caixa através de nossa equipe de vendas com atuação nacional, enquanto a Caixa é responsável por executar a venda, oferecendo um produto de seguro adequado às necessidades de seu cliente considerando as características de cada transação bancária. São produtos como: seguro Vida, Prestamista, Residencial, Habitacional, Multi-risco Empresarial, e de outros produtos como previdência, capitalização e consórcio. As principais atribuições da nossa equipe de gestão de vendas são: (i) acompanhamento diário de vendas; (ii) mobilização das agências, buscando comprometer um maior número de funcionários com a venda de seguros; e (iii) implementação contínua de melhorias e customização dos sistemas utilizados na venda de seguros, automatizando processos e conferindo maior agilidade nas transações.

Produtos Tradicionais

Os produtos tradicionais de seguros são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior a sua relação com o canal de vendas. São produtos como: seguro Saúde, Auto, Riscos Especiais, entre outros. Nestes casos, diferente do que ocorre na comercialização dos produtos de *bancassurance*, possuímos papel predominante na execução da venda, utilizando diversos canais para executar nossa estratégia comercial, enquanto a Caixa fica responsável pela realização do suporte à venda do produto de seguro, contribuindo, ainda, com a geração de indicações oportunidades de negócio.

Nossos Produtos

A tabela abaixo apresenta uma segregação da nossa receita bruta de prestação de serviços por produtos que comercializamos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014:

Receita Bruta de Prestação de Serviços por Produto	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					Período de três meses encerrado em 31 de março de		Δ 2014x2015
	2011	2012	2013	2014	CAGR ₁₁₋₁₄	2014	2015	
	(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)							
Vida	74.904	79.915	109.593	113.278	14,8%	25.561	28.439	11,3%
Habitacional	17.647	30.411	39.511	64.712	54,2%	11.604	26.751	130,5%
Prestamista	3.913	7.069	15.745	25.072	85,7%	4.449	11.752	164,1%
Residencial	13.386	11.759	12.763	17.396	9,1%	3.306	5.066	53,2%
Multi-Risco Empresarial	5.502	6.462	8.512	12.256	30,6%	2.266	3.519	55,3%
Bancassurance	115.352	135.616	186.124	232.714	26,4%	47.186	75.527	60,1%
Riscos Especiais	7.362	4.242	9.867	19.535	38,4%	2.863	5.753	100,9%
Saúde	4.373	3.662	8.019	14.225	48,2%	3.210	2.818	(12,2%)
Auto	9.710	9.245	11.270	13.949	12,8%	3.272	4.026	23,0%
Produtos Tradicionais	21.445	17.149	29.156	47.709	30,5%	9.345	12.597	34,8%
Outros Produtos	10.297	13.507	16.351	16.102	16,1%	3.679	3.641	(1,0%)
Total	147.094	166.272	231.631	296.525	26,3%	60.210	91.765	52,4%

Vida

Atualmente é o produto com maior relevância em nossa receita, representando 31,0% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (38,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014). O seguro Vida possui grande importância no modelo de *bancassurance*, com grande potencial de crescimento na base de clientes da Caixa, que atualmente se encontra subpenetrada, conforme evidenciado pelos índices de penetração na carteira de clientes quando comparado aos principais concorrentes no mercado de seguros, na tabela a seguir:

Seguro Vida (em 31 de dezembro de 2014)	Número de vidas seguradas	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes⁽¹⁾
	(em milhões, exceto se indicado de outra forma)		
Caixa Seguradora	2,2	76,1	2,9%
Bradesco Seguros	6,2	85,6 ⁽²⁾	7,2%
BB Seguridade	4,5 ⁽³⁾	61,6	7,3%

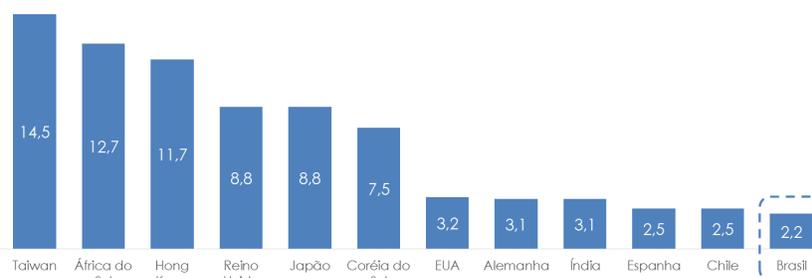
⁽¹⁾ Razão entre o número de vidas seguradas e a quantidade de clientes pessoas físicas.

⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

⁽³⁾ Último dado disponível (Prospecto Definitivo da Oferta Pública da BB Seguridade – maio/2013).

O seguro Vida no mercado brasileiro apresentou forte crescimento (CAGR₁₁₋₁₄ de 10,3%⁹), porém ainda é menos representativo no Brasil quando comparado com a média mundial (prêmio de seguros de vida sobre o mercado total de seguros) de 6,3%, de acordo com a Swiss Re.

Prêmio de Seguros de Vida / PIB⁽¹⁾ (% , 2013)



⁽¹⁾ Fonte: Swiss Re – Sigma N 3/2014.

Habitacional

Essa modalidade de seguros é essencial para viabilizar a concessão de crédito habitacional e é obrigatório no ato da compra de imóveis através do Sistema Financeiro de Habitação. É composto por dois tipos de cobertura: (i) seguro de morte ou invalidez permanente; e (ii) danos físicos ao imóvel. A receita de comissão com seguro Habitacional representa um grande diferencial estratégico para nós, uma vez que o longo prazo de permanência dos clientes em carteira de, em média, 18,5¹⁰ anos, faz com que vendas passadas tenham maior relevância do que as novas vendas em termos de receita, proporcionando, assim, uma maior previsibilidade das mesmas e garantindo geração de fluxo de caixa a longo prazo.

Prestamista

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do financiamento, incluindo linhas de crédito consignado, pessoal, cartão de crédito, cheque especial, financiamento de veículos, entre outros, que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada. Este seguro representa uma importante garantia tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a pessoa inválida ou os ativos do falecido tenham que arcar com a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro.

Residencial

O seguro Residencial garante a proteção da residência através de uma indenização por perdas materiais como roubo ou incêndio. O ambiente da Caixa representa grande potencial de crescimento para o seguro Residencial, uma vez que o banco está fortemente associado ao crédito habitacional, sendo líder de mercado em crédito habitacional, com uma carteira de R\$339,8 bilhões em 31 de dezembro de 2014, segundo dados da própria Caixa. Por se tratar de um produto com renovação anual, ele gera receitas de comissões anuais e mantém um relacionamento de longo prazo com o cliente.

⁹ Considerando o valor dos prêmios de seguro de vida e acidentes pessoais emitidos, segundo dados da SUSEP.

¹⁰ Fonte Caixa. Refere-se ao prazo médio da carteira remanescente em 28/02/2014.

Acreditamos que o seguro Residencial ainda está em estágio inicial de desenvolvimento no Brasil, uma vez que em países como os Estados Unidos, Inglaterra e Chile, aproximadamente 85% das residências são seguradas, enquanto no Brasil este percentual é de aproximadamente 10% em 2012, segundo dados públicos de mercado. Os índices de penetração na carteira de clientes pessoas físicas da Caixa em 31 de dezembro de 2014, evidenciam o potencial de crescimento também na comercialização de produtos residenciais:

Seguro Residencial (em 31 de dezembro de 2014)	Número de residências seguradas	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes⁽¹⁾
(em milhões, exceto se indicado de outra forma)			
Caixa Seguradora	0,4	76,1	0,5%
Bradesco Seguros	1,5	85,6 ⁽²⁾	1,8%
BB Seguridade	0,6	61,6	1,1%

⁽¹⁾ Razão entre o número de itens segurados e a quantidade de clientes pessoas físicas.

⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

Auto

A nossa atuação comercial na venda do seguro Auto contribui de forma relevante para sustentar os níveis de crescimento deste produto para a Caixa Seguradora, uma vez que a compra do seguro Auto pelo cliente ocorre, na maior parte das vezes, fora dos canais de *bancassurance*. Desta forma, nossas centrais remotas possuem um papel estratégico na venda e renovação do seguro Auto. Além disso, é um produto que traz potencial de *cross-selling* com outros produtos patrimoniais, bem como gera um relacionamento de longo prazo e oportunidades comerciais com o cliente.

Atualmente, os níveis de penetração de seguro Auto na base de clientes da Caixa são inferiores às médias de mercado, evidenciando o potencial de crescimento neste produto, conforme demonstrado a seguir:

Seguro Auto (em 31 de dezembro de 2014)	Número de automóveis segurados	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes⁽¹⁾
(em milhões, exceto se indicado de outra forma)			
Caixa Seguradora	0,2	76,1	0,2%
Bradesco Seguros	1,7	85,6 ⁽²⁾	2,0%
BB Seguridade	2,9	61,6	4,7%

⁽¹⁾ Razão entre o número de itens segurados e a quantidade de clientes pessoas físicas.

⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

Demais produtos

Comercializamos também outros seguros que representaram 17,1% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (20,9% exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014): Saúde, Multi-Risco Empresarial, Riscos Especiais e Outros Produtos (que engloba previdência, consórcio e capitalização). Nossa receita bruta de prestação de serviços com tais produtos, se considerados em conjunto, apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 31,2%. Para mais informações sobre esses produtos, vide item 7.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 377.

Principais indicadores financeiros e operacionais

As tabelas a seguir apresentam um resumo de nossas informações operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e financeiras para os mesmos exercícios e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015. Para informações mais detalhadas sobre as nossas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras intermediárias, ver item “10. Comentários dos Diretores”, a partir da página 421 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar:

Indicadores financeiros	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Δ 2014 x 2011 ⁽¹⁾	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Δ 1T15 x 1T14
	2011	2012	2013	2014		2014	2015	
	(em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)							
Receita bruta da prestação de serviços	147.094	166.272	231.631	296.525	101,6%	60.210	91.765	52,4%
Receita líquida da prestação de serviços	136.390	153.658	214.244	274.383	101,2%	55.680	84.992	52,6%
EBITDA ⁽²⁾	19.551	36.556	90.313	119.734	512,4%	21.940	43.382	97,7%
Margem EBITDA ⁽³⁾	14,3%	23,8%	42,2%	43,6%	N/A	39,4%	51,0%	N/A
Lucro líquido ⁽⁴⁾	9.179	23.882	62.827	85.060	826,7%	16.367	30.276	85,0%
Margem Líquida ⁽⁵⁾	6,7%	15,5%	29,3%	31,0%	N/A	29,4%	35,6%	N/A
Dividendos (pay-out) ⁽⁶⁾	42,2%	27,2%	49,7%	136,6%	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Variação acumulada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2014.

(2) O EBITDA, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), consiste no lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido (que, quando receita, representa uma subtração), pelas despesas com imposto de renda e contribuição social e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Calculamos o EBITDA de acordo com os termos da Instrução CVM 527. Entendemos que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do nosso desempenho financeiro, bem como da nossa capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com nossas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às nossas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, acreditamos que o EBITDA fornece uma medida útil de nosso desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete nossa real geração de caixa e não deve ser usado como tal. Vide item 3.2 do nosso Formulário de Referência para a reconciliação de nosso EBITDA com nossas demonstrações financeiras.

(3) EBITDA do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.

(4) Lucro líquido consolidado do exercício/período.

(5) Lucro líquido consolidado do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.

(6) Divisão (i) do valor dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos e provisionados para pagamento no exercício, pelo (ii) lucro líquido da controladora apurado no respectivo exercício social.

Indicadores operacionais	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				Δ 2014 x 2011 ⁽¹⁾
	2011	2012	2013	2014	
Prêmios emitidos					
Vida	666.978	744.520	994.588	1.016.271	15,1%
Habitacional	963.106	1.126.206	1.400.318	1.666.361	20,1%
Residencial	86.093	87.241	100.625	164.023	24,0%
Multi-Risco Empresarial	59.620	74.975	97.447	124.923	28,0%
Saúde	2.112	23.483	67.772	273.549	405,9%
Prestamista	75.402	134.343	297.126	484.655	85,9%
Auto	149.246	167.713	203.426	248.493	18,5%
Riscos Especiais	88.658	85.826	100.146	96.897	3,0%
Total	2.091.215	2.444.307	3.261.448	4.075.171	24,9%

(1) Variação acumulada entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2014.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Acesso exclusivo a uma base de 78,3 milhões de clientes, estruturada na credibilidade da marca “Caixa”.

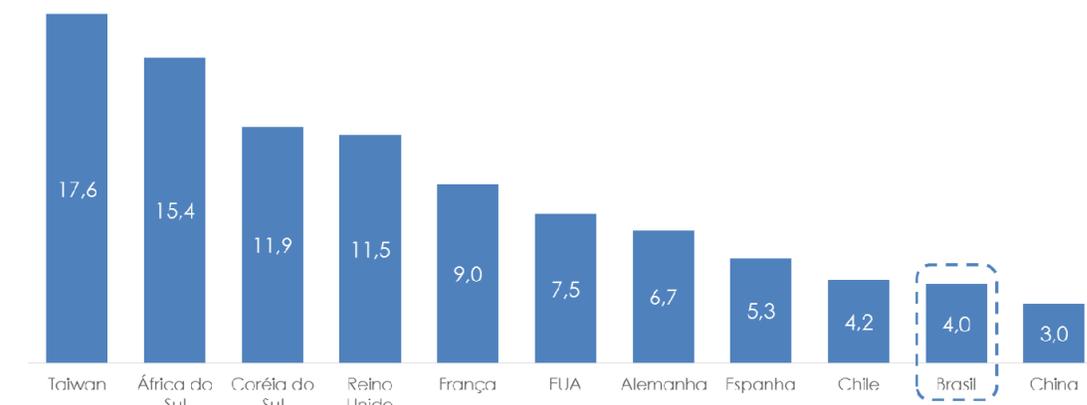
Atuando com exclusividade como agente comercial da Caixa Seguradora nos canais de vendas da Caixa, somos focados principalmente no segmento de *bancassurance*, no qual possuímos acesso a uma base de 78,3 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2014¹¹. Historicamente, a Caixa vem apresentando crescimento tanto no número de correntistas pessoas físicas e jurídicas (CAGR₁₁₋₁₄ de 11,9%), quanto no tamanho de sua carteira de crédito (CAGR₁₁₋₁₄ de 33,7%). Por sua vez, a Caixa Seguradora apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 21,0%, considerando o valor de prêmios emitidos, conforme divulgado pela SUSEP. Baseando-se na credibilidade da marca “Caixa”, uma das marcas mais valiosas do mundo no quesito instituições financeiras¹², também fomos capazes de apresentar índices expressivos de crescimento, incluindo da nossa receita bruta de prestação de serviços (CAGR₁₁₋₁₄ de 26,3%).

Modelo de corretagem sem risco atuarial num setor em forte expansão.

Nosso modelo de negócios consiste na corretagem de apólices de seguros e na comercialização de produtos de previdência, consórcio e capitalização. Neste sentido, nossos negócios não são afetados por risco atuarial e, portanto, dispensam provisões desta natureza. Além disso, nosso modelo de negócio com pouca necessidade de ativos e que se beneficia do crescimento das agências da Caixa, demanda baixo investimento para suportar nosso crescimento. Tais características nos permitem aproveitar as oportunidades de crescimento de um setor em forte expansão, como é o caso do setor de seguros, especialmente no segmento de *bancassurance*, através de um modelo de alta rentabilidade.

O crescimento do setor de seguros pode ser evidenciado pelo desempenho dos prêmios diretos emitidos pelas seguradoras, conforme divulgado pela SUSEP, que apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 13,2%¹³. Se considerado apenas o segmento de *bancassurance*, o CAGR₁₁₋₁₄ de prêmios diretos chega a 13,3%. Mesmo com taxas de crescimento expressivas, o setor de seguros no Brasil ainda apresenta baixo nível de penetração quando comparado a mercados mais maduros, conforme evidenciado abaixo:

Prêmio de Seguros/ PIB⁽¹⁾ (% , 2013)



⁽¹⁾ Fonte: Swiss Re – Sigma 3/2014 – Considera prêmios de vida e não-vida.

Acreditamos que tais oportunidades de crescimento, combinadas com nosso modelo de negócios dissociado do risco atuarial, nos permitirá entregar altas taxas de rentabilidade aos nossos acionistas.

Expansão das vendas dos produtos de *bancassurance* devido ao crescimento da carteira de crédito do mercado bancário no Brasil.

Acreditamos que o segmento de *bancassurance*, nosso principal canal de vendas, é beneficiado pela expansão da carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil, uma vez que se observa forte relação entre a venda de produtos de *bancassurance* e a realização de transações bancárias. Segundo dados preliminares do Banco Central do Brasil, o saldo da carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil, de cerca de R\$1,4 trilhão em 31 de dezembro de 2014, apresentou um crescimento de 19,5% se comparado a 31 de dezembro de 2013.

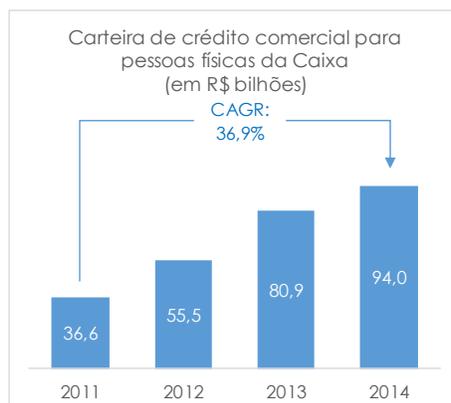
¹¹ Fonte: Caixa. Refere-se a clientes pessoas físicas e jurídicas.

¹² Segundo ranking divulgado em 2014 pela consultoria britânica *Brand Finance*.

¹³ Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização e consórcio, e incluindo seguro DPVAT, com relação aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Por esta razão, o produto Prestamista representa um dos principais pilares de nosso crescimento: (i) pelo forte crescimento da carteira de crédito para pessoas físicas da Caixa (em média 36,9% entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2014); (ii) pela extensão do seguro Prestamista para demais linhas de crédito para pessoas físicas, tais como financiamento de automóvel e cartão de crédito; e (iii) pela automação do processo de venda e conscientização sobre os benefícios para o segurado e para o banco.

O gráfico a seguir mostra a evolução do crédito para pessoas físicas da Caixa entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2014:



Fonte: Press Releases da Caixa.

Também nos beneficiamos da forte expansão do crédito habitacional observada no Brasil nos últimos anos (de R\$221,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$497,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014¹⁴). A Caixa Seguradora é líder de mercado de seguros habitacionais com *market share* de 62,9% em 31 de dezembro de 2014, em valor de prêmios de seguros divulgados pela SUSEP, e a Caixa é líder de mercado em crédito habitacional, com uma carteira de R\$339,8 bilhões em 31 de dezembro de 2014, segundo dados da Caixa, representando 67,7% do crédito habitacional brasileiro na mesma data. Acreditamos que este produto se beneficiará ainda de políticas governamentais visando reduzir o elevado déficit habitacional no Brasil de 5,2 milhões de domicílios em 2012, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD.

Potencial de criação de estoque de receita e geração de caixa de longa duração.

Os produtos Vida, Saúde, Habitacional, Auto, Residencial e Multi-Risco Empresarial (responsáveis por 77,0% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 79,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014) têm como característica a geração de fluxo de receita de longa duração, em razão das seguintes características: (i) longa duração da cobertura; e/ou (ii) alta taxa de renovação de apólices vigentes.

Com relação aos produtos de longa duração, continuamos a fazer jus a comissões devidas periodicamente, enquanto o cliente permanecer com o seguro contratado. Desta forma, nossos resultados são suportados por novas vendas e também pela receita oriunda do estoque criado por vendas realizadas no passado. Destaca-se a longa permanência dos clientes que possuem seguro Saúde, Vida e Habitacional. Este último, um produto essencial para viabilizar a concessão do crédito habitacional, possui potencial de geração de fluxo de receita por cerca de 18,5 anos, em média.

Além dos produtos de longa duração, cujo estoque é oriundo do longo período de tempo coberto pelas apólices comercializadas, outros produtos também são responsáveis pela longevidade do nosso volume de receitas. É o caso dos produtos que apresentam altas taxas de renovação. Neste sentido, focamos nossa atuação no incremento dos nossos índices de renovação de seguro Auto (que passou da média anual de 72,9% no exercício social de 2013 para média anual de 79,6% no exercício social de 2014), e Residencial (que passou da média anual de 36,4% no exercício social de 2013 para média anual de 63,6% no exercício social de 2014).

¹⁴ Fonte: Banco Central do Brasil. Refere-se a dados preliminares das operações realizadas com pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Acreditamos que esse sucesso é um resultado de nossos investimentos em serviços ao cliente. Por exemplo, investimos na expansão das operações de *call center* (em março de 2015 as posições de atendimento de *call center* representaram um aumento de 125,6% com relação a janeiro de 2013) e na implementação de um sistema de CRM (*customer relationship management*) com o objetivo de garantir e aumentar a longevidade da receita advinda desses produtos.

Gestão independente e profissionalizada, suportada por um sólido alinhamento entre os nossos acionistas controladores, que contribuem de forma distinta e complementar para o nosso modelo de negócios.

Acreditamos que a estrutura do nosso bloco de controle proporciona grandes sinergias, em função das distintas contribuições de cada acionista ao nosso modelo de negócios. A FENAE proporciona um importante alinhamento entre nós e os funcionários da Caixa, que possuem papel ativo no processo de venda de seguros. A Caixa Seguros Holding e seus acionistas, por sua vez, proporcionam um alinhamento entre (i) nós e a principal seguradora com a qual operamos, a Caixa Seguradora; e (ii) nós e a Caixa, acionista indireto da Caixa Seguradora e da nossa Companhia, o que viabiliza o principal canal de distribuição dos produtos que comercializamos. Por fim, a GP Investments aporta *expertise* na gestão e no processo de transformação e crescimento da Companhia. Acreditamos que este alinhamento possibilita uma dinâmica equilibrada entre produto, canal de vendas e gestão, ao mesmo tempo em que proporciona retornos financeiros aos nossos acionistas e valoriza os colaboradores das três instituições.

Como consequência, foi implantada uma gestão independente e profissionalizada, que entendemos ser composta por profissionais qualificados e com experiência e conhecimento profundo nos negócios que desenvolvemos. Dotada de um perfil empreendedor e com foco em resultados, essa equipe de profissionais vem colaborando de forma expressiva no aprimoramento de processos, bem como na concepção e execução de nossas estratégias de crescimento.

Nossa Estratégia

Buscamos criar valor para nossos acionistas por meio da implementação das seguintes iniciativas:

Aumentar a penetração de produtos de seguros na base de clientes a que temos acesso, buscando altas taxas de crescimento, apoiados por uma estratégia de vendas multi-canal.

Acreditamos possuir fundamentos que nos permitam continuar a crescer acima da média do mercado, uma vez que nossa penetração na base de clientes da Caixa ainda se encontra reduzida. Nos produtos Vida e Auto, responsáveis por 35,4% de nossa receita bruta de prestação de serviços período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (42,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014), possuímos uma penetração de 2,9% e 0,2% na base de clientes pessoas físicas da Caixa em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, em comparação a BB Seguridade, de 7,3% e 4,7% respectivamente, e Bradesco Seguros, de 7,2% e 2,0%, respectivamente. Nossos níveis atuais de penetração reforçam nossa estratégia de ênfase na comercialização de produtos de seguros nos canais existentes da Caixa.

Valendo-nos dos canais de vendas da Caixa, atuamos em todo o território nacional, seja por meio de agências bancárias da instituição, quanto por meio de nossos canais remotos, lotéricas e correspondentes bancários. No canal de agências, em particular, objetivamos crescer ao incrementar a eficiência na venda de produtos de seguros diante das oportunidades apresentadas nas mais de 7,5 bilhões¹⁵ de transações bancárias originadas anualmente nos canais da Caixa.

Busca contínua por redução de custos e despesas e melhora da eficiência operacional.

Imediatamente após a mudança na estrutura de nosso controle acionário, focamos esforços na redução de custos e aumento da eficiência operacional. Para continuar a capturar ganhos de eficiência operacional e incrementos de margem, buscamos constantemente melhorar nossos controles internos, investindo em tecnologia e qualificação profissional. Acreditamos que com nosso contínuo crescimento seremos capazes de obter ganhos de escala e continuaremos a nos beneficiar de eficiências operacionais e aumento nas margens.

¹⁵ Referente às transações bancárias processadas pela Caixa, no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, incluindo as transações realizadas em agências, PAs (Postos de Atendimento), PAEs (Postos de Atendimento Eletrônicos), salas de autoatendimento, Banco 24h e compartilhamento BB, lotéricas, *internet banking*, celulares e correspondentes CAIXA AQUÍ.

Como resultado de nosso trabalho, conseguimos melhorar nossas margens de forma consistente nos últimos quatro exercícios sociais. Nossa Margem EBITDA passou de 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 43,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossa Margem EBITDA foi de 51,0%, comparado a Margem EBITDA de 39,4% no mesmo período de 2014), enquanto nossa Margem Líquida foi de 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para 15,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, depois para 29,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e, finalmente, 31,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossa Margem Líquida foi de 35,6%, comparado a Margem Líquida de 29,4% no mesmo período de 2014).

Aproveitar as oportunidades de cross-selling dos produtos de seguros nos diferentes canais de distribuição em que atuamos.

Identificamos que os produtos que comercializamos apresentam oportunidades significativas de *cross-selling* na nossa base de clientes. Por exemplo, identificamos que clientes que possuem seguro Auto são potenciais adquirentes de seguros Patrimoniais. Da mesma forma, no relacionamento com pessoas jurídicas, identificamos que nossos clientes de seguro Saúde são potenciais adquirentes de seguros de Vida corporativos e Multi-risco Empresarial, assim como clientes do seguro Habitacional são frequentes adquirentes de seguro Residencial. Pretendemos, portanto, continuar a aumentar os níveis de comercialização de produtos de seguro dentro da nossa carteira de clientes, utilizando estratégias suportadas (i) por modelos estatísticos de propensão a compras; (ii) pela automatização da oferta em conjunto de produtos complementares no ato da venda; (iii) pela segmentação de clientes, visando iniciativas de *marketing* direto. A título de exemplo, é possível notar um aumento no número de clientes que possuem mais de um produto em nossa carteira. Em 31 de dezembro de 2013, este número era de 514,2 mil clientes e encerrou dezembro de 2014 em 665,8 mil clientes. Acreditamos que essa estratégia reforça a sustentabilidade do nosso modelo de receitas, uma vez que (i) é possível continuar a penetrar a venda de produtos de seguros dentro da carteira de clientes adquirida; e (ii) clientes que possuem mais de um produto de seguros permanecem por mais tempo na nossa carteira de clientes.

Contribuir com soluções de tecnologia aos processos de vendas dos produtos de seguros, facilitando a operacionalização da transação e ampliando a conversão de oportunidades comerciais em negócios.

A eficiência na venda de produtos de seguro, especialmente através do canal *bancassurance*, exige produtos simples, de fácil assimilação pelos clientes e integrados aos processos de comercialização de outros seguros e/ou produtos bancários.

Pretendemos continuar trabalhando em conjunto com a Caixa Seguradora e a Caixa, buscando modernizar os processos e sistemas de tecnologia utilizados nos canais de venda da Caixa, ganhar maior agilidade, reduzir procedimentos burocráticos e ampliar a conversão de oportunidades comerciais em negócios.

Expandir atuação nos canais de vendas existentes e atualmente menos utilizados, como lotéricas e correspondentes bancários.

Além das mais de 3.300 agências, a Caixa possuía em 31 de dezembro de 2014 mais de 18.200 correspondentes bancários, mais de 570 co-corretores e cerca de 13.200 lotéricas, representando os principais canais alternativos para distribuição de produtos *bancassurance*. Acreditamos que tais canais de distribuição representam uma oportunidade adicional de ampliar nosso acesso a um fluxo de clientes atualmente pouco exposto à oferta de produtos de seguros. Em linha com essa estratégia, em setembro de 2014, assinamos um contrato de corretagem com a Caixa Seguradora que prevê a majoração da comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional. Para mais informações sobre essa majoração, vide item 10.2.b(i) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471.

Principais fatores de risco relativos à nossa Companhia

Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para maiores informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, a partir da página 80 deste Prospecto, e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Risco de Mercado” do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 330 e 344, respectivamente.

Possuímos exclusividade para comercialização de determinados produtos de seguros da Caixa Seguradora, que por sua vez, possui exclusividade para venda de seguros nos canais de distribuição da Caixa, nos termos dos acordos celebrados. Alterações relevantes em tais exclusividades, incluindo a não renovação dessas exclusividades, podem impactar adversamente nossas operações e resultados futuros.

A Caixa Seguradora S.A. (“**Caixa Seguradora**”) mantém um relacionamento comercial junto à Caixa Econômica Federal (“**Caixa**”), por meio do qual possui exclusividade para venda de produtos de seguros, previdência, consórcio e capitalização nos canais de distribuição da Caixa (agências, postos de atendimento bancários e postos de atendimento eletrônicos). Este relacionamento é regido por um contrato, celebrado em 2 de outubro de 2006, com vigência até 14 de fevereiro de 2021 e renovável automaticamente por mais 20 (vinte) anos, salvo notificação em contrário de qualquer das partes com, no mínimo, 2 (dois) anos de antecedência do final do prazo de vigência. Este contrato poderá ser rescindido sem qualquer penalidade, em caso de (a) decretação de falência, insolvência ou se qualquer das partes sofrer intervenção ou requerer composição de credores, ou (b) mútuo acordo entre as partes com antecedência mínima de 6 (seis) meses da rescisão.

Adicionalmente, nos termos do nosso acordo de acionistas, datado de 3 outubro de 2014, possuímos exclusividade para intermediação dos produtos da Caixa Seguradora referidos acima nos canais de distribuição da Caixa. A referida exclusividade não se aplica aos casos em que (i) a lei expressamente proibi-la; e (ii) o consumidor do produto de seguro determinar o seu próprio corretor. Nosso acordo de acionistas possui prazo de 25 (vinte e cinco) anos a contar de 3 de outubro de 2014, sendo renovado automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação em contrário. A manutenção da nossa exclusividade pelo prazo do acordo de acionistas está sujeita à manutenção do relacionamento comercial entre Caixa e Caixa Seguradora descrito acima, dentre outras condições descritas detalhadamente no item 7.1 do Formulário de Referência. No primeiro trimestre de 2015, 94,7% de nossa receita bruta da prestação de serviços foi proveniente da corretagem de apólices de seguro oferecidas pela Caixa Seguradora (93,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014).

Alterações relevantes ou o término da nossa exclusividade ou da exclusividade entre Caixa e Caixa Seguradora podem impactar adversamente nossas operações e resultados futuros. Além disso, a exclusividade entre a Caixa Seguradora e a Caixa decorre de um contrato celebrado entre a Caixa e Caixa Seguradora sobre o qual não temos controle. Alterações relevantes ou o término deste contrato também podem impactar adversamente nossas operações e resultados.

Dependemos da Caixa para a comercialização de seguros junto à sua rede e os interesses da Caixa podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

A distribuição dos produtos que comercializamos concorre com a distribuição dos demais produtos e serviços oferecidos nos canais de distribuição da Caixa aos seus clientes. Assim, não podemos garantir que a Caixa não decida, futuramente, privilegiar a distribuição de outros produtos que não os que oferecemos junto à sua base de clientes, o que pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados. Sobre nosso relacionamento com a Caixa Seguradora e com a Caixa, vide também item 7.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 363, e o primeiro fator de risco acima.

Podemos ter nosso resultado afetado por falhas e interrupções nos processos operacionais da Caixa e Caixa Seguradora, na qualidade de nossas fornecedoras de serviços, balcão e tecnologia.

A Caixa e a Caixa Seguradora estão sujeitas à interrupção de atividades que envolvem serviços de caráter acessório ou complementar ao seu funcionamento regular. Neste sentido, a realização de negócios na Caixa e na Caixa Seguradora está sujeita a eventuais interrupções de certas atividades, principalmente aquelas relacionadas à tecnologia, o que pode interferir na realização dos negócios relacionados aos produtos comercializados por nós e impactar de forma adversa nossos negócios e resultados. Sobre nosso relacionamento com a Caixa Seguradora, vide item 7.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 363, e o primeiro fator de risco acima.

Alterações na legislação referente à contratação obrigatória de seguro para determinados produtos e atividades podem ter efeito adverso em nossos resultados.

No Brasil, alguns setores da economia possuem como obrigação legal a celebração de seguros em certas atividades e produtos, conforme disposto no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo o Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967. Caso a legislação venha a ser alterada para eliminar ou reduzir os montantes de seguro obrigatório para tais atividades e produtos e caso nossos clientes não venham a contratar voluntariamente esses seguros, o volume de contratações nos mercados em que atuam poderá ser reduzido, acarretando um efeito adverso em nossos resultados.

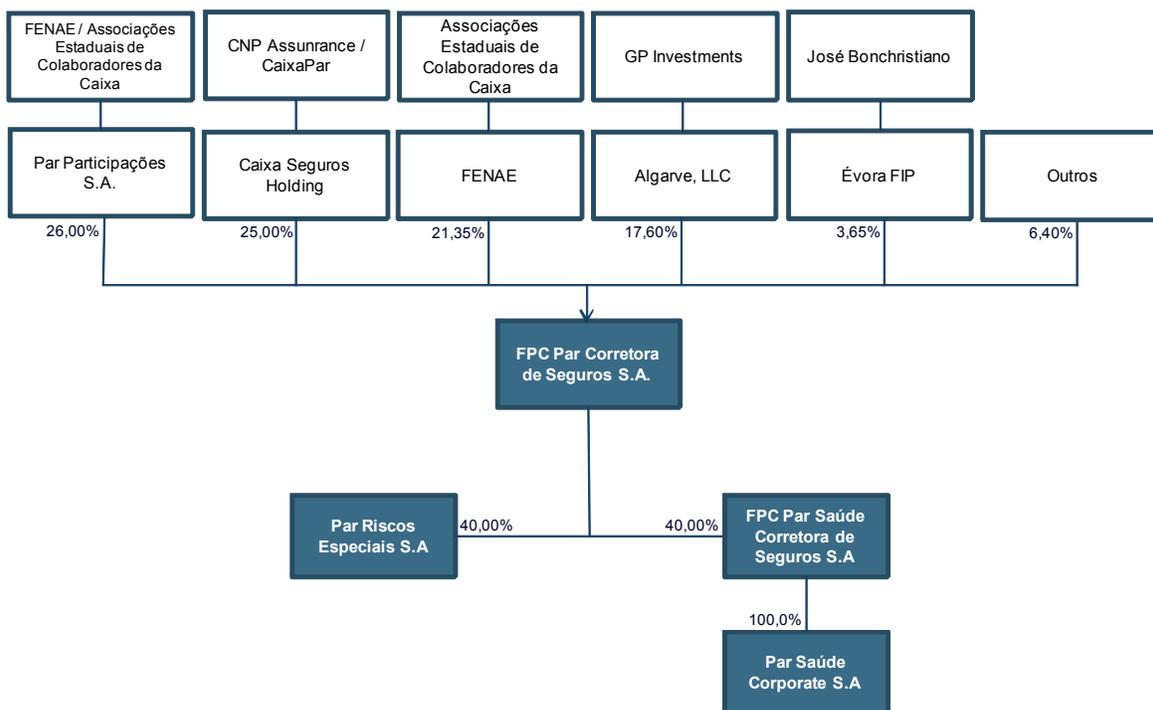
Alterações na legislação aplicável à distribuição de produtos de seguridade podem acarretar em efeito adverso relevante sobre nós.

Atualmente, o canal bancário é a mais importante alternativa de distribuição utilizado por nós, responsável por 82,3% de nossa receita operacional bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (78,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014). A distribuição de produtos na rede de agências da Caixa é viabilizada por meio de instrumentos contratuais firmados por nós, a Caixa e a Caixa Seguradora.

Nos termos destes contratos, possuímos prepostos que se responsabilizam pelo processo de comercialização dentro de agências bancárias da Caixa. O escopo de atuação desses prepostos (exigências para qualificação e certificação, limite de prepostos por corretora, entre outros) é definido pela SUSEP. Caso o regulador altere significativamente o escopo de atuação de prepostos, poderá haver impacto no nosso modelo de negócios, podendo impactar adversamente o nosso resultado.

Nossa Estrutura Societária

Na data deste Prospecto, nosso grupo de controle é composto pelas seguintes instituições¹⁶:



Para maiores informações sobre o nosso grupo de controle e nossas subsidiárias, vide itens 6.5, 8.1 e 15.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 309.

¹⁶ As participações dos acionistas da nossa Companhia se referem ao capital votante e total.

Eventos Recentes

Em 13 de maio de 2015, os Acionistas Vendedores celebraram com o GIF V PIPE, um acordo de investimento, por meio do qual, o Gávea comprometeu-se a efetuar um investimento privado irrevogável, sujeito a determinadas condições listadas abaixo, mediante a aquisição de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta, no montante total de R\$140 milhões.

Nos termos do Acordo de Investimento, as ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores que venham a ser adquiridas pelo Gávea, no âmbito da Oferta, estão sujeitas a restrições à venda de ações (*lock-up*), por um período de 270 dias contados da Data de Liquidação, sobre as quais o Gávea não poderá efetuar quaisquer das seguintes operações: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor das ações; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir as ações; (iii) celebrar qualquer contrato de swap, hedge ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii) acima (exceto em qualquer caso por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas do Gávea).

O compromisso do Gávea de adquirir R\$140 milhões em ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, está sujeita às seguintes condições: (i) que a faixa de preço por ação (R\$11,25 a R\$11,60 por ação) corresponda a uma avaliação pré-oferta da Companhia de R\$1.798.956.922,50 a R\$1.854.924.471,20; (ii) a Oferta ocorra e seja devidamente liquidada simultaneamente à liquidação da aquisição das ações pelo Gávea; (iii) o Gávea se compromete a adquirir as ações no valor total de investimento equivalente a R\$ 140.000.000,00, desconsiderada eventual fração de ação, desde que o preço por ação seja fixado dentro da faixa de preço por ação divulgada neste Prospecto Preliminar da Oferta e os Acionistas Vendedores concordam em garantir tal direito de aquisição ao Gávea; (iv) na hipótese da precificação da Oferta fora da faixa de preço indicada neste Prospecto Preliminar, o Gávea não terá a obrigação de realizar o investimento privado, mas terá o direito, se assim desejar, de adquirir ações no valor equivalente à até R\$140 milhões, desconsiderada eventual fração de ação; e (v) não tenha ocorrido nenhum fato relevante que seja adverso às operações ou condição financeira ou jurídica da Companhia, e que, portanto, exija modificação e recirculação do prospecto preliminar da Companhia, datado de 13 de maio 2015, concedendo aos investidores da Oferta direito de desistência de seus pedidos de reserva que venham a ser realizados no contexto da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

Não haverá celebração de acordo de acionistas sobre tal compromisso de investimento. O Gávea não participará do Procedimento de *Bookbuilding*, no âmbito da Oferta. O Acordo será automaticamente extinto e deixará de produzir quaisquer efeitos, sem qualquer responsabilidade para qualquer das partes, em 23 de junho de 2015, na hipótese da Oferta não ter sido liquidada até, e incluindo, a referida data, sem considerar eventual exercício e liquidação da Opção de Lote Suplementar no contexto da Oferta. Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento, vide o fator de risco “O Acordo de Investimento celebrado entre os Acionistas Vendedores e o Gávea está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão ao Gávea o direito de não realizar o investimento”, na seção “Fatores de Risco”, na página 86 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Nosso escritório administrativo está localizado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000, Cidade de Brasília, no Distrito Federal. O telefone do nosso Departamento de Relações com Investidores é (61) 3426-9500. Nosso endereço na rede mundial de computadores (*website*) é www.parcorretora.com.br. As informações constantes em nosso *website* ou que podem ser acessadas por meio dele não integram este Prospecto e não são a ele incorporadas por referência.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e Riscos Relacionados às Ações” nas páginas 23 e 80 deste Prospecto, respectivamente, e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, e em nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	FENAE, Évora FIP e Algarve, considerados em conjunto.
Acordo de Investimento	Em 13 de maio de 2015, os Acionistas Vendedores celebraram com o GIF V PIPE, um acordo de investimento, por meio do qual o Gávea comprometeu-se a efetuar um investimento privado irrevogável, sujeito a determinadas condições, mediante a aquisição de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta, no montante total de R\$140 milhões. O Acordo de Investimento também vincula o Gávea a determinadas restrições a venda de ações. Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento, vide seção “ <i>Sumário da Companhia – Eventos Recentes</i> ”, na página 26 deste Prospecto, e o fator de risco “ <i>O Acordo de Investimento celebrado entre os Acionistas Vendedores e o Gávea está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão ao Gávea o direito de não realizar o investimento</i> ”, na seção “Fatores de Risco”, na página 86 deste Prospecto.
Ações	44.444.445 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 10% (dez por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 4.444.445 Ações de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores, sendo 888.889 Ações de titularidade do Évora FIP e 3.555.556 Ações de titularidade da Algarve, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.
Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta	Estima-se que após a Oferta, o total de ações ordinárias de nossa emissão em circulação passará a representar 27,79% (vinte sete inteiros e setenta e nove centésimos por cento) das ações que compõem o nosso capital social, sem considerar o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Considerando o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, estima-se que após a Oferta, o total de ações ordinárias de nossa emissão em circulação passará a representar 30,57% (trinta inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) das ações que compõem o nosso capital social.

Admissão à negociação das Ações objeto da Oferta	As ações ordinárias de nossa emissão objeto da presente Oferta serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “PARC3”, e sob o ISIN “BRPARCACNOR3”. O início de negociação das Ações da Oferta no Novo Mercado da BM&FBOVESPA ocorrerá a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início. Para mais informações sobre a negociação das Ações na BM&FBOVESPA, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.
Agente Estabilizador ou J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, BTG Pactual US Capital LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC e Itau BBA USA Securities Inc., considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser divulgado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelas Instituições Participantes da Oferta, pela CVM e pela BM&FBOVESPA, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser divulgado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelas Instituições Participantes da Oferta, pela CVM e pela BM&FBOVESPA, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta, divulgado por meio das páginas da Companhia, dos Acionistas Vendedores, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Aprovações Societárias	<p>A realização da Oferta foi aprovada (i) pela FENAE, na RDE da FENAE e (ii) pelo Évora FIP, na AGC do Évora FIP. Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.</p> <p>O Preço por Ação será aprovado em Assembleia Geral de Cotistas do Évora FIP a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e a concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do seu regulamento. Não há necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação (i) pela FENAE, uma vez que a RDE da FENAE delegou ao Diretor Presidente da FENAE os poderes para aprovação do Preço por Ação após o encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>; (ii) pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.</p>
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em 20 de maio de 2015, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.

BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de intervenientes anuentes, a BM&FBOVESPA e o Banco Bradesco S.A.
Contrato de Distribuição Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de empréstimo diferenciado de ações ordinárias de emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser celebrado entre a Algarve, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de interveniente anuente, a BM&FBOVESPA.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, o J.P. Morgan, na qualidade de agente estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, o Bradesco BBI, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Itaú BBA, a fim de regular a realização de operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive.
Coordenador Líder ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, J.P. Morgan, BTG Pactual, Credit Suisse e Itaú BBA, considerados em conjunto.
Corretora	J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Cronograma da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Cronograma Indicativo da Oferta”, na página 53 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da distribuição pública secundária das Ações de sua titularidade, portanto não receberemos quaisquer recursos em decorrência da Oferta. Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos”, na página 87 deste Prospecto.

**Direito de Venda
Conjunta (Tag Along)**

Como característica das Ações, qualquer alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, ainda que por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observadas as mesmas condições e os prazos previstos para os acionistas controladores e na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle. Para mais informações, veja o item “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Dividendos

Nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a não ser que os administradores informem à assembleia geral que a distribuição seria incompatível com a condição financeira e a distribuição de dividendo for conseqüentemente suspensa. Para mais informações, veja o item “3.4 Política de Destinação dos Resultados” do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto. Aqueles que adquirirem Ações terão direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes que vierem a ser declarados por nós a partir da divulgação do Anúncio de Início e, todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

**Direitos, vantagens e
restrições das Ações**

Nos termos do artigo 54 do nosso Estatuto Social, determinados direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia e decorrentes do Regulamento do Novo Mercado, estarão com a sua eficácia suspensa até a divulgação do Anúncio de Início, sendo que, após tal divulgação, as Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos em nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- (a) direito de voto nas deliberações de nossas assembleias gerais, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- (b) direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme aplicável;
- (c) direito de alienar as Ações de nossa emissão, nas mesmas condições asseguradas aos nossos acionistas controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

- (d) direito de alienar as Ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelos nossos acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao nosso poder de decisão, de nossos administradores e/ou acionistas controladores;
- (e) no caso de nossa liquidação, os acionistas terão direito de participar do nosso acervo, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas por nós, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados por nós a partir da divulgação do Anúncio de Início e, todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão; e
- (h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no nosso Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, sendo que as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado e incluídas no nosso Estatuto Social, tem a sua eficácia suspensa até a divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no nosso Estatuto Social.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da BM&FBOVESPA. Para informações adicionais, veja a seção “Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta” na página 61 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O J.P. Morgan, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das Ações, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de nossa emissão, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual deverá ser previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, a partir da página 23 até a página 80 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir da página 309 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem considerados antes de decidir investir nas Ações.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. A Oferta será realizada por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, as quais possuem como públicos alvo Investidores Não Institucionais, assim como Investidores Institucionais. O investidor deve verificar qual das ofertas supracitadas é adequada ao seu perfil. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos nossos negócios, mercado de atuação e os riscos inerentes aos nossos negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos nossos negócios e ao investimento nas Ações, para mais informações ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, a partir da página 23 até a página 80 deste Prospecto, bem como as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, a partir da página 309 deste Prospecto.
Informações Adicionais	O pedido de registro da Oferta foi requerido perante à CVM, em 9 de abril de 2015, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação e registro da CVM. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações. Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de reserva de Ações, deverão dirigir-se, a partir da data de divulgação do Aviso ao Mercado, às páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da BM&FBOVESPA indicadas neste Prospecto.
Instituição Escrituradora das Ações	Banco Bradesco S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas a participar da Oferta para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.

Investidores Estrangeiros

Os Investidores Estrangeiros contemplam (i) nos Estados Unidos da América, investidores que sejam (a) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e (b) compradores qualificados (*qualified purchasers*) conforme definido no artigo 2(a)(51) do *Investment Company Act* de 1940, conforme alterado; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, investidores que sejam considerados não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, editado pela SEC e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560 e/ou pela Lei 4.131.

Investidores Institucionais

No âmbito da Oferta, a qualidade de Investidor Institucional será verificada no momento da aquisição das Ações, com base na definição de "Investidor Institucional" em vigor à época, conforme a seguir: (i) até 30 de junho de 2015 (inclusive), são considerados Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, nos termos da regulamentação em vigor, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00 (trezentos mil reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos, assim como os Investidores Estrangeiros; e (ii) a partir de 1º de julho de 2015 (inclusive), com a entrada em vigor da Instrução CVM 554, serão considerados Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, nos termos da regulamentação em vigor, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos, assim como os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais

No âmbito da Oferta, a qualidade de Investidor Não Institucional será verificada no momento da formalização do Pedido de Reserva, com base na definição de “Investidor Não Institucional” em vigor à época, conforme a seguir: (i) até 30 de junho de 2015 (inclusive), são considerados Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam consideradas Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas ou o Período de Reserva, observado que o valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional; e (ii) a partir de 1º de julho de 2015 (inclusive), com a entrada em vigor da Instrução CVM 554, serão considerados Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas ou o Período de Reserva, observado que o valor mínimo de pedido de investimento será de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional.

Mecanismos de Dispersão de Participação Acionária

O nosso Estatuto Social contém em seu artigo 43, mecanismo que exige que qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza ou grupo de acionistas, que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão ou de direitos que possam resultar na aquisição de ações de emissão da nossa Companhia ou que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% do nosso capital social deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e o nosso Estatuto Social. A realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos acima poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins do *quorum* de deliberação, nos termos do item (ii) acima. Para informações adicionais, ver o item “18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto na página 601.

Oferta	Oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 44.444.445 Ações, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do item 7.1(ii) do Regulamento do Novo Mercado.
Oferta Institucional	Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimos ou máximos de investimento.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção a ser outorgada pelo Évora FIP e pela Algarve ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações de nossa emissão e de titularidade do Évora FIP e da Algarve tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta no momento em que for fixado o Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não são objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre 20 de maio de 2015, inclusive e 1º de junho de 2015, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 20 de maio de 2015, inclusive e 22 de maio de 2015, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , sendo que aqueles que não realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas Investidores que, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sejam: (i) administradores e/ou controladores nossos e/ou dos Acionistas Vendedores; (ii) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; e (iv) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau, das pessoas indicadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

Prazo de Distribuição Prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos) e R\$11,60 (onze reais e sessenta centavos), ressalvado, no entanto, que o preço por ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia ali prevista. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding* que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo e o Gávea não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Para informações adicionais sobre o Preço por Ação e eventual má formação de preço e iliquidez das Ações no mercado secundário, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, em especial o fator de risco “A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e/ou reduzir a liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário”, na página 82 deste Prospecto.

**Procedimento de
Bookbuilding**

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo e o Gávea não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

**Público Alvo da
Oferta**

Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

**Regime de
Colocação – Garantia
Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação financeira a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas pelos investidores que as adquiriram no mercado, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente adquiridas por investidores não tenham sido totalmente liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta realizará, de forma individual e não solidária, a liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais referidos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Oferta pela CVM, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sem prejuízo das atividades previstas no Contrato de Estabilização.

Regulamento do Novo Mercado

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Nós, os Acionistas Vendedores, a Boxters, LLC e os membros da nossa Administração estaremos obrigados perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início e, no caso da Boxters, LLC, pelo período de 90 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos seis meses subsequentes à Oferta a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada.

As Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores que venham a ser adquiridas pelo Gávea, no âmbito da Oferta estão sujeitas a determinadas restrições à venda de ações (*lock-up*), previstas no Acordo de Investimento, o qual estabelece que, por um período de 270 dias contados da Data de Liquidação, Gávea não poderá efetuar quaisquer das seguintes operações com relação às ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores por ele adquiridas no âmbito da Oferta: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor das ações; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir as ações; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii) acima (exceto em qualquer caso por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas do Gávea).

Alguns de nossos acionistas estão ainda sujeitos a restrições à negociação de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos estabelecidos no Acordo de Acionistas Original e no Acordo de Acionistas Pós-Oferta. Para maiores informações sobre a restrição à negociação decorrente de nossos acordos de acionistas, vide item “15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte” do Formulário de Referência, a partir da 577 deste Prospecto Preliminar.

Valor Total da Distribuição	R\$508.000.006,35, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Até 30 de junho de 2015 (inclusive), o valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional. A partir de 1º de julho de 2015 (inclusive), com a entrada em vigor da Instrução CVM 554, o valor mínimo de pedido de investimento será de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-Up</i>	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
Veracidade das Informações	Nós, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, prestamos declarações de veracidade a respeito das informações constantes no presente Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS
COORDENADORES, OS CONSULTORES E OS AUDITORES**

Companhia

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial
(A), Bloco E
Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa
Norte
CEP 70701-000, Brasília, DF
At.: Sr. João Domingos Martins Villas
Diretor de Relações com Investidores
Tel.: +55 (61) 3426-9500
Fax: +55 (61) 3426-9500
www.parcorretora.com.br/ri

Acionistas Vendedores

**Federação Nacional das Associações do
Pessoal da Caixa Econômica Federal**

SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis
Chateaubriand, loja 126, Térreo 2, conjunto L,
Lote 38, Bloco 2, Asa Sul
CEP 70340-906, Brasília, DF
At.: Srs. Jair Pedro Ferreira / Marcelo Maron
Tel.: +55 (61) 3323-7516/ +55 (61) 3041-9898
Fax: +55 (61) 3323-7516
www.fenae.org.br

**Évora Fundo de Investimento em
Participações**

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar
CEP 80250-104, Curitiba, PR
At.: Sr. Gleyson dos Santos / Gustavo Malheiros
Tel.: +55 (11) 3526-9018 / 3526-9626
Fax: +55 (11) 3074-9031

Algarve, LLC

615 South DuPont Highway, Dover
Delaware, Estados Unidos da América
DE 19901
At: Sr. Antonio Carlos Augusto Ribeiro
Bonchristiano
Tel.: +1 (441) 591-5959
Fax: +1 (441) 279-0606

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
CEP 01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2178-5077
Fax: +55 (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º
andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º ao 15º andar
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel Darahem
Tel.: +55 (11) 4950-3700
Fax: +55 (11) 4950-3760
www.jpmmorgan.com

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 3701-6000
Fax: +55 (11) 3701-6912
www.credit-suisse.com.br

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/itau

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores**Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados**

Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-006, São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel de Miranda Facó
Tel.: +55 (11) 3089-6500
Fax: +55 (11) 3089-6565
www.scbf.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP & Affiliates**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Mathias von Bernuth
Tel.: +55 (11) 3147-1840
Fax: +55 (11) 3147-1845
www.skadden.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores**Lefosse Advogados**

Rua Tabapuã, nº 1.227, 14º andar
CEP: 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Azevedo Junqueira / Ricardo Prado Macedo de Carvalho
Tel.: +55 (11) 3024-6100
Fax: +55 (11) 3024-6200
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos dos Coordenadores**Simpson Thacher & Bartlett**

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Grenfel Calheiros
Tel.: +55 (11) 3546-1011
Fax: +55 (11) 3546-1002
www.stblaw.com

Auditor Independente**PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco C, 8º. Andar,
Edifício Business Center Tower, Salas 801 a 811
CEP 70316-000, Brasília, DF
At.: Sr. Guilherme Naves Valle
Tel.: +55 (61) 2196-1800
Fax: +55 (61) 2196-1820
www.pwc.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

As nossas declarações, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 137, 139, 141, 143 e 145.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do nosso Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) totalmente subscrito e integralizado, representado por 159.907.282 (cento e cinquenta e nove milhões, novecentas e sete mil, duzentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Após a conclusão da Oferta, a composição do capital social não sofrerá qualquer alteração, tendo em vista a Oferta ser de distribuição secundária, não havendo, portanto, emissão de novas ações.

Acionistas da Companhia

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por nossos acionistas na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e a previsão para após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista ⁽¹⁾	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações	(%)	Ações	(%)
Par Participações S.A.	41.575.893	26,00	41.575.893	26,00
Caixa Seguros Holding S.A.	39.976.820	25,00	39.976.820	25,00
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal	34.140.205	21,35	–	0,00
Algarve, LLC	28.143.682	17,60	20.811.608	13,01
Boxters, LLC	8.155.271	5,10	8.155.271	5,10
Évora Fundo de Investimento em Participação	5.836.616	3,65	2.864.450	1,79
Astúrias Fundo de Investimento em Participações ...	2.078.795	1,30	2.078.795	1,30
Tesouraria	–	–	–	–
Ações em Circulação				
Gávea ⁽²⁾	–	–	12.248.469	7,66
Outros	–	–	32.195.976	20,14
Total	159.907.282	100,00	159.907.282	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção “15. Controle”, do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 559.

⁽²⁾ Considerando a decisão de investimento do Gávea, no âmbito do Acordo de Investimento, com base no Preço por Ação de R\$11,43, correspondente ao preço médio da faixa indicativa de preços.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por nossos acionistas na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e a previsão para após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista ⁽¹⁾	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações	(%)	Ações	(%)
Par Participações S.A.	41.575.893	26,00	41.575.893	26,00
Caixa Seguros Holding S.A.	39.976.820	25,00	39.976.820	25,00
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal	34.140.205	21,35	–	0,00
Algarve, LLC	28.143.682	17,60	17.256.052	10,79
Boxters, LLC	8.155.271	5,10	8.155.271	5,10
Évora Fundo de Investimento em Participação	5.836.616	3,65	1.975.561	1,24
Astúrias Fundo de Investimento em Participações ...	2.078.795	1,30	2.078.795	1,30
Tesouraria	–	–	–	–
Ações em Circulação				
Gávea ⁽²⁾	–	–	12.248.469	7,66
Outros	–	–	36.640.421	22,91
Total	159.907.282	100,00	159.907.282	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção “15. Controle”, do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 559.

⁽²⁾ Considerando a decisão de investimento do Gávea, no âmbito do Acordo de Investimento, com base no Preço por Ação de R\$11,43, correspondente ao preço médio da faixa indicativa de preços.

Acordos de Acionistas

Possuímos três acordos de acionistas arquivados em nossa sede, sendo:

(i) o Acordo de Acionistas Original celebrado em 02 de maio de 2013, conforme aditado e consolidado em 03 de outubro de 2014, pelos Acionistas Controladores, Boxters e Astúrias FIP, com a interveniência da Companhia, da Algarve e da Caixa Seguradora, o qual prevê regras relativas à eleição de administradores, ao exercício do direito de voto e limitação à transferência de ações da Companhia antes da Oferta. O Acordo de Acionistas Original será rescindido de pleno direito automaticamente mediante a obtenção do registro da Oferta junto à CVM e a divulgação do Anúncio de Início;

(ii) o Acordo de Acionistas Pós-Oferta, datado de 3 de outubro, celebrado entre os Acionistas Controladores, Boxters e Astúrias FIP, com interveniência da Companhia, da Algarve e da Caixa Seguradora, o qual prevê regras que regulam, dentre outras matérias, (i) o exercício compartilhado do poder de controle, por meio da realização de reuniões prévias entre os Acionistas Controladores antes de todas as assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia e quóruns especiais para aprovação das matérias elencadas no Acordo de Acionistas Pós-Oferta; (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia pelos Acionistas Controladores; (iii) período de vedação à negociação de ações (*lock-up*) aplicável aos Acionistas Controladores; (iv) direito de preferência para alienação de ações, exceto para alienações em ambiente de bolsa de valores ou no âmbito de uma oferta pública registrada junto à CVM; (v) direito de venda conjunta dos demais acionistas em caso de alienação de ações da Par Participações, exceto para alienações em ambiente de bolsa de valores ou no âmbito de uma oferta pública registrada junto à CVM; e (vi) o acordo de exclusividade entre a Companhia e a Caixa Seguradora. A eficácia do Acordo de Acionistas Pós-Oferta se inicia automaticamente mediante obtenção do registro da Oferta junto à CVM e a divulgação do Anúncio de Início;

(iii) o Acordo de Voto, datado de 3 de outubro de 2014, celebrado entre Par Participações e Astúrias FIP, o qual prevê regras que permitem ao Astúrias FIP exercer influência sobre a indicação de membro Conselho de Administração da Companhia. O Acordo de Voto se encontra em vigor desde a data de sua celebração.

Para uma descrição detalhada do Acordo de Acionistas Pós-Oferta e do Acordo de Voto, vide o item 15.5 do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 580.

Mecanismos de Dispersão de Participação Acionária

O nosso Estatuto Social contém em seu artigo 43, mecanismo que exige que qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza ou grupo de acionistas, que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão ou de direitos que possam resultar na aquisição de ações de emissão da nossa Companhia ou que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% do nosso capital social deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e o nosso Estatuto Social. Esta disposição pode ser alterada de acordo com as regras previstas no nosso próprio Estatuto Social e de acordo com a legislação brasileira relativa a alterações estatutárias. A realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos acima poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins do quorum de deliberação, nos termos do item (ii) acima. Para informações adicionais, ver o item “18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto na página 601.

Identificação dos Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas pelos Acionistas Vendedores e Recursos Líquidos da Oferta

FENAE, associação sem fins lucrativos, com sede no SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, loja 126, Térreo 2, conjunto L, Lote 38, Bloco 2, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.267.237/0001-55. A FENAE detém ações representativas de 21,35% do nosso capital social na data deste Prospecto. Para informações adicionais, os investidores devem ler os itens “8. Grupo Econômico” e “15. Controle” do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir da página 309.

Évora FIP, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 391, registrado junto à CVM sob o nº 675-0, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.223.562/0001-46 é administrado pela sua administradora, a Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94. O Évora FIP detém ações representativas de 3,65% do nosso capital social na data deste Prospecto. Para informações adicionais, os investidores devem ler os itens “8. Grupo Econômico” e “15. Controle” do nosso Formulário de Referência, a partir da página 309.

Algarve, sociedade constituída e validamente existente de acordo com as Leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na 615 South DuPont Highway, Dover, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.349.024/0001-25. A Algarve detém ações representativas de 17,6% do nosso capital social na data deste Prospecto. Para informações adicionais, os investidores devem ler os itens “8. Grupo Econômico” e “15. Controle” do nosso Formulário de Referência, a partir da página 309.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, e o respectivo valor com base no Preço por Ação e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
FENAE.....	34.140.205	390.222.543,15	390.222.543,15
Algarve.....	7.332.074	83.805.605,82	83.805.605,82
Évora FIP.....	2.972.166	33.971.857,38	33.971.857,38
Total	44.444.445	508.000.006,35	508.000.006,35

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,43, correspondente ao preço médio da faixa indicativa de preços. O preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, e o respectivo valor com base no Preço por Ação e considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
FENAE.....	34.140.205	390.222.543,15	390.222.543,15
Algarve.....	10.887.630	124.445.610,90	124.445.610,90
Évora FIP.....	3.861.055	44.131.858,65	44.131.858,65
Total	48.888.890	558.800.012,70	558.800.012,70

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,43, correspondente ao preço médio da faixa indicativa de preços. O preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

Descrição da Oferta

A Oferta compreenderá a distribuição pública secundária de 44.444.445 Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, pelas Instituições Participantes da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e determinadas instituições financeiras a serem contratadas, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560 e/ou pela Lei n° 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida das Ações do Lote Suplementar, conforme opção a ser outorgada pelo Évora FIP e pela Algarve ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação por escrito aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações de nossa emissão e de titularidade do Évora FIP e da Algarve tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta no momento em que for fixado o Preço por Ação. Adicionalmente, não haverá a possibilidade de colocação de ações adicionais prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta foi aprovada (i) pela FENAE, na RDE da FENAE; e (ii) pelo Évora FIP, na AGC do Évora FIP. Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.

O Preço por Ação será aprovado em Assembleia Geral de Cotistas do Évora FIP a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do seu regulamento. Não há necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação (i) pela FENAE, uma vez que a RDE da FENAE delegou ao Diretor Presidente da FENAE os poderes para aprovação do Preço por Ação após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) pela Algarve, nos termos dos seus atos constitutivos.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de aquisição por Ação estará situado entre R\$11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos) e R\$11,60 (onze reais e sessenta centavos) (“**Faixa Indicativa**”), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa (“**Preço por Ação**”). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada nesta seção, no item “Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo, subitem (a)”, na página 49 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding* que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo e o Gávea não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Sem prejuízo do disposto acima, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação dessas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução de liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário. Para mais informações sobre os riscos relativos à participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e/ou reduzir a liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário”, constante deste Prospecto Preliminar, na página 82 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência, são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta e Controle

Na data deste Prospecto, não havia ações de nossa emissão em circulação. Estima-se que após a conclusão da Oferta: (i) sem considerar as Ações do Lote Suplementar, o nosso *free float* passará a representar 27,79% do nosso capital social; e (ii) considerando as Ações do Lote Suplementar, o nosso *free float* passará a representar 30,57% do nosso capital social.

Na data deste Prospecto, possuímos como acionistas controladores a Par Participações, a Caixa Seguros Holding, a Algarve, a FENAE e o Évora FIP, situação esta que não irá se alterar após a realização da Oferta, salvo pela alienação da totalidade da participação detida pela FENAE no âmbito da Oferta.

Para maiores informações, ver item “15. Controle” de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 559.

Custos de Distribuição

As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, as despesas com auditores, advogados e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia. Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados que serão arcados pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total (R\$) ⁽¹⁾⁽⁵⁾	% em relação ao valor total da Oferta	Custo unitário por Ação (R\$)
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação	2.540.000,03	0,50%	0,06
Comissão de Garantia Firme	2.540.000,03	0,50%	0,06
Comissão de Colocação	7.620.000,10	1,50%	0,17
Comissão de Incentivo ⁽²⁾	5.080.000,06	1,00%	0,11
Total de Comissões	17.780.000,22	3,50%	0,40
Tributos relativos às Comissões...	1.899.026,03	0,37%	0,04
Despesas da Oferta			
Taxa de Registro na CVM.....	165.740,00	0,03%	0,01
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA	152.000,00	0,03%	0,00
Taxa de Registro na ANBIMA.....	16.804,64	0,00%	0,00
Advogados ⁽³⁾	3.204.840,00	0,63%	0,07
Auditores Independentes	1.243.000,00	0,24%	0,03
Publicidade da Oferta ⁽⁴⁾	2.500.000,00	0,49%	0,06
Total de Despesas	7.282.384,64	1,43%	0,16
Total de Comissões, tributos e Despesas	26.961.410,90	5,31%	0,61

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$11,43, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.

⁽²⁾ A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta e será paga a exclusivo critério dos Acionistas Vendedores, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

⁽³⁾ Despesas estimadas dos consultores legais dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁴⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

⁽⁵⁾ Custo a ser pago exclusivamente pela Companhia.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados exclusivamente pela Companhia, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros. Para mais informações, veja o fator de risco “Os custos de distribuição verificados com a Oferta serão arcados exclusivamente por nós, o que poderá causar impacto negativo em nossos resultados financeiros”, constante na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, na página 85 deste Prospecto.

Não há outra remuneração devida pela Companhia (com exceção aos Coordenadores da Oferta de ganhos decorrentes das atividades de estabilização) e/ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Público Alvo

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do nosso registro como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, de forma individual e não solidária, na proporção e até o limite previsto no Contrato de Distribuição, nos termos da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 33 da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base diversificada de acionistas, as relações dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Não admissão de distribuição parcial das Ações

Não será admitida distribuição parcial das Ações no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados e se a alíquota for superior a zero, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento. Para mais informações, veja o fator de risco *“Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta”*, constante na seção *“Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”*, na página 83 deste Prospecto.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizem solicitações de reserva mediante o preenchimento dos Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, cuja data final antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações ofertada (considerando as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do item 7.1 (ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (g) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (a), (b) e (d) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar reservas de Ações, de forma irrevogável e irretroatável, mediante preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º, do artigo 45, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

- (b) Os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, qualquer Pedido de Reserva devidamente efetuado por Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada, será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400;
- (c) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida, bem como o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo;
- (d) os Investidores Não Institucionais deverão efetuar o pagamento do valor indicado no item (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenham realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo o pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (e) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima, e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (f) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em suas reservas, e as eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais nos termos da Oferta Institucional;

- (g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R\$3.000,00 (três mil reais) por Investidor Não Institucional; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada (observado o limite de 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações ofertadas, considerando as Ações do Lote Suplementar) para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;
- (h) os Investidores Não Institucionais deverão realizar a aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 59 deste Prospecto.

Oferta Institucional

Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de ordens de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento aos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33, da Instrução CVM 400, incluindo as suas relações com os clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as nossas perspectivas, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a aquisição à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas ordens de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. A aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de contrato de compra e venda, cujo modelo foi previamente apresentado à CVM e informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a aquisição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e/ou reduzir a liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário”, na página 82 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prazos da Oferta

A data de início da Oferta será anunciada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 3 de junho de 2015, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com a data estimada para ocorrer em 10 de julho de 2015, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada na Data de Liquidação, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá na Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar.

As Ações e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei 6.385.

Cronograma Tentativo da Oferta

Abaixo, encontra-se um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do pedido de registro da Oferta junto à CVM.

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta junto à CVM	9 de abril de 2015
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Início do <i>Roadshow</i>	13 de maio de 2015
3.	Nova divulgação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas Início do Período de Reserva	20 de maio de 2015
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	22 de maio de 2015
5.	Encerramento do Período de Reserva	1º de junho de 2015
6.	Encerramento do <i>Roadshow</i> Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	2 de junho de 2015
7.	Concessão do Registro da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	3 de junho de 2015
8.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	5 de junho de 2015
9.	Data de Liquidação	9 de junho de 2015
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	6 de julho de 2015
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	9 de julho de 2015
12.	Data estimada para a divulgação do Anúncio de Encerramento	10 de julho de 2015

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

É admissível o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, dos Acionistas Vendedores, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da garantia firme de liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, ver a seção “Informações relativas à Oferta - Regime de Distribuição das Ações” na página 55 deste Prospecto.

Os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de intervenientes anuentes, a BM&FBOVESPA e o Banco Bradesco S.A., celebraremos o Contrato de Distribuição, cuja cópia física poderá ser obtida junto ao Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção "Informação sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores", na página 40 deste Prospecto na data de divulgação do Anúncio de Início.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações ordinárias de nossa emissão (*Lock-Up*) por nós, por membros da nossa Administração, pelos Acionistas Vendedores e pela Boxters, LLC durante um prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início e, no caso da Boxters, LLC, pelo período de 90 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, nós obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores somos obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, podem resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá ocasionar um impacto significativo e adverso em nossa Companhia e nossos negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – Estamos realizando uma Oferta de Ações no Brasil, com esforços de vendas no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 83 deste Prospecto.

Regime de Distribuição das Ações

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de garantia firme de liquidação, de maneira não solidária, proporcionalmente e até os limites individuais abaixo:

Coordenadores	Quantidade de Ações	% do Total
Coordenador Líder.....	10.000.000	22,50%
J.P. Morgan.....	10.000.000	22,50%
BTG Pactual.....	10.000.000	22,50%
Credit Suisse.....	10.000.000	22,50%
Itaú BBA ⁽¹⁾	4.444.445	10,00%
Total	44.444.445	100,00%

⁽¹⁾ Garantia firme de liquidação a ser prestada pelo Itaú Unibanco S.A.

Caso as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente adquiridas por investidores não tenham sido totalmente liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta realizará, de forma individual e não solidária, a liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais referidos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Oferta pela CVM, deferido o nosso registro como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sem prejuízo das atividades previstas no Contrato de Estabilização.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das Ações, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de nossa emissão, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual deverá ser previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM.

Restrições à negociação das Ações (*Lock-up*)

Nós, os Acionistas Vendedores, a Boxters, LLC e os membros da nossa Administração estaremos obrigados perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início e, no caso da Boxters, LLC, pelo período de 90 (noventa) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos seis meses subsequentes à Oferta a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) empréstimo de ações de nossa emissão pela Algarve ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; (ii) transferência das Ações do Lote Suplementar resultante do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar; e (iii) transferência de ações de nossa emissão no âmbito de planos de opção de compra de ações.

Alguns de nossos acionistas estão ainda sujeitos a restrições à negociação de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos estabelecidos no Acordo de Acionistas Original e no Acordo de Acionistas Pós-Oferta. Para maiores informações sobre a restrição à negociação decorrente de nossos acordos de acionistas, vide item “15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte” do Formulário de Referência, a partir da página 580 deste Prospecto Preliminar.

As Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores que venham a ser adquiridas pelo Gávea, no âmbito da Oferta estão sujeitas a determinadas restrições à venda de ações (*lock-up*), previstas no Acordo de Investimento, o qual estabelece que, por um período de 270 dias contados da Data de Liquidação, o Gávea não poderá efetuar quaisquer das seguintes operações com relação às ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores por ele adquiridas no âmbito da Oferta: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor das ações; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir as ações; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii) acima (exceto em qualquer caso por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas do Gávea).

Para mais informações sobre o Acordo de Investimento do Gávea, vide item “Acordo de Investimento” na página 59 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos em nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- (a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- (b) direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;
- (c) direito de alienar as ações de nossa emissão, nas mesmas condições asseguradas aos nossos acionistas controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- (d) direito de alienar as Ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelos nossos acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao nosso poder de decisão, nossos administradores e/ou nossos acionistas controladores;
- (e) no caso de ocorrer nossa liquidação, os acionistas terão direito de participar do nosso acervo, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas ações por nós emitidas, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados por nós a partir da divulgação do Anúncio de Início, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão; e
- (h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no nosso Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, sendo que as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado e incluídas no nosso Estatuto Social, tem a sua eficácia suspensa até a divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no nosso Estatuto Social.

Instituição Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é o Banco Bradesco S.A.

Negociação das Ações e Informações sobre a Companhia

Nós e os nossos Acionistas Controladores celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, por meio do qual aderimos às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem por nós observadas, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, desde que o valor das ações em circulação de emissão da Companhia imediatamente após a Oferta não seja inferior a R\$500 milhões.

As ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "PARC3".

Segundo o nosso Estatuto Social, nosso objeto social consiste na (i) corretagem de seguros de todos os ramos, (ii) administração de bens, assessoria e consultoria na área de seguros e organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes, bem como (iii) a participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgação por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira semanalmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados e se a alíquota for superior a zero.

Na hipótese exclusiva de modificação da Oferta, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta a deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira eventualmente aplicáveis, se a alíquota for superior a zero.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. A Oferta será realizada por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, as quais possuem como públicos alvo Investidores Não Institucionais, assim como Investidores Institucionais. O investidor deve verificar qual das ofertas supracitadas é adequada ao seu perfil. No entanto, o investimento em renda variável, como no caso das Ações, apresenta possibilidade de perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Acordo de Investimento do Gávea

Em 13 de maio de 2015, os Acionistas Vendedores celebraram com o GIF V PIPE, um acordo de investimento, por meio do qual, sujeito a determinadas condições, o Gávea comprometeu-se a efetuar um investimento privado irrevogável, sujeito a determinadas condições listadas abaixo, mediante a aquisição de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta, no montante total de R\$140 milhões.

Nos termos do Acordo de Investimento, as ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores que venham a ser adquiridas pelo Gávea, no âmbito da Oferta, estão sujeitas a restrições à venda de ações (*lock-up*), por um período de 270 dias contados da Data de Liquidação, sobre as quais o Gávea não poderá efetuar quaisquer das seguintes operações: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor das ações; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir as ações; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii) acima (exceto em qualquer caso por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas do Gávea).

O compromisso do Gávea de adquirir R\$140 milhões em ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, está sujeita às seguintes condições: (i) que a faixa de preço por ação (R\$11,25 a R\$11,60 por ação) corresponda a uma avaliação pré-oferta da Companhia de R\$1.798.956.922,50 a R\$1.854.924.471,20; (ii) a Oferta ocorra e seja devidamente liquidada simultaneamente à liquidação da aquisição das ações pelo Gávea; (iii) o Gávea se compromete a adquirir as ações no valor total de investimento equivalente a R\$140 milhões, desconsiderada eventual fração de ação, desde que o preço por ação seja fixado dentro da faixa de preço por ação divulgada neste Prospecto Preliminar da Oferta e os Acionistas Vendedores concordam em garantir tal direito de aquisição ao Gávea; (iv) na hipótese da precificação da Oferta fora da faixa de preço indicada neste Prospecto Preliminar, o Gávea não terá a obrigação de realizar o investimento privado, mas terá o direito, se assim desejar, de adquirir ações no valor equivalente à até R\$140 milhões, desconsiderada eventual fração de ação; e (v) não tenha ocorrido nenhum fato relevante que seja adverso às operações ou condição financeira ou jurídica da Companhia, e que, portanto, exija modificação e recirculação do prospecto preliminar da Companhia, datado de 13 de maio de 2015, concedendo aos investidores da Oferta direito de desistência de seus pedidos de reserva que venham a ser realizados no contexto da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

Não haverá celebração de acordo de acionistas sobre tal compromisso de investimento. O Gávea não participará do Procedimento de *Bookbuilding*, no âmbito da Oferta. O Acordo será automaticamente extinto e deixará de produzir quaisquer efeitos, sem qualquer responsabilidade para qualquer das partes, em 23 de junho de 2015, na hipótese da Oferta não ter sido liquidada até, e incluindo, a referida data, sem considerar eventual exercício e liquidação da Opção de Lote Suplementar no contexto da Oferta. Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento, *vide o fator de risco "O Acordo de Investimento celebrado entre os Acionistas Vendedores e o Gávea está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão ao Gávea o direito de não realizar o investimento"*, na seção "Fatores de Risco", na página 86 deste Prospecto.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência da Companhia; (ii) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Participante da Oferta; e (iv) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta.

Violações de Norma de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de nossa emissão, emissão de relatórios e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão canceladas todas as ordens de investimento, Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverão informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira semanalmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados e se a alíquota for superior a zero, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, e (iii) poderá ser suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor indicado abaixo, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da BM&FBOVESPA:

Companhia

www.parcorreтора.com.br/ri (neste *website*, acessar o item “Avisos”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Acionista Vendedor

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

www.fenae.org.br (neste *website*, clicar em “Avisos da Oferta Pública Secundária de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Coordenadores da Oferta

BANCO BRADESCO BBI S.A.

http://www.bradescobbi.com.br/site/ofertas_publicas/ (neste *website* identificar “Par Corretora” e, posteriormente, escolher o link específico de cada anúncio e aviso da oferta)

BANCO J.P.MORGAN S.A.

<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/fpcpar> (neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da oferta)

BANCO BTG PACTUAL S.A.

<https://www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais> (neste *website*, clicar em “2015” no menu à esquerda e a seguir no título do documento correspondente, logo abaixo de “Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta).

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (Brasil) S.A.

https://br.credit-suisse.com/investment_banking/ofertas.aspx (neste *website*, clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

BANCO ITAÚ BBA S.A.

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, acessar “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Instituições Consorciadas

<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=pt-br> (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Comissão de Valores Mobiliários

<http://www.cvm.gov.br> (neste *website* (i) em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta; ou (ii) em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Informações Sobre Companhias”, em seguida “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, buscar por “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, e em seguida selecionar “Documentos de Oferta de Distribuição Pública”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?aba=tabItem2&idioma=pt-br> (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Informações Adicionais

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendamos aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Nossa Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, constantes do Prospecto Preliminar, bem como os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” constantes do Formulário de Referência, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

Este Prospecto estará disponível, a partir desta data, nos seguintes *websites* indicados abaixo:

Companhia

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000, Brasília, DF

At.: João Domingos Martins Villas

Tel.: +55 (61) 3426-9500

Fax: +55 (61) 3426-9500

www.parcorretora.com.br/ri (neste *website* acessar o item “Prospectos” e clicar em “Prospecto Preliminar”)

Acionista Vendedor

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, loja 126, Térreo 2, conjunto L, Lote 38, Bloco 2, Asa Sul

CEP 70340-906, Brasília, DF

At.: Jair Pedro Ferreira/ Marcelo Maron

Tel.: +55 (61) 3323-7516/+55 (61) 3041-9898

Fax: +55 (61) 3323-7516

www.fenae.org.br (neste *website*, acessar “Institucional”, depois clicar em “Par Corretora”, posteriormente clicar em “Prospecto Preliminar”)

Coordenadores da Oferta

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar

CEP 01310-917, São Paulo, SP

At.: Sr. Glenn Mallett

Tel.: +55 (11) 2178-5077

Fax: +55 (11) 2178-4880

http://www.bradescobbi.com.br/site/ofertas_publicas/ (neste *website* identificar “Par Corretora” e, posteriormente, “Prospecto Preliminar”)

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º ao 15º andares

CEP 04538-905 - São Paulo, SP

At.: Sr. Daniel Darahem

Tel.: +55 (11) 4950-3700

Fax: +55 (11) 4950-3760

<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/fpcpar>

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

Fax: +55 (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais> (neste *website*, clicar em “2015” no menu à esquerda e a seguir em “Prospecto Preliminar”, logo abaixo de “Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A.”)

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)

CEP 04542-000, São Paulo, SP

At. Sr. Marcelo Millen

Tel.: +55 (11) 3701-6000

Fax: +55 (11) 3701-6912

https://br.credit-suisse.com/investment_banking/ofertas.aspx (neste *website*, clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.” e, posteriormente, em “Prospecto Preliminar”)

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Renata Dominguez

Tel.: +55 (11) 3708-8000

Fax: +55 (11) 3708-8107

<http://www.italu.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, acessar “FPC Par Corretora de Seguros S.A. - Prospecto Preliminar”)

Instituições Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 20 de maio de 2015, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA.

Adicionalmente, este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br - neste *website* acessar (a) em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.” e clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível”; ou (b) em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Informações Sobre Companhias”, em seguida “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, buscar por “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, e em seguida selecionar “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e clicar no link referente ao último Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **BM&FBOVESPA** (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=pt-br> – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “FPC Par Corretora de Seguros S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor *Investment Banking* do Brasil em 2014 pela *Euromoney* e “*Best Investment Bank 2012 in Brazil*” pela *Global Finance Magazine*, tendo assessorado, no ano de 2013, transações de *Investment Banking* com volume de aproximadamente R\$ 136,015 bilhões e em 2014 R\$ 93,027 bilhões:

- Presença constante em operações de renda variável nos anos de 2013 e 2014, liderando IPOs e *Follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM, ANBIMA e SEC no período, o Bradesco BBI participou como Coordenador e Joint Bookrunner de 13 ofertas, que somadas representaram um volume superior a R\$35 bilhões. Dentre elas, podemos destacar: IPO da BB Seguridade, no valor de R\$11.475 milhões; IPO da Smiles, no valor de R\$1.132 milhões; IPO da Via Varejo, no valor de R\$2.845 milhões, *Follow-on* da Oi S.A. no valor de R\$13.960 milhões e IPO da Ourofino no valor de R\$418 milhões.
- Com diversas transações realizadas, o Bradesco BBI finalizou o ano de 2014 entre os principais bancos em Renda Fixa, liderando o Ranking Anbima de Renda Fixa de novembro de 2014. No período coordenou 169 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$ 28,72 bilhões. No mercado internacional, o Bradesco BBI ampliou sua presença na distribuição de títulos no exterior, atuando no período como *Bookrunner* em 31 emissões de *bonds* que ultrapassaram o montante de US\$ 23,93 bilhões, mantendo-se na terceira posição do ranking Anbima de Emissões externas, em dezembro de 2014. Em Project Finance, no ano de 2014, o Bradesco BBI conquistou a terceira colocação no ranking da *Dealogic de Mandated Lead Arranger* da América Latina e Caribe. Ainda em 2014, no ranking da ANBIMA, o Bradesco BBI manteve-se em posição de liderança, obtendo a primeira colocação na categoria de Estruturador tanto em volume quanto em número de operações. Atualmente, o Bradesco BBI está envolvido em assessoria e estruturação financeira em cerca de 22 projetos que totalizam aproximadamente R\$ 18,08 bilhões em investimentos. Em setembro de 2014, o Bradesco BBI, na condição de *Arranger*, foi reconhecido pela Latin Finance, ganhando três prêmios *Deal of the Year* por duas operações: Sete Brasil (*Best Oil & Gas Financing* e *Best Infrastructure Financing: Brazil*) e Guarulhos Airport (*Best Airport Financing*).
- No ano de 2013, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil, segundo Ranking Anbima de Fusões e Aquisições de dezembro do mesmo ano. Em 2014, o Bradesco BBI assessorou 14 operações anunciadas, totalizando R\$ 62,33 bilhões, aproximadamente. Destacamos dentre elas: Assessoria à Rumo na fusão com a ALL – America Latina Logística no valor de R\$ 13,5 bilhões; Assessoria à BR Towers na alienação de 100% de suas ações para a American Towers, no valor de R\$ 2,18 bilhões; assessoria à Oi S.A. na venda de 1.641 torres para a SBA Torres, no valor total de R\$ 1,17 bilhões; assessoria à Embratel em sua reestruturação societária no valor de R\$ 31,8 bilhões; assessoria a Scopus serviços em alienação de suas operações para a IBM por valor não divulgado; assessoria à João Fortes na alienação de parcela na Shopinvest por R\$258 milhões; assessoria à AUX na alienação das operações para investidores baseados no Catar por US\$400 milhões.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos do país, segundo o ranking oficial do Banco Central sobre os 50 Maiores Bancos, realizado em setembro de 2014, e foi eleito melhor banco do Brasil em 2014 e 2013 de acordo com a Euromoney e Global Finance, respectivamente. Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da Brand Finance de 2013. O Bradesco está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede que atende a mais de 26,4 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 73,3 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,67 mil agências. No ano de 2013, o lucro líquido foi de R\$ 12,011 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$ 908,139 bilhões e R\$ 70,94 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *investment banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida no mercado local e internacional e emissões de ações, entre outros; a área de *local markets, sales & trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de equities disponibiliza serviços de corretora, *market-maker*, subscrições e operações com derivativos e de american *depository receipts*; a área de *private bank* assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de *treasury and securities services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos; e a área de *worldwide securities services* oferece serviços de custódia a investidores não residentes.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,4 trilhões, em 31 de dezembro de 2013, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, segundo dados da Dealogic e Thomson Reuters, o J.P. Morgan foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo dados emitidos pela Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*), em 2007. Essa posição de liderança do J.P. Morgan está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios, conforme publicação da revista IFR Awards em 2008, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi considerado como a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week, em 2008.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “*Best Equity House in Latin America*”. Em 2008, o J.P. Morgan recebeu também o prêmio “*Best M&A House in Latin America*” e, em 2009, o prêmio “*Best Investment Bank in Latin America*”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan recebeu os prêmios “*Best Investment Bank in Latin America*”, concedido pela Latin Finance, e “*Best M&A House in Mexico*”, “*Best M&A House in Chile*”, “*Best Debt House in Brazil*” e “*Best Investment Bank in Chile*”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan foi novamente premiado como “*Best Investment Bank in Latin America*”, assim como “*Best M&A House*”, ambos pela Latin Finance. No 3º trimestre de 2013, o J.P. Morgan liderou o ranking de M&A Brasil em valor de operação de acordo com o ranking da ANBIMA. Em 2014, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Euromoney como o “*Best Equity House in Latin America*”.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan na América Latina, bem como sua presença em relevantes transações, como as ofertas da Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma ampla plataforma de produtos, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1 de janeiro de 2008 e 1 de janeiro de 2014, US\$1.428 bilhões em ações em 1992 transações, 3% a mais que o segundo colocado, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan conquistou o prêmio “*#1 Equity Research Team in Latin America*” em 2009, 2010 e 2011, concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios “*Bank of the Year*” (2008), “*Equity House of the Year*” (2008 e 2009), “*Bond House of the Year*” (2008), “*Derivatives House of the Year*” (2008), “*Loan House of the Year*” (2012), “*Securitization House of the Year*” (2008 e 2010), “*Leveraged Loan House of the Year*” (2008), “*Leveraged Finance House of the Year*” (2008), “*High-Yield Bond House of the Year*” (2012), “*Financial Bond House of the Year*” (2009), “*Latin America Bond House of the Year*” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “*Best Investment Bank*” da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan como “*Best Equity Bank*” e “*Best Debt Bank*” baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Ribeirão Preto, Curitiba, Cuiabá, Sorriso e Varginha. Possui, ainda, escritórios em Londres, Genebra, Nápoles, Kiev, Nova Iorque, Stamford, Houston, Hong Kong, Shanghai, Singapura, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá, Buenos Aires, San José, Joanesburgo e Nairobi.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2013 pelo número de operações, participando de um total de mais de 150 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “*Best Investment Bank*” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” em 2012, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, em 2012 e em 2013 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead *settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, até o presente momento, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições em 2010, 2011 e 2013, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como a fusão da TAM com a LAN, joint-venture entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações, tais como parceria da MPX com a E.ON, aquisição do controle da Comgás pela Cosan, aquisição dos ativos da OHL Brasil pela Abertis e consolidação do controle da EcoRodovias pela CR Almeida. Em 2013, assessorou clientes em transações relevantes, destacando-se entre outras a venda do Grupo Ometz (Wise-up) para a Abril Educação, venda de co-controle na MPX para a E.ON, assessor da GDF Suez na alienação de participação minoritária na Hidrelétrica de Jirau para Mitsui, assessor da Vale na colocação privada de VLI com Mitsui, FGTS e Brookfield.

Credit Suisse

A estratégia do Credit Suisse – instituição fundada em 1856, com sede em Zurique, Suíça – consiste em atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas duas divisões principais de negócios: *Private Banking & Wealth Management* e *Investment Banking*.

O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes. Além disso, está presente em mais de 50 países e conta com mais de 46 mil funcionários de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades.

As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e, na forma de ADS (CS), em Nova York (NYSE). Os *ratings* de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's A1, Standard & Poor's A, Fitch Ratings A.

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil e o assessor de confiança de pessoas físicas e investidores institucionais, além de oferecer uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Em 1990, o Credit Suisse estabeleceu sua presença no Brasil e foi um dos primeiros bancos de investimentos globais estabelecidos no País. Em 1998, com a aquisição do Banco Garantia (fundado em 1971), passou a ser o maior banco de investimentos do Brasil. Posteriormente, em 2006, com a aquisição da Hedging–Griffo (fundada em 1981), o Credit Suisse ingressou nos setores de *Private Banking* e *Alternative Asset Management* no Brasil. Desde 2013, o Credit Suisse e a Credit Suisse Hedging–Griffo oferecem uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *Investment Banking*, *Private Banking* e *Asset Management*.

A solidez do Credit Suisse no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em 2013 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco.

Investment Banking

Na área de Investment Banking, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida e mantém a liderança consolidada nessa área no Brasil.

- Líder no segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) entre 2005 e 2013, com volume de US\$42,0 bilhões e *market share* de 51,1%, segundo a Dealogic.
- Líder no *ranking* de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil, entre 2005 e 2013 de acordo com a Thomson Reuters Securities Data Company.
- A Corretora de Valores do Credit Suisse é a maior do Brasil nos últimos 7 anos em termos de volume negociado. Em 2013, negociamos R\$436,5 bilhões, o equivalente a 11,9% do volume negociado na BM&FBovespa.
- O Credit Suisse Brasil também é um dos maiores formadores de mercado do País, com mais de 23 companhias como clientes, em vários setores, inclusive pequenas, médias e grandes companhias, listadas no IBX-50, no IBX-100 e no Ibovespa, além de sete ETFs e diversas séries de opções de dez ações da BM&FBovespa. Nosso volume negociado atingiu cerca de R\$34 bilhões em 2012 e R\$31 bilhões em 2013, com uma média de participação de 25% nessas ações.
- Adicionalmente ao volume negociado, o formador de mercado também tem uma participação de 35% no volume de negócios, o que, para os principais índices da BM&FBovespa, é uma variável extremamente importante.
- Em 2013, o Credit Suisse foi nomeado como a “Instituição Global de Financiamento Alavancado do ano” pelo Awards for Excellence, da revista Euromoney; como o “Melhor Banco de Investimentos da América Latina” e como a “Melhor Instituição para Operações de M&A na América Latina”, pelo quarto ano consecutivo, na premiação regional da Euromoney.
- O Credit Suisse foi eleito *Latin America Equity House of the Year* em 2011 e “O Banco do Ano” em 2009, pela International Financing Review. Em 2010, o Credit Suisse foi reconhecido como o “Melhor Banco Global”, “Melhor Banco de Investimentos para Mercados Emergentes” e “Melhor M&A House do Brasil”, pela revista Euromoney.

CSHG Private Banking

Os clientes do *Private Banking* da CSHG têm atendimento personalizado por *bankers* e especialistas que desenvolvem estruturas exclusivas e, constantemente, propõem novas oportunidades feitas sob medida, de acordo com seus planos atuais e futuros.

Além da assessoria de investimentos, a CSHG oferece aconselhamento em planejamento sucessório, patrimonial, e, inclusive, em investimentos sociais e filantropia. O *Private Banking* da CSHG administra mais de R\$62 bilhões e é um dos líderes no Brasil.

CSHG Asset Management

A CSHG Asset Management busca excelência em gestão de recursos com uma equipe experiente e oferece uma ampla gama de produtos em todas as classes de ativos: Renda Fixa, Crédito, Multimercado, Ações *Long-Only*, Ações *Long-Short*, Ações *Long-Bias*, Global e Imobiliário.

Além disso, trabalha para antecipar os grandes movimentos do mercado, gerar riqueza e proteger sempre o patrimônio dos nossos clientes. Atualmente, administra R\$49,1 bilhões para pessoas físicas, empresas e fundações.

Responsabilidade Social e Cultural

Como patrocinador no Brasil, o Credit Suisse privilegia projetos nas seguintes áreas:

- Música clássica: Osesp, Sociedade de Cultura Artística, Mozarteum Brasileiro, Tucça, Fundação Maria Luisa e Oscar Americano e Orquestra Sinfônica Brasileira – RJ
- Artes plásticas: Instituto Inhotim, Pinacoteca do Estado de São Paulo, MAM SP, MAM RJ, sp-arte foto, Instituto Tomie Ohtake
- Esportes: Aberto do Brasil de Golfe 2014

Além disso, o Instituto CSHG é o principal investimento social do Credit Suisse no Brasil e foi criado, há mais de uma década, para apoiar projetos sociais que promovem o desenvolvimento do País.

O principal objetivo do Instituto CSHG – que tem como principal foco a educação – é maximizar o retorno social dos investimentos, para que a diminuição das desigualdades se torne, de fato, uma realidade. Em 2014, o Instituto CSHG beneficiará mais de 16.000 crianças, adolescentes e jovens em 22 projetos.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$354 bilhões e lucro líquido de R\$4,3 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance. Em 2013 o Itaú BBA foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui estrutura independente de pesquisa, tendo recebido o prêmio de casa de *research* Brasil pela Institutional Investor em 2010, 2011 e 2012. Em 2014, o Itaú BBA atuou como *joint bookrunner* de ofertas com volume total de US\$12,1 bilhões alcançando o terceiro lugar por quantidade de transações no *ranking* de Emissões de Empresas Brasileiras de dezembro de 2014 da BondRadar.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 78 transações em 2014, obtendo a primeira colocação no *ranking* Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US\$25,0 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2014 o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$21,2 bilhões. No *ranking* ANBIMA de distribuição de renda fixa, de janeiro a dezembro de 2014, classificou-se na 1ª posição em volume com 20,0% de participação de mercado.

Adicionalmente, o Itaú BBA foi reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor banco de investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E OS COORDENADORES

Nenhuma das operações descritas abaixo são vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, a CNP Assurance Brasil Holding Ltda., sociedade pertencente ao nosso grupo econômico, possui 105.592 cotas no Bradesco Europa Fundo de Investimento Multimercado, que totalizam cerca de €27,4 milhões.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a nossa Companhia. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Nós, os Acionistas Controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para maiores informações, leia o fator de risco “A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de nossa emissão” na página 85 deste Prospecto Preliminar.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão, ou em operações de financiamento e em nossas reestruturações societárias.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, declaramos que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre Nós e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento relativo à Oferta, nós não mantemos relacionamento comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

Nós, os Acionistas Controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para maiores informações, leia o fator de risco “A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de nossa emissão” na página 85 deste Prospecto Preliminar.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão, ou em operações de financiamento e em nossas reestruturações societárias.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, declaramos que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre Nós e o BTG Pactual

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, informamos que a Par Riscos Especiais S.A., nossa subsidiária, atuou nos últimos 12 meses como corretora de seguros em apólices emitidas pela seguradora do grupo econômico do BTG Pactual, resultando em uma comissão de pouco mais de R\$40 mil reais.

Adicionalmente, celebramos em 11 de fevereiro de 2015 com o BTG Pactual uma operação de câmbio de venda para a Boxters LLC, no valor de US\$268.042,22.

Exceto pelo descrito acima e por uma conta que mantemos aberta junto ao BTG Pactual, cabe esclarecer que não há qualquer tipo de empréstimos, investimentos e/ou outras relações eventuais entre o BTG Pactual ou sociedades do seu conglomerado econômico ou seus controladores e nós ou nosso conglomerado econômico nos últimos 12 meses.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual podem possuir títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação das sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual em nossas ações não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Não contratamos o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Não obstante, nós e/ou sociedades de nosso conglomerado econômico poderemos contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, reestruturação societária, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das nossas atividades.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poder adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da sua Oferta.

Relacionamento entre Nós e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a nossa Companhia. Poderemos, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, declaramos que não há qualquer relacionamento entre a nossa Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre Nós e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto Preliminar não há qualquer tipo de empréstimos, investimentos e/ou outras relações eventuais entre o Itaú BBA ou sociedades do seu conglomerado econômico ou seus controladores e nós ou nosso conglomerado econômico nos últimos 12 meses, e que nem nós e nem qualquer das sociedades do nosso conglomerado econômico possuímos contas abertas junto ao Itaú BBA.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Itaú BBA ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA podem possuir títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação das sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA em nossas ações não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Não contratamos o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Não obstante, nós e/ou sociedades de nosso conglomerado econômico poderemos contratar, a qualquer tempo, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, reestruturação societária, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das nossas atividades.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poder adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, declaramos que não há qualquer relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Exceto no que se refere à Oferta, o Coordenador Líder não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento relativo à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Em 13 de maio de 2015, os Acionistas Vendedores celebraram com o GIF V PIPE, o Acordo de Investimento, por meio da qual, o GIF V PIPE e/ou outra entidade afiliada da Gávea Investimentos Ltda. comprometeu-se a efetuar um investimento privado na Companhia, irrevogável, sujeito a determinadas condições, mediante a aquisição de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta, no montante total de R\$140 milhões. Para maiores informações, veja seção “Sumário da Companhia – Eventos Recentes”, na página 26 deste Prospecto e o fator de risco “*O Acordo de Investimento celebrado entre os Acionistas Vendedores e o Gávea está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão ao Gávea o direito de não realizar o investimento*”, na seção “Fatores de Risco”, na página 86 deste Prospecto. O J.P. Morgan e o Gávea Investimentos Ltda. são sociedades sob controle indireto comum. Não obstante, o Gávea Investimentos exerce a gestão de seus fundos de forma independente.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, cabe esclarecer que, exceto pelo disposto abaixo, não há qualquer tipo de empréstimos, investimentos e/ou outras relações eventuais entre o BTG Pactual ou sociedades do seu conglomerado econômico e os Acionistas Vendedores nos últimos 12 meses, e que nenhum dos Acionistas Vendedores possuem conta aberta junto ao BTG Pactual.

A Algarve, LLC possui conta perante a BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., mas não efetuou nenhuma operação nos últimos 12 meses.

O Sr. José Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, cotista exclusivo do Évora Fundo de Investimento Multimercado, que por sua vez, é o único cotista do Évora Fundo de Investimento em Participações, é cliente do BTG Pactual e da área de *asset management* do BTG Pactual, (i) tendo realizado operações de câmbio e em bolsa nos últimos 12 meses, sendo que o BTG Pactual recebeu aproximadamente R\$21.000,00 a título de receita referente a essas operações nos últimos 12 meses; e (ii) adquiriu CDBs emitidos pelo BTG Pactual em 30 de março de 2015, no valor de R\$15.000,00 e com vencimento em 30 de março de 2018.

Não obstante, os Acionistas Vendedores poderão contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da sua Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que não qualquer relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Exceto no que se refere à Oferta, o Itaú BBA não possui atualmente qualquer outro relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que não qualquer relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 23 deste Prospecto e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 309, as nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto, a partir da página 149.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que poderão nos afetar e afetar a nossos Acionistas Vendedores de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas por nós ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá “um efeito adverso para nós” ou nos “afetará adversamente” significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de nossas Ações.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados às Ações e à Oferta. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 23 deste Prospecto e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir da página 309.

Um mercado ativo e líquido para as nossas Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. A BM&FBOVESPA apresentou um valor de mercado (capitalização bursátil) de aproximadamente R\$2.259 bilhões (ou US\$692 bilhões) em 31 de março de 2015, e um volume médio diário de negociação de R\$6,6 bilhões no ano. Adicionalmente, ao final de fevereiro de 2015, as 183 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa representavam 69,09% do valor de mercado, 75,50% do volume financeiro e 82,52% dos negócios realizados no mercado a vista. Não se pode assegurar que, após a conclusão da Oferta, haverá liquidez das Ações, o que poderá limitar a capacidade dos adquirentes das Ações vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Tais características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de vender as Ações pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas Ações, inclusive pelos nossos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre nós.

Nós, os Acionistas Vendedores, a Boxters, LLC e os membros da Administração celebraremos acordos de restrição à venda das ações ordinárias de nossa emissão (*Lock-up*), por meio dos quais nos comprometeremos a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início e, no caso da Boxters, LLC, pelo período de 90 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de nossa emissão de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos seis meses subsequentes à Oferta, a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta anteriormente mencionada.

As Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores que venham a ser adquiridas pelo Gávea, no âmbito da Oferta estão sujeitas a determinadas restrições à venda de ações (*lock-up*), previstas no Acordo de Investimento, o qual estabelece que, por um período de 270 dias contados da Data de Liquidação, Gávea não poderá efetuar quaisquer das seguintes operações com relação às ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores por ele adquiridas no âmbito da Oferta: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor das ações; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir as ações; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii) acima (exceto em qualquer caso por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas do Gávea).

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de nossa emissão pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de nossa emissão. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)” na página 56 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 61 deste Prospecto.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das nossas Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de nossa emissão ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão e na diluição da participação do investidor no nosso capital social.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante sua participação no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de aquisição e liquidação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento” na página 59 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior.

A Oferta compreende a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores que sejam: (a) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, em conformidade com o disposto no *Securities Act* e (b) compradores qualificados (*qualified purchasers*) conforme definido no artigo 2(a)(51) do *Investment Company Act* de 1940, conforme alterado; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, editado pela SEC e observada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560.

Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores somos parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós e os Acionistas Vendedores os indenizemos, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Nós e os Acionistas Vendedores também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas aos nossos negócios e em cada um dos casos indicados acima, mas procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação nossa em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar negativamente.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelos mercados emergentes. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar nosso futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado de nossas Ações.

Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos aos nossos acionistas no valor de pelo menos 50% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

Os investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta experimentarão uma diluição imediata no valor contábil de suas ações após a Oferta e, se formos liquidados pelo nosso valor contábil, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

O Preço por Ação deverá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações em circulação imediatamente após a Oferta. Em 31 de março de 2015, o valor de nosso patrimônio líquido consolidado era de R\$114,1 milhões, ou R\$0,71 por ação. Isso representa uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação de R\$10,72 para novos investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta pelo Preço por Ação. Como resultado dessa diluição, os investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta podem receber significativamente menos que o preço total de compra que eles pagaram pelas Ações adquiridas no âmbito da Oferta em caso de nossa liquidação.

Após a Oferta, continuaremos sendo controlados pelos nossos atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os nossos atuais Acionistas Controladores serão titulares de 65,81% das ações ordinárias de nossa emissão. Dessa forma, os nossos atuais Acionistas Controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as nossas decisões, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos contratadas com terceiros para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de nossa emissão como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins dos artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Os custos de distribuição verificados com a Oferta serão arcados exclusivamente por nós, o que poderá causar impacto negativo em nossos resultados financeiros.

Nós arcaremos com os custos de distribuição decorrentes da Oferta, conforme descrito neste Prospecto e no Contrato de Distribuição. Tendo em vista que os recursos líquidos captados com a presente Oferta serão destinados em sua totalidade aos Acionistas Vendedores, o pagamento de tais custos por nós poderá ter um impacto adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais ou situação financeira. Para maiores informações sobre nossa situação financeira, ver item “10. Comentários dos Diretores”, a partir da página 421 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

O Acordo de Investimento celebrado entre os Acionistas Vendedores e o Gávea está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão ao Gávea o direito de não realizar o investimento.

Os Acionistas Vendedores celebraram com o GIF V PIPE, em 13 de maio de 2015, o Acordo de Investimento por meio do qual, sujeito a determinadas condições abaixo descritas, o Gávea firmou um compromisso de efetuar um investimento na Companhia, mediante a aquisição de ações ordinárias, no montante de R\$140 milhões. A obrigação do Gávea, de adquirir R\$140 milhões em ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, está sujeita às seguintes condições: (i) que a faixa de preço por ação (R\$11,25 a R\$11,60 por ação) corresponda a uma avaliação pré-oferta da Companhia de R\$1.798.956.922,50 a R\$1.854.924.471,20; (ii) a Oferta ocorra e seja devidamente liquidada simultaneamente à liquidação da aquisição das Ações pelo Gávea; (iii) o Gávea se compromete a adquirir as ações no valor total de investimento equivalente a R\$140 milhões, desconsiderada eventual fração de ação, desde que o preço por ação seja fixado dentro da faixa de preço por ação divulgada neste prospecto preliminar da Oferta e os Acionistas Vendedores concordam em garantir tal direito de aquisição ao Gávea; (iv) na hipótese da precificação da Oferta fora da faixa de preço indicada no prospecto preliminar, o Gávea não terá a obrigação de realizar o investimento privado, mas terá o direito, se assim desejar, de adquirir Ações no valor equivalente à até R\$140 milhões, desconsiderada eventual fração de ação; e (v) não tenha ocorrido nenhum fato relevante que seja adverso às operações ou condição financeira ou jurídica da Companhia e que, portanto, exija modificação e recirculação do prospecto preliminar da Companhia, datado de 13 de maio 2015, concedendo aos investidores da Oferta direito de desistência de seus pedidos de reserva que venham a ser realizados no contexto da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

Caso qualquer uma dessas condições não seja atendida, o Gávea poderá não realizar o investimento pretendido, o que poderá comprometer a viabilidade da Oferta. Para mais informações sobre o Acordo de Investimento e sobre o acordo de acionistas, vide item “Acordo de Investimento”, na página 59 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, não receberemos quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos da venda das Ações objeto da Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta os empréstimos consolidados e parcelamentos de tributos consolidado e o patrimônio líquido consolidado da nossa Companhia em 31 de março de 2015. As informações abaixo descritas foram extraídas das nossas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2015.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com os itens “3. Informações financeiras selecionadas” e “10. Comentários dos diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como com as demonstrações financeiras da nossa Companhia anexas a este Prospecto.

	Em 31 de março de 2015
	(em R\$ milhões)
Empréstimos e parcelamentos de tributos	24,4
Circulantes	3,1
Não circulantes	21,3
Patrimônio líquido	114,1
Capitalização total⁽¹⁾	138,5

⁽¹⁾ Corresponde à soma do total dos empréstimos e parcelamentos de tributos consolidados circulantes e não circulantes e o total do patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2015.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2015.

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, não receberemos quaisquer recursos em decorrência da Oferta e, conseqüentemente, a Oferta não impactará na nossa capitalização total.

DILUIÇÃO

Em 31 de março de 2015, o valor do nosso patrimônio líquido consolidado, era de R\$114,1 milhões e o valor patrimonial por Ação de nossa emissão, na mesma data, era de R\$0,71. O referido valor patrimonial por Ação representa o valor do nosso patrimônio líquido consolidado, dividido pelo número total de ações ordinárias de nossa emissão em 31 de março de 2015.

A venda das Ações ao Preço por Ação representa uma diluição imediata de R\$10,72 por Ação para os investidores da Oferta, considerada a diferença entre o Preço por Ação e seu valor patrimonial por ação em 31 de março de 2015. Esta diluição representa um percentual de diluição imediata de 93,79% por Ação para os investidores da Oferta, calculada pela divisão do valor de diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta pelo Preço por Ação.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2015, considerando a realização da Oferta:

Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$11,43
Valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2015	R\$0,71
Diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta ⁽²⁾	R\$10,72
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta⁽³⁾	93,79%

⁽¹⁾ Ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2015.

⁽³⁾ Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial por Ação para os investidores da Oferta pelo (b) Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das Ações e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta” na página 46 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$11,43, que é o ponto médio da faixa de preço indicado na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) a diluição do valor patrimonial por Ação aos investidores da Oferta em R\$1,00 por Ação.

Histórico do Preço de Emissão das Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre aumentos do nosso capital social, nos quais emitimos novas ações, realizados nos últimos cinco anos.

Data	Valor (R\$)	Valor do Aumento (R\$)	Quantidade de Ações	Preço por Ação (R\$)	Classe	Modalidade
02/05/2013	13.000.000,00	13.000.000,00	400.000	32,50	Ordinária	Subscrição Particular

Para informações acerca dos últimos aumentos de nosso capital social, ver item “17.2 – Aumentos do Capital” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Plano de Opção de Compra de Ações

Na data deste Prospecto, não possuíamos plano de opção de compra de ações.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO A** ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA
- ANEXO B** ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAE REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA
- ANEXO C** ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA
- ANEXO D** MINUTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO
- ANEXO E** DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA
- ANEXO F** DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 31 DE MARÇO DE 2015, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- ANEXO G** DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
- ANEXO H** DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
- ANEXO I** FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 42.278.473/0001-03

NIRE 53.300.007.241

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Duração

Art. 1º - A **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.** é uma sociedade anônima de capital autorizado e rege-se por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Companhia”).

Parágrafo Primeiro - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo Segundo - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro - A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Art. 2º - A Companhia tem como objeto social a corretagem de seguros de todos os ramos, administração de bens, assessoria e consultoria na área de seguros e organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes, bem como a participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

Art. 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000, e, na data de aprovação deste Estatuto possui as seguintes filiais:

- (i) **Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro:** Avenida Beira Mar, nº 200, salas 401 e 403, Centro, CEP 20021-060.
- (ii) **Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais:** Avenida Brasil, nº 1.701, sala 502, Funcionários, CEP 30140-002.
- (iii) **Curitiba, Estado do Paraná:** Avenida Paraná, nº 202, sala 503, 5º andar, Cabral, CEP 80035-130.
- (iv) **São Paulo, Estado de São Paulo:** Rua da Consolação, nº 2.697, 5º andar, Cerqueira César, CEP 01416-001.
- (v) **Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul:** Rua dos Andradas, nº 943, sala 1.503, Centro Histórico, CEP 90020-005.
- (vi) **Salvador, Estado da Bahia:** Avenida Tancredo Neves, nº 3.343, sala 304-B, Pituba, CEP 41820-021.
- (vii) **Recife, Estado de Pernambuco:** Avenida Domingos Ferreira, nº 4.060, salas 1.203 e 1.205, Boa Viagem, CEP 51021-040.
- (viii) **Fortaleza, Estado do Ceará:** Avenida Santos Dumont, nº 3.131-A, sala 706, Aldeota.
- (ix) **Florianópolis, Estado de Santa Catarina:** Rua Deodoro, nº 226, sala 605, Centro, CEP 88010-020.

Parágrafo Único – A Companhia poderá, mediante resolução do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e do exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital Social

Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 159.907.282 (cento e cinquenta e

nove milhões, novecentas e sete mil, duzentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - As ações são indivisíveis perante a Companhia e, em caso de condomínio, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Terceiro - A Companhia não possui e não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro - O aumento do capital social nos limites do capital autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.

Parágrafo Terceiro - A critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da Lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

Art. 7º - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único - Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

CAPÍTULO III - Assembleia Geral

Art. 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o quarto mês seguinte ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes de Lei e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), com no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, observadas as disposições regulamentares aplicáveis expedidas pela CVM sobre a matéria.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas (i) pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento ou ausência, (ii) por qualquer outro membro do Conselho de Administração. Ao Presidente da Assembleia cabe a escolha do Secretário.

Art. 9º - As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei nº 6.404/76 exigir *quorum* mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Art. 10 - Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a *quorum* qualificado ou especial por força de Lei e observado o disposto no artigo 44 deste Estatuto.

Art. 11 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na Lei nº 6.404/76:

- (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, indicando o Presidente e o Vice-Presidente, e do Conselho Fiscal, quando instalado, e, se for o caso, de seus suplentes;

- (b) deliberar sobre aumento ou redução de capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, exceto quando em conformidade com o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (c) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados;
- (d) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (e) deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; e
- (f) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV – Administração da Companhia

Art. 12 - A Administração da Companhia competirá a um Conselho de Administração e a uma Diretoria, observadas as regras contidas neste Estatuto Social.

Art. 13 - A Companhia orientará seus representantes nas subsidiárias e coligadas, para que votem nas Assembleias Gerais e/ou Reuniões de Sócios e reuniões do Conselho de Administração ou Diretoria ou outros órgãos deliberativos, no mesmo sentido das decisões tomadas com base neste Estatuto.

Art. 14 - Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria estão proibidos de usar a denominação social da Companhia em transações ou em documentos fora do escopo do interesse da Companhia.

Art. 15 – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se dará mediante assinatura em termo lavrado em livro próprio e estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Seção I — Conselho de Administração

Art. 16 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 13 (treze) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, observadas as regras de indicação previstas abaixo.

Parágrafo Primeiro – Após a obtenção do registro de companhia aberta junto à CVM pela Companhia, o Conselho de Administração da Companhia passará automaticamente a ter mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§4º e 5º e artigo 239 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Terceiro - Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - A remuneração global dos administradores será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo ao Conselho de Administração individualizar tal remuneração.

Parágrafo Quinto - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Sexto - A acumulação de cargos não permitirá a acumulação de remuneração.

Art. 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, pelos menos, uma vez a cada 3 (três) meses, na sede da Companhia, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, sempre que for do interesse social da Companhia, mediante solicitação, por escrito, de qualquer um de seus membros, e tais reuniões poderão ser realizadas por meio de vídeo ou teleconferência. Os votos proferidos através de vídeo ou teleconferência deverão ser

confirmados por escrito no prazo de 5 (cinco) dias da data da respectiva reunião do Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro - O aviso de convocação para reuniões do Conselho de Administração será enviado aos Conselheiros por carta registrada ou correio eletrônico, com 8 (oito) dias úteis de antecedência para a primeira convocação, e tal aviso deverá conter o local, data, hora e pauta e todos os documentos de apoio para a respectiva reunião. As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas como validamente convocadas e instaladas, independente da entrega do aviso de convocação acima mencionado, se todos os Conselheiros comparecerem a tais reuniões.

Parágrafo Segundo - A presença de pelo menos 6 (seis) dos Conselheiros será exigida para formar *quorum* e para serem tomadas medidas nas reuniões do Conselho de Administração. As deliberações do Conselho constarão de atas lavradas no livro próprio.

Art. 18 - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Art. 19 - Não caberá ao Presidente do Conselho de Administração voto de desempate ou de qualidade em caso de impasse nas deliberações a serem tomadas pelo referido órgão da administração da Companhia.

Art. 20 - Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, a função será exercida por seu suplente, ou em sua falta, por outro conselheiro por ele indicado, cabendo ao conselheiro substituto, como representante do conselheiro substituído, além do próprio voto, o voto do substituído.

Parágrafo Único - Em caso de vacância de qualquer membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral Extraordinária será convocada em até 30 (trinta) dias para eleger um substituto para completar o mandato do membro vacante.

Art. 21 - Compete ao Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto na Lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) a aprovação ou quaisquer modificações do Orçamento e do Plano Anual de Negócios da Companhia;

- b) A definição das matérias a serem submetidas à Assembleia Geral da Companhia, bem como a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando achar conveniente, Assembleia Geral Extraordinária da Companhia;
- c) a submissão à Assembleia Geral das propostas para a destinação dos lucros, distribuição ou não dos dividendos da Companhia e alterações ao Estatuto Social da Companhia;
- d) a emissão de (i) ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, podendo ainda excluir (ou reduzir o prazo) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, nas hipóteses permitidas pela Lei nº 6.404/76 e, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social; e (ii) outros títulos ou valores mobiliários, incluindo debêntures não conversíveis em ações, bem como emissões para a captação de recursos, tais como *notes*, *commercial papers*, *bonds* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão, colocação, distribuição e resgate;
- e) a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração na administração da Companhia, com objetivos e funções definidos;
- f) a celebração de quaisquer contratos, a assunção de quaisquer obrigações e o endividamento em valores superiores à R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais), seja em uma única transação, um único cliente ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no Plano Anual de Negócios da Companhia, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- g) a celebração e aditamento de qualquer contrato, a realização de negócio ou operação entre a Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias e/ou coligadas de um lado, e qualquer dos acionistas da Companhia e/ou suas afiliadas, de outro, em valores superiores à R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais), seja em uma única transação, uma mesma afiliada, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no Plano Anual de Negócios da Companhia, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;

- h) a aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo não circulante, direta ou indiretamente, da Companhia em valores superiores à R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais), seja em uma única transação, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no Plano Anual de Negócios da Companhia, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- i) a concessão de avais, fianças ou quaisquer outras garantias em relação às obrigações de terceiros, que não entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou coligadas, conforme o caso;
- j) a alteração das práticas contábeis adotadas pela Companhia, de modo a garantir que sejam mantidas e observadas as melhores práticas contábeis de acordo com a legislação brasileira aplicável;
- k) a definição da política para a realização de aplicações financeiras da Companhia;
- l) a realização de investimentos fora do ramo de atividade principal de atuação da Companhia;
- m) a constituição de qualquer subsidiária ou controlada, aquisição, alienação ou oneração, a qualquer título, de participação no capital social de outras sociedades e o exercício do direito de voto como sócia, quotista ou acionista das referidas sociedades;
- n) deliberar sobre quaisquer associações da Companhia, bem como aprovar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios e semelhantes, e em acordos de acionistas;
- o) a nomeação e destituição dos Diretores da Companhia, incluindo a nomeação de substitutos dos Diretores;
- p) a escolha dos auditores independentes da Companhia e de suas coligadas;
- q) deliberar sobre a remuneração dos Diretores da Companhia;
- r) abrir, manter e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território

nacional e exterior;

- s) de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, a outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia;
- t) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- u) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- v) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- w) a definição de como os administradores da Companhia, de suas coligadas e/ou subsidiárias devem votar as matérias submetidas às Assembleias Gerais de acionistas ou Reuniões de Sócios, conforme for o caso, das sociedades em que a Companhia, for acionista ou sócia, direta ou indiretamente; e
- x) intermediação ou comercialização de produtos de sociedades que não sejam Controladas pela Caixa Seguros Holding S.A., em outros canais de distribuição, fora da Rede de Distribuição da Caixa Econômica Federal.

Seção II – Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Art. 22 - A Companhia terá um Comitê de Transações com Partes Relacionadas (“Comitê”), observados o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro – O Comitê será integrado por 3 (três) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais:

(a) pelo menos um dos integrantes poderá ser independente, que poderá ser um dos Membros Independentes do Conselho de Administração da Companhia (conforme definição conferida pelo regulamento do Novo Mercado da BVM&FBOVESPA) ou o membro do Conselho de Administração eleito por acionistas não controladores; e

(b) dois dos integrantes do Comitê deverão possuir comprovados conhecimentos nas áreas de finanças, contabilidade e/ou mercado brasileiro de seguridade para deliberar sobre as matérias submetidas ao Comitê;

Parágrafo Segundo – O funcionamento do Comitê será regido pelo Conselho de Administração, pela Política de Transações com Partes Relacionadas e pelo Regimento Interno do Comitê.

Parágrafo Terceiro – As regras de composição, forma de funcionamento, estrutura, requisitos e impedimentos do Comitê, a serem dispostos na Política de Transação com Partes Relacionadas, serão definidos e aprovados na mesma reunião do Conselho de Administração que deliberar sua constituição e instalação, por maioria de votos.

Parágrafo Quarto – Compete ao Comitê aprovar previamente as transações com partes relacionadas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas e, sempre que couber ao Comitê aprovar uma transação envolvendo partes relacionadas, seus membros deverão certificar-se de que o ato em questão foi realizado (i) de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas (ii) de acordo com as práticas de mercado; (iii) sem prejuízo aos acionistas minoritários e ao interesse social e de credores; e (iv) sem prejuízo ao ambiente comercial em que se encontra a Companhia e a estabilidade das relações institucionais com seus principais parceiros de negócios

Art. 23 - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de outros comitês, técnicos ou consultivos, para seu assessoramento, com objetivos e funções definidos.

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção III - Diretoria

Art. 24 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, e no máximo, 5 (cinco) membros todos residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o restante, se houver, sem designação específica, para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Art. 25 - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores, suas funções serão exercidas por outro Diretor designado pelo Diretor Presidente. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do Diretor substituído.

Art. 26 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvando aqueles para os quais seja, por Lei, pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Art. 27 - Compete ao Diretor Presidente:

- (a) representar a Companhia, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, observado os poderes de representação do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
- (b) nomear, sempre em conjunto com o outro Diretor, os procuradores da Companhia, incluindo, mas sem se limitar a procurações outorgadas para fins bancários;
- (c) assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais documentos bancários relacionados ao regular exercício dos objetivos da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente; e

- (d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.

Art. 28 - Compete ao Diretor Executivo:

- (a) coordenar e supervisionar o trabalho dos empregados ou prestadores de serviços da Companhia, diligenciando para que todo o serviço burocrático e administrativo seja executado de maneira eficiente, adequada e rápida;
- (b) assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais documentos bancários relacionados ao regular exercício dos objetivos da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente;
- (c) nomear, sempre em conjunto com outro Diretor, os procuradores da Companhia, incluindo, mas sem se limitar a procações outorgadas para fins bancários;
- (d) promover o cumprimento das deliberações da Diretoria Executiva;
- (e) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (f) submeter ao Conselho de Administração, até 31 de março do ano subsequente ao exercício social correspondente, a prestação de contas da Companhia, acompanhada da manifestação da Diretoria Executiva e do parecer do Conselho Fiscal, se instalado; e
- (g) exercer os demais poderes de direção executiva.

Art. 29 - Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- (a) nomear, sempre em conjunto com outro Diretor, os procuradores da Companhia, incluindo, mas sem se limitar a procações outorgadas para fins bancários;
- (b) planejar, organizar, orientar e controlar as atividades dos setores que lhe são subordinados, incluindo a supervisão das áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal da Companhia;
- (c) assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais

documentos bancários relacionados ao regular exercício dos objetivos da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente;

- (d) administrar recursos para aquisição de bens, bem como para despesas operacionais e não operacionais, sujeitos aos limites previstos neste Estatuto;
- (e) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, BM&FBOVESPA, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores e mercados de balcão em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
- (f) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia;
- (g) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia;

Art. 30 - Os Diretores poderão, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Companhia, especificando, no instrumento pertinente, os atos e operações que os mesmos poderão praticar.

Parágrafo Único - As procurações previstas acima, salvo as destinadas a atuação em juízo, deverão especificar claramente os poderes outorgados e ter prazo de validade determinado, não superior a 12 (doze) meses.

Art. 31 - Os atos relacionados no Artigo 21 deste Estatuto Social somente poderão ser praticados pela Diretoria mediante prévia deliberação, consentimento ou orientação do Conselho de Administração, tomados em reunião, conforme as regras deste Estatuto.

Art. 32 - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes em relação à Companhia e terceiros, os atos de qualquer Diretor, empregado ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, bem como a concessão de garantias em favor de terceiros,

tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração em reunião.

Seção IV – Responsável Técnico

Art. 33 - O Responsável Técnico da Companhia será o mandatário designado conforme disposto neste Estatuto e será obrigatoriamente um Corretor de Seguros habilitado e registrado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Parágrafo Único - Competirá ao Responsável Técnico designado, a representação da Companhia junto aos órgãos competentes, observado o disposto no artigo 29 (e) deste Estatuto, sendo-lhe, ainda, delegados os poderes consignados na Lei nº 4.594/64, Decreto 56.903/65, Decreto nº 56.903/65, Decreto- Lei nº 261/67, Decreto nº 60.459/67, Decreto nº 61.589/67 e Decreto-Lei nº 73/66, conforme alterados, bem como outros de mesma natureza que os sucederem.

Seção V – Conselho Fiscal

Art. 34 - O Conselho Fiscal da Companhia e de suas subsidiárias não terá funcionamento permanente, podendo ser instalado a pedido de quaisquer dos acionistas em Assembleia Geral. Quando eleito e instalado, será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo Único - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO V – Acordo de Acionistas

Art. 35 – Os acordos de acionistas, devidamente arquivados na sede social, serão sempre observados pela Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância dos referidos acordos e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade de qualquer ato realizado pelos acionistas vinculados em contrariedade com os termos de tal acordo.

CAPÍTULO VI – Exercício Social, Lucros, Fundos de Reserva e Dividendos

Art. 36 – O exercício social da Companhia e das suas subsidiárias deverá coincidir com o ano civil e terminar no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, os respectivos órgãos de administração elaborarão as demonstrações financeiras exigidas em Lei.

Parágrafo Primeiro - O resultado e as operações da Companhia relativos ao exercício findo serão auditadas por uma firma de auditores independentes, registrada na CVM e devidamente habilitada a funcionar no País, escolhida em resolução do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Toda a escrituração, livros e contabilidade serão elaborados e escriturados em conformidade com as práticas e princípios contábeis normalmente aceitos, aplicados consistentemente.

Art. 37 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se este estiver em funcionamento.

Parágrafo Único - Os acionistas terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do respectivo exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 38 - A Companhia poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir dividendos semestralmente, trimestralmente e/ou em períodos menores, conforme aplicável.

Art. 39 - Os dividendos serão pagos aos acionistas proporcionalmente às suas respectivas participações acionárias, em até 15 (quinze) dias da deliberação a respeito da sua destinação. Na hipótese de atraso no pagamento dos dividendos, haverá incidência da taxa de juros SELIC vigente à época sobre o montante de dividendos a ser distribuído.

Capítulo VII - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Art. 40 - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva

ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Primeiro - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Controlador” - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” - significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” - significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Administradores” - significa, quando no singular, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia referidos conjuntamente.

“Adquirente” - significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“Alienação de Controle da Companhia” - significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Derivativos” - significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de

sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

“Poder de Controle” - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Valor Econômico” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo Segundo - O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Art. 41 - A oferta pública de aquisição disposta no Artigo 40 será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 42 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar uma oferta pública nos termos do presente Estatuto Social; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída, entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

Artigo 43 - Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, investidor de outra natureza ou Grupo de Acionistas que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A oferta pública de aquisição de ações deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da

Companhia.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de ações de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o Valor Econômico; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste Artigo 43, devidamente atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até o momento do pagamento; e (iii) 150% (cento e cinquenta por cento) da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias de negociação anterior à data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) nos termos previstos no caput e no parágrafo 7º do mesmo artigo, devendo ser considerada para tal, a data que ocorrer primeiro relativa à, incluindo mas não se limitando: (i) celebração de contrato de aquisição, ou (ii) formalização de instrumento que resultou na titularidade (ou que garantiu Outros Direitos de Natureza Societária ou direito de subscrição ou aquisição) ou (iii) liquidação da aquisição, quando esta tiver sido realizada em bolsa de valores sem a celebração de instrumento contratual, ou (iv) divulgação, por parte da Companhia, de fato relevante ou comunicado a mercado a respeito da referida aquisição ou do evento acima referido.

Parágrafo Terceiro - A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - A realização da oferta pública de aquisição de ações no *caput* deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada

aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins do *quorum* de deliberação, conforme item (ii) acima.

Parágrafo Quinto - O adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Sexto - Na hipótese de o adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sétimo - Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, Grupo de Acionistas, ou investidor de outra natureza que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição de ações, nos termos descritos neste Artigo 43.

Parágrafo Oitavo - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e dos Artigos 40, 41 e 42 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo adquirente das obrigações constantes neste artigo.

Parágrafo Nono - O disposto neste Artigo 43 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento

de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança.

Parágrafo Décimo - O disposto neste artigo 43 não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia anteriormente ao registro na CVM da primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Décimo Primeiro - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, ou de eventual resgate ou reembolso de ações.

Parágrafo Décimo Segundo – O disposto neste Artigo 43 também deverá ser observado nas hipóteses em que o percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia seja atingido pelo adquirente mediante a realização de oferta pública de aquisição de ações obrigatória, nos termos da Instrução CVM nº 361/02 ou de qualquer outra norma que a substitua. A eventual diferença do preço unitário por ação apurada entre a oferta pública de aquisição de ações realizada com base neste artigo e a desempenhada nos termos da Instrução CVM nº 361/02 antes mencionada deverá ser paga em favor dos acionistas aceitantes da oferta pública de aquisição de ações.

Art. 44 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo Artigo.

Parágrafo Segundo - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Art. 45 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - A notícia da realização da oferta pública mencionada no Artigo 45 acima, deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou aprovado referida reorganização.

Art. 46 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento

e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 45 acima.

Parágrafo Primeiro - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 47 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia

Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 48 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII – Dissolução e Liquidação

Art. 49 - Em caso de dissolução da Companhia, por qualquer que seja o motivo, a Assembleia Geral deverá designar um ou mais liquidantes e o Conselho Fiscal determinará suas atribuições e estabelecerá a forma de liquidação, observadas as disposições legais.

CAPÍTULO IX – Lei de Regência e Solução de Controvérsias

Art. 50 - Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, as normas da CVM e o Regulamento do Novo Mercado.

Art. 51 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X – Disposições Finais

Art. 52 - A Companhia assume o compromisso formal de, no caso de abertura de capital, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de

governança corporativa previstos no §4º do Artigo 2º da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.

Art. 53 - Mediante solicitação formal, conforme previsto na legislação aplicável, a Companhia disponibilizará a qualquer de seus acionistas, diretos ou indiretos, os contratos com partes relacionadas, acordo de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Art. 54 - As disposições contidas (i) nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 1º; (ii) no parágrafo 3º do Artigo 5º; (iii) nas alíneas (d), (e) e (f) do Artigo 11; (iv) no Artigo 15; (v) nos parágrafos 2º, 3º e 5º do Artigo 16; (vi) nas alíneas (u) e (v) do Artigo 21; (vii) no parágrafo único do Artigo 34; e (viii) no Capítulo VII; deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do anúncio de início da primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia e à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

ANEXO B ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAE REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FENAE

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2014

29 Of. de Res. de Pessoas Jurídicas
Fenae, arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000090139 em 06/01/2015.

DATA, HORA E LOCAL: 02 de setembro de 2014, às 16:00 horas, na Sede Social da FENAE.

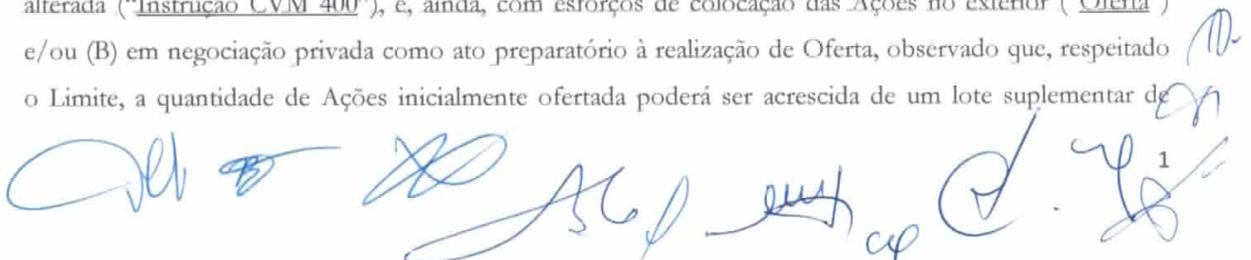
PRESENÇA: Presentes: o Presidente, Jair Pedro Ferreira; o Vice-Presidente, Clotário Cardoso; a Diretora de Administração e Finanças, Fabiana Cristina Meneguele Matheus; a Diretora de Comunicação e Imprensa, Natascha Brayner; o Diretor de Cultura, Moacir Carneiro da Costa; o Diretor de Esportes, Paulo César Barros Cotrim; o Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, Olívio Gomes Viciara; e os Diretores Executivos, Sérgio Takeamoto, José Tanaka, Devanir Camargo da Silva e Daniel Machado Gaio.

MESA: Presidente Jair Pedro Ferreira, como Secretária Carolina Louzada Petrarca.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a alienação de ações de emissão da Par Corretora, de titularidade da FENAE, em oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Par Corretora (“Oferta”) ou em negociação privada como ato preparatório à Oferta; (ii) empréstimo de ações para fazer frente ao processo de estabilização no âmbito da Oferta; (iii) a delegação de poderes ao Presidente para fixar o preço por ação no âmbito da Oferta; e (iv) a autorização ao Presidente da FENAE para praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos considerados necessários ou apropriados à consecução da Oferta.

DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião de Diretoria Executiva, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições aprovaram:

(i) a alienação de ações de emissão da Par Corretora, de titularidade da FENAE, correspondentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Par Corretora (“Limite”), ao preço por ação a ser definido oportunamente conforme item (iii) abaixo, em oferta pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Par Corretora, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”) e/ou (B) em negociação privada como ato preparatório à realização de Oferta, observado que, respeitado o Limite, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de



Ações, equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta (“Ações Suplementares”), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Ações Suplementares a ser outorgada ao agente estabilizador, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400 (“Opção de Ações Suplementares”) e (b) sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ainda, observado o Limite, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas;

(ii) observado o Limite, o empréstimo de ações de emissão da Par Corretora, de titularidade da FENAE, para fazer frente ao processo de estabilização no âmbito da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável da CVM;

(iii) delegar ao Diretor Presidente da FENAE poderes para fixar o preço de venda das ações ao preço que vier a ser acordado na data de precificação da Oferta, após apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais (“Procedimento de Bookbuilding”), em consonância com a regulamentação aplicável, ressalvado que, em caso de negociação privada realizada em preparação à Oferta, nos termos do item (i), o preço da venda deverá seguir padrões já observados em negociações anteriores envolvendo ações de emissão da Par Corretora.

(iv) autorizar o Presidente a (i) praticar todos os atos que se fizerem convenientes à consecução da Oferta e celebrar todos os contratos, aditivos, documentos, declarações relacionados às matérias acima aprovados, bem como (ii) ratificar todos os demais atos já praticados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.



Jair Pedro Ferreira
Presidente



Clotário Cardoso
Vice Presidente

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CRS 504 BL A Lojas 07/08 - Asa Sul
Brasília/DF - Tel: 61 3214-5900
Oficial: Jesse Pereira Alves

Assinado e registrado sob nº0000090139/
Anotado a margem do registro nº000000716/
livro e folha em 06/01/2015.
Selo Digital: T30FT20150220003998BVRQ
Para consultar o selo, acesse
www.tjdft.jus.br


Antônio Remunício Quintão de Souza
Escritório Autorizado



[Handwritten signature]

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

Diretora de Administração e Finanças

[Handwritten signature]

Natascha Brayner

Diretora de Comunicação e Imprensa

2ª Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000090139 em 06/01/2015.

Moacir Carneiro da Costa

Diretor de Cultura

Paulo César Barros Cotrim

Diretor de Esportes

Olívio Gomes Vieira

Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas

Sérgio Takeamoto

Diretor Executivo

José Tanaka

Diretor Executivo

Devanir Camargo da Silva

Diretor Executivo

Daniel Machado Gaio

Diretor Executivo

Carolina Petrarca

Secretária

(Esta página é parte integrante da Reunião de Diretoria da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE, realizada em 02 de setembro de 2014).

[Handwritten signature]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2014 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

22 OUT 2014



ÉVORA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ: 13.223.562/0001-46

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS REALIZADA
EM 13 DE OUTUBRO DE 2014

Data, hora e local: Realizada aos 13 dias do mês de outubro de 2014, às 11 horas, na sede social do Administrador do Évora Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administrador”), localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde.

Convocação: Dispensada nos termos do parágrafo 1º do Art. 16 da Instrução CVM 391/03, e posteriores alterações.

Quorum: O Cotista, conforme assinatura na lista de presença desta Assembleia. Além deste estavam presentes os representantes legais da Petra Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administrador”).

Composição da Mesa:

Presidente: Alexandre Calvo

Secretária: Cassiana Krefer

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Ma. Teodoro 370 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

Ordem do Dia: Deliberar sobre a alienação de participação do Fundo na FPC Par Corretora de Seguros S.A., sociedade anônima, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco D, Entrada B, Salas nº 1.301 a 1.305, CEP 70.712-903, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.278.473/0001-03 (“Par Corretora”); e (ii) empréstimo de até 15% (quinze por cento) das ações inicialmente ofertadas para fazer frente ao processo de estabilização no âmbito da Oferta (conforme abaixo definido); (iii) a autorização ao Administrador e à gestora do Fundo, conforme definida no regulamento do Fundo (“Gestora”) para praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos considerados necessários ou apropriados à consecução da Oferta.

Deliberações: Foram aprovados por unanimidade e sem ressalvas:

(i) a alienação de até a totalidade das ações de emissão da Par Corretora e de titularidade do Fundo (“Limite”), observadas as disposições de acordos de acionistas arquivados na sede da Par Corretora, no âmbito de oferta pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Par Corretora e de titularidade do Fundo e dos demais acionistas vendedores (em conjunto “Acionistas Vendedores”), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior (“Oferta”). A quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de Ações, equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta (“Ações Suplementares”), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Ações Suplementares



www.bancopetra.com.br

22 OUT 2014



a ser outorgada ao Banco J.P. Morgan S.A., na qualidade de agente estabilizador da Oferta, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM 400 (“Opção de Ações Suplementares”). Adicionalmente, sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ainda, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. O preço de venda das Ações (“Preço por Ação”) será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais (“Procedimento de Bookbuilding”), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e com o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, observado que o referido Preço por Ação, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding, deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.

(ii) observado o Limite, empréstimo de até 15% (quinze por cento) das ações inicialmente ofertadas para fazer frente ao processo de estabilização no âmbito da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável da CVM;

(iii) em razão do disposto acima, os Cotistas, desde logo, autorizam o Administrador e/ou a Gestora do Fundo, conforme aplicável, a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta e às deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando celebrar todos os contratos, declarações e comunicações necessárias à realização da Oferta, bem como (b) ratificar todos os demais atos já praticados.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Em virtude da presença da totalidade dos cotistas do Fundo na presente assembleia, não se faz necessário o envio das decisões tomadas na presente data.

Curitiba, 13 de outubro de 2014.

Presidente:

Alexandre Calvo

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil no Fórum Jurídicas
Rua Mai. Deodoro, 370 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Secretária:

Cassiana Krefer

Administradora:

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

**ANEXO D MINUTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO ÉVORA FIP QUE
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÉVORA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ n.º 13.223.562/0001-46

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2015

1. Data, hora e local: Realizada aos [•] dias do mês de [•] de 2015, às [•] horas, na sede social do Administrador do Évora Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administrador”), localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde.
2. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, em face da presença da totalidade dos cotistas do Fundo.
3. **Mesa.** Presidente: Sr. [•]; Secretário: [•].
4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (a) o preço de alienação de R\$[•] ([•]) por ação ordinária (“Preço por Ação”) de emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A. (“Par Corretora”) e de titularidade do Fundo no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”) de emissão da Par Corretora, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”) e (b) a aprovação do inteiro teor dos documentos relacionados à Oferta.
5. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade e sem ressalvas:
 - 5.1 o Preço por Ação no âmbito da Oferta, conforme aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 13 de outubro de 2014. O preço de alienação de R\$[•] ([•]) por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos coordenadores da oferta no Brasil (“Procedimento de Bookbuilding”), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400; e
 - 5.2 o inteiro teor de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao Prospecto Definitivo da Oferta, ao *Final Offering Memorandum*, ao Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A., a ser celebrado entre a Par Corretora, os acionistas vendedores, os coordenadores da Oferta e, como interveniente anuente, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e o *Placement Facilitation Agreement* a ser celebrado entre a Par Corretora, os acionistas vendedores, e os Agentes de Colocação Internacional.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Em virtude da presença da totalidade dos cotistas do Fundo na presente assembleia, não se faz necessário o envio das decisões tomadas na presente data. Presidente – [•], Secretária: [•]. Cotistas: Évora Fundo de Investimento Multimercado, por seus representantes legais.

São Paulo, [•] de [•] de 2015.

[•]
Secretário

ANEXO E DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A., sociedade anônima, com sede no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.278.473/0001-03, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de sua emissão e de titularidade da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, do Évora Fundo de Investimento em Participações e da Algarve, LLC (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o BTG Pactual e o Credit Suisse, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

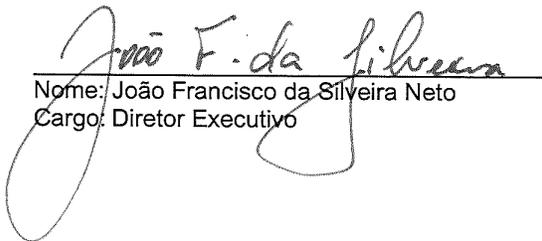
- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2014 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias aos conhecimentos pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

Brasília, 33 de maio de 2015.

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A


Nome: João Francisco da Silveira Neto
Cargo: Diretor Executivo

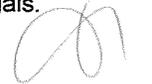

Nome: João Domingos Martins Villas
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, associação sem fins lucrativos, com sede no SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, loja 126, Térreo 2, conjunto L, Lote 38, Bloco 2, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 34.267.237/0001-55, neste ato representada na forma do seu Estatuto ("FENAE"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") e de titularidade da FENAE, do Évora Fundo de Investimento em Participações e da Algarve, LLC (cada um individualmente, "Acionista Vendedor", e em conjunto, "Acionistas Vendedores") as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o BTG Pactual e o Credit Suisse, "Coordenadores da Oferta", com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2014 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

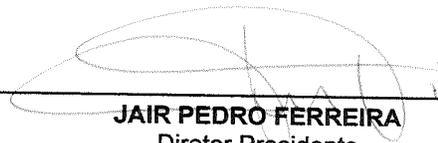


O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, situação econômico- financeira da Companhia, os riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

Brasília, 13 de maio de 2015.

**FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL**



JAIR PEDRO FERREIRA
Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ÉVORA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391"), registrado junto à CVM sob o nº 675-0, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 13.223.562/0001-46, neste ato representado pela sua administradora, a PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários ("Évora FIP"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") e de titularidade do Évora FIP, da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e da Algarve, LLC (cada um individualmente, "Acionista Vendedor", e em conjunto, "Acionistas Vendedores") as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o BTG Pactual e o Credit Suisse, "Coordenadores da Oferta", com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2014 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

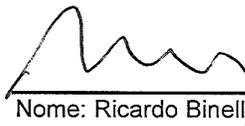
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, situação econômico- financeira da Companhia, os riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

Curitiba, 13 de maio de 2015.

ÉVORA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES



Nome: Fernando Marques de Marsillac Fontes
Cargo: Diretor Administrativo



Nome: Ricardo Binelli
Cargo: Diretor Administrativo

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ALGARVE, LLC, sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com sede em 615, South DuPont Highway, Dover, Estado de Delaware, DE 19901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 09.349.024/0001-25 ("Algarve"), neste ato devidamente representada nos termos dos seus documentos constitutivos por sua sócia **ALMADENA, INC.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, com sede na Romasco Place, Wickhams, Cay 1, P.O. Box 3140, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas VG 11110, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") e de titularidade da Algarve, da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e do Évora Fundo de Investimento em Participações (cada um individualmente, "Acionista Vendedor", e em conjunto, "Acionistas Vendedores") as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o BTG Pactual e o Credit Suisse, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2014 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, situação econômico- financeira da Companhia, os riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, 13 de maio de 2015.

ALGARVE, LLC



Nome: Alvaro Lopes da Silva Neto
Cargo: Diretor (Almadena, Inc.)



Nome: Antonio Carlos Augusto Ribeiro
Bonchristiano
Cargo: Diretor (Almadena, Inc.)

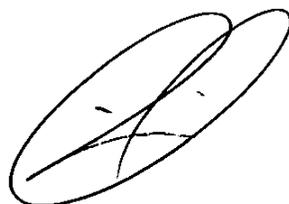
Judico

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400**

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, CEP 01310-917, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.271.464/0073-93, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder ("**Coordenador Líder**"), da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("**Ações**") de emissão da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. ("Companhia")** e de titularidade da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal ("**FENAE**"), do Évora Fundo de Investimentos em Participações ("**Évora FIP**") e da Algarve, LLC ("**Algarve**" e, em conjunto com FENAE e Évora FIP, "**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em julho de 2014 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.



O Coordenador Líder declara que:

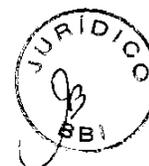
- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:
 - (i) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 13 de maio de 2015.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

NOME: **Oswaldo Tadeu Fernandes**

CARGO: *Dir. Ion*



ANEXO F DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 31 DE MARÇO DE 2015, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FPC PAR Corretora
de Seguros S.A.**

**Relatório de revisão sobre as demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em
31 de março de 2015**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Administradores e Acionistas
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado, individual e consolidado, da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia"), em 31 de março de 2015, e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Conclusão

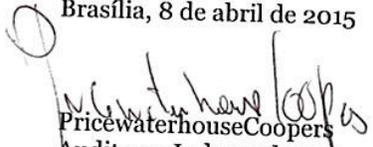
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

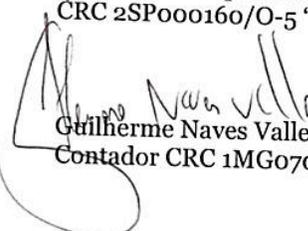
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Brasília, 8 de abril de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas aos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

1. Descrição dos Negócios da Companhia

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. ("Caixa Seguradora"), e operamos com exclusividade para corretagem dos produtos de seguros comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal ("Caixa"). Possuímos acesso exclusivo a uma base composta por mais de 78,2 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 2,1 milhões de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2014.

Atuamos em todo território nacional e temos acesso a um canal de distribuição composto por 3.391 agências da Caixa, 13.250 agências lotéricas e 18.211 correspondentes bancários em 31 de dezembro de 2014.

Recebemos comissões pelas vendas de seguros em quatro tipos de canais: (i) canais locais (agências bancárias da Caixa), (ii) canais remotos (call center e webchat), (iii) canais alternativos (correspondentes bancários e lotéricas), e (iv) corretores próprios e co-corretores (corretores empregados e empresas de corretagem associadas a nós na comercialização de produtos para clientes corporativos, principalmente seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em Grupo).

2. Destaques do Período

No período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, apresentamos crescimento de 52,6% da receita líquida consolidada em relação ao mesmo período de 2014, alcançando R\$85,0 milhões. O crescimento foi fruto, principalmente, do aumento de 60,1% da receita bruta com produtos de *bancassurance*, com destaque para os produtos Habitacional e Prestamista, cujas receitas evoluíram 130,5% e 164,2% respectivamente.

Nossos custos dos serviços prestados tiveram um aumento de R\$5,8 milhões, ou 25,7%, no período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do crescimento de R\$4,1 milhões, ou 22,8%, nos custos com o canal balcão, por sua vez impactado pelo incremento na quantidade média de empregados alocados na área comercial.

Nossas despesas administrativas cresceram R\$1,3 milhões, ou 11,6%, variação que decorreu principalmente em função do incremento despesas com despesas de pessoal, fruto principalmente do investimento em nossa equipe para suportar nosso plano de crescimento.

Nosso Lucro Líquido Consolidado apresentou crescimento de 85,0% no período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, em relação ao mesmo período de 2014, alcançando R\$30,3 milhões.

No que diz respeito ao balanço patrimonial consolidado da Companhia, nosso Ativo Total apresentou crescimento de R\$15,3 milhões, partindo de R\$157,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$172,5 milhões em 31 de março de 2015. Este aumento decorre principalmente do crescimento do saldo de aplicações financeiras de R\$ 17,1 milhões composto principalmente pelo lucro líquido do período (R\$ 30,3 milhões), parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2014 (R\$ 16,1 milhões) pagos no primeiro trimestre de 2015.

Nosso passivo circulante e não circulante não tiveram alterações significativas. O saldo total do passivo em 31 de março de 2015 foi de R\$58,4 milhões, 0,2% maior do que em 31 dezembro de 2014.

Nosso Patrimônio Líquido consolidado teve crescimento de 15,4%, partindo de R\$98,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, para R\$114,1 milhões em 31 de março de 2015. A variação decorre principalmente do lucro líquido do período de R\$ 30,3 milhões, compensado pelo pagamento de dividendos de R\$ 16,1 milhões.

Nosso caixa líquido consolidado, gerado pelas atividades operacionais, avançou 149,3% se comparado ao período de 03 meses findo em 31 de março de 2014, alcançando R\$39,7 milhões no período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, a geração de caixa operacional decorre principalmente pelo crescimento de 85,0% do lucro líquido entre os dois períodos.

3. Recursos Humanos

Para nós, a conquista do engajamento dos nossos colaboradores tem um reflexo importante nos resultados da Companhia. Mais de 89% do nosso quadro de funcionários está concentrado em alguma atividade comercial, e, portanto, em contato direto com o cliente consumidor dos produtos de seguros que intermediamos. Esses clientes, por sua vez, representam o principal direcionador das práticas de qualidade que desenvolvemos e aperfeiçoamos.

Entendemos que nossas políticas de gente e gestão atuam como balizadoras do processo de desenvolvimento das equipes, enquanto a nossa declaração de cultura reflete os valores da organização e estabelece o perfil de comportamento e conduta profissional desejados.

Nossas políticas/pilares:

- (i) Gestão por competências: visa mapear, comunicar, avaliar e desenvolver competências consideradas chaves para o sucesso da Companhia;
- (ii) Sistema de gestão: visa consolidar processos e ferramentas que suportem o colaborador na entrega de resultados, contribuindo para execução da estratégia corporativa;
- (iii) Sistema de recompensa: visa reconhecer os melhores desempenhos, pois acreditamos que a meritocracia é essencial para a retenção e alta performance; e
- (iv) Clima organizacional: visa proporcionar aos nossos colaboradores o trabalho em um ambiente saudável, colaborativo e estimulante.

Nossa cultura

- (i) Satisfação dos nossos clientes é uma prioridade para nós;
- (ii) Somos comprometidos com a entrega de resultados;
- (iii) Reconhecemos a importância dos nossos parceiros;
- (iv) Buscamos e valorizamos pessoas com o nosso DNA; e
- (v) Adotamos uma conduta ética e socialmente responsável.

Número de empregados:

No período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, tivemos uma redução de 45 colaboradores no nosso quadro de funcionários, influenciado principalmente pela redução de 44 colaboradores na nossa área comercial em decorrência do processo natural de reposição das vagas em aberto.

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores de nosso Grupo nas datas indicadas:

	31/03/2015	31/12/2014
Número Total de Empregados	1.284	1.329
Por grupos		
Administrativo	139	140
Comercial	1.145	1.189
Por localização geográfica¹		
Centro Norte	351	362
Minas Gerais	110	125
Nordeste 1	105	99
Nordeste 2	74	71
Paraná	84	92
Rio de Janeiro	153	163
Rio Grande do Sul	134	144
São Paulo	273	273

⁽¹⁾ Centro Norte: DF, GO, TO, RO, PA, AM, AP, AC, MT, MS, RO
 Nordeste 2: PE, AL, SE, BA
 Nordeste 2: PB, RN, CE, PI, MA
 Rio de Janeiro: RJ, ES
 Rio Grande do Sul: RS, SC

Índice de rotatividade

No período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, nossos indicadores de rotatividade apresentaram aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento decorre principalmente de dois fatores: (i) processo natural de pedidos de desligamento por partes dos funcionários, (ii) rescisões decorrentes dos processos de constante avaliação de performance da área comercial.

O quadro abaixo evidencia nossos índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

	3M15	3M14
Ativos ¹	1.284	1.048
Desligados	97	55
Índice	7,6%	5,2%

(1) Média do período.

4. Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas.

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme descritas abaixo:

- (i) Nossa Assembleia Geral possui competência para deliberar sobre (i) aumentos ou redução de nosso capital social (exceto quanto a aumentos dentro do limite do capital autorizado) e sobre a reforma de nosso Estatuto Social; (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, de membros de nosso Conselho de Administração e conselho fiscal (se instalado); (iii) a aprovação das contas apresentadas por nossos administradores e a aprovação de nossas demonstrações financeiras; (iv)

transformação, cisão, dissolução ou liquidação envolvendo nossa Companhia; (v) a aprovação da remuneração global de nossos administradores; e (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações;

- (ii) Nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- (iii) Nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos diretivos e consultivos e da Assembleia Geral;
- (iv) Registramos, sempre que requerido por nossos acionistas, a ocorrência de votos dissidentes;
- (v) Contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demais demonstrativos financeiros;
- (vi) Os membros de nosso Conselho de Administração, que é composto por no mínimo oito e no máximo treze membros, possuem mandato unificado de um ano, permitida a reeleição (a partir da nossa abertura de capital o prazo de mandato passará a ser de dois anos);
- (vii) Nosso diretor executivo não poderá ocupar o cargo de presidente de nosso Conselho de Administração;
- (viii) Possuímos um código de conduta, que deve ser observado por todos os nossos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração e fiscal (quando instalado);
- (ix) Nosso Estatuto Social possui provisões para a instalação de conselho fiscal;
- (x) Nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma (a) de convocação de nossas assembleias gerais; e (ii) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos conselheiros e diretores;
- (xi) Realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;
- (xii) Os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e
- (xiii) Nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal (se instalado) por meio de arbitragem.

5. Dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício. No período de 03 meses findo em 31 de março de 2015, a Companhia pagou R\$16,1 milhões de dividendos referentes ao resultado do exercício de 2014, enquanto no mesmo período de 2014 foram distribuídos R\$21,7 milhões referentes ao resultado de 2013.

Consolidado Em milhares de reais	3M15	3M14
Dividendos distribuídos no período	16.068	21.690

As distribuições respeitaram a base acionária da Companhia nas datas das respectivas aprovações societárias que, em 31 de março de 2015, era a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	% Participação
Par Participações	41.575.893	26,00%
Caixa Seguradora Holding	39.976.820	25,00%
FENAE	34.140.205	21,35%
Algarve LLC	28.143.682	17,60%
Évora FIP	5.836.616	3,65%
Boxters LLC	8.155.271	5,10%
Outros	2.078.795	1,30%
Total	159.907.282	100,00%

6. Reestruturação Societária

Em favor das estratégias de crescimento do resultado e otimização da estrutura acionária da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreram as seguintes reestruturações:

- (i) Aquisição e consequente incorporação integral ao patrimônio da Companhia das sociedades Kalache e Tavares Corretora de Seguros LTDA e SJK Corretora de Seguros LTDA EPP, com data base em 13 de março de 2014;
- (ii) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Webchat, com data base em 15 de setembro de 2014;
- (iii) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Riscos, com data base em 15 de novembro de 2014;
- (iv) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da Nisa Participações, com data base em 19 de dezembro de 2014;
- (v) Alienação de participação direta e indireta (via nossa subsidiária Par Saúde) na Par Saúde Administradora, com data base em 30 novembro de 2014.

7. Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, que regem que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Informamos que no período de 03 meses findo de 31 de março de 2015, não foram contratados da PWC Auditores Independentes serviços não relacionadas à auditoria contábil externa das nossas demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	16	77.038	49.870	84.992	55.680
Custo dos serviços prestados	17	(24.105)	(19.699)	(28.257)	(22.482)
Lucro bruto		52.933	30.171	56.735	33.198
Despesas administrativas	18	(10.716)	(10.150)	(12.270)	(10.999)
Depreciação e amortização	10;11	(343)	(291)	(410)	(322)
Outras (despesas) receitas operacionais	19	(1.027)	(237)	(1.083)	(259)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	9	576	521	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		41.423	20.014	42.972	21.618
Receitas financeiras	20	2.936	3.175	3.536	3.290
Despesas financeiras	21	(479)	(24)	(922)	(120)
Resultado financeiro, líquido		2.457	3.151	2.614	3.170
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		43.880	23.165	45.586	24.788
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(14.910)	(7.903)	(15.602)	(8.646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	461	225	292	225
Lucro líquido do exercício		29.431	15.487	30.276	16.367
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		159.907	400		
Lucro líquido por ações em Reais		0,1841	38,7175		
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				29.431	15.487
Participação dos não controladores				845	880
				30.276	16.367

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do resultado abrangente Períodos findos em Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
De operações continuadas	29.431	15.487	30.276	16.367
De operações descontinuadas	-	-	-	-
	<u>29.431</u>	<u>15.487</u>	<u>30.276</u>	<u>16.367</u>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.880	23.165	45.586	24.788
Ajustes de:				
Resultado com equivalência patrimonial	(576)	(521)	-	-
Depreciação e amortização	343	291	410	322
Variações de:				
Contas a receber	1.363	8	1.551	(44)
Outros ativos	(1.626)	1.279	(1.452)	1.188
Fornecedores, obrigações sociais e tributárias	1.571	(3.936)	1.267	(4.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	1.212	-	1.212	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	-	-	168	-
Provisões	1.245	604	132	1.004
Caixa gerado nas operações	47.412	20.890	48.874	23.166
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(8.267)	(6.228)	(8.828)	(6.971)
Pagamento de parcelamentos de tributos	(362)	(279)	(362)	(279)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.783	14.383	39.684	15.916
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(2.562)	(163)	(2.596)	(196)
Alienação de imobilizado	1.384	5	1.384	5
Aquisição de intangível	(440)	(1.036)	(440)	(3.389)
Alienação de intangível	32	700	33	700
Participações permanentes em outras sociedades	116	136	-	-
Aplicações financeiras	(41.282)	(83.066)	(43.506)	(83.179)
Resgate de aplicações financeiras	18.990	91.180	19.914	93.268
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(23.762)	7.756	(25.211)	7.209
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos referentes ao exercício atual	-	(21.490)	-	(21.690)
Dividendos referentes ao exercício anterior	(1.004)	-	(1.004)	-
Dividendos adicionais propostos pagos	(15.064)	-	(15.064)	-
Captação/(pagamento) de empréstimos	-	-	(75)	(72)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(16.068)	(21.490)	(16.143)	(21.762)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.047)	649	(1.670)	1.363
Caixa e equivalentes no início do período	6.893	1.647	8.720	3.396
Caixa e equivalentes no final do período	5.846	2.296	7.050	4.759

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas				
Vendas de serviços	77.038	49.870	84.992	55.680
Outras receitas	3.462	1.790	3.408	1.790
	80.500	51.660	88.400	57.470
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.196)	(1.110)	(1.414)	(1.507)
Materiais, energia e outros	(5.388)	(4.437)	(5.802)	(4.599)
Despesas de transporte	(410)	(539)	(591)	(670)
Custos de publicidade	(593)	(481)	(715)	(501)
Outras despesas	(2.145)	(1.411)	(2.187)	(1.488)
	(9.732)	(7.978)	(10.709)	(8.765)
Valor adicionado bruto	70.768	43.682	77.691	48.705
Depreciação e amortização	(343)	(291)	(410)	(322)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	70.425	43.391	77.281	48.383
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	576	521	-	-
Receitas financeiras	2.936	3.175	3.536	3.290
Valor adicionado total a distribuir	73.937	47.087	80.817	51.673
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(25.816)	(21.906)	(30.312)	(24.626)
Impostos, taxas e contribuições	(18.243)	(9.320)	(19.126)	(10.075)
Federais	(16.827)	(8.641)	(17.696)	(9.393)
Estaduais	(13)	(4)	(27)	(7)
Municipais	(1.403)	(675)	(1.403)	(675)
Juros e variações cambiais	(24)	(24)	(468)	(120)
Aluguéis	(423)	(350)	(635)	(485)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-
Lucros retido	(29.431)	(15.487)	(30.276)	(16.367)
Valor adicionado distribuído	(73.937)	(47.087)	(80.817)	(51.673)

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A FPC Par Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") são sociedades anônimas de capital fechado, sediadas em Brasília - DF. Possuem, originalmente, como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.

A Companhia foi fundada em 1973, sendo a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora S.A. e da Caixa Econômica Federal. Ao longo destes 41 anos a Companhia construiu uma sólida relação comercial com seus principais parceiros do ramo. Destaca-se que ela está presente em mais de 900 agências da Caixa Econômica Federal, interagindo com os funcionários e clientes das agências, com o objetivo de auxiliar e fomentar as vendas dos produtos oferecidos pelo parceiro Caixa Seguradora S.A.. Adicionalmente, em outubro de 2014 passou a trabalhar também com uma rede de correspondentes bancário denominados "CAIXA Aqui" para distribuição dos produtos.

A Companhia atua como agente comercial da Caixa Seguradora S.A. nos canais da Caixa Econômica Federal e funciona como um elo estratégico entre as duas empresas. Como resumo das principais atribuições da Companhia podemos citar:

- Atuação com a Caixa Seguros: Responsável pela estruturação de produtos e canais, além do planejamento de marketing, discussão de planos de negócio, orçamento que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de marketing com um conhecimento de gestão de grandes bancos de dados; e
- Atuação com a Caixa: a Par Corretora atua na venda direta e também suporte comercial nas atividades de vendas de seguros das agências da Caixa, bem como a gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Vale destacar que o papel desempenhado pela companhia, juntamente com a Caixa Seguros e com a Caixa Econômica Federal, é atuar tanto na definição da estratégia de venda de seguros e na estruturação de novos produtos e canais quanto no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

A Companhia desempenha também, como parte do seu objeto, a organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes. Suas atuais operações são realizadas preponderantemente com a CAIXA Seguradora.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 8 de abril de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 R1 – Demonstração financeira intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

De acordo como o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nestas demonstrações intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras anuais. Dessa forma, estas demonstrações intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As políticas contábeis aplicadas são consistentes com as políticas contábeis do exercício anterior. Adicionalmente às práticas contábeis das últimas demonstrações financeiras anuais, a seguinte prática contábil é especialmente relevante para as informações financeiras intermediárias condensadas:

2.2 Consolidação das informações trimestrais

As informações trimestrais consolidadas incluem as empresas: Par Corretora de Seguros S.A. e suas controladas: Par Saúde Corretora de Seguros S.A.; Par Saúde Corporate Corretora de Seguros S.A. e Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A..

2.3 Incorporação – Boxe; CST e Par Holding

Durante o exercício de 2013 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia das seguintes sociedades: Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A (incorporação reversa), com data base em 03 de maio de 2013, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de dezembro de 2012. Como a incorporação ocorreu em 3 de maio de 2013, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data. Após a incorporação a Companhia passou a ter investimentos nas empresas PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A., PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e SCP Riscos Especiais.

	Acervo incorporado em 03 de maio de 2013					
	*PAR Corretora	BOXE	PAR Holding	CST	Total	PAR Corretora - Pós incorporação
Ativo circulante	97.610	24	40.775	-	40.799	138.409
Ativo Não-Circulante	2.511	16.381	722	17.066	34.169	36.680
Ativo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089
Passivo Circulante	13.936	23	11.132	-	11.155	25.091
Passivo Não Circulante	13.629	-	-	-	-	13.629
Acervo líquido	72.556	16.382	30.365	17.066	63.813	136.369
Passivo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089

* Em 31 de maio de 2013

2.4 Aquisição e incorporação – SJK e Kalache

Durante o exercício de 2014 ocorreu a aquisição e consequente incorporação integral ao patrimônio da Companhia das sociedades Kalache e Tavares Corretora de Seguros LTDA e SJK Corretora de Seguros LTDA EPP, com data base em 13 de março de 2014, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de dezembro de 2013. Como a incorporação ocorreu em 13 de março de 2014, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data.

	Acervo incorporado em 13 de março de 2014		
	Kalache	SJK	Total
Ativo circulante	(57)	(11)	(68)
Ativo	(57)	(11)	(68)
Passivo Circulante	47	6	53
Acervo líquido	(104)	(17)	(121)
Passivo	(57)	(11)	(68)

2.5 Incorporação – SCP Webchat

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Webchat, com data base em 15 de setembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência do distrato entre o sócio ostensivo e o participante, onde ficou acordado que a Companhia, sócia ostensiva, iria absorver toda a operação sem destinação dos percentuais de participação ao acionista participante. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

	Acervo incorporado em 15 de setembro de 2014		
	*PAR Corretora	SCP Webchat	PAR Corretora - Pós incorporação
Ativo circulante	129.921	245	130.166
Ativo Não-Circulante	40.661	-	40.661
Ativo	170.582	245	170.827
Passivo Circulante	14.060	62	14.122
Passivo Não Circulante	20.177	-	20.177
Acervo líquido	136.345	183	136.528
Passivo	170.582	245	170.827

* Em 30 de agosto de 2014

2.6 Incorporação da SCP Riscos Especiais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Riscos, com data base em 15 de novembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência do distrato entre o sócio ostensivo e o participante, onde ficou acordado que a Companhia, sócia ostensiva, iria absorver toda a operação sem destinação dos percentuais de participação ao acionista participante. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado.

	Acervo incorporado da SCP Riscos
Ativo circulante	689
Ativo Não-Circulante	-
Ativo	689
Passivo Circulante	1
Passivo Não Circulante	-
Acervo líquido	688
Passivo	689

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Incorporação da Nisa Participações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da Nisa Participações, com data base em 19 de dezembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência de uma otimização da organização societária. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado.

	Acervo incorporado		
	*PAR Corretora	Nisa Participações	PAR Corretora - Pós incorporação
Ativo circulante	97.722	8	97.730
Ativo Não-Circulante	42.049	-	42.049
Ativo	139.771	8	139.779
Passivo Circulante	15.399	-	15.399
Passivo Não Circulante	28.702	-	28.702
Acervo líquido	95.670	8	95.678
Passivo	139.771	8	139.779

2.8 Alienação da Par Saúde Administradora

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a alienação dos investimentos na Par Saúde Administradora, com data base em 30 de novembro de 2014. Foram vendidas a participação da Par Corretora de 0,5% e a participação da Par Saúde Corretora de 99,0%. A venda ocorreu em decorrência de uma decisão estratégica do Grupo. A seguir, é apresentando o quadro com o valor dos investimentos e do preço de venda.

	Alienação do investimento em 31 de dezembro de 2014			
	Par Saúde Administradora	Par Saúde Corretora	Par Corretora	RE Participações
Percentual de participação	100%	99%	0,50%	0,50%
Preço de aquisição	300	296	2	2
Patrimônio líquido	355	352	2	2
Resultado do exercício	486	481	3	3
Ganho/(Perda) na alienação de investimento	-	(537)	(3)	(3)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Considerando os valores envolvidos na apuração dos tributos e esse processo envolver julgamento para determinar a provisão para impostos sobre a renda a administração entende como crítico. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

3.2 Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%

O Grupo é acionista da PAR Saúde Corretora S.A., e da PAR Riscos Especiais S.A., com 40% de participação acionária em cada uma delas. Entretanto, para essas entidades foi estabelecido acordo societário com os demais acionistas que dá o controle ao Grupo. Com base no valor absoluto da participação do Grupo e nos acordos societários específicos firmados com os demais acionistas, a administração concluiu que o Grupo possui direitos suficientes que lhe assegura o poder de direcionar as atividades dessas entidades. Conseqüentemente, essas entidades foram totalmente consolidadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de março de 2015, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de o Grupo sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do Grupo ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. O Grupo não possui passivos significativos em que incidam juros, apenas ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Parte significativa da posição de caixa e contas a receber do Grupo hoje se encontra concentrada junto à Caixa Econômica Federal e Caixa Seguradora.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente, sendo monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo a gestão de capital é monitorada pela administração, e havendo a necessidade, é sugerido, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo e ajustes a valor presente

O Grupo não efetua ajustes a valor presente de seu contas a pagar e a receber, visto que seu giro médio não gera custo de capital. Este conceito também pode ser demonstrado pelo fato de que na formação do preço de seus serviços não é considerado o custo de capital em nenhuma de suas operações.

	Controladora					
	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Fundos de investimento - cotas	18.064	-	-	14.152	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	9.088	-	-	12.802	-	-
Fundos de investimento - renda variável	3.236	-	-	30	-	-
Total de ativos financeiros	30.388	-	-	26.984	-	-

	Consolidado					
	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Fundos de investimento - cotas	18.301	-	-	14.383	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	9.088	-	-	12.802	-	-
Fundos de investimento - renda variável	3.236	-	-	30	-	-
Total de ativos financeiros	30.625	-	-	27.215	-	-

Não ocorreram transferências entre níveis durante os exercícios.

(a) Instrumentos financeiros - Nível 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

(b) Instrumentos financeiros – Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

(c) Instrumentos financeiros – Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

4.3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	70.227	-	-	57.520	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	18.064	-	-	14.152	-
Fundos de investimento - renda fixa	-	9.088	-	-	12.802	-
Fundos de investimento - renda variável	-	3.236	-	-	30	-
Contas a receber	13.191	-	-	14.554	-	-
Total de ativos financeiros	83.418	30.388	-	72.074	26.984	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	8.190	-	-	8.028
Total de passivos financeiros	-	-	8.190	-	-	8.028

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	74.634	-	-	60.933	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	18.301	-	-	14.383	-
Fundos de investimento - renda fixa	-	9.088	-	-	12.802	-
Fundos de investimento - renda variável	-	3.236	-	-	30	-
Contas a receber	13.710	-	-	15.261	-	-
Total de ativos financeiros	88.344	30.625	-	76.194	27.215	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	8.479	-	-	8.062
Empréstimos	300	-	-	375	-	-
Total de passivos financeiros	300	-	8.479	375	-	8.062

4.4 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de doze meses para essa avaliação é a sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é a manutenção das taxas de juros praticadas atualmente. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado dos instrumentos financeiros.

	31/03/2015	Risco	Provável	Projeção	
				Cenário A (25%)	Cenário B (50%)
Controladora					
Ativos financeiros					
Certificado de depósitos bancários - CDB	70.227	CDI	79.076	76.863	74.651
Fundos de investimento - cotas	18.064	CDI	20.340	19.771	19.202
Fundos de investimento - renda fixa	9.088	CDI	10.233	9.947	9.661
Fundos de investimento - renda variável	3.236	CDI	3.644	33	3.440
Total	100.615		113.293	106.614	106.954
Passivos financeiros					
Parcelamentos	24.114	Selic	27.189	27.957	28.726
Total	24.114		27.189	27.957	28.726
Exposição líquida total			86.104	78.657	78.228
		CDI	12,60%	9,45%	6,30%
		Selic	12,75%	15,94%	19,13%

Nos cenários "Provável", "A" e "B" foram utilizadas as taxas CDI de 12,60%, 9,45% e 6,30% respectivamente, e as taxas Selic de 12,75%, 15,94% e 19,13%, respectivamente.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os depósitos bancários do Grupo estão concentrados na Caixa Econômica Federal nos montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e bancos				
Recursos em caixa e bancos	5.846	6.893	7.050	8.720
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.846	6.893	7.050	8.720

6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do grupo se resumem a certificados de depósitos bancários e aplicações em fundos de investimentos abertos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Certificado de depósitos bancários - CDB	70.227	57.520	74.634	60.933
Fundos de investimento - cotas (a)	18.064	14.152	18.301	14.383
Fundos de investimento - renda fixa (b)	9.088	12.802	9.088	12.802
Fundos de investimento - renda variável (c)	3.236	30	3.236	30
Total de ativos financeiros	100.615	84.504	105.259	88.148

(a) Os fundos de investimentos em cotas de participação renda fixa longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Os fundos tem por objetivo proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos seus recursos em cotas de fundos de investimentos. As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou de empresas a ela ligadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados pode ser efetuado a qualquer tempo sem restrição.

(b) Os fundos de investimentos em renda fixa crédito privado longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal e BNY Mellon DTVM. O objetivo dos fundos é proporcionar ao seu cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros superando a rentabilidade do CDI - CETIP.

As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou por papéis de instituições privadas, sendo que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem a sua carteira devem ser considerados de baixo risco de crédito (nível BBB- ou superior) no momento do investimento. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

(c) O fundo de investimento em renda variável está constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e a custódia dos ativos financeiros integrantes da sua carteira são exercidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., a gestão da carteira é realizada pela Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. O fundo tem por objetivo proporcionar rendimentos equivalentes aos

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das taxas de juros praticadas no mercado interfinanceiro. As aplicações podem ser representadas por cotas de fundos de investimentos ou cotas de fundos de investimento da classe referenciado, títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira e operações compromissadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

No período findo em 31 de março de 2015, a Companhia realizou aportes em aplicações financeiras com recursos provenientes do resultado de sua operação. Os recursos em aplicações financeiras não utilizados no fluxo de negócios diário da Companhia, sendo resgatados em geral para o pagamento de dividendos e outras obrigações pontuais.

As aplicações financeiras são realizadas a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, sendo R\$ 2.501 o resultado apresentado pela Companhia e R\$ 2.626 pelo Consolidado no período findo em 31 de março de 2015 (R\$ 3.112 e R\$ 3.213 em 31 de março de 2014 – Controladora e Consolidado). Essas aplicações possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

No encerramento do período, a Companhia possui saldo no valor de R\$ 13.191 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 14.554) a receber de clientes e o Consolidado saldo de R\$ 13.710 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 15.261), não havendo nenhum valor inadimplente, tendo as faturas vencimento em no máximo de 30 dias.

O Grupo não efetuou ajuste a valor presente de seu contas a receber, visto que todas as faturas emitidas são recebidas em um prazo médio histórico que não ultrapassa 30 dias, não havendo portanto a necessidade de realizar nova medição dos valores nem a expectativas incertas desse recebimento dentro do vencimento estipulado, uma vez que o ajuste só é aplicável a recebimentos e obrigações de longo prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber mencionado acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
IR e CSLL diferidos				
Tributos sobre adições temporárias	1.590	1.130	1.590	1.130
Créditos tributários sobre ágios incorporados	21.183	22.855	21.183	22.855
Total de IR e CSLL diferidos	22.773	23.985	22.773	23.985

A diminuição do saldo da conta de IR e CSLL diferidos decorre da amortização do benefício fiscal, conforme descrito na nota 8 (b).

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	43.880	23.165	45.586	24.788
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados com base na alíquota vigente	14.913	7.126	15.494	7.677
Despesas permanentes não dedutíveis	43	1.205	157	1.877
Despesas com provisões	461	66	336	66
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(196)	(217)	-	-
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	(233)	(590)	(245)	(618)
Salário maternidade	(78)	(106)	(83)	(106)
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	(57)	-
	(3)	552	108	744
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.910	7.903	15.602	8.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(461)	(225)	(292)	(225)
Despesa de IRPJ e CSLL	14.449	7.678	15.310	8.421

(a) Tributos diferidos sobre adições temporárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Provisões para ações trabalhistas	2.821	2.751	2.821	2.751
Outras adições temporárias líquidas	1.858	573	1.362	573
Base de cálculo de IR e CSLL Diferidos	4.679	3.324	4.183	3.324
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL Diferidos	1.591	1.130	1.422	1.130

(b) Créditos tributários sobre ágios incorporados

Atendendo ao processo de reestruturação societária promovido pela Administração, em maio de 2013, houve a incorporação integral das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A. ao patrimônio da Companhia, conforme laudo de avaliação (Vide Notas 1 e 29). A operação gerou ágio no montante de R\$ 98.371. A amortização do crédito tributário sobre o ágio ocorrerá em 60 meses, contados a partir de junho de 2013. Abaixo segue quadro apresentando o benefício fiscal apurado conforme previsto na Instrução Normativa CVM 349/01.

	31/03/2015
Ágio na aquisição da Boxe	48.182
Ágio na aquisição da CST Participações	50.189
Base para o crédito fiscal	98.371
Alíquota de IR e CSLL	34%
Crédito fiscal - IR e CSLL	33.446
Créditos amortizados em 2013	(3.344)
Créditos amortizados em 2014	(7.247)
Créditos amortizados em 2015	(1.672)
Saldo remanescente do crédito fiscal	21.183

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Investimentos

(a) Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Controladora	Percentual (%) em 31 de março de 2015	
			Participação direta	Participação indireta
PAR Saúde Corretora S.A. (i)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40,0	-
PAR Saúde Corporate S.A. (ii)	Brasil	Par Saúde Corretora de Seguros S.A.	-	50,1
PAR Riscos Especiais S.A. (iii)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40,0	-

As notas atribuídas a cada empresa referem-se ao tipo de negócio desenvolvido por elas:

- (i) Serviços de corretagem para a venda de planos de saúde.
- (ii) Serviços de corretagem de seguros dos ramos: saúde e odontológicos.
- (iii) Serviços de corretagem para a venda de seguros de riscos especiais.

A Companhia consolida os resultados de seus investimentos na Par Riscos Especiais S.A. (iii) e na Par Saúde Corretora S.A. (i) em suas demonstrações financeiras, uma vez que exerce influência significativa na gestão financeira e operacional das mesmas, conforme previsto no CPC 36, tendo como principais prerrogativas para essa consolidação o (a) direito de veto de diversas matérias relevantes definidas no acordo operacional das investidas, (b) a responsabilidade pela indicação do principal cargo executivo (Diretor Executivo), e ainda a de (c) executar toda a rotina operacional e financeira das mesmas. Adicionalmente, vale destacar que as metas de performance operacional do grupo são analisadas e gerenciadas de forma consolidada, e esses investimentos estão inseridos nessa gestão.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Controladora

	PAR Saúde Corporate	PAR Riscos Especiais	Total Investimentos	PAR Saúde Corretora (Passivo a descoberto (Nota 14))	Total das participações
Em 31 de março de 2015					
Capital social	200	1.005	-	5.290	-
Nº ações	200	1.250	-	1.274	-
Participação direta	0,00%	40,00%	-	40,00%	-
Participação indireta	50,10%	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0	1.148	-	292	-
Patrimônio líquido em 31 de março de 2015	688	8.601	-	(1.226)	-
Resultado de participação	-	459	459	117	576
Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 13))	-	3.441	3.441	(337)	3.104

Em 31 de dezembro de 2014

	PAR Saúde Corporate	PAR Riscos Especiais	Total Investimentos	PAR Saúde Corretora (Passivo a descoberto (Nota 14))	Total das participações
Em 31 de dezembro de 2014					
Capital social	200	1.005	-	5.290	-
Nº ações	200	1.250	-	1.274	-
Participação direta	0,00%	40,00%	-	40,00%	-
Participação indireta	50,10%	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	420	4.723	-	553	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	688	7.454	-	(1.517)	-
Resultado de participação	-	1.889	1.889	221	2.110
Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 13))	-	2.981	2.981	(454)	2.527

(c) Consolidado

No período findo em 31 de março de 2015, o Consolidado do Grupo não apresenta saldo de investimentos e de equivalência patrimonial em resultado uma vez que todas as suas participações foram eliminadas no processo de consolidação.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imobilizado

	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benefeitorias	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Imobilizado						
Custo	910	214	1.104	482	1.363	4.073
Depreciação acumulada	(256)	(83)	(496)	(436)	-	(1.271)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	654	131	608	46	1.363	2.802

	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benefeitorias	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Em 31 de março de 2015						
Adições	353	-	46	1.163	1.000	2.562
Transferência	-	-	-	-	(1.384)	(1.384)
Depreciação do exercício	(37)	(6)	(33)	(30)	-	(106)
Saldo	316	(6)	13	1.133	(384)	1.072
Custo	1.263	214	1.150	1.645	979	5.251
Depreciação acumulada	(293)	(89)	(529)	(466)	-	(1.377)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2015	970	125	621	1.179	979	3.874

	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benefeitorias	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Imobilizado						
Custo	703	141	905	447	-	2.196
Depreciação acumulada	(166)	(57)	(376)	(214)	-	(813)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	537	84	529	233	-	1.383

	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benefeitorias	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Em 31 de março de 2014						
Adições	26	73	57	7	-	163
Baixas	-	-	(12)	-	-	(12)
Depreciações de itens baixados	-	(6)	7	(56)	-	(55)
Depreciação do exercício	(20)	-	(31)	-	-	(51)
Saldo	6	67	21	(49)	-	45
Custo	729	214	950	454	-	2.347
Depreciação acumulada	(186)	(63)	(400)	(270)	-	(919)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2014	543	151	550	184	-	1.428

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Consolidado Total
Imobilizado						
Custo	1.179	215	1.416	668	1.363	4.841
Depreciação acumulada	(332)	(83)	(619)	(486)	-	(1.520)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	847	132	797	182	1.363	3.321
Em 31 de março de 2015						
Adições	356	-	71	1.169	1.000	2.596
Transferência	-	-	-	-	(1.384)	(1.384)
Depreciação do exercício	(44)	(6)	(45)	(55)	-	(150)
Saldo	312	(6)	26	1.114	(384)	1.062
Custo	1.535	215	1.487	1.837	979	6.053
Depreciação acumulada	(376)	(89)	(664)	(541)	-	(1.670)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2015	1.159	126	823	1.296	979	4.383
Imobilizado						
Custo	895	141	1.106	480	-	2.622
Depreciação acumulada	(213)	(57)	(451)	(223)	-	(944)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	682	84	655	257	-	1.678
Em 31 de março de 2014						
Adições	28	73	88	7	-	196
Baixas	-	-	(14)	-	-	(14)
Depreciações de itens baixados	-	-	9	-	-	9
Depreciação do exercício	(26)	(6)	(41)	(61)	-	(134)
Saldo	2	67	42	(54)	-	57
Custo	923	214	1.180	487	-	2.804
Depreciação acumulada	(239)	(63)	(483)	(284)	-	(1.069)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2014	684	151	697	203	-	1.735

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) As adições em imobilizado em andamento referem-se aos gastos incorridos pela Companhia na preparação estrutural da nova sede administrativa.

O Grupo realizou a avaliação para indicação de perda do valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado. Segundo o resultado da análise, a Administração entende que não existem quaisquer indicativos de perda significativa no valor do ativo fixo no período findo em 31 de março de 2015, uma vez que são bens em novos e em estágio de desenvolvimento (adquiridos ou desenvolvidos em 2013 e 2014). Em sua conclusão não houve alteração de prazos com relação a análise realizada pelo avaliador independente ao final do exercício de 2012.

Abaixo as taxas médias de depreciação aplicadas pela Companhia:

- | | |
|---|--------|
| • Móveis e equipamentos: | 12,50% |
| • Veículos: | 16,70% |
| • Equipamentos de processamento de dados: | 14,20% |
| • Benfeitorias: | 50,00% |

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangível

Destaca-se que em abril de 2014, foi registrado no intangível o ágio decorrente da aquisição das empresas: Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e SJK Corretora de Seguros Ltda. na PAR Riscos Especiais S.A. O ágio foi gerado com fundamento em expectativa de rentabilidade futura e reconhecido na data da aquisição, considerando o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos mensurados conforme o pronunciamento CPC 15. Durante o exercício de 2014 realizamos o teste de indicativo de impairment para o ágio registrado e em sua conclusão não há indicativos de perda no valor recuperável. Uma nova análise será realizada no exercício corrente.

				Controladora
	Software	Intangível em andamento	Contrato Comercial	Total
Intangível				
Custo	3.411	585	1.800	5.796
Amortização acumulada	(924)	-	(286)	(1.210)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	2.487	585	1.514	4.586
Em 31 de março de 2015				
Adições	146	294	-	440
Transferência	-	(32)	-	(32)
Amortização de itens baixados	-	-	-	-
Amortizações do período	(176)	-	(61)	(237)
Saldo	(30)	262	(61)	171
Custo	3.557	847	1.800	6.204
Amortização acumulada	(1.100)	-	(347)	(1.447)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2015	2.457	847	1.453	4.757
				Controladora
	Software	Intangível em andamento	Contrato Comercial	Total
Intangível				
Custo	1.045	700	1.800	3.545
Amortização acumulada	(397)	-	(41)	(438)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	648	700	1.759	3.107
Em 31 de março de 2014				
Adições	1.036	-	-	1.036
Baixas	-	(700)	-	(700)
Amortização do exercício	(117)	-	(61)	(178)
Saldo	919	(700)	(61)	158
Custo	2.081	-	1.800	3.881
Amortização acumulada	(514)	-	(102)	(616)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2014	1.567	-	1.698	3.265

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Software	Intangível em andamento	Contrato Comercial	Ágio	Consolidado Total
Intangível					
Custo	3.849	587	1.800	8.639	14.875
Amortização acumulada	(1.025)	-	(287)	-	(1.312)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	2.824	587	1.513	8.639	13.563
Adições	146	294	-	-	440
Baixas	-	(33)	-	-	(33)
Amortização de itens baixados	-	-	-	-	-
Amortizações do período	(199)	-	(61)	-	(260)
Saldo	(53)	261	(61)	-	147
Custo	3.995	848	1.800	8.639	15.282
Amortização acumulada	(1.224)	-	(348)	-	(1.572)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2015	2.771	848	1.452	8.639	13.710

	Software	Intangível em andamento	Contrato Comercial	Ágio	Consolidado Total
Intangível					
Custo	1.216	700	1.800	-	3.716
Amortização acumulada	(433)	-	(41)	-	(474)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	783	700	1.759	-	3.242
Em 31 de março de 2014					
Adições	1.044	-	-	2.345	3.389
Baixas	-	(700)	-	-	(700)
Amortização de itens baixados	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(127)	-	(61)	-	(188)
Saldo	917	(700)	(61)	2.345	2.501
Custo	2.260	-	1.800	2.345	6.405
Amortização acumulada	(560)	-	(102)	-	(662)
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2014	1.700	-	1.698	2.345	5.743

No processo de alocação do preço de compra, considerando a baixa relevância do acervo líquido incorporado, a Companhia confirmou que o preço pago baseou-se na força de trabalho adquirida e, como a força de trabalho não é um ativo identificável, segundo o CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS), a Companhia atribuiu esse valor ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill). Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

O intangível foi mensurado pelo custo. Os softwares são amortizados a taxa de 20% ao ano e o contrato comercial a taxa de 13,6% ao ano. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo efetuou teste de indicativo de *impairment* do seu intangível. Na análise não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável de tais bens. Quanto à vida útil, não houve indicativos de alteração dos prazos com relação ao exercício anterior, sendo a vida útil média de 4 anos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Fornecedores e outras obrigações

O grupo de fornecedores é composto basicamente por gastos administrativos com aquisição de materiais de consumo e manutenção da estrutura do Grupo, além contratação de serviços de terceiros. Em média seu prazo de vencimento é de 30 dias e encontram-se apresentados pelo valor justo.

A participação dos lucros foi definida com base no atingimento dos resultados do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores				
Fornecedores nacionais	55	8	82	22
Programa de incentivo de longo prazo (i)	4.311	4.311	4.311	4.311
Intermediação de pagamentos	3.824	3.709	4.086	3.729
Total de fornecedores	8.190	8.028	8.479	8.062
Obrigações sociais				
Participação nos lucros	3.361	7.382	3.926	8.626
Obrigações diversas	105	17	124	15
INSS e FGTS	1.680	2.112	1.963	2.392
IRRF	322	261	386	324
Total de obrigações sociais	5.468	9.772	6.399	11.357
Obrigações tributárias				
INSS	1.436	952	1.436	952
ISS	348	288	408	358
IRPF	77	64	82	72
PIS/COFINS	1.941	1.754	2.082	1.919
Provisão de IRPJ e CSLL	13.237	-	13.930	-
Antecipação de IRPJ e CSLL	(8.267)	-	(8.828)	-
Total de obrigações tributárias	8.772	3.058	9.110	3.301

(i) A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo com regras estabelecidas e baseados na performance dos resultados do exercício anterior, o valor provisionado de R\$ 4.311 está estabelecido em política que prevê sua atualização em outubro de cada ano.

13. Provisões

(a) Ações trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis cujos valores provisionados somam R\$ 373 (R\$ 712 em 31 de dezembro de 2014), líquido de depósito judicial de R\$ 2.448 (R\$ 2.039 em 31 de dezembro de 2014), e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Além dos passivos trabalhistas, o Grupo possui ações cíveis não provisionadas (classificadas com chance de perda remota) decorrentes da discussão sobre riscos de comercialização na venda de seguros, onde a Caixa Econômica Federal tenha sido processada. Esses processos são analisados individualmente e, caso aplicável, são repassados para a Caixa Econômica Federal.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos trabalhistas e cíveis do Grupo são pulverizados. No período findo em 31 de março de 2015 foram incluídas 13 novas causas trabalhistas de um total 142 processos. O Grupo tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado é de R\$ 9.140 totalizando 54 processos (R\$ 6.506 em 31 de dezembro de 2014).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Passivo circulante				
Provisão de férias	4.790	3.089	5.850	3.863
Provisão - Earn out (i)	-	-	1.020	1.020
Total de provisões - passivo circulante	4.790	3.089	6.870	4.883
Passivo não circulante				
Provisões para ações trabalhistas	2.821	2.751	2.821	2.751
(-) Depósitos judiciais	(2.448)	(2.039)	(2.448)	(2.039)
Provisão - Earn out (i)	-	-	2.564	4.080
Provisão para passivo a descoberto	337	454	-	-
Total de provisões - passivo não circulante	710	1.166	2.937	4.792
Total de provisões	5.500	4.255	9.807	9.675

(i) A provisão constituída refere-se ao earn out decorrente da incorporação das empresas Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda e SJK Corretora de Seguros Ltda EPP, vide Nota 2.4.

14. Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos efetuado pela Companhia através da Lei nº 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração recebidos pela Companhia. O prazo remanescente para pagamento do parcelamento é de 122 meses. Sua atualização é realizada utilizando a taxa Selic.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Parcelamento pela lei 11.941/09				
Passivo circulante	2.832	2.828	2.832	2.828
Passivo não circulante	21.282	21.648	21.282	21.648
Total do parcelamento	24.114	24.476	24.114	24.476

O cronograma de pagamento do parcelamento possui a seguinte distribuição:

	Vencimento por ano
Até 1 ano	2.832
De 1 a 2 anos	2.836
De 2 a 3 anos	2.687
De 3 a 4 anos	2.637
De 4 a 5 anos	2.637
De 5 a 8 anos	7.527
De 8 a 11 anos	2.958
Total do parcelamento	24.114

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2015, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 40.000 (R\$ 40.000 no exercício findo em 31 de dezembro 2014), representado por 159.907.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Dividendos antecipados

A Companhia efetuou o pagamento de dividendos obrigatórios e complementares ao exercício de 2014 após a aprovação do resultado no valor de R\$ 1.004 e R\$ 15.064, respectivamente.

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2015</u>
Residual do dividendo mínimo obrigatório de 2014	1.004
Dividendos adicionais referentes ao exercício de 2014	15.064
Total de dividendos distribuídos	<u>16.068</u>

(c) Reservas

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve alteração no valor das reservas para o período findo em 31 de março de 2015.

(ii) Reserva de capital e ágio

Em dezembro de 2014 houve o resgate de 40.492.718 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Esse resgate reduziu a conta de reserva de capital em R\$ 20.285. Adicionalmente, com o objetivo de reorganizar a estrutura societária da Companhia, em 19 de dezembro houve a incorporação reversa da então acionista Nisa Participações S.A., tal incorporação gerou ao aumento da conta de reserva de capital em R\$ 8 decorrente do acervo líquido incorporado. Há ainda o valor de R\$ 33.446 decorrente da incorporação realizada em 2013 da Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A..

Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Participação dos não controladores

	Em 31 de março de 2015			Em 31 de dezembro de 2014	
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora*	Par Saúde Corporate	Par Saúde Corporate	Par Saúde Administradora
% participação - não controladores	60,00%	60,00%	49,99%		0,50%
Capital social	7.453	(1.517)	688		-
Reserva de capital	-	255	-		-
Resultado do exercício	1.148	292	(37)		-
Participação dos não controladores:					
No Patrimônio líquido	4.472	(1.063)	344		(2)
No resultado do exercício	689	175	(19)		2
Total da participação	5.161	(888)	325	344	-

*Reserva constituída integralmente pela Companhia.

(e) Lucro por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	31/03/2014	31/03/2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	29.431	30.276
Quantidade de ações inicial	400	400
Desdobramento de ações	200.400	200.400
Resgate de ações	(40.493)	-
Quantidade de ações no fim do exercício - em milhares	159.907	200.400
Quantidade de ações média ponderada – em milhares	159.907	200.400
Lucro líquido por ação em R\$	0,1841	0,1511

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve emissão de novas ações durante o período findo em 31 de março de 2015. No ato da incorporação ocorrida em 03 de maio de 2013, todas as ações da Companhia foram canceladas e emitidas 400.000 ações a fim de facilitar a divisão entre os acionistas. Foram mantidas as proporções de todas as participações.

16. Receita líquida da prestação de serviços

É demonstrado a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita bruta por tipo de produto:				
Vida	28.439	25.561	28.439	25.561
Residencial	5.066	3.306	5.066	3.306
Multi Risco Empresarial	3.519	2.266	3.519	2.266
Habitacional	26.751	11.604	26.751	11.604
Prestamista	11.752	4.449	11.752	4.449
Bancassurance	75.527	47.186	75.527	47.186
Auto	4.026	3.272	4.026	3.272
Saúde	-	-	2.818	3.210
Riscos Especiais	-	-	5.753	2.863
Produtos tradicionais de seguros	4.026	3.272	12.597	9.345
Outros produtos	3.641	3.478	3.641	3.679
Previdência	2.057	2.164	2.057	2.164
Consórcio	1.136	918	1.136	1.118
Capitalização	424	396	424	396
Outros	25	0	25	0
Total da Receita bruta de prestação de serviços	83.194	53.937	91.765	60.210
Impostos sobre o faturamento	(6.156)	(4.067)	(6.773)	(4.530)
Total da receita líquida	77.038	49.870	84.992	55.680

A receita de corretagem do Grupo é proveniente da comissão pela venda, principalmente, dos produtos de seguros: Vida, Habitacional, Prestamista, Auto, Consórcio e Previdência.

17. Custos dos serviços prestados

Os custos são controlados pelo Grupo através de centros de custos contábeis para as operações de vendas em balcão, que são as estruturas do Grupo dentro das agências da Caixa Econômica Federal; canais remotos, que representam as operações de venda através de *call center*; as operações de *backoffice*, responsável por assessorar as operações de seguros (sinistros, acompanhamento de canais e gestão de pagamentos de intermediação) e ainda o suporte do pós venda; além das vendas realizadas extra rede.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custo dos serviços prestados				
Canal balcão	18.601	15.686	21.804	17.754
Canais remotos	4.339	3.423	4.339	3.433
Canal extra rede	544	-	544	-
Backoffice	621	590	1.570	1.295
Total dos custos dos serviços prestados	24.105	19.699	28.257	22.482

18. Despesas administrativas

Os gastos com pessoal representam a maior despesa do Grupo por comportarem a estrutura operacional, contemplando as despesas com salários, encargos e benefícios e ainda a participação nos lucros do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas administrativas				
Pessoal (i)	6.620	6.074	7.758	6.591
Serviços de terceiros	844	714	997	922
Tecnologia e telecomunicação	1.262	1.264	1.378	1.341
Fiscais e legais	373	757	373	542
Outras despesas administrativas	1.617	1.341	1.764	1.603
Total das despesas administrativas	10.716	10.150	12.270	10.999

(i) Em linha com o aumento no volume de negócios, decorrente da expansão de mercado, a Companhia reforçou o quadro interno para fazer frente a esse cenário.

19. Outras despesas (receitas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Outras receitas				
Intermediação de pagamentos	-	192	-	192
Reembolsos	272	-	272	-
Total de outras receitas	272	192	272	192
Outras despesas				
Intermediação de pagamentos	(64)	-	(118)	-
Parcelamentos	-	(424)	-	(424)
Outras despesas (i)	(1.235)	(5)	(1.237)	(27)
Total de outras despesas	(1.299)	(429)	(1.355)	(451)
Outros resultados, líquido	(1.027)	(237)	(1.083)	(259)

(i) Na linha de "Outras despesas" estão incluídos o registro programa de incentivo de longo prazo (Nota 22 (a)) e os gastos decorrentes da oferta secundária de capital da Companhia.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita financeira				
Receita de aplicações financeiras (Nota 6)	2.501	3.112	2.626	3.213
Ajuste a valor presente	-	-	496	-
Atualização de mútuo	62	62	39	62
Descontos recebidos	373	1	375	15
Total das receitas financeiras	2.936	3.175	3.536	3.290

21. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesa financeira				
Atualização de juros de parcelamentos	(455)	-	(455)	-
Descontos concedidos	(1)	-	(3)	-
Juros passivos	(11)	(5)	(451)	(95)
Taxas bancárias	(12)	(19)	(13)	(25)
Total das despesas financeiras	(479)	(24)	(922)	(120)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

São classificadas como partes relacionadas da Companhia as seguintes empresas ou pessoas:

Controladores:

- Par Participações S.A.
- Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguros Holding S.A.
- Boxters LLC
- Algarve LLC

Controladas:

- PAR Saúde Corretora S.A.
- PAR Saúde Corporate S.A.
- PAR Riscos Especiais S.A.

Demais partes relacionadas:

- RE Participações e Consultoria Ltda.
- São Clemente Participações Ltda.
- Orypaba Rio Administração e Corretagem de Resseguros Ltda.
- RE Consultoria e Serviços em Seguros e Resseguros Ltda.
- Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguradora S.A.
- Caixa Vida e Previdência S.A.
- Caixa Capitalização S.A.
- Caixa Consórcios S.A.
- Caixa Participações S.A.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Empréstimos concedidos a partes relacionadas

No período findo em 31 de março de 2015, havia apenas um empréstimo com parte relacionada, sendo este tomado pela PAR Saúde Corretora junto a Companhia.

	Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
PAR Saúde Corretora S.A.	2.247	2.186
	2.247	2.186

23. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros contratadas pelo Grupo são apresentadas a seguir:

- Incêndio e danos elétricos
- Pagamento de aluguel, paralisações e perdas
- Derrame de Sprinklers
- Roubo de máquinas e equipamentos

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

24. Informação por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. A diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes:

(i) Varejo e Pequenas empresas: composto pela Companhia, tendo a sua atividade voltada para a venda de seguros pessoais, empresariais e de patrimônio.

(ii) Grandes e médias empresas: composto pela PAR Saúde Corretora e PAR Saúde Corporate; tem as suas atividades voltadas para a venda de seguros de saúde, gestão de benefícios e de planos de saúde coletivos e ainda pela PAR Riscos Especiais, a qual possui suas operações voltadas para a corretagem de seguros de ramos específicos, assessoria e consultoria na análise de riscos.

Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem serviços distintos a um público alvo distinto. Não ocorrem vendas ou prestação de serviços entre os segmentos.

Os balanços patrimoniais por segmento são apresentados como segue:

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período findo em 31 de março de 2015			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Ativo				
Circulante	124.456	7.194	-	131.650
Não circulante	37.129	9.462	(5.725)	40.866
Total do ativo	161.585	16.656	(5.725)	172.516
Passivo				
Circulante	30.052	3.938	-	33.990
Não circulante	21.992	4.679	(2.284)	24.387
Patrimônio Líquido	109.541	8.039	(3.441)	114.139
Passivo	161.585	16.656	(5.725)	172.516
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Ativo				
Circulante	109.227	7.081	-	116.308
Não circulante	36.540	9.496	(5.167)	40.869
Total do ativo	145.767	16.577	(5.167)	157.177
Passivo				
Circulante	27.779	3.956	-	31.735
Não circulante	22.814	5.887	(2.186)	26.515
Patrimônio Líquido	95.174	6.734	(2.981)	98.927
Passivo	145.767	16.577	(5.167)	157.177

Os ajustes do exercício findo em 31 de dezembro de referem-se a eliminação de R\$ 2.284 de créditos/débitos com partes relacionadas, além de R\$ 3.441 de investimentos entre empresas consolidadas (R\$ 2.186 e R\$ 2.981 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados por segmento são apresentados da seguinte forma:

	Período findo em 31 de março de 2015			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	77.038	7.954	-	84.992
Custo dos serviços prestados	(24.105)	(4.152)	-	(28.257)
Lucro bruto	52.933	3.802	-	56.735
Despesas administrativas	(10.716)	(1.554)	-	(12.270)
Depreciação e amortização	(343)	(67)	-	(410)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.026)	(57)	-	(1.083)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	576	-	(576)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	41.424	2.124	(576)	42.972
Receitas financeiras	2.936	600	-	3.536
Despesas financeiras	(479)	(443)	-	(922)
Resultado financeiro, líquido	2.457	157	-	2.614
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.881	2.281	(576)	45.586
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.910)	(692)	-	(15.602)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	461	(169)	-	292
Lucro líquido do exercício	29.432	1.420	(576)	30.276
	Período findo em 31 de março de 2014			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	50.051	5.629	-	55.680
Custo dos serviços prestados	(19.699)	(2.783)	-	(22.482)
Lucro bruto	30.352	2.846	-	33.198
Despesas administrativas	(10.150)	(849)	-	(10.999)
Depreciação e amortização	(291)	(31)	-	(322)
Outras (despesas) receitas operacionais	(237)	(22)	-	(259)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	521	-	(521)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	20.195	1.944	(521)	21.618
Receitas financeiras	3.175	115	-	3.290
Despesas financeiras	(24)	(96)	-	(120)
Resultado financeiro, líquido	3.151	19	-	3.170
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.346	1.963	(521)	24.788
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.958)	(688)	-	(8.646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	225	-	-	225
Lucro líquido do exercício	15.613	1.275	(521)	16.367

Os ajustes apresentados referem-se a eliminação do resultado com equivalência patrimonial em empresas consolidadas.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Impactos da Lei 12.973/14 (conversão da MP 627/13)

Com o advento da Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13), publicada em 13 de maio de 2014, foram alterados diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais inclui a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Com base nesse novo normativo, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da Lei 12.973/14 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela Lei 12.973/14 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF.

A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da Lei 12.973/14, e entende que os eventuais efeitos futuros não serão significativos.



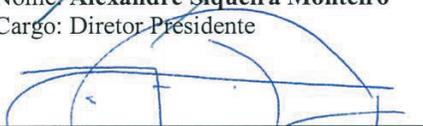
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480

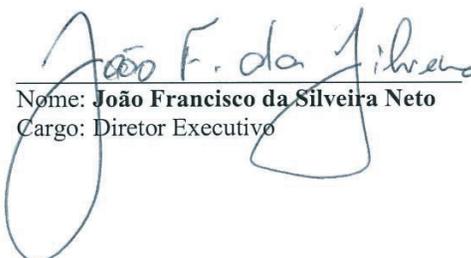
Declaramos, na qualidade de Diretores da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, sociedade anônima com sede no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 1º andar, Edifício Caixa Seguradora, CEP 70.701-050, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.278.473/0001-03 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às informações trimestrais da Companhia de 31 de março de 2015; e
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia de 31 de março de 2015.

Brasília, 08 de abril de 2015.


Nome: **Alexandre Siqueira Monteiro**
Cargo: Diretor Presidente


Nome: **João Domingos Martins Villas**
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores


Nome: **João Francisco da Silveira Neto**
Cargo: Diretor Executivo

ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FPC PAR Corretora
de Seguros S.A.**
**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2014**

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

1. Descrição dos Negócios da Companhia

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. ("Caixa Seguradora"), e operamos com exclusividade para corretagem dos produtos de seguros comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal ("Caixa"). Possuímos acesso exclusivo a uma base composta por mais de 77,2 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 2,1 milhões de clientes pessoas jurídicas em 30 de setembro de 2014.

Atuamos em todo território nacional e temos acesso a um canal de distribuição composto por 3.362 agências da Caixa, 13.198 agências lotéricas e 19.282 correspondentes bancários em 30 de setembro de 2014.

Recebemos comissões pelas vendas de seguros em quatro tipos de canais: (i) canais locais (agências bancárias da Caixa), (ii) canais remotos (call center e webchat), (iii) canais alternativos (correspondentes bancários e lotéricas), e (iv) corretores próprios e co-corretores (corretores empregados e empresas de corretagem associadas a nós na comercialização de produtos para clientes corporativos, principalmente seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em Grupo).

2. Destaques do Período

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, apresentamos crescimento de 28,1% da receita líquida consolidada em relação ao mesmo período de 2013, alcançando R\$274,4 milhões. O crescimento foi fruto, principalmente, do aumento de 25,0% da receita bruta com produtos de *bancassurance*, com destaque para os produtos Habitacional e Prestamista, cujas receitas evoluíram 63,8% e 59,2% respectivamente.

Nossos custos dos serviços prestados tiveram um aumento de R\$18,8 milhões, ou 23,7%, no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do crescimento de R\$11,5 milhões, ou 17,6%, nos custos com o canal balcão, por sua vez impactado pelo incremento na quantidade média de empregados alocados na área comercial.

Nossas despesas administrativas cresceram R\$5,1 milhões, ou 11,9%, variação que decorreu principalmente em função do incremento de R\$3,7 milhões com despesas de pessoal e serviços de terceiros, fruto principalmente do investimento em nossa equipe para suportar nosso plano de crescimento.

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, nosso resultado financeiro líquido teve um aumento de R\$3,8 milhões, ou 47,8%, em relação ao mesmo período de 2013, alcançando R\$11,8 milhões. O aumento deveu-se ao incremento de R\$3,3 milhões na nossa receita de aplicações financeiras, reflexo do acréscimo de R\$17,7 milhões no saldo médio de aplicações financeiras, que no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2013 representava R\$94,1 milhões e no mesmo período de 2014 representou R\$111,8 milhões.

Nosso Lucro Líquido Consolidado apresentou crescimento de 35,4% no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, alcançando R\$85,1 milhões.

No que diz respeito ao balanço patrimonial consolidado da Companhia, nosso Ativo Total apresentou queda de R\$30,3 milhões, partindo de R\$187,5 milhões, em 31 de dezembro de 2013, para R\$157,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. O queda ocorreu principalmente em função

da redução de R\$47,2 milhões no saldo de aplicações financeiras, que totalizou R\$88,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorreu principalmente da distribuição de dividendos, distribuição de reservas e resgates de ações que somaram um valor total de R\$123,0 milhões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Além do aumento de R\$7,7 milhões no saldo de contas a receber, a queda no saldo de aplicações financeiras também foi minimizada pelo aumento de R\$10,3 milhões no saldo do ativo intangível, que ocorreu principalmente pela incorporação do ágio gerado na aquisição de 100% da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda.

Nosso passivo circulante e não circulante não tiveram alterações significativas. O saldo total do passivo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$58,3 milhões, 5,6% maior do que em 31 de dezembro de 2013.

Nosso Patrimônio Líquido consolidado teve queda de 25,2%, partindo de R\$132,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, para R\$98,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. A queda é resultado do resgate de ações no valor de R\$20,3 milhões, distribuição da reserva de lucros acumulados no valor de R\$29,9 milhões e distribuição de dividendos no valor de R\$66,6 milhões referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nosso caixa líquido consolidado, gerado pelas atividades operacionais, avançou 24,0%, alcançando R\$98,1 milhões no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014.

3. Recursos Humanos

Para nós, a conquista do engajamento dos nossos colaboradores tem um reflexo importante nos resultados da Companhia. Mais de 80% do nosso quadro de funcionários está concentrado em alguma atividade comercial, e, portanto, em contato direto com o cliente. Nossos clientes, por sua vez, representam o principal direcionador das práticas de qualidade que desenvolvemos e aperfeiçoamos.

Entendemos que nossas políticas de gente e gestão atuam como balizadoras do processo de desenvolvimento das equipes, enquanto a nossa declaração de cultura reflete os valores da organização e estabelece o perfil de comportamento e conduta profissional desejados.

Nossas políticas/pilares:

- (i) Gestão por competências: visa mapear, comunicar, avaliar e desenvolver competências consideradas chaves para o sucesso da Companhia;
- (ii) Sistema de gestão: visa consolidar processos e ferramentas que suportem o colaborador na entrega de resultados, contribuindo para execução da estratégia corporativa;
- (iii) Sistema de recompensa: visa reconhecer os melhores desempenhos, pois acreditamos que a meritocracia é essencial para a retenção e alta performance; e
- (iv) Clima organizacional: visa proporcionar aos nossos colaboradores o trabalho em um ambiente saudável, colaborativo e estimulante.

Nossa cultura

- (i) Satisfação dos nossos clientes é uma prioridade para nós;
- (ii) Somos comprometidos com a entrega de resultados;
- (iii) Reconhecemos a importância dos nossos parceiros;

- (iv) Buscamos e valorizamos pessoas com o nosso DNA; e
- (v) Adotamos uma conduta ética e socialmente responsável.

Número de empregados:

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, tivemos um aumento de 280 colaboradores no nosso quadro de funcionários, aumento influenciado principalmente pelo acréscimo de 244 colaboradores na nossa área comercial para implantar nossas estratégias de crescimento de vendas.

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores de nosso Grupo nas datas indicadas:

	31/12/2014	31/12/2013
Número Total de Empregados	1.329	1.049
Por grupos		
Administrativo	140	104
Comercial	1.189	945
Por localização geográfica¹		
Centro Norte	362	304
Minas Gerais	125	101
Nordeste 1	99	67
Nordeste 2	71	52
Paraná	92	66
Rio de Janeiro	163	141
Rio Grande do Sul	144	120
São Paulo	273	198

⁽¹⁾ Centro Norte: DF, GO, TO, RO, PA, AM, AP, AC, MT, MS, RO
 Nordeste 2: PE, AL, SE, BA
 Nordeste 2: PB, RN, CE, PI, MA
 Rio de Janeiro: RJ, ES
 Rio Grande do Sul: RS, SC

Índice de rotatividade

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, nossos indicadores de rotatividade apresentaram queda em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda foi influenciada principalmente pela melhoria dos processos de recrutamento e seleção, além da aplicação de novas políticas de desenvolvimento e retenção de colaboradores.

O quadro abaixo evidencia nossos índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

	FY14	FY13
Ativos ¹	1.174	931
Desligados	330	288
Índice	28,1%	30,9%

(1) Média do período.

4. Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas,

prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas.

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme descritas abaixo:

- (i) Nossa Assembleia Geral possui competência para deliberar sobre (i) aumentos ou redução de nosso capital social (exceto quanto a aumentos dentro do limite do capital autorizado) e sobre a reforma de nosso Estatuto Social; (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, de membros de nosso Conselho de Administração e conselho fiscal (se instalado); (iii) a aprovação das contas apresentadas por nossos administradores e a aprovação de nossas demonstrações financeiras; (iv) transformação, cisão, dissolução ou liquidação envolvendo nossa Companhia; (v) a aprovação da remuneração global de nossos administradores; e (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações;
- (ii) Nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- (iii) Nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos diretivos e consultivos e da Assembleia Geral;
- (iv) Registramos, sempre que requerido por nossos acionistas, a ocorrência de votos dissidentes;
- (v) Contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demais demonstrativos financeiros;
- (vi) Os membros de nosso Conselho de Administração, que é composto por no mínimo oito e no máximo treze membros, possuem mandato unificado de um ano, permitida a reeleição (a partir da nossa abertura de capital o prazo de mandato passará a ser de dois anos);
- (vii) Nosso diretor executivo não poderá ocupar o cargo de presidente de nosso Conselho de Administração;
- (viii) Possuímos um código de conduta, que deve ser observado por todos os nossos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração e fiscal (quando instalado);
- (ix) Nosso Estatuto Social possui provisões para a instalação de conselho fiscal;
- (x) Nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma (a) de convocação de nossas assembleias gerais; e (ii) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos conselheiros e diretores;
- (xi) Realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;
- (xii) Os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e
- (xiii) Nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal (se instalado) por meio de arbitragem.

5. Dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido ajustado. No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia distribuiu e/ou provisionou para pagamento R\$111,6 milhões, equivalente a 136,6% do lucro líquido de 2014, enquanto no mesmo período de 2013 foram distribuídos R\$30,5 milhões equivalente a 49,7% do lucro líquido de 2013.

Consolidado Em milhares de reais	FY14	FY13
Dividendos pagos à conta de reservas de lucros	29.896	-
Dividendos pagos à conta de lucro líquido do exercício	66.618	30.482
Dividendos propostos para pagamento futuro	15.064	-
Total	111.578	30.482

As distribuições respeitaram a base acionária da Companhia nas datas das respectivas aprovações societárias que, em 31 de dezembro de 2014, era a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	% Participação
Par Participações	41.575.893	26,00%
Caixa Seguradora Holding	39.976.820	25,00%
FENAE	34.140.205	21,35%
Algarve LLC	28.143.682	17,60%
Évora FIP	5.836.616	3,65%
Boxters LLC	8.155.271	5,10%
Outros	2.078.795	1,30%
Total	159.907.282	100,00%

6. Reestruturação Societária

Em favor das estratégias de crescimento do resultado e otimização da estrutura acionária da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreram as seguintes reestruturações:

- (i) Aquisição e conseqüente incorporação integral ao patrimônio da Companhia das sociedades Kalache e Tavares Corretora de Seguros LTDA e SJK Corretora de Seguros LTDA EPP, com data base em 13 de março de 2014;
- (ii) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Webchat, com data base em 15 de setembro de 2014;
- (iii) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Riscos, com data base em 15 de novembro de 2014;
- (iv) Incorporação integral ao patrimônio da Companhia da Nisa Participações, com data base em 19 de dezembro de 2014;
- (v) Alienação de participação direta e indireta (via nossa subsidiária Par Saúde) na Par Saúde Administradora, com data base em 30 novembro de 2014.

7. Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, que regem que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Informamos que no período de 12 meses findo de 31 de dezembro de 2014, foram contratados da PwC Auditores Independentes os seguintes serviços não relacionadas à auditoria contábil externa das nossas demonstrações financeiras.

- (i) Contrato de emissão de Carta Conforto relativa aos saldos gerenciais e contábeis da companhia com datas base de 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011, pelo custo total de R\$ 470.000,00 (representando 41,1% dos honorários destinados à PwC Auditores Independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Afirmamos que o serviço prestado não configura conflitos de interesse, visto que: (a) a execução deste trabalho foi realizada pela área de Capital Markets da PwC Auditores Independentes, área desvinculada à auditoria externa e (b) as informações apresentadas nas demonstrações financeiras não sofreram interferência do serviço contratado em questão.
- (ii) Contratação para emissão de laudo de avaliação da empresa CSP Participações Ltda., incorporada pela acionista Caixa Seguradora Holding. O custo total do serviço foi de R\$ 33.057,85 (representando 2,9% dos honorários destinados à PwC Auditores Independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Afirmamos que o serviço prestado não configura conflitos de interesse, visto que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras não sofreram interferência do serviço contratado em questão.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2

PricewaterhouseCoopers, SHS Quadra 6, Cj. A, Bloco C, Ed. Business Center Tower, Salas 801 a 811, Brasília, DF, Brasil 70322-915
Caixa Postal 08850, T: (61) 2196-1800, F: (61) 2196-1820, www.pwc.com/br



FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Opinião

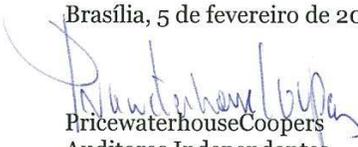
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. e da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

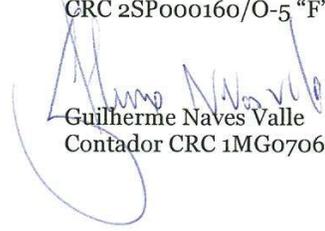
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 5 de fevereiro de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	16	242.630	197.633	274.383	214.244
Custo dos serviços prestados	17	(83.275)	(72.795)	(98.374)	(79.525)
Lucro bruto		159.355	124.838	176.009	134.719
Despesas administrativas	18	(41.722)	(37.942)	(48.027)	(42.921)
Depreciação e amortização	10;11	(1.241)	(624)	(1.429)	(712)
Outras (despesas) receitas operacionais	19	(7.012)	(763)	(8.248)	(1.485)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	9	2.542	638	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		111.922	86.147	118.305	89.601
Receitas financeiras	20	13.460	9.843	13.838	10.125
Despesas financeiras	21	(1.767)	(1.886)	(2.086)	(2.175)
Resultado financeiro, líquido		11.693	7.957	11.752	7.950
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		123.615	94.104	130.057	97.551
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(40.749)	(32.691)	(43.813)	(34.658)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.184)	(66)	(1.184)	(66)
Lucro líquido do exercício		81.682	61.347	85.060	62.827
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		159.907	200.400		
Lucro líquido por ações em Reais		0,5109	0,3061		
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				81.682	61.347
Participação dos não controladores				3.378	1.480
				85.060	62.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
De operações continuadas	81.682	61.347	85.060	62.827
De operações descontinuadas	-	-	-	-
	81.682	61.347	85.060	62.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção	Dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2013	40.000	53.731	6.657	29.896	-	-	130.284	2.041	132.325
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	375	375
Resgate de ações	-	(20.285)	-	-	-	-	(20.285)	-	(20.285)
Incorporação da Nisa Participações S.A.	-	7	-	-	-	-	7	-	7
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	81.682	81.682	3.378	85.060
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos	-	-	-	(29.896)	-	(66.618)	(96.514)	-	(96.514)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	15.064	(15.064)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	40.000	33.453	6.657	-	15.064	-	95.174	3.753	98.927

Nota	Atribuído aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção	Dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2012	27.000	-	3.609	5.773	-	-	36.382	-	36.382
Aumento de capital	13.000	53.731	-	(3.694)	-	-	63.037	561	63.598
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.347	61.347	1.480	62.827
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos antecipados - AGE	-	-	-	-	-	(24.312)	(24.312)	-	(24.312)
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.170)	(6.170)	-	(6.170)
Transfêrencia para reservas	-	-	3.048	27.817	-	(30.865)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	40.000	53.731	6.657	29.896	-	-	130.284	2.041	132.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	123.615	94.104	130.057	97.551
Ajustes de:				
Resultado com equivalência patrimonial	(2.542)	(638)	-	-
(Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado	-	19	-	26
Participação de não controladores no resultado	-	-	-	1.480
Depreciação e amortização	1.241	624	1.429	712
Variações de:				
Contas a receber	(7.435)	4.705	(7.677)	4.240
Outros ativos	294	4.832	(394)	4.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.433	-	8.433	-
Fornecedores, obrigações sociais e tributárias	6.076	4.542	6.777	5.703
Provisões	(2.776)	(1.036)	2.955	(60)
Outros passivos	(182)	-	-	-
Caixa gerado nas operações	126.724	107.152	141.580	113.904
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(38.464)	(31.930)	(41.500)	(33.834)
Juros pagos	(1.713)	(971)	(1.985)	(971)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	86.547	74.251	98.095	79.099
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(1.896)	(458)	(2.266)	(822)
Alienação de imobilizado	8	-	32	-
Aquisição de intangível	(2.951)	(3.206)	(11.873)	(3.367)
Alienação de intangível	700	-	714	-
Participações permanentes em outras sociedades	1.490	61	-	2
Mútuo com partes relacionadas	-	(1.551)	-	-
Aplicações financeiras	(140.198)	(254.525)	(143.207)	(270.763)
Resgate de aplicações financeiras	185.554	176.937	187.837	188.225
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	42.707	(82.742)	31.237	(86.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos aos acionistas referente ao exercício anterior	(6.170)	-	(6.170)	-
Dividendos pagos mediante conversão de reservas	(29.896)	-	(29.896)	-
Dividendos pagos antecipadamente referente ao exercício atual	(66.618)	(24.313)	(66.618)	(24.313)
Resgate de ações	(20.285)	-	(20.285)	-
Caixa líquido incorporado	7	29.592	7	29.673
Captação de empréstimos	-	-	-	803
Pagamento de parcelamento de tributos	(1.046)	(771)	(1.046)	(771)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(124.008)	4.508	(124.008)	5.392
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.246	(3.983)	5.324	(2.234)
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.647	5.630	3.396	5.630
Caixa e equivalentes no final do exercício	6.893	1.647	8.720	3.396

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas de serviços	242.630	213.669	274.383	231.631
Outras receitas	7.827	1.526	7.827	1.528
	250.457	215.195	282.210	233.159
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(17.485)	(17.485)	(20.991)	(19.505)
Serviços de terceiros	(3.299)	(6.991)	(4.403)	(8.352)
Materiais, energia e outros	(5.774)	(4.801)	(6.304)	(5.456)
Despesas de transporte	(604)	(940)	(813)	(1.115)
Custos de publicidade	(1.889)	(1.763)	(1.953)	(1.834)
Outras despesas	(12.806)	(7.473)	(14.158)	(7.981)
	(41.857)	(39.453)	(48.622)	(44.243)
Valor adicionado bruto	208.600	175.742	233.588	188.916
Depreciação e amortização	(1.241)	(624)	(1.429)	(712)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	207.359	175.118	232.159	188.204
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	2.542	638	-	-
Receitas financeiras	13.460	9.843	13.838	10.125
Valor adicionado total a distribuir	223.361	185.599	245.997	198.329
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(90.848)	(74.168)	(106.536)	(81.015)
Impostos, taxas e contribuições	(49.401)	(48.471)	(52.479)	(52.183)
Federais	(46.388)	(42.379)	(49.460)	(45.595)
Estaduais	(50)	(39)	(56)	(50)
Municipais	(2.963)	(6.053)	(2.963)	(6.538)
Juros e variações cambiais	(98)	(417)	(417)	(706)
Aluguéis	(1.332)	(1.196)	(1.505)	(1.598)
Dividendos distribuídos	(66.618)	(30.482)	(66.618)	(30.482)
Lucro retido	(15.064)	(30.865)	(18.442)	(32.345)
Valor adicionado distribuído	(223.361)	(185.599)	(245.997)	(198.329)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A FPC Par Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") são sociedades anônimas de capital fechado, sediadas em Brasília - DF. Possuem, originalmente, como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.

A Companhia foi fundada em 1973, sendo a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora S.A. e da Caixa Econômica Federal. Ao longo destes 40 anos a Companhia construiu uma sólida relação comercial com seus principais parceiros do ramo. Destaca-se que ela está presente em mais de 900 agências da Caixa Econômica Federal, interagindo com os funcionários e clientes das agências, com o objetivo de auxiliar e fomentar as vendas dos produtos oferecidos pelo parceiro Caixa Seguradora S.A.. Adicionalmente, em outubro de 2014 passou a trabalhar também com uma rede de correspondentes bancário denominados "CAIXA Aqui" para distribuição dos produtos.

A Companhia atua como agente comercial da Caixa Seguradora S.A. nos canais da Caixa Econômica Federal e funciona como um elo estratégico entre as duas empresas. Como resumo das principais atribuições da Companhia podemos citar:

- Atuação com a Caixa Seguros: Responsável pela estruturação de produtos e canais, além do planejamento de marketing, discussão de planos de negócio, orçamento que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de marketing com um conhecimento de gestão de grandes bancos de dados; e
- Atuação com a Caixa: a Par Corretora atua na venda direta e também suporte comercial nas atividades de vendas de seguros das agências da Caixa, bem como a gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Vale destacar que o papel desempenhado pela companhia, juntamente com a Caixa Seguros e com a Caixa Econômica Federal, é atuar tanto na definição da estratégia de venda de seguros e na estruturação de novos produtos e canais quanto no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

A Companhia desempenha também, como parte do seu objeto, a organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes. Suas atuais operações são realizadas preponderantemente com a CAIXA Seguradora.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2015.

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora PAR Corretora e das suas subsidiárias (Nota 24 – Partes Relacionadas), cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecida nas demonstrações financeiras individuais da PAR Corretora pelo método de equivalência patrimonial.

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não apresentam diferenças do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(ii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1o de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

2.2 Consolidação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

ii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Ativos financeiros

6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras (despesas) receitas operacionais" no período em que ocorrem.

6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado o teste de impairment para o ágio registrado.

(b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente no final do período. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, utilizando-se a taxa financeira apropriada (prevista em contrato, taxa Selic, etc.)

2.12 Impostos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, quando aplicável.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante de imposto de renda ("IR") e contribuição social sobre o lucro ("CSLL") corrente são calculadas com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Todas as empresas do Grupo optaram pelo regime de lucro real que considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, são consideradas para apuração do lucro tributável corrente.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização. Estes são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

c) Parcelamento de tributos

O saldo da conta de parcelamento refere-se a débitos fiscais de tributos federais, referentes à Lei 11.941 de 2009 que regulamentou o Refis IV. O prazo médio de pagamento gira em torno de 130 meses, e ainda constam em aberto três de cinco dos parcelamentos compreendidos no programa.

.13 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados ("PLR") com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após os ajustes aplicáveis. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

.14 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das transações entre empresas consolidadas, se houver.

(a) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de corretagem na área de seguros. Esses serviços são prestados com base em contrato, onde são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão. Essa receita é registrada no momento em que são informados os valores dos prêmios recebidos sobre as apólices vendidas, sem exceção. Dessa forma, a receita é reconhecida quando esse valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro, a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento mínimo de 50% do lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Companhia pode distribuir dividendos antecipadamente desde que tal distribuição seja aprovada em Assembleia Geral.

2.17 Incorporação – Boxe; CST e Par Holding

Durante o exercício de 2013 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia das seguintes sociedades: Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A (incorporação reversa), com data base em 03 de maio de 2013, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentado o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de dezembro de 2012. Como a incorporação ocorreu em 3 de maio de 2013, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data. Após a incorporação a Companhia passou a ter investimentos nas empresas PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A., PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e SCP Riscos Especiais.

	Acervo incorporado em 03 de maio de 2013					
	*PAR Corretora	BOXE	PAR Holding	CST	Total	PAR Corretora - Pós incorporação
Ativo circulante	97.610	24	40.775	-	40.799	138.409
Ativo Não-Circulante	2.511	16.381	722	17.066	34.169	36.680
Ativo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089
Passivo Circulante	13.936	23	11.132	-	11.155	25.091
Passivo Não Circulante	13.629	-	-	-	-	13.629
Acervo líquido	72.556	16.382	30.365	17.066	63.813	136.369
Passivo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089

* Em 31 de maio de 2013

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Aquisição e incorporação – SJK e Kalache

Durante o exercício ocorreu a aquisição e conseqüente incorporação integral ao patrimônio da Companhia das sociedades Kalache e Tavares Corretora de Seguros LTDA e SJK Corretora de Seguros LTDA EPP, com data base em 13 de março de 2014, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de dezembro de 2013. Como a incorporação ocorreu em 13 de março de 2014, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data.

	Acervo incorporado em 13 de março de 2014		
	Kalache	SJK	Total
Ativo circulante	(57)	(11)	(68)
Ativo	(57)	(11)	(68)
Passivo Circulante	47	6	53
Acervo líquido	(104)	(17)	(121)
Passivo	(57)	(11)	(68)

2.19 Incorporação – SCP Webchat

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Webchat, com data base em 15 de setembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência do distrato entre o sócio ostensivo e o participante, onde ficou acordado que a Companhia, sócia ostensiva, iria absorver toda a operação sem destinação dos percentuais de participação ao acionista participante. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

	Acervo incorporado em 15 de setembro de 2014		
	*PAR Corretora	SCP Webchat	PAR Corretora - Pós incorporação
Ativo circulante	129.921	245	130.166
Ativo Não-Circulante	40.661	-	40.661
Ativo	170.582	245	170.827
Passivo Circulante	14.060	62	14.122
Passivo Não Circulante	20.177	-	20.177
Acervo líquido	136.345	183	136.528
Passivo	170.582	245	170.827

* Em 30 de agosto de 2014

2.20 Incorporação da SCP Riscos Especiais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da SCP Riscos, com data base em 15 de novembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência do distrato entre o sócio ostensivo e o participante, onde ficou acordado que a Companhia, sócia ostensiva, iria absorver toda a operação sem destinação dos percentuais de participação ao acionista participante. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Acervo incorporado da SCP Riscos</u>
Ativo circulante	689
Ativo Não-Circulante	-
Ativo	689
Passivo Circulante	1
Passivo Não Circulante	-
Acervo líquido	688
Passivo	689

2.21 Incorporação da Nisa Participações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia da Nisa Participações, com data base em 19 de dezembro de 2014. A incorporação ocorreu em decorrência de uma otimização da organização societária. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado.

	<u>Acervo incorporado</u>		
		<u>Nisa</u>	<u>PAR Corretora</u>
	<u>*PAR Corretora</u>	<u>Participações</u>	<u>- Pós incorporação</u>
Ativo circulante	97.722	8	97.730
Ativo Não-Circulante	42.049	-	42.049
Ativo	139.771	8	139.779
Passivo Circulante	15.399	-	15.399
Passivo Não Circulante	28.702	-	28.702
Acervo líquido	95.670	8	95.678
Passivo	139.771	8	139.779

2.22 Alienação da Par Saúde Administradora

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a alienação dos investimentos na Par Saúde Administradora, com data base em 30 de novembro de 2014. Foram vendidas a participação da Par Corretora de 0,5% e a participação da Par Saúde Corretora de 99,0%. A venda ocorreu em decorrência de uma decisão estratégica do Grupo. A seguir, é apresentando o quadro com o valor dos investimentos e do preço de venda.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Alienação do investimento em 31 de dezembro de 2014			
	Par Saúde Administradora	Par Saúde Corretora	Par Corretora	RE Participações
Percentual de participação	100%	99%	0,50%	0,50%
Preço de aquisição	300	296	2	2
Patrimônio líquido	355	352	2	2
Resultado do exercício	486	481	3	3
Ganho/(Perda) na alienação de investimento	-	(537)	(3)	(3)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Considerando os valores envolvidos na apuração dos tributos e esse processo envolver julgamento para determinar a provisão para impostos sobre a renda a administração entende como crítico. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

3.2 Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%

O Grupo é acionista da PAR Saúde Corretora S.A., e da PAR Riscos Especiais S.A., com 40% de participação acionária em cada uma delas. Entretanto, para essas entidades foi estabelecido acordo societário com os demais acionistas que dá o controle ao Grupo. Com base no valor absoluto da participação do Grupo e nos acordos societários específicos firmados com os demais acionistas, a administração concluiu que o Grupo possui direitos suficientes que lhe assegura o poder de direcionar as atividades dessas entidades. Consequentemente, essas entidades foram totalmente consolidadas nas demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de o Grupo sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do Grupo ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. O Grupo não possui passivos significativos em que incidam juros, apenas ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Parte significativa da posição de caixa e contas a receber do Grupo hoje se encontra concentrada junto à Caixa Econômica Federal e Caixa Seguradora.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente, sendo monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo a gestão de capital é monitorada pela administração, e havendo a necessidade, é sugerido, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativa do valor justo e ajustes a valor presente

O Grupo não efetua ajustes a valor presente de seu contas a pagar e a receber, visto que seu giro médio não gera custo de capital. Este conceito também pode ser demonstrado pelo fato de que na formação do preço de seus serviços não é considerado o custo de capital em nenhuma de suas operações.

	Controladora					
	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Fundos de investimento - cotas	14.152	-	-	23.305	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	12.802	-	-	75.029	-	-
Fundos de investimento - renda variável	30	-	-	27	-	-
Total de ativos financeiros	26.984	-	-	98.361	-	-

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Fundos de investimento - cotas	14.383	-	-	24.613	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	12.802	-	-	75.029	-	-
Fundos de investimento - renda variável	30	-	-	27	-	-
Total de ativos financeiros	27.215	-	-	99.669	-	-

Não ocorreram transferências entre níveis durante os exercícios.

(a) Instrumentos financeiros - Nível 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

(b) Instrumentos financeiros – Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

(c) Instrumentos financeiros – Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora					
	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	57.520	-	-	32.069	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	14.152	-	-	23.205	-
Fundos de investimento - renda fixa	-	12.802	-	-	75.029	-
Fundos de investimento - renda variável	-	30	-	-	27	-
Contas a receber	14.554	-	-	7.119	-	-
Total de ativos financeiros	72.074	26.984	-	39.188	98.261	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	8.028	-	-	4.601
Total de passivos financeiros	-	-	8.028	-	-	4.601
	Consolidado					
	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	60.933	-	-	35.711	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	14.383	-	-	24.613	-
Fundos de investimento - renda fixa	-	12.802	-	-	75.029	-
Fundos de investimento - renda variável	-	30	-	-	27	-
Contas a receber	15.261	-	-	7.584	-	-
Total de ativos financeiros	76.194	27.215	-	43.295	99.669	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	8.062	-	-	5.093
Empréstimos	375	-	-	803	-	-
Total de passivos financeiros	375	-	8.062	803	-	5.093

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de doze meses para essa avaliação é a sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é a manutenção das taxas de juros praticadas atualmente. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado dos instrumentos financeiros.

Controladora	31/12/2014	Risco	Provável	Projeção	
				Cenário A (25%)	Cenário B (50%)
Ativos financeiros					
Certificado de depósitos bancários – CDB	57.520	CDI	64.187	62.520	60.853
Fundos de investimento – cotas	14.152	CDI	15.792	15.382	14.972
Fundos de investimento - renda fixa	12.802	CDI	14.286	13.915	13.544
Fundos de investimento - renda variável	30	CDI	33	33	32
Total	84.504		94.298	91.850	89.401
Passivos financeiros					
Parcelamentos	24.476	Selic	27.327	28.040	28.753
Total	24.476		27.327	28.040	28.753
Exposição líquida total			66.971	63.810	60.648
		CDI	11,59%	8,69%	5,80%
		Selic	11,65%	14,56%	17,48%

Nos cenários "Provável", "A" e "B" foram utilizadas as taxas CDI de 10,59%, 8,69% e 5,80% respectivamente, e as taxas Selic de 11,65%, 14,56% e 17,48%, respectivamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os depósitos bancários do Grupo estão concentrados na Caixa Econômica Federal nos montantes abaixo:

Caixa e bancos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Recursos em caixa e bancos	6.893	1.647	8.720	3.396
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.893	1.647	8.720	3.396

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do grupo se resumem a certificados de depósitos bancários e aplicações em fundos de investimentos abertos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros				
Certificado de depósitos bancários - CDB	57.520	32.069	60.933	35.711
Fundos de investimento - cotas (a)	14.152	23.305	14.383	24.613
Fundos de investimento - renda fixa (b)	12.802	75.029	12.802	75.029
Fundos de investimento - renda variável (c)	30	27	30	27
Total de ativos financeiros	84.504	130.430	88.148	135.380

(a) Os fundos de investimentos em cotas de participação renda fixa longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Os fundos tem por objetivo proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos seus recursos em cotas de fundos de investimentos. As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou de empresas a ela ligadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados pode ser efetuado a qualquer tempo sem restrição.

(b) Os fundos de investimentos em renda fixa crédito privado longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal e BNY Mellon DTVM. O objetivo dos fundos é proporcionar ao seu cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros superando a rentabilidade do CDI - CETIP.

As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou por papéis de instituições privadas, sendo que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem a sua carteira devem ser considerados de baixo risco de crédito (nível BBB- ou superior) no momento do investimento. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

(c) O fundo de investimento em renda variável está constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e a custódia dos ativos financeiros integrantes da sua carteira são exercidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., a gestão da carteira é realizada pela Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. O fundo tem por objetivo proporcionar rendimentos equivalentes aos das taxas de juros praticadas no mercado interfinanceiro. As aplicações podem ser representadas por cotas de fundos de investimentos ou cotas de fundos de investimento da classe referenciado, títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira e operações compromissadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

No exercício de 2014, a Companhia realizou resgates para o pagamento de dividendos intermediários.

As aplicações financeiras são realizadas a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, sendo R\$ 12.775 o resultado apresentado pela Companhia e R\$ 13.185 pelo Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 9.752 e R\$ 9.838 em

25

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2013 – Controladora e Consolidado). Essas aplicações possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

No encerramento do exercício, a Companhia possui saldo no valor de R\$ 14.554 a receber de clientes e o Consolidado saldo de R\$ 15.261 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 7.119 e R\$ 7.584, respectivamente), não havendo nenhum valor inadimplente, tendo as faturas vencimento em no máximo de 30 dias.

O aumento do volume de contas a receber apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 deve-se a melhora da performance comercial da Companhia.

O Grupo não efetuou ajuste a valor presente de seu contas a receber, visto que todas as faturas emitidas são recebidas em um prazo médio histórico que não ultrapassa 30 dias, não havendo portanto a necessidade de realizar nova medição dos valores nem a expectativas incertas desse recebimento dentro do vencimento estipulado, uma vez que não o ajuste só é aplicável a recebimentos e obrigações de longo prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber mencionado acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IR e CSLL diferidos				
Tributos sobre adições temporárias	1.130	2.316	1.130	2.316
Créditos tributários sobre ágio incorporados	22.855	30.102	22.855	30.102
Total de IR e CSLL diferidos	23.985	32.418	23.985	32.418

A diminuição do saldo da conta de IR e CSLL diferidos decorre da amortização do benefício fiscal, conforme descrito na nota 8 (b).

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	123.615	94.104	130.057	97.551
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados com base na alíquota vigente	42.005	31.971	44.061	33.143
Despesas permanentes não dedutíveis	1.592	1.205	1.850	1.877
Despesas com provisões	(1.184)	66	(1.184)	66
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(864)	(217)	-	-
Amortização de ágio	-	-	-	-
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	(616)	(590)	(664)	(618)
Salário maternidade	(199)	(106)	(223)	(106)
Outros ajustes	15	362	14	296
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	(41)	-
	(1.256)	720	(248)	1.515
Imposto de renda e contribuição social correntes	40.749	32.691	43.813	34.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.184	66	1.184	66
Despesa de IRPJ e CSLL	41.933	32.757	44.997	34.724

a) Tributos diferidos sobre adições temporárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisões para ações trabalhistas	2.751	4.831	2.751	4.831
Provisão de riscos de comercialização	-	975	-	975
Outras adições temporárias líquidas	573	1.002	573	1.002
Base de cálculo de IR e CSLL Diferidos	3.324	6.808	3.324	6.808
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL Diferidos	1.130	2.316	1.130	2.316

b) Créditos tributários sobre ágios incorporados

Atendendo ao processo de reestruturação societária promovido pela Administração, em maio de 2013, houve a incorporação integral das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A. ao patrimônio da Companhia, conforme laudo de avaliação (Vide Notas 1 e 29). A operação gerou ágio no montante de R\$ 98.371. A amortização do crédito tributário sobre o ágio ocorrerá em 60 meses, contados a partir de junho de 2013. Abaixo segue quadro apresentando o benefício fiscal apurado conforme previsto na Instrução Normativa CVM 349/01.

	31/12/2014
Ágio na aquisição da Boxe	48.182
Ágio na aquisição da CST Participações	50.189
Base para o crédito fiscal	98.371
Alíquota de IR e CSLL	34%
Crédito fiscal - IR e CSLL	33.446
Créditos amortizados em 2013	(3.344)
Créditos amortizados em 2014	(7.247)
Saldo remanescente do crédito fiscal	22.855

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos

(a) Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Controladora	Percentual (%) em 31 de dezembro de 2014		As not as atribuídas a cada
			Participação direta	Participação indireta	
PAR Saúde Corretora S.A. (i)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40,0	-	
PAR Saúde Corporate S.A. (ii)	Brasil	Par Saúde Corretora de Seguros S.A.	-	50,1	
PAR Riscos Especiais S.A. (iii)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40,0	-	

a empresa referem-se ao tipo de negócio desenvolvido por elas:

- (i) Serviços de corretagem para a venda de planos de saúde.
- (ii) Serviços de corretagem de seguros dos ramos: saúde e odontológicos.
- (iii) Serviços de corretagem para a venda de seguros de riscos especiais.

A Companhia consolida os resultados de seus investimentos na Par Riscos Especiais S.A. (iii) e na Par Saúde Corretora S.A. (i) em suas demonstrações financeiras, uma vez que exerce influência significativa na gestão financeira e operacional das mesmas, conforme previsto no CPC 36, tendo como principais prerrogativas para essa consolidação o (a) direito de veto de diversas materiais relevantes definidas no acordo operacional das investidas, (b) a responsabilidade pela indicação do principal cargo executivo (Diretor Executivo), e ainda a de (c) executar toda a rotina operacional e financeira das mesmas. Adicionalmente, vale destacar que as metas de performance operacional do grupo são analisadas e gerenciadas de forma consolidada, e esses investimentos estão inseridos nessa gestão.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Controladora

Em 31 de dezembro de 2014	PAR Saúde	PAR Riscos	Total	PAR Saúde Corretora	Total das
	Corporate	Especiais	Investimentos	(Passivo a descoberto (Nota 14))	participações
Capital social	200	1.005	-	5.290	-
Nº ações	200	1.250	-	1.274	-
Participação direta	0,00%	40,00%	-	40,00%	-
Participação indireta	50,10%	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	420	4.723	-	553	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	688	7.454	-	(1.517)	-
Resultado de participação	-	1.889	1.889	221	2.110
Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 14))	-	2.981	2.981	(607)	2.374

Em 31 de dezembro de 2013

Em 31 de dezembro de 2013	PAR Saúde	PAR Saúde	PAR Riscos	SCP	Webchat	Total	PAR Saúde	Total das
	Administradora	Corporate*	Especiais	Riscos Especiais	Investimentos	Investimentos	Corretora**	participações
Capital social	120	200	1.005	1	0,1	-	5.290	-
Nº ações	120	200	1.250	100	100	-	1.274	-
Participação direta	0,50%	0,00%	40,00%	1,00%	60,00%	-	40,00%	-
Participação indireta	99,00%	50,10%	0,00%	99,00%	0,00%	-	0,00%	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	285	1.114	2.770	475	51	-	(1.269)	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	355	1.151	4.731	476	52	-	(2.326)	-
Resultado de participação	1	-	1.109	5	31	1.146	(508)	638
Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 13))	1	-	1.893	5	30	1.929	(675)	1.254

(c) Consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Consolidado do Grupo não apresenta saldo de investimentos e de equivalência patrimonial em resultado uma vez que todas as suas participações foram eliminadas no processo de consolidação.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imobilizado

	Controladora					Total
	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	
Custo	537	141	745	349	-	1.772
Depreciação acumulada	(101)	(43)	(288)	(14)	-	(446)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	436	98	457	335	-	1.326
Em 31 de dezembro de 2013						
Adições	179	-	181	98	-	458
Baixas	(14)	-	(21)	-	-	(35)
Depreciações de itens baixados	4	-	12	-	-	16
Depreciação do exercício	(68)	(14)	(100)	(200)	-	(382)
Saldo	101	(14)	72	(102)	-	57
Custo	702	141	905	447	-	2.195
Depreciação acumulada	(165)	(57)	(376)	(214)	-	(812)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	537	84	529	233	-	1.383
Em 31 de dezembro de 2014						
Adições (i)	207	74	216	35	1.363	1.896
Baixas	(0)	-	(18)	-	-	(19)
Depreciações de itens baixados	0	-	11	-	-	11
Depreciações	(91)	(26)	(130)	(222)	-	(468)
Saldo	116	49	78	(187)	1.363	1.420
Custo	910	214	1.104	482	1.363	4.073
Depreciação acumulada	(256)	(83)	(496)	(436)	-	(1.271)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	653	131	608	46	1.363	2.802
Taxa de depreciação (%)	12,50%	16,70%	14,20%	50%	-	-

(i) As adições em imobilizado em andamento referem-se aos gastos incorridos pela Companhia na preparação estrutural da nova sede administrativa.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	Móveis e Equipamentos	Veículos	Equipamento de processamento de dados	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Custo	628	141	745	349	-	1.863
Depreciação acumulada	(192)	(43)	(288)	(14)	-	(537)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	436	98	457	335	-	1.326
Em 31 de dezembro de 2013						
Adições	284	-	382	131	-	797
Baixas	(17)	-	(21)	-	-	(38)
Depreciações de itens baixados	91	-	12	-	-	103
Depreciações de itens incorporados	(12)	-	(55)	(1)	-	(68)
Depreciação do exercício	(100)	(14)	(120)	(208)	-	(442)
Saldo	246	(14)	198	(78)	-	352
Custo	895	141	1.106	480	-	2.622
Depreciação acumulada	(213)	(57)	(451)	(223)	-	(944)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	682	84	655	257	-	1.678
Em 31 de dezembro de 2014						
Adições (i)	284	74	337	188	1.384	2.267
Baixas	-	-	(27)	-	(21)	(48)
Depreciações de itens baixados	-	-	15	-	-	15
Depreciações	(119)	(26)	(183)	(263)	-	(591)
Saldo	165	48	142	(75)	1.363	1.643
Custo	1.179	215	1.416	668	1.363	4.841
Depreciação acumulada	(332)	(83)	(619)	(486)	-	(1.520)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	847	132	797	182	1.363	3.321
Taxa de depreciação	12,50%	16,70%	14,20%	50%	-	-

(i) As adições em imobilizado em andamento referem-se aos gastos incorridos pela Companhia na preparação estrutural da nova sede administrativa.

O Grupo realizou a avaliação para indicação de perda do valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado. Segundo o resultado da análise, a Administração entende que não existem quaisquer indicativos de perda significativa no valor do ativo fixo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, uma vez que são bens em novos e em estágio de desenvolvimento (adquiridos ou desenvolvidos em 2013 e 2014). Em sua conclusão não houve alteração de prazos com relação a análise realizada pelo avaliador independente ao final do exercício de 2012.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Intangível

De forma a complementar a sua atuação em outros canais de venda, em outubro de 2013, a Companhia adquiriu um contrato comercial junto a empresa Webchat no valor de R\$ 1.800 que lhe permite comercializar seus produtos em plataformas virtuais. O prazo de amortização do contrato é de 88 meses, contados a partir de novembro de 2013.

Em junho de 2013, foi firmado um contrato com empresa especializada para a implementação do projeto *Data Warehouse* no valor de R\$ 700 para atender às áreas de marketing, vendas e finanças da Companhia. O objeto do contrato é a disponibilização de infraestrutura de informações de apoio a decisão em um ambiente adequado para o monitoramento do negócio por meio de repositório único de dados. Com relação à vida útil, foi considerado o período de 5 anos para sua amortização em decorrência da obsolescência tecnológica estimada. Este contrato deverá entrar em operação em fevereiro de 2015, quando iniciará a sua amortização.

				Controladora
	Software	Intangível em andamento	Contrato comercial	Total
Custo	486	-	-	486
Amortização acumulada	(342)	-	-	(342)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	144	-	-	144
Em 31 de dezembro de 2013				
Adições	559	700	1.800	3.059
Amortização de itens baixados	146	-	-	146
Amortização do exercício	(201)	-	(41)	(242)
Saldo	504	700	1.759	2.963
Custo	1.045	700	1.800	3.545
Amortização acumulada	(397)	-	(41)	(438)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	648	700	1.759	3.107
Em 31 de dezembro de 2014				
Adições	2.366	585	-	2.951
Baixas	-	(700)	-	(700)
Amortização de itens baixados	-	-	-	-
Amortizações do período	(527)	-	(245)	(772)
Saldo	1.840	(115)	(245)	1.479
Custo	3.411	585	1.800	5.796
Amortização acumulada	(924)	-	(286)	(1.210)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	2.487	585	1.514	4.585

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Software	Intangível em andamento	Contrato comercial	Ágio	Total
Custo	486	-	-	-	486
Amortização acumulada	(342)	-	-	-	(342)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	144	-	-	-	144
Em 31 de dezembro de 2013					
Adições	730	700	1.800	-	3.230
Amortização de itens baixados	146	-	-	-	146
Amortização acumulada decorrente de incorporação	(8)	-	-	-	(8)
Amortização do exercício	(229)	-	(41)	-	(270)
Saldo	639	700	1.759	-	3.098
Custo	1.216	700	1.800	-	3.716
Amortização acumulada	(433)	-	(41)	-	(474)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	783	700	1.759	-	3.242
Em 31 de dezembro de 2014					
Adições	2.633	601	-	8.639	11.873
Baixas	-	(714)	-	-	(714)
Amortizações do período	(592)	-	(246)	-	(838)
Saldo	2.041	(113)	(246)	8.639	10.321
Custo	3.849	587	1.800	8.639	14.875
Amortização acumulada	(1.025)	-	(287)	-	(1.312)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	2.824	587	1.513	8.639	13.563

Destaca-se que em abril de 2014, foi registrado no intangível o ágio decorrente da aquisição das empresas: Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e SJK Corretora de Seguros Ltda. na PAR Riscos Especiais S.A. O ágio foi gerado com fundamento em expectativa de rentabilidade futura e reconhecido na data da aquisição, considerando o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos mensurados conforme o pronunciamento CPC 15. Realizamos o teste de indicativo de impairment para o ágio registrado e em sua conclusão não há indicativos de perda no valor recuperável.

No processo de alocação do preço de compra, considerando a baixa relevância do acervo líquido incorporado, a Companhia confirmou que o preço pago baseou-se na força de trabalho adquirida e, como a força de trabalho não é um ativo identificável, segundo o CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS), a Companhia atribuiu esse valor ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill). Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

O intangível foi mensurado pelo custo. Os softwares são amortizados a taxa de 20% ao ano e o contrato comercial a taxa de 13,6% ao ano. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo efetuou teste de indicativo de *impairment* do seu intangível. Na análise não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável de tais bens. Quanto à

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Fornecedores e outras obrigações

O grupo de fornecedores é composto basicamente por gastos administrativos com aquisição de materiais de consumo e manutenção da estrutura do Grupo, além contratação de serviços de terceiros. Em média seu prazo de vencimento é de 30 dias e encontram-se apresentados pelo valor justo.

A participação dos lucros foi definida com base no atingimento dos resultados do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores				
Fornecedores nacionais	8	2.776	22	3.268
Programa de incentivo de longo prazo	4.311	-	4.311	-
Intermediação de pagamentos	3.709	1.825	3.729	1.825
Total de fornecedores	8.028	4.601	8.062	5.093
Obrigações sociais				
Participação nos lucros	7.382	5.623	8.626	5.994
Obrigações diversas	17	10	15	10
INSS e FGTS	2.112	1.810	2.392	1.930
IRRF	261	230	324	266
Total de obrigações sociais	9.772	7.673	11.357	8.200
Obrigações tributárias				
INSS	952	966	952	966
ISS	288	211	358	253
IRPF	64	95	72	102
PIS/COFINS	1.754	1.236	1.919	1.329
Total de obrigações tributárias	3.058	2.508	3.301	2.650

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo com regras estabelecidas e baseados na performance dos resultados, o valor provisionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 4.311, para maiores informações vide Nota 24 (a).

13. Provisões

(a) Ações trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis cujos valores provisionados somam R\$ 712 (R\$ 2.570 em 31 de dezembro de 2013), líquido de depósito judicial de R\$ 2.039 (R\$ 2.261 em 31 de dezembro de 2013), e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além dos passivos trabalhistas, o Grupo possui ações cíveis não provisionadas (classificadas com chance de perda remota) decorrentes da discussão sobre riscos de comercialização na venda de seguros, onde a Caixa Econômica Federal tenha sido processada. Esses processos são analisados individualmente e, caso aplicável, são repassados para a Caixa Econômica Federal.

Os passivos trabalhistas e cíveis do Grupo são pulverizados. No exercício de 2014, até 31 de dezembro, foram incluídas 77 novas causas trabalhistas de um total 135 processos. O Grupo tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado é de R\$ 6.506 totalizando 69 processos (R\$ 4.925 em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante				
Provisão de férias	3.089	2.811	3.863	3.175
Provisão - Earn out (i)	-	-	1.020	-
Provisão de risco de comercialização	-	975	-	975
Total de provisões - passivo circulante	3.089	3.786	4.883	4.150
Passivo não circulante				
Provisões para ações trabalhistas	2.751	4.831	2.751	4.831
(-) Depósitos judiciais	(2.039)	(2.261)	(2.039)	(2.261)
Provisão - Earn out (i)	-	-	4.080	-
Provisão para passivo a descoberto	454	675	-	-
Total de provisões - passivo não circulante	1.166	3.245	4.792	2.570
Total de provisões	4.255	7.031	9.675	6.720

(i) A provisão constituída refere-se ao earn out decorrente da incorporação das empresas Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda e SJK Corretora de Seguros Ltda EPP, vide Nota 2.20.

4. Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos efetuado pela Companhia através da Lei nº 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração recebidos pela Companhia. O prazo remanescente para pagamento do parcelamento é de 125 meses. Sua atualização é realizada utilizando a taxa Selic.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento pela lei 11.941/09				
Passivo circulante	2.828	3.184	2.828	3.184
Passivo não circulante	21.648	22.338	21.648	22.338
Total do parcelamento	24.476	25.522	24.476	25.522

O cronograma de pagamento do parcelamento possui a seguinte distribuição:

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Vencimento</u> <u>por ano</u>
Até 1 ano	2.828
De 1 a 2 anos	2.828
De 2 a 3 anos	2.707
De 3 a 4 anos	2.588
De 4 a 5 anos	2.588
De 5 a 8 anos	7.576
De 8 a 11 anos	3.361
Total do parcelamento	<u>24.476</u>

5. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 40.000 (R\$ 40.000 no exercício findo em 31 de dezembro 2013), representado por 159.907.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2013 houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 13.000 em função da incorporação das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A., com data base 31 de maio de 2013 (vide Nota 1 e 29). A operação foi baseada em laudo de empresa especializada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. Essa incorporação trouxe também o montante de R\$ 53.731 de reserva de capital (basicamente composto pelos créditos diferidos do ágio) e ainda o reflexo do pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.694.

b) Dividendos antecipados

A Companhia efetuou o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2013 após a aprovação do resultado ocorrida na data de 28 de fevereiro de 2014 no valor de R\$ 6.170. Adicionalmente, também houve o pagamento de R\$ 29.896 a título de dividendos adicionais oriundo das reservas de lucro da Companhia e ainda a antecipação de dividendos do exercício corrente em R\$ 66.618, conforme ata de assembleia de acionistas realizada em 5 de dezembro de 2014.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2014</u>
Dividendos referentes ao exercício de 2013	6.170
Dividendos oriundos da reserva de lucros	29.896
Dividendos antecipados referentes ao exercício de 2014	66.618
Total de dividendos distribuídos	<u>102.684</u>

(c) Reservas

(.) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Foi constituído em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 3.048, totalizando R\$ 6.657 em 31 de dezembro de 2013, não houve alteração no valor para 31 de dezembro de 2014 em virtude do atingimento dos limites legais estabelecidos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Reserva de capital e ágio

Em dezembro de 2014 houve o resgate de 40.492.718 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Esse resgate reduziu a conta de reserva de capital em R\$ 20.285. Adicionalmente, com o objetivo de reorganizar a estrutura societária da Companhia, em 19 de dezembro houve a incorporação reversa da então acionista Nisa Participações S.A., tal incorporação gerou ao aumento da conta de reserva de capital em R\$ 8 decorrente do acervo líquido incorporado. Há ainda o valor de R\$ 33.446 decorrente da incorporação realizada em 2013 da Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A..

Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

d) Participação dos não controladores

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora*	Par Saúde Corporate	Par Saúde Administradora	
% participação - não controladores	60,00%	60,00%	49,99%	0,50%	
Capital social e reservas	2.731	(2.326)	268	-	
Reserva de capital	-	255	-	-	
Resultado do exercício	4.723	553	420	-	
Participação dos não controladores:					
No Patrimônio líquido	1.638	(1.395)	134	(2)	
No resultado do exercício	2.834	332	210	2	
Total da participação	4.472	(1.063)	344	-	

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora*	Par Saúde Corporate	Par Saúde Administradora	SCP Webchat
% participação - não controladores	60,00%	60,00%	49,90%	0,50%	40,00%
Capital social e reservas	1.960	(802)	37	70	0
Reserva de capital	-	255*	-	-	-
Resultado do exercício	2.771	(1.269)	1.114	285	51
Participação dos não controladores:					
No patrimônio líquido	1.176	(634)	19	-	-
No resultado do exercício	1.663	(761)	557	1	20
Total da participação	2.839	(1.395)	576	1	20

*Reserva constituída integralmente pela Companhia.

(e) Lucro por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	81.690	61.347
Quantidade de ações inicial	400	400
Desdobramento de ações	200.400	200.400
Resgate de ações	(40.493)	-
Quantidade de ações no fim do exercício - em milhares	<u>159.907</u>	<u>200.400</u>
Quantidade de ações média ponderada – em milhares	<u>159.907</u>	<u>200.400</u>
Lucro líquido por ação em R\$	<u>0,5109</u>	<u>0,3061</u>

Não houve emissão de novas ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, porém, no ato da incorporação ocorrida em 03 de maio de 2013, conforme Notas 1 a 25, todas as ações da Companhia foram canceladas e emitidas 400.000 ações a fim de facilitar a divisão entre os acionistas. Foram mantidas as proporções de todas as participações.

Em dezembro de 2014 houve o desdobramento das ações da Companhia na ordem de 1:501, adicionalmente houve o resgate de 40.493 ações, dessa forma a quantidade de ações em 31 de dezembro de 2014 foi de 159.907, o que gerou um lucro líquido por ação de R\$ 0,3674. A quantidade total de ações em 31 de dezembro de 2013 foi de 400.000 ações, realizamos o desdobramento em 2013 apenas para fins de comparação do lucro líquido por ação. Adicionalmente, destaca-se que as proporções de todas as participações foram mantidas no resgate das ações. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

16. Receita líquida da prestação de serviços

É demonstrado a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta por tipo de produto:				
Vida	113.278	109.594	113.278	109.593
Residencial	17.396	12.764	17.396	12.763
Multi Risco Empresarial	12.256	8.512	12.256	8.512
Habitacional	64.712	39.512	64.712	39.511
Prestamista	25.072	15.745	25.072	15.745
Bancassurance	232.714	186.127	232.714	186.124
Auto	13.949	11.271	13.949	11.270
Saúde	-	-	14.225	8.019
Riscos Especiais	-	-	19.535	9.867
Produtos tradicionais de seguros	13.949	11.271	47.709	29.156
Outros produtos	15.455	16.271	16.102	16.351
Previdência	9.040	10.099	9.040	10.099
Consórcio	4.286	4.334	4.286	4.334
Capitalização	2.050	1.821	2.050	1.821
Outros	79	17	726	97
Total da Receita bruta de prestação de serviços	<u>262.118</u>	<u>213.669</u>	<u>296.525</u>	<u>231.631</u>

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos sobre o faturamento	(19.488)	(16.036)	(22.142)	(17.387)
Total da receita líquida	242.630	197.633	274.383	214.244

A receita de corretagem do Grupo é proveniente da comissão pela venda, principalmente, dos produtos de seguros: Vida, Habitacional, Prestamista, Auto, Consórcio e Previdência.

O aumento no volume de receitas vivenciado em 2014 decorre do maior volume de negócios estabelecidos.

7. Custos dos serviços prestados

Os custos são controlados pelo Grupo através de centros de custos contábeis para as operações de vendas em balcão, que são as estruturas do Grupo dentro das agências da Caixa Econômica Federal; canais remotos, que representam as operações de venda através de *call center*; as operações de *backoffice*, responsável por assessorar as operações de seguros (sinistros, acompanhamento de canais e gestão de pagamentos de intermediação) e ainda o suporte do pós venda; além das vendas realizadas extra rede.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços prestados				
Canal balcão	64.904	61.068	77.275	65.726
Canais remotos	15.524	9.424	15.533	9.424
Canal extra rede	524	-	524	-
Backoffice	2.323	2.303	5.042	4.375
Total dos custos dos serviços prestados	83.275	72.795	98.374	79.525

8. Despesas administrativas

Os gastos com pessoal representam a maior despesa do Grupo por comportarem a estrutura operacional, contemplando as despesas com salários, encargos e benefícios e ainda a participação nos lucros do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas administrativas				
Pessoal (i)	26.763	25.386	31.117	29.225
Serviços de terceiros	4.394	3.690	5.539	3.698
Tecnologia e telecomunicação	6.639	6.844	7.241	7.671
Fiscais e legais	3.306	1.766	3.383	1.923
Outras despesas administrativas	620	256	747	404
Total das despesas administrativas	41.722	37.942	48.027	42.921

(i) Em linha com o aumento no volume de negócios, decorrente da expansão de mercado, a Companhia reforçou o quadro interno para fazer frente a esse cenário.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Outras despesas (receitas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas				
Intermediação de pagamentos	425	1.525	425	1.525
Total de outras receitas	425	1.525	425	1.525
Outras despesas				
Parcelamentos	750	661	750	661
Outras despesas (i)	6.687	1.627	7.923	2.349
Total de outras despesas	7.437	2.288	8.673	3.010
Outros resultados, líquido	(7.012)	(763)	(8.248)	(1.485)

(i) Na linha de "Outras despesas" estão incluídos o registro programa de incentivo de longo prazo (Nota 22 (a)) e os gastos decorrentes do processo de abertura de capital da Companhia.

20. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira				
Receita de aplicações financeiras	12.775	9.572	13.185	9.838
Atualização de mútuo	327	150	249	150
Outras receitas financeiras	358	121	404	137
Total das receitas financeiras	13.460	9.843	13.838	10.125

1. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesa financeira				
Atualização de juros de outras operações	1.669	1.470	1.669	1.698
Descontos concedidos	-	229	18	230
IOF bancário	-	47	-	47
Juros passivos	44	63	316	102
Multas de trânsito e autuações	-	10	-	10
Taxas bancárias	54	67	83	88
Total das despesas financeiras	1.767	1.886	2.086	2.175

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Saldos e transações com partes relacionadas

São classificadas como partes relacionadas da Companhia as seguintes empresas ou pessoas:

Controladores:

- Par Participações S.A.
- Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguros Holding S.A.
- Boxters LLC
- Algarve LLC

Controladas:

- PAR Saúde Corretora S.A.
- PAR Saúde Corporate S.A.
- PAR Riscos Especiais S.A.

Demais partes relacionadas:

- RE Participações e Consultoria Ltda.
- São Clemente Participações Ltda.
- Orypaba Rio Administração e Corretagem de Resseguros Ltda.
- RE Consultoria e Serviços em Seguros e Resseguros Ltda.
- Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguradora S.A.
- Caixa Vida e Previdência S.A.
- Caixa Capitalização S.A.
- Caixa Consórcios S.A.
- Caixa Participações S.A.

Abaixo estão apresentados os saldos de transações com as partes relacionadas:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Controlador	Controladas	Outras Partes relacionadas	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6.888	6.888
Aplicações financeiras	-	-	69.702	69.702
Contas a receber	-	-	14.554	14.554
Mútuo	-	2.186	-	2.186
	-	2.186	91.145	93.330
Passivo				
Dividendos a pagar	(1.004)	-	-	(1.004)
	(1.004)	-	-	(1.004)
Resultado				
Receita Bruta	-	-	262.118	262.118
Receita aplicações financeiras	-	-	10.537	10.537
Receita atualização mútuo	-	327	-	327
Despesa de infraestrutura e ocupação	(619)	-	-	(619)
	(619)	327	272.655	272.363

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
	Controlador	Controladas	Outras Partes relacionadas	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.571	1.571
Aplicações financeiras	-	-	119.721	119.721
Contas a receber	-	-	7.121	7.121
Mútuo	-	2.552	-	2.552
	-	2.552	128.413	130.965
Passivo				
Dividendos a pagar	6.170	-	-	6.170
	6.170	-	-	6.170
Resultado				
Receita Bruta	-	-	213.669	213.669
Receita aplicações financeiras	-	-	9.572	9.572
Receita atualização mútuo	-	150	-	150
	-	150	223.241	223.391

Todas as transações com partes relacionadas são efetuadas em bases de mercado, exceto pelo mútuo que prevê a atualização pela taxa Selic e pelos dividendos a pagar que não são atualizados.

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Salários e outros benefícios de curto prazo	2.049	1.709
Bônus	5.680	3.581
Total da remuneração do pessoal chave	7.729	5.290

Cabe destacar que a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo destinado a alguns de seus Diretores Estatutários. Este plano tem como objetivo principal incentivar o comprometimento dos referidos diretores com os resultados da Companhia de longo prazo e, ao mesmo tempo, servir como ferramenta de retenção dos diretores. A remuneração variável prevista no plano é calculada com base na variação do valor de mercado das ações de emissão da Companhia entre a concessão do benefício e sua efetiva liquidação, que ocorrerá exclusivamente em dinheiro e será suportada pela Companhia. Para fins de avaliação do valor de mercado das ações de emissão da Companhia, considera-se o valor do EBITDA* da Companhia na data da liquidação do plano, sendo que, caso a Companhia passe a ter suas ações negociadas em bolsa de valores (IPO), o valor de mercado das ações de emissão da Companhia será a média do preço de negociação das mesmas nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA que antecederem o pagamento do benefício.

Caso os termos do plano de incentivo tenham sido cumpridos pelos diretores beneficiários, em cada data da liquidação do plano a Companhia pagará ao respectivo diretor um valor líquido, a título de premiação, referenciado no valor de mercado da ação da Companhia.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos concedidos a partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, havia apenas um empréstimo com parte relacionada, sendo este tomado pela PAR Saúde Corretora junto a Companhia.

	Controladora	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PAR Saúde Corretora S.A.	2.186	2.553
	<u>2.186</u>	<u>2.553</u>

3. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros contratadas pelo Grupo são apresentadas a seguir:

- Incêndio e danos elétricos
- Pagamento de aluguel, paralisações e perdas
- Derrame de Sprinklers
- Roubo de máquinas e equipamentos

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

4. Informação por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. A diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes:

(i) Varejo e Pequenas empresas: composto pela Companhia, tendo a sua atividade voltada para a venda de seguros pessoais, empresariais e de patrimônio.

(ii) Grandes e médias empresas: composto pela PAR Saúde Corretora, PAR Saúde Administradora de Benefícios e PAR Saúde Corporate; tem as suas atividades voltadas para a venda de seguros de saúde, gestão de benefícios e de planos de saúde coletivos e ainda pela PAR Riscos Especiais e pela SCP Riscos Especiais, as quais possuem suas operações voltadas para a corretagem de seguros de ramos específicos, assessoria e consultoria na análise de riscos.

Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem serviços distintos a um público alvo distinto. Não ocorrem vendas ou prestação de serviços entre os segmentos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os balanços patrimoniais por segmento são apresentados como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Ativo				
Circulante	109.227	7.081	-	116.308
Não circulante	36.540	9.496	(5.167)	40.869
Total do ativo	145.767	16.577	(5.167)	157.177
Passivo				
Circulante	27.779	3.956	-	31.735
Não circulante	22.814	5.887	(2.186)	26.515
Patrimônio Líquido	95.174	6.734	(2.981)	98.927
Passivo	145.767	16.577	(5.167)	157.177

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Ativo				
Circulante	142.399	7.746	-	150.145
Não circulante	41.390	430	(4.482)	37.338
Total do ativo	183.789	8.176	(4.482)	187.483
Passivo				
Circulante	(27.922)	(1.825)	-	(29.747)
Não circulante	(25.583)	(2.381)	2.553	(25.411)
Patrimônio Líquido	(130.284)	(3.970)	1.929	(132.325)
Passivo	(183.789)	(8.176)	4.482	(187.483)

Os ajustes do exercício findo em 31 de dezembro de referem-se a eliminação de R\$ 2.186 de créditos/débitos com partes relacionadas, além de R\$ 2.981 de investimentos entre empresas consolidadas (R\$ 2.553 e R\$ 1.929 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, respectivamente).

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados por segmento são apresentados da seguinte forma:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	242.630	31.753	-	274.383
Custo dos serviços prestados	(83.275)	(15.099)	-	(98.374)
Lucro bruto	159.355	16.654	-	176.009
Despesas administrativas	(41.722)	(6.305)	-	(48.027)
Depreciação e amortização	(1.241)	(188)	-	(1.429)
Outras (despesas) receitas operacionais	(7.012)	(1.236)	-	(8.248)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	2.542	-	(2.542)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	111.922	8.925	(2.542)	118.305
Receitas financeiras	13.460	378	-	13.838
Despesas financeiras	(1.767)	(319)	-	(2.086)
Resultado financeiro, líquido	11.693	59	-	11.752
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	123.615	8.984	(2.542)	130.057
Imposto de renda e contribuição social correntes	(40.749)	(3.064)	-	(43.813)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.184)	-	-	(1.184)
Lucro líquido do exercício	81.682	5.920	(2.542)	85.060
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013				
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	197.701	16.543	-	214.244
Custo dos serviços prestados	(72.795)	(6.730)	-	(79.525)
Lucro bruto	124.906	9.813	-	134.719
Despesas administrativas	(37.942)	(4.979)	-	(42.921)
Depreciação e amortização	(624)	(88)	-	(712)
Outras (despesas) receitas operacionais	(763)	(722)	-	(1.485)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	638	-	(638)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	86.215	4.024	(638)	89.601
Receitas financeiras	9.843	282	-	10.125
Despesas financeiras	(1.886)	(289)	-	(2.175)
Resultado financeiro, líquido	7.957	(7)	-	7.950
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.172	4.017	(638)	97.551
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.708)	(1.950)	-	(34.658)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(66)	-	-	(66)
Lucro líquido do exercício	61.398	2.067	(638)	62.827

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ajustes apresentados referem-se a eliminação do resultado com equivalência patrimonial em empresas consolidadas.

5. Impactos da Lei 12.973/14 (conversão da MP 627/13)

Com o advento da Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13), publicada em 13 de maio de 2014, foram alterados diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais inclui a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Com base nesse novo normativo, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da Lei 12.973/14 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela Lei 12.973/14 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF.

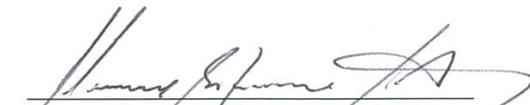
A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da Lei 12.973/14, e entende que os eventuais efeitos futuros não serão significativos.

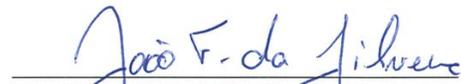
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, sociedade anônima com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco D, Entrada B, Salas nº 1.301 a 1.305, CEP 70.712-903, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.278.473/0001-03 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Brasília, 5 de fevereiro de 2015.


Nome: **Alexandre Siqueira Monteiro**
Cargo: Diretor Presidente


Nome: **João Francisco da Silveira Neto**
Cargo: Diretor Executivo


Nome: **João Domingos Martins Villas**
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FPC Par Corretora de Seguros S.A.
Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS
em 31 de dezembro de 2013



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis



FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FPC PAR Corretora de Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - diferenças de práticas contábeis

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da PAR Corretora de Seguros S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a Nota 2.21 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão dessas demonstrações financeiras, em conexão com o processo de registro de companhia aberta da FPC PAR Corretora de Seguros S.A.. Emitimos nosso relatório de auditoria original sem ressalva com data de 8 de outubro de 2014 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.21, fornecemos este novo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras reemitidas.



FPC PAR Corretora de Seguros S.A.

Outros assuntos
Informação suplementar -demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 9 de outubro de 2014

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

A handwritten signature in blue ink that reads 'Geovani da Silveira Fagunde'.

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora				Controladora 1º de janeiro de 2011
		2013	2012	2011	2011	
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.647	5.630	10.261	2.455	
Aplicações financeiras	6	130.430	52.842	68.715	60.584	
Contas a receber	7	7.119	11.824	19.816	11.829	
Outros ativos	8	3.203	4.627	5.650	1.701	
		142.399	74.923	104.442	76.569	
Não circulante						
Realizável a longo prazo	9	32.418	2.380	1.102	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.553	1.002	6.803	625	
Outros ativos		34.971	3.382	7.905	625	
Investimentos	10	1.929	2	972	914	
Imobilizado	11	1.383	1.326	9.192	8.130	
Intangível	12	3.107	1.44	423	1.017	
		6.419	1.472	10.587	10.061	
Total do ativo		183.789	79.777	122.934	87.255	
Patrimônio líquido						
Capital social	17a	40.000	27.000	26.000	16.000	
Ações em tesouraria		-	-	(2.188)	(694)	
Reservas de capital	17b	53.731	-	-	-	
Reservas de lucros	17b	36.553	9.382	7.985	12.047	
		130.284	36.382	31.797	27.353	
Total do passivo e do patrimônio líquido		183.789	79.777	122.934	87.255	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Consolidado				Nota	Consolidado			
		2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011		2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.396	5.630	10.583	2.641	13	5.093	5.502	8.865	2.699
Aplicações financeiras	6	135.380	52.842	68.715	60.584	14	4.150	2.220	3.295	1.833
Contas a receber	7	7.584	11.824	19.820	11.879	13	8.200	2.646	3.091	5.160
Outros ativos	8	3.785	4.627	5.995	1.823	13	2.650	2.092	2.704	2.370
		150.145	74.923	105.113	76.927	16	3.184	3.423	2.131	1.365
Não circulante										
Realizável a longo prazo	9	32.418	2.380	1.102	-	17d	6.170	-	3.122	2.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	1.002	5.706	625		-	-	41.957	33.803
Outros ativos		32.418	3.382	6.808	625	25b	300	-	-	-
							29.747	15.883	65.165	50.101
Não Circulante										
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	2	1.547	661		-	3.670	835	1.914
Provisões	11	1.678	1.326	9.445	8.210	25b	503	-	-	-
Empréstimos	12	3.242	144	456	1.020	16	22.338	23.842	25.222	7.981
Parcelamento de tributos		4.920	1.472	11.448	9.891		25.411	27.512	26.407	9.895
							55.158	43.395	91.572	59.996
Total do ativo		187.483	79.777	123.369	87.443		187.483	79.777	123.369	87.443
Patrimônio líquido										
Atribuído aos acionistas da controladora	17a	40.000	27.000	26.000	16.000		-	-	(2.188)	(694)
Capital social		-	-	-	-		-	-	-	-
Ações em tesouraria	17b	53.731	-	-	-		53.731	-	-	-
Reservas de capital	17b	36.553	9.382	7.985	12.047		36.553	9.382	7.985	12.047
Reservas de lucros		130.284	36.382	31.797	27.353		130.284	36.382	31.797	27.353
Participação dos não controladores	17c	2.041	-	-	94		2.041	-	-	94
		132.325	36.382	31.797	27.447		132.325	36.382	31.797	27.447
Total do passivo e do patrimônio líquido		187.483	79.777	123.369	87.443		187.483	79.777	123.369	87.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
Operações							
Receita líquida da prestação de serviços	18	197.633	150.321	132.354	214.244	153.658	136.390
Custo dos serviços prestados	19	(72.795)	(54.308)	(44.907)	(79.525)	(55.141)	(48.069)
Lucro bruto		124.838	96.013	87.447	134.719	98.517	88.321
Despesas administrativas	20	(37.942)	(54.735)	(45.991)	(42.921)	(57.871)	(49.019)
Despesas comerciais	21	-	-	(6.224)	-	-	(6.224)
Depreciação e amortização		(624)	(2.215)	(1.112)	(712)	(2.238)	(1.136)
Outras (despesas) receitas operacionais	22	(763)	(4.334)	(14.331)	(1.485)	(4.255)	(14.331)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	10	638	(121)	(282)	-	165	804
Lucro operacional antes do resultado financeiro		86.147	34.608	19.507	89.601	34.318	18.415
Receitas financeiras	23	9.843	5.626	7.348	10.125	5.642	7.360
Despesas financeiras	24	(1.886)	(3.898)	(4.548)	(2.175)	(3.900)	(4.555)
Resultado financeiro, líquido		7.957	1.728	2.800	7.950	1.742	2.805
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		94.104	36.336	22.307	97.551	36.060	21.220
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(32.691)	(13.446)	(13.143)	(34.658)	(13.456)	(13.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(66)	1.278	1.102	(66)	1.278	1.102
Lucro líquido do exercício		61.347	24.168	10.266	62.827	23.882	9.179
Atribuível a:							
Acionistas da Companhia					61.347	24.168	10.266
Participação dos não controladores					1.480	(286)	(1.087)
					62.827	23.882	9.179
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		400	361	379			
Lucro líquido por ação em Reais		153,37	66,95	27,09			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas da controladora									
	Reservas de lucros					Total				
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação dos não controladores	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2011	16.000	-	1.415	10.632	(694)	-	-	27.353	-	27.353
Aumento de capital	10.000	-	-	(10.000)	(1.494)	-	-	(1.494)	1.087	(407)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.266	(1.087)	10.266	-	9.179
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	996	4.942	-	(4.328)	-	(4.328)	-	(4.328)
Transferência para reservas	-	-	2.411	5.574	(2.188)	(5.938)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	26.000	-	2.411	5.574	(2.188)	-	-	31.797	-	31.797
Aumento de capital	14.000	-	-	(16.188)	2.188	-	286	-	286	286
Redução do capital por cisão	(13.000)	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-	(13.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.168	(286)	24.168	-	23.882
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	1.198	16.387	-	(6.583)	-	(6.583)	-	(6.583)
Transferência para reservas	-	-	3.609	5.773	-	(17.585)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	27.000	-	3.609	5.773	-	-	-	36.382	-	36.382
Aumento de capital	13.000	53.731	-	(3.694)	-	-	561	63.037	1.480	63.598
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.347	-	61.347	-	62.827
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos antecipados - AGE 28/10/2013	-	-	-	-	-	(24.312)	-	(24.312)	-	(24.312)
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.170)	-	(6.170)	-	(6.170)
Transferência para reservas	-	-	3.048	27.817	-	(30.865)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	40.000	53.731	6.657	29.896	-	-	2.041	130.284	-	132.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.104	36.336	22.307	97.551	36.060	21.220
Ajustes de:						
Resultado com equivalência patrimonial (Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado	(638)	121	282	-	(165)	(804)
Participação de não controladores no resultado	19	(14.588)	(1)	26	(14.370)	(1)
Depreciação e amortização	-	-	-	1.480	(286)	-
	624	2.215	1.112	712	2.238	1.136
Variações de:						
Contas a receber	4.705	3.437	(7.987)	4.240	3.437	(7.941)
Outros ativos	4.832	40	(3.949)	4.252	40	(4.172)
Fornecedores, obrigações sociais e tributárias	4.542	(27.091)	4.239	5.703	(27.808)	4.431
Provisões	(1.036)	(2.165)	584	(60)	(2.165)	383
Parcelamento de tributos	-	-	18.007	-	-	18.007
Outros passivos	-	-	(62)	-	-	931
Caixa gerado nas operações	107.152	(1.695)	34.532	113.904	(3.019)	33.190
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(31.930)	(14.009)	(12.033)	(33.834)	(14.009)	(12.033)
Juros pagos	(971)	-	(15)	(971)	-	(15)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	74.251	(15.704)	22.484	79.099	(17.028)	21.142
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Mútuo com partes relacionadas (Aquisição) de imobilizado	(1.551)	(1.002)	-	-	-	-
Alienação de imobilizado (Aquisição) de intangível	(458)	(3.434)	(3.724)	(822)	(3.434)	(3.977)
Alienação de intangível	-	-	1.938	-	-	2.021
Participações permanentes em outras sociedades	(3.206)	-	(357)	(3.367)	-	(390)
Aplicações financeiras	-	-	564	-	-	540
Resgate de aplicações financeiras	61	-	(340)	2	-	(82)
Caixa líquido da cisão	(254.525)	(56.385)	(83.429)	(270.763)	(56.385)	(83.429)
Empréstimos concedidos	176.937	72.258	75.298	188.225	72.258	75.298
Recebimento de empréstimos concedidos	-	(2)	-	-	(2)	-
	-	-	(15.100)	-	-	(13.653)
	-	6.426	8.922	-	6.426	8.922
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(82.742)	17.861	(16.228)	(86.725)	18.863	(14.750)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas da Companhia	(24.313)	(6.582)	(4.328)	(24.313)	(6.582)	(4.328)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital recebido dos acionistas	-	-	8.506	-	-	8.506
Caixa líquido incorporado	29.592	-	-	29.673	-	-
Pagamento de tributos	(771)	(206)	(2.628)	(771)	(206)	(2.628)
Captação de empréstimos	-	-	-	803	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	4.508	(6.788)	1.550	5.392	(6.788)	1.550
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.983)	(4.631)	7.806	(2.234)	(4.953)	7.942
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.630	10.261	2.455	5.630	10.583	2.641
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.647	5.630	10.261	3.396	5.630	10.583

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Receitas						
Vendas de serviços	213.669	162.610	142.726	231.631	166.272	147.094
Outras receitas	1.526	2.151	275	1.528	2.235	275
	215.195	164.761	143.001	233.159	168.507	147.369
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos serviços prestados	(17.485)	(16.482)	(19.555)	(19.505)	(17.316)	(22.717)
Serviços de terceiros	(6.991)	(19.852)	(14.479)	(8.352)	(20.280)	(15.879)
Materiais, energia e outros	(4.801)	(7.102)	(8.428)	(5.456)	(7.530)	(9.253)
Despesas de transporte	(940)	(843)	(723)	(1.115)	(843)	(848)
Custos de publicidade	(1.763)	(937)	(6.690)	(1.834)	(1.217)	(7.140)
Perda/recuperação de valores ativos	-	126	462	-	126	462
Outras despesas	(7.473)	(10.729)	(17.143)	(7.981)	(11.025)	(17.279)
	(39.453)	(55.819)	(66.556)	(44.243)	(58.085)	(72.654)
Valor adicionado bruto	175.742	108.942	76.445	188.916	110.422	74.715
Depreciação e amortização	(624)	(2.215)	(1.112)	(712)	(2.238)	(1.136)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	175.118	106.727	75.333	188.204	108.184	73.579
Valor adicionado recebido em transferência						
Participação nos lucros de controladas	638	(121)	(282)	-	165	804
Receitas financeiras	9.843	5.626	7.348	10.125	5.642	7.360
Valor adicionado total a distribuir	185.599	112.232	82.399	198.329	113.991	81.743
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	(74.168)	(60.913)	(43.858)	(81.015)	(62.625)	(43.950)
Impostos, taxas e contribuições	(48.471)	(24.740)	(22.587)	(52.183)	(25.071)	(22.919)
Federais	(42.379)	(19.279)	(18.529)	(45.595)	(19.608)	(18.728)
Estaduais	(39)	(487)	(162)	(50)	(487)	(162)
Municipais	(6.053)	(4.974)	(3.896)	(6.538)	(4.976)	(4.029)
Juros e variações cambiais	(417)	(1.098)	(4.394)	(706)	(1.100)	(4.401)
Aluguéis	(1.196)	(1.313)	(1.294)	(1.598)	(1.313)	(1.294)
Lucros retidos do exercício	(61.347)	(24.168)	(10.266)	(62.827)	(23.882)	(9.179)
Valor adicionado distribuído	(185.599)	(112.232)	(82.399)	(198.329)	(113.991)	(81.743)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A FPC Par Corretora de Seguros S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") são sociedades anônimas de capital fechado, sediadas em Brasília – DF. Possuem, originalmente, como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.

A Companhia foi fundada em 1973, sendo a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora S.A. e da Caixa Econômica Federal. Ao longo destes 40 anos, a Companhia, construiu uma sólida relação comercial com seus principais parceiros do ramo. Destaca-se que ela está presente em mais de 900 agências da Caixa Econômica Federal, interagindo com os funcionários e clientes das agências, com o objetivo de auxiliar e fomentar as vendas dos produtos oferecidos pelo parceiro Caixa Seguradora.

A Companhia atua como agente comercial da Caixa Seguradora nos canais da Caixa Econômica Federal e funciona como um elo estratégico entre as duas empresas. Como resumo das principais atribuições da Companhia podemos citar:

- Atuação com a Caixa Seguros: Responsável pela estruturação de produtos e canais, além do planejamento de marketing, discussão de planos de negócio, orçamento que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de marketing com um conhecimento de gestão de grandes bancos de dados; e
- Atuação com a Caixa: a Par Corretora atua na venda direta e também suporte comercial nas atividades de vendas de seguros das agências da Caixa, bem como a gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Vale destacar que o papel desempenhado pela companhia, juntamente com a Caixa Seguros e com a Caixa Econômica Federal, é atuar tanto na definição da estratégia de venda de seguros e na estruturação de novos produtos e canais quanto no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

A Companhia desempenha também, como parte do seu objeto, a organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes. Suas atuais operações são realizadas preponderantemente com a CAIXA Seguradora.

Em 2012, buscando a modernização da empresa e a profissionalização da sua gestão, a Companhia passou por uma importante reorganização societária e passou a ter, como principais acionistas, as seguintes empresas:

- FENAE, Federação Nacional de Associações dos Funcionários da Caixa Econômica Federal.
- Caixa Seguradora, principal cliente e parceiro comercial do Grupo.
- GP Investments, maior fundo de investimentos em private equity da América Latina.

A entrada dos novos sócios fez com que o Grupo fortalecesse suas relações comerciais com seus principais parceiros comerciais. Dentro desse contexto, se fez necessário um gerenciamento das operações de maneira mais detalhada e em prazo mais curto, sendo assim, o Companhia optou pela internalização da área contábil no primeiro trimestre de 2013, que anteriormente era terceirizada com empresa especializada, e pela implantação de um sistema de gestão financeira (ERP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 8 de setembro de 2014.

1.1 Incorporação

Em 03 de maio de 2013, ocorreu a incorporação da sua Controladora - PAR Holding Corporativa S.A. e ainda das sociedades Boxe Participações LTDA. e CST Participações LTDA., com base em laudo elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação do Grupo (Nota 29). A incorporação foi efetuada com base no valor do acervo líquido na data-base de 31 de dezembro de 2012. Conforme os atos societários, os valores incorporados subdividem-se em: R\$ 13.000 destinados para aumento de capital, R\$ 50.037 para constituição de reservas, totalizando o montante de R\$ 63.037 (Nota 29); a participação de não controladores na incorporação corresponde a R\$ 561.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A incorporação ocorreu em função do processo de reestruturação societária entre as sociedades envolvidas, com o objetivo de trazer maior eficiência operacional e administrativa ao Grupo. Em decorrência dessa incorporação, a Companhia passou a ter investimentos nas empresas PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A., PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e SCP Riscos Especiais.

Com a incorporação, a Companhia passou a ter investimentos em seu ativo, no entanto não possui na data base de 31 de dezembro de 2012 investimentos em controladas. Dessa forma, o balanço patrimonial consolidado e da controladora são iguais nessa data base, porém, como a cisão ocorreu em maio de 2012, o resultado desse ano apresenta 5 meses desses investimentos na visão consolidada. Dessa forma, para fins de comparabilidade, permanecem apresentadas as demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e outros ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

O Grupo não realizou transações caracterizadas como outros resultados abrangentes nos exercícios de 2013 e 2012. Consequentemente, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora PAR Corretora e das suas subsidiárias (Nota 26 – Partes Relacionadas), cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecida nas demonstrações financeiras individuais da PAR Corretora pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Apesar da aplicação, a partir de 1º de janeiro de 2013, de novos CPCs e de CPCs revisados, apresentados a seguir, não ocorreram impactos materiais para o Grupo.

- CPC 19 (R2)/IFRS 11: Negócios em conjunto
- CPC 26 (R1)/IAS 01: Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 33 (R2)/IAS 19: Benefícios a empregados
- CPC 36 (R3)/IFRS 10: Demonstrações consolidadas
- CPC 40 (R1)/IFRS 07: Instrumentos financeiros: evidenciação
- CPC 45/IFRS 12: Divulgação de participações em outras entidades
- CPC 46/IFRS 13: Mensuração do valor justo

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros resultados" no período em que ocorrem.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

O Grupo considera como intangível os ativos não monetários identificáveis sem substância física, sendo:

- (a) separáveis, isto é, puder ser dividido ou separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com contrato relacionado, ativo ou passivo; ou
- (b) provenientes de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço ou se o vencimento for superior a um ano.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente no final do período. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, utilizando-se a taxa financeira apropriada (prevista em contrato, taxa Selic, etc.)

2.13 Impostos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, quando aplicável.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante de imposto de renda ("IR") e contribuição social sobre o lucro ("CSLL") corrente são calculadas com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Todas as empresas do Grupo optaram pelo regime de lucro real que considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, são consideradas para apuração do lucro tributável corrente.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização. Estes são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Parcelamento de tributos

O saldo da conta de parcelamento refere-se a débitos fiscais de tributos federais, referentes à Lei 11.941 de 2009 que regulamentou o Refis IV. O prazo médio de pagamento gira em torno de 130 meses, e ainda constam em aberto três de cinco dos parcelamentos compreendidos no programa.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados ("PLR") com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após os ajustes aplicáveis. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das transações entre empresas consolidadas.

(a) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de corretagem na área de seguros. Esses serviços são prestados com base em contrato, onde são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão. Essa receita é registrada no momento em que são informados os valores dos prêmios recebidos sobre as apólices vendidas, sem exceção. Dessa forma, a receita é reconhecida quando esse valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro, a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento mínimo de 50% do lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Outros ativos e passivos

(a) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

(b) Outros passivos circulante e não circulante

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.19 Cisão da FPC Par Corretora S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Em 30 de junho de 2012, ocorreu a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela FPC Participações Corporativas S.A. com data-base em 31 de maio de 2012, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentando um quadro com o valor da parcela cindida.

	<u>Saldos em 31/05/2012</u>	<u>Parcelas cindidas p/ FPC Participações</u>	<u>Saldo após a cisão</u>
Ativo circulante	92.647	(1.779)	90.868
Ativo não circulante	23.381	(11.843)	11.538
Ativo	116.028	(13.622)	102.406
Passivo circulante	19.791	(622)	19.169
Passivo não circulante	47.055	-	47.055
Patrimônio líquido	49.182	(13.000)	36.182
Passivo	116.028	(13.622)	102.406

A cisão ocorreu em função do processo de reestruturação societária entre as sociedades envolvidas, considerando o estágio do negócio e visando maior eficiência operacional e administrativa, possibilitando a entrada de novos acionistas. Nesse movimento societário houve a cisão de investimentos que foram descontinuados na estrutura da Companhia, a opção de não apresentar esse efeito retrospectivo ocorre devido ao fato desse impacto representar 1% do total patrimônio líquido da Controladora na data-base da cisão.

Em abril de 2012, o capital social foi aumentado para R\$ 16.188, mediante transferência da conta de reserva de lucros, conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária.

Em maio de 2012, houve reversão de R\$ 2.188 de ações em tesouraria mediante utilização de reserva de lucros e ainda a redução do capital social em R\$ 13.000 (totalizando R\$ 12.714 se considerada a parcela do não controlador de R\$ 286), em virtude da cisão parcial dos investimentos da Companhia com a incorporação da parte cindida pela FPC Participações Corporativas S.A., conforme determinação em Assembleia Geral Extraordinária.

2.20 Incorporação

Durante o exercício ocorreu a incorporação integral ao patrimônio da Companhia das seguintes sociedades: Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A, com data base em 03 de maio de 2013, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado por empresa.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de dezembro de 2012. Como a incorporação ocorreu em 3 de maio de 2013, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data. Após a incorporação a Companhia passou a ter investimentos nas empresas PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A., PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e SCP Riscos Especiais.

	Acervo incorporado em 03 de maio de 2013					PAR Corretora - Pós incorporação
	*PAR Corretora	BOXE	PAR Holding	CST	Total	
Ativo circulante	97.610	24	40.775	-	40.799	138.409
Ativo Não-Circulante	2.511	16.381	722	17.066	34.169	36.680
Ativo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089
Passivo Circulante	13.936	23	11.132	-	11.155	25.091
Passivo Não Circulante	13.629	-	-	-	-	13.629
Acervo líquido	72.556	16.382	30.365	17.066	63.813	136.369
Passivo	100.121	16.405	41.497	17.066	74.968	175.089

* Em 31 de maio de 2013

2.21 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 24 de julho de 2014, a administração da Companhia emitiu demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, efetuando ajustes em relação às demonstrações financeiras originalmente emitidas para aqueles exercícios, indicando os ajustes e reconciliando os saldos originalmente reportados e os saldos reapresentados. Uma vez que a apresentação dos ajustes realizados e as correspondentes reconciliações não agregam valor para um leitor de demonstrações financeiras em um processo de obtenção de registro de companhia aberta, a administração decidiu por reemitir essas demonstrações financeiras, não contemplando as divulgações referentes aos ajustes, como forma de facilitar a leitura e entendimento por parte do leitor. As demonstrações financeiras originalmente emitidas, com indicação dos ajustes, estão disponíveis na sede da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Considerando os valores envolvidos na apuração dos tributos e esse processo envolver julgamento para determinar a provisão para impostos sobre a renda a administração entende como crítico. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Causas judiciais

As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributários) são reconhecidas quando:

O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de o Grupo sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do Grupo ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. O Grupo não possui passivos significativos em que incidam juros, apenas ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Parte significativa da posição de caixa e contas a receber do Grupo hoje se encontra concentrada junto à Caixa Econômica Federal e Caixa Seguradora.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo a gestão de capital é monitorada pela administração, e havendo a necessidade, é sugerido, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo e ajustes a valor presente

O Grupo não efetua ajustes a valor presente de seu contas a pagar e a receber, visto que seu giro médio não gera custo de capital. Este conceito também pode ser demonstrado pelo fato de que na formação do preço de seus serviços não é considerado o custo de capital em nenhuma de suas operações.

	Controladora								
	2013			2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros									
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	32.069	-	-	-	-	-	13.373	-
Fundos de investimento - cotas	23.305	-	-	52.816	-	-	50.724	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	75.029	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimento - renda variável	27	-	-	26	-	-	4.618	-	-
	Consolidado								
	2013			2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros									
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	35.711	-	-	-	-	-	13.373	-
Fundos de investimento - cotas	24.613	-	-	52.816	-	-	50.724	-	-
Fundos de investimento - renda fixa	75.029	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimento - renda variável	27	-	-	26	-	-	4.618	-	-

Não ocorreram transferências entre níveis durante os exercícios.

(a) Instrumentos financeiros - Nível 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

(b) Instrumentos financeiros – Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

(c) Instrumentos financeiros – Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

4.3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
2013						
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	32.069	-	-	35.711	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	23.305	-	-	24.613	-
Fundos de investimento - renda fixa	-	75.029	-	-	75.029	-
Fundos de investimento - renda variável	-	27	-	-	27	-
Contas a receber	7.119	-	-	7.584	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	4.601	-	-	5.093
Empréstimos	-	-	-	803	-	-
2012						
Ativos financeiros						
Fundos de investimento - cotas	-	52.816	-	-	52.816	-
Fundos de investimento - renda variável	-	26	-	-	26	-
Contas a receber	11.824	-	-	11.824	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	5.502	-	-	5.502
2011						
Ativos financeiros						
Certificado de depósitos bancários - CDB	13.373	-	-	13.373	-	-
Fundos de investimento - cotas	-	50.724	-	-	50.724	-
Fundos de investimento - renda variável	-	4.618	-	-	4.618	-
Contas a receber	19.816	-	-	19.820	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	8.732	-	-	8.865

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de doze meses para essa avaliação é a sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é a manutenção das taxas de juros praticadas atualmente. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado dos instrumentos financeiros.

	2013	Risco	Provável	Projeção	
				Cenário A (25%)	Cenário B (50%)
Ativos financeiros					
Certificado de depósitos bancários - CDB	32.069	CDI	35.597	34.715	33.833
Fundos de investimento - cotas	23.305	CDI	25.869	25.228	24.587
Fundos de investimento - renda fixa	75.029	CDI	83.282	81.219	79.156
Fundos de investimento - renda variável	27	CDI	30	29	28
Total	130.430		144.777	141.190	137.604
Passivos financeiros					
Empréstimos	803	Selic	883	903	923
Total	803		883	903	923
Exposição líquida total			145.661	142.094	138.527

Nos cenários "Provável", "A" e "B" foram utilizadas as taxas CDI de 11%, 8,25% e 5,50% respectivamente, e as taxas Selic de 10%, 12,5% e 15%, respectivamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os depósitos bancários do Grupo estão concentrados na Caixa Econômica Federal nos montantes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011
Caixa e bancos								
Recursos em caixa e bancos	1.647	5.630	10.261	2.455	3.396	5.630	10.583	2.641
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.647	5.630	10.261	2.455	3.396	5.630	10.583	2.641

6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do grupo se resumem a certificados de depósitos bancários e aplicações em fundos de investimentos abertos.

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011
Ativos financeiros								
Certificado de depósitos bancários - CDB	32.069	-	13.373	13.428	35.711	-	13.373	13.428
Fundos de investimento - cotas de participação (a)	23.305	52.816	50.724	21.237	24.613	52.816	50.724	21.237
Fundos de investimento - renda fixa (b)	75.029	-	-	25.919	75.029	-	-	25.919
Fundos de investimento - renda variável (c)	27	26	4.618	-	27	26	4.618	-
Total de ativos financeiros	130.430	52.842	68.715	60.584	135.380	52.842	68.715	60.584

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Os fundos de investimentos em cotas de participação renda fixa longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Os fundos tem por objetivo proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos seus recursos em cotas de fundos de investimentos. As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou de empresas a ela ligadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados pode ser efetuado a qualquer tempo sem restrição.

(b) Os fundos de investimentos em renda fixa crédito privado longo prazo são constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e gestão, assim como a custódia dos ativos financeiros que compõem a sua carteira, são realizadas pela Caixa Econômica Federal e BNY Mellon DTVM. O objetivo dos fundos é proporcionar ao seu cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros superando a rentabilidade do CDI - CETIP.

As aplicações são representadas por títulos de emissão, aceite ou coobrigação da administradora (Caixa Econômica Federal) ou por papéis de instituições privadas, sendo que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem a sua carteira devem ser considerados de baixo risco de crédito (nível BBB- ou superior) no momento do investimento. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

(c) O fundo de investimento em renda variável está constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. A administração e a custódia dos ativos financeiros integrantes da sua carteira são exercidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., a gestão da carteira é realizada pela Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. O fundo tem por objetivo proporcionar rendimentos equivalentes aos das taxas de juros praticadas no mercado interfinanceiro. As aplicações podem ser representadas por cotas de fundos de investimentos ou cotas de fundos de investimento da classe referenciado, títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira e operações compromissadas. O resgate parcial ou total dos valores aplicados no fundo não está sujeito a qualquer tipo de carência, podendo ser efetuado a qualquer momento sem restrição.

As aplicações financeiras são realizadas a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, sendo R\$ 9.572 o resultado apresentado pela Companhia e R\$ 9.838 pelo Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.096 e R\$ 6.746 em 31 de dezembro de 2012 e 2011 – Controladora e Consolidado). Essas aplicações possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

No encerramento do exercício, a Companhia possui saldo no valor de R\$ 7.119 a receber de clientes e o Consolidado saldo de R\$ 7.584 (R\$ 11.824, Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2012; R\$ 19.816 e R\$ 19.820 em 2011, controladora e consolidado, respectivamente), não havendo nenhum valor inadimplente, tendo as faturas vencimento em no máximo de 30 dias.

O Grupo não efetuou ajuste a valor presente de seu contas a receber, visto que todas as faturas emitidas são recebidas em um prazo médio histórico que não ultrapassa 30 dias, não havendo portanto a necessidade de realizar nova medição dos valores nem a expectativas incertas desse recebimento dentro do vencimento estipulado, uma vez que não o ajuste só é aplicável a recebimentos e obrigações de longo prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber mencionado acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Outros ativos

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	1º de janeiro de 2011
Adiantamento de parcelamento Lei 11.941/09	1.675	1.991	3.475	27	1.675	1.991	3.475	27
Tributos a recuperar	223	6.610	5.622	4.024	2.363	6.610	5.800	4.146
Antecipação de IR e CSLL	31.729	8.903	9.511	4.486	32.872	8.903	9.678	4.486
IR e CSLL provisionados	(30.968)	(13.228)	(13.143)	(6.999)	(33.696)	(13.228)	(13.143)	(6.999)
Adiantamentos de folha de pagamento	411	91	185	163	434	91	185	163
Despesas antecipadas	27	-	-	-	28	-	-	-
Outros adiantamentos	106	260	-	-	109	260	-	-
Outros ativos - circulante	3.203	4.627	5.650	1.701	3.785	4.627	5.995	1.823
Empréstimos a partes relacionadas	2.553	1.002	6.803	625	-	1.002	5.706	625
Outros ativos - não circulante	2.553	1.002	6.803	625	-	1.002	5.706	625
Total de outros ativos	5.756	5.629	12.453	2.326	3.785	5.629	11.701	2.448

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui saldo de R\$ 1.675 (R\$ 1.991 em 2012; R\$ 3.475 em 2011) reconhecido como adiantamento de valores pagos pelo parcelamento de impostos da Lei 11.941/09. Este valor já havia sido pago e ainda não havia sido baixado da posição em aberto da Receita Federal. Existe a expectativa de que a Receita Federal reconheça o valor pago, porém não é possível prever quando, caso a decisão seja favorável, o adiantamento poderá ser liquidado contra o saldo do parcelamento (Nota 16) e caso contrário o montante será baixado contra o resultado.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011
Tributos sobre adições temporárias	2.316	2.380	1.102	-	2.316	2.380	1.102	-
Créditos tributários sobre ágio incorporados	30.102	-	-	-	30.102	-	-	-
Total de IR e CSLL diferido	32.418	2.380	1.102	-	32.418	2.380	1.102	-

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.104	36.336	22.307	97.551	36.060	21.220
Alíquota de IR e CS	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados com base nas alíquotas vigentes	31.971	12.330	7.560	33.143	12.236	7.191
Despesas não dedutíveis	1.205	987	1.671	1.877	1.327	1.671
Provisões Trabalhistas	128	(1.092)	(679)	128	(1.092)	(679)
Provisões Operacionais	(62)	(186)	(423)	(62)	(186)	(423)
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(217)	41	96		56	(273)
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	(590)	(250)	(237)	(618)	(250)	(237)
Salário Maternidade	(106)	-		(106)	-	
Parcelamento Administrativo/REFIS	98	899	4.548	98	899	4.548
Outros ajustes	264	717	607	198	465	1.346
	720	1.116	5.583	1.515	1.220	5.952
Imposto de renda e contribuição social correntes	32.691	13.446	13.143	34.658	13.456	13.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66	(1.278)	(1.102)	66	(1.278)	(1.102)
	32.757	12.168	12.041	34.724	12.178	12.041

(a) Tributos diferidos sobre adições temporárias

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Provisões para ações trabalhistas	4.831	5.208	1.996	4.831	5.208	1.996
Provisão de riscos de comercialização	975	1.000	-	975	1.000	-
Outras adições temporárias líquidas	1.002	793	1.245	1.002	793	1.245
Base de cálculo do IR e CSLL diferidos	6.808	7.001	3.241	6.808	7.001	3.241
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL diferidos	2.316	2.380	1.102	2.315	2.380	1.102

(b) Créditos tributários sobre ágios incorporados

Atendendo ao processo de reestruturação societária promovido pela Administração, em maio de 2013, houve a incorporação integral das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A. ao patrimônio da Companhia, conforme laudo de avaliação (Vide Notas 1 e 29). A operação gerou ágio no montante de R\$ 98.371. Abaixo segue quadro apresentando o benefício fiscal apurado conforme previsto na Instrução Normativa CVM 349/01.

	2013
Ágio na aquisição da Boxe	48.182
Ágio na aquisição da CST Participações	50.189
Base para o crédito fiscal	98.371
Alíquota de IR e CSLL	34%
Crédito fiscal - IR e CSLL	33.446
Créditos amortizados em 2013	(3.344)
Saldo remanescente do crédito fiscal	30.102

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

(a) Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Relacionamento	Percentual (%) em 31 de dezembro de 2013	
			Participação direta	Participação indireta
PAR Saúde Corretora S.A. (i)	Brasil	Controlada	40,0	-
PAR Saúde Administradora S.A. (ii)	Brasil	Controlada	0,5	99,0
PAR Saúde Corporate S.A. (iii)	Brasil	Controlada	-	50,1
PAR Riscos Especiais S.A. (iv)	Brasil	Controlada	40,0	-
SCP PAR Riscos (v)	Brasil	Controlada	1,0	99,0
SCP Webchat (vi)	Brasil	Controlada	60,0	-

As notas atribuídas a cada empresa referem-se ao tipo de negócio desenvolvido por elas:

- (i) Serviços de corretagem para a venda de planos de saúde.
- (ii) Serviços de corretagem prestados através da venda de planos coletivos por Adesão.
- (iii) Serviços de corretagem de seguros dos ramos: vida, capitalização, planos previdenciários, saúde e odontológicos.
- (iv) Serviços de corretagem para a venda de seguros de riscos especiais.
- (v) Serviços de comercialização de seguros de riscos especiais.
- (vi) Serviços de comercialização de seguros em plataforma virtual.

A Companhia consolida os resultados de seus investimentos na Par Riscos Especiais S.A. (iv) e na Par Saúde Corretora S.A. (i) em suas demonstrações financeiras, uma vez que exerce influência significativa na gestão financeira e operacional das mesmas, conforme previsto no CPC 36, tendo como principais prerrogativas para essa consolidação o (a) direito de veto de diversas materiais relevantes definidas no acordo operacional das investidas, (b) a responsabilidade pela indicação do principal cargo executivo (Diretor Executivo), e ainda a de (c) executar toda a rotina operacional e financeira das mesmas. Adicionalmente, vale destacar que as metas de performance operacional do grupo são analisadas e gerenciadas de forma consolidada, e esses investimentos estão inseridos nessa gestão.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Controladora

Em 31 de dezembro de 2013	PAR Saúde Administradora		PAR Saúde Corporate*	PAR Riscos Especiais	SCP Riscos Especiais	SCP Webchat	Total Investimentos	PAR Saúde Corretora** (Passivo a descoberto (Nota 14))	Total das participações
	Capital social	120	200	1.005	1	0,1	-	5.290	-
Nº ações	120	200	1.250	100	100	-	1.274	-	-
Participação direta	0,50%	0,00%	40,00%	1,00%	60,00%	-	40,00%	-	-
Participação indireta	99,00%	50,10%	0,00%	99,00%	0,00%	-	0,00%	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	285	1.114	2.770	475	51	-	(1.269)	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	355	1.151	4.731	476	52	-	(2.326)	-	-
Resultado de participação	1	-	1.109	5	31	-	(508)	638	-
Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 14))	1	-	1.893	5	30	-	(675)	1.254	-

279

* O resultado com equivalência patrimonial foi eliminado no processo de consolidação da PAR Saúde Corretora S.A. (controladora direta, detentora de 50,1% das ações).
 ** A Companhia detém a integralidade das reservas de capital da PAR Saúde Corretora (R\$ 255), devendo ser somada ao investimento (%PL) após aplicação do percentual de participação.

Em 31 de dezembro de 2012	PAR Solução em Tecnologia e Finanças*		PAR Tecnologia da Informação*	PAR Saúde Corretora*	SCP Riscos Especiais**	Total
	Resultado de participação	4	162	(287)	-	(121)
Investimento (%PL)	-	-	-	2	2	2
Total	-	-	-	2	2	2

* A Companhia teve participação nas empresas PAR Solução em Tecnologia e Finanças; PAR Tecnologia da Informação e PAR Saúde Corretora durante os meses de janeiro a junho, momento em que ocorreu a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela FPC Participações Corporativas S.A. apresentando no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apenas o resultado com a equivalência patrimonial relativo ao período prévio à cisão.

** A SCP Riscos Especiais não apresentou resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011	PAR Solução em Tecnologia e Finanças	PAR Tecnologia da Informação	PAR Saúde Administradora	Total Investimento	PAR Saúde Corretora (Passivo a descoberto)
Capital social	10	120	120	-	1.019
Participação direta	1%	50%	0,50%	0	50%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	460	442	(53)	-	(2.172)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	828	120	195	-	1.269
Resultado da Participação Investimento (Passivo a descoberto - (Nota 14))	5	221		226	-
Outros investimentos*	8	60		68	(1.086)
				<u>678</u>	
				972	

*Na composição de outros investimentos estão contidas obras de arte detidas pela Companhia assim como uma participação minoritária da CRN SCP e na Mega Forte SCP.

(c) Consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Consolidado do Grupo não apresenta saldo de investimentos e de equivalência patrimonial em resultado uma vez que todas as suas participações, vide quadro anterior, foram eliminadas no processo de consolidação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Consolidado do Grupo apresentou resultado de equivalência de R\$ 165 referente aos investimentos que possuía anteriormente a cisão ocorrida em 30 de junho de 2012, ao final do exercício de 2012 todas as participações presentes no consolidado, exceto pela SCP Riscos Especiais, foram eliminadas, representando saldo de R\$ 2 em investimentos. Em 2011 o Grupo apresentou saldo de investimentos no montante de R\$ 1.547 relativo a obras de arte e participação em empresas não controladas, sendo elas: CRN SCP, Mega Forte SCP, Par Solução em Tecnologia e Finanças Ltda., Par Tecnologia da Informação Ltda..

11. Imobilizado

Em 2013, o Grupo realizou a avaliação para indicação de perda do valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado. Segundo o resultado da análise, não existem quaisquer indicativos de perda significativa no valor do ativo fixo no encerramento do exercício. A administração efetuou a análise da vida útil do seu imobilizado no exercício de 2013. Em sua conclusão não houve alteração de prazos com relação a análise realizada pelo avaliador independente no exercício de 2012.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Instalações	Veículos	Sistema de processamento de dados	Benefeitorias	Controladora
	3.053	1.114	970	140	564	2.289	Total
Em 1º de janeiro de 2011							
Adições	3.209	197	66	69	154	29	3.724
Baixas	(903)	(1.012)	-	-	(23)	-	(1.938)
Depreciações	-	(294)	-	(41)	(188)	(201)	(724)
Custo	5.359	104	1.036	209	766	2.118	9.592
Depreciação acumulada	-	(99)	-	(42)	(259)	0	(400)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	5.359	5	1.036	167	507	2.118	9.192
Em 31 de dezembro de 2012							
Adições	2.084	475	211	-	204	460	3.434
Baixas	(84)	(42)	(112)	(68)	(225)	(2.229)	(2.760)
Depreciações	-	(2)	-	(1)	(29)	(14)	(46)
Cisões (Nota 2.19)	(7.359)	-	(1.135)	-	-	-	(8.494)
Saldo	(5.359)	431	(1.036)	(69)	(50)	(1.783)	(7.866)
Custo	-	537	-	141	745	349	1.772
Depreciação acumulada	-	(101)	-	(43)	(288)	(14)	(446)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	-	436	-	98	457	335	1.326
Em 31 de dezembro de 2013							
Adições	-	179	-	-	181	98	458
Baixas	-	(14)	-	-	(21)	-	(35)
Depreciações	-	(68)	-	(14)	(100)	(200)	(382)
Depreciação acumulada de itens baixados	-	4	-	-	12	-	16
Saldo	-	101	-	(14)	72	(102)	57
Custo	-	702	-	141	905	447	2.195
Depreciação acumulada	-	(165)	-	(57)	(376)	(214)	(812)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	-	537	-	84	529	233	1.383

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Instalações	Veículos	Sistema de processamento de dados	Beneficiarias	Total
Em 1º de janeiro de 2011	3.053	1.194	970	140	564	2.289	8.210
Adições	3.209	450	66	69	154	29	3.977
Baixas	(903)	(1.095)	-	-	(23)	-	(2.021)
Depreciações	-	(291)	-	(41)	(188)	(201)	(721)
Custo	5.359	448	1.036	209	766	2.118	9.936
Depreciação acumulada	-	(190)	-	(42)	(259)	0	(491)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	5.359	258	1.036	167	507	2.118	9.445
Em 31 de dezembro de 2012							
Adições	2.084	475	211	-	204	460	3.434
Baixas	(84)	(42)	(112)	(68)	(225)	(2.229)	(2.760)
Depreciações	-	(2)	-	(1)	(29)	(14)	(46)
Cisão (Nota 2.19)	(7.359)	(253)	(1.135)	-	-	-	(8.747)
Saldo	(5.359)	178	(1.036)	(69)	(50)	(1.783)	(8.119)
Custo	(0)	628	0	141	745	349	1.863
Depreciação acumulada	-	(192)	-	(43)	(288)	(14)	(537)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	-	436	-	98	457	335	1.326
Em 31 de dezembro de 2013							
Adições	-	375	-	-	382	131	888
Baixas	-	(17)	-	-	(21)	-	(38)
Depreciações	-	(100)	-	(14)	(120)	(208)	(442)
Depreciação acumulada de itens baixados	-	-	-	-	12	-	12
Depreciação acumulada de itens incorporados	-	(12)	-	-	(55)	(1)	(68)
Saldo	-	246	-	(14)	198	(78)	352
Custo	-	895	-	141	1.106	480	2.622
Depreciação acumulada	-	(213)	-	(57)	(451)	(223)	(944)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	-	682	-	84	655	257	1.678
Taxa de depreciação anual	-	12,50%	-	16,70%	14,20%	50,00%	

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013, o Grupo realizou a avaliação para indicação de perda do valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado. Segundo o resultado da análise, não existem quaisquer indicativos de perda significativa no valor do ativo fixo no encerramento do exercício. A administração efetuou a análise da vida útil do seu imobilizado no exercício de 2013. Em sua conclusão não houve alteração de prazos com relação a análise realizada pelo avaliador independente no exercício de 2012.

12. Intangível

	Controladora			
	Software	Intangível em andamento	Contrato comercial	Total
Em 1º de janeiro de 2011	939	-	-	939
Adições	357	-	-	357
Baixas	(564)	-	-	(564)
Amortização	(388)	-	-	(388)
Custo	732	-	-	732
Amortização acumulada	(310)	-	-	(310)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	423	-	-	423
Em 31 de dezembro de 2012				
Adições	90	-	-	90
Baixas	(26)	-	-	(26)
Amortizações	(32)	-	-	(32)
Cisão (Nota 2.19)	(311)	-	-	(311)
Saldo	(279)	-	-	(279)
Custo	486	-	-	486
Amortização acumulada	(342)	-	-	(342)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	144	-	-	144
Em 31 de dezembro de 2013				
Adições	559	700	1.800	3.059
Amortizações, bruta	(201)	-	(41)	(242)
Amortização acumulada de itens baixados	146	-	-	146
Saldo	504	700	1.759	2.963
Custo	1.045	700	1.800	3.545
Amortização acumulada	(397)	-	(41)	(438)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	648	700	1.759	3.107

De forma a complementar a sua atuação em outros canais de venda, em outubro de 2013, a Companhia adquiriu um contrato comercial junto a empresa Webchat no valor de 1.800 que lhe permite comercializar seus produtos em plataformas virtuais. O prazo de amortização do contrato é de 88 meses, contados a partir de novembro de 2013.

Em junho de 2013, foi firmado um contrato com empresa especializada para a implementação do projeto *Data Warehouse* no valor de R\$ 700 para atender às áreas de marketing, vendas e finanças da Companhia. O objeto do contrato é a disponibilização de infraestrutura de informações de apoio a decisão em um ambiente adequado para o monitoramento do negócio por meio de repositório único de dados. Com relação à vida útil, foi considerado o período de 5 anos para sua amortização em decorrência da obsolescência tecnológica estimada. Este contrato deverá entrar em operação em fevereiro de 2015, quando iniciará a sua amortização.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	Software	Intangível em andamento	Contrato comercial	Total
Em 1º de janeiro de 2011	916	-	-	916
Adições	390	-	-	390
Baixas	(540)	-	-	(540)
Amortizações	(415)	-	-	(415)
Custo	766	-	-	766
Amortização acumulada	(311)	-	-	(311)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	456	-	-	456
Em 31 de dezembro de 2012				
Adições	90	-	-	90
Baixas	(26)	-	-	(26)
Amortizações	(32)	-	-	(32)
Cisão (Nota 2.19)	(344)	-	-	(344)
Saldo	(312)	-	-	(312)
Custo	486	-	-	486
Amortização acumulada	(342)	-	-	(342)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	144	-	-	144
Em 31 de dezembro de 2013				
Adições	730	700	1.800	3.230
Amortizações	(229)	-	(41)	(270)
Amortização acumulada de itens baixados	146	-	-	146
Amortização acumulada de incorporação	(8)	-	-	(8)
Saldo	639	700	1.759	3.098
Custo	1.216	700	1.800	3.716
Amortização acumulada	(433)	-	(41)	(474)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	783	700	1.759	3.242

O intangível foi mensurado pelo custo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo efetuou teste de indicativo de *impairment* do seu intangível. Na análise não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável de tais bens. Quanto à vida útil, em 2013 não houve alteração do resultado da análise realizado pelo avaliador independente ao final do exercício de 2012, sendo a vida útil média de 4 anos.

13. Fornecedores e outras obrigações

O grupo de fornecedores é composto basicamente por gastos administrativos com aquisição de materiais de consumo e manutenção da estrutura do Grupo, além contratação de serviços de terceiros. Em média seu prazo de vencimento é de 30 dias e encontram-se apresentados pelo valor justo.

A participação dos lucros foi definida com base no atingimento dos resultados do exercício.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011
Fornecedores								
Fornecedores nacionais	2.776	2.336	8.732	2.657	3.268	2.336	8.865	2.699
Intermediação de pagamentos	1.825	3.166	-	-	1.825	3.166	-	-
	4.601	5.502	8.732	2.657	5.093	5.502	8.865	2.699
Obrigações sociais								
Salários e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos lucros	5.623	1.227	1.407	3.820	5.994	1.227	1.407	3.820
Obrigações diversas	1.810	1.205	535	17	1.930	1.205	572	27
INSS e FGTS	230	208	1.096	522	266	208	1.109	522
IRRF	10	6	3	791	10	6	3	791
	7.673	2.646	3.041	5.150	8.200	2.646	3.091	5.160
Obrigações tributárias								
INSS	1.236	996	1.149	628	1.329	996	1.180	631
ISS	966	734	638	329	966	734	639	334
IRPF	211	154	398	561	252	154	431	561
PIS/COFINS	95	114	89	795	103	114	89	801
CSLL	-	94	355	43	-	94	365	43
	2.508	2.092	2.629	2.356	2.650	2.092	2.704	2.370

14. Provisões

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011	2013	2012	2011	Em 1º de janeiro de 2011
Provisão de férias	2.811	1.220	3.156	1.805	3.175	1.220	3.295	1.833
Provisão de risco de comercialização	975	1.000	-	-	975	1.000	-	-
Total de provisões no passivo circulante	3.786	2.220	3.156	1.805	4.150	2.220	3.295	1.833
Provisões para ações trabalhistas (a)	4.831	5.208	1.996	2.229	4.831	5.208	1.996	2.229
(-) Depósitos judiciais	(2.261)	(1.538)	(1.427)	(315)	(2.261)	(1.538)	(1.427)	(315)
Provisão para passivo a descoberto*	675	-	578	-	-	-	578	-
Provisão participação não controlador	-	-	-	-	-	-	(312)	-
Total de provisões no passivo não circulante	3.245	3.670	1.147	1.914	2.570	3.670	835	1.914
Total de provisões	7.031	5.890	4.303	3.719	6.720	5.890	4.130	3.747

(a) Ações trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 2.570 (R\$ 3.670 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 569 em 31 de dezembro de 2011), líquido de depósito judicial de R\$ 2.261 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2012, R\$ 1.427 em 31 de dezembro de 2011), e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Além dos passivos trabalhistas, o Grupo possui ações cíveis não provisionadas (classificadas com chance de perda remota) decorrentes da discussão sobre riscos de comercialização na venda de seguros, onde a Caixa Econômica Federal tenha sido processada.

Esses processos são analisados individualmente e, caso aplicável, são repassados para a Caixa Econômica Federal. Espera-se que a baixa dessa provisão ocorra integralmente no 1º semestre de 2014.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos trabalhistas e cíveis do Grupo são pulverizados. No exercício de 2013 foram incluídas 81 novas causas trabalhistas de um total 232 processos. O Grupo tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado é de R\$ 4.925, totalizando 69 processos.

15. Empréstimos

O Grupo possuía no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 dois empréstimos em aberto, sendo um no valor de R\$ 834, captado pela PAR Saúde Corretora S.A. junto à Caixa Econômica Federal e o mútuo, no valor de R\$ 128, junto a RE Participações S.A., parte relacionada do Grupo.

	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>
Empréstimos	371
(-) Juros a apropriar de empréstimos	(71)
Empréstimos no passivo circulante	<u>300</u>
Empréstimos	463
(-) Juros a apropriar de empréstimos	(88)
Empréstimos no passivo não circulante	<u>375</u>
Mútuo com partes relacionadas - não circulante	128
Total de empréstimos	<u><u>803</u></u>

16. Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos efetuado pela Companhia através da Lei nº 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração recebidos pela Companhia. O prazo remanescente para pagamento do parcelamento é de 130 meses.

	<u>Controladora</u>			
	<u>Em 1º de janeiro de</u>			
Parcelamento pela lei 11.941/09	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Passivo circulante	3.184	3.423	2.131	1.365
Passivo não circulante	22.338	23.842	25.222	7.981
Total do parcelamento	<u><u>25.522</u></u>	<u><u>27.265</u></u>	<u><u>27.353</u></u>	<u><u>9.346</u></u>

O cronograma de pagamento do parcelamento possui a seguinte distribuição:

	<u>Vencimento</u>
	<u>por ano</u>
Até 1 ano	3.184
De 1 a 2 anos	2.272
De 2 a 3 anos	2.272
De 3 a 4 anos	2.272
De 4 a 5 anos	2.272
De 5 a 8 anos	6.816
De 8 a 11 anos	6.434
Total do parcelamento	<u><u>25.522</u></u>

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Durante o exercício de 2013 houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 13.000 em função da incorporação das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A., com data base 31 de maio de 2013 (vide Nota 1 e 29). A operação foi baseada em laudo de empresa especializada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. Essa incorporação trouxe também o montante de R\$ 53.731 de reserva de capital (basicamente composto pelos créditos diferidos do ágio) e ainda o reflexo do pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.694.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 40.000 (R\$ 27.000 no exercício findo em 31 de dezembro 2012), representado por 400 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em maio de 2012, o capital social foi reduzido mediante a reversão de R\$ 2.188 de ações em tesouraria, em conjunto com aumento de capital utilizando reserva de retenção de R\$ 16.188. Houve ainda no mesmo mês a redução do capital social em R\$ 13.000, em virtude da cisão parcial dos investimentos da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela FPC Participações Corporativas S.A., conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária, impactando minoritários em R\$ 286.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Foi constituído em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 3.048 (2012 – R\$ 1.198), totalizando R\$ 6.657 em 31 de dezembro de 2013.

(ii) Reserva de capital e ágio

A reserva de capital no valor de R\$ 53.731 é composta por R\$ 81 relativo à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal devido ao aumento de capital ocorrido na PAR Riscos Especiais S.A., há ainda o valor de R\$ 53.650 decorrente da incorporação realizada da Boxe Participações LTDA, CST Participações LTDA e PAR Holding Corporativa S.A. desse total R\$ 33.446 são referentes ao crédito tributário gerado pelo ágio na entrada dos novos sócios da Companhia (Nota 29).

Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

(iii) Reserva de retenção

A reserva de retenção refere-se à parcela do lucro ainda não destinada, e foi calculada conforme o quadro a seguir:

	Controladora		
	2013	2012	2011
Lucro líquido do exercício	61.347	24.168	10.266
% de constituição da reserva legal	5%	5%	5%
Reserva legal	3.048	1.198	996
Juros sobre capital próprio	-	580	1.541
Dividendos antecipados	24.312	6.003	-
Dividendos aprovados	6.170	-	2.787
Reserva de retenção	27.817	16.387	4.942

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação dos não controladores

Controladas	2013		2012	
	PL	Resultado	PL	Resultado
PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.	(634)	(761)	(312)	-
PAR Saúde Corporate LTDA.	19	557	-	-
PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A.	-	1	-	-
PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	1.176	1.663	-	-
SCP Webchat	-	20	-	-
Total da participação de não controladores	561	1.480	(312)	-

PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	2013	PAR Saúde Corporate LTDA.	2013
Capital social	1.960	Capital social	37
Resultado do exercício	2.771	Resultado do exercício	1.114
Patrimônio Líquido	4.731	Patrimônio Líquido	1.151
% de participação dos não controladores	60%	% de participação dos não controladores	49,9%
Participação dos não controladores no resultado	1.663	Participação dos não controladores no resultado	557
Participação dos não controladores no PL	1.176	Participação dos não controladores no PL	19

SCP Webchat	2013	PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A.	2013
Capital social	0,1	Capital social	70
Resultado do exercício	51,0	Resultado do exercício	285
Patrimônio Líquido	51,1	Patrimônio Líquido	355
% de participação dos não controladores	40%	% de participação dos não controladores	0,5%
Participação dos não controladores no resultado	20	Participação dos não controladores no resultado	1
Participação dos não controladores no PL	0	Participação dos não controladores no PL	0

PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.	2013	2012
Capital social	(802)	(624)
Resultado do exercício (a)	(1.269)	-
Reserva de capital (b)	255	-
Patrimônio Líquido	(1.816)	(624)
% de participação dos não controladores	60%	50%
Participação dos não controladores no resultado	(761)	-
Participação dos não controladores no PL	(634)	(312)

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo não possuía investimento na PAR Saúde Corretora. O resultado de não controladores refere-se ao período de janeiro a maio de 2012, quando o Grupo ainda possuía participação na PAR Saúde Corretora.

(b) Reserva constituída integralmente pela Companhia

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos propostos e antecipados

A Companhia antecipou dividendos no valor de R\$ 24.313 que foram pagos ainda no exercício de 2013, o correspondente a 40% do lucro líquido do exercício. Houve ainda o pagamento de R\$ 3.694 a título de dividendos adicionais decorrente do compromisso assumido pela PAR Holding Corporativa S.A. antes da sua incorporação pela Companhia, elevando o percentual de antecipação de dividendos para 46%, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		
	2013	2012	2011
Lucro líquido do exercício	61.347	24.168	10.266
Dividendos antecipados	24.313	6.002	-
% antecipação dos dividendos	40%	25%	0%
Dividendos pagos decorrente de incorporação	3.694	-	-
% total de antecipação dos dividendos	46%	25%	0%

(e) Lucro por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, tal como no exercício de 2012.

	2013	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	61.347	24.168	10.266
Quantidade de ações	400	1.100	1.100
Ações em tesouraria	0	(107)	(57)
Quantidade de ações no fim do exercício - em milhares	400	993	1.043
Quantidade de ações média ponderada – em milhares	400	361	379
Lucro básico por ação - em R\$	153,37	66,95	27,09

Não houve emissão de novas ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, porém, no ato da incorporação ocorrida em 03 de maio de 2013, conforme Notas 1 e 29, todas as ações da Companhia foram canceladas e emitidas 400.000 (quatrocentos mil) ações a fim de facilitar a divisão entre os acionistas. Foram mantidas as proporções de todas as participações. Em 2012 haviam 107.000 ações em tesouraria, para a qual foi proporcionalmente retirada do cálculo do lucro por ação na média ponderada da quantidade de ações. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Receita líquida da prestação de serviços

É demonstrado a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Receita bruta por tipo de produto:						
Bancassurance	(186.127)	(135.616)	(115.354)	(186.124)	(135.616)	(115.352)
Vida	(109.594)	(79.915)	(74.905)	(109.593)	(79.915)	(74.904)
Residencial	(12.764)	(11.759)	(13.386)	(12.763)	(11.759)	(13.386)
Multi Risco Empresarial	(8.512)	(6.462)	(5.502)	(8.512)	(6.462)	(5.502)
Habitacional	(39.512)	(30.411)	(17.647)	(39.511)	(30.411)	(17.647)
Prestamista	(15.745)	(7.069)	(3.914)	(15.745)	(7.069)	(3.913)
Produtos tradicionais de seguros	(11.271)	(13.487)	(17.073)	(29.156)	(17.149)	(21.445)
Auto	(11.271)	(9.245)	(9.711)	(11.270)	(9.245)	(9.710)
Saúde	-	-	-	(8.019)	(3.662)	(4.373)
Riscos Especiais	-	(4.242)	(7.362)	(9.867)	(4.242)	(7.362)
Outros produtos	(16.271)	(13.507)	(10.299)	(16.351)	(13.507)	(10.297)
Total da Receita bruta de prestação de serviços	(213.669)	(162.610)	(142.726)	(231.631)	(166.272)	(147.094)
Impostos sobre o faturamento	16.036	12.289	10.372	17.387	12.614	10.704
Total da receita líquida	(197.633)	(150.321)	(132.354)	(214.244)	(153.658)	(136.390)

A receita de corretagem do Grupo é proveniente da comissão pela venda, principalmente, dos produtos de seguros: Vida, Habitacional, Prestamista, Auto, Consórcio e Previdência.

19. Custos dos serviços prestados

Os custos são controlados pelo Grupo através de centros de custos contábeis cadastrados para as operações realizadas pela força de vendas, que são as estruturas do Grupo dentro das agências da Caixa Econômica Federal; canais remotos, que representam as operações de venda através de *call center*; e, por último, as operações de *backoffice*, responsável por assessorar as operações de seguros (sinistros, acompanhamento de canais e gestão de pagamentos de intermediação) e ainda o suporte do pós venda.

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Força de vendas	61.068	35.153	24.450	65.726	35.777	26.519
Outros canais	9.424	13.978	12.918	9.424	14.187	14.011
Backoffice	2.303	5.177	7.539	4.375	5.177	7.539
Total dos custos dos serviços prestados	72.795	54.308	44.907	79.525	55.141	48.069

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Despesas administrativas

Os gastos com pessoal representam a maior despesa do Grupo por comportarem a estrutura operacional, contemplando as despesas com salários, encargos e benefícios e ainda a participação nos lucros do exercício. No mês de março de 2013, o Grupo colocou em produção um novo sistema operacional, o ERP PROTHEUS e, nessa etapa, a contabilidade deixou de ser terceirizada (junto a empresa especializada) e passou a ser realizada internamente. Dessa forma, o plano de contas da contabilidade foi revisado e atualizado no intuito de facilitar a contabilização das operações e ainda melhorar o atendimento das demandas internas e gerenciais do Grupo.

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Pessoal	25.386	23.342	20.625	29.225	24.302	20.717
Serviços de terceiros	3.690	13.728	11.474	3.698	15.279	12.874
Tecnologia e telecomunicação	6.844	8.276	10.107	7.671	8.893	10.932
Fiscais e legais	1.766	7.292	1.359	1.923	7.298	1.359
Outras despesas administrativas	256	2.097	2.426	404	2.099	3.137
Total de despesas administrativas	37.942	54.735	45.991	42.921	57.871	49.019

21. Despesas comerciais

As despesas comerciais do Grupo se resumem aos gastos incorridos pela equipe de marketing no planejamento, criação e execução de campanhas vendas para otimização do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Propaganda e publicidade	-	-	6.224	-	-	6.224
Total de despesas comerciais	-	-	6.224	-	-	6.224

22. Outras despesas (receitas) operacionais

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Intermediação de pagamentos	(1.525)	(2.012)	(3.331)	(1.525)	(2.012)	(3.331)
Recuperação de despesas	-	(126)	(462)	-	(126)	(462)
Receita de aluguel	-	(96)	(55)	-	(96)	(55)
Outras receitas	-	(587)	(220)	-	(666)	(220)
Total de outras receitas	(1.525)	(2.821)	(4.068)	(1.525)	(2.900)	(4.068)
Parcelamentos	661	1.297	13.447	661	1.297	13.447
Consultorias	-	5.628	-	-	5.628	-
Perdas de investimentos	-	-	578	-	-	578
Outras despesas	1.627	230	4.374	2.349	230	4.374
Total de outras despesas	2.288	7.155	18.399	3.010	7.155	18.399
Total de outros resultados	763	4.334	14.331	1.485	4.255	14.331

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Receitas financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	(9.572)	(5.096)	(6.746)	(9.838)	(5.096)	(6.746)
Atualização de mútuo	(150)	(530)	(552)	(150)	(546)	(552)
Outras receitas financeiras	(121)	-	(50)	(137)	-	(62)
Total de receitas financeiras	(9.843)	(5.626)	(7.348)	(10.125)	(5.642)	(7.360)

24. Despesas financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Atualização de juros de outras operações	1.470	3.750	4.264	1.698	3.752	4.264
Descontos concedidos	229	-	-	230	-	-
IOF bancário	47	2	33	47	2	33
Juros passivos	63	-	15	102	-	22
Atualização de juros sobre imóveis	-	40	114	-	40	114
Multas de trânsito e autuações	10	-	-	10	-	-
Taxas bancárias	67	106	122	88	106	122
Total de despesas financeiras	1.886	3.898	4.548	2.175	3.900	4.555

25. Saldos e transações com partes relacionadas

São classificadas como partes relacionadas da Companhia as seguintes empresas ou pessoas:

Controladores:

- FPC Participações Corporativas S.A.
- CSP Participações Ltda.
- Boxters LLC
- Nisa Participações S.A

Controladas:

- PAR Saúde Corretora S.A.
- PAR Saúde Administradora S.A.
- PAR Saúde Corporate S.A.
- PAR Riscos Especiais S.A.
- SCP PAR Riscos
- SCP Webchat

Demais partes relacionadas:

- RE Participações e Consultoria Ltda.
- São Clemente Participações Ltda.
- Orypaba Rio Administração e Corretagem de Resseguros Ltda.
- RE Consultoria e Serviços em Seguros e Resseguros Ltda.
- Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguradora S.A.
- Caixa Vida e Previdência S.A.
- Caixa Capitalização S.A.
- Caixa Consórcios S.A.
- Caixa Participações S.A.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- FENAE Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.

Abaixo estão apresentados os saldos de transações com as partes relacionadas:

				2013
	Controlador	Controladas	Outras Partes relacionadas	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.571	1.571
Aplicações financeiras	-	-	119.721	119.721
Contas a receber	-	-	7.121	7.121
Outros créditos	-	-	-	-
Mútuo	-	2.552	-	2.552
	-	-	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar	6.170	-	-	6.170
	-	-	-	-
Resultado				
Receita Bruta	-	-	213.669	213.669
Receita aplicações financeiras	-	-	9.572	9.572
Receita atualização mútuo	-	150	-	150

				2012
	Controlador	Controladas	Outras Partes relacionadas	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.550	5.550
Aplicações financeiras	-	-	52.816	52.816
Contas a receber	-	-	11.824	11.824
Outros créditos	-	-	-	-
Mútuo	-	1.002	-	1.002
	-	-	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar	-	-	-	-
	-	-	-	-
Resultado				
Receita Bruta	-	-	160.715	160.715
Receita aplicações financeiras	-	-	4.698	4.698
Receita atualização mútuo	-	1	467	468

				2011
	Controlador	Controladas	Outras Partes relacionadas	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	9.967	9.967
Aplicações financeiras	-	-	59.935	59.935
Contas a receber	-	-	19.786	19.786
Outros créditos	-	1.133	-	1.133
Mútuo	-	-	5.670	5.670
	-	-	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar	2.785	-	-	2.785
	-	-	-	-
Resultado				
Receita Bruta	-	-	138.840	138.840
Receita aplicações financeiras	-	-	6.417	6.417
Receita atualização mútuo	-	-	552	552

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	1.709	1.898	577
Bônus	3.581	263	288
	<u>5.290</u>	<u>2.161</u>	<u>865</u>

(b) Empréstimos concedidos a partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, havia apenas um empréstimo com parte relacionada, sendo este tomado pela PAR Saúde Corretora junto a Companhia.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Controladora</u> <u>2011</u>
PAR Saúde Corretora S.A.	2.553	1.002	-
	<u>2.553</u>	<u>1.002</u>	<u>-</u>

26. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros contratadas pelo Grupo são apresentadas a seguir:

- Incêndio
- Paralisação
- Perda
- Pagamento de aluguel
- Derrame de Sprinklers
- Danos elétricos
- Roubo de máquinas e equipamentos

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

27. Informação por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. A diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes:

(i) Varejo e Pequenas empresas: composto pela Companhia e pela Webchat, tendo a sua atividade voltada para a venda de seguros pessoais, empresariais e de patrimônio.

(ii) Grandes e médias empresas: composto pela PAR Saúde Corretora, PAR Saúde Administradora de Benefícios e PAR Saúde Corporate; tem as suas atividades voltadas para a venda de seguros de saúde, gestão de benefícios e de planos de saúde coletivos e ainda pela PAR Riscos Especiais e pela SCP Riscos Especiais, as quais possuem suas operações voltadas para a corretagem de seguros de ramos específicos, assessoria e consultoria na análise de riscos.

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	197.701	16.543	-	214.244
Custo dos serviços prestados	(72.795)	(6.730)	-	(79.525)
Lucro bruto	124.906	9.813	-	134.719
Despesas administrativas	(37.942)	(4.979)	-	(42.921)
Depreciação e amortização	(624)	(88)	-	(712)
Outras (despesas) receitas operacionais	(763)	(722)	-	(1.485)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	85.577	4.024	-	89.601
Receitas financeiras	9.843	282	-	10.125
Despesas financeiras	(1.886)	(289)	-	(2.175)
Resultado financeiro, líquido	7.957	(7)	-	7.950
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	638	-	(638)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.172	4.017	(638)	97.551
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.708)	(1.950)	-	(34.658)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(66)	-	-	(66)
Lucro líquido do exercício	61.398	2.067	(638)	62.827
				2012
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	150.321	3.337	-	153.658
Custo dos serviços prestados	(54.308)	(833)	-	(55.141)
Lucro bruto	96.013	2.504	-	98.517
Despesas administrativas	(54.735)	(3.136)	-	(57.871)
Depreciação e amortização	(2.215)	(23)	-	(2.238)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.334)	79	-	(4.255)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	34.729	(576)	-	34.153
Receitas financeiras	5.626	16	-	5.642
Despesas financeiras	(3.898)	(2)	-	(3.900)
Resultado financeiro, líquido	1.728	14	-	1.742
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	(121)	-	286	165
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.336	(562)	286	36.060
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.446)	(10)	-	(13.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.278	-	-	1.278
Lucro líquido do exercício	24.168	(572)	286	23.882

FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011			
	Varejo e Pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes*	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	132.354	4.036	-	136.390
Custo dos serviços prestados	(44.907)	(3.162)	-	(48.069)
Lucro bruto	87.447	874	-	88.321
Despesas administrativas	(45.991)	(3.028)	-	(49.019)
Despesas comerciais	(6.224)	-	-	(6.224)
Depreciação e amortização	(1.112)	(24)	-	(1.136)
Outras (despesas) receitas operacionais	(14.331)	-	-	(14.331)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	19.789	(2.178)	-	17.611
Receitas financeiras	7.348	12	-	7.360
Despesas financeiras	(4.548)	(7)	-	(4.555)
Resultado financeiro, líquido	2.800	5	-	2.805
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	(282)	-	1.086	804
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.307	(2.173)	1.086	21.220
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.143)	-	-	(13.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.102	-	-	1.102
Lucro líquido do exercício	10.266	(2.173)	1.086	9.179

Os ajustes apresentados referem-se a eliminação do resultado com equivalência patrimonial em empresas consolidadas.

28. Impactos da Lei 12.973/14 (conversão da MP 627/13)

Com o advento da Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13), publicada em 13 de maio de 2014, foram alterados diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais inclui a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Com base nesse novo normativo, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da Lei 12.973/14 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela Lei 12.973/14 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos a ser declarada em 15 de julho de 2014 na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF.

A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da Lei 12.973/14, e entende que os eventuais efeitos futuros não serão significativos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

1. Descrição dos Negócios da Companhia

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. ("Caixa Seguros"), e operamos com exclusividade na corretagem dos produtos de seguros comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal ("Caixa"). Possuímos acesso exclusivo a uma base composta por 71,7 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 1,9 milhões de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2013.

Atuamos em todo território nacional e temos acesso a um canal de distribuição composto por 3.288 agências da Caixa, 12.905 agências lotéricas e 21.159 correspondentes bancários em 31 de dezembro de 2013.

Recebemos comissões pelas vendas de seguros em quatro tipos de canais: (i) canais locais (agências bancárias da Caixa), (ii) canais remotos (call center e webchat), (iii) canais alternativos (correspondentes bancários e lotéricas), e (iv) corretores próprios e co-corretores (corretores empregados e empresas de corretagem associadas a nós na comercialização de produtos para clientes corporativos, principalmente seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em grupo).

2. Produtos e serviços comercializados

Nossa dinâmica comercial envolve duas categorias de produtos: os produtos tradicionais de seguros, que complementam o portfólio dos bancos e dependem de canais que vão além das agências e correspondentes bancários, além de esforços ativos de venda e os produtos de bancassurance, que possuem maior aderência aos canais habituais de comercialização de produtos bancários, principalmente agências.

Os produtos de bancassurance são: Vida, Habitacional, Prestamista, Residencial, Multi-Risco Empresarial, e os produtos tradicionais de seguros são: Auto, Riscos Especiais, Saúde e Outros Produtos (Previdência, Capitalização e Consórcio).

Segue abaixo uma breve descrição de cada um dos produtos que comercializamos:

Vida

Trata-se de apólices de seguro de vida individuais oferecidas aos clientes da Caixa no balcão das agências. Atualmente é o produto com maior relevância na nossa receita. O seguro Vida possui enorme importância no modelo de bancassurance, com grande potencial de crescimento na base de clientes da Caixa. A aderência do seguro de vida ao canal de bancassurance ocorre principalmente por: (i) simplicidade do produto, (ii) preços alinhados ao perfil de renda do cliente, (iii) integração de sistemas gerando agilidade no momento da venda, bem como comodidade na cobrança através de débito automático em conta corrente.

O seguro de vida é dividido em dois principais segmentos:

Pessoas físicas: Ofertado diretamente a toda a rede de correntistas e poupadores da Caixa. O principal produto deste segmento é o 'Vida da Gente' que possui cobertura para morte por causas naturais e acidentais bem como sorteios mensais, assistência domiciliar (Check-up Lar), assistência viagem e assistência funeral.

Pessoas jurídicas: Ofertados para a base de clientes pessoa jurídica da Caixa sendo principalmente composta por pequenas e médias empresas. O principal produto do segmento é o 'Vida Empresarial', que possui cobertura e benefícios simplificados, em linha com o perfil de clientes da Caixa.

Entre os produtos para pessoa física, também se destaca o seguro Amparo, vendido exclusivamente nas lotéricas e correspondentes bancários. O produto tem o preço como principal apelo à venda (cobertura anual a partir de R\$ 30), além de sorteios mensais e assistência funeral.

Habitacional

Por ser obrigatório, o seguro Habitacional é essencial para viabilizar a concessão de crédito habitacional no Brasil. O produto é composto por dois tipos de cobertura:

Seguro de morte ou invalidez permanente (Seguro MIP): Este seguro garante que em caso de morte ou invalidez do segurado, o contrato de financiamento será quitado pela seguradora. O custo deste seguro de vida muda em função da idade do contratante no momento da assinatura do contrato de financiamento bem como dos reenquadramentos de idade que ocorrem a cada 5 anos. Apesar do custo deste seguro diminuir mensalmente com a quitação das parcelas de financiamento, como o prazo médio de quitação dos financiamentos é de aproximadamente 20 anos, o custo do seguro tende a se manter estável durante a maior parte do contrato.

Danos físicos ao imóvel (Seguro DFI): Este seguro protege contra danos estruturais causados ao imóvel. O custo deste seguro é feito com base no preço de avaliação da Caixa sobre o imóvel.

A receita de comissão com seguro Habitacional representa um grande diferencial estratégico para nós, uma vez que o longo prazo de permanência dos clientes em carteira faz com que vendas passadas tenham maior relevância do que as vendas novas, em termos de receita, proporcionando, assim, uma maior previsibilidade da mesma.

Prestamista

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do financiamento que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco de que sua família tenha que arcar com a dívida, em caso de falecimento, quanto para a instituição financeira cedente, por diminuir a inadimplência e garantir a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro.

Residencial

O produto Residencial é o seguro patrimonial de imóveis residenciais. O ambiente da Caixa representa grande potencial de crescimento do seguro Residencial, já que o banco está fortemente associado ao crédito habitacional. Por se tratar de um produto com renovação anual, ele gera receitas de comissões anuais e estabelece um relacionamento de longo prazo com o cliente.

Multi-Risco Empresarial

O seguro Multi-Risco Empresarial é o seguro patrimonial para empresas. O produto oferece uma gama variada de coberturas aos segurados, tendo como cobertura básica a de incêndio e explosão. Coberturas adicionais são incluídas de acordo com o segmento de atuação da empresa. Instituições financeiras que oferecem linhas de crédito rotativo para empresas tendem a avaliar como menor o risco de inadimplemento do cliente pessoa jurídica cujo patrimônio está seguro.

Auto

O seguro Auto da Caixa Seguros possui como coberturas básicas a colisão, incêndio, roubo, furto, dano corporal e dano material causado a terceiros. Coberturas adicionais como vidros e carro

reserva, entre outras, podem complementar a apólice de seguro. A nossa atuação comercial na venda do seguro Auto contribui de forma relevante para sustentar os níveis de crescimento deste produto para Caixa Seguros, uma vez que a contratação do seguro Auto pelo cliente se dá, na maioria das vezes, fora dos canais de bancassurance. Desta forma, nossas centrais remotas possuem um papel estratégico na venda e renovação do seguro Auto. Além disso, é um produto que traz potencial de cross-selling com outros produtos patrimoniais e estabelece um relacionamento de longo prazo e oportunidades comerciais com o cliente.

Saúde

Atuamos no segmento de seguro saúde através de nossa subsidiária FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A. ("Par Saúde"), que iniciou a comercialização de seguros no balcão de agências da Caixa em 2012. Por se tratar de um produto cujo processo de venda é consultivo e demorado, a Par Saúde opera comercialmente através de indicações geradas pelas agências da Caixa e inseridas no nosso sistema de CRM. No momento da oferta do produto Saúde, realiza-se também a oferta do seguro Odontológico. A oferta deste produto tem maior apelo para as pequenas e médias empresas, e apesar de ainda não representar receita significativa, tem grande potencial estratégico. O seguro Odontológico também é disponibilizado nas agências da Caixa.

Riscos Especiais

Atuamos na comercialização dos produtos de Riscos Especiais por meio de nossa subsidiária Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. ("Par Riscos Especiais"). As vendas de seguros de Riscos Especiais são originadas tanto fora do ambiente da Caixa, quanto através de indicações feitas nas agências e superintendências do banco. O processo de venda de seguros de riscos especiais é consultivo, pois depende de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Em decorrência do processo de venda mais complexo, as taxas de comissão praticadas costumam ser superiores aos produtos de bancassurance. Nesta categoria, os principais produtos comercializados por nós são: (i) garantias diversas; (ii) término de obra; (iii) vida em grupo; (iv) seguro rural; e (v) risco de engenharia.

Outros Produtos

O grupo Outros Produtos contempla a receita de comissão de venda de três produtos: previdência, consórcio e capitalização. São produtos que representam uma parcela menor do nosso resultado e tem como característica principal o fato de em muitos casos atuarem como substitutos de produtos financeiros tradicionais.

Os detalhes de cada produto e suas principais características estão descritos a seguir:

Previdência: entre os principais produtos ofertados se encontram o PGBL, VGBL e o produto Viver + Fácil, que combina plano de previdência com seguro de vida. Em muitos casos, atua como opção substituta à aplicação financeira tradicional (fundos de investimento, CDB's, etc.)

Consórcio: consórcio imobiliário com cartas a partir de R\$ 100 mil reais e de consórcio automóvel a partir de R\$ 25 mil reais. Em muitos casos, atua como opção substituta aos financiamentos habitacionais e de automóveis.

Capitalização: produto oferecido para clientes com interesse em poupar e com inclinação para sorteios. Os principais produtos de capitalização são o SuperXCap e o IdealCap, que oferecem diversos prêmios mensais. Por apresentar características de depósito e oferecer sorteios, em muitos casos atua como substituto da poupança.

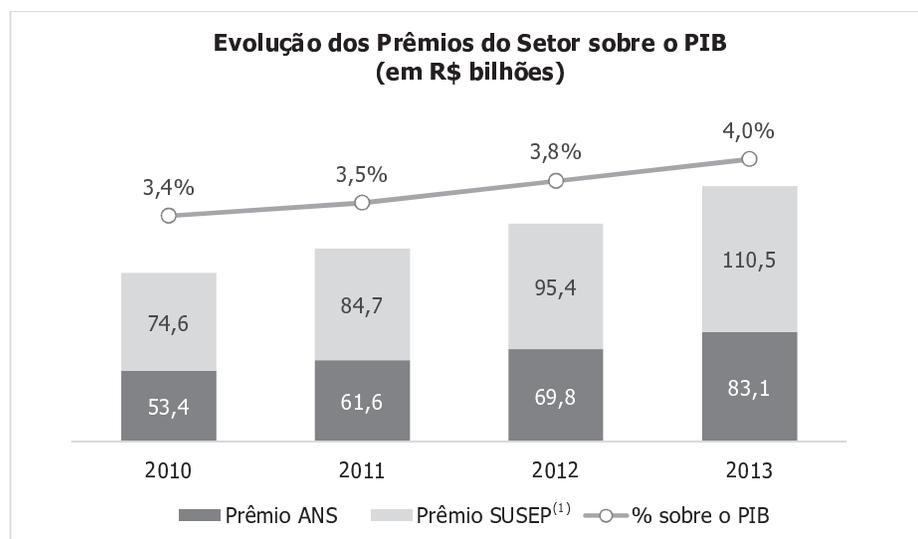
3. Conjuntura Econômica

A estabilização da economia brasileira, após longo período de alta inflação e incertezas no país, associada à uma melhoria no conjunto normativo do setor por parte da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e à políticas de incentivo do governo – especialmente para produtos

que envolvem captação de poupança em longo prazo – constituiu a base para a melhoria no desempenho dos mercados supervisionados pelos órgãos regulatórios nos últimos anos. Tal cenário de melhoria fomentou o aumento da oferta de seguros no país, promovendo uma popularização dos produtos oferecidos.

O cenário econômico brasileiro tem sido favorável à indústria de seguros ao longo dos últimos anos, apresentando fundamentos para a manutenção de um cenário estável de crescimento no médio e longo prazo. De 2011 para 2013, a participação do mercado de seguros no PIB brasileiro saltou de 3,2% para 4,0%, representando o maior aumento médio anual observado desde 2005. No período de três anos, o país passou por incremento na renda da população com o aumento do salário mínimo, que saiu do patamar de R\$ 545 em janeiro de 2011 para R\$ 622 no mesmo mês de 2013. A inflação se manteve abaixo do teto da meta estabelecida pelo regime de metas do Banco Central e a taxa básica de juros (SELIC) se manteve em um patamar médio de cerca de 9,4% a.a.

Apresentamos abaixo o gráfico da evolução do mercado de seguros nos últimos anos, bem como o crescimento da participação dos prêmios de seguros no PIB brasileiro:



Fonte: ANS e SUSEP

⁽¹⁾ Não considera previdência.

4. Destaques do Período

Nestes últimos três anos, a Par Corretora consolidou sua operação de vendas nos diversos canais (balcão, remotos e alternativos) e modernizou seus processos de controles internos. Acompanhando o mercado de seguros brasileiro, fomos capazes de crescer em receita e reduzir nossas despesas, adquirindo, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, margem líquida 4,4 vezes maior do que a observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em 2012, iniciou-se um processo de reorganização societária, quando em 30 de maio de 2012 houve a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida na FPC Participações Corporativas S.A.

Em decorrência da reorganização societária, em 03 de outubro de 2012, a Companhia passou a ter como principais acionistas, as seguintes empresas:

- FENAE, Federação Nacional de Associações dos Funcionários da Caixa Econômica Federal.
- Caixa Seguradora, principal cliente e parceiro comercial do Grupo.
- GP Investments, maior fundo de investimentos em private equity da América Latina.

Em 03 de maio de 2013, ocorreu a incorporação reversa da controladora da Companhia - PAR Holding Corporativa S.A. e ainda das sociedades Boxe Participações LTDA. e CST Participações LTDA., com base em laudo elaborado por empresa especializada responsável pela avaliação do Grupo.

A incorporação ocorreu em função do processo de reestruturação societária entre as sociedades envolvidas, com o objetivo de trazer maior eficiência operacional e administrativa ao Grupo. Em decorrência dessa incorporação, a Companhia passou a ter investimentos nas empresas PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., PAR Saúde Administradora de Benefícios S.A., PAR Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e SCP Riscos Especiais.

O ano de 2013 foi marcado pelos fortes investimentos em pessoal, tanto na área de vendas quanto nas áreas de suporte, realizados com o intuito de garantir os resultados do plano de negócios da Companhia.

Como resultado do esforço conjunto entre colaboradores, acionistas e parceiros, a Companhia apresentou crescimento de vendas em praticamente todas as linhas de produtos e nossos indicadores evoluiu de forma expressiva nos últimos três exercícios sociais: enquanto nossa Receita Líquida Consolidada passou de R\$ 136,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 214,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nosso Lucro Líquido Consolidado passou de R\$ 9,2 milhões para R\$ 62,3 milhões no mesmo período, representando uma taxa anual média de crescimento (CAGR) de 261,6%.

No que diz respeito ao balanço patrimonial consolidado da Companhia, nosso Ativo Total evoluiu de R\$ 87,4 milhões em 1º de janeiro de 2011, para R\$ 187,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, enquanto nosso Passivo Circulante e Não Circulante caiu de R\$ 60,0 milhões em 1º de janeiro de 2011, para R\$ 55,2 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Nosso caixa líquido consolidado gerado pelas atividades financeiras saltou de R\$ 21,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 79,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

5. Recursos Humanos

Número de empregados:

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores de nosso Grupo nas datas indicadas:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Número Total de Empregados Ativos	1.049	833	895
Por grupos			
Administrativo	104	105	108
Operacional	945	728	787
Por localização geográfica			
Brasília	304	242	261
Minas Gerais	101	76	80
NE 1	67	58	58
NE 2	52	47	45
Paraná	66	40	43
Rio de Janeiro	141	90	110
Rio Grande do Sul	120	88	92
São Paulo	198	192	206

Índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia nossos índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

	2013	2012	2011
Ativos ⁽¹⁾	931	864	870
Desligados	288	441	399
Índice	31%	51%	46%

⁽¹⁾ Média do período.

6. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido ajustado. Em 2013, diferente do ocorrido em 2012 e 2011, a Companhia optou por não distribuir dividendos a título de juros sobre capital próprio. Desta forma, a remuneração total bruta será de R\$ 30,5 milhões, valor aproximadamente 463% superior à remuneração destinada no mesmo período do ano anterior.

Consolidado Em milhares de reais	2013	2012	2011
Dividendos e juros sobre o capital próprio	30.482	6.583	4.328

A distribuição respeitou estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Acionista	Quantidade de ações	% Participação
Par Participações	204.000	51,00%
CSP Participações	100.000	25,00%
Boxters LLC	20.400	5,10%
Nisa Participações	75.600	18,90%
Total	400.000	100,00%

7. Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, que regem que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Informamos que no período de doze meses findo de 31 de dezembro de 2013, não foram contratados da PwC Auditores Independentes serviços não relacionadas à auditoria contábil externa das nossas demonstrações financeiras.



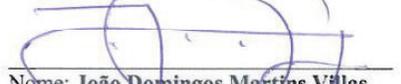
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480

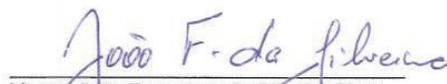
Declaramos, na qualidade de Diretores da **FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, sociedade anônima com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco D, Entrada B, Salas nº 1.301 a 1.305, CEP 70.712-903, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.278.473/0001-03 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011; e
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Brasília, 09 de outubro de 2014.


Nome: **Alexandre Siqueira Monteiro**
Cargo: Diretor Presidente


Nome: **João Domingos Martins Villas**
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores


Nome: **João Francisco da Silveira Neto**
Cargo: Diretor Executivo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	29

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	30
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	32
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	35
5.4 - Outras informações relevantes	36
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	37
6.3 - Breve histórico	38
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	40
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	47
6.7 - Outras informações relevantes	48
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	49
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	63
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	68
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	84
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	85
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	89
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	90
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	91
7.9 - Outras informações relevantes	92
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	93
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	95
8.3 - Operações de reestruturação	96
8.4 - Outras informações relevantes	97
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	98
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	99

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	100
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	105
9.2 - Outras informações relevantes	106
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	107
10.2 - Resultado operacional e financeiro	157
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	165
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	166
10.5 - Políticas contábeis críticas	168
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	169
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	172
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	173
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	174
10.10 - Plano de negócios	175
10.11 - Outros fatores com influência relevante	176
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	177
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	178
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	179
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	185
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	187
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	188
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	189
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	190
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	197
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	198

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	199
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	205
12.12 - Outras informações relevantes	206
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	213
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	218
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	221
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	223
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	226
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	227
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	228
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	229
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	230
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	231
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	232
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	233
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	234
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	235
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	236
13.16 - Outras informações relevantes	237
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	240
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	242
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	243

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	244
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	245
15.3 - Distribuição de capital	264
15.4 - Organograma dos acionistas	265
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	266
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	273
15.7 - Outras informações relevantes	274
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	275
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	277
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	279
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	281
17.2 - Aumentos do capital social	282
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	283
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	284
17.5 - Outras informações relevantes	285
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	286
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	287
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	290
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	291
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	292
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	293

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	294
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	295
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	296
18.10 - Outras informações relevantes	297
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	298
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	299
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	301
19.4 - Outras informações relevantes	302
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	303
20.2 - Outras informações relevantes	304
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	305
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	306
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	308
21.4 - Outras informações relevantes	309
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	310
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	311
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	312
22.4 - Outras informações relevantes	313

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Alexandre Siqueira Monteiro
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	João Domingos Martins Villas
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PriceWaterhouseCoopers
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2011
Descrição do serviço contratado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auditoria das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2014. 2. Revisão das demonstrações financeiras intermediárias da controladora e consolidadas relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2014. 3. Revisão das Informações Trimestrais (ITRs) relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015, ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2014 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2014. 4. Serviços de emissão de carta de conforto, conforme Normas e Procedimentos de Auditoria No. 12 (NPA 12). 5. Emissão de laudo de avaliação da empresa CSP Participações Ltda., incorporada pela acionista Caixa Seguradora Holding. 6. Auditoria no processo de aquisição da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. <p>Os nossos auditores independentes, em contrapartida aos serviços prestados descritos nos itens 1, 2 e 3 acima, receberam honorários no valor de R\$740 mil, referentes ao último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com exceção dos serviços descritos nos itens 4, 5 e 6 acima, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 não foram prestados serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, e revisão das demonstrações financeiras intermediárias, ou a revisão das informações trimestrais (ITRs).</p> <p>Em contrapartida aos serviços de emissão da carta de conforto, nossos auditores receberam honorários no valor de R\$610 mil.</p> <p>Em contrapartida aos serviços de emissão do laudo de avaliação, nossos auditores receberam honorários no valor de R\$33 mil.</p> <p>Em contrapartida aos serviços de auditoria no processo de aquisição da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda., nossos auditores receberam honorários no valor de R\$63 mil.</p> <p>Não aplicável.</p> <p>Não aplicável.</p>
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Geovani da Silveira Fagunde

01/01/2011 a 31/12/2013

715.354.386-49

SHS, Qd 6, Conj. A, Bloco C, 8º Andar, Business Center Tower, Salas 801 a 811, Asa Sul, Brasília, NA, Brasil, CEP 70316-000, Telefone (61) 21961800, Fax (61) 21961800, e-mail: geovani.fagunde@br.pwc.com

Guilherme Naves Valle

01/01/2014

541.991.586-34

SHS, Qd 6, Conj. A, Bloco C, 8º Andar, Business Center Tower, Salas 801 a 811, Asa Sul,
Brasília, NA, Brasil, CEP 70316-000, Telefone (61) 21961800, Fax (61) 21961800, e-mail:
guilherme.valle@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição de nossos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Nos termos de nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que adotamos como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers (a partir de 01/01/2011), no sentido de assegurarmos-nos de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Na contratação de serviços de auditores independentes, nossa administração busca assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, cabendo ao nosso Conselho de Administração a decisão final sobre a substituição e contratação dos nossos auditores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	114.139.000,00	98.927.000,00	132.325.000,00	36.382.000,00
Ativo Total	172.516.000,00	157.177.000,00	187.483.000,00	79.777.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	84.992.000,00	274.383.000,00	214.244.000,00	153.658.000,00
Resultado Bruto	56.735.000,00	176.009.000,00	134.719.000,00	98.517.000,00
Resultado Líquido	30.276.000,00	85.060.000,00	62.827.000,00	23.882.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	159.907.282	159.907.282	400.000	993.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,713782	0,618652	330,812500	36,638469
Resultado Líquido por Ação	0,184100	0,510900	153,370000	66,950000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”). O cálculo do EBITDA é realizado como lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido (que, quando receita, representa uma subtração), pelas despesas com imposto de renda e contribuição social e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

a. valor

Vide item 3.2 (i) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil que pode ser utilizada como métrica para avaliar a geração de caixa proveniente de uma companhia. Calculamos o EBITDA da seguinte forma: lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social e pelas despesas com depreciação e amortização.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro líquido divulgado em nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015:

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Período de três meses encerrado em 31 de março de
	2011	2012	2013	2014	2015
	(em R\$ mil)				
Lucro Líquido	9.179	23.882	62.827	85.060	30.276
(+) Resultado financeiro, líquido	(2.805)	(1.742)	(7.950)	(11.752)	(2.614)
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12.041	12.178	34.724	44.997	15.310
(+) Depreciação e amortização	1.136	2.238	712	1.429	410
EBITDA	19.551	36.556	90.313	119.734	43.382

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional, sendo que alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros o utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e de nosso fluxo de caixa.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado pelo impacto de flutuações de taxas de juros em nossas dívidas e aplicações e alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3- Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, cuja emissão foi autorizada em 8 de abril de 2015, não continham nota explicativa sobre eventos subsequentes.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Regras sobre a retenção de lucros	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser distribuído aos acionistas a título de dividendos ou retido na Reserva de Retenção ou em outras reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações.	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser distribuído aos acionistas a título de dividendos ou retido na Reserva de Retenção ou em outras reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações.	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser distribuído aos acionistas a título de dividendos ou retido nas reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações.
Valores das retenções de lucros	Em 25 de abril de 2013, nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária reter, do resultado do exercício de 2012, no montante de R\$24,2 milhões, os montantes de (i) R\$1,2 milhão para a Reserva Legal; e (ii) R\$16,4 milhões para constituição de Reserva de Retenção.	Em 28 de fevereiro de 2014, nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária reter, do resultado do exercício de 2013, no montante de R\$61,3 milhões, os montantes de (i) R\$3,0 milhões para a Reserva Legal; e (ii) R\$27,8 milhões para constituição de Reserva de Retenção.	Em 12 de fevereiro de 2015, nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária não reter qualquer valor para a Reserva Legal, tendo em vista que o saldo da Reserva Legal, acrescido do saldo da Reserva de Capital em 31 de dezembro de 2014 excediam em mais de 30% o valor do nosso capital social, nos termos do artigo 193, §1º da Lei das Sociedades por Ações.
Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio. A distribuição de dividendos ocorre anualmente por deliberação de nossa Assembleia Geral Ordinária,	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 50% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio. A distribuição de dividendos ocorre anualmente por deliberação de nossa Assembleia Geral Ordinária,	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 50% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio. A distribuição de dividendos ocorre anualmente por deliberação de nossa Assembleia Geral Ordinária,

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>quando da apreciação da proposta da administração para destinação do lucro líquido de cada exercício social. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços. Em 25 de abril de 2013 nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício de 2012, no montante de R\$24,2 milhões, o valor de R\$6,6 milhões a título de dividendos para distribuição aos acionistas.</p>	<p>quando da apreciação da proposta da administração para destinação do lucro líquido de cada exercício social. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços. Em 28 de fevereiro de 2014 nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício de 2013, no montante de (R\$61,3 milhões), o valor de R\$30,5 milhões a título de dividendos para distribuição aos acionistas.</p>	<p>quando da apreciação da proposta da administração para destinação do lucro líquido de cada exercício social. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços. Em 12 de fevereiro de 2015, nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício de 2014, no montante de R\$81,7 milhões, o valor de R\$81,7 milhões a título de dividendos para distribuição aos acionistas.</p>
<p>Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração.</p>	<p>Do montante total destinado ao pagamento de dividendos, foi deduzido o valor de R\$24,3 milhões, tendo em vista que esse valor foi pago aos acionistas como dividendo antecipado, conforme proposta feita pelo Conselho de Administração em 25 de outubro de 2013, e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de outubro de 2013.</p> <p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração.</p>	<p>Do montante total destinado ao pagamento de dividendos, foi deduzido o valor de R\$66,6 milhões, tendo em vista que esse valor foi pago aos acionistas como dividendo antecipado, conforme deliberações do Conselho de Administração em 25 de abril de 2014, 14 de agosto de 2014 e 5 de dezembro de 2014 e ratificados em Assembleias Gerais Extraordinárias, respectivamente, em 28 de abril de 2014, 15 de agosto de 2014 e 10 de dezembro de 2014.</p> <p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração.</p>
<p>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2012.</p>	<p>Não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2013.</p>	<p>Não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2014.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	29.431.000,00	81.682.000,00	58.299.000,00	22.970.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	100,000000	52,285631	28,659121
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	25,785227	85,823859	47,087133	66,428454
Dividendo distribuído total	0,00	81.682.000,00	30.482.000,00	6.583.000,00
Lucro líquido retido	29.431.000,00	0,00	30.865.000,00	17.585.000,00
Data de aprovação da retenção		12/02/2015	28/02/2014	25/04/2013
Lucro líquido retido	Montante	Montante	Montante	Montante
Outros	Montante	Montante	Montante	Montante
	0,00			
Ordinária		41.836.000,00		
			10/12/2014	
Ordinária		15.062.000,00		
			12/02/2015	
Ordinária		7.797.000,00		
			28/04/2014	
Ordinária		16.987.000,00		
			15/08/2014	
Dividendo Obrigatório				
Ordinária			6.170.000,00	
			28/02/2014	
Ordinária			24.312.000,00	
			31/10/2013	
Juros Sobre Capital Próprio				
Ordinária				6.003.000,00
				28/05/2013
				580.000,00
				28/05/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores**

Exercício social encerrado em 31/12/2014				
Espécie de ação	Classe de ação	Distribuição proveniente de	Montante	Data de pagamento
Ordinária	-	Reserva	15.321.000,00	28/02/2014
Ordinária	-	Reserva	14.576.000,00	28/04/2014

Exercício social encerrado em 31/12/2013				
Espécie de ação	Classe de ação	Distribuição proveniente de	Montante	Data de pagamento
Ordinária	-	Reserva	3.694.000,00	28/06/2013

No exercício social corrente e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2015	58.377.000,00	Índice de Endividamento	0,51145534	
31/12/2014	58.250.000,00	Índice de Endividamento	0,58881802	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2015)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	33.990.000,00	7.773.000,00	6.129.000,00	10.485.000,00	58.377.000,00
Total	33.990.000,00	7.773.000,00	6.129.000,00	10.485.000,00	58.377.000,00

Observação

Não possuímos qualquer passivo com garantia real ou flutuante. Nosso passivo com garantia quirografária inclui todos os contratos de empréstimos (financiamentos de capital de giro), bem como compromissos com fornecedores, provisões, obrigações sociais, obrigações tributárias, parcelamento de tributos e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar. Todos esses itens, com exceção dos contratos de empréstimos, parcelamento de tributos e provisões (do passivo não circulante), foram inseridas no período de vencimento inferior a 1 ano. As informações financeiras incluídas neste item referem-se às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Exercício social (31/12/2014)

Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	31.735.000,00	8.362.000,00	7.216.000,00	10.937.000,00	58.250.000,00
Total	31.735.000,00	8.362.000,00	7.216.000,00	10.937.000,00	58.250.000,00

Observação

Não possuímos qualquer passivo com garantia real ou flutuante. Nosso passivo com garantia quirografária inclui todos os contratos de empréstimos (financiamentos de capital de giro), bem como compromissos com fornecedores, provisões, obrigações sociais, obrigações tributárias, parcelamento de tributos e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar. Todos esses itens, com exceção dos contratos de empréstimos, parcelamento de tributos e provisões (do passivo não circulante), foram inseridas no período de vencimento inferior a 1 ano. As informações financeiras incluídas neste item referem-se às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Item 3.1

O cálculo do “Resultado líquido por ação” informado no item 3.1 tem como base as nossas demonstrações financeiras consolidadas. Para maiores informações sobre o cálculo do resultado líquido por ação, vide a nota explicativa nº 15 (e) de nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e de nossas demonstrações financeiras referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015.

Adicionalmente, apresentamos abaixo a tabela do item 3.1, incluindo as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para fins de comparação:

<i>(R\$, exceto se indicado de outra forma)</i>	Trimestre (31/03/2015)	Exercício Social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio					
Líquido	114.139.000,00	98.927.000,00	132.325.000,00	36.382.000,00	31.797.000,00
Ativo Total	172.516.000,00	157.177.000,00	187.483.000,00	79.777.000,00	123.369.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed.					
Fin./Prem. Seg.					
Ganhos	84.992.000,00	274.383.000,00	214.244.000,00	153.658.000,00	136.390.000,00
Resultado Bruto	56.735.000,00	176.009.000,00	134.719.000,00	98.517.000,00	88.321.000,00
Resultado Líquido	30.276.000,00	85.060.000,00	62.827.000,00	23.882.000,00	9.179.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	159.907.282	159.907.282	400.000	993.000	1.100.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais)	0,71378238	0,61865225	330,81250000	36,63846928	28,90636364
Resultado Líquido por Ação	0,184100000	0,510900000	153,37000000	66,95000000	27,09000000

Bases de preparação das demonstrações financeiras

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de acordo com as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), as quais são consistentes com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Outras Informações Relevantes

Determinados valores e percentuais incluídos neste documento foram arredondados, sendo assim alguns totais apresentados em algumas tabelas podem não corresponder a soma aritmética dos números que os precedem.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. Ao emissor

Possuímos exclusividade para comercialização de determinados produtos de seguros da Caixa Seguradora, que por sua vez, possui exclusividade para venda de seguros nos canais de distribuição da Caixa, nos termos dos acordos celebrados. Alterações relevantes em tais exclusividades, incluindo a não renovação dessas exclusividades, podem impactar adversamente nossas operações e resultados futuros.

A Caixa Seguradora S.A. (“Caixa Seguradora”) mantém um relacionamento comercial junto à Caixa Econômica Federal (“Caixa”), por meio do qual possui exclusividade para venda de produtos de seguros, previdência, consórcio e capitalização nos canais de distribuição da Caixa (agências, postos de atendimento bancários e postos de atendimento eletrônicos). Este relacionamento é regido por um contrato, celebrado em 2 de outubro de 2006, com vigência até 14 de fevereiro de 2021 e renovável automaticamente por mais 20 (vinte) anos, salvo notificação em contrário de qualquer das partes com, no mínimo, 2 (dois) anos de antecedência do final do prazo de vigência. Este contrato poderá ser rescindido sem qualquer penalidade, em caso de (a) decretação de falência, insolvência ou se qualquer das partes sofrer intervenção ou requerer composição de credores, ou (b) mútuo acordo entre as partes com antecedência mínima de 6 (seis) meses da rescisão.

Adicionalmente, nos termos do nosso acordo de acionistas, datado de 3 outubro de 2014, possuímos exclusividade para intermediação dos produtos da Caixa Seguradora referidos acima nos canais de distribuição da Caixa. A referida exclusividade não se aplica aos casos em que (i) a lei expressamente proibi-la; e (ii) o consumidor do produto de seguro determinar o seu próprio corretor. Nosso acordo de acionistas possui prazo de 25 (vinte e cinco) anos a contar de 3 de outubro de 2014, sendo renovado automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação em contrário. A manutenção da nossa exclusividade pelo prazo do acordo de acionistas está sujeita à manutenção do relacionamento comercial entre Caixa e Caixa Seguradora descrito acima, dentre outras condições descritas detalhadamente no item 7.1 deste Formulário de Referência. No primeiro trimestre de 2015, 94,7% de nossa receita bruta da prestação de serviços foi proveniente da corretagem de apólices de seguro oferecidas pela Caixa Seguradora (93,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014).

Alterações relevantes ou o término da nossa exclusividade ou da exclusividade entre Caixa e Caixa Seguradora podem impactar adversamente nossas operações e resultados futuros. Além disso, a exclusividade entre a Caixa Seguradora e a Caixa decorre de um contrato celebrado entre a Caixa e Caixa Seguradora sobre o qual não temos controle. Alterações relevantes ou o término deste contrato também podem impactar adversamente nossas operações e resultados.

Podemos não ser capazes de alcançar os níveis de crescimento esperados.

Nossa habilidade em alcançar os principais objetivos de crescimento que fazem parte de nossa estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- o aumento da demanda por produtos de seguros no Brasil que é influenciada pelas condições políticas e econômicas;
- a competitividade e crescimento da Caixa, incluindo a sua estratégia de expansão de crédito e de agências bancárias da Caixa, e da Caixa Seguradora;
- a capacidade da Caixa Seguradora de desenvolver e estruturar novos produtos de seguros; e
- nossa capacidade de acessar novos canais de distribuição, aumentar a penetração das vendas de seguros na rede de distribuição da Caixa e realizar a venda (*cross-selling*) dos produtos que comercializamos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Não podemos assegurar que quaisquer desses objetivos serão realizados com êxito e por completo. Impactos significativos nos principais fatores relacionados à implantação da nossa estratégia poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso sucesso depende de nossa habilidade de recrutar e reter profissionais capacitados.

Nosso sucesso está baseado na capacidade profissional de nossos colaboradores, inclusive alta administração, gestores e profissionais operacionais e, assim, depende da manutenção de nossa alta administração, bem como de nossa habilidade em recrutar e reter profissionais capacitados para a condução de nossos negócios. Não podemos garantir que não incorreremos em custos substanciais para contratar e manter pessoal qualificado.

Nossos negócios são dependentes dos nossos altos executivos, os quais, ao longo de nossa história, têm desempenhado papel fundamental para sua construção. Caso algum dos membros de nossa alta administração ou outro profissional-chave deixe de integrar nosso quadro executivo, poderemos ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Mudanças nas políticas econômicas do País podem impactar adversamente a performance de vendas de seguros e, conseqüentemente, nossas receitas e resultados.

Parte relevante do nosso faturamento está relacionada à venda de seguros atrelados a operações financeiras e oferta de produtos bancários, que por sua vez, estão sujeitos a políticas públicas emanadas pelo governo. Alterações no cenário político-econômico brasileiro podem demandar alterações nas estratégias e nas políticas governamentais relativas ao mercado bancário, creditício e de seguros, podendo afetar adversamente as operações ou perspectivas para os negócios da Caixa e da Caixa Seguradora e, conseqüentemente as nossas receitas.

O contexto político econômico em que a Caixa está inserida influencia a rentabilidade e o direcionamento das suas ações estratégicas. Alterações nas políticas econômicas e a eventual instabilidade financeira resultante desses eventos poderão ter um efeito adverso sobre a economia brasileira e sobre os resultados da Caixa, bem como suas estratégias de crescimento. Nesse sentido, caso haja alterações nas políticas e estratégias da Caixa que concernem às nossas atividades, nosso crescimento, nossos negócios e resultados podem ser adversamente impactados.

Poderemos ter nosso resultado afetado por movimentos grevistas que impeçam a distribuição dos produtos que agenciamos.

O principal canal de distribuição dos produtos que comercializamos consiste nas agências bancárias da Caixa. Movimentos grevistas que impeçam a abertura de agências da Caixa poderão impactar adversamente a distribuição dos produtos que agenciamos por meio do canal bancário, afetando adversamente nosso resultado.

Decisões contrárias em uma ou mais ações judiciais ou procedimentos administrativos nos quais somos ou viemos a ser parte podem afetar de maneira adversa nosso resultado.

Somos parte em processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso regular de nossos negócios. Com relação a tais contingências, efetuamos provisões para as demandas cuja probabilidade de perda foi considerada pela nossa administração como provável, conforme a opinião de assessores jurídicos externos. Não temos como garantir que os valores provisionados serão suficientes para cobrir as despesas envolvidas nas ações judiciais ou procedimentos administrativos dos quais somos parte. Adicionalmente, podemos vir a ser parte em processos judiciais e administrativos que podem nos afetar adversamente. Se ocorrerem decisões adversas em processos ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

procedimentos em que somos ou viermos a ser parte e sejamos condenados a pagar um montante superior às respectivas provisões estabelecidas, ou ocorrer situações em que nenhuma provisão tenha sido feita, o resultado de nossas operações e nosso desempenho financeiro poderão ser negativamente afetados. Para mais informações sobre nossos processos judiciais e administrativos, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Falhas, interrupções ou violações de segurança em nossos sistemas de tecnologia da informação poderão impactar adversamente nossas atividades.

A comercialização de nossos produtos e serviços depende em grande parte de nossos sistemas de tecnologia da informação. Falhas em manter e melhorar a eficiência, confiabilidade e integridade de nossos sistemas de tecnologia da informação poderão levar a interrupções, suspensões, atrasos ou deteriorações no sistema. Qualquer suspensão, interrupção ou atraso em nossos sistemas, ou deterioração em seu desempenho poderá prejudicar nossa capacidade de processar operações e diminuir a qualidade de nossos serviços para nossos clientes. Se as falhas no sistema forem frequentes e persistentes, nossa marca e reputação poderão ser adversamente afetadas.

Os titulares de ações de nossa emissão poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos aos nossos acionistas no valor de pelo menos 50% de seu lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, o acionista não terá direito a receber dividendos no exercício social em que for apurado prejuízo ou caso optemos por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender nossas ações pelo preço desejado e no momento desejado.

Investimentos em valores mobiliários no Brasil, como nas ações de nossa emissão, envolvem um grau de risco maior que investimentos em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, adicionalmente, tais investimentos são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de obter retorno, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que outros mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. A BM&FBOVESPA apresentou um valor de mercado (capitalização bursátil) de aproximadamente R\$2.259 bilhões (ou US\$692 bilhões) em 31 de março de 2015, e um volume médio diário de negociação de R\$ 6,6 bilhões no ano. Adicionalmente, ao final de fevereiro de 2015, as 183 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa representavam 69,09% do valor de mercado, 75,50% do volume financeiro e 82,52% dos negócios realizados no mercado a vista. Essas características de mercado podem restringir consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

comercialização de nossas ações.

Poderemos, no futuro, vir a obter capital adicional por meio da emissão de ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos nossos acionistas atuais.

Poderemos precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar nossas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, mediante o atendimento a determinados requisitos, a captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, o que pode, conseqüentemente, resultar na diluição da participação destes investidores no nosso capital social.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados por um bloco de controle articulado por meio de um acordo de acionistas, cujos interesses poderão diferir daqueles de outros acionistas.

Somos controlados por um grupo de acionistas articulados por meio de um acordo de acionistas, que detém, em conjunto, a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, este grupo possa:

- eleger a maioria do nosso Conselho de Administração e destituir conselheiros;
- controlar a nossa administração e nossas políticas, inclusive a de distribuição de dividendos;
- determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões e a venda de todos ou substancialmente todos os nossos ativos; e
- agir de modo que o interesse do bloco de controle não coincida com o dos outros acionistas.

Além disso, realizamos e pretendemos continuar a realizar operações comerciais e financeiras com membros deste bloco de controle ou com empresas a eles relacionados, pela própria natureza de nossas atividades operacionais. Essas operações resultam ou podem resultar em situações de interesse colidente com o dos nossos demais acionistas.

Dependemos da Caixa para a comercialização de seguros junto à sua rede e os interesses da Caixa podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

A distribuição dos produtos que comercializamos concorre com a distribuição dos demais produtos e serviços oferecidos nos canais de distribuição da Caixa aos seus clientes. Assim, não podemos garantir que a Caixa não decida, futuramente, privilegiar a distribuição de outros produtos que não os que oferecemos junto à sua base de clientes, o que pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados. Sobre nosso relacionamento com a Caixa Seguradora e com a Caixa, vide também item 7.1 deste Formulário de Referência e o primeiro fator de risco acima.

c. A seus acionistas

Não aplicável, uma vez que não identificamos fatores de risco relevantes oriundos diretamente de nossos acionistas, ou seja, aqueles em que a fonte de risco é o acionista e que não estejam dispostos nos demais itens desta seção 4.1 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d. As suas controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que não identificamos fatores de risco relevantes oriundos de nossa relação com nossas controladas e coligadas.

e. A seus fornecedores

Podemos ter nosso resultado afetado por falhas e interrupções nos processos operacionais da Caixa e Caixa Seguradora, na qualidade de nossas fornecedoras de serviços, balcão e tecnologia.

A Caixa e a Caixa Seguradora estão sujeitas à interrupção de atividades que envolvem serviços de caráter acessório ou complementar ao seu funcionamento regular. Neste sentido, a realização de negócios na Caixa e na Caixa Seguradora está sujeita a eventuais interrupções de certas atividades, principalmente aquelas relacionadas à tecnologia, o que pode interferir na realização dos negócios relacionados aos produtos comercializados por nós e impactar de forma adversa nossos negócios e resultados. Sobre nosso relacionamento com a Caixa Seguradora, vide item 7.1 deste Formulário de Referência e o primeiro fator de risco acima.

f. A seus clientes

Podemos não ser capazes de manter as taxas de renovação das apólices que comercializamos, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Nossos clientes escolhem renovar ou cancelar os seus contratos de seguro antes ou no prazo do seu vencimento. Caso o índice de cancelamento de contratos de seguro aumente de forma significativa, os nossos negócios e resultados podem ser afetados adversamente. Além disso, se as renovações efetivamente observadas não atenderem às nossas expectativas, os prêmios de seguros no futuro podem diminuir e, por consequência, diminuir a receita de corretagem, o que pode impactar adversamente os nossos negócios e resultados.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Enfrentamos concorrência em nossos negócios, o que pode afetar nossa participação de mercado e rentabilidade.

Com relação aos produtos *bancassurance*, nosso negócio é influenciado pela concorrência a que está sujeita a Caixa Seguradora no setor de seguros e também pela concorrência a que está sujeita a Caixa no setor bancário, na medida em que a venda de seguros apresenta alta correlação com a expansão da demanda pelos produtos bancários, inclusive o crédito.

Já com relação aos produtos tradicionais de seguros (Auto, Multi-Risco Empresarial e Riscos Especiais), dissociados das transações bancárias, operamos em um setor muito fragmentado, composto por mais de 88 mil corretores de seguros, conforme dados da SUSEP de dezembro de 2014.

Devido à concorrência no setor de seguros, não podemos garantir que seremos capazes de manter ou expandir nossa posição de mercado. Adicionalmente, na medida em que a concorrência por clientes passa a ser mais intensa e a demanda por uma adequada prestação de serviços ao cliente aumenta, podemos incorrer em maiores despesas para conquistar e reter clientes, o que poderia ter um efeito adverso material em nossos negócios e resultados.

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

O setor de seguros está sujeito de forma extensiva e contínua a diversas revisões na regulamentação

4.1 - Descrição dos fatores de risco

por parte de seus órgãos reguladores, as quais podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados.

A estrutura regulatória brasileira que rege as sociedades seguradoras, resseguradoras e operadoras de planos privados de assistência odontológica está em contínua evolução em decorrência da interpretação e aplicação de tratados e acordos internacionais, além de turbulências e volatilidades de mercado e da busca pela solidez do Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esses elementos são fatores de motivação para que o governo brasileiro possa criar ou alterar leis e regulamentações existentes, cujas mudanças podem afetar de forma adversa as nossas operações e nossos resultados. Atuando como corretora de seguros, nossos negócios podem ser adversamente impactados em caso de mudanças na regulamentação aplicável às seguradoras e aos corretores de seguro.

Adicionalmente, a SUSEP possui competência de fiscalizar seguradoras e os corretores de seguros, e impor multas, suspender o exercício da atividade de corretor e, inclusive, cancelar o nosso registro de funcionamento. Parcela significativa de nossas receitas está atrelada às apólices oferecidas pela Caixa Seguradora e, caso tais apólices ou a própria Caixa Seguradora sejam adversamente impactadas por mudanças na regulamentação, ou caso a nossa atuação ou a atuação da Caixa Seguradora seja afetada pela ação fiscalizadora da SUSEP, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

Por atuarmos como corretores de seguros, estamos sujeitos a leis e regulamentações governamentais que se aplicam às nossas atividades. Para maiores informações sobre os impactos e restrições impostas pela legislação/regulamentação aplicável, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Alterações na legislação referente à contratação obrigatória de seguro para determinados produtos e atividades podem ter efeito adverso em nossos resultados.

No Brasil, alguns setores da economia possuem como obrigação legal a celebração de seguros em certas atividades e produtos, conforme disposto no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo o Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967. Caso a legislação venha a ser alterada para eliminar ou reduzir os montantes de seguro obrigatório para tais atividades e produtos e caso nossos clientes não venham a contratar voluntariamente esses seguros, o volume de contratações nos mercados em que atuam poderá ser reduzido, acarretando um efeito adverso em nossos resultados.

Alterações na legislação aplicável à distribuição de produtos de seguridade podem acarretar em efeito adverso relevante sobre nós.

Atualmente, o canal bancário é a mais importante alternativa de distribuição utilizado por nós, responsável por 82,3% de nossa receita operacional bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (78,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014). A distribuição de produtos na rede de agências da Caixa é viabilizada por meio de instrumentos contratuais firmados por nós, a Caixa e a Caixa Seguradora.

Nos termos destes contratos, possuímos prepostos que se responsabilizam pelo processo de comercialização dentro de agências bancárias da Caixa. O escopo de atuação desses prepostos (exigências para qualificação e certificação, limite de prepostos por corretora, entre outros) é definido pela SUSEP. Caso o regulador altere significativamente o escopo de atuação de prepostos, poderá haver impacto no nosso modelo de negócios, o que pode impactar adversamente o nosso resultado.

O governo brasileiro regula as operações das instituições financeiras e das seguradoras brasileiras, e alterações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos podem afetar, indiretamente, de modo adverso nossas operações e nossas receitas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuando no setor de produtos de seguros de *bancassurance*, nossos negócios são influenciados, indiretamente, pela extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro a que estão sujeitos os bancos e as seguradoras. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual impacta indiretamente todos os aspectos das nossas operações com produtos de seguros, inclusive a imposição às companhias seguradoras de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios/reservas;
- requisitos de investimento em ativos fixos;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito;
- requisitos contábeis e estatísticos;
- cobertura mínima; e
- políticas obrigatórias de provisionamento.

Esses regulamentos visam controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no Brasil. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a forma pela qual as leis e regulamentos são executados ou interpretados poderia mudar e novas leis e novos regulamentos poderiam ser adotados. Essas alterações podem afetar negativamente nossas operações e receitas.

Os regulamentos emitidos pelo Banco Central não passam pelo processo legislativo, de forma que sua promulgação e implementação pode ocorrer em um espaço muito curto de tempo, afetando a expansão do crédito e a oferta de produtos bancários e de seguros e, conseqüentemente, afetando nossas atividades de maneira imprevista e repentina.

A eventual conduta ilícita de prepostos pode ocasionar a nossa responsabilidade civil por atos de terceiros e empregados, gerar danos à nossa imagem, bem como afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Prepostos podem eventualmente atuar de forma não condizente com os padrões por nós estabelecidos ou em desacordo com a legislação e com a regulamentação aplicável. Esse fato é um risco inerente aos nossos negócios e não podemos assegurar que nossas políticas e procedimentos serão bem sucedidos em prevenir e/ou detectar tais condutas. Constitui prática ilegal prestar informações falsas acerca da obrigatoriedade de contratação de seguros, bem como compelir a contratação de seguros, obrigatórios ou não, com a seguradora indicada pelo agente distribuidor, ou a contratação deliberada, sem consentimento do cliente, de qualquer produto ou serviço. Tais condutas poderão prejudicar a nossa imagem e reputação no mercado e gerar responsabilidade pelos atos praticados pelos nossos corretores, o que pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que a não atuamos em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, não identificamos cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2015, éramos réus em 170 processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de nossas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam R\$49,0 milhões, dos quais R\$5,4 milhões foram classificados com probabilidade de perda remota, R\$40,8 milhões foram classificados com probabilidade de perda possível e R\$2,8 milhões foram classificados como probabilidade de perda provável.

Dos valores totais envolvidos descritos acima (os quais correspondiam a R\$49,0 milhões em 31 de março de 2015), R\$27,9 milhões se referiam às reclamações trabalhistas, R\$1,3 milhão se referia aos processos de natureza cível e R\$19,8 milhões se referiam aos processos de natureza tributária.

Em 31 de março de 2015, possuíamos contabilizados R\$2,8 milhões a título de provisões para fazer frente às nossas contingências classificadas como perda provável, observado porém que, para fins de provisionamento, foi abatido deste valor, a quantia de R\$2,4 milhões a título de depósitos judiciais relativos a processos de natureza trabalhista. É importante destacar que depósitos judiciais são quantias que depositamos em juízo no âmbito de processos judiciais nos quais figuramos como réus e que são revertidos à parte autora em caso de condenação, reduzindo o valor a ser efetivamente pago por nós após a condenação.

Esclarecemos, portanto, que o valor líquido apresentado em nosso passivo referente a contingências judiciais de R\$373 mil descrito na nota explicativa nº 13 de nossas demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 é resultado da subtração de R\$2.448 mil (depósitos judiciais) do valor de R\$2.821 mil (soma dos valores provisionados para contingências judiciais), em linha com as informações divulgadas acima. Em nosso passivo, a provisão para contingências judiciais (líquidas de depósitos judiciais) descrita acima é ainda somada às provisões de naturezas diversas (para passivo a descoberto de investimentos e *earn-out*)

Por fim, esclarecemos que consideramos individualmente relevantes os processos judiciais ou administrativos cujo valor envolvido supera 10% de nossa receita líquida anual conforme aferida em nossas últimas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis, além de processos cujo resultado possa acarretar um risco de imagem para nós ou possa resultar em alterações substanciais em nossas operações.

Em 31 de março de 2015, não figurávamos como parte em nenhum processo judicial ou administrativo não sigiloso individualmente relevante.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 31 de março de 2015, não éramos parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem nossos administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2015, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de março de 2015, éramos parte nos seguintes processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, relevantes em conjunto:

Reclamações trabalhistas (aproximadamente 142 processos)	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$18,3 milhões.
Valor provisionado se houver provisão	R\$2,8 milhões.
Prática que causou tal contingência	Os nossos processos trabalhistas em andamento são oriundos do curso normal de nossos negócios e versam, em geral, sobre: (i) integração ao salário de premiação paga extra folha até dezembro de 2011; (ii) horas extras; (iii) enquadramento bancário com pedido de diferenças salariais e benefícios previstos nas normas coletivas dos bancários; (iv) intervalo intrajornada; (v) Participação nos Lucros e/ou Resultados; (vi) pagamento de comissões; (vii) recolhimento previdenciário; e (viii) multa do artigo 477 da CLT.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de março de 2015, éramos parte de Termos de Ajustamento de Conduta celebrados junto ao Ministério Público do Trabalho, com as seguintes características:

Termo de Ajustamento de Conduta nº 233/2011	
Origem: Procedimento Investigatório nº 437/2011.10.0/9 – MPT 10ª Região	
a) Signatários	Ministério Público do Trabalho da 10ª Região e FPC Par Corretora de Seguros S.A.
b) Data de celebração	10/08/2011
c) Descrição dos fatos que levaram a celebração do termo	Não inclusão na folha de pagamento mensal e nos recibos de salários dos empregados que ocupam cargo de assistente de vendas de seguros de automóveis, de residência, de empresas, de vida e outros tipos de seguro previsto nos seus Estatutos Sociais, os valores percebidos a título de comissões.
d) Obrigações assumidas	1) Computar as comissões pagas no salário, refletindo nas férias, 13º salário, FGTS, horas extras, enfim, em todas as verbas cuja base de cálculo é o salário; 2) Recolher todos os encargos legais para fins de FGTS, INSS, Imposto de Renda, etc.; 3) Dar conhecimentos aos empregados de vendas no mês de janeiro de 2012 a respeito do que restou pactuado neste TAC; 4) Apresentar até o dia 28/02/2012, a folha de pagamento e recibos salariais do mês de janeiro de 2012, além dos comprovantes de recolhimentos trabalhista e previdenciário, e a relação dos créditos dos salários encaminhados ao banco relativamente também ao mês de janeiro de 2012.
e) Prazo, se houver	28/02/2012
f) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	As comissões foram incluídas nas folhas de pagamento dos assistentes de vendas, no prazo estabelecido.
g) Consequências em caso de descumprimento	Multa não substitutiva de R\$200.000,00, independentemente de multa porventura aplicada por outros órgãos, tais como SRTE e INSS.
h) Outras observações	-

Termo de Ajustamento de Conduta nº 202/2012	
Origem: Inquérito Civil nº 557/2009 - MPT	
a) Signatários	Ministério Público do Trabalho da 10ª Região e FPC Par Corretora de Seguros S.A.
b) Data de celebração	17/09/2012
c) Descrição dos fatos que levaram a celebração do termo	Descumprimento do art. 93 da Lei 8.213/91, que trata da ausência de portadores de deficiência nos quadros de empregados da nossa Companhia.
d) Obrigações assumidas	Cumprir o disposto no art. 93 da Lei 8.213/91, contratando a quota mínima de portadores de deficiência.
e) Prazo, se houver	Indeterminado.
f) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	Foram contratados empregados portadores de deficiência a fim de cumprir a quota mínima estabelecida na Lei.
g) Consequências em caso de descumprimento	Multa de R\$5.000,00 por empregado portador de deficiência não contratado.
h) Outras observações	-

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e não possuímos valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As condições políticas e econômicas do Brasil e a percepção do mercado internacional das referidas condições podem afetar de forma adversa os nossos negócios e o acesso aos mercados de capitais bem como os resultados das nossas operações e a nossa condição financeira.

A nossa condição financeira e os resultados das nossas operações dependem da economia brasileira, uma vez que nossas atividades ocorrem exclusivamente no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,5% em 2013 e aproximadamente 0,1% em 2014, mas sua estabilidade ou manutenção de seu crescimento poderão não ser obtidos no futuro. Eventos futuros na economia poderão afetar as taxas de crescimento do País e, por conseguinte, o consumo dos nossos serviços, o que poderá impactar negativamente nossas estratégias de negócios, os resultados das nossas operações e nossa condição financeira. Adicionalmente, como o nosso negócio está diretamente relacionado à performance operacional de nossos clientes, que por conseguinte, atuam em diversos setores econômicos, poderemos ser adversamente afetados pelo desaquecimento dos referidos setores econômicos no Brasil, como por exemplo, uma possível redução da demanda nos setores de atacado e varejo ou de investimentos em infraestrutura.

Crises políticas podem contribuir para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que pode resultar no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras negociadas no mercado externo.

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e ações governamentais decorrentes das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os nossos negócios.

O governo brasileiro administra a economia por meio de políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial, dentre outras. Nesse contexto, descontrole inflacionário, grandes oscilações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Federal para tais acontecimentos, podem afetar os nossos negócios e estratégias.

Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro no gerenciamento da política econômica, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014, a taxa básica de juros ficou em 11,0%, 7,3%, 10,0% e 11,75%, respectivamente. Em 31 de março de 2015, a taxa SELIC correspondia a 12,75%. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados às seguradoras contratantes dos serviços de corretagem que oferecemos ou mesmo aos consumidores finais de produtos de seguro. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, conseqüentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do País e queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Em 11 de maio de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gestão de Riscos com o objetivo de estabelecer procedimentos internos para supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

a. Riscos para os quais se busca proteção;

Dentre os riscos descritos acima, nossos negócios, estrutura de capital e posição de caixa justificam o acompanhamento periódico apenas dos riscos a seguir:

Risco cambial

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de março de 2015, não possuíamos ativos ou passivos em moeda estrangeira.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de sofrermos perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de nossos recursos ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. Em 31 de março de 2015, o único passivo relevante afetado pela variação da taxa de juros era o saldo do parcelamento tributário que somava R\$24,1 milhões e é ajustado pela taxa SELIC. Contudo, nossa exposição passiva é compensada pela nossa exposição ativa atrelada ao CDI, que tende a acompanhar as variações da taxa SELIC. Em 31 de março de 2015, possuíamos R\$100,6 milhões de saldo de investimentos indexados ao CDI.

Risco de inflação

Risco de inflação é o risco que flutuações nos índices inflacionários têm em nossos custos, na medida em que são considerados para fins de negociações de reajustes salariais com nossos colaboradores e respectivos sindicatos. Como prestadores de serviços de corretagem, nosso principal insumo consiste em salários, encargos trabalhistas e benefícios. Este item foi responsável por 79,7% dos nossos custos dos serviços prestados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (78,4%, 75,3%, 69,0% e 43,5% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente). Nossa administração entende que não estamos diretamente expostos a riscos de inflação, uma vez que os preços dos produtos de seguro são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é prática do mercado. Desta forma, não possuímos exposição relevante a variações de índices inflacionários, pois tais variações acabam influenciando também nossas receitas, compensando o aumento dos custos com salários.

b. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*);

Risco cambial

Em 31 de março de 2015, não possuíamos dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Em 31 de março de 2015, não possuíamos passivos significativos afetados por variações de taxas de juros, apenas ativos. A tabela abaixo demonstra nossa exposição às taxas de juros, bem como apresenta uma análise de sensibilidade em vista de cenários que consideramos prováveis, possíveis e remotos no horizonte de 12 meses:

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Controladora	31/03/2015	Risco	Provável	Projeção	
				Cenário A (25%)	Cenário B (50%)
Ativos financeiros					
Certificado de depósitos bancários - CDB	70.227	CDI	79.076	76.863	74.651
Fundos de investimento - cotas	18.064	CDI	20.340	19.771	19.202
Fundos de investimento - renda fixa	9.088	CDI	10.233	9.947	9.661
Fundos de investimento - renda variável	3.236	CDI	3.644	33	3.440
Total	100.615		113.293	106.614	106.954
Passivos financeiros					
Parcelamentos	24.114	Selic	27.189	27.957	28.726
Total	24.114		27.189	27.957	28.726
Exposição líquida total			86.104	78.657	78.228
		CDI	12,60%	9,45%	6,30%
		Selic	12,75%	15,94%	19,13%

Caso nossa administração verifique que as aplicações financeiras de excesso de caixa estejam apresentando rentabilidade abaixo dos níveis considerados satisfatórios em face do risco assumido, poderemos buscar novas oportunidades de investimento com rentabilidade pré-fixada ou atrelada a outra taxa de juros.

c. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*);

Conforme descrito acima, nossa exposição não justifica a contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção (*hedge*). Também não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Risco cambial

Em 31 de março de 2015, não possuíamos dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

Risco de taxas de juros

Como nossa exposição à taxa de juros decorre predominantemente das nossas aplicações financeiras, nossa administração acompanha nossa exposição com base nas alternativas de investimento que apresentem risco e liquidez semelhantes às aplicações atuais.

e. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não contratamos instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial ou com objetivos diversos deste.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nos termos da nossa Política de Gestão de Riscos, a gestão dos nossos riscos é compartilhada entre nosso Conselho de Administração e nossa Diretoria Executiva.

Cabe ao nosso Conselho de Administração:

- Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio;
- Definir o nível de risco aceitável na condução dos negócios; e
- Aprovar a política de risco corporativo e suas revisões.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Cabe à nossa Diretoria Executiva:

- (a) Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (b) Respeitar as diretrizes de governança corporativa e políticas, assim como monitorar sua observância em toda a Companhia;
- (c) Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização;
- (d) Propor e implementar sistemas de controles internos incluindo políticas e limites de alçada;
- (e) Propor indicadores de sustentabilidade de suas operações, considerando fatores ambientais e sociais na execução de suas atividades;
- (f) Validar os riscos inerentes à operação da Companhia, levando em consideração a sua relevância e probabilidade de ocorrência;
- (g) Estabelecer processo a ser utilizado na gestão de controles internos, compliance e risco corporativo;
- (h) Coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos, compliance e risco corporativo, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes;
- (i) Conscientizar os gestores e outros funcionários da Companhia sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador; e
- (j) Prover o Conselho de Administração com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, cabe ao nosso Diretor de Finanças e Relações com Investidores coordenar e reportar à Diretoria os procedimentos relativos ao gerenciamento de riscos adotados.

g. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossa administração analisa constantemente nossa estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para nossa estrutura operacional.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotado.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas no item 5.2 deste Formulário de Referência, buscamos proteção também para os seguintes riscos:

a. Riscos para os quais se busca proteção;

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente monitora as previsões contínuas das nossas exigências de liquidez para assegurar que tenhamos caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

b. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*);

Risco de crédito

Em 31 de março de 2015, aproximadamente 99,9% (99,0% em 31 de dezembro de 2014) da nossa posição de contas a receber no montante de R\$13,7 milhões (R\$15,3 milhões em 31 de dezembro de 2014) se encontrava concentrada junto à Caixa Econômica Federal e Caixa Seguradora.

Nossa administração acompanha continuamente a liquidez destas instituições e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos de baixo risco com vencimentos apropriados, rentabilidades compatíveis com os produtos oferecidos no mercado por instituições financeiras de primeira linha e/ou liquidez suficiente.

Sempre que é verificado excesso de caixa, nossa administração avalia alternativas disponíveis no mercado para escolha da melhor oportunidade de investimento.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos:

Risco de crédito

Não há histórico de inadimplência das instituições relacionadas ao nosso risco de crédito, sendo que em 31 de março de 2015 nossas contas a receber eram compostas exclusivamente por obrigações não vencidas.

Risco de liquidez

Em 31 de março de 2015, possuíamos uma posição de caixa líquido de R\$87,9 milhões (R\$72,0 milhões em 31 de dezembro de 2014). Para maiores detalhes sobre nosso caixa líquido, vide item 10.1.c deste Formulário

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	05/07/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/05/2015

6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

Fomos constituídos na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1973 sob a denominação de FENAE Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A., quando as Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF's, entidades representativas dos funcionários da Caixa Econômica Federal em âmbito estadual, por intermédio de sua federação nacional, FENAE, decidiram pela constituição de uma sociedade 100% (cem por cento) investida pela FENAE, para atuação no segmento de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens.

Desde nossa constituição e atuando sob a antiga denominação de FENAE Corretora de Seguros S.A., permanecemos instalados no Rio de Janeiro por 30 (trinta) anos, mantendo nossas atividades no segmento de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens, notadamente envolvendo produtos e serviços oferecidos pela Caixa Econômica Federal ou suas parceiras de negócios.

Em 7 de outubro de 2003, nossa sede foi transferida para a cidade de Brasília, Distrito Federal, onde continuamos exercendo as atividades de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens.

Em 28 de janeiro de 2010, tivemos nossa denominação social alterada para Par Corretora de Seguros S.A., de modo a implementar a estratégia de intensificar a nossa atuação no segmento de corretagem de seguros. Em 25 de março de 2010, tivemos novamente nossa denominação alterada para FPC Par Corretora de Seguros S.A..

Em 8 de outubro de 2012, a FENAE, na condição de nossa única acionista, admitiu como novos acionistas da PAR Holding Corporativa S.A., então nossa única acionista direta, as sociedades Boxe Participações Ltda. e Caixa Seguros Holding S.A.. Em função do ingresso dos novos acionistas, a participação indireta da FENAE na nossa Companhia foi para 51% (cinquenta e um por cento) do total de ações de sua emissão, ficando Caixa Seguros Holding S.A. e Boxe Participações com os 49% (quarenta e nove por cento) restantes.

Nesta mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas, com o propósito de regular os mecanismos de governança e circulação de ações entre os acionistas e, por meio do qual formalizamos nossa exclusividade para comercialização de produtos de seguros da Caixa Seguradora S.A., que, por sua vez, possui exclusividade de acesso a rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.

Em 2013, passamos por uma reestruturação societária que consistiu na incorporação de nossos acionistas por nossa Companhia, de forma que os nossos controladores indiretos, PAR Participações S.A., CSP Participações Ltda. e a Boxters LLC passaram a deter uma participação direta em nossa capital social. No mesmo ano, a Boxters LLC transferiu à NISA Participações S.A. uma participação correspondente a 18,9% de nosso capital social. Para mais informações sobre esta reestruturação societária, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 2014, nossos acionistas passaram por um novo processo de reestruturação, que resultou na composição acionária descrita no item 15.1/2 deste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre a reestruturação, vide item 8.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 13 de outubro de 2014, iniciamos o processo para obtenção junto a CVM do nosso registro de emissor na categoria "A", o qual foi deferido em 11 de maio de 2015, e nossos acionistas iniciaram o processo de registro de uma oferta pública secundária de ações de nossa emissão, o qual se encontrava sob análise da autarquia na data deste Formulário de Referência.

Em 10 de dezembro de 2014 nossos acionistas deliberaram (i) o desdobramento de nossas ações ordinárias na razão de 01:501; e (ii) o resgate de 40.492.718 ações ordinárias de nossa emissão e a consequente retirada destas ações de circulação. Para mais informações sobre esses eventos, vide itens 10.1.b.(i) e (ii) e item 17.3 deste Formulário de Referência.

Em 19 de dezembro de 2014, nossa Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Extraordinária da nossa controladora Nisa Participações S.A. ("Nisa") aprovaram a incorporação da Nisa pela nossa Companhia. Em razão da incorporação, a Algarve LLC, controladora da Nisa, passou a ser nossa

6.3 - Breve histórico

acionista direta, com a mesma participação em nosso capital social antes detida pela Nisa. Para mais informações sobre a incorporação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em fevereiro de 2015, alteramos nossa sede social, que passou a se localizar no 1º andar do Edifício Sede da Caixa Seguradora, nos aproximando fisicamente do nosso principal parceiro comercial.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 2011:

Não houve eventos societários relevantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Em 2012:

Ano	2012																												
a) Evento	Cisão Parcial																												
b) Principais condições do negócio	<p>Em 30 de junho de 2012, foi aprovada a cisão parcial da nossa Companhia, com a retirada de determinados bens imóveis, participações societárias em sociedades sob mesmo grupo econômico, ativos e passivos correlatos e uma parte de disponibilidades financeiras, sendo o capital cindido incorporado à FPC Participações Corporativas S.A. A cisão importou na redução de R\$13,0 milhões do nosso capital social e no cancelamento de 321.889 ações de nossa emissão.</p> <p>Em 20 de agosto de 2012, a FPC Participações Corporativas S.A. foi cindida, sendo a parcela cindida avaliada em R\$34,1 milhões, representativas da integralidade do nosso capital social, incorporada pela PAR Holding Corporativa S.A. ("Par Holding Corporativa"), mediante a emissão de 341.000 novas ações da Par Holding Corporativa, com valor nominal de R\$100,00 cada uma. Dessa forma, a PAR Holding Corporativa passou a ser nossa controladora e única acionista.</p>																												
c) Sociedades envolvidas	FPC Par Corretora de Seguros S.A. FPC Participações Corporativas S.A. PAR Holding Corporativa S.A. FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal																												
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descrito abaixo.																												
<u>e) Quadro societário antes e depois da operação</u>																													
<u>Cisão 30 de junho de 2012</u>																													
Antes																													
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Ações Ordinárias</th> <th colspan="2">Ações Preferenciais</th> <th rowspan="2">Participação no capital total (%)</th> </tr> <tr> <th>(Quantidade)</th> <th>(%)</th> <th>(Quantidade)</th> <th>(%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>FPC Participações Corporativas S.A.</td> <td style="text-align: right;">671.111</td> <td style="text-align: right;">67,6</td> <td style="text-align: right;">0</td> <td style="text-align: right;">0,0</td> <td style="text-align: right;">67,6</td> </tr> <tr> <td>FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal</td> <td style="text-align: right;">321.889</td> <td style="text-align: right;">32,4</td> <td style="text-align: right;">0</td> <td style="text-align: right;">0,0</td> <td style="text-align: right;">32,4</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">993.000</td> <td style="text-align: right;">100,0</td> <td style="text-align: right;">0</td> <td style="text-align: right;">0,0</td> <td style="text-align: right;">100,0</td> </tr> </tbody> </table>		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	FPC Participações Corporativas S.A.	671.111	67,6	0	0,0	67,6	FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal	321.889	32,4	0	0,0	32,4	Total	993.000	100,0	0	0,0	100,0
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)																								
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)																									
FPC Participações Corporativas S.A.	671.111	67,6	0	0,0	67,6																								
FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal	321.889	32,4	0	0,0	32,4																								
Total	993.000	100,0	0	0,0	100,0																								
Após																													
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>Ações Preferenciais</th> <th>Participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação																								
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação																										

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	no capital total (%)
FPC Participações Corporativas S.A.	671.111	100,0	0	0,0	100,0
Total	671.111	100,0	0	0,0	100,0

Cisão 20 de agosto de 2012.

Antes

Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	Participação no capital total (%)
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		
FPC Participações Corporativas S.A.	671.111	100,00	0	0,0	100,0
Total	671.111	100,0	0	0,0	100,0

Após

Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	Participação no capital total (%)
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		
Par Holding Corporativa S.A.	671.111	100,0	0	0,0	100,0
Total	671.111	100,0	0	0,0	100,0

Ano	2012
a) Evento	Contrato de Subscrição, Compra e Venda de Ações da Par Holding Corporativa S.A.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 28 de maio de 2012, a FENAE celebrou juntamente com a CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. (“CSH”) e a BOXE PARTICIPAÇÕES LTDA. (“Boxe”) um “Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações” (“Contrato”), tendo por objeto a subscrição de ações de emissão da Par Holding Corporativa pela Boxe e a CSH, bem como a aquisição por essas sociedades, de ações da Par Holding Coporativa S.A. de titularidade da FENAE.</p> <p>De acordo com o disposto no Contrato, o ingresso da CSH e da Boxe na condição de acionistas da Par Holding ocorreu por meio de dois negócios jurídicos distintos: (i) subscrição de ações da Par Holding, em contrapartida da emissão de novas ações; e (ii) aquisição de ações da então única acionista da Par Holding, a FENAE.</p> <p>Nos termos previstos no Contrato, a consumação dos negócios jurídicos acima descritos ficou condicionada ao implemento de determinadas condições suspensivas, pelo que em 12 de setembro de 2012, as Partes firmaram um “Termo de Fechamento e Primeiro Aditivo ao Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações”, visando declarar e ratificar o</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis ao negócio, sujeitando o fechamento definitivo do negócio à realização de alguns atos adicionais e estabelecendo novas condições e cláusulas aplicáveis à operação. Em 8 de outubro de 2012, as Partes firmaram um “Recibo de Fechamento”, por meio do qual atestaram a realização das operações e assim formalizaram o fechamento da operação e a conclusão da subscrição e da venda de ações de emissão da Companhia.				
c) Sociedades envolvidas	FENAE Caixa Seguros Holding S.A. Boxe Participações Ltda. Par Holding Corporativa S.A.				
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve efeitos no quadro societário da nossa Companhia, apenas no quadro societário da Par Holding Corporativa S.A., conforme descrito abaixo.				
<u>e) Quadro societário antes e depois da operação</u>					
PAR Holding Corporativa S.A.					
Antes					
	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		<u>Participação no capital total (%)</u>
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
FENAE	396.666	100,0	0	0,0	100,0
Total	396.666	100,0	0	0,0	100,0
Após					
	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		<u>Participação no capital total (%)</u>
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
FENAE	202.300	51,0	0	0,0	51,0
CSH	99.166	25,0	0	0,0	25,0
Boxe	95.200	24,0	0	0,0	24,0
Total	396.666	100,0	0	0,0	100,0

Em 2013:

Ano	2013
a) Evento	Incorporação reversa
b) Principais condições do negócio	Em 2 de maio de 2013, nossa Companhia incorporou a Boxe Participações Ltda., a CST Participações S.A. (sucessora da CSH) e a PAR Holding Corporativa (“Sociedades Incorporadas”). Nesta mesma operação, foram canceladas todas as ações de nossa emissão e emitidas novas ações na sequência, majorando-se o capital social para R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), dividido em 400.000 (quatrocentas) mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, distribuídos entre os acionistas das Sociedades Incorporadas, ficando o capital social distribuído entre as novas acionistas PAR Participações S.A. (veículo de investimento da FENAE), CSP Participações S.A. (veículo de investimento da

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	CSH/CST) e Boxters LLC (então sócia majoritária da Boxe Participações Ltda.).				
c) Sociedades envolvidas	FPC Par Corretora de Seguros S.A. PAR Holding Corporativa S.A. PAR Participações S.A. Boxe Participações Ltda. Boxters LLC CST Participações S.A. CSP Participações S.A.				
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descrito abaixo.				
e) Quadro societário antes e depois da operação					
Antes					
	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		Participação no capital total (%)
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
FENAE	202.300	51,0	0	0,0	51,0
CSH	99.166	25,0	0	0,0	25,0
Boxe	95.200	24,0	0	0,0	24,0
Total	396.666	100,0	0	0,0	100,0
Após					
	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		Participação no capital total (%)
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
PAR Participações S.A.	204.000	51,0	0	0,0	51,0
CSP Participações S.A.	100.000	25,0	0	0,0	25,0
Boxters LLC	96.000	24,0	0	0,0	24,0
Total	400.000	100,0	0	0,0	100,0

Ano	2013
a) Evento	Aquisição de controle de sociedade mercantil, seguida de incorporação
b) Principais condições do negócio	Em 28 de outubro de 2013, adquirimos 100% das ações de emissão da Webchat Corretora de Seguros S.A., pelo valor de R\$1,8 milhão, pagos à vista. Ato contínuo, em 30 de outubro de 2013, os nossos acionistas aprovaram a incorporação da Webchat por nós. Essa aquisição não estava sujeita à análise prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
c) Sociedades envolvidas	FPC Par Corretora de Seguros S.A. Webchat Corretora de Seguros S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alterações no nosso quadro societário.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no nosso quadro societário.

Ano	2013
a) Evento	Alienação de ações no bloco de controle
b) Principais condições do negócio	Em 20 de dezembro de 2013, a acionista Boxters LLC transferiu 75.600 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de 18,9% do nosso capital social, à Nisa Participações S.A., para fins de reorganização societária de um dos nossos acionistas, com autorização expressa dos demais acionistas.
c) Sociedades envolvidas	Nisa Participações S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	Boxters LLC				
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descrito abaixo.				
e) Quadro societário antes e depois da operação					
Antes					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
PAR Participações S.A.	204.000	51,0	0	0,0	51,0
CSP Participações S.A.	100.000	25,0	0	0,0	25,0
Boxters LLC	96.000	24,0	0	0,0	24,0
Total	400.000	100,0	0	0,0	100,0
Após					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
PAR Participações S.A.	204.000	51,0	0	0,0	51,0
CSP Participações S.A.	100.000	25,0	0	0,0	25,0
Nisa Participações S.A.	75.600	18,9	0	0,0	18,9
Boxters LLC	20.400	5,1	0	0,0	5,1
Total	400.000	100,0	0	0,0	100,0

Em 2014:

Ano	2014
a) Evento	Aquisição de controle de sociedade mercantil
b) Principais condições do negócio	Na data de 12 de março de 2014, a Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A., nossa subsidiária, adquiriu 100% das quotas de emissão da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. O preço total de aquisição será determinado de acordo com a performance operacional dos ativos adquiridos. Em 13 de março de 2014, essas sociedades foram incorporadas pela Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.. O acervo líquido incorporado totalizou R\$68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e não representou alteração relevantes em nossa estrutura patrimonial. Essas aquisições não estavam sujeitas à análise prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
c) Sociedades envolvidas	Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. SJK Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alterações no nosso quadro societário.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no nosso quadro societário.

Ano	2014
a) Evento	Incorporação
b) Principais condições do negócio	Na data de 19 de dezembro de 2014, nossa Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Extraordinária da nossa controladora Nisa Participações S.A. (“Nisa”) aprovaram a

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	incorporação da Nisa pela nossa Companhia. O acervo líquido incorporado correspondeu a R\$7.538,37 (sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), já descontada a participação societária detida pela Nisa no nosso capital social, o qual foi creditado em nossa reserva de capital.
c) Sociedades envolvidas	FPC Par Corretora de Seguros S.A. Nisa Participações S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão da incorporação, a Algarve LLC, controladora da Nisa, passou a ser titular de 28.143.682 ações ordinárias, representativas de 17,60% de nosso capital social.

e) Quadro societário antes e depois da operação**Antes**

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
PAR Participações S.A.	41.575.893	26,00	0	0,0	26,00
Caixa Seguros Holding S.A.	39.976.820	25,00	0	0,0	25,00
FENAE	34.140.205	21,35	0	0,0	21,35
Nisa Participações S.A.	28.143.682	17,60	0	0,0	17,60
Boxters, LLC	8.155.271	5,10	0	0,0	5,10
Évora Fundo de Investimento em Participações	5.836.616	3,65	0	0,0	3,65
Astúrias Fundo de Investimento em Participações	2.078.795	1,30	0	0,0	1,30
Total	159.907.282	100,00	0	0,0	100,00

Após

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
PAR Participações S.A.	41.575.893	26,00	0	0,0	26,00
Caixa Seguros Holding S.A.	39.976.820	25,00	0	0,0	25,00
FENAE	34.140.205	21,35	0	0,0	21,35
Algarve, LLC	28.143.682	17,60	0	0,0	17,60
Boxters, LLC	8.155.271	5,10	0	0,0	5,10
Évora Fundo de Investimento em Participações	5.836.616	3,65	0	0,0	3,65
Astúrias Fundo de Investimento em Participações	2.078.795	1,30	0	0,0	1,30
Total	159.907.282	100,00	0	0,0	100,00

Ano	2014
a) Evento	Alienação de controle de subsidiária indireta
b) Principais condições do negócio	Na data de 30 de novembro de 2014, nossa subsidiária FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A., alienou 118.800 quotas de emissão da Par Administradora de Benefícios Ltda., representativas de 99,00% do seu capital social, para Inexu Participações S.A. Na mesma data, nossa Companhia alienou 600 quotas da Par Administradora de Benefícios Ltda., representativas de 0,50% do seu capital social, para Inexu Participações S.A.. O valor total da compra e venda foi de R\$300,0 mil, pagos em dinheiro em

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	uma única parcela com prazo de vencimento em 31 de janeiro de 2015.
c) Sociedades envolvidas	FPC Par Corretora de Seguros S.A. FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A. Par Administradora de Benefícios Ltda. Inexu Participações S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alterações no nosso quadro societário.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no nosso quadro societário.

Em 2015:

Até a data deste Formulário de Referência, não houve eventos societários relevantes no exercício social em curso.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. (“Caixa Seguradora”), uma das operações de seguros de *bancassurance*¹ que mais crescem no Brasil², e operamos com exclusividade para corretagem dos produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcios, comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal (“Caixa”), indiretamente um dos principais acionistas da Caixa Seguradora e o segundo maior banco do Brasil em saldo de operações de crédito e arrendamento mercantil³. Possuímos acesso exclusivo para venda de seguros da Caixa Seguradora a uma base composta por 78,3 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 2,1 milhões de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2014.

Ao longo dos nossos mais de 40 anos de atuação, fomos capazes de acumular experiência na comercialização de seguros, contando com plataformas integradas de canais de relacionamento e venda. Atuamos em todo território nacional com atendimento especializado que confere maior acesso e agilidade aos nossos clientes. O canal de distribuição a que temos acesso é composto por 3.391 agências da Caixa, 13.250 agências lotéricas, 18.211 correspondentes bancários e 572 co-corretores em 31 de dezembro de 2014, além de *contact centers (call centers & internet)*. Além de nossa experiência, nossa atuação é respaldada pela credibilidade da marca “Caixa”, uma das marcas mais valiosas do mundo no quesito instituições financeiras, segundo *ranking* divulgado em 2014 pela consultoria britânica *Brand Finance*.

Registramos um CAGR₁₁₋₁₄ (*compound annual growth rate*, ou, taxa média de crescimento anual) de 26,3% de nossa receita bruta de prestação de serviços e contribuimos com o forte crescimento de nossos parceiros: (i) a Caixa Seguradora, que apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 21,0% do valor de prêmios de seguro emitidos, segundo dados da SUSEP; e (ii) da própria Caixa, que registrou um CAGR₁₁₋₁₄ de 10,2% do número de clientes pessoas físicas e jurídicas e 33,7% de sua carteira de crédito ampliada⁴.



- (1) Considera a carteira de crédito ampliada da Caixa, que inclui garantias prestadas e títulos e valores mobiliários privados.
- (2) Considera prêmios diretos conforme divulgado pela SUSEP e não inclui Saúde, Previdência, Consórcio, Capitalização e Prêmios de Seguros DPVAT.

¹ *Bancassurance*, também conhecido como *bank insurance* ou *bancasseguros*, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros.

² Considerando valor de prêmios diretos entre dezembro de 2011 e dezembro de 2014, excluindo previdência, capitalização e consórcio, conforme dados divulgados pela SUSEP.

³ Fonte: Banco Central do Brasil em 30 de novembro de 2014.

⁴ Fonte: *Press Release* da Caixa sobre 4º trimestre de 2014, divulgado em 12 de fevereiro de 2015.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atuando com a corretagem de seguros, nos beneficiamos da expansão do setor de seguros no Brasil (CAGR₁₁₋₁₄ de 13,2%⁵), e como corretor exclusivo da Caixa Seguradora, particularmente do crescimento ainda mais acelerado dos negócios da Caixa Seguradora, com base em um modelo de negócios isento de riscos atuariais e que não possui requerimentos regulatórios de capital mínimo para crescer. Além disso, devido ao nosso modelo de negócios com baixa necessidade de ativos, demandamos baixos níveis de investimentos em capital fixo para suportar nosso crescimento. Acreditamos que tais características, associadas a uma gestão operacional eficiente, representam uma oportunidade de crescimento, expansão de margens e geração de valor aos nossos acionistas, principalmente por meio do aumento da penetração na base de clientes da Caixa a que temos acesso exclusivo para comercialização de seguros da Caixa Seguradora, que hoje consideramos baixa. Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos índices de penetração em clientes da Caixa de 2,9%, 0,5% e 0,2%⁶ em seguros Vida, Residencial e Auto, respectivamente, comparado a índices de 7,3%⁷, 1,1% e 4,7%, respectivamente, para BB Seguridade no mesmo período.

Acreditamos que o nosso desempenho recente está principalmente relacionado às mudanças em nossa estrutura de controle ocorrida no final de 2012, que proporcionou um alinhamento societário e de interesses comerciais que contribuíram para geração de valor e expansão dos nossos negócios. Os principais acionistas que compõem nosso bloco de controle, constituído por meio de um acordo de acionistas, são: (i) FENAE, que, na qualidade de associação de funcionários, nos aproxima dos colaboradores da Caixa, desempenhando papel relevante na operação da venda de seguros de *bancassurance*; (ii) pelos acionistas da Caixa Seguradora, e indiretamente pela Caixa, nossos principais parceiros comerciais, tanto na estruturação de produtos e na emissão das apólices, quanto na viabilização dos nossos principais canais de venda; e (iii) pela GP Investments, uma companhia líder em investimentos alternativos na América Latina⁸, que contribui com a profissionalização e aumento na qualidade de gestão dos nossos negócios. Como resultado deste esforço conjunto e alinhamento, nossos resultados vêm evoluindo de forma expressiva nos últimos quatro exercícios sociais: enquanto nossa Margem EBITDA passou de 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 43,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e apresentou CAGR₁₁₋₁₄ de 44,9% (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 nossa Margem EBITDA foi de 51,0%, comparado a Margem EBITDA de 39,4% no mesmo período de 2014). Nossa Margem Líquida passou de 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para 15,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, depois para 29,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e, finalmente, para 31,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um CAGR₁₁₋₁₄ de 66,4% (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 nossa Margem Líquida foi de 35,6%, comparado a Margem Líquida de 29,4% no mesmo período de 2014).

Nossos Negócios

Somos a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora nos canais da Caixa e atuamos como um elo estratégico entre as duas instituições. Desempenhamos um papel preponderante na definição da estratégia de venda de seguros; na estruturação de novos produtos e canais e no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

Nosso modelo de atuação envolve as seguintes atividades:

- *Com a Caixa Seguradora*: atuamos na estruturação de produtos e avaliação de canais de venda, além de participar em discussões de planos de negócio e orçamento. Participamos do planejamento de *marketing*, que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de

⁵ Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização e consórcio, e incluindo seguro DPVAT, com relação aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

⁶ O índice de penetração é obtido por meio da divisão do número de itens segurados pelo tamanho da base de clientes pessoas físicas da Caixa.

⁷ Último dado disponível (Prospecto Definitivo da Oferta Pública da BB Seguridade – maio/2013)

⁸ Fonte: GP Investments.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

marketing com um profundo conhecimento de gestão de ambientes informacionais de grande complexidade (*big data*); e

- *Com a Caixa*: atuamos na venda direta e também no suporte comercial às atividades de vendas de seguros da Caixa Seguradora nas agências da Caixa (canal onde somente são comercializados produtos de seguros da Caixa Seguradora), bem como na gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Somos uma empresa que conta com uma sólida estrutura comercial e recebemos comissões pelas vendas de seguros em quatro canais: (i) canais locais (agências bancárias da Caixa), (ii) canais remotos (*call center* e *webchat*), (iii) canais alternativos (correspondentes bancários e lotéricas), e (iv) corretores próprios e co-corretores (corretores empregados e empresas de corretagem associadas a nós na comercialização de produtos para clientes corporativos, principalmente seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em grupo).

Figura 1: Modelo de atuação Par Corretora



Com o intuito de trazer maior alinhamento frente ao ambiente de seguros da Caixa, da nossa Companhia e da Caixa Seguradora, foram criados três comitês não-estatutários:

Comitês	Composição	Reunião	Escopo do trabalho
Comitê estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor presidente da Companhia • Presidente da Caixa Seguradora • Vice-presidente de rede da Caixa • Diretor de seguros da Caixa • Vice-presidente de negócios emergentes da Caixa 	Trimestral	Obtenção de maior alinhamento acerca da estratégia de comercialização de seguros, definição da priorização dos principais projetos em andamento, monitoramento dos principais indicadores de performance e validação do plano de negócios anual de venda de seguros.
Comitê de produtos e canais	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor de marketing da Companhia • Diretor de marketing da Caixa Seguradora • Diretor de seguros da Caixa 	Bimestral	Estruturação e lançamento de novos canais e produtos, planejamento e modelagem de novas iniciativas comerciais, gestão da mudança (<i>change management</i>) e acompanhamento da performance comercial por produto e canal.
Comitê comercial	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Comercial da Companhia • Diretor Comercial da Caixa Seguradora • Diretor de rede da Caixa • Diretor de seguros da Caixa 	Mensal	Acompanhamento detalhado das metas de vendas por canal e por agência (no caso do balcão da Caixa), gestão das principais campanhas de vendas e demais iniciativas comerciais e estruturação a nossa equipe de vendas (metas, incentivos, prioridades, treinamento, etc.).

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Dinâmica Comercial da Venda de Seguros

Produtos de *bancassurance* possuem maior aderência aos canais habituais de comercialização de produtos bancários, principalmente agências e correspondentes bancários. Produtos tradicionais de seguros, por sua vez, complementam o portfólio dos bancos e dependem de esforços ativos de venda em canais que vão além das agências e correspondentes bancários. Nossa atuação comercial se dá de forma distinta para os diferentes tipos de produtos:



Produtos de Bancassurance

Produtos de *bancassurance* são aqueles em que a intenção de compra do seguro pelo cliente surge durante a concretização de uma transação bancária com o banco. Por esta razão, a Caixa possui um papel relevante no momento da venda. Nesses casos, somos responsáveis pela gestão de vendas nas agências da Caixa através de nossa equipe de vendas com atuação nacional, enquanto a Caixa é responsável por executar a venda, oferecendo um produto de seguro adequado às necessidades de seu cliente considerando as características de cada transação bancária. São produtos como: seguro Vida, Prestamista, Residencial, Habitacional, Multi-risco Empresarial, e de outros produtos como previdência, capitalização e consórcio. As principais atribuições da nossa equipe de gestão de vendas são: (i) acompanhamento diário de vendas; (ii) mobilização das agências, buscando comprometer um maior número de funcionários com a venda de seguros; e (iii) implementação contínua de melhorias e customização dos sistemas utilizados na venda de seguros, automatizando processos e conferindo maior agilidade nas transações.

Produtos Tradicionais

Os produtos tradicionais de seguros são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior a sua relação com o canal de vendas. São produtos como: seguro Saúde, Auto, Riscos Especiais, entre outros. Nestes casos, diferente do que ocorre na comercialização dos produtos de *bancassurance*, possuímos papel predominante na execução da venda, utilizando diversos canais para executar nossa estratégia comercial, enquanto a Caixa, fica responsável pela realização do suporte à venda do produto de seguro, contribuindo, ainda, com a geração de indicações oportunistas de negócio.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nossos Produtos

A tabela abaixo apresenta uma segregação da nossa receita bruta de prestação de serviços por produtos que comercializamos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015:

Receita Bruta de Prestação de Serviços por Produto	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				CAGR ₁₁₋₁₄	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Δ 2014x2015
	2011	2012	2013	2014		2014	2015	
			(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)					
Vida	74.904	79.915	109.593	113.278	14,8%	25.561	28.439	11,3%
Habitacional	17.647	30.411	39.511	64.712	54,2%	11.604	26.751	130,5%
Prestamista	3.913	7.069	15.745	25.072	85,7%	4.449	11.752	164,1%
Residencial	13.386	11.759	12.763	17.396	9,1%	3.306	5.066	53,2%
Multi-Risco Empresarial	5.502	6.462	8.512	12.256	30,6%	2.266	3.519	55,3%
Bancassurance	115.352	135.616	186.124	232.714	26,4%	47.186	75.527	60,1%
Riscos Especiais	7.362	4.242	9.867	19.535	38,4%	2.863	5.753	100,9%
Saúde	4.373	3.662	8.019	14.225	48,2%	3.210	2.818	(12,2%)
Auto	9.710	9.245	11.270	13.949	12,8%	3.272	4.026	23,0%
Produtos Tradicionais	21.445	17.149	29.156	47.709	30,5%	9.345	12.597	34,8%
Outros Produtos	10.297	13.507	16.351	16.102	16,1%	3.679	3.641	(1,0%)
Total	147.094	166.272	231.631	296.525	26,3%	60.210	91.765	52,4%

Vida

Atualmente é o produto com maior relevância em nossa receita, representando 31,0% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (38,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014). O seguro Vida possui grande importância no modelo de *bancassurance*, com grande potencial de crescimento na base de clientes da Caixa, que atualmente se encontra subpenetrada, conforme evidenciado pelos índices de penetração na carteira de clientes quando comparado aos principais concorrentes no mercado de seguros, na tabela a seguir:

Seguro Vida (em 31 de dezembro de 2014)	Número de vidas seguradas	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes ⁽¹⁾
	(em milhões, exceto se indicado de outra forma)		
Caixa Seguradora	2,2	76,1	2,9%
Bradesco Seguros	6,2	85,6 ⁽²⁾	7,2%
BB Seguridade	4,5 ⁽³⁾	61,6	7,3%

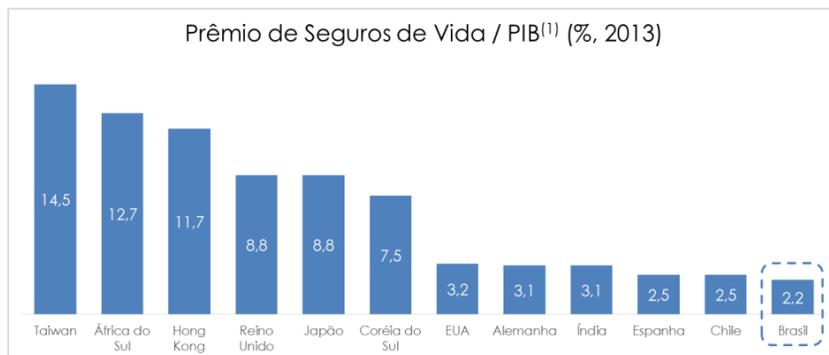
⁽¹⁾ Razão entre o número de vidas seguradas e a quantidade de clientes pessoas físicas.

⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

⁽³⁾ Último dado disponível (Prospecto Definitivo da Oferta Pública da BB Seguridade – maio/2013).

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O seguro Vida no mercado brasileiro apresentou forte crescimento (CAGR₁₁₋₁₄ de 10,3%⁹), porém ainda é menos representativo no Brasil quando comparado com a média mundial (prêmio de seguros de vida sobre o mercado total de seguros) de 6,3%, de acordo com a Swiss Re:



(1) Fonte: Swiss Re – Sigma N 3/2014

Habitacional

Essa modalidade de seguros é essencial para viabilizar a concessão de crédito habitacional e é obrigatório no ato da compra de imóveis através do Sistema Financeiro de Habitação. É composto por dois tipos de cobertura: (i) seguro de morte ou invalidez permanente; e (ii) danos físicos ao imóvel. A receita de comissão com seguro Habitacional representa um grande diferencial estratégico para nós, uma vez que o longo prazo de permanência dos clientes em carteira de, em média, 18,5¹⁰ anos, faz com que vendas passadas tenham maior relevância do que as novas vendas em termos de receita, proporcionando, assim, uma maior previsibilidade das mesmas e garantindo geração de fluxo de caixa a longo prazo.

Prestamista

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do financiamento, incluindo linhas de crédito consignado, pessoal, cartão de crédito, cheque especial, financiamento de veículos, entre outros, que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada. Este seguro representa uma importante garantia tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família tenha que arcar com a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro.

Residencial

O seguro Residencial garante a proteção da residência através de uma indenização por perdas materiais como roubo ou incêndio. O ambiente da Caixa representa grande potencial de crescimento para o seguro Residencial, uma vez que o banco está fortemente associado ao crédito habitacional, sendo líder de mercado em crédito habitacional, com uma carteira de R\$339,8 bilhões em 31 de dezembro de 2014, segundo dados da própria Caixa. Por se tratar de um produto com renovação anual, ele gera receitas de comissões anuais e mantém um relacionamento de longo prazo com o cliente.

Acreditamos que o seguro Residencial ainda está em estágio inicial de desenvolvimento no Brasil, uma vez que em países como os Estados Unidos, Inglaterra e Chile, aproximadamente 85% das residências são seguradas, enquanto no Brasil este percentual é de aproximadamente 10% em 2012, segundo dados públicos de mercado. Os índices de penetração na carteira de clientes pessoas físicas da Caixa em 31 de dezembro de 2014, evidenciam o potencial de crescimento também na comercialização de produtos residenciais:

⁹ Considerando o valor dos prêmios de seguro de vida e acidentes pessoais emitidos, segundo dados da SUSEP.

¹⁰ Fonte: Caixa. Refere-se ao prazo médio da carteira remanescente em 28/02/2014.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Seguro Residencial (em 31 de dezembro de 2014)	Número de residências segurados	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes⁽¹⁾
	(em milhões, exceto se indicado de outra forma)		
Caixa Seguradora	0,4	76,1	0,5%
Bradesco Seguros	1,5	85,6 ⁽²⁾	1,8%
BB Seguridade	0,6	61,6	1,1%

⁽¹⁾ Razão entre o número de itens segurados e a quantidade de clientes pessoas físicas.
⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

Auto

A nossa atuação comercial na venda do seguro Auto contribui de forma relevante para sustentar os níveis de crescimento deste produto para a Caixa Seguradora, uma vez que a compra do seguro Auto pelo cliente ocorre, na maior parte das vezes, fora dos canais de *bancassurance*. Desta forma, nossas centrais remotas possuem um papel estratégico na venda e renovação do seguro Auto. Além disso, é um produto que traz potencial de *cross-selling* com outros produtos patrimoniais, bem como gera um relacionamento de longo prazo e oportunidades comerciais com o cliente.

Atualmente, os níveis de penetração de seguro Auto na base de clientes da Caixa são inferiores às médias de mercado, evidenciando o potencial de crescimento neste produto, conforme demonstrado a seguir:

Seguro Auto (em 31 de dezembro de 2014)	Número de automóveis segurados	Quantidade de clientes pessoas físicas	Penetração na carteira de clientes⁽¹⁾
	(em milhões, exceto se indicado de outra forma)		
Caixa Seguradora	0,2	76,1	0,2%
Bradesco Seguros	1,7	85,6 ⁽²⁾	2,0%
BB Seguridade	2,9	61,6	4,7%

⁽¹⁾ Razão entre o número de itens segurados e a quantidade de clientes pessoas físicas.
⁽²⁾ Considera a quantidade de correntistas ativos pessoas físicas e jurídicas e a quantidade de contas poupança.

Demais produtos

Comercializamos também outros seguros que representaram 17,1% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (20,9% exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014): Saúde, Multi-Risco Empresarial, Riscos Especiais e Outros Produtos (que engloba previdência, consórcio e capitalização). Nossa receita bruta de prestação de serviços com tais produtos, se considerados em conjunto, apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 31,2%. Para mais informações sobre esses produtos, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Acesso exclusivo a uma base de 78,3 milhões de clientes, estruturada na credibilidade da marca “Caixa”.

Atuando com exclusividade como agente comercial da Caixa Seguradora nos canais de vendas da Caixa, somos focados principalmente no segmento de *bancassurance*, no qual possuímos acesso a uma base de 78,3 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2014¹¹. Historicamente, a Caixa vem apresentando crescimento tanto no número de correntistas pessoas físicas e jurídicas (CAGR₁₁₋₁₄ de 11,9%), quanto no tamanho de sua carteira de crédito (CAGR₁₁₋₁₄ de 33,7%). Por sua vez, a Caixa Seguradora apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 21,0%, considerando o valor de prêmios diretos, conforme divulgado pela SUSEP. Baseando-se na credibilidade da marca “Caixa”, uma das marcas mais valiosas do mundo no quesito

¹¹ Fonte: Caixa. Refere-se a clientes pessoas físicas e jurídicas.

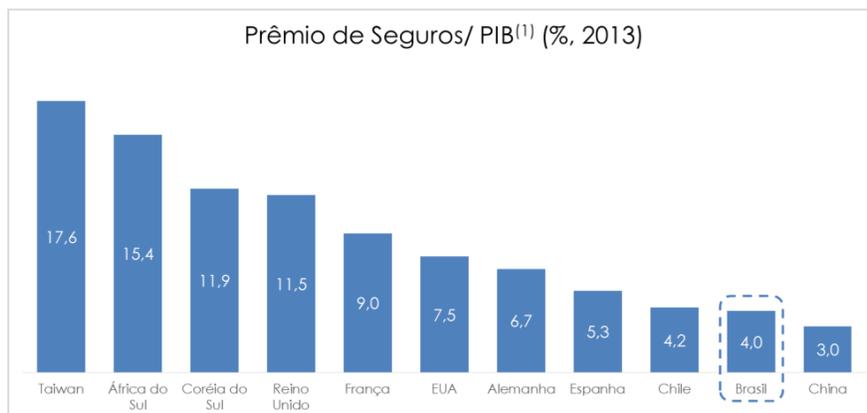
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

instituições financeiras¹², também fomos capazes de apresentar índices expressivos de crescimento, incluindo da nossa receita bruta de prestação de serviços (CAGR₁₁₋₁₄ de 26,3%).

Modelo de corretagem sem risco atuarial num setor em forte expansão.

Nosso modelo de negócios consiste na corretagem de apólices de seguros e na comercialização de produtos de previdência, consórcio e capitalização. Neste sentido, nossos negócios não são afetados por risco atuarial e, portanto, dispensam provisões desta natureza. Além disso, nosso modelo de negócio com pouca necessidade de ativos e que se beneficia do crescimento das agências da Caixa, demanda baixo investimento para suportar nosso crescimento. Tais características nos permitem aproveitar as oportunidades de crescimento de um setor em forte expansão, como é o caso do setor de seguros, especialmente no segmento de *bancassurance*, através de um modelo de alta rentabilidade.

O crescimento do setor de seguros pode ser evidenciado pelo desempenho dos prêmios diretos emitidos pelas seguradoras, conforme divulgado pela SUSEP, que apresentou um CAGR₁₁₋₁₄ de 13,2%¹³. Se considerado apenas o segmento de *bancassurance*, o CAGR₁₁₋₁₄ de prêmios diretos chega a 13,3%. Mesmo com taxas de crescimento expressivas, o setor de seguros no Brasil ainda apresenta baixo nível de penetração quando comparado a mercados mais maduros, conforme evidenciado abaixo:



(1) Fonte: Swiss Re – Sigma 3/2014 – Considera prêmios de vida e não-vida.

Acreditamos que tais oportunidades de crescimento, combinadas com nosso modelo de negócios dissociado do risco atuarial, nos permitirá entregar altas taxas de rentabilidade aos nossos acionistas.

Expansão das vendas dos produtos de *bancassurance* devido ao crescimento da carteira de crédito do mercado bancário no Brasil.

Acreditamos que o segmento de *bancassurance*, nosso principal canal de vendas, é beneficiado pela expansão da carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil, uma vez que se observa forte relação entre a venda de produtos de *bancassurance* e a realização de transações bancárias. Segundo dados preliminares do Banco Central do Brasil, o saldo da carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil, de cerca de R\$1,4 trilhão em 31 de dezembro de 2014, apresentou um crescimento de 19,5% se comparado a 31 de dezembro de 2013.

Por esta razão, o produto Prestamista representa um dos principais pilares de nosso crescimento: (i) pelo forte crescimento da carteira de crédito para pessoas físicas da Caixa (em média 36,9%, entre 31 de

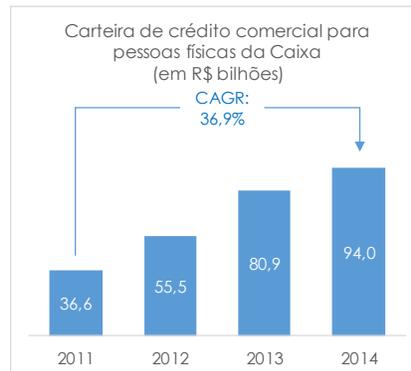
¹² Segundo ranking divulgado em 2014 pela consultoria britânica *Brand Finance*.

¹³ Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização e consórcio, e incluindo seguro DPVAT, com relação aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2014); (ii) pela extensão do seguro Prestamista para demais linhas de crédito para pessoas físicas, tais como financiamento de automóvel e cartão de crédito; e (iii) pela automação do processo de venda e conscientização sobre os benefícios para o segurado e para o banco.

O gráfico a seguir mostra a evolução do crédito para pessoas físicas da Caixa entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2014:



Fonte: Press Releases da Caixa.

Também nos beneficiamos da forte expansão do crédito habitacional observada no Brasil nos últimos anos (de R\$221,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$497,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014¹⁴). A Caixa Seguradora é líder de mercado de seguros habitacionais com *market share* de 62,9% em 31 de dezembro de 2014, em valor de prêmios de seguros divulgados pela SUSEP, e a Caixa é líder de mercado em crédito habitacional, com uma carteira de R\$339,8 bilhões em 31 de dezembro de 2014, segundo dados da Caixa, representando 67,7% do crédito habitacional brasileiro na mesma data. Acreditamos que este produto se beneficiará ainda de políticas governamentais visando reduzir o elevado déficit habitacional no Brasil de 5,2 milhões de domicílios em 2012, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD.

Potencial de criação de estoque de receita e geração de caixa de longa duração.

Os produtos Vida, Saúde, Habitacional, Auto, Residencial e Multi-Risco Empresarial (responsáveis por 77,0% da nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 79,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014) têm como característica a geração de fluxo de receita de longa duração, em razão das seguintes características: (i) longa duração da cobertura; e/ou (ii) alta taxa de renovação de apólices vigentes.

Com relação aos produtos de longa duração, continuamos a fazer jus a comissões devidas periodicamente, enquanto o cliente permanecer com o seguro contratado. Desta forma, nossos resultados são suportados por novas vendas e também pela receita oriunda do estoque criado por vendas realizadas no passado. Destaca-se a longa permanência dos clientes que possuem seguro Saúde, Vida e Habitacional. Este último, um produto essencial para viabilizar a concessão do crédito habitacional, possui potencial de geração de fluxo de receita por cerca de 18,5 anos, em média.

Além dos produtos de longa duração, cujo estoque é oriundo do longo período de tempo coberto pelas apólices comercializadas, outros produtos também são responsáveis pela longevidade do nosso volume de receitas. É o caso dos produtos que apresentam altas taxas de renovação. Neste sentido, focamos nossa

¹⁴ Fonte: Banco Central do Brasil. Refere-se a dados preliminares das operações realizadas com pessoas físicas e pessoas jurídicas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

atuação no incremento dos nossos índices de renovação de seguro Auto (que passou da média anual de 72,9% no exercício social de 2013 para média anual de 79,6% no exercício social de 2014) e Residencial (que passou da média anual de 36,4% no exercício social de 2013 para média anual de 63,6% no exercício social de 2014).

Acreditamos que esse sucesso é um resultado de nossos investimentos em serviços ao cliente. Por exemplo, investimos na expansão das operações de *call center* (em março de 2015 as posições de atendimento de *call center* representaram um aumento de 125,6% com relação a janeiro de 2013) e na implementação de um sistema de CRM (*customer relationship management*) com o objetivo de garantir e aumentar a longevidade da receita advinda desses produtos.

Gestão independente e profissionalizada, suportada por um sólido alinhamento entre os nossos acionistas controladores, que contribuem de forma distinta e complementar para o nosso modelo de negócios.

Acreditamos que a estrutura do nosso bloco de controle proporciona grandes sinergias, em função das distintas contribuições de cada acionista ao nosso modelo de negócios. A FENAE proporciona um importante alinhamento entre nós e os funcionários da Caixa, que possuem papel ativo no processo de venda de seguros. A Caixa Seguros Holding e seus acionistas, por sua vez, proporcionam um alinhamento entre (i) nós e a principal seguradora com a qual operamos, a Caixa Seguradora; e (ii) nós e a Caixa, acionista indireto da Caixa Seguradora e da nossa Companhia, o que viabiliza o principal canal de distribuição dos produtos que comercializamos. Por fim, a GP Investments aporta expertise na gestão e no processo de transformação e crescimento da Companhia. Este alinhamento possibilita uma dinâmica equilibrada entre produto, canal de vendas e gestão, ao mesmo tempo em que proporciona retornos financeiros aos nossos acionistas e valoriza os colaboradores das três instituições.

Como consequência, foi implantada uma gestão independente e profissionalizada, dirigida por profissionais qualificados e com experiência e conhecimento profundo nos negócios que desenvolvemos. Dotada de um perfil empreendedor e com foco em resultados, essa equipe de profissionais vem colaborando de forma expressiva no aprimoramento de processos, bem como na concepção e execução de nossas estratégias de crescimento.

Nossa Estratégia

Buscamos criar valor para nossos acionistas por meio da implementação das seguintes iniciativas:

Aumentar a penetração de produtos de seguros na base de clientes a que temos acesso, buscando altas taxas de crescimento, apoiados por uma estratégia de vendas multi-canal.

Acreditamos possuir fundamentos que nos permitam continuar a crescer acima da média do mercado, uma vez que nossa penetração na base de clientes da Caixa ainda se encontra reduzida. Nos produtos Vida e Auto, responsáveis por 35,4% de nossa receita bruta de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (42,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014), possuímos uma penetração de 2,9% e 0,2% na base de clientes pessoas físicas da Caixa em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, em comparação a BB Seguridade, de 7,3% e 4,7% respectivamente, e Bradesco Seguros, de 7,2% e 2,0%, respectivamente. Nossos níveis atuais de penetração reforçam nossa estratégia de ênfase na comercialização de produtos de seguros nos canais existentes da Caixa.

Valendo-nos dos canais de vendas da Caixa, atuamos em todo o território nacional, seja por meio de agências bancárias da instituição, quanto por meio de nossos canais remotos, lotéricas e correspondentes bancários. No canal de agências, em particular, objetivamos crescer ao incrementar a eficiência na venda

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de produtos de seguros diante das oportunidades apresentadas nas mais de 7,5 bilhões¹⁵ de transações bancárias originadas anualmente nos canais da Caixa.

Busca contínua por redução de custos e despesas e melhora da eficiência operacional.

Imediatamente após a mudança na estrutura de nosso controle acionário, focamos esforços na redução de custos e aumento da eficiência operacional. Para continuar a capturar ganhos de eficiência operacional e incrementos de margem, buscamos constantemente melhorar nossos controles internos, investindo em tecnologia e qualificação profissional. Acreditamos que com nosso contínuo crescimento seremos capazes de obter ganhos de escala e continuaremos a nos beneficiar de eficiências operacionais e aumento nas margens.

Como resultado de nosso trabalho, conseguimos melhorar nossas margens de forma consistente nos últimos quatro exercícios sociais. Nossa Margem EBITDA passou de 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 43,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 nossa Margem EBITDA foi de 51,0%, comparado a Margem EBITDA de 39,4% no mesmo período de 2014), enquanto nossa Margem Líquida foi de 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para 15,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, depois para 29,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e, finalmente, para 31,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 nossa Margem Líquida foi de 35,6%, comparado a Margem Líquida de 29,4% no mesmo período de 2014).

Aproveitar as oportunidades de cross-selling dos produtos de seguros nos diferentes canais de distribuição em que atuamos.

Identificamos que os produtos que comercializamos apresentam oportunidades significativas de *cross-selling* na nossa base de clientes. Por exemplo, identificamos que clientes que possuem seguro Auto são potenciais adquirentes de seguros Patrimoniais. Da mesma forma, no relacionamento com pessoas jurídicas, identificamos que nossos clientes de seguro Saúde são potenciais adquirentes de seguros de Vida corporativos e Multi-risco Empresarial, assim como clientes do seguro Habitacional são frequentes adquirentes de seguro Residencial. Pretendemos, portanto, continuar a aumentar os níveis de comercialização de produtos de seguro dentro da nossa carteira de clientes, utilizando estratégias suportadas (i) por modelos estatísticos de propensão a compras; (ii) pela automatização da oferta em conjunto de produtos complementares no ato da venda; (iii) pela segmentação de clientes, visando iniciativas de *marketing* direto. A título de exemplo, é possível notar um aumento no número de clientes que possuem mais de um produto em nossa carteira. Em 31 de dezembro de 2013, este número era de 514,2 mil clientes e encerrou dezembro de 2014 em 665,8 mil clientes. Acreditamos que essa estratégia reforça a sustentabilidade do nosso modelo de receitas, uma vez que (i) é possível continuar a penetrar a venda de produtos de seguros dentro da carteira de clientes adquirida; e (ii) clientes que possuem mais de um produto de seguros permanecem por mais tempo na nossa carteira de clientes.

Contribuir com soluções de tecnologia aos processos de vendas dos produtos de seguros, facilitando a operacionalização da transação e ampliando a conversão de oportunidades comerciais em negócios.

A eficiência na venda de produtos de seguro, especialmente através do canal *bancassurance*, exige produtos simples, de fácil assimilação pelos clientes e integrados aos processos de comercialização de outros seguros e/ou produtos bancários.

¹⁵ Referente às transações bancárias processadas pela Caixa, no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2014, incluindo as transações realizadas em agências, PAs (Postos de Atendimento), PAEs (Postos de Atendimento Eletrônicos), salas de autoatendimento, Banco 24h e compartilhamento BB, lotéricas, *internet banking*, celulares e correspondentes CAIXA AQUI.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Pretendemos continuar trabalhando em conjunto com a Caixa Seguradora e a Caixa, buscando modernizar os processos e sistemas de tecnologia utilizados nos canais de venda da Caixa, ganhar maior agilidade, reduzir procedimentos burocráticos e ampliar a conversão de oportunidades comerciais em negócios.

Expandir atuação nos canais de vendas existentes e atualmente menos utilizados, como lotéricas e correspondentes bancários.

Além das mais de 3.300 agências, a Caixa possuía em 31 de dezembro de 2014 mais de 18.200 correspondentes bancários, mais de 570 co-corretores e cerca de 13.200 lotéricas, representando os principais canais alternativos para distribuição de produtos *bancassurance*. Acreditamos que tais canais de distribuição representam uma oportunidade adicional de ampliar nosso acesso a um fluxo de clientes atualmente pouco exposto à oferta de produtos de seguros. Em linha com essa estratégia, em setembro de 2014, assinamos um contrato de corretagem com a Caixa Seguradora que prevê a majoração da comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional. Para mais informações sobre essa majoração, vide item 10.2.b(i) deste Formulário de Referência.

Companhia e Caixa Seguradora

Exclusividade

Somos parte em um acordo de acionistas junto à Caixa Seguros Holding (controladora da Caixa Seguradora) e à Caixa Seguradora, celebrado em 3 de outubro de 2014, com prazo de vigência de 25 anos, que nos garante exclusividade, de forma não onerosa, em todo território nacional, para a distribuição, intermediação e a comercialização dos produtos de seguro, previdência, consórcio e capitalização do Grupo Caixa Seguradora, presentes ou futuros (“Produtos”), que são ou venham a ser comercializados pela Caixa Seguradora em todos os canais de distribuição da Caixa (incluindo, mas não se limitando, a agências, postos de atendimento bancários e postos de atendimento eletrônicos, presente e futuros), renovável de forma automática e não onerosa por igual período.

A referida exclusividade não se aplica aos casos em que (i) a lei expressamente proibi-la; e (ii) o cliente determinar o seu próprio corretor.

Adicionalmente, a Caixa Seguros Holding e a Caixa Seguradora poderão comercializar diretamente os Produtos que não requerem a intermediação de corretor, sem que isso signifique quebra de exclusividade. Entretanto, se houver a intermediação e/ou comercialização dos Produtos fora dos canais de distribuição da Caixa, a Caixa Seguradora deverá priorizar a intermediação e/ou comercialização pela nossa Companhia, nos termos do acordo.

A exclusividade e prioridade descritas acima vincularão a Caixa Seguradora pelo prazo de vigência do nosso acordo de acionistas, observadas as seguintes condições:

- i) a manutenção do relacionamento comercial entre a Caixa Seguradora e a Caixa (entidade integrante do bloco de controle da Caixa Seguradora), com vigência até 14 de fevereiro de 2021, renovável automaticamente por igual período, salvo manifestação em contrário de qualquer das partes. O referido relacionamento somente poderá ser descontinuado, sem penalidade, (a) em caso de falência, insolvência ou sofrer intervenção ou requerer composição de credores, ou (b) por mútuo acordo entre as partes com antecedência mínima de 6 (seis) meses da rescisão. Caso qualquer das partes decida unilateralmente descontinuar o relacionamento comercial dentro do prazo de vigência do contrato, tal fato será considerado descumprimento contratual, sendo devida nessa hipótese indenização por perdas e danos.
- ii) enquanto a FENAE e Caixa Seguros Holding mantiverem, em conjunto, mais de 50% do nosso capital social votante. Não obstante, a exclusividade permanecerá em vigor caso o referido percentual seja reduzido em razão de ato voluntário ou anuência da Caixa Seguros Holding.

Com relação à condição número (ii) acima, ressalta-se ainda que, nos termos do Lock-Up previsto no acordo de acionistas e descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, a FENAE (direta ou indiretamente) está impedida de alienar ações (*lock-up*) pelo prazo de 25 anos contados de 3 de outubro

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de 2014, renovável automaticamente enquanto permanecer vigente o relacionamento comercial entre Caixa Seguradora e Caixa. O referido lock-up não será mais aplicável à FENAE caso o relacionamento comercial entre Caixa Seguradora e Caixa seja descontinuado por qualquer motivo.

Convênio de Parceria Operacional

Anteriormente a 31 de dezembro de 2014, os termos e condições comerciais que regiam nossa relação de prestação de serviços com a Caixa Seguradora se encontravam regulados em anexo específico ao contrato celebrado entre Caixa e Caixa Seguradora com vigência até 14 de fevereiro de 2021. Com o objetivo de aprimorar a governança e formalizar todas as atualizações comerciais e evoluções operacionais da nossa relação com os nossos principais parceiros comerciais, em 16 de janeiro de 2015 um novo Convênio de Parceria Operacional foi celebrado entre nós, a Caixa Seguros Holding e todas as suas subsidiárias operacionais, incluindo a Caixa Seguradora (respectivamente, “Grupo Caixa Seguradora” e “Convênio”), cujo objeto é regular:

- (i) a nossa atuação como corretora na comercialização, por meio da rede de distribuição, da rede de revendedores lotéricos e da rede de correspondentes credenciados da Caixa, dos produtos oferecidos pelo Grupo Caixa Seguradora;
- (ii) a prestação, por nós ao Grupo Caixa Seguradora, de certos serviços assessoriais às atividades de corretagem, incluindo, mas não se limitando: (a) proposição de metas de vendas por produto e por canal; (b) proposição do desenvolvimento, lançamento e divulgação de novos produtos; (c) promoção de análise mercadológica dos produtos; (d) estabelecimento de indicadores e análise o desempenho da comercialização dos produtos; (e) discussão e proposição de ações para o cumprimento das metas de vendas já estabelecidas; (f) análise e acompanhamento de processos de sinistros de certos produtos; e (g) acompanhamento de averbações e alterações de apólices em que a Caixa figure como segurada, estipulante ou beneficiária;
- (iii) a nossa atuação na comercialização de produtos Habitacionais, bem como de assessoria e estímulo à comercialização de tais produtos, em operações vinculadas à concessão de crédito imobiliário/habitacional, por meio da rede de correspondentes credenciados, bem como outros correspondentes bancários da Caixa, bem como outros correspondentes bancários de instituições financeiras com as quais o Grupo Caixa Seguradora possuam relação comercial; e
- (iv) a prestação de atividades de corretagem por nós ao Grupo Caixa Seguradora por meio de canais virtuais.

O Convênio também estabelece as comissões, e respectivas bases de cálculo, a serem pagas pelo Grupo Caixa Seguradora à nós pela prestação dos serviços descritos acima, bem como regras sobre compartilhamento de dados e informações entre as partes, dentre outras cláusulas comumente negociadas em contratos dessa natureza. Nossa remuneração prevista no Convênio deverá ser revista de acordo com negociação a ser conduzida de boa-fé entre as partes do Convênio, em caso de qualquer alteração no contrato celebrado em 2 de outubro de 2006 entre a Caixa e Caixa Seguradora ou de qualquer outro evento que implique um aumento de custos para a Caixa Seguradora e/ou das sociedades operacionais da Caixa Seguradora, a exclusivo critério dessas, principalmente alterações relacionadas a grade de comissionamento ou aos produtos distribuídos no âmbito daquele contrato. No caso de não ocorrer acordo entre as partes em relação a nova grade de remuneração no prazo de 90 dias, a nova remuneração a ser aplicada será aquela definida pelo Grupo Caixa Seguradora, tendo como limite de redução o mesmo percentual de redução da margem técnica do respectivo produto objeto da revisão da remuneração.

O Convênio permanecerá em vigor pelo mesmo período de vigência da relação comercial existente entre Caixa e Caixa Seguradora, por meio do contrato celebrado em 2 de outubro de 2006 (atualmente com vigência até 14 de fevereiro de 2021), sendo que tal prazo de vigência será automaticamente prorrogado: (a) pelo mesmo prazo de vigência relação comercial entre Caixa e Caixa Seguradora, em caso de renovação desta ou de prorrogação de seu prazo de vigência; ou (b) pelo mesmo prazo de vigência de eventual novo contrato que substitua o contrato celebrado em 2 de outubro de 2006 e verse sobre o mesmo objeto.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O Convênio só poderá ser alterado mediante anuência de todas as partes e será rescindido, a qualquer tempo, apenas nas seguintes hipóteses:

- i) por consentimento mútuo entre as partes, manifestada por escrito com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de antecedência;
- ii) caso qualquer das partes seja declarada insolvente, tenha a sua falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação decretada ou negocie composição com credores em virtude de situação pré-falimentar;
- iii) alteração do objeto social da nossa Companhia ou da Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A, de forma a nos impedir de prestar as atividades previstas no Convênio; e
- iv) perda definitiva pelas partes da autorização para operar concedida pelos respectivos órgãos reguladores, conforme aplicável.

Adicionalmente, o Convênio pode ser rescindido pela parte não infratora, em caso de descumprimento das obrigações previstas no Convênio por qualquer das outras Partes, caso tal descumprimento não seja sanado pela parte infratora no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento de notificação da parte não infratora nesse sentido.

Mesmo após a rescisão, as partes deverão manter os produtos ativos, bem como prestar atendimento aos segurados, beneficiários e demais clientes, por prazo específico de transição a ser determinado de comum acordo, não podendo ocorrer nenhum prejuízo àqueles que adquiriram os produtos.

De acordo com o Convênio, é vedado a nós e à Par Riscos Especiais caucionar ou utilizar o Convênio ou os recebíveis dele decorrentes para qualquer operação financeira, bem como a emissão de duplicatas em razão da execução das atividades objeto do Convênio, sem a prévia e a expressa autorização dos outros partes ao Convênio.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Nossa administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. Nossa diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: (i) Varejo e Pequenas Empresas; e (ii) Médias e Grandes Empresas.

O segmento de Varejo e Pequenas Empresas abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, seguindo o modelo B2C, e que, na maioria das vezes, tem o negócio fechado ou originado no principal canal da Caixa Seguradora, o balcão de agências.

Já o segmento de Médias e Grandes Empresas (B2B) abrange aqueles clientes que normalmente adquirem produtos em processos de venda consultivos onde, geralmente, a oportunidade de venda leva mais tempo para ser convertida em negócio.

a. produtos e serviços comercializados

Os produtos negociados para o varejo e pequenas empresas são principalmente: Vida, Habitacional, Prestamista, Residencial, Multi-Risco Empresarial, Auto e Outros Produtos (previdência, capitalização e consórcio).

Os produtos negociados para médias e grandes empresas são principalmente: Riscos Especiais e Saúde.

Nosso modelo de negócios permite ainda segregar tais produtos em duas categorias: (i) *bancassurance*, no qual os produtos de seguros são oferecidos por meio de uma parceria entre um banco e uma seguradora, pela qual a seguradora utiliza os canais de venda dos bancos para vender seus produtos de seguros; e (ii) produtos tradicionais de seguros, que são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior à sua relação com o canal de vendas.

Nossa receita de corretagem é auferida na medida em que o consumidor de produtos de seguros efetua o pagamento das parcelas do prêmio à seguradora. A seguradora, por sua vez, ao receber os prêmios repassa os valores correspondentes às nossas comissões, que correspondem a um percentual sobre o prêmio do seguro vendido, nos remunerando pelos serviços de corretagem prestados.

Segue abaixo uma breve descrição de cada um dos produtos que comercializamos:

Vida

Trata-se de apólices de seguro de vida individuais oferecidas aos clientes da Caixa no balcão das agências. Atualmente é o produto com maior relevância na nossa receita (31,0% de nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 38,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014). O seguro Vida possui enorme importância no modelo de *bancassurance*, pois acreditamos ter grande potencial de crescimento na base de clientes da Caixa. A aderência do seguro de vida ao canal de *bancassurance* ocorre principalmente por: (i) simplicidade do produto, (ii) preços alinhados ao perfil de renda do cliente, (iii) integração de sistemas gerando agilidade no momento da venda, bem como comodidade na cobrança através de débito automático em conta corrente.

O seguro de vida é dividido em dois principais segmentos:

Pessoas físicas: Ofertado diretamente a toda a rede de correntistas e poupadores da Caixa. O principal produto deste segmento é o 'Vida da Gente' que possui cobertura para morte por causas naturais e acidentais bem como sorteios mensais, assistência domiciliar (*Check-up Lar*), assistência viagem e assistência funeral. Dentro dos produtos para pessoa física também se destaca o seguro Amparo, vendido exclusivamente nas lotéricas e correspondentes bancários. O produto tem como principal apelo à venda o preço atrativo (cobertura anual a partir de R\$ 30), sorteios mensais e assistência funeral.

Pessoas jurídicas: Ofertados para a base de clientes pessoa jurídica da Caixa sendo principalmente composta por pequenas e médias empresas. O principal produto do segmento é o 'Vida Empresarial' e possui cobertura e benefícios simplificados, em linha com o perfil de

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

clientes da Caixa.

Habitacional

O seguro Habitacional é essencial para viabilizar a concessão de crédito habitacional. O seguro habitacional é obrigatório no Brasil e o produto é composto por dois tipos de cobertura:

Seguro de morte ou invalidez permanente (Seguro MIP): Este seguro garante que em caso de morte ou invalidez do segurado, o contrato de financiamento será quitado pela seguradora. O custo deste seguro de vida muda em função da idade do contratante no momento da assinatura do contrato de financiamento bem como de re-enquadramentos de idade que ocorrem a cada 5 anos. Apesar do custo deste seguro diminuir mensalmente com a quitação das parcelas de financiamento, como o prazo médio de quitação dos financiamentos é de 18,5 anos, o custo do seguro costuma se manter estável durante a maior parte do contrato. Adicionalmente, o valor do prêmio é impactado pela idade do segurado na data de contratação, sendo mais elevado conforme a idade do contratante seja mais avançada.

Danos físicos ao imóvel (Seguro DFI): Este seguro protege contra danos estruturais causados ao imóvel. O custo deste seguro é feito com base no preço de avaliação da Caixa sobre o imóvel.

A receita de comissão com seguro Habitacional (29,2% de nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 21,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014) representa um grande diferencial estratégico para nós, uma vez que o longo prazo de permanência dos clientes em carteira faz com que vendas passadas tenham maior relevância do que as novas vendas em termos de receita, proporcionando, assim, uma maior previsibilidade das mesmas.

Prestamista

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do financiamento (exceto financiamento habitacional que é coberto pelo seguro habitacional) que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família suporte a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista foi responsável por 12,8% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 8,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Residencial

O produto Residencial consiste no seguro patrimonial de imóveis residenciais. O ambiente da Caixa representa grande potencial de crescimento do seguro Residencial, já que o banco está fortemente associado ao crédito habitacional. Por se tratar de um produto com renovação anual ele gera receitas de comissões anuais e um relacionamento de longo prazo com o cliente. O seguro Residencial foi responsável por 5,5% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 5,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Multi-Risco Empresarial

O seguro multi-risco empresarial é o seguro patrimonial para empresas. O produto oferece uma gama variada de coberturas aos segurados, tendo como cobertura básica a de incêndio e explosão. Coberturas adicionais são incluídas de acordo com o segmento de atuação da empresa. Adicionalmente com o fortalecimento do crédito rotativo para empresas, diversas instituições financeiras vêm requisitando o seguro das operações para garantir a continuidade dos negócios. O seguro Multi-Risco Empresarial foi responsável por 3,8% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 4,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Auto

O seguro Auto da Caixa Seguradora possui como coberturas básicas a colisão, incêndio, roubo, furto, dano corporal e dano material causado a terceiros. Coberturas adicionais como vidros e carro reserva

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

dentre outras podem complementar a apólice de seguro. A nossa atuação comercial na venda do seguro Auto contribui de forma relevante para sustentar os níveis de crescimento deste produto para Caixa Seguradora, uma vez que a compra do seguro Auto pelo cliente se dá, na maioria das vezes, fora dos canais de *bancassurance*. Desta forma, nossas centrais remotas possuem um papel estratégico na venda e renovação do seguro Auto. Além disso, é um produto que traz potencial de *cross-selling* com outros produtos patrimoniais, bem como gera um relacionamento de longo prazo e gera oportunidades comerciais com o cliente. Nesta categoria comercializamos produtos de outras seguradoras fora dos canais de distribuição da Caixa.

O seguro Auto foi responsável por 4,4% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 4,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Saúde

Atuamos no segmento de seguro saúde através de nossa subsidiária FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A. (“Par Saúde”), que começou a comercializar seguros no balcão de agências da Caixa em 2012. Por se tratar de um produto cujo processo de venda é consultivo e costuma levar tempo, a Par Saúde opera comercialmente através de indicações geradas pelas agências da Caixa, que incluem os dados de indicação no nosso sistema de CRM. No momento da oferta do produto Saúde, é feita também a oferta do seguro odontológico. A oferta deste produto tem um apelo maior para o segmento de pequenas e médias empresas, e apesar de ainda não representar receita significativa, tem grande potencial estratégico. O seguro odontológico também é disponibilizado nas agências da Caixa.

O seguro Saúde foi responsável por 3,1% da nossa receita bruta no período de três meses encerrados em 31 de março de 2015 e 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Riscos Especiais

Atuamos na comercialização dos produtos de Riscos Especiais por meio de nossa subsidiária Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. (“Par Riscos Especiais”). As vendas de Riscos Especiais são originadas tanto fora do ambiente da Caixa, quanto através de indicações feitas nas agências e superintendências do banco. O processo de venda de seguros de riscos especiais é consultivo, pois depende de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Em decorrência do processo de venda mais complexo, as taxas de comissão praticadas costumam ser superiores aos produtos de *bancassurance*. Nesta categoria comercializamos produtos de outras seguradoras fora dos canais de distribuição da Caixa, sendo que os principais produtos comercializados por nós são: (i) garantias diversas; (ii) término de obra; (iii) vida em grupo; e (iv) seguro rural.

O seguro Riscos Especiais foi responsável por 6,3% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 6,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Outros Produtos

Este grupo contempla a receita de comissão de venda de três produtos: previdência, consórcio e capitalização. Estes produtos representam uma parcela menor do nosso resultado e tem como característica principal serem produtos substitutos de produtos financeiros tradicionais.

O detalhe a respeito de cada produto e suas principais características estão descritos conforme a seguir:

Previdência: dentre os principais tipos de produtos ofertados se encontram o PGBL, VGBL e o produto Viver + Fácil que combina plano de previdência com seguro de vida. Funciona como substituto da aplicação financeira tradicional (fundos de investimento, CDB’s, etc.)

Consórcio: consórcio imobiliário com cartas a partir de R\$ 100 mil reais e de consórcio automóvel a partir de R\$ 25 mil reais. Funciona como substituto para os financiamentos habitacionais e de automóveis.

Capitalização: produto estruturado para combinar uma alternativa de poupança com sorteio de prêmios. Os principais produtos de capitalização são o SuperXCap e o IdealCap que oferecem uma série de prêmios mensais. Funciona como substituto para a captação de poupança.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Esta categoria foi responsável por 4,0% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Comissões

As comissões que recebemos como remuneração da prestação de serviços de corretagem foram determinadas com base em análises que levam em consideração (i) a modelagem dos produtos de seguros, (ii) suas respectivas margens técnicas, (iii) efeitos na precificação do produto, e (iv) sinistralidade, buscando garantir a manutenção de níveis adequados de margens técnicas das seguradoras com as quais operamos e, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente nossa atuação como agente comercial com participação relevante no processo de vendas de seguros.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita líquida de prestação de serviços proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais, conforme divulgado nas notas explicativas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2014	2013	2012	2011
	<i>(em R\$ milhões)</i>					
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e pequenas empresas	77,0	50,1	242,6	197,7	150,3	132,4
Receita líquida de prestação de serviços de Grandes e médias empresas	8,0	5,6	31,8	16,5	3,3	4,0
Receita líquida de prestação de serviços	85,0	55,7	274,4	214,2	153,7	136,4

Por sua vez, a participação da receita proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais em nossa receita líquida de prestação de serviços total é demonstrada a seguir:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2014	2013	2012	2011
	<i>(em %)</i>					
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e pequenas empresas	90,6%	89,9%	88,4%	92,3%	97,8%	97,0%
Receita líquida de prestação de serviços de Grandes e médias empresas	9,4%	10,1%	11,6%	7,7%	2,2%	3,0%
Receita líquida de prestação de serviços	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais encontra-se evidenciado na tabela abaixo:

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2014	2013	2012	2011
	<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lucro líquido de Varejo e pequenas empresas	29,4	15,6	81,7	61,4	24,2	10,3
Lucro líquido de Grandes e médias empresas	1,4	1,3	5,9	2,1	(0,6)	(2,2)
Ajustes de equivalência patrimonial	(0,6)	(0,5)	(2,5)	(0,6)	0,3	1,1
Lucro líquido total	30,3	16,4	85,1	62,8	23,9	9,2

Por sua vez, a participação do lucro líquido proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais em nosso lucro líquido total é demonstrada a seguir:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2014	2013	2012	2011
	<i>(em %)</i>					
Lucro líquido de Varejo e pequenas empresas	97,2%	95,4%	96,0%	97,7%	101,3%	112,0%
Lucro líquido de Grandes e médias empresas	4,7%	7,8%	7,0%	3,3%	(2,5)%	(23,9)%
Ajustes de equivalência patrimonial	(1,9%)	(3,2%)	(3,0%)	(1,0%)	1,3%	12,0%
Lucro líquido total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

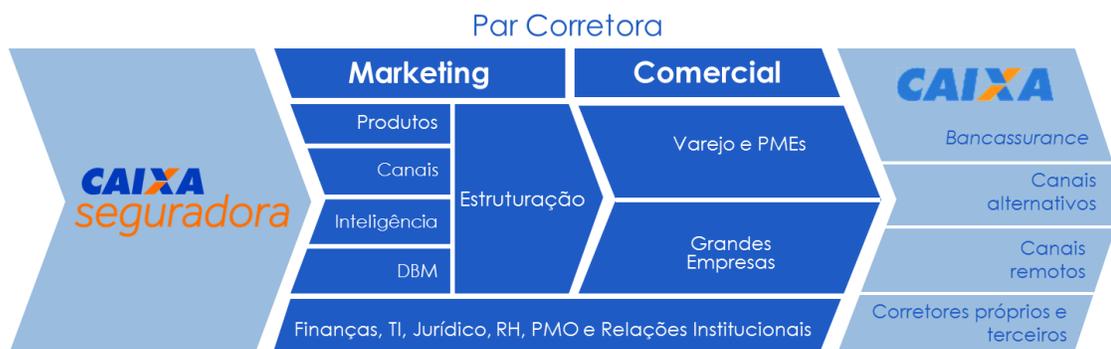
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Somos a corretora de seguros exclusiva da Caixa Seguradora nos canais da Caixa e atuamos como um elo estratégico entre as duas instituições. Desempenhamos um papel preponderante na definição da estratégia de venda de seguros; na estruturação de novos produtos e canais e no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa.

Nosso modelo de atuação envolve as seguintes atividades:

- *Com a Caixa Seguradora:* atuamos na estruturação de produtos e avaliação de canais de venda, além de participar em discussões de planos de negócio e orçamento. Participamos do planejamento de *marketing*, que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de marketing com um profundo conhecimento de gestão de ambientes informacionais de grande complexidade (*big data*); e
- *Com a Caixa:* atuamos na venda direta e também no suporte comercial às atividades de vendas de seguros da Caixa Seguradora nas agências da Caixa (canal onde somente são comercializados produtos de seguros da Caixa Seguradora), bem como na gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.



Nossa atuação como corretores varia de acordo com a natureza dos produtos que comercializamos. Produtos de bancassurance possuem maior aderência aos canais habituais de comercialização de produtos bancários, principalmente agências e correspondentes bancários. Produtos tradicionais de seguros, por sua vez, complementam o portfólio dos bancos e dependem de esforços ativos de venda em canais que vão além das agências e correspondentes bancários. Nossa atuação comercial se dá de forma distinta para os diferentes tipos de produtos:

Produtos de Bancassurance

Produtos de bancassurance são aqueles em que a intenção de compra do seguro pelo cliente surge durante a concretização de uma transação bancária com o banco. Por esta razão, a Caixa possui um papel relevante no momento da venda. Nesses casos, somos responsáveis pela gestão de vendas nas agências da Caixa através de nossa equipe de vendas com atuação nacional, enquanto a Caixa é responsável por executar a venda, oferecendo um produto de seguro adequado às necessidades de seu cliente considerando as características de cada transação bancária. São produtos como: seguro Vida, Prestamista, Residencial, Habitacional, Multi-risco Empresarial, e de outros produtos como previdência, capitalização e consórcio. As principais atribuições da nossa equipe de gestão de vendas são: (i) acompanhamento diário de vendas; (ii) mobilização das agências, buscando comprometer um maior número de funcionários com a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

venda de seguros; e (iii) implementação contínua de melhorias e customização dos sistemas utilizados na venda de seguros, automatizando processos e conferindo maior agilidade nas transações.

Produtos Tradicionais

Os produtos tradicionais de seguros são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior a sua relação com o canal de vendas. São produtos como: seguro Saúde, Auto, Riscos Especiais, entre outros. Nestes casos, diferente do que ocorre na comercialização dos produtos de bancassurance, possuímos papel predominante na execução da venda, utilizando diversos canais para executar nossa estratégia comercial, enquanto a Caixa, fica responsável pela realização do suporte à venda do produto de seguro, contribuindo, ainda, com a geração de indicações oportunistas de negócio.

Atuação da Par Corretora em relação à dinâmica de seus diferentes canais de vendas



Nossa estrutura é suportada transversalmente pelas áreas de *marketing* e de vendas (ou comercial). As principais atividades desempenhadas pelas áreas de negócio estão descritas a seguir:

- *Marketing*: área que atua na estruturação e planejamento de produtos e canais, tanto com as seguradoras (principalmente com a Caixa Seguradora) quanto com a Caixa e outros parceiros comerciais (canais). Possui uma gerência de produtos com profissionais dedicados a cada ramo de seguros e outra gerência de canais dedicada a cada canal de distribuição de seguros. A área ainda conta com uma equipe de inteligência de *marketing* e um time com vasta experiência na modelagem de grandes bancos de dados.
- Vendas: nossa área comercial é responsável, principalmente, pela execução e acompanhamento diário das metas de vendas nos diversos canais que utilizamos. No balcão da Caixa, nossa força de vendas está presente fisicamente em mais de 950 agências, atuando em todo o território nacional. A área também faz a gestão das operações de vendas e renovação de seguros via canais remotos e alternativos. A área de vendas conta com ferramentas desenvolvidas sob medida pelas nossas áreas de apoio contendo relatórios para acompanhamento de metas, índices de cancelamentos, renovações, entre outros indicadores acompanhados diariamente.

Além das áreas de *marketing* e vendas, contamos com áreas de apoio que suportam o nosso plano de crescimento. São elas: Relações Institucionais, Finanças, Tecnologia, Jurídico e Gente & Gestão.

b. Características do processo de distribuição

Somos uma empresa com presença nacional, apoiada em uma sólida estrutura de vendas e operações e recebemos comissões pelas vendas de seguros em canais próprios ou disponibilizados pela Caixa, nossa controladora indireta:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- *Canais locais:* são as 3.391 agências da Caixa (em 31 de dezembro de 2014), onde estão presentes mais de 950 assistentes de vendas alocados fisicamente em mais de 950 agências.
- *Canais remotos:* são os nossos mais de 300 funcionários ou terceiros que atuam nas centrais de vendas, renovação e retenção de nossos clientes via *call center* ou *webchat*.
- *Canais alternativos:* são os mais de 18,2 mil correspondentes bancários e mais de 13,2 mil correspondentes lotéricos (em 31 de dezembro de 2014) que complementam a rede de distribuição da Caixa, nossa controladora indireta.
- *Força de vendas e co-corretores:* são os mais de 570 co-corretores em 31 de dezembro de 2014 atuando na comercialização de produtos para clientes corporativos (principalmente seguro saúde, riscos especiais e seguro de vida em grupo), além de nossa própria força de vendas.

Distribuição geográfica da Par Corretora



Quando distribuimos produtos de seguros fora dos canais de distribuição da Caixa, não estamos sujeitos a qualquer exclusividade e, portanto, intermediamos produtos de outras seguradoras principalmente para produtos Auto e Riscos Especiais.

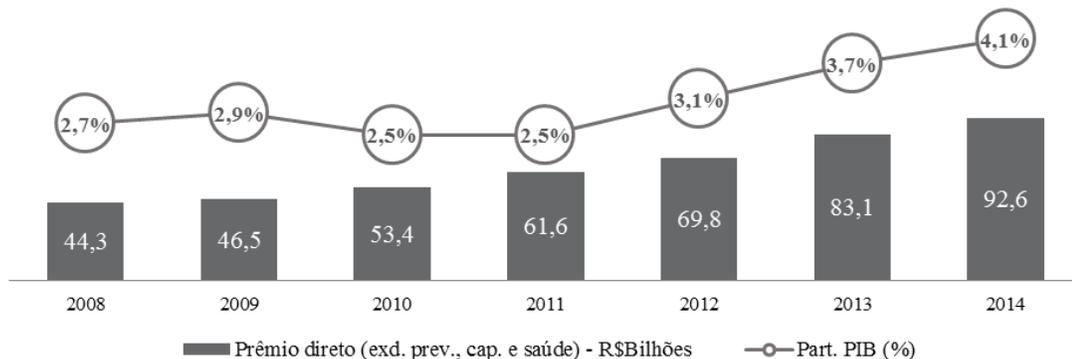
c. características dos mercados de atuação

Visão Geral da Indústria de Seguros

Entre os anos de 2008 e 2014, o volume de prêmios de seguros incluindo DPVAT apresentou crescimento médio de 13,1%, segundo dados da SUSEP. Em 2014, o total de prêmios de seguros foi de R\$ 92,6 bilhões, representando um crescimento de 11,4% frente ao ano anterior. Em relação ao Produto Interno Bruto (“PIB”), os prêmios de seguro passaram de 2,7% do PIB em 2008 para 4,1% em 2014 (sem considerar as operações de previdência, títulos de capitalização e saúde).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Evolução do Prêmio de Seguros no Brasil⁽¹⁾



¹ Considera prêmios de seguro DPVAT.
Fonte: SUSEP

Evolução Histórica da Indústria de Seguros

Durante as décadas de 1970 e 1980, a indústria brasileira de seguros apresentou um crescimento modesto, influenciado pelas condições macroeconômicas do período (inflação e taxas de juros elevadas e políticas inibidoras de competição) e por uma cultura ainda pouco atenta à importância da contratação de seguros. Já na década de 1990, mudanças na regulamentação do setor permitiram que as companhias seguradoras tivessem maior liberdade na fixação de preços e estruturação dos produtos, bem como a possibilidade de sociedades estrangeiras deterem o controle de sociedades seguradoras nacionais.

A estabilização da economia brasileira, marcada também pelo incremento na renda média *per capita* da população e o surgimento de uma nova classe média, permitiu um aumento da demanda potencial por produtos de seguros. Paralelamente, observou-se ainda uma melhoria no conjunto normativo do setor por parte da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”).

Cenário Atual da Indústria de Seguros

Segundo dados da CNseg¹ com data base de junho de 2014, o cenário de crescimento para o setor continua promissor, com taxas de crescimento anuais previstas para os ramos elementares de seguros de 6,5% em 2015, enquanto os planos de coberturas de pessoas devem apresentar crescimentos de 10,7% em 2015. O crescimento nos ramos elementares é puxado principalmente pelo elevado crescimento do segmento de seguros habitacionais, que se acredita que apresentará taxas anuais de crescimento de 13,0% em 2015, beneficiando-se da expansão do crédito habitacional e das políticas públicas de incentivo à habitação.

Seguindo uma tendência observada em outros países, o desempenho do mercado de seguros no Brasil é bastante influenciado pelo desempenho do segmento de *bancassurance*, que representa 54,2% dos prêmios diretos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, segundo dados divulgados pela SUSEP². Por esta razão, os *players* deste segmento concentram a maior parte do mercado de seguros no País, seguidos de grandes seguradoras, mostrando-se um mercado concentrado no qual os 10 maiores *players*³ detêm cerca de 76,3% do mercado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 (77,1% no mesmo período de 2009), em valor de prêmios diretos divulgado pela SUSEP.

Este perfil é resultado de um processo de consolidação das instituições financeiras brasileiras, que culminou na formação de grandes conglomerados financeiros com forte atuação no varejo. Devido às sinergias observadas entre as redes de distribuição bancária e a venda de seguros, tais instituições passaram a operar no mercado de seguros por meio seguradoras próprias ou por meio de *joint ventures*

¹ Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

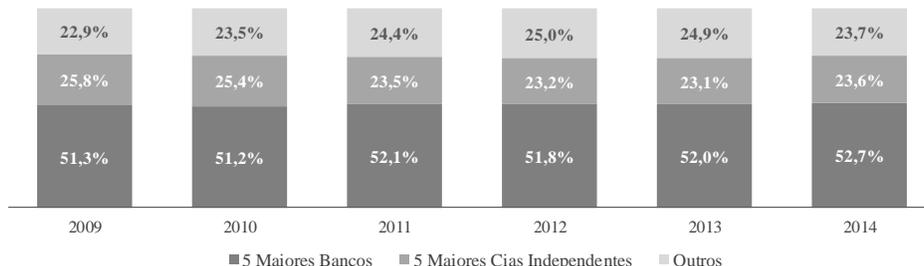
² Em termos de prêmios diretos, divulgados pela SUSEP, excluindo a seguradora Líder DPVAT

³ Em termos de prêmios diretos, divulgados pela SUSEP, excluindo a seguradora Líder DPVAT; (i) as cinco maiores companhias brasileiras de *bancassurance* são: BB Mapfre, Itaú Seguros, Bradesco, Zurich Santander e Caixa Seguros; e (ii) as cinco maiores seguradoras independentes são: Porto Seguro, Sul América, Allianz Seguros, Tokyo Marine e Liberty.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

com grandes seguradoras. Estes fatores influenciaram o mercado de seguros, concentrando grande parte das operações do setor em poucos *players*, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

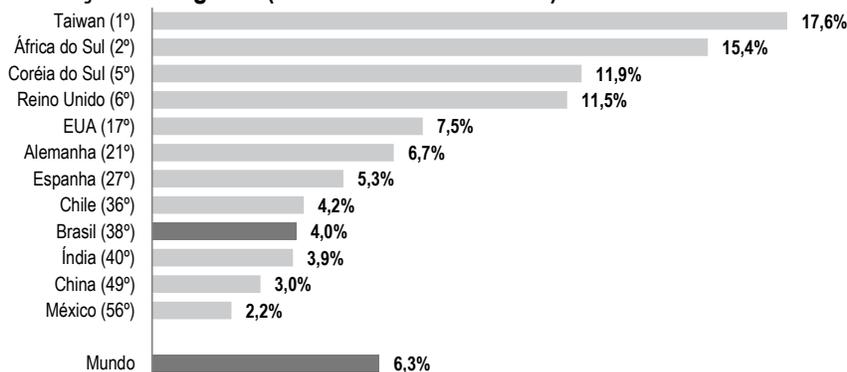
Market Share dos 10 Maiores Grupos



Fonte: SUSEP, excluindo a seguradora Líder DPVAT e as receitas de saúde e contribuições de previdência

Apesar dos avanços da indústria de seguros no País nas últimas décadas, o mercado de seguros no Brasil ainda apresenta baixo nível de penetração quando comparado a outros países e à média de penetração mundial, ocupando o 38º lugar em prêmios totais emitidos em relação ao PIB total de cada país, segundo a consultoria especializada Swiss Re.

Penetração de Seguros (Prêmios como % do PIB)



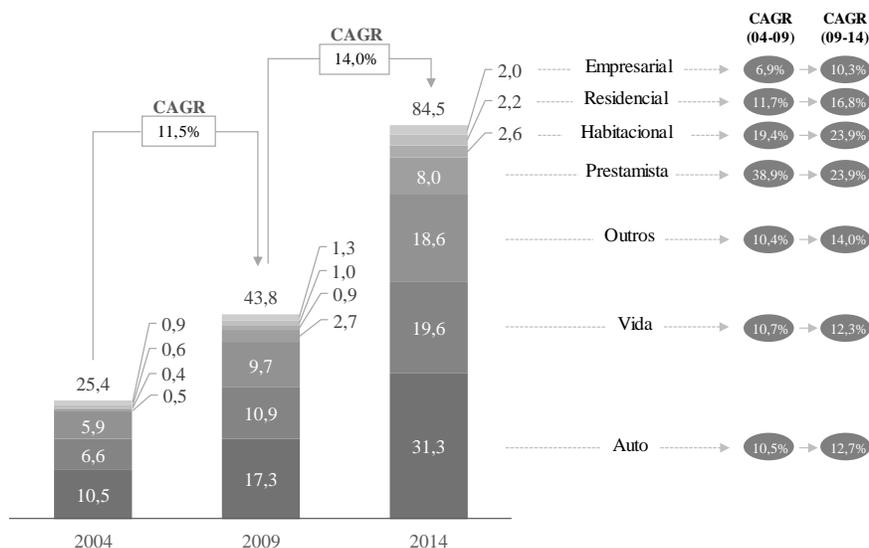
¹ Considera prêmios de vida e não-vida.
Fonte: Swiss Re, dados de 2013

No ano de 2014 em relação ao de 2009, os produtos que mais contribuíram para expansão do setor de seguros foram as categorias Vida e Auto, responsáveis por 55,8% do crescimento total do mercado de seguros em termos de prêmios diretos, segundo dados da SUSEP. Em razão da sua representatividade, tais produtos apresentaram taxas de crescimento anuais próximas às médias do próprio mercado de seguros, que apresentou um CAGR de 14,0% no mesmo período.

Por outro lado, duas das categorias de produtos que apresentaram taxas de crescimento mais expressivas foram Habitacional e Prestamista, com CAGRs de 23,9% cada, em termos de prêmios diretos segundo dados da SUSEP, influenciados em grande parte pela expansão do crédito para pessoa física no Brasil.

Estas quatro categorias de produtos foram responsáveis, em conjunto, por 72,9% do mercado de seguros no ano de 2014, em termos de prêmios emitidos, e a 73,0% do crescimento total do mercado entre os anos de 2009 e 2014, segundo dados da SUSEP.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



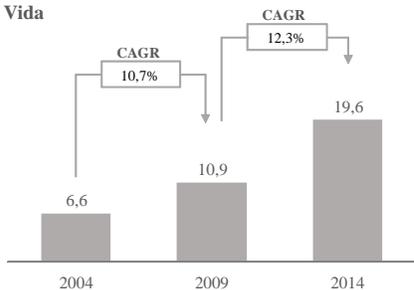
Fonte: SUSEP, excluindo previdência, capitalização e seguros DPVAT

Vida

Essa categoria de produtos foi responsável por 23,2% dos prêmios de seguros no ano de 2014. Nota-se também que a participação do segmento de *bancassurance* na venda de produtos Vida vem ganhando relevância, passando de 58,2% dos prêmios diretos no ano de 2004 para 66,9% no ano de 2014. Este comportamento é explicado pela grande aderência deste produto aos canais de distribuição de *bancassurance*, como agências bancárias, devido à simplicidade de sua estrutura e ao baixo *ticket* de seus prêmios, gerando grande volume de vendas pelos *players* desse segmento. Além disso, acreditamos que o desempenho deste produto é influenciado positivamente pela melhor distribuição de renda da população, que tende a aumentar a propensão das pessoas para compra de seguros Vida.

Desde 2004, o Bradesco Seguros é líder na venda deste produto no Brasil, enquanto a Prudential é o *player* que mais ganhou posições no *ranking* de participação no mercado, passado do 17º lugar em 2004 para o 7º lugar em dezembro de 2014. Entre os *players* de *bancassurance*, a Caixa Seguradora e a Zurich Santander mostraram as evoluções mais relevantes, ambas avançando quatro posições, segundo dados obtidos junto a SUSEP.

Vida



	2004			2014			Evol. Ranking
	Prêmio (R\$ MM)	Share	Ranking	Prêmio (R\$ MM)	Share	Ranking	
BRADESCO	1.238	18,8%	1	3.798	19,4%	1	0
BB SEGURIDADE	911	13,8%	3	3.031	15,5%	2	-1
ITAU	987	15,0%	2	2.755	14,1%	3	1
ZURICH SANTANDER	119	1,8%	12	1.691	8,6%	4	-8
CAIXA SEGURADORA	143	2,2%	11	1.016	5,2%	5	-6
ICATU	197	3,0%	8	758	3,9%	6	-2
PRUDENTIAL	61	0,9%	18	715	3,7%	7	-11
METROPOLITAN LIFE	269	4,1%	7	714	3,6%	8	1
HSBC	356	5,4%	5	659	3,4%	9	4
PORTO SEGURO	161	2,4%	10	440	2,2%	10	0

Fonte: SUSEP

Habitacional

Esta categoria de produtos é responsável por 3,1% dos prêmios de seguros diretos no ano de 2014. Nota-se que a participação do segmento de *bancassurance* na venda de seguros Habitacionais é preponderante,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

chegando a 90,0% no ano de 2014. Por se tratar de um seguro obrigatório, o seu desempenho está intrinsecamente relacionado à expansão do crédito ao setor imobiliário no Brasil, que apresentou um CAGR de 31,4% nos últimos três anos, passando de R\$ 221,6 bilhões no final de 2011 para R\$ 502,4 bilhões no final de 2014, conforme dados do Banco Central do Brasil. Além disso, acredita-se que este produto se beneficiará ainda de políticas governamentais visando reduzir o elevado déficit habitacional no Brasil de 5,2 milhões de domicílios em 2012, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Desde 2004, a Caixa Seguradora é líder na venda deste produto no Brasil, tendo sido capaz de manter uma participação de mercado superior a 60,0% desde 2004, segundo dados obtidos junto à SUSEP, conforme tabela abaixo, operando junto à Caixa, um banco com atuação preponderante na concessão do crédito habitacional no Brasil. A BB Seguridade e a Zurich Santander foram os *players* que mais ganharam posições no *ranking* de participação no mercado, avançando oito posições no ranking.

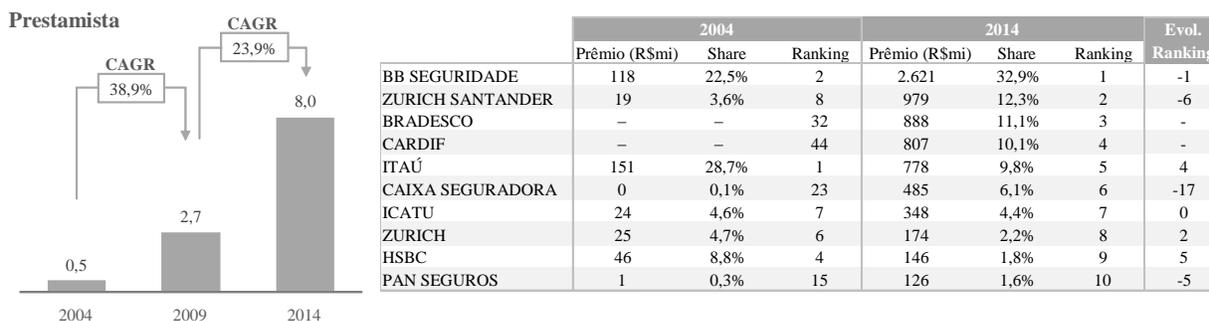


Fonte: SUSEP

Prestamistas

Esta categoria de produtos foi responsável por 9,4% dos prêmios de seguros diretos no ano de 2014, segundo dados da SUSEP, totalizando R\$8,0 bilhões, representando expressivo crescimento histórico desde 2004, quando possuía uma representatividade quase irrisória no mercado de seguros brasileiro. Nota-se que a participação do segmento de *bancassurance* na venda de seguros Prestamista é preponderante, chegando a 74,4% no ano de 2014. Este seguro representa uma importante garantia tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família tenha que arcar com a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro, o que acredita-se resultar em alto potencial de penetração deste produto nas operações de crédito. Seu desempenho é impactado positivamente pela expansão do crédito para pessoas físicas no Brasil, que apresentou um CAGR de 15,7% nos últimos três anos, passando de R\$920,3 bilhões no final de 2011 para R\$1,4 trilhões no final de 2014, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Desde 2003, o BB Seguridade é líder na venda deste produto no Brasil. A Caixa Seguradora é o *player* que mais ganhou posições no *ranking* de participação no mercado, passado do 22º lugar em 2004 para o 6º lugar em 2014, segundo dados obtidos junto à SUSEP.



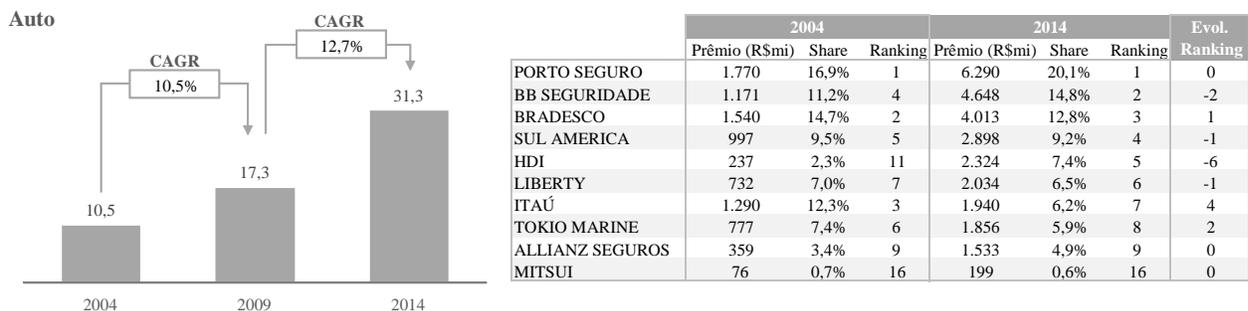
Fonte: SUSEP

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Auto

Esta categoria de produtos é responsável por 37,1% dos prêmios de seguros diretos no ano de 2014, segundo dados da SUSEP. Em razão de sua representatividade e desempenho, foi o produto de seguros que mais contribuiu para o crescimento do setor no ano de 2009 em relação ao ano de 2014 (responsável por cerca de 34,6% do crescimento total dos prêmios diretos no período). Trata-se de um produto com maior aderência aos canais tradicionais de venda de seguros, tais como rede de corretores independentes (sociedades ou pessoas físicas) que operam com apólices de várias seguradoras. Por esta razão, as seguradoras independentes possuem papel mais relevante na comercialização deste produto. É importante notar que BB Seguridade e Bradesco Seguros, *players* do segmento de *bancassurance*, são responsáveis em conjunto por 27,6% dos prêmios diretos no ano de 2014 para seguros Auto, valendo-se da mesma estratégia para distribuição do produto, ou seja, uma rede credenciada de corretores independentes. Ao contrário de outros tipos de produtos de seguros, o mercado de seguros Auto, segundo dados da SUSEP, já se encontra em estágio mais maduro de desenvolvimento, com histórico de competição principalmente por preços, na medida em que as apólices emitidas pelas diferentes seguradoras são bastante similares e não há um percepção de qualidade relevante associada à marca das seguradoras. O desempenho deste segmento se beneficia ainda da expansão da indústria de autoveículos no Brasil, cuja produção passou de 2,3 milhões de autoveículos em 2004 para 3,2 milhões de autoveículos em 2014, conforme dados da ANFAVEA.

Desde 2004, a Porto Seguro é líder na venda deste produto no Brasil. A HDI é o *player* que mais ganhou posições no *ranking* de participação no mercado, passado do 11º lugar em 2004 para o 5º lugar em 2014.



Fonte: SUSEP

O Segmento de Bancassurance

Visão Geral do Segmento de Bancassurance

Bancassurance, também conhecido como *bank insurance* ou *bancasseguros*, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros. O segmento de *bancassurance* possui grande relevância no mercado de seguros do Brasil, representando 51,4% do total de prêmios diretos⁴, conforme divulgado pela SUSEP no ano de 2014. Em geral, a grande capilaridade das redes de distribuição dos bancos, aliados à conveniência de oferecer produtos de seguros no momento em que são realizadas transações bancárias, criam um ambiente propício para realização de negócios envolvendo grandes volumes de itens segurados.

A relevância dos prêmios de seguros emitidos no segmento de *bancassurance* está diretamente relacionada ao tamanho da base de clientes dos bancos e à eficiência do principal canal de distribuição das instituições financeiras: sua rede de agências. O volume de seguros comercializado nos balcões dos bancos tem sido beneficiado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) expansão do crédito no Brasil; (ii) crescente inclusão bancária⁵; e (iii) expansão das redes de agências. Entre 2009 e 2013, o total de

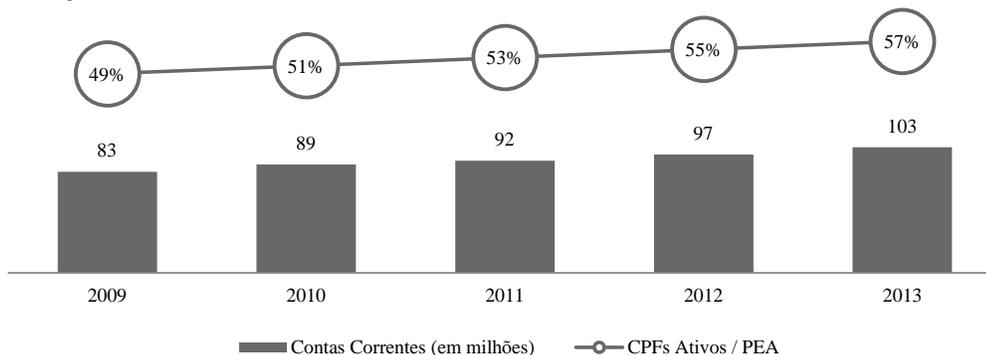
⁴ Não considera a seguradora Líder DPVAT e não considera receitas com saúde e contribuições de previdência.

⁵ Inclusão bancária, também conhecida como bancarização, é o movimento de aumento do universo de pessoas com algum vínculo com instituições financeiras, por meio da facilitação do acesso da população aos seus produtos e serviços.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

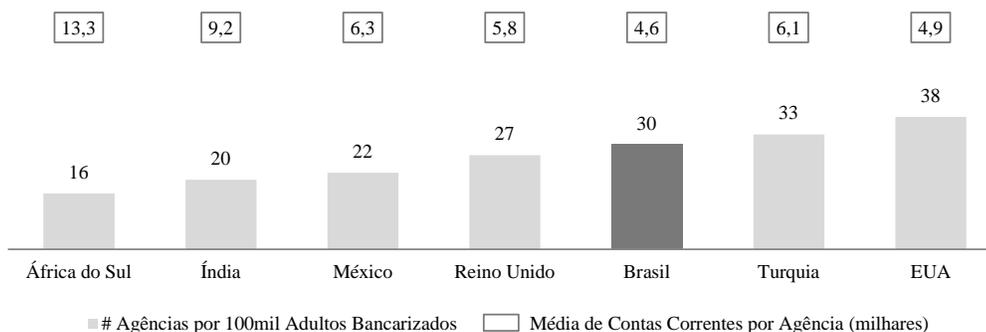
contas correntes no setor bancário passou de 83 milhões para 103 milhões, enquanto a penetração de CPFs com relacionamento ativo com bancos, em relação à População Economicamente Ativa (“PEA”), passou de 49% para 57%, conforme dados do Banco Central do Brasil e da FEBRABAN. Em linha com esta tendência, a expansão do número de agências bancárias ampliou a presença regional das forças de vendas, atingindo patamares de atendimento mais próximos aos de outros países emergentes e aos de países desenvolvidos.

Bancarização no Brasil



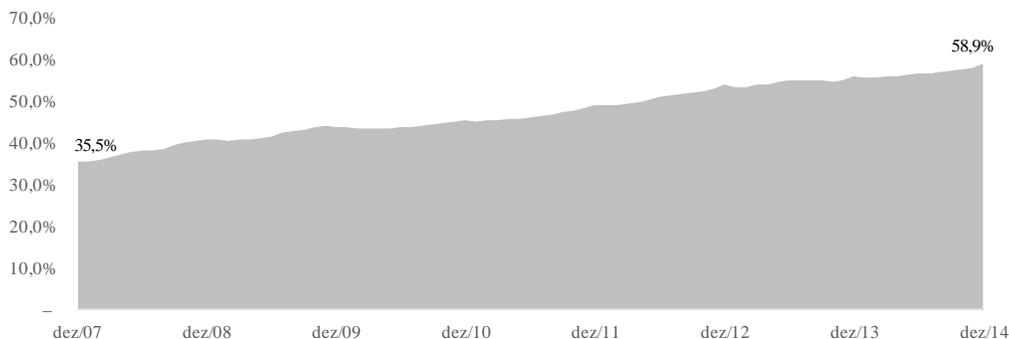
Fonte: FEBRABAN e Banco Central do Brasil

Número de Agências por 100 mil Adultos



Fonte: FEBRABAN e Banco Central do Brasil

Histórico do Crédito no Brasil como % do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo demonstra a participação do segmento de *bancassurance*⁶ e de seus principais *players* em algumas das principais categorias de produtos de seguro, conforme dados da SUSEP:

Seguradoras ligadas a bancos dominam o mercado de seguros no Brasil

2014 (R\$ milhões)	Mercado	Itaú Unibanco	Bradesco	BB Seguridade	Zurich Santander	Caixa Seguradora	Outros	% de Bancassurance ¹	% de Outras
Auto	31.327	6,2%	12,8%	14,8%	2,1%	0,8%	63,3%	34,9%	65,1%
Vida	19.592	14,1%	19,4%	15,5%	10,5%	5,2%	35,4%	66,9%	33,1%
Residencial	2.248	20,1%	16,8%	13,1%	11,6%	7,3%	31,1%	67,8%	32,2%
Multi-Risco Empresarial	2.040	7,8%	4,2%	17,9%	2,7%	6,1%	61,3%	38,9%	61,1%
Prestamista	7.976	9,8%	11,1%	32,9%	14,5%	6,1%	25,7%	74,4%	25,6%
Habitacional	2.648	9,2%	5,5%	6,5%	5,9%	62,9%	10,0%	90,0%	10,0%
Demais produtos	18.641	19,8%	3,6%	21,5%	6,1%	0,5%	48,5%	46,9%	53,1%
Total	84.471	11,9%	11,8%	17,9%	6,5%	4,5%	47,4%	51,4%	49%
Previdência (VGBL + PGBL)	53.101	29,5%	29,6%	17,7%	7,5%	7,0%	4,7%	95,3%	4,7%
Total(*)	137.572	18,7%	18,7%	17,8%	6,9%	5,5%	31,0%	68,3%	31,7%

¹ Segmento de *Bancassurance* inclui: Zurich Santander (Zurich, Santander, Real e Minas - Brasil); BB Seguridade (Banco do Brasil, Mapfre, Vera Cruz, Aliança do Brasil e Companhia de Seguros Aliança do Brasil); Bradesco; Caixa Seguradora; Banestes; HSBC; Itaú (Itaú, AIG e Unibanco); Safra; BTG Pactual.

² Valores baseados em Prêmios Diretos, excluindo saúde.
Fonte: SUSEP, Dez/14.

Os maiores grupos de *bancassurance* no Brasil se diferem quanto a suas estratégias de operação, tanto no que diz respeito ao modelo de subscrição de risco, quanto nos seus respectivos modelos de corretagem de seguros:

- Modelos de subscrição de risco.** Com relação ao modelo de subscrição de risco, Bradesco Seguradora e a Santander Seguradora, por exemplo, apresentam posicionamentos opostos. A Caixa Seguradora e a Bradesco Seguradora fazem a subscrição de seus próprios produtos, tomando o risco e retendo os lucros relacionados à comercialização destes, enquanto que o Santander e Banco do Brasil compartilham parte dos seus riscos atuariais com outras seguradoras, como a Zurich Santander (*Joint Venture* entre a Zurich Seguros e o Banco Santander) e as empresas Mapfre BB SH1 e Mapfre BB SH2 (*Joint Ventures* entre a BB Seguridade, controlada pelo Banco do Brasil, e a seguradora Mapfre para subscrição de risco em seguros de vida e patrimoniais). A Itaú Seguros, outro grande grupo no setor, possui uma participação minoritária na Porto Seguro para oferta de seguros de automóveis dessa seguradora em sua rede de agências.
- Modelos de corretagem de seguros.** No que tange o relacionamento com seus clientes, as seguradoras também divergem em suas estratégias comerciais, podendo se valer de corretores exclusivos e/ou de corretores independentes. A Bradesco Seguros e a Itaú Seguros, por exemplo, utilizam principalmente redes de corretores independentes, que atuam de forma descentralizada sob todo o território nacional. Já a Caixa Seguradora e a BB Seguridade concentram seu modelo de corretagem em uma corretora exclusiva, sendo que para determinados produtos com menor aderência aos canais de *bancassurance* essa corretora pode vir a utilizar redes de corretores independentes. A Zurich Santander utiliza um modelo misto, composto por uma corretora exclusiva para alguns produtos e corretores independentes para outros. Neste tipo de modelo de corretagem, a corretora exclusiva da Caixa Seguradora, diferentemente da BB Seguridade, possui gestão independente e atua em território nacional com sua força de vendas própria.

Seguradora	Subscrição de Risco	Modelo de Corretagem
BB Seguridade	<i>Joint Venture</i>	Corretora exclusiva
Bradesco Seguros	Próprio	Corretores

⁶ Segmento de *Bancassurance* inclui: Zurich Santander (Zurich, Santander, Real e Minas - Brasil); BB – MAPFRE (Banco do Brasil, Mapfre, Vera Cruz, Aliança do Brasil e Companhia de Seguros Aliança do Brasil); Bradesco; Caixa Seguros; Banestes; HSBC; Itaú (Itaú, AIG e Unibanco); Safra; BTG Pactual.

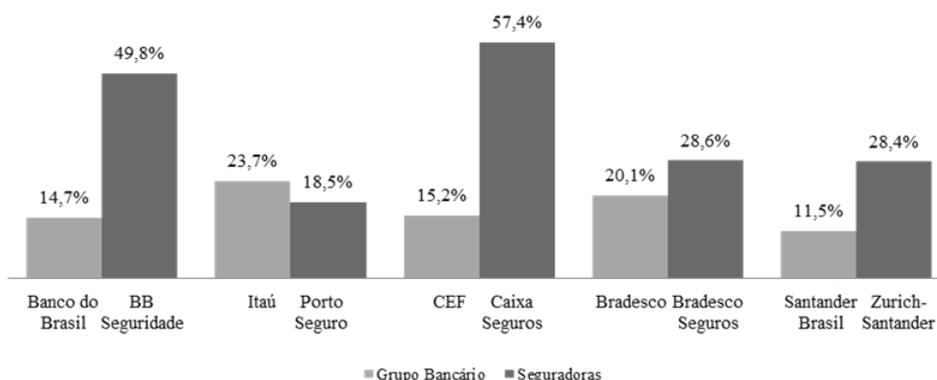
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

		independentes
Itaú Seguros	Próprio	Corretores independentes
Zurich Santander	<i>Joint Venture</i>	Modelo misto
Caixa Seguradora	Próprio	Corretora exclusiva

Relevância da Operação de Seguros para as Instituições Financeiras

Nos últimos anos, visando minimizar o impacto negativo em suas operações da redução das taxas básicas de juros no Brasil, as instituições financeiras identificaram produtos e serviços alternativos e/ou complementares capazes de sustentar suas taxas históricas de rentabilidade. Neste cenário as operações de seguros possuem um papel fundamental no incremento dos índices de rentabilidade consolidados dos bancos, o que pode ser evidenciado pela análise do retorno sobre o patrimônio líquido médio (“ROAE” – sigla em inglês para *Return on Average Equity*) demonstrada abaixo com base nos dados dos cinco maiores *players* do segmento de *bancassurance*⁷:

Retorno Seguradoras/Corretoras vs. Grupo Bancários Consolidados



Fonte: Relatórios das Companhias disponíveis ao público

Indústria de Corretagem de Seguros no Brasil

Visão Geral do Mercado de Corretagem de Seguros

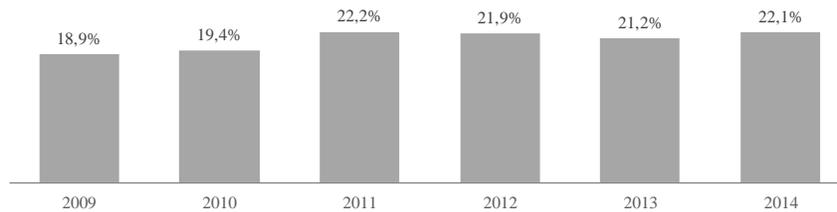
A atividade de corretagem de seguros consiste na intermediação de contratos de seguros entre as sociedades seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas seguradas. Nessa atividade, a corretora tem papel relevante no fechamento de negócios de seguros, porém, não assume os riscos atuariais das apólices comercializadas, que são integralmente suportados pelas seguradoras. No processo de venda via corretores, a seguradora disponibiliza seus produtos de seguro e se limita a subscrição do risco atuarial. No Brasil, a corretagem compõe o principal canal de distribuição de seguros, sendo beneficiada por normas regulatórias que estabelecem a necessidade de contratação de corretores de seguros, nos termos do artigo 18 da Lei nº 4.594/64.

A operação das corretoras cria uma rede de distribuição mais efetiva para as seguradoras, com acesso direto aos clientes, gerando *feedbacks* para o desenvolvimento dos produtos de acordo com necessidades específicas de cada cliente. A remuneração no setor se baseia em comissões pagas com base nos prêmios emitidos pelas companhias seguradoras, variando de acordo com o tipo de produto e o tamanho do prêmio entre outros fatores. A remuneração de corretores em relação aos prêmios das seguradoras tem se mantido historicamente estável nos últimos anos.

⁷ Com base em prêmios de seguros emitidos divulgado pela SUSEP.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Despesas com Comercialização de Seguros (% de Comissões Pagas em Relação aos Prêmios Emitidos)



Fonte: SUSEP, com base nas despesas com comercialização de seguros das seguradoras e prêmios emitidos.

A tabela abaixo sumariza as principais diferenças dos negócios desenvolvidos pelas seguradoras e pelos corretores de seguros:

Comparação das Atividades das Seguradoras e Corretores

Característica	Companhia Seguradora	Corretor(a) de Seguros
Risco	Assunção de Risco Atuarial	Inexistência de Risco Atuarial
Rentabilidade	Margens de Lucro Elevadas	Margens de Lucro Superiores
Barreiras de Entrada	Maior Barreira de Entrada	Menor Barreira de Entrada
Regulação	Alto Nível de Regulação	Menor Nível de Regulação
Necessidade de Capital	Maior Necessidade de Capital	Menor Necessidade de Capital

A indústria de corretagem de seguros no Brasil é composta, basicamente, por quatro tipos de agentes intermediários de distribuição: (i) sociedades de corretagem com atuação exclusiva junto a seguradoras, geralmente ligadas a grandes instituições bancárias (segmento de “*bancassurance*”), (ii) grandes sociedades corretoras independentes, que atuam com a venda de apólices emitidas por diferentes seguradoras; (iii) pequenas sociedades corretoras e corretores independentes pessoas físicas atuando na atividade de corretagem; e (iv) sociedades corretoras que atuam por meio de canais remotos, especialmente *websites*.

Quanto à divisão do mercado de distribuição de seguros, as corretoras exclusivas utilizam os canais de venda dos bancos aos quais estão ligadas, se utilizando da abrangência nacional das agências e postos de atendimento, além da base de correntistas já consolidadas. Os corretores independentes pessoas físicas e pequenas sociedades corretoras atuam com foco em varejo, enquanto as grandes sociedades corretoras independentes se dividem entre os segmentos de seguro corporativo (grandes contas) e por meio de parcerias com grandes redes varejistas. Os corretores que operam via canais remotos atuam com foco em varejo. O segmento varejista se caracteriza pela relação pessoal entre corretora e cliente, construída geralmente a partir de parcerias com estabelecimentos comerciais ou grandes instituições financeiras, como bancos de varejo, capazes de gerar uma base de clientes com escala suficientemente relevante para atuação. No segmento corporativo, os produtos vendidos são geralmente customizados e de maior complexidade, exigindo certo grau de especialização e expertise técnica dos distribuidores.

	Corretores pessoas físicas e pequenas sociedades corretoras	Corretores remotos	Grandes corretoras independentes	Corretoras exclusivas
Entrada	Baixas barreiras de entrada	Média barreira de entrada (<i>software</i> e integração de sistema com seguradoras)	Alta barreira de entrada (abrangência, grandes contas, marca e sofisticação)	Alta barreira de entrada (integração de sistema com a seguradora, exclusividade e abrangência)

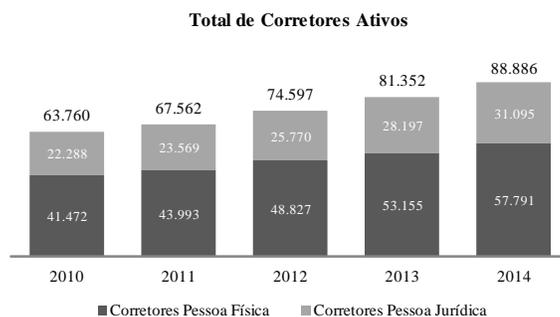
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Abrangência	Atuação regional	Atuação nacional	Atuação nacional e internacional	Atuação nacional
Foco	Foco em varejo	Foco em varejo	Foco corporativo e parcerias (grandes contas)	Foco em <i>bancassurance</i>
Perfil de produtos	Maior aderência a produtos Auto e Saúde.	Maior aderência a produtos Auto e viagem.	Maior aderência a produtos sofisticados, como Riscos Especiais.	Maior aderência a produtos Vida, Prestamista e Habitacional.
Principais Players	Diversos	Bidu e Segurar.com	Willis Group, Marsh & McLennan e	Par Corretora e BB Corretora

Redes de distribuição eficientes são fundamentais para determinar a participação de mercado de cada participante do setor de seguros. Neste sentido, há diferenças relevantes entre seguradoras independentes e seguradoras de *bancassurance*. Essa dinâmica torna clara a divisão do mercado de acordo com a facilidade de cada grupo de seguradoras em operar com certos tipos de produtos, tendo as seguradoras independentes certa vantagem em produtos como automóveis, enquanto as seguradoras ligadas a bancos lideram em seguros de vida, habitacional e prestamista, por exemplo. As recentes atividades do mercado têm, no entanto, reduzido a evidência dessas divisões e vantagens por produtos, em função de associações entre seguradoras independentes e bancos.

Diagnóstico do Mercado de Corretagem de Seguros

O mercado de corretagem de seguros é altamente fragmentado. Em dezembro de 2014, o mercado brasileiro era composto por aproximadamente 31,1 mil corretoras pessoas jurídicas. O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de corretores registrados junto a SUSEP:



Fonte: SUSEP em 31/12/2014.

Por outro lado, acredita-se que nos últimos anos o setor vem experimentando uma tendência de consolidação, impulsionada por corretoras que, por meio de aquisições de pequenas e médias corretoras regionais, estão obtendo ganhos significativos de escala oriundos da melhoria da eficiência operacional em razão (i) do maior poder de barganha na negociação das taxas de comissão com companhias seguradoras e (ii) do melhor aproveitamento de custos fixos, como serviços administrativos, operações de *back-office*, melhoria de processos, serviços financeiros e de tecnologia. Além disso, o aprimoramento da estrutura das corretoras permite que elas ofereçam às seguradoras determinados serviços secundários, porém necessários à venda de seguros, tais como serviços de pós venda, *back-office*, regulação de sinistros e outras atividades relacionadas ao pagamento e gerenciamento dos sinistros, permitindo que as seguradoras foquem seus esforços na administração do risco atuarial.

i) Participação em cada um dos mercados

Não há informações confiáveis acerca das participações no mercado de corretagem de seguros. No entanto, em razão de nossa exclusividade com a Caixa Seguradora, monitoramos nossa participação no mercado de seguros através da participação da Caixa Seguradora, em termos de valor de prêmios diretos divulgados pela SUSEP.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo ilustra a participação da Caixa Seguradora no mercado brasileiro de seguros no ano de 2014:

PRÊMIO DIRETO¹ (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	15.137	17,9%
ITAÚ	10.016	11,9%
BRADESCO	9.983	11,8%
CAIXA SEGURADORA	3.802	4,5%
OUTROS	45.533	53,9%
MERCADO – GERAL²	84.471	100,0%

¹ Não inclui saúde, previdência, capitalização e consórcios.

² Total de prêmios no mercado brasileiro de seguros. BB Seguridade, Itaú Seguros e Bradesco Seguros representam os principais players do segmento de bancassurance.

Fonte: SUSEP

As tabelas abaixo ilustram a participação da Caixa Seguradora no mercado de seguros no ano de 2014 para os principais produtos que comercializamos:

Auto

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	4.648	14,8%
BRADESCO	4.013	12,8%
CAIXA SEGURADORA	248	0,8%
MERCADO - AUTO	31.327	100,0%

Fonte: SUSEP

Vida

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	3.031	15,5%
BRADESCO	3.798	19,4%
CAIXA SEGURADORA	1.016	5,2%
MERCADO - VIDA	19.592	100,0%

Fonte: SUSEP

Residencial

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	295	13,1%
BRADESCO	377	16,8%
CAIXA SEGURADORA	164	7,3%
MERCADO - RESIDENCIAL	2.248	100,0%

Fonte: SUSEP

Multi-Risco Empresarial

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	365	17,9%
BRADESCO	86	4,2%
CAIXA SEGURADORA	125	6,1%
MERCADO - EMPRESARIAL	2.040	100,0%

Fonte: SUSEP

Prestamista

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
--	-------------	--------------------------------

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

BB SEGURIDADE	2.621	32,9%
BRADESCO	888	11,1%
CAIXA SEGURADORA	485	6,1%
MERCADO - PRESTAMISTA	7.976	100,0%

Fonte: SUSEP

Habitacional

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	171	6,5%
BRADESCO	145	5,5%
CAIXA SEGURADORA	1.666	62,9%
MERCADO - HABITACIONAL	2.648	100,0%

Fonte: SUSEP

Riscos Especiais, DPVAT e Outros⁽¹⁾

PRÊMIO DIRETO (em R\$ milhões)	2014	Participação de mercado
BB SEGURIDADE	4.006	15,0%
BRADESCO	676	2,5%
CAIXA SEGURADORA	97	0,4%
MERCADO – Riscos Especiais, DPVAT e Outros	26.720	100,0%

⁽¹⁾ Inclui riscos aeronáuticos, marítimos, riscos financeiros, rural e transportes.

Fonte: SUSEP

ii) Condições de competição nos mercados

Com relação aos produtos de *bancassurance*, possuímos exclusividade para comercialização de produtos seguros da Caixa Seguradora nos canais de distribuição da Caixa. Desta forma, não enfrentamos concorrência na comercialização de produtos da Caixa Seguradora nos canais de distribuição da Caixa. Não obstante, nesta categoria de produtos somos afetados pela concorrência existente entre a Caixa e as demais instituições financeiras brasileiras, em especial Banco do Brasil e Banco Bradesco. Para mais informações sobre essa exclusividade, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Com relação aos produtos tradicionais de seguros, estamos situados em um setor extremamente competitivo, composto por mais de 88 mil corretores de seguros no ano de 2014, segundo a SUSEP.

d. eventual sazonalidade

Não há impactos de relevantes de sazonalidade em nossos negócios.

e. principais insumos e matérias primas

Como prestadores de serviços de corretagem, nosso principal insumo consiste em salários, encargos trabalhistas e benefícios. Este item foi responsável por 79,7% dos nossos custos dos serviços prestados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (78,4%, 75,3%, 69,0% e 43,5% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente).

i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Como prestadores de serviço, nosso modelo de negócios prescinde de fornecedores de matérias primas e insumos relevantes. Nossos principais fornecedores são provedores de assistência, prestação de serviços e sistemas relacionados a tecnologia da informação, com os quais mantemos contratos por prazos determinados, com pagamentos mensais pelos serviços prestados.

Tais contratos possuem hipóteses expressas de rescisão, com cláusulas de multa em caso de descumprimento contratual.

Nossa relação com nossos fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

sendo que os contratos pelos quais adquirimos licenças de *softwares* são regidos pela Lei nº 9.609/98.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Não consideramos haver dependência relevante de nossos fornecedores.

iii) Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Os salários de nossa força de venda são ajustados anualmente por meio de dissídio coletivo. O ajuste, por sua vez, é influenciado pelo comportamento da inflação no período anterior ao reajuste. Em 2014, o dissídio coletivo estabeleceu um ajuste de 6,62% no salário de nossos empregados. Para mais informações sobre os efeitos da inflação em nossas receitas e custos, vide item 10.2.b e 10.2.c deste Formulário de Referência.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Atuando como corretores exclusivos da Caixa Seguradora, parte significativa da nossa receita advém desta contra parte. Além disso, nosso principal canal de distribuição é a Caixa, o que nos faz dependente desta.

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, R\$86,9 milhões, ou 94,7%, de nossa receita bruta de prestação de serviços foi oriunda da intermediação de produtos de seguro da Caixa Seguradora, cuja venda a clientes finais foi intermediada por nós (R\$278,1 milhões, ou 93,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014).

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O segmento mais afetado pelas receitas provenientes da Caixa Seguradora é o segmento de Varejo e Pequenas Empresas, na medida em que este segmento abriga a maior parte dos produtos de *bancassurance* que comercializamos, cuja receita é 100% oriunda da Caixa Seguradora, em razão de nossa exclusividade. O segmento de Varejo e Pequenas Empresas representou 90,6% de nossa receita líquida de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (88,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014).

No segmento de Média e Grandes Empresas oferecemos produtos que escapam aos termos de nossa exclusividade, tais como Saúde e Riscos Especiais e, por isso, obtemos receitas oriundas de outras seguradoras que não a Caixa Seguradora. O segmento de Médias e Grandes Empresas representou 9,4% de nossa receita líquida de prestação de serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (11,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O exercício de nossas atividades depende da obtenção de autorizações governamentais e de nosso histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a uma regulamentação abrangente. Nesse contexto, visando a centralizar as atividades de legislação e fiscalização do setor, foi criado, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, conforme alterado, o Sistema Nacional de Seguros Privados - SNSP, composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro (incluindo o IRB-Brasil) e (v) pelo corretores de seguros devidamente habilitados e/ou registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta e de corretagem é realizada, fundamentalmente, pelo CNSP e pela SUSEP. Nesse sentido, as sociedades corretoras de seguros devem obter junto a referidos órgãos registro e autorização para seu funcionamento, conforme normas vigentes e de acordo com a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 (“Lei 4.594”).

O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguros admitidos pela legislação vigente, entre as companhias de seguros e as pessoas físicas ou jurídica, de direito público ou privado.

Só ao corretor de seguros devidamente habilitado nos termos da Lei 4.594 e que houver assinado a proposta de seguros, deverão ser pagas as comissões de corretagem relativas a cada modalidade de seguro, pelas respectivas tarifas, inclusive em caso de ajustamento de prêmios emitidos.

A intermediação da venda de um produto de seguro por corretores de seguro não é obrigatória e as companhias de seguro podem buscar clientes diretamente. Entretanto, sempre que um produto de seguro é vendido sem a intermediação de um corretor de seguros, a importância habitualmente cobrada a título de comissão deve ser recolhida à FUNENSEG. A legislação brasileira não estabelece uma taxa mínima de corretagem nesses casos.

Principais Órgãos Reguladores do Setor de Seguros

Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP

Subordinado ao Ministério da Fazenda, compete ao CNSP (i) fixar as diretrizes e políticas gerais aplicáveis às entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, (ii) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização destas sociedades e (iii) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades de previdência complementar e de seguros. O CNSP é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Seguridade Social, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, CVM e pelo superintendente da SUSEP

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão dos ramos de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta e de corretagem. O superintendente da SUSEP é nomeado pelo Presidente da República para um mandato de duração indeterminada. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar que são reguladas pela SPC nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde que são reguladas pela ANS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 126, em 15 de janeiro de 2007, o CNSP e a SUSEP passaram a ser responsáveis também pela regulamentação do mercado brasileiro de resseguro.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A SUSEP é a responsável por conceder o registro das sociedades corretoras de seguros, sempre observando a existência dos seguintes requisitos mínimos:

- a pessoa jurídica deverá estar regularmente constituída e organizada sob a forma de sociedade simples ou empresária e ter sede no Brasil;
- não será concedido registro às sociedades cujos sócios e ou diretores aceitem ou exerçam emprego em pessoa jurídica de direito público ou mantenham relação de emprego ou de direção com sociedade seguradora;
- a pessoa jurídica deverá possuir um corretor de seguros responsável, que atuará como diretor ou gerente técnico da sociedade, podendo este ser sócio/acionista ou não, o qual será responsável pelos atos sociais específicos da corretagem. Este corretor deverá (a) ser habilitado para todos os ramos de seguro em que a sociedade pretender operar; (b) possuir o certificado de aprovação no Exame Nacional de Corretor de Seguros promovido pela Escola Nacional de Seguros ou deter aprovação no curso específico promovido pela FUNENSEG; (c) encontrar-se regularmente inscrito junto ao Sindicado dos Corretores de Seguros (SINCOR) do seu estado; bem como (d) possuir a Carteira de Habilitação do Corretor emitida pela SUSEP.

Somos devidamente registrados perante a SUSEP sob o nº 10.010954-1 e nosso corretor responsável é o Sr. João Eduardo Siqueira Monteiro, igualmente habilitado e certificado sob o nº 10.0144860.

Nossas subsidiárias FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A., Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. e Par Saúde Corporate Corretora de Seguros S.A., na qualidade de corretoras de seguros, encontravam-se devidamente registradas perante à SUSEP na data deste Formulário de Referência, sob os nºs 20.064627-0, 10.2022029-4 e 20.2000984-4, respectivamente.

Conselho de Saúde Suplementar – CONSU

O CONSU é o órgão definidor de políticas sob a jurisdição do Ministério da Saúde. Ele é composto por representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e é presidido pelo Ministro da Justiça. O CONSU foi criado com poderes para:

- estabelecer e supervisionar as políticas e os regulamentos aplicáveis aos serviços de saúde suplementar;
- aprovar o contrato de gestão da ANS;
- supervisionar e monitorar os atos e operações da ANS;
- estabelecer normas gerais para a constituição, organização, operação e inspeção das entidades de assistência privada à saúde; e
- determinar o capital mínimo requerido e os critérios contábeis, atuariais e estatísticos, bem como a criação de fundos e contratação de seguro garantidor para proteger os consumidores contra a insolvência das entidades de assistência privada à saúde.

Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

A ANS, agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde e criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, é a autoridade responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a assistência suplementar à saúde. A ANS protege os interesses públicos com relação à cobertura dos planos de assistência à saúde no setor privado, principalmente ao regulamentar a relação entre as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, os distribuidores de planos de assistência à saúde, os titulares de apólices e os Beneficiários.

A Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001, transferiu da SUSEP para a ANS a competência para regular e supervisionar as sociedades seguradoras especializadas em planos privados de assistência à saúde. A legislação aplicável ao setor de saúde suplementar no Brasil, no entanto, não faz qualquer menção à atuação de corretores e não há regulação específica sobre a corretagem exclusiva de planos e seguros privados de assistência à saúde (em relação à ANS). As corretoras de planos e seguros de assistência à saúde observam os dispositivos editados pela SUSEP e devem ser sendo registradas/habilitadas pela SUSEP.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP

O CRSNSP é um órgão governamental colegiado sob a supervisão do Ministério da Fazenda, responsável pela revisão em última instância administrativa das decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

Providências necessárias para obtenção de registro de corretor de seguros:

Em todos os ramos de seguros, o interessado deverá prestar o Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretor de Seguros, ou obter aprovação em Curso de Habilitação Técnico-Profissional para Corretor de Seguros, ambos promovidos pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP.

Nos segmentos de seguro de vida e capitalização, o registro de corretor de seguros é feito por indicação das sociedades de seguradoras e das sociedades de capitalização, dentre aqueles aprovados em (i) Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretores de Seguro de Vida e Capitalização, promovido pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP; ou (ii) Curso de Habilitação Técnico-Profissional para Corretores de Seguro de Vida e Capitalização, também promovidos pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP.

De forma similar, no caso de corretores de previdência, o registro de corretor é feito por indicação de entidade aberta de previdência complementar ou de sociedade seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar aberta, aplicando-se, também, as normas de registro e habilitação previstas para os corretores de seguros de vida e capitalização.

Recadastramento

As sociedades corretoras de seguros são obrigadas a manter suas informações cadastrais regularmente atualizadas junto à SUSEP, observando sempre os prazos e documentos exigidos, podendo a SUSEP exigir o recadastramento dos corretores e sociedades corretoras de seguros como condição necessária à revalidação do registro. A não realização dos recadastramentos periódicos na forma e prazo estabelecidos pela SUSEP faz com que a companhias seguradoras fiquem proibidas de repassar as Comissões de corretagem devidas às corretoras, até que tal situação seja regularizada. Não obstante a regras específicas de recadastramento, cabe ao corretor de seguros informar à SUSEP no prazo máximo de 30 dias, se pessoa física, ou 60 dias, se pessoa jurídica, contados da data da sua ocorrência qualquer alteração em seus dados cadastrais.

Na data deste Formulário de Referência, nosso cadastro encontrava-se devidamente atualizado.

Certificação Técnica

As sociedades corretoras de seguros têm a obrigação regulamentar, observados os percentuais e cronogramas estabelecidos na Resolução CNSP nº 149, de 18 de julho de 2006 (conforme alterada pela Resolução CNSP nº 179, de 17 de dezembro de 2007), de providenciar a certificação técnica de todos os seus empregados e assemelhados que atuem diretamente na regulação e liquidação de sinistros, no atendimento ao público e na venda direta de produtos de seguros, capitalização e previdência complementar aberta. Esta certificação deve ser providenciada por instituição de reconhecida capacidade técnica, devidamente credenciada pela SUSEP.

Responsabilidade Civil

O corretor de seguros responde civilmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causar no exercício da atividade de corretagem, por ação ou omissão, dolosa ou culposa.

Penalidades

No caso do não cumprimento das normas regulamentares, além das sanções legais, as corretoras de seguros e administradores estão sujeitos a multas, a suspensão temporária do exercício da profissão ou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

cancelamento do registro, observadas as hipóteses previstas na Resolução CNSP nº 243, de 6 de dezembro de 2011.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

As atividades que desenvolvemos atualmente não geram impactos ambientais significativos e não estão sujeitas ao licenciamento ambiental.

Não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental, uma vez que a atividade de corretagem de seguros não traz qualquer prejuízo ao meio ambiente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Em 31 de março de 2015, possuíamos 12 pedidos de registros para nossas marcas, ainda pendentes de deferimento pelo INPI.

Por fim, licenciamos o uso de determinados software necessários para a condução de nossas atividades, dentre os quais os mais relevantes estão indicados abaixo:

- Contrato de Cessão de Direito de Uso de *Cloud Computing* celebrado com a TOTVS S.A. em 20 de fevereiro de 2014, com a finalidade de (i) disponibilização de serviços de *clouding computing* “Protheus”, sistema ERP utilizado pela Gerência Financeira em suas funções de Contas a Pagar e Recursos Humanos, (ii) licença para uso do *software* “SQL”, destinado à gestão de banco de dados; e (iii) licença para uso do *software* “QlikView”, ferramenta de *business intelligence* e *data visualization software*.
- Contrato de Licença de Uso de Software celebrado com a *Microsoft Corporation* em 01 de junho de 2014, com a finalidade de licença para uso do *software* “Microsoft Dynamics”, destinado à gestão de relacionamento com clientes (*customer relationship management*).

Para maiores informações sobre os direitos de propriedade intelectual de nossa titularidade, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Atualmente, mantemos operações somente no Brasil, sendo que a receita líquida de prestação de serviços correspondeu, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 a R\$85,0 milhões (R\$274,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não possuímos receita proveniente de país estrangeiro. Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável. Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não sofremos quaisquer efeitos da regulação estrangeira em nossas atividades.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Sustentabilidade

Em 31 de março de 2015, não possuíamos relatório de sustentabilidade.

Responsabilidade Social Corporativa

Temos como um dos principais valores de sua cultura a Ética e a Responsabilidade Social e fazemos questão de divulgar isto amplamente em todos os meios de comunicação interna. Consideramos fundamental a transparência e a adoção de uma postura ética com nossos clientes, funcionários e parceiros.

Entre os projetos sociais liderados por nós, podemos destacar a parceria com a FENAE no Movimento Solidário, programa que transformou e melhorou a qualidade de vida das pessoas na cidade de Caraúbas do Piauí (PI) e no Lar de Crianças Nossa Senhora das Graças, em Petrópolis (RJ). Seu principal objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico, social e sustentável de comunidades carentes, com base nas Metas do Milênio, lançadas pela Organização das Nações Unidas (“ONU”).

No ano de 2013, lançamos o projeto “Desenvolver”, que consiste em um Programa de Aprendizagem com foco na capacitação do jovem com deficiência para sua inclusão no mercado de trabalho. Foram mais de 80 horas de treinamento ministradas por nossos funcionários de forma voluntária a estes aprendizes com deficiência, que hoje estão alocados nas áreas de trabalho.

Por fim, de acordo com a política de incentivos fiscais, o imposto a recolher pode ser investido em projetos sociais, culturais e desportivos aprovados pelos respectivos Ministérios. Desta forma investimos nossos recursos no ano de 2014 nos seguintes projetos:

1. Investimentos Sociais:
 - Funcriança: Projeto Aconchego - Brasília/DF
 - Fundo do Idoso: Fundo Nacional do Idoso
2. Incentivos à cultura:
 - Projeto Estúdio Madalena
 - Estação Eu Faço Cultura
3. Investimento Esportivo:
 - Amigos do Bem
 - Serra Rugby - Caxias do Sul/SC
 - Associação Paradesportiva Paulistana - SP

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Seguros

Possuímos um programa de gerenciamento de riscos que tem o objetivo de delimitá-los por meio da contratação no mercado de coberturas compatíveis com o nosso porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela nossa administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da nossa atividade, os riscos envolvidos em nossas operações e a orientação de nossos consultores de seguros. As principais coberturas de seguros que contratamos são apresentadas a seguir:

- Incêndio;
- Paralisação;
- Perda;
- Pagamento de aluguel;
- Derrame de *Sprinklers*;
- Danos elétricos; e
- Roubo de máquinas e equipamentos.

Também contratamos um seguro de responsabilidade civil visando à proteção de nossos administradores, contra eventos de perdas resultantes de ações ou omissões nos exercício de seus cargos. Para maiores informações sobre este seguro, vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controlador Direto e Indireto:

Nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Na data deste Formulário de Referência, a participação direta detida pelos nossos acionistas controladores e o percentual das referidas participações em relação ao nosso capital social, encontram-se evidenciados na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias		Participação
	(Quantidade)	(%)	no capital total
			(%)
Par Participações S.A.	41.575.893	26,00	26,00
Caixa Seguros Holding S.A.	39.976.820	25,00	25,00
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal	34.140.205	21,35	21,35
Algarve, LLC	28.143.682	17,60	17,60
Évora Fundo de Investimento em Participações	5.836.616	3,65	3,65
Total	149.673.216	93,60	93,60

A Par Participações S.A. é uma holding detida pela Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (“FENAE”), as Associações Estaduais de Pessoal da Caixa Econômica Federal e a Associação Gaúcha de Economiários Aposentados. Sua maior acionista é a FENAE, uma federação das associações civis representativas dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria da FENAE era composta pelos Srs. Jair Pedro Ferreira, Clotário Cardoso, Fabiana Cristina Meneguele Matheus, Paulo César Barros Cotrim, Moacir Carneiro da Costa, Natascha Brayner Sobreira, Olívio Gomes Vieira, Sérgio Hiroshi, Takemoto, Devanir Camargo da Silva, José Megume Tanaka e Daniel Machado Gaio.

A Caixa Seguros Holding S.A. é controlada pela CNP Assurances S.A. (França), que detém 50,75% do capital votante, e pela Caixa Participações S.A., que detém 48,21% do capital votante. A Caixa Participações S.A. é uma subsidiária integral da Caixa Econômica Federal. A CNP Assurance S.A. (França), por sua vez, é uma sociedade aberta francesa, cujo principal acionista é o Caisse des Dépôts, com 40,8% do capital votante. O Caisse des Dépôts é uma entidade pública controlada pelo governo francês que, por sua vez, ainda detém outras participações diretas e indiretas na CNP Assurance S.A. (França).

A Algarve, LLC é uma sociedade devidamente constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, USA. A Algarve, LLC é controlada pela Almadena, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que, por sua vez é controlada pela GP Holdings I, LLC, sociedade controlada indiretamente pela GP Investments Ltd., sociedade com sede em Bermudas. A GP Investments Ltd. é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, é controlada pelos Srs. Fersen Lamas Lambranh e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano cujas participações na Algarve representam, indiretamente, aproximadamente 7,5% do total de ações emitidas pela Algarve, cada um.

O Évora Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento exclusivo controlado, indiretamente, por José Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano.

Nossos acionistas controladores são signatários de um Acordo de Acionistas, conforme descrito na seção 15.5 deste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre nossos acionistas controladores e a quantidade de ações detidas por eles, vide seção 15.1 deste Formulário de Referência.

b. Controladas e coligadas; e

c. Participações da Companhia em sociedades do grupo

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos participação, direta ou indireta, nas seguintes sociedades controladas:

<u>Sociedade</u>	<u>CNPJ</u>	<u>Capital Votante (%)</u>	<u>Capital Total (%)</u>	<u>Tipo de Participação (Direta / Indireta)</u>
Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	12.656.482/0001-11	50,00%	40,00%	Direta
FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A.	11.936.221/0001-92	50,00%	40,00%	Direta
Par Saúde Corporate Corretora de Seguros S.A.	15.106.058/0001-91	100,00%	100,00%	Indireta (via FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A.)

No âmbito de nossa controlada FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A. (“Par Saúde”), celebramos um acordo de acionistas em 06 de fevereiro de 2015 com a PrevSolutions Participações e Administração de Bens Ltda. e Ivan Carlos Machado de Aragão, partes não integrantes do nosso grupo econômico, por meio do qual regulamos as regras de governança aplicáveis à Par Saúde. Tal acordo prevê regras relativas à eleição de administradores e limitação à transferência de ações da Par Saúde, que nos permite manter um controle compartilhado sobre a sociedade, exercendo uma influência significativa sobre sua gestão e operação a ponto de estarem integradas em nosso orçamento e sistemas operacionais.

No âmbito de nossa controlada Par Saúde Corporate Corretora de Seguros S.A. (“Par Saúde Corporate”) nossa controlada FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A. celebrou um acordo de acionistas em 17 de maio de 2012 com a São Clemente Participações Ltda. (“São Clemente”), sociedade não integrante do nosso grupo econômico, por meio do qual regulamos as regras de governança aplicáveis à Par Saúde Corporate. Tal acordo prevê regras relativas à eleição de administradores, direito de voto e limitação à transferência de ações da Par Saúde Corporate, que nos permite manter um controle compartilhado sobre a sociedade, exercendo uma influência significativa sobre sua gestão e operação a ponto de estarem integradas em nosso orçamento e sistemas operacionais. Em 19 de março de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou a orientação a ser dada no âmbito da Par Saúde, no sentido de aprovar a aquisição da participação societária detida pela São Clemente na Par Saúde Corporate. Em 23 de abril de 2015, a transação foi liquidada pelo valor de R\$4,35 milhões e passamos a deter indiretamente 100% das ações da Par Saúde Corporate.

No âmbito de nossa controlada Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. (“Par Riscos Especiais”), celebramos um acordo de acionistas em 9 de maio de 2012 com a RE Consultoria e Serviços em Seguros e Resseguros Ltda. e a Orypaba Rio Administração e Corretagem de Resseguros Ltda., sociedades não integrantes do nosso grupo econômico, por meio do qual regulamos as regras de governança aplicáveis à Par Riscos Especiais. Tal acordo prevê regras relativas à eleição de administradores, direito de voto e limitação à transferência de ações da Par Riscos Especiais, que nos permite manter um controle compartilhado sobre a sociedade, exercendo uma influência significativa sobre sua gestão e operação a ponto de estarem integradas em nosso orçamento e sistemas operacionais.

d. Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não existem sociedades integrantes do nosso grupo econômico que possuem participação em nossa Companhia, além daquelas descritas no item “a” acima.

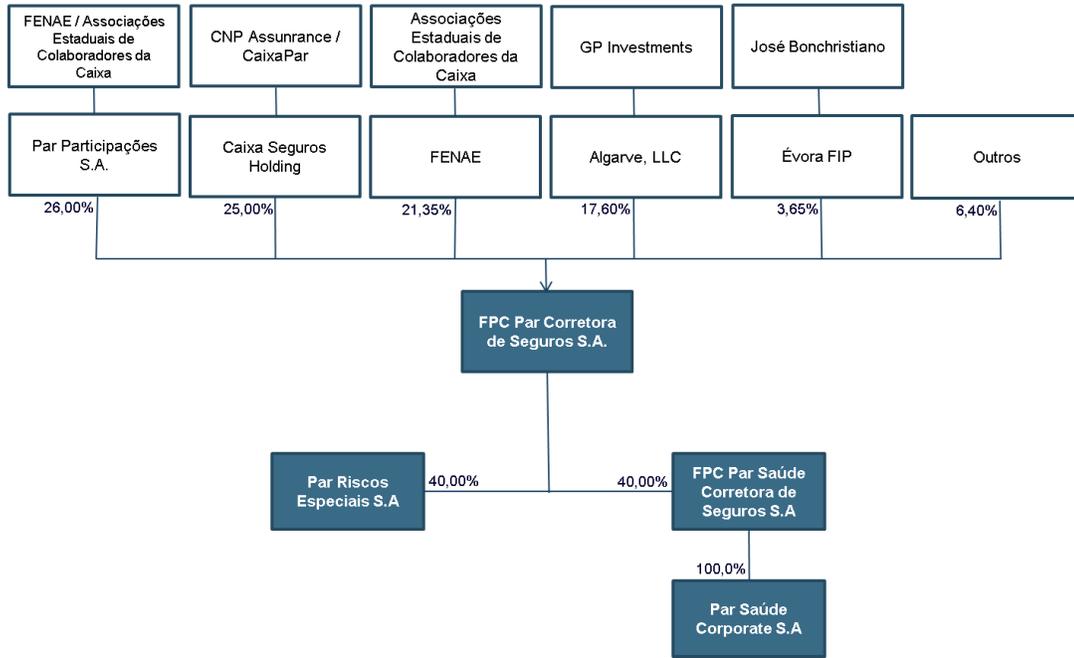
e. Sociedades sob controle comum

Na data deste Formulário de Referência, não havia sociedades sob controle comum com relação a nossa Companhia, considerando o nosso bloco de controle. Não obstante, as sociedades integrantes do nosso bloco de controle, individualmente consideradas, exercem controle sobre diversas outras sociedades. Dentre elas, a única com a qual possuímos relacionamento relevante é a Caixa Seguradora S.A., controlada pela Caixa Seguros Holding S.A., nossa acionista direta.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

O organograma do grupo na data deste Formulário de Referência era o seguinte:



** As participações dos acionistas da nossa Companhia se referem ao capital votante e total e as participações da nossa Companhia em suas subsidiárias se referem ao capital social total das mesmas.*

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	24/09/2014
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	A então acionista e membro do bloco de controle CSP Participações Ltda. foi incorporada pela Caixa Seguros Holding S.A. que passou a ser titular de 100.000 ações ordinárias representativas de 25,0% de nosso capital social total. A CSP Participações Ltda. era uma sociedade sob controle comum em relação a Caixa Seguros Holding S.A. e, por esta razão, a operação não resultou em alteração das participações indiretas detidas pelos controladores destas sociedades em nosso capital social.
<hr/>	
Data da operação	01/08/2014
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de ações da Companhia
Descrição da operação	A Par Participações S.A. transferiu à sua controladora, a Federação Nacional de Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal ("FENAE"), 100.000 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de 25,0% do nosso capital social. Por meio desta operação, a Par Participações passou a deter 26,0% das ações ordinárias representativas de nosso capital social e à FENAE passou a deter diretamente 25,0% das ações ordinárias representativas de nosso capital social.
<hr/>	

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros bens relevantes do nosso ativo não circulante além dos descritos nos itens 9.1.a/b/c e 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de março de 2015, não possuíamos itens individualmente relevantes classificados no nosso ativo imobilizado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"PAR CORRETORA DE SEGUROS" (mista), classe NCL (10) 36, pedido nº. 907.547.443 e depósito em 8/4/14	Brasil	10 anos a contar do registro	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício pelo INPI ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	"PAR CORRETORA DE SEGUROS" (mista), classe NCL (10) 36, pedido nº. 907.547.486 e depósito em 8/4/14.	Brasil	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"PAR CORRETORA SEGUROS E PREVIDÊNCIA SAÚDE E RISCOS ESPECIAIS" (mist a), pedido n 907547583 em 8/4/14	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR SAÚDE" (marca mista), classe NCL (10) 36, pedido n°. 907.547.621 e depósito no dia 08/04/2014.	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR SAÚDE CORPORATE" (mist a), classe NCL (10) 36, pedido n°. 907.550.185 e depósito no dia 9/4/14.	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR RISCOS ESPECIAIS" (mist a), classe NCL (10) 36, pedido n°. 907.550.304 e depósito no dia 9/4/14.	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"PAR CORRETORA DE SEGUROS" (nominativa), classe NCL(10)36, pedido n 907.550.584 e depósito em 9/4/14	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR RISCOS ESPECIAIS" (nominativa), classe NCL (10) 36, pedido nº. 907.550.754 e depósito em 9/4/14	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR SAÚDE CORPORATE" (nominativa), classe NCL (10) 36, pedido nº. 907.550.967, e depósito em 9/4/14	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PAR SAÚDE" (marca nominativa), classe NCL (10) 36, pedido nº 907.550.827 e depósito no dia 9/4/14	Brasilero	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Cessão de Direito de Uso de Cloud Computing (Protheus) celebrada com a TOTVS em 20/02/2014.	Brasileiro	36 meses	Os mesmos eventos descritos para licença do software "Microsoft Dynamics".	A perda da licença de uso ocasiona a obrigação de cessação do uso do software e a necessidade de contratação de prestador de serviços que ofereça licença equivalente.
Licenças	Cessão de Direito de Uso de Cloud Computing (QlikView) celebrada com a TOTVS em 20/02/2014.	Brasileiro	36 meses	Os mesmos eventos descritos para licença do software "SQL".	A perda da licença de uso ocasiona a obrigação de cessação do uso do software e a necessidade de contratação de prestador de serviços que ofereça licença equivalente.
41 17	Cessão de Direito de Uso de Cloud Computing (SQL) celebrada com a TOTVS em 20/02/2014.	Brasileiro	36 meses	Rescisão do contrato, por qualquer das partes (i) mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias do termo final; (ii) independente de qualquer notificação ou interpelação, na hipótese de inadimplemento pela outra parte, de qualquer obrigação assumida no contrato, caso esta não tenha sido sanada no prazo de 30 dias a contar do recebimento de notificação de cobrança; e (iii) independente de qualquer notificação ou interpelação, na ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação judicial de uma das partes.	A perda da licença de uso ocasiona a obrigação de cessação do uso do software e a necessidade de contratação de prestador de serviços que ofereça licença equivalente.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Licença de Uso de Software (Microsoft Dynamics) celebrada com a Microsoft Corporation em 01/06/2014.	Brasil	36 meses	Eventos de rescisão da licença, de acordo com o contrato. Perda dos direitos patrimoniais de autor do titular do software.	A perda da licença de uso ocasiona a obrigação de cessação do uso do software e a necessidade de contratação de prestador de serviços que ofereça licença equivalente.
Marcas	"PAR CORRETORA" (no minativa), classe NCL (10) 36, pedido nº. 907.550.509, e depósito em 9/4/14	Brasil	10 anos a contar do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A.	11.936.221/0001-92	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	a) Corretagem de seguros dos ramos vida, capitalização, planos previdenciários, saúde e odontológicos; b) prestação de serviços na área de planos de saúde, seguros saúde, odontológicos e seguro de vida; c) a prestação de serviços de consultoria a seguradoras e operadoras de planos de saúde.	40,000000
	31/03/2015	25,770925	0,000000	0,00	Valor mercado			
	31/12/2014	-32,770752	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2015	-337.000,00	
	31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00				
	31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Entendemos que o investimento na Par Saúde é estratégico em razão do segmento especializado de corretagem em que esta sociedade está inserida.								
419 Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	12.656.482/0001-11	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	a) Corretagem de seguros de ramos elementares; b) assessoria e consultoria na área de análise de riscos; c) desenvolvimento de projetos na área de seguros de vida, saúde, previdência privada, capitalização, habitacional e ramos elementares.	40,000000
	31/03/2015	15,431063	0,000000	0,00	Valor mercado			
	31/12/2014	57,563270	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2015	3.441.000,00	
	31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00				
	31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Entendemos que o investimento na Par Riscos Especiais é estratégico em razão do segmento especializado de corretagem em que esta sociedade está inserida.								

9.2 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo indica os principais domínios devedidos por nós na data deste Formulário de Referência:

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Domínio	parcorretora.com.br	Brasil	17/02/2017	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) por ordem judicial; e (vi) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que em tais casos ficaríamos impossibilitados de: (i) gerir o conteúdo publicado no domínio; e (ii) manter ou utilizar domínios de e-mail referentes aos registros perdidos.
Domínio	parcorretoradeseguros.com.br	Brasil	17/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (www.parcorretora.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a corretora de seguros da Caixa Seguradora S.A. (“Caixa Seguradora”), a operação de seguros de *bancassurance*¹ que mais cresce no Brasil², e operamos com exclusividade para corretagem dos produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcios, comercializados nos canais de venda da Caixa Econômica Federal (“Caixa”), indiretamente um dos principais acionistas da Caixa Seguradora e o segundo maior banco do Brasil em saldo de operações de crédito e arrendamento mercantil³. Possuímos acesso exclusivo para venda de seguros da Caixa Seguradora a uma base composta por 78,3 milhões de clientes da Caixa, sendo mais de 2,1 milhões de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2014.

Ao longo dos nossos mais de 40 anos de atuação, fomos capazes de acumular experiência na comercialização de seguros, contando com plataformas integradas de canais de relacionamento e venda. Atuamos em todo território nacional com atendimento especializado que confere maior acesso e agilidade aos nossos clientes. O canal de distribuição a que temos acesso é composto por 3.391 agências da Caixa, 13.250 agências lotéricas, 18.211 correspondentes bancários e 572 co-corretores em 31 de dezembro de 2014, além de *contact centers (call centers & internet)*. Além de nossa experiência, nossa atuação é respaldada pela credibilidade da marca “Caixa”, uma das marcas mais valiosas do mundo no quesito instituições financeiras, segundo *ranking* divulgado em 2014 pela consultoria britânica *Brand Finance*.

No que tange as nossas principais condições patrimoniais, vale destacar que, em 31 de março de 2015 o nosso caixa líquido totalizou R\$87,9 milhões, comparado a R\$72,0 milhões, R\$ 112,5 milhões, R\$ 31,2 milhões e R\$ 51,9 milhões, respectivamente em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011.

Em 31 de março de 2015, o nosso índice de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) era de 3,9x, comparado a 3,7x em 31 de dezembro de 2014, 5,0x em 31 de dezembro de 2013, 4,7x em 31 de dezembro de 2012 e 1,6x em 31 de dezembro de 2011, conforme detalhado na tabela abaixo. Possuímos uma estrutura de capital adequada ao nosso modelo de negócio, tendo por característica operar com baixa necessidade de capital e forte geração de caixa, sendo que o nosso passivo é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, provisões e parcelamentos de tributos.

¹ *Bancassurance*, também conhecido como *bank insurance* ou bancasseguros, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros.

² Considerando valor de prêmios diretos entre dezembro de 2011 e dezembro de 2014, excluindo previdência, capitalização e consórcio, conforme dados divulgados pela SUSEP.

³ Fonte: Banco Central do Brasil em 30 de novembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Indicadores financeiros	Em				Em 31 de
	31 de dezembro de				março de
	2011	2012	2013	2014	2015
(em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)					
Ativo Circulante	105.113	74.923	150.145	116.308	131.650
Passivo Circulante	65.165	15.883	29.747	31.735	33.990
Índice de liquidez corrente	1,6x	4,7x	5,0x	3,7x	3,9x

Com relação ao nosso patrimônio líquido, em 31 de março de 2015 nosso patrimônio líquido consolidado foi de R\$114,1 milhões, comparado a R\$98,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$ 132,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 36,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2011.

As alterações nas nossas condições patrimoniais descritas acima decorreram, principalmente, do crescimento médio anual ponderado (“CAGR”) de 110,0% no nosso lucro líquido entre os exercícios de 2011 e 2014, complementado pelo resultado do primeiro trimestre de 2015, bem como de uma série de alterações societárias que acabaram por otimizar a estrutura de capital da companhia (descritos na seção 6.5 deste formulário de referência). O crescimento foi parcialmente compensado pelo aumento na distribuição de dividendos da companhia que representaram 136,6% do lucro líquido do exercício de 2014 comparado a 49,7%, 27,2%, 42,2%, respectivamente em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

No que tange às nossas principais condições financeiras, apresentamos um crescimento expressivo do volume de vendas nos exercícios de 2011 a 2014 que, combinado com ganhos significativos de eficiência e expansão de sua margem EBITDA, resultou em uma maior distribuição de dividendos, que totalizaram R\$ 81,7 milhões com base no lucro líquido do exercício de 2014 frente ao volume total de R\$ 4,3 milhões distribuídos com base no lucro líquido do exercício de 2011, equivalendo a um crescimento médio anual ponderado (“CAGR”) de 166,2% no período. A evolução da nossa eficiência é também verificada na nossa Margem EBITDA referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, quando totalizou 51,0%, comparado a uma Margem EBITDA de 39,4% no mesmo período de 2014.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a nossa receita líquida com prestação de serviços totalizou R\$ 274,4 milhões, correspondendo a um CAGR de 26,2% no período entre 2011 e 2014. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossa receita líquida com prestação de serviços totalizou R\$85,0 milhões, 52,6% maior se comparado com o mesmo período do ano anterior.

No mesmo período, registramos expansão significativa em nosso EBITDA uma vez que foram capturados ganhos de eficiência comercial e operacional. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 registramos um EBITDA de R\$ 119,7 milhões, com um CAGR de 83,0% de 2011 a 2014. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, nosso EBITDA totalizou R\$43,4 milhões, 97,7% maior se comparado com o mesmo período do ano anterior. Para mais informações sobre nosso EBITDA e sua conciliação com nossas demonstrações financeiras, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Demonstração de Resultado	Período de três meses encerrado em					
	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				31 de março de	
	2011	2012	2013	2014	2014	2015
Lucro líquido	9.179	23.882	62.827	85.060	16.367	30.276
(+) Resultado financeiro, líquido	(2.805)	(1.742)	(7.950)	(11.752)	(3.170)	(2.614)
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12.041	12.178	34.724	44.997	8.421	15.310
(+) Depreciação e amortização	1.136	2.238	712	1.429	322	410
EBITDA	19.551	36.556	90.313	119.734	21.940	43.382

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas principais informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2015 e 2014:

Indicadores financeiros	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Períodos de três meses encerrados em	
	2011	2012	2013	2014	2014	2015
(em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)						
Receita bruta de prestação de serviços	147.094	166.272	231.631	296.525	60.210	91.765
Receita líquida de prestação de serviços	136.390	153.658	214.244	274.383	55.680	84.992
EBITDA ⁽¹⁾	19.551	36.556	90.313	119.734	21.940	43.382
Margem EBITDA ⁽²⁾	14,3%	23,8%	42,2%	43,6%	39,4%	51,0%
Lucro líquido ⁽³⁾	9.179	23.882	62.827	85.060	16.367	30.276
Margem Líquida ⁽⁴⁾	6,7%	15,5%	29,3%	31,0%	29,4%	35,6%
Dividendos (% de distribuição) ⁽⁵⁾	42,2%	27,2%	49,7%	136,6%	N/A	N/A

⁽¹⁾ O EBITDA, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), consiste no lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Calculamos o EBITDA de acordo com os termos da Instrução CVM 527. Entendemos que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do nosso desempenho financeiro, bem como da nossa capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com nossas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às nossas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, acreditamos que o EBITDA fornece uma medida útil de nosso desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete nossa real geração de caixa e não deve ser usado como tal.

⁽²⁾ EBITDA do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.

⁽³⁾ Lucro líquido consolidado do exercício/período.

⁽⁴⁾ Lucro líquido consolidado do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.

Divisão (i) do valor dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos e provisionados para pagamento no exercício social, pelo (ii) lucro líquido da controladora apurado no respectivo exercício social.

b) Estrutura de capital

Nossos objetivos ao administrar nosso capital são os de salvaguardar a continuidade do nosso modelo de negócios buscando maximizar o retorno e o valor gerado aos nossos acionistas, produzindo ganhos de eficiência de forma sustentável e consistente ao longo dos anos.

Para melhor ilustrar a composição das origens dos financiamentos das operações a tabela a seguir apresenta a origem dos mesmos nas datas indicadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de						Em 31 de março de			
	2011		2012		2013		2014		2015	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
Patrimônio Líquido	31.797	25,8%	36.382	45,6%	132.325	70,6%	98.927	62,9%	114.139	66,2%
Passivo Total	91.572	74,2%	43.395	54,4%	55.158	29,4%	58.250	37,1%	58.377	33,8%
Total	123.369	100,0%	79.777	100,0%	187.483	100,0%	157.177	100,0%	172.516	100,0%

¹ Em relação ao total.

Em função do nosso modelo de negócios que demanda baixas necessidades de investimentos e relevante geração de caixa, entendemos que a análise de nossa estrutura de capital por passivo não é relevante para nossa administração.

(i) Hipótese de resgate

Nosso Estatuto Social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente previstas. Não obstante, nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de nossos Acionistas poderá deliberar o resgate de ações de nossa emissão. Em 10 de dezembro de 2014 nossa Assembleia Geral Extraordinária deliberou o resgate, contra conta de reserva de capital e sem redução do nosso capital social, de 40.492.718 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão, as quais foram definitivamente retiradas de circulação (“Ações Resgatadas”), nos termos dos parágrafos 1º e 4º do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. As Ações Resgatadas foram debitadas de cada um dos acionistas na proporção que cada um detinha no nosso capital social. Foi dispensado o sorteio previsto no artigo 44, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) a proporção detida por cada um dos nossos acionistas em nosso capital social permanecerá inalterada após o resgate e a retirada de circulação das Ações Resgatadas; e (ii) o resgate foi aprovado por acionistas representando a totalidade do nosso capital social.

(ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate

Nosso Estatuto Social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa emissão e, portanto, não prevê a fórmula de cálculo do valor do resgate.

Em 10 de dezembro de 2014 nossa Assembleia Geral Extraordinária deliberou o resgate de 40.492.718 ações ordinárias de nossa emissão, o qual foi realizado pelo valor de R\$0,5009394218 por ação ordinária, correspondente ao valor patrimonial da ação com base no nosso balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2014, devidamente ajustado pela distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$41.835.629,20, totalizando o valor de resgate de R\$20.284.398,74.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos por característica operar com baixa necessidade de capital e forte geração de caixa, sendo que o nosso passivo é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, provisões e parcelamentos de tributos.

Possuímos capacidade para pagamento dos compromissos financeiros assumidos, visto que, nosso capital circulante líquido consolidado (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) é

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

positivo no período e nos exercícios apresentados, tendo ele sido de R\$98,0 milhões em 31 de março de 2015, R\$84,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$120,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$59,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$39,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Da mesma forma, possuímos um caixa líquido (corresponde ao total de empréstimos e parcelamentos de tributos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) que apresenta níveis suficientes para suportar o nosso plano de crescimento, uma vez que nossa posição de caixa é significativamente superior à nossa necessidade de capital, conforme apresentado no quadro abaixo:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de				Em 31 de
	2011	2012	2013	2014	março de
Total de empréstimos e parcelamentos de tributos	(27.353)	(27.265)	(26.325)	(24.851)	(24.414)
(+) Caixa e equivalentes de caixa	10.583	5.630	3.396	8.720	7.050
(+) Aplicações financeiras	68.715	52.842	135.380	88.148	105.259
(=) Caixa líquido	51.945	31.207	112.451	72.017	87.895

Assim, considerando o nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa e a nossa posição de liquidez, acreditamos possuir recursos suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas e quaisquer outros compromissos assumidos até a data deste Formulário de Referência, a serem pagos nos próximos 12 meses.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Até a data deste Formulário de Referência, o nosso capital de giro, assim como nossos investimentos em ativos não circulantes foram financiados por meio de recursos gerados por nossas operações.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Entendemos que o caixa gerado por nossas operações será suficiente para financiar nosso capital de giro e eventuais investimentos em ativos não circulantes, no mínimo, pelos próximos doze meses. Não obstante, não descartamos a possibilidade de obter recursos junto às principais instituições financeiras do país ou mediante acesso ao mercado de capitais para suprir eventuais necessidades de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O nosso endividamento financeiro, assim entendido como a soma de nossos empréstimos e parcelamentos de tributos, era de R\$24,4 milhões em 31 de março de 2015, e, em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 era de, respectivamente, R\$27,4 milhões, R\$27,3 milhões, R\$26,3 milhões e R\$24,9 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de								Em 31 de março de	
	2011		2012		2013		2014		2015	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
Empréstimos circulantes	-	-	-	-	300	1,1%	300	1,2%	300	1,2%
Parcelamentos de tributos circulantes	2.131	7,8%	3.423	12,6%	3.184	12,1%	2.828	11,4%	2.832	11,6%
Total Circulante	2.131	7,8%	3.423	12,6%	3.484	13,2%	3.128	12,6%	3.132	12,8%
Empréstimos não circulantes	-	-	-	-	503	1,9%	75	0,3%	-	-
Parcelamentos de tributos não circulantes	25.222	92,2%	23.842	87,4%	22.338	84,9%	21.648	87,1%	21.282	87,2%
Total não circulante	25.222	92,2%	23.842	87,4%	22.841	86,8%	21.723	87,4%	21.282	87,2%
Total Empréstimos e Parcelamentos de tributos	27.353	100,0%	27.265	100,0%	26.325	100,0%	24.851	100,0%	24.414	100,0%

¹ Em relação ao total de empréstimos e parcelamentos de tributos.

Possuímos processos de tesouraria que permitem a gestão diária de nosso capital circulante líquido, a partir do monitoramento dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, visando manter uma posição de caixa com liquidez imediata capaz de honrar, no curto e longo prazo, os nossos compromissos assumidos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 29 de outubro de 2012, nossa subsidiária Par Saúde Corretora S.A. celebrou junto à Caixa Econômica Federal um contrato de financiamento de capital de giro para o seu plano de negócios, que se encontra em seus estágios iniciais de desenvolvimento. Esse financiamento possui prazo de vencimento em 25 de março de 2016 e o seu saldo em aberto era de R\$300 mil em 31 de março de 2015 (R\$ 375 mil em 31 de dezembro de 2014 e R\$803 mil em 31 de dezembro de 2013).

Com exceção do acima exposto, em 31 de março de 2015, não possuíamos endividamento bancário.

Nosso passivo mais relevante consiste em parcelamentos de tributos devidos classificados em circulantes e não circulantes assumidos mediante nossa adesão ao chamado parcelamento “Refis IV”, instituído pela Lei nº 11.941 de 2009. Esses parcelamentos derivam de discussões judiciais sobre tributos cobrados contra nós referentes a exercícios anteriores e apresentam prazo remanescente de pagamento de 125 meses e são atualizados pela taxa SELIC. Para mais informações sobre os efeitos da variação da SELIC em nosso passivo vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Abaixo segue um quadro que ilustra a distribuição dos pagamentos considerando a posição em 31 de março de 2015:

(Em milhares de reais)	Vencimento por ano
Até 1 ano	2.832
De 1 a 2 anos	2.836
De 2 a 3 anos	2.687
De 3 a 4 anos	2.637
De 4 a 5 anos	2.637
De 5 a 8 anos	7.527

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

De 8 a 11 anos	2.958
Total do parcelamento	<u>24.114</u>

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos qualquer operação passiva de longo prazo com instituições financeiras registrada em nossas demonstrações financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, uma vez que, em 31 de março de 2015, não possuíamos nenhuma obrigação com garantia real, fluante ou subordinada. Para maiores informações, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica, uma vez que não há limitações a endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários ou à alienação de controle societário impostas por contratos financeiros dos quais somos parte.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica, pois não há limitações para utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2011, 2012, 2013 e 2014 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015.

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

Receita líquida de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das nossas atividades. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das transações entre empresas consolidadas.

Nosso negócio consiste na venda de serviços de corretagem na área de seguros. Esses serviços são prestados com base em contrato, onde são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão. Essa receita é registrada no momento em que são informados os valores dos prêmios recebidos sobre as apólices vendidas, sem exceção. Dessa forma, a receita é reconhecida quando esse valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para nós.

Nossas receitas dependem tanto do nosso comissionamento sobre a comercialização de produtos de seguros, como também do valor do prêmio de tais produtos cobrados do cliente final. O prêmio de seguros é definido por uma série de fatores, incluindo sinistralidade, estratégia de precificação do produto e custos de comercialização. O percentual de nossas comissões é estabelecido no acordo operacional entre nós, Caixa e Caixa Seguradora, com base nos seguintes critérios: (i) a modelagem dos produtos de seguros, (ii)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

suas respectivas margens técnicas, (iii) efeitos na precificação do produto, e (iv) sinistralidade, buscando garantir a manutenção de níveis adequados de margens técnicas das seguradoras com as quais operamos e, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente nossa atuação como agente comercial com participação relevante no processo de vendas de seguros. Essas comissões não podem ser modificadas, sem o acordo de todas as partes, variando a receita portanto exclusivamente da variação do prêmio (seja em virtude do volume ou do preço do produto) ou da renegociação eventual das comissões.

Custos dos serviços prestados

Referem-se aos custos com nossa estrutura de vendas, em especial custos de salários e encargos de pessoal, que atua nas agências da Caixa, em canais remotos (que representam as operações de venda através de *call center*) e em operações de *backoffice* para assessoramento de operações de seguros (sinistros e pós venda).

Despesas administrativas

As despesas administrativas são compostas pelos gastos incorridos pelas nossas áreas de apoio (*marketing*, finanças, jurídico, tecnologia, relações institucionais e gente & gestão), como as despesas com pessoal, serviços de terceiros, *softwares*, infraestrutura de tecnologia, telecomunicações, despesas com escritório, viagens e honorários advocatícios, entre outros pouco relevantes.

Depreciação e amortização

A depreciação é o custo ou a despesa decorrente do desgaste ou da obsolescência dos ativos imobilizados, como por exemplo equipamentos de TI, veículos, móveis ou instalações, calculados com base na vida útil sobre o valor de custo dos bens depreciados. Amortização é a diminuição do valor dos bens intangíveis, calculados a valor de custo, que integram o ativo permanente. A amortização tem lugar quando o limitante da vida útil for o tempo, diferentemente da depreciação, que é pelo uso, tempo e obsolescência.

Outras despesas (receitas) operacionais

Compreende o grupo de despesas e receitas que não fazem parte do curso normal de nossas atividades, e que não estão correlacionados à atividade principal de prestação de serviços de corretagem. O grupo é composto, principalmente, pelas contas de intermediação de pagamentos, recuperação de despesas, parcelamentos fiscais, perdas de valores em investimentos e outras de menor relevância.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro é decorrente da receita de juros sobre aplicações financeiras de fundos de investimento de renda fixa em instituições renomadas e sólidas, conforme política determinada por nosso Conselho de Administração.

Nossa receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduzimos o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Nossas despesas financeiras são compostas por atualização de juros de parcelamentos fiscais, descontos concedidos, IOF sobre operações bancárias, juros passivos, atualização de juros sobre imóveis, multas de trânsito, autuações fiscais e outras taxas bancárias. O reconhecimento dessas despesas é feito por competência e registrado em valor justo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015.

Demonstração do Resultado	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2014		2015		Varição
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2015x2014
					(%)
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	55.680	100,0%	84.992	100,0%	52,6%
Custo dos serviços prestados	(22.482)	(40,4%)	(28.257)	(33,2%)	25,7%
Lucro bruto	33.198	59,6%	56.735	66,8%	70,9%
Despesas administrativas	(10.999)	(19,8%)	(12.270)	(14,4%)	11,6%
Depreciação e amortização	(322)	(0,6%)	(410)	(0,5%)	27,3%
Outras (despesas) receitas operacionais	(259)	(0,5%)	(1.083)	(1,3%)	318,1%
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	-	-	-	-	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	21.618	38,8%	42.972	50,6%	98,8%
Receitas financeiras	3.290	5,9%	3.536	4,2%	7,5%
Despesas financeiras	(120)	(0,2%)	(922)	(1,1%)	668,3%
Resultado financeiro, líquido	3.170	5,7%	2.614	3,1%	(17,5%)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.788	44,5%	45.586	53,6%	83,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.646)	(15,5%)	(15.602)	(18,4%)	80,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	225	0,4%	292	0,3%	29,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro líquido do exercício **16.367** **29,4%** **30.276** **35,6%** **85,0%**

¹Em relação à receita líquida de prestação de serviços.

Receita líquida de prestação de serviços

Efetuamos a análise do nosso negócio baseados em dois segmentos: (i) Varejo e Pequenas Empresas; (ii) Médias e Grandes Empresas.

O segmento de Varejo e Pequenas Empresas abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, seguindo o modelo B2C, e que, na maioria das vezes, tem o negócio fechado ou originado no principal canal da Caixa Seguradora, o balcão de agências. Os produtos negociados para o varejo e pequenas empresas são: Vida, Habitacional, Prestamista, Residencial, Multi-Risco Empresarial, Auto e Outros Produtos (previdência, capitalização e consórcio).

Já o segmento de Médias e Grandes Empresas (B2B) abrange aqueles clientes que normalmente adquirem produtos em processos de venda consultivos onde, geralmente, a oportunidade de venda leva mais tempo para ser convertida em negócio. Os produtos negociados para médias e grandes empresas são: Riscos Especiais e Saúde.

Obtemos nossa receita líquida de prestação de serviços a partir de nossa receita bruta de prestação de serviços após deduções dos impostos incidentes diretamente nas vendas de seguros. A tabela abaixo, mostra a evolução da nossa receita líquida de prestação de serviços por segmento entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015:

Demonstração da Receita	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2014		2015		Varição 2015x2014
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Varejo e Pequenas Empresas	54.137	89,9%	83.194	90,7%	53,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Médias e Grandes Empresas	6.073	10,1%	8.571	9,3%	41,1%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	60.210	100%	91.765	100%	52,4%
Impostos sobre a Receita	(4.530)	(7,5)% ²	(6.773)	(7,4)% ²	49,5%
Total Receita Líquida da Prestação de Serviços	55.680	100,0%	84.992	100,0%	52,6%
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e Pequenas Empresas	50.051	89,9%	77.038	90,6%	53,9%
Receita líquida de prestação de serviços de Médias e Grandes Empresas	5.629	10,1%	7.954	9,4%	41,3%

¹ Em relação aos respectivos totais.

² Em relação ao total receita bruta de prestação de serviços.

Para melhor compreensão das variações da nossa receita, ilustramos abaixo a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços separada por tipo de produto:

Demonstração da Receita	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2014		2015		Varição 2015x2014
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bancassurance	47.186	78,4%	75.527	82,3%	60,1%
Vida	25.561	42,5%	28.439	31,0%	11,3%
Residencial	3.306	5,5%	5.066	5,5%	53,2%
Multi Risco Empresarial	2.266	3,8%	3.519	3,8%	55,3%
Habitacional	11.604	19,3%	26.751	29,2%	130,5%
Prestamista	4.449	7,4%	11.752	12,8%	164,1%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	9.345	15,5%	12.597	13,7%	34,8%
Auto	3.272	5,4%	4.026	4,4%	23,0%
Saúde	3.210	5,3%	2.818	3,1%	(12,2%)
Riscos Especiais	2.863	4,8%	5.753	6,3%	100,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	3.679	6,1%	3.641	4,0%	(1,0%)
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	60.210	100,0%	91.765	100,0%	52,4%
Impostos sobre a Receita	(4.530)	(7,5%)	(6.773)	(7,4%)	49,5%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	55.680		84.992		52,6%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$85,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, representando um aumento de R\$29,3 milhões, ou 52,6%, quando comparado ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$55,7 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$75,5 milhões, representando um aumento de R\$28,3 milhões, ou 60,1%, quando comparado ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$47,2 milhões. Adicionalmente, o crescimento decorreu também do aumento no volume de vendas dos produtos tradicionais de seguro, que registraram uma receita bruta de prestação de serviços de R\$12,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, representando um aumento de R\$3,3 milhões, ou 34,8%, quando comparado ao mesmo período de 2014 que totalizou R\$9,3 milhões.

A nossa receita bruta de prestação de serviços de “outros produtos” fechou o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 em R\$3,6 milhões, representando uma queda de R\$38,0 mil, ou 1,0%, quando comparado ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$3,7 milhões. Seguem abaixo os principais fatores para o aumento da receita bruta de prestação de serviços dos produtos que mais impactaram a variação da nossa receita líquida de prestação de serviços:

- i) *Bancassurance*
 - a. Vida: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 11,3%, em virtude, principalmente, do aumento de 6,0% do número de vidas cobertas na carteira, que passou de 2,1 milhões em 31 de março de 2014 para 2,2 milhões em 31 de março de 2015, complementado pelo incremento do ticket médio do prêmio de seguros desta categoria, impactando positivamente os valores recebidos por nós a título de comissionamento.
 - b. Habitacional: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 130,5%, em virtude do crescimento do saldo da carteira de crédito habitacional da Caixa. Em 31 de dezembro de 2014 esse saldo já demonstrava uma evolução de R\$55,5 bilhões, ou 19,5%, se comparado a 31 de março de 2014. Adicionalmente, a receita do produto Habitacional foi beneficiada pela modificação nas condições comerciais com a Caixa Seguradora que resultou na majoração da comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional a partir de outubro de 2014. Essa majoração foi responsável por

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

uma receita bruta de R\$11,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Para maiores detalhes sobre o contrato com a Caixa Seguradora, vide seção 10.2, item “b” da seção deste Formulário de Referência.

- c. Prestamista: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 164,1%, em virtude da melhora do mix de comissão dos produtos inseridos nesta categoria, bem como da maior eficiência no processo de oferta deste produto, a qual pode ser verificada pelo aumento de 112,2% nas taxas de conversão de vendas de seguro nas originações de crédito consignado. Adicionalmente, a receita deste produto foi impactada positivamente pelo crescimento da carteira de crédito para pessoas física da Caixa no período. Em 31 de dezembro de 2014 essa carteira já havia apresentado crescimento de 9,0% em relação a 31 de março de 2014, atingindo R\$94,0 bilhões.
- d. Multi-Risco Empresarial: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 55,3%, em virtude principalmente do aumento de 23,8% da base de clientes segurados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, atingindo 93,1 mil itens, impulsionado tanto pelo crescimento de vendas novas, quanto pela melhoria no índice de renovação.

ii) Produtos Tradicionais de Seguro

- a. Auto: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 23,0%, em virtude principalmente do incremento da carteira de itens segurados, alinhado à manutenção da performance da central de renovação em patamares superiores a 78,7%. A carteira de itens segurados encerrou fevereiro de 2015 com 160,8 mil itens, um crescimento de 17,7% quando comparado ao final do mesmo mês do ano anterior.
- b. Riscos Especiais: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 100,9%, fortemente influenciada pela expansão regional de sua estrutura comercial, que impactou principalmente os segmentos de Garantia e Rural que juntos apresentaram um crescimento de 130,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Custos dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados de corretagem para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015:

Demonstração de Resultado	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2014		2015		Varição 2015x2014
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Salários, Encargos e benefícios	17.897,5	79,6%	22.514,5	79,7%	25,8%
Força de Vendas	16.310,1	72,5%	19.997,3	70,8%	22,6%
Outros Canais	436,6	1,9%	1.128,7	4,0%	158,5%
Backoffice	1.150,7	5,1%	1.388,4	4,9%	20,7%
Call center	2.853,7	12,7%	3.692,7	13,1%	29,4%
Força de Vendas	-	n.a.	-	n.a.	n.a.
Outros Canais	2.853,7	12,7%	3.692,7	13,1%	29,4%
Backoffice	-	n.a.	-	n.a.	n.a.
Outros	1.731,0	7,7%	2.049,8	7,3%	18,4%
Força de Vendas	1.444,3	6,4%	1.806,2	6,4%	25,1%
Outros Canais	142,5	0,6%	62,1	0,2%	(56,4)%
Backoffice	144,3	0,6%	181,4	0,6%	25,7%
Custo da prestação de	22.482,2	100,0%	28.257,0	100,0%	25,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

serviços

¹ Em relação ao total.

Os custos de salários, encargos e benefícios tiveram aumento de R\$4,6 milhões, ou 25,8%, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, quando totalizou R\$22,5 milhões, em comparação ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$17,9 milhões. Destacamos que o aumento nas contas de salários, encargos e benefícios deve-se a um incremento de 19,5% na quantidade média de empregados alocados em nossa área comercial e, portanto, contabilizados como custos dos serviços prestados, de 949 empregados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para 1.134 empregados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Tal aumento na quantidade de funcionários é resultante da implementação do nosso plano de crescimento. Além do crescimento na quantidade de funcionários, os salários de nossos empregados foram corrigidos em 7,0%, decorrente do dissídio coletivo com impactos desde janeiro de 2015.

Os custos de *call center* elevaram-se em R\$0,8 milhões, ou 29,4%, passando de R\$2,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$3,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Essa evolução decorreu, principalmente, do investimento da companhia em novas posições de atendimento.

Os custos contabilizados na rubrica “outros”, tiveram um aumento de R\$0,3 milhão, ou 18,4%, passando de R\$1,7 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$2,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. O aumento decorreu de diversas despesas associadas a expansão de vendas como alugueis, telefonia, material de escritório, passagens aéreas, custos de deslocamento entre outros.

Despesas administrativas, depreciação e amortização e outras (despesas) receitas operacionais

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, nosso total de despesas administrativas, depreciação e amortização e outras (despesas) receitas operacionais foi de R\$13,8 milhões, representando um aumento de R\$2,2 milhões, ou 18,9%, em comparação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2014, quando esse total foi de R\$11,6 milhões.

Demonstração do Resultado	No período de três meses encerrado em 31 de março de				Variação 2015x2014 (%)
	2014		2015		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Despesas administrativas	(10.999)	95,0%	(12.270)	89,2%	11,6%
Depreciação e amortização	(322)	2,8%	(410)	3,0%	27,3%
Outras (despesas) receitas operacionais	(259)	(2,2%)	(1.083)	7,9%	318,1%
Total	(11.580)	100,0%	(13.763)	100,0%	18,9%

¹ Em relação ao total.

As despesas administrativas cresceram R\$1,3 milhão, ou 11,6%, passando de R\$11,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$12,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Essa variação decorre, principalmente, do incremento de R\$1,2 milhão com despesas de pessoal devido a investimentos em nosso time para suportar o nosso plano de crescimento permitindo o desenvolvimento de iniciativas estratégicas, como elaboração de controles financeiros internos, realização de programa *trainee*, avaliações de desempenho, programas de desenvolvimento da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

liderança dentre outros, combinado com aumento nos salários de 7,0% decorrente de dissídio coletivo com efeitos a partir de janeiro de 2015. O grupo de outras despesas/receitas operacionais apresentou resultado negativo no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 no valor de R\$1,1 milhão, principalmente em razão de despesas associadas ao processo de abertura de capital da companhia iniciado em outubro de 2014.

Resultado financeiro líquido

Demonstração do Resultado	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2014		2015		Varição
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2015x2014 (%)
Receita de aplicações financeiras	3.213	101,4%	2.626	100,5%	(18,3)%
Ajuste a valor presente	-	n.a.	496	19,0%	n.a.
Atualização de mútuo e outras receitas financeiras	77	2,4%	414	15,8%	437,7%
Receitas financeiras	3.290	103,8%	3.536	135,3%	7,5%
Atualização de juros de outras operações	-	n.a.	(455)	(17,4)%	n.a.
Outras despesas financeiras	(120)	(3,8)%	(467)	(17,9)%	289,2%
Despesas financeiras	(120)	(3,8)%	(922)	(35,3)%	668,3%
Resultado financeiro, líquido	3.170	100,0%	2.614	100,0%	(17,5)%

¹ Em relação ao resultado financeiro líquido.

Nossa receita de aplicações financeiras reduziu R\$0,6 milhão, ou 18,3%, passando de R\$3,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$2,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Essa redução deve-se ao diminuição de R\$29,7 milhões do saldo médio de aplicações financeiras que passou de R\$126,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$96,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 devido a resgates necessários para fazer caixa ao pagamento dos dividendos e resgate de ações aprovados no segundo semestre de 2014 (análise considera como saldo médio de aplicação, a média entre o primeiro e o último dia de cada exercício). Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento da rentabilidade das aplicações pelo crescimento da taxa SELIC que, por sua vez, impacta a rentabilidade do CDI. Não obstante, nossa receita financeira no período aumentou R\$0,2 milhão, ou 7,5%, em razão da contabilização do efeito positivo do ajuste a valor presente do contas a pagar (*earn-out*) decorrente da aquisição das sociedades Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. (vide item 6.5 deste Formulário de Referência para mais informações sobre a aquisição).

O grupo de despesas financeiras aumentou R\$0,8 milhão, ou 668,3%, passando de R\$0,1 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$0,9 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, em razão, principalmente, (i) da diferença entre o valor efetivamente pago e o valor inicialmente provisionado para o pagamento da parcela variável (*earn-out*) do preço de aquisição da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. (vide item 6.5 deste Formulário de Referência para mais informações sobre a aquisição); e (ii) dos efeitos da majoração da Taxa SELIC em nosso parcelamento de tributos.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos cresceu R\$6,9 milhões, ou 81,8%, passando de R\$8,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 para R\$15,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Esse aumento decorreu principalmente do aumento dos lucros no exercício. Adicionalmente, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 e 2015, nossa alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social se manteve muito próxima de 34% não sofrendo alteração em relação a alíquota definida pelo órgão fiscal.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$30,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, comparado a um lucro líquido de R\$16,4 milhões no mesmo período de 2014.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014.

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2014		Varição
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2014x2013 (%)
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	214.244	100,0%	274.383	100,0%	28,1%
Custo dos serviços prestados	(79.525)	(37,1)%	(98.374)	(35,9)%	23,7%
Lucro bruto	134.719	62,9%	176.009	64,1%	30,6%
Despesas administrativas	(42.921)	(20,0)%	(48.027)	(17,5)%	11,9%
Depreciação e amortização	(712)	(0,3)%	(1.429)	(0,5)%	100,7%
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.485)	(0,7)%	(8.248)	(3,0)%	455,4%
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	-	-	-	-	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	89.601	41,8%	118.305	43,1%	32,0%
Receitas financeiras	10.125	4,7%	13.838	5,0%	36,7%
Despesas financeiras	(2.175)	(1,0)%	(2.086)	(0,8)%	(4,1)%
Resultado financeiro, líquido	7.950	3,7%	11.752	4,3%	47,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.551	45,5%	130.057	47,4%	33,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.658)	(16,2)%	(43.813)	(16,0)%	26,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(66)	0,0%	(1.184)	(0,4)%	1.693,9%
Lucro líquido do exercício	62.827	29,3%	85.060	31,0%	35,4%

¹Em relação à receita líquida de prestação de serviços.

Receita líquida de prestação de serviços

Efetuamos a análise do nosso negócio baseados em dois segmentos: (i) Varejo e Pequenas Empresas; (ii) Médias e Grandes Empresas.

O segmento de Varejo e Pequenas Empresas abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, seguindo o modelo B2C, e que, na maioria das vezes, tem o negócio fechado ou originado no principal canal da Caixa Seguradora, o balcão de agências. Os produtos negociados para o varejo e pequenas empresas são: Vida, Habitacional, Prestamista, Residencial, Multi-Risco Empresarial, Auto e Outros Produtos (previdência, capitalização e consórcio).

Já o segmento de Médias e Grandes Empresas (B2B) abrange aqueles clientes que normalmente adquirem

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

produtos em processos de venda consultivos onde, geralmente, a oportunidade de venda leva mais tempo para ser convertida em negócio. Os produtos negociados para médias e grandes empresas são: Riscos Especiais e Saúde.

Obtemos nossa receita líquida de prestação de serviços a partir de nossa receita bruta de prestação de serviços após deduções dos impostos incidentes diretamente nas vendas de seguros. A tabela abaixo, mostra a evolução da nossa receita líquida de prestação de serviços por segmento entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

Demonstração da Receita	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2014		Varição 2014x2013
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Varejo e Pequenas Empresas	213.745	92,3%	262.765	88,6%	22,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Médias e Grandes Empresas	17.886	7,7%	33.760	11,4%	88,8%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	231.631	100%	296.525	100,00%	28,0%
Impostos sobre a Receita	(17.387)	(7,5)% ²	(22.142)	(7,5)% ²	27,3%
Total Receita Líquida da Prestação de Serviços	214.244	100%	274.383	100,00%	28,1%
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e Pequenas Empresas	197.701	92,3%	242.630	88,4%	22,7%
Receita líquida de prestação de serviços de Médias e Grandes Empresas	16.543	7,7%	31.753	11,6%	91,9%

¹ Em relação aos respectivos totais.

² Em relação ao total receita bruta de prestação de serviços.

Para melhor compreensão das variações da nossa receita, ilustramos abaixo a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços separada por tipo de produto:

Demonstração da Receita	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2014		Varição 2014x2013
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bancassurance	186.124	80,4%	232.714	78,5%	25,0%
Vida	109.593	47,3%	113.278	38,2%	3,4%
Residencial	12.763	5,5%	17.396	5,9%	36,3%
Multi Risco Empresarial	8.512	3,7%	12.256	4,1%	44,0%
Habitacional	39.511	17,1%	64.712	21,8%	63,8%
Prestamista	15.745	6,8%	25.072	8,5%	59,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	29.156	12,6%	47.709	16,1%	63,6%
Auto	11.270	4,9%	13.949	4,7%	23,8%
Saúde	8.019	3,5%	14.225	4,8%	77,4%
Riscos Especiais	9.867	4,3%	19.535	6,6%	98,0%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	16.351	7,1%	16.102	5,4%	(1,5%)
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	231.631	100%	296.525	100%	28,0%
Impostos sobre a Receita	(17.387)	(7,5)%	(22.142)	(7,5)%	27,3%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida da Prestação de Serviços	214.244	274.383	28,1%
---	----------------	----------------	--------------

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$ 274,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de R\$ 60,1 milhões, ou 28,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$214,2 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$ 232,7 milhões, representando um aumento de R\$ 46,6 milhões, ou 25,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$186,1 milhões. Adicionalmente, o crescimento deveu-se também ao aumento no volume de vendas dos produtos tradicionais de seguro, que registraram uma receita bruta de prestação de serviços de R\$ 47,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de R\$ 18,6 milhões, ou 63,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 que totalizou R\$29,2 milhões.

A nossa receita bruta de prestação de serviços de “outros produtos” fechou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em R\$ 16,1 milhões, representando uma queda de R\$ 0,2 milhão, ou 1,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$16,4 milhões. Seguem abaixo os principais fatores para o aumento da receita bruta de prestação de serviços dos produtos que mais impactaram a variação da nossa receita líquida de prestação de serviços:

iii) *Bancassurance*

- Vida: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 3,4%, em virtude, principalmente, do aumento de 6,0% do número de vidas cobertas na carteira, que passou de 2,1 milhão em 31 de dezembro de 2013 para 2,2 milhões em 31 de dezembro de 2014;
- Multi-Risco Empresarial: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 44,0%, em virtude principalmente do aumento de 28,8% da base de clientes segurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, atingindo 97 mil itens, impulsionado tanto pelo crescimento de vendas novas, quanto pela melhoria no índice de renovação.
- Habitacional: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 63,8%, em virtude do forte crescimento do saldo da carteira de crédito habitacional da Caixa, que no ano de 2014 avançou 25,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$339,8 bilhões, bem como de uma modificação nas condições comerciais com a Caixa Seguradora que resultou na majoração da comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional, contribuindo para uma receita bruta adicional de R\$9,5 milhões a partir da segunda quinzena de outubro de 2014 até o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2014. Para maiores detalhes sobre o contrato com a Caixa Seguradora, vide seção 10.2, item “b” da seção deste Formulário de Referência.
- Prestamista: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 59,2%, em virtude do constante crescimento da carteira de crédito para pessoas física da Caixa, que no ano de 2014 apresentou crescimento 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 94,0 bilhões, combinados com uma maior eficiência no processo de oferta deste produto, principalmente na linha de crédito consignado.

iv) Produtos Tradicionais de Seguro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- a. Auto: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 23,8%, em virtude da implementação de diversas estratégias comerciais que geraram maior eficiência no processo de conversão de vendas. Dentre elas, destacam-se o incremento de produtividade da central de vendas ativa e manutenção da performance da central de renovação, que no ano de 2014 teve um índice de renovação médio de 79,6% (em comparação a 72,9% no ano de 2013). A carteira de itens segurados encerrou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com 156 mil itens, um crescimento de 18,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior;
- b. Riscos Especiais: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 98,0%, fortemente influenciada pela expansão regional de sua estrutura comercial, que impactou principalmente os segmentos de Garantia e Rural que juntos apresentaram um crescimento de 130,5% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014.

Custos dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados de corretagem para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

Demonstração de Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2014		Variação 2014x2013
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Salários, Encargos e benefícios	59.875	75,3%	77.110	78,4%	28,8%
Força de Vendas	54.990	69,1%	70.982	72,2%	29,1%
Outros Canais	1.182	1,5%	1.728	1,8%	46,2%
Backoffice	3.703	4,7%	4.400	4,5%	18,8%
Call center	8.169	10,3%	13.424	13,6%	64,3%
Força de Vendas	169	0,2%	-	-	(100,0)%
Outros Canais	7.937	10,0%	13.424	13,6%	69,1%
Backoffice	62	0,1%	-	-	(100,0)%
Outros	11.481	14,4%	7.840	8,0%	(31,7)%
Força de Vendas	10.567	13,3%	6.817	6,9%	(35,5)%
Outros Canais	304	0,4%	380	0,4%	25,0%
Backoffice	610	0,8%	643	0,7%	5,4%
Custo da prestação de serviços	79.525	100,0%	98.374	100,0%	23,7%

¹ Em relação ao total.

Os custos de salários, encargos e benefícios tiveram aumento de R\$ 17,2 milhões, ou 28,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando totalizou R\$77,1 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$59,9 milhões. Destacamos que o aumento nas contas de salários, encargos e benefícios deve-se a um incremento de 26,3% na quantidade média de empregados alocados em nossa área comercial e, portanto, contabilizados como custos dos serviços prestados, de 852 empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para 1.077 empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento na quantidade de funcionários é resultante da implementação do nosso plano de crescimento para o exercício de 2014. Além do crescimento na quantidade de funcionários, os salários de nossos empregados foram corrigidos em 6,6%, decorrente do dissídio coletivo.

Os custos de call center elevaram-se em R\$5,3 milhões, ou 64,3%, passando de R\$ 8,2 milhões no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$13,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa evolução decorre, principalmente, do aumento de 48 pontos de atendimento, ou 85,7% na quantidade média de pontos de atendimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Os custos contabilizados na rubrica “outros”, reduziram R\$3,6 milhão, ou 31,7%, passando de R\$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$7,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este resultado decorreu, principalmente, da redução de R\$4,3 milhões de despesas com processos trabalhistas, parcialmente compensadas pelo incremento de R\$0,6 milhões em despesas diversas relacionadas a expansão da força de vendas como alugueis de imóveis, telefonia, material de escritório, custo de deslocamentos (terrestres e aéreos), dentre outros.

Despesas administrativas, depreciação e amortização e outras (despesas) receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nosso total de despesas administrativas, depreciação e amortização e outras (despesas) receitas operacionais foi de R\$57,7 milhões, representando um aumento de R\$12,6 milhões, ou 27,9%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando esse total foi de R\$45,1 milhões.

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2014x2013 (%)
	2013		2014		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Despesas administrativas	(42.921)	95,1%	(48.027)	83,2%	11,9%
Depreciação e amortização	(712)	1,6%	(1.429)	2,5%	100,7%
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.485)	3,3%	(8.248)	14,3%	455,4%
Total	(45.118)	100,0%	(57.704)	100,0%	27,9%

¹ Em relação ao total.

As despesas administrativas cresceram R\$5,1 milhões, ou 11,9%, passando de R\$42,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$48,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação decorre, principalmente, do incremento de R\$1,9 milhões com despesas de pessoal devido a investimentos em nosso time para suportar o nosso plano de crescimento permitindo o desenvolvimento de iniciativas estratégicas, como elaboração de controles financeiros internos, realização de programa *trainee*, avaliações de desempenho, programas de desenvolvimento da liderança dentre outros, combinado com aumento nos salários de 6,6% decorrente de acordo coletivo. O grupo de outras despesas/receitas operacionais apresentou resultado negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$8,2 milhões, principalmente em razão de gastos com o programa de incentivo de longo prazo (para mais informações vide item 13.1 deste Formulário de Referência) e despesas associadas ao processo de abertura de capital da companhia.

Resultado financeiro líquido

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2014x2013 (%)
	2013		2014		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Receita de aplicações	9.838	123,7%	13.185	112,2%	34,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

financeiras

Atualização de mútuo e outras receitas financeiras	287	3,6%	653	5,6%	127,5%
Receitas financeiras	10.125	127,4%	13.838	117,8%	36,7%
Atualização de juros de outras operações	(1.698)	(21,4)%	(1.669)	(14,2)%	(1,7)%
Outras despesas financeiras	(477)	(6,0)%	(417)	(3,5)%	(12,6)%
Despesas financeiras	(2.175)	(27,4)%	(2.086)	(17,8)%	(4,1)%
Resultado financeiro, líquido	7.950	100,0%	11.752	100,0%	47,8%

¹ Em relação ao resultado financeiro líquido.

Nossa receita de aplicações financeiras cresceu R\$3,3 milhões, ou 34,0%, passando de R\$9,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$13,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento deve-se ao crescimento de R\$17,7 milhões do saldo médio de aplicações financeiras que passou de R\$94,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$111,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 devido a aplicações líquidas ocorridas entre os períodos em análise (análise considera como saldo médio de aplicação, a média entre o primeiro e o último dia de cada exercício), bem como pelo aumento da rentabilidade das aplicações pelo crescimento da taxa SELIC que, por sua vez, impacta a rentabilidade do CDI.

O grupo de despesas financeiras não sofreu variação relevante, apresentando redução de R\$0,1 milhão quando comparamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contra o mesmo período de 2013.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos cresceu R\$10,3 milhões, ou 29,6%, passando de R\$34,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$45,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento decorreu principalmente do aumento dos lucros no exercício. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2014, nossa alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social se manteve muito próxima de 34% não sofrendo alteração em relação a alíquota definida pelo órgão fiscal.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$85,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado a um lucro líquido de R\$62,8 milhões no mesmo período de 2013.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2013x2012 (%)
	2012		2013		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	153.658	100,0%	214.244	100,0%	39,4%
Custo dos serviços prestados	(55.141)	(35,9)%	(79.525)	(37,1)%	44,2%
Lucro bruto	98.517	64,1%	134.719	62,9%	36,7%
Despesas administrativas	(57.871)	(37,7)%	(42.921)	(20,0)%	(25,8)%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Depreciação e amortização	(2.238)	(1,5)%	(712)	(0,3)%	(68,2)%
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.255)	(2,8)%	(1.485)	(0,7)%	(65,1)%
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	165	0,1%	-	-	(100,0)%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	34.318	22,3%	89.601	41,8%	161,1%
Receitas financeiras	5.642	3,7%	10.125	4,7%	79,5%
Despesas financeiras	(3.900)	(2,5)%	(2.175)	(1,0)%	(44,2)%
Resultado financeiro, líquido	1.742	1,1%	7.950	3,7%	356,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.060	23,5%	97.551	45,5%	170,5%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.456)	(8,8)%	(34.658)	(16,2)%	157,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.278	0,8%	(66)	0,0%	(105,2)%
Lucro líquido do exercício	23.882	15,5%	62.827	29,3%	163,1%

¹ Em relação à receita líquida de prestação de serviços.

Receita líquida de prestação de serviços

A tabela abaixo, mostra a evolução da nossa receita líquida de prestação de serviços por segmento entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013:

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013				
	2012		2013		Variação 2013x2012
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Varejo e Pequenas Empresas	158.368	95,2%	213.745	92,3%	35,0%
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Médias e Grandes Empresas	7.904	4,8%	17.886	7,7%	126,3%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	166.272	100%	231.631	100%	39,3%
Impostos sobre a Receita	(12.614)	(7,6)% ²	(17.387)	(7,5)% ²	37,8%
Total Receita Líquida	153.658	100%	214.244	100%	39,4%
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e Pequenas Empresas	150.321	97,8%	197.701	92,3%	31,5%
Receita líquida de prestação de serviços de Médias e Grandes Empresas	3.337	2,2%	16.543	7,7%	395,7%

¹ Em relação aos respectivos totais.

² Em relação ao total receita bruta de prestação de serviços.

Para melhor compreensão das variações da nossa receita, ilustramos abaixo a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços separada por tipo de produto:

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013				
	2012		2013		Variação 2013x2012
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços:					
Bancassurance	135.616	81,6%	186.124	80,4%	37,2%
Vida	79.915	48,1%	109.593	47,3%	37,1%
Residencial	11.759	7,1%	12.763	5,5%	8,5%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Multi Risco Empresarial	6.462	3,9%	8.512	3,7%	31,7%
Habitacional	30.411	18,3%	39.511	17,1%	29,9%
Prestamista	7.069	4,3%	15.745	6,8%	122,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços:					
Produtos Tradicionais de Seguro	17.149	10,3%	29.156	12,6%	70,0%
Auto	9.245	5,6%	11.270	4,9%	21,9%
Saúde	3.662	2,2%	8.019	3,5%	119,0%
Riscos Especiais	4.242	2,6%	9.867	4,3%	132,6%
Receita Bruta de Prestação de Serviços:					
Outros Produtos	13.507	8,1%	16.351	7,1%	21,1%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	166.272	100%	231.631	100%	39,3%
Impostos sobre a Receita	(12.614)	(7,6)%	(17.387)	(7,5)%	37,8%
Receita Líquida de Prestação de Serviços	153.658		214.244		39,4%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$214,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$60,6 milhões, ou 39,4%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$153,7 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance* que fechou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$186,1 milhões, representando um aumento de R\$50,5 milhões, ou 37,2%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$135,6 milhões.

Adicionalmente, o crescimento deveu-se também (i) ao aumento no volume de vendas dos produtos tradicionais de seguro, que registraram uma receita bruta de prestação de serviços de R\$29,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$12,0 milhões, ou 70,0%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 que totalizou R\$17,1 milhões; e (ii) ao aumento de volume de vendas de produtos da categoria “outros produtos”, que registrou uma receita bruta de prestação de serviços de R\$16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$2,8 milhões, ou 21,1%, quando comparado ao exercício encerrado de 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$13,5 milhões. Seguem abaixo os principais fatores para o aumento da receita bruta de prestação de serviços dos produtos que mais impactaram a variação da nossa receita líquida de prestação de serviços:

- i) *Bancassurance*
 - a. Vida: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 37,1%, em virtude do crescimento de 33,2% do valor dos prêmios de seguro de vida da Caixa Seguradora, que, por sua vez, tiveram seu desempenho influenciado pelo aumento de 2,5% do número de vidas cobertas na carteira, de 2,0 milhões de vidas em 31 de dezembro de 2012 para 2,1 milhões de vidas em 31 de dezembro de 2013, combinado com alterações do mix de produtos de vida comercializados com maior valor agregado;
 - b. Multi-Risco Empresarial: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 31,7%, em virtude do aumento de 17,7% da base de clientes segurados em 2013, atingindo 75 mil itens, impulsionado tanto pelo crescimento das vendas novas, quanto pela melhoria no índice de renovação;
 - c. Habitacional: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 29,9%, em virtude da expansão em 31,4% do valor da carteira de crédito habitacional da Caixa, de R\$205,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012 para o saldo recorde de R\$270,4 bilhões em 31 de dezembro de 2013; e
 - d. Prestamista: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 122,7%, em virtude do crescimento dos prêmios de seguros prestamista da Caixa Seguradora de 121,2%, impulsionado pelo crescimento de 45,7% da carteira de crédito comercial para

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pessoas físicas da Caixa, de R\$55,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$80,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013, e pelo aumento da nossa penetração nas transações de crédito da Caixa.

ii) Produtos Tradicionais de Seguro

- a. Auto: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou de 21,9%, em virtude do aumento de 21,3% dos prêmios diretos de seguro de automóveis pela Caixa Seguradora, impulsionado pelo aumento de 6,7% da frota segurada, que cresceu de 123,7 mil em 31 de dezembro de 2012 para 132,0 mil automóveis em 31 de dezembro de 2013, combinado com um aumento de 14,7% do ticket médio da Caixa Seguradora, de R\$1.306 no exercício de 2012 para R\$1.498 no exercício de 2013;
- b. Saúde: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou de 119,0%, em virtude do aumento de 228,2% na nossa carteira de vidas, de 17,6 mil em 31 de dezembro de 2012 para 57,7 mil vidas em 31 de dezembro de 2013; e
- c. Riscos Especiais: A receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou de 132,6%, em virtude do aumento no volume de vendas de produtos de garantia ligados à construção civil, responsáveis por cerca de 68% da receita bruta de prestação de serviços desta categoria de produto.

Custos dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados de corretagem para os exercícios encerrados em 31 de dezembro 2012 e 2013:

Demonstração Resultado	de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2013x2012 (%)
		2012		2013		
		(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Salários, encargos e benefícios		38.068	69,0%	59.875	75,3%	57,3%
Força de Vendas		33.212	60,2%	54.990	69,1%	65,6%
Outros Canais		2.820	5,1%	1.182	1,5%	(58,1)%
Backoffice		2.036	3,7%	3.703	4,7%	81,8%
Call center		10.035	18,2%	8.169	10,3%	(18,6)%
Força de Vendas		-	-	169	0,2%	n.a
Outros Canais		10.035	18,2%	7.937	10,0%	(20,9)%
Backoffice		-	-	62	0,1%	n.a
Outros		7.037	12,8%	11.481	14,4%	63,1%
Força de Vendas		2.565	4,7%	10.567	13,3%	312,0%
Outros Canais		1.331	2,4%	304	0,4%	(77,2)%
Backoffice		3.141	5,7%	610	0,8%	(80,6)%
Custo dos serviços prestados		55.141	100,0%	79.525	100,0%	44,2%

¹ Em relação ao total.

Os custos de salários, encargos e benefícios tiveram aumento de R\$21,8 milhões, ou 57,3%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizou R\$59,9 milhões, em comparação ao exercício anterior, que totalizou R\$38,1 milhões. Destacamos que o aumento nas contas de salários, encargos e benefícios deve-se a um aumento de 13,7% no número médio de empregados alocados em nossa área comercial e, portanto, contabilizados como custo dos serviços prestados, de 750 empregados em 31 de dezembro de 2012 para 852 empregados em 31 de dezembro de 2013, combinado com aumento nos salários de 7,7% decorrente do dissídio coletivo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os custos de *call center* tiveram redução de R\$1,9 milhões, ou 18,6%, passando de R\$10,0 milhões no exercício de 2012 para R\$8,2 milhões no exercício de 2013. Essa redução decorre da otimização de nossos recursos empregados no canal de *call center* em 2013, quando reavaliamos nossos contratos de custos de telefonia, qualidade e eficácia das diferentes operações de *call center*, bem como suas respectivas posições de atendimentos e renegociamos os preços junto aos nossos fornecedores.

Os custos contabilizados na rubrica “outros”, aumentaram R\$4,4 milhões, ou 63,1%, passando de R\$7,0 milhões no exercício de 2012 para R\$11,5 milhões no exercício em 2013. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento no quadro de funcionários e dos gastos com uma convenção realizada com toda a força de vendas em 2013, que totalizaram R\$2,7 milhões.

Despesas administrativas, depreciação, amortização e outras (despesas) receitas operacionais e participação nos lucros (prejuízos) de coligadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, nosso total de despesas administrativas, depreciação e amortização, outras (despesas) receitas operacionais e participação nos lucros (prejuízos) de coligadas foi de R\$45,1 milhões, representando uma redução de R\$19,1 milhões, ou 29,7%, em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando esse total foi de R\$64,2 milhões.

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2012		2013		Varição
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2013x2012 (%)
Despesas administrativas	(57.871)	90,1%	(42.921)	95,1%	(25,8)%
Depreciação e amortização	(2.238)	3,5%	(712)	1,6%	(68,2)%
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.255)	6,6%	(1.485)	3,3%	(65,1)%
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	165	(0,3)%	-	-	(100,0)%
Total	(64.199)	100,0%	(45.118)	100,0%	(29,7)%

¹ Em relação ao total.

No final de 2012, passamos por um processo de reestruturação comercial e administrativa resultante da entrada de novos acionistas e a contratação de novos gestores. Um dos principais produtos dessa mudança foi a implantação de uma série de medidas que buscaram gerar eficiências operacionais significativas, tais como: (i) implantação de um novo sistema ERP e controles internos para reduzir custos e despesas administrativas; (ii) criação de um orçamento com foco em redução de custos para o ano de 2013; (iii) renegociação de contratos de tecnologia e outros serviços de terceiros; (iv) internalização de áreas chave que se encontravam sob regime de terceirização, tais como a contabilidade, jurídico, fiscal e tecnologia.

A variação que mais impactou nossas despesas operacionais ocorreu no grupo de despesas administrativas, representada por uma redução de R\$14,9 milhões, ou 25,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Redução de despesas com serviços de terceiros no valor de R\$11,6 milhões, ou 75,8%, quando comparamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$3,7 milhões) com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$15,3 milhões) após revisão de contratos com prestadores de serviços obtidos com o aumento de eficiência operacional;
- Redução de despesas gerais e administrativas de R\$1,7 milhões, ou 80,8%, quando comparamos o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$0,4 milhões) com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$2,1 milhão). Essa variação foi causada pela redução de diversos gastos (materiais de escritório, correios, cartórios, transporte, viagens, etc.) resultante do maior controle de despesas após a implantação do ERP em 2013;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Reestruturamos e internalizamos parte da nossa área de tecnologia e trouxemos economia de R\$1,2 milhões, ou 13,5%, comparando o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$7,7 milhões) com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$8,9 milhões). Essa variação se deve a internalização do suporte tecnológico e também pela renegociação de contratos de infraestrutura de tecnologia da informação que passaram a ser geridos pela área de tecnologia da Caixa Seguradora;
- Redução de R\$5,4 milhões, ou 74,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$1,9 milhões), com despesas relativas a processos trabalhistas, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$7,3 milhões). Esta variação deve-se a realização de projetos de melhoria na retenção e gestão de funcionários da área e despesas com processos trabalhistas.

As reduções nas despesas operacionais foram, ainda, complementadas por uma redução de R\$2,8 milhões na categoria de “outras (despesas) receitas operacionais” em razão, principalmente, pagamentos por custos incorridos pela *holding* responsável pela nossa antiga gestão, em decorrência de gastos durante o processo de reestruturação societária envolvendo nossa Companhia em 2012.

Resultado financeiro líquido

A tabela a seguir demonstra a divisão do nosso resultado financeiro líquido em receitas e despesas financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013:

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2013x2012
	2012		2013		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita de aplicações financeiras	5.096	292,5%	9.838	123,7%	93,1%
Atualização de mútuo e outras receitas financeiras	546	31,3%	287	3,6%	(47,4)%
Receitas financeiras	5.642	323,9%	10.125	127,4%	79,5%
Atualização de juros de outras operações	(3.752)	(215,4)%	(1.698)	(21,4)%	(54,7)%
Outras despesas financeiras	(148)	(8,5)%	(477)	(6,0)%	222,3%
Despesas financeiras	(3.900)	(223,9)%	(2.175)	(27,4)%	(44,2)%
Resultado financeiro, líquido	1.742	100,0%	7.950	100,0%	356,4%

¹Em relação ao resultado financeiro líquido.

Nossa receita de aplicações financeiras obteve, em 2013, um aumento de R\$4,7 milhões, ou 93,1%, quando comparado ao ano de 2012. Essa variação deve-se ao aumento de 54,8% no saldo médio de aplicações financeiras, que passou de 60,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2012 para 94,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (análise considera como saldo médio de aplicação, a média entre o primeiro e o último dia de cada exercício). Esse aumento, por sua vez, resultou da nossa geração de caixa no ano de 2013, que nos possibilitou realizar aplicações (líquidas dos resgates) no montante de R\$82,5 milhões, além da incorporação de R\$29,7 milhões em caixa líquido da Par Holding Corporativa S.A. em 2013. O aumento da receita financeira foi parcialmente compensado pela redução da taxa de CDI (taxa referência para rentabilidade de nossas aplicações financeiras), que passou de 8,37% em 2012 para 8,02% em 2013.

As despesas financeiras reduziram em R\$1,7 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 quando comparadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta variação baseia-se, principalmente, em despesas com atualizações de parcelamentos fiscais ocorridas em 2012 que somaram de R\$2,4 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos cresceu R\$22,5 milhões, ou 185,1%, passando de R\$12,2 milhões em 2012 para R\$34,7 milhões em 2013. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento no nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social. Adicionalmente, em 2012 e 2013, nossa alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 34,0% e 36,0%, não sofrendo variação relevante em relação a alíquota nominal. As variações de despesas não dedutíveis são referentes a patrocínios e multas de trânsito. As provisões são constituídas para pagamento de contingências trabalhistas e excluídas da base de cálculo até que os processos sejam de fato pagos.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$62,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um lucro líquido de R\$23,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2012x2011 (%)
	2011		2012		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	136.390	100,0%	153.658	100,0%	12,7%
Custo dos serviços prestados	(48.069)	(35,2)%	(55.141)	(35,9)%	14,7%
Lucro bruto	88.321	64,8%	98.517	64,1%	11,5%
Despesas administrativas	(49.019)	(35,9)%	(57.871)	(37,7)%	18,1%
Despesas comerciais	(6.224)	(4,6)%	-	-	(100,0)%
Depreciação e amortização	(1.136)	(0,8)%	(2.238)	(1,5)%	97,0%
Outras (despesas) receitas operacionais	(14.331)	(10,5)%	(4.255)	(2,8)%	(70,3)%
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	804	0,6%	165	0,1%	(79,5)%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	18.415	13,5%	34.318	22,3%	86,4%
Receitas financeiras	7.360	5,4%	5.642	3,7%	(23,3)%
Despesas financeiras	(4.555)	(3,3)%	(3.900)	(2,5)%	(14,4)%
Resultado financeiro, líquido	2.805	2,1%	1.742	1,1%	(37,9)%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.220	15,6%	36.060	23,5%	69,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.143)	(9,6)%	(13.456)	(8,8)%	2,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.102	0,8%	1.278	0,8%	16,0%
Lucro líquido do exercício	9.179	6,7%	23.882	15,5%	160,2%

¹ Em relação à receita líquida da prestação de serviços.

Receita líquida de prestação de serviços

Efetuamos a análise do nosso negócio baseado em dois segmentos relevantes: (i) Varejo e Pequenas Empresas; (ii) Médias e Grandes Empresas.

Obtemos nossa receita líquida de prestação de serviços a partir de nossa receita bruta de prestação de serviços após deduções dos impostos incidentes diretamente nas vendas de seguros. A tabela abaixo, mostra a evolução da nossa receita líquida de prestação de serviços por segmento entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012				Variação 2012x2011 (%)
	2011		2012		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Varejo e Pequenas Empresas	135.359	92,0%	158.368	95,2%	17,0%
Receita Bruta de Prestação de Serviços de Médias e Grandes Empresas	11.735	8,0%	7.904	4,8%	(32,6)%
Total Receita Bruta de Prestação	147.094	100,0%	166.272	100,0%	13,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de Serviços					
Impostos sobre a Receita	(10.704)	(7,3)% ²	(12.614)	(7,6)% ²	17,8%
Total Receita Líquida da Prestação de Serviços	136.390	100,0%	153.658	100,0%	12,7%
Receita líquida de prestação de serviços de Varejo e Pequenas Empresas	132.354	97,0%	150.321	97,8%	13,6%
Receita líquida de prestação de serviços de Médias e Grandes Empresas	4.036	3,0%	3.337	2,2%	(17,3)%

¹ Em relação aos respectivos totais.
² Em relação ao total receita bruta de prestação de serviços.

Obtemos nossa receita líquida de prestação de serviços a partir de nossa receita bruta de prestação de serviços após deduções dos impostos incidentes diretamente nas vendas de seguros. A tabela abaixo apresenta a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços:

Para melhor compreensão das variações da nossa receita, ilustramos abaixo a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços separada por tipo de produto:

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012				
	2011		2012		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2012x2011
Receita Bruta de Prestação de Serviços:					
<i>Bancassurance</i>	115.352	78,4%	135.616	81,6%	17,6%
Vida	74.904	50,9%	79.915	48,1%	6,7%
Habitacional	17.647	12,0%	30.411	18,3%	72,3%
Residencial	13.386	9,1%	11.759	7,1%	(12,2)%
Prestamista	3.913	2,7%	7.069	4,3%	80,7%
Multi Risco Empresarial	5.502	3,7%	6.462	3,9%	17,4%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	21.445	14,6%	17.149	10,3%	(20,0)%
Auto	9.710	6,6%	9.245	5,6%	(4,8)%
Saúde	4.373	3,0%	3.662	2,2%	(16,3)%
Riscos Especiais	7.362	5,0%	4.242	2,6%	(42,4)%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	10.297	7,0%	13.507	8,1%	31,2%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	147.094	100,0%	166.272	100,0%	13,0%
Impostos sobre a Receita	(10.704)	(7,3)%	(12.614)	(7,6)%	17,8%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	136.390		153.658		12,7%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$153,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$17,3 milhões, ou 12,7%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$136,4 milhões. A maior contribuição para esse aumento deve-se, principalmente, (i) ao aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$135,6 milhões, representando um aumento de R\$20,3 milhões, ou 17,6%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$115,4 milhões; e (ii) e ao aumento no volume de vendas dos Outros Produtos, que fechou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$13,5 milhões, representando um aumento de R\$3,2 milhões, ou 31,2%, quando comparado ao exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$10,3 milhões.

O desempenho dos produtos *bancassurance* foi o principal responsável pelo crescimento da receita bruta de prestação de serviços entre os exercícios de 2011 e 2012. O crescimento foi parcialmente compensado pela redução da receita bruta de prestação de serviços de produtos tradicionais de seguros que ocorreu, principalmente, pela concentração dos esforços comerciais nos produtos de Bancassurance, em especial no Prestamista. Seguem abaixo, os principais fatores para o aumento da receita bruta de prestação de serviços dos produtos que mais impactaram a variação da nossa receita líquida de prestação de serviços:

- i) Bancassurance:
 - a. Vida: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 6,7%, impulsionado pelo aumento de 7,0% da nossa carteira, que passou de 1,9 milhão em 2011 para 2,0 milhões de vidas seguradas em 2012, combinado com o aumento por reajuste anual pela inflação do valor das parcelas mensais de seguro;
 - b. Habitacional: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 72,3%, em virtude da expansão em 34,6% do valor da carteira de crédito habitacional da Caixa, de R\$152,9 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para um saldo de R\$205,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012.
 - c. Residencial: a receita bruta de prestação de serviços deste produto apresentou uma redução de R\$1,6 milhão (ou 12,2%) quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esta redução se deve a menor relevância conferida ao produto pela nossa força de vendas antes da reestruturação societária ocorrida em outubro de 2012.
 - d. Prestamista: a receita bruta de prestação de serviços deste produto aumentou 80,7%, em virtude do crescimento dos prêmios de seguros prestamista da Caixa Seguradora de 78,2% impulsionado pelo crescimento de 51,6% da carteira de crédito comercial para pessoas físicas da Caixa, de R\$36,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$55,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012, e pelo ganho de eficiência comercial no processo de oferta deste produto.
 - e. Multi Risco Empresarial: a receita bruta de prestação de serviços deste produto apresentou um crescimento de R\$960,0 mil (ou 17,4%), em virtude do aumento de 398 mil empresas (ou 31,6%), na carteira de clientes da Caixa, bem como de um maior enfoque comercial para os produtos direcionados para pessoa jurídica;
- ii) Produtos Tradicionais de Seguro
 - a. Auto: a receita bruta de prestação de serviços deste produto reduziu 4,8% no ano de 2012, principalmente devido a redução da frota segurada que, em 31 de dezembro de 2011 era de 124,4 mil unidades, e reduziu 0,6% para 123,7 mil unidades em 31 de dezembro de 2012;
 - b. Riscos Especiais e Saúde: a receita bruta de prestação de serviços dos produtos de Riscos Especiais no ano de 2012 foi de R\$4,2 milhões, apresentando uma redução de R\$3,1 milhões (ou 42,4%) em relação à receita de 2011. A receita do produto de saúde no ano de 2012 foi de R\$3,7 milhões, apresentando uma redução de R\$0,7 milhão (ou 16,3%) em relação a receita de 2011. As operação de Riscos Especiais e Saúde estavam em seu estágio inicial de desenvolvimento e ganharam maior relevância apenas após a reestruturação societária ocorrida em outubro de 2012.

Custos dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados de corretagem para os

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

exercícios encerrados em 31 de dezembro 2011 e 2012:

Demonstração de Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011		2012		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2012x2011 (%)
Salários, Encargos e benefícios	20.931	43,5%	38.068	69,0%	81,9%
Força de Vendas	18.378	38,2%	33.212	60,2%	80,7%
Outros Canais	1.523	3,2%	2.820	5,1%	85,2%
Backoffice	1.030	2,1%	2.036	3,7%	97,7%
Call center	9.546	19,9%	10.035	18,2%	5,1%
Força de Vendas	-	-	-	-	-
Outros Canais	9.546	19,9%	10.035	18,2%	5,1%
Backoffice	-	-	-	-	-
Outros	17.592	36,6%	7.037	12,8%	(60,0)%
Força de Vendas	8.141	16,9%	2.565	4,7%	(68,5)%
Outros Canais	2.942	6,1%	1.331	2,4%	(54,8)%
Backoffice	6.510	13,5%	3.141	5,7%	(51,8)%
Custo dos serviços prestados	48.069	100,0%	55.141	100,0%	14,7%

¹ Em relação ao total.

Nosso custo dos serviços prestados, que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou em R\$48,1 milhões, cresceu R\$7,1 milhões, ou 14,7%, resultando em R\$55,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Este crescimento decorre, principalmente, dos custos de salários, encargos e benefícios que tiveram aumento de R\$17,1 milhões, ou 81,9%, neste período. Destacamos que o aumento nas contas de salários, encargos e benefícios deve-se, principalmente, à reestruturação do modelo de remuneração variável.

Na rubrica “outros” observamos uma redução de R\$10,6 milhões, ou 60,0%, neste período devido a redução de custos em diversas linhas, principalmente por: (i) R\$4,3 milhões de redução com serviços de terceiros; (ii) R\$0,7 milhão referentes a treinamentos; e (iii) R\$0,3 milhão com campanhas de *marketing*, dentre outros.

Despesas administrativas, comerciais, depreciação e amortização, outras (despesas) receitas operacionais e participação nos lucros (prejuízos) de coligadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, nosso total de despesas administrativas, despesas comerciais, depreciação e amortização, outras (despesas) receitas operacionais e participação nos lucros (prejuízos) de coligadas foi de R\$64,2 milhões, representando uma redução de R\$5,7 milhões, ou 8,2%, em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando esse total foi de R\$69,9 milhões.

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2011		2012		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2012x2011 (%)
Despesas administrativas	(49.019)	70,1%	(57.871)	90,1%	18,1%
Despesas comerciais	(6.224)	8,9%	-	-	(100,0)%
Depreciação e amortização	(1.136)	1,6%	(2.238)	3,5%	97,0%
Outras (despesas) receitas operacionais	(14.331)	20,5%	(4.255)	6,6%	(70,3)%
Participação nos lucros (prejuízos)	804	(1,2)%	165	(0,3)%	(79,5)%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de coligadas

Total (69.906) 100,0% (64.199) 100,0% (8,2)%

¹ Em relação ao total.

Nossas despesas administrativas e comerciais cresceram, em conjunto, R\$2,6 milhões, ou 4,8%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esta variação está principalmente relacionada à: (i) aumento de R\$4,8 milhões em despesas relacionadas a processos trabalhistas; (ii) aumento dos gastos de pessoal no valor de R\$3,6 milhões; (iii) diminuição de R\$1,2 milhão em despesas gerais e administrativas; e (iv) redução nos gastos institucionais com patrocínio dos jogos esportivos da FENAE, que ocorrem a cada dois anos, no montante de R\$4,9 milhões ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Na rubrica “outras (despesas) receitas operacionais”, houve uma redução de R\$10,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esta variação deve-se, principalmente, a inclusão de débitos no parcelamento de tributos no valor de R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Resultado financeiro líquido

A tabela a seguir demonstra a divisão do nosso resultado financeiro líquido em receitas e despesas financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

Demonstração do Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2012x2011
	2011		2012		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita de aplicações financeiras	6.746	240,5%	5.096	292,5%	(24,5)%
Atualização de mútuo e outras receitas financeiras	614	21,9%	546	31,3%	(11,1)%
Receitas financeiras	7.360	262,4%	5.642	323,9%	(23,3)%
Atualização de juros de outras operações	(4.264)	(152,0)%	(3.752)	(215,4)%	(12,0)%
Outras despesas financeiras	(291)	(10,4)%	(148)	(8,5)%	(49,1)%
Despesas financeiras	(4.555)	(162,4)%	(3.900)	(223,9)%	(14,4)%
Resultado financeiro, líquido	2.805	100,0%	1.742	100,0%	(37,9)%

¹ Em relação ao resultado financeiro líquido.

Nossa receita de aplicações financeiras obteve, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R\$1,7 milhões, ou 24,5%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação deve-se a redução de 4,2% no saldo médio de aplicações financeiras, que passou de R\$62,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$60,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (análise considera como saldo médio de aplicação, a média entre o primeiro e o último dia de cada exercício). Essa redução, por sua vez, decorre principalmente da redução do saldo de aplicações financeiras em 2012, visto que os resgates de aplicações financeiras foram R\$15,9 milhões superiores às aplicações no mesmo período, aliado a redução da taxa de CDI (taxa referência para rentabilidade de nossas aplicações financeiras), que passou de 11,6% em 2011 para 8,4% em 2012.

Nossas despesas financeiras obtiveram, em 2012, uma redução de R\$0,7 milhão, quando comparado ao ano de 2011. Esta variação deve-se à variação da atualização de juros de outras operações, principalmente, a atualização de juros de parcelamentos fiscais no valor de R\$4,3 milhões em 2011, comparado a R\$3,8 milhões em 2012.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos permaneceu estável no exercício de 2011 comparado com 2012. Adicionalmente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossa alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 57% devido, principalmente, a adição da despesa com a provisão relativa aos parcelamentos de impostos no valor de R\$13,4 milhões. Nossa alíquota efetiva em 2011, líquida desse efeito, foi de 34%.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$23,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a um lucro líquido de R\$9,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Balancos patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de		Em 31 de março de		Variação 2015 x 2014
	2014	Análise Vertical	2015	Análise Vertical	
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.720	5,5%	7.050	4,1%	(19,2%)
Aplicações financeiras	88.148	56,1%	105.259	61,0%	19,4%
Contas a receber	15.261	9,7%	13.710	7,9%	(10,2%)
Outros ativos	4.179	2,7%	5.631	3,3%	34,7%
Total do ativo circulante	116.308	74,0%	131.650	76,3%	13,2%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.985	15,3%	22.773	13,2%	5,1%
Outros ativos	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.321	2,1%	4.383	2,5%	32,0%
Intangível	13.563	8,6%	13.710	7,9%	1,1%
Total do ativo não circulante	40.869	26,0%	40.866	23,7%	0,0%
Total do ativo	157.177	100,0%	172.516	100,0%	9,8%

¹ Em relação ao total do ativo.

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de		Em 31 de março de		Variação 2015 x 2014
	2014	Análise Vertical	2015	Análise Vertical	
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	8.062	5,1%	8.479	4,9%	5,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisões	4.883	3,1%	6.870	4,0%	40,7%
Obrigações sociais	11.357	7,2%	6.399	3,7%	(43,7%)
Obrigações tributárias	3.301	2,1%	9.110	5,3%	176,0%
Parcelamento de tributos	2.828	1,8%	2.832	1,6%	0,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.004	0,6%	-	-	(100,0)%
Empréstimos	300	0,2%	300	0,2%	-
Total do passivo circulante	31.735	20,2%	33.990	19,7%	7,1%
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	168	0,1%	n.a.
Provisões	4.792	3,0%	2.937	1,7%	(38,7%)
Empréstimos	75	0,0%	-	-	(100,0)%
Parcelamento de tributos	21.648	13,8%	21.282	12,3%	(1,7%)
Total do passivo não circulante	26.515	16,9%	24.387	14,1%	(8,0%)
Patrimônio líquido					
Capital social	40.000	25,4%	40.000	23,2%	-
Reservas de capital	33.453	21,3%	33.453	19,4%	-
Reservas de lucros	6.657	4,2%	6.657	3,9%	-
Dividendos adicionais propostos	15.064	9,6%	-	-	(100,0)%
Lucros acumulados	-	-	29.431	17,1%	n.a.
Participação dos não controladores	3.753	2,4%	4.598	2,7%	22,5%
Total do patrimônio líquido	98.927	62,9%	114.139	66,2%	15,4%
Total do passivo e do patrimônio líquido	157.177	100,0%	172.516	100,0%	9,8%

¹ Em relação ao total do passivo.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$7,1 milhões em 31 de março de 2015, apresentando uma redução de R\$1,7 milhões quando comparado aos R\$8,7 milhões de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre do processo natural de gestão do caixa e não apresentou variação relevante em vista do total de nossas disponibilidades.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizava R\$105,3 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$17,1 milhões, quando comparado a 31 de dezembro de 2014 (R\$88,1 milhões). Esta variação é justificada principalmente pelo lucro líquido de R\$30,3 milhões apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos referentes ao resultado do exercício de 2014 no valor total de R\$16,1 milhões.

Ativo não circulante*Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$22,8 milhões em 31 de março de 2015, apresentando uma redução de R\$1,2 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorreu, principalmente, pela amortização do crédito tributário constituído sobre o ágio gerado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da reestruturação societária realizada no início do exercício 2013 que respondeu por R\$1,7 milhão da variação total apresentada neste grupo.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizava R\$4,4 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$1,1 milhão quando comparado ao saldo final em 2014. Essa variação é explicada, principalmente, pelos investimentos e baixas relacionados à mudança de nossa sede social em janeiro de 2015.

Intangível

O saldo de intangível totalizava R\$13,7 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$0,1 milhão quando comparado a 31 de dezembro de 2014. Essa variação deve-se, principalmente, ao investimento em softwares e desenvolvimento de sistemas proprietários no valor de R\$0,4 milhão, parcialmente compensado pela amortização de R\$0,3 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$8,5 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$0,4 milhão quando comparado a 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não representou alteração relevante entre as referidas datas.

Provisões

O saldo de provisões totalizava R\$6,9 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$2,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Essa variação é explicada pela constituição de provisão para férias de nossos colaboradores.

Obrigações sociais

O saldo de obrigações sociais totalizava R\$6,4 milhões em 31 de março de 2015, apresentando uma redução de R\$5,0 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do pagamento em fevereiro de 2015 da participação nos lucros e resultados, cujos efeitos líquidos da constituição de provisão para 2015, totalizou R\$4,7 milhões.

Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias totalizava R\$9,1 milhões em 31 de março de 2015, apresentando um aumento de R\$5,8 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2014. Essa variação é decorrente da constituição de provisão para pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de março de 2015.

Parcelamento de tributos

O saldo de parcelamento de tributos apresentado no passivo circulante corresponde às próximas doze parcelas a serem pagas no programa de parcelamento de tributos no qual nos encontramos registrada e não apresentou variação significativa no exercício.

Empréstimos

Não houve variação relevante no saldo de empréstimos entre 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Passivo não circulante

Provisões

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A redução de R\$1,9 milhões na conta de provisões em 31 de março de 2015 quando comparado a 31 de dezembro de 2014 é decorrente principalmente do pagamento da parcela variável (*earn-out*) do preço de aquisição da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. (vide item 6.5 deste Formulário de Referência para mais informações sobre a aquisição).

Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos que efetuamos através da Lei 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração lavrados contra nós e não apresentam uma variação significativa no exercício.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é composto pela nossa reserva legal e totalizava R\$6,7 milhões em 31 de março de 2015, não apresentando variação quando comparado a 31 de dezembro de 2014.

Reserva de capital

O saldo da conta de reservas de capital totalizava R\$33,5 milhões em 31 de março de 2015, não apresentando variação quando comparado a 31 de dezembro de 2014.

Dividendos adicionais propostos

O saldo da conta de dividendos adicionais propostos totalizava R\$15,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de março de 2015 não possuía qualquer saldo. A variação ocorreu em função do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de fevereiro de 2015.

Lucros Acumulados

Em 31 de março de 2015 foi apurado o valor de R\$29,4 milhões na linha de lucros acumulados referente ao lucro líquido apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 não havia valores contabilizados nesta linha, uma vez que todo o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 havia sido destinado ou distribuído a título de dividendos, conforme aprovado em nossa Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de fevereiro de 2015.

Participação dos não controladores

Em 31 de março de 2015 foi apurado o valor de R\$4,6 milhões referente a participação dos não controladores no patrimônio líquido e no nosso resultado.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				Variação 2014 x 2013 (%)
	2013 (R\$ mil)	Análise Vertical (%) ¹	2014 (R\$ mil)	Análise Vertical (R\$ mil)	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.396	1,8%	8.720	5,5%	156,8%
Aplicações financeiras	135.380	72,2%	88.148	56,1%	(34,9%)
Contas a receber	7.584	4,0%	15.261	9,7%	101,2%
Outros ativos	3.785	2,0%	4.179	2,7%	10,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do ativo circulante	150.145	80,1%	116.308	74,0%	(22,5%)
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.418	17,3%	23.985	15,3%	(26,0%)
Outros ativos	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.678	0,9%	3.321	2,1%	97,9%
Intangível	3.242	1,7%	13.563	8,6%	318,4%
Total do ativo não circulante	37.338	19,9%	40.869	26,0%	9,5%
Total do ativo	187.483	100,0%	157.177	100,0%	(16,2%)

¹ Em relação ao total do ativo.**Em 31 de dezembro de**

Balancos patrimoniais	2013	Análise Vertical	2014	Análise Vertical	Variação 2014 x 2013
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	5.093	2,7%	8.062	5,1%	58,3%
Provisões	4.150	2,2%	4.883	3,1%	17,7%
Obrigações sociais	8.200	4,4%	11.357	7,2%	38,5%
Obrigações tributárias	2.650	1,4%	3.301	2,1%	24,6%
Parcelamento de tributos	3.184	1,7%	2.828	1,8%	(11,2%)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.170	3,3%	1.004	0,6%	(83,7%)
Empréstimos	300	0,2%	300	0,2%	-
Total do passivo circulante	29.747	15,9%	31.735	20,2%	6,7%
Não Circulante					
Provisões	2.570	1,40%	4.792	3,0%	86,5%
Empréstimos	503	0,3%	75	0,0%	(85,1%)
Parcelamento de tributos	22.338	11,9%	21.648	13,8%	(3,1%)
Total do passivo não circulante	25.411	13,6%	26.515	16,9%	4,3%
Patrimônio líquido					
Capital social	40.000	21,3%	40.000	25,4%	-
Reservas de capital	53.731	28,7%	33.453	21,3%	(37,7%)
Reservas de lucros	36.553	19,5%	6.657	4,2%	(81,8%)
Dividendos adicionais propostos	-	-	15.064	9,6%	n.a.
Participação dos não controladores	2.041	1,1%	3.753	2,4%	83,9%
Total do patrimônio líquido	132.325	70,6%	98.927	62,9%	(25,2%)
Total do passivo e do patrimônio líquido	187.483	100,0%	157.177	100,0%	(16,2%)

¹ Em relação ao total do passivo.**Ativo Circulante**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$8,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$5,3 milhões quando comparado aos R\$3,4 milhões de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2013. O aumento decorre de recebimento de comissões na última semana do ano de 2014, que não foram transferidos para a conta de aplicação financeira.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizava R\$88,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando uma redução de R\$47,2 milhões, quando comparado a 31 de dezembro de 2013 (R\$135,4 milhões). Esta variação é justificada principalmente pelo pagamento de dividendos no valor de R\$102,7 milhões, referentes a parte do lucro do exercício de 2013 pago em 2014 (R\$6,2 milhões) e distribuições intermediárias de dividendos em conjunto com reservas de lucros de exercício anteriores (R\$96,5 milhões) e do pagamento do resgate de ações aprovado em dezembro de 2014 (R\$20,3 milhões), os quais foram contrabalanceados pela geração de caixa por meio das atividades operacionais de R\$98,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, no exercício a companhia aumentou seu saldo de imobilizado e ativo intangível em R\$14,1 milhões, impactando negativamente o saldo de aplicações financeiras.

Contas a receber

O saldo de contas a receber totalizava R\$15,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$7,7 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Esta variação decorreu principalmente pelo melhor desempenho operacional no mês de dezembro de 2014 se comparado ao mês de dezembro de 2013, já que grande parte da receita do mês só é recebida no mês subsequente.

Outros ativos

O saldo de outros ativos totalizou R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$0,4 milhões (10,4%), influenciado principalmente pelo aumento na conta de adiantamento de fornecedores, que apresentou um crescimento de R\$ 0,2 milhões.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando uma redução de R\$8,4 milhões quando comparado a em 31 de dezembro de 2013. Esta variação decorreu, principalmente, da amortização do crédito tributário constituído sobre o ágio gerado da reestruturação societária realizada no início do exercício 2013 que correspondeu por R\$ 7,2 milhões da variação total apresentada neste grupo.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizava R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$1,6 milhão quando comparado ao saldo final em 2013. Essa variação é basicamente explicada pelas despesas ligadas à mudança de sede da Companhia e a gastos com aquisição de móveis e utensílios para readequação da nova sede que totalizaram R\$ 1,4 milhão no exercício.

Intangível

O saldo de intangível totalizava R\$13,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$10,3 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Essa variação deve-se principalmente pelo ágio no valor de R\$8,6 milhões gerado na aquisição de 100% da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. (vide item 6.5 deste Formulário de Referência para mais informações sobre a aquisição), e pelos investimentos em *software* visando melhorar os nossos controles e processos de venda e acompanhamento de performance.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$3,0 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Essa variação é decorrente basicamente da constituição de provisão para o programa de incentivo de longo prazo (para mais informações, vide item 13.1 deste Formulário de Referência), bem como pelo aumento de R\$1,9 milhões na linha de contas a pagar com intermediação de pagamentos, em decorrência do crescimento da nossa receita de comissão.

Provisões

O saldo de provisões totalizava R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$0,7 milhão em relação a 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada pelo aumento de R\$0,7 milhão no saldo de provisão de férias em decorrência do aumento de quadro da companhia.

Obrigações sociais

O saldo de obrigações sociais totalizava R\$11,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$3,2 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do pagamento da participação nos lucros sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e a constituição da nova provisão da participação nos lucros calculada sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que apresentaram um efeito líquido de R\$2,6 milhões de crescimento.

Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias totalizava R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$0,7 milhão quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é decorrente do melhor desempenho operacional dentro do mês de dezembro de 2014 em comparação ao mês de dezembro de 2013, o que impactou o grupo de impostos a pagar sobre o faturamento. Essa despesa é basicamente composta por valores a pagar de INSS, ISS, PIS e Cofins.

Parcelamento de tributos

O saldo de parcelamento de tributos apresentado no passivo circulante corresponde às próximas doze parcelas a serem pagas no programa de parcelamento de tributos no qual nos encontramos registrada e não apresentou variação significativa no exercício.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A redução de R\$5,2 milhões na conta de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2014 quando comparado a 31 de dezembro de 2013 refere-se aos dividendos distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e pagos no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Empréstimos

Saldo composto por empréstimos contraídos por uma das nossas controladas junto a instituição financeira e não apresentou variação no exercício.

Passivo não circulante

Provisões

O aumento de R\$2,2 milhões na conta de provisões em 31 de dezembro de 2014 quando comparado a 31 de dezembro de 2013 é decorrente principalmente do registro da parcela referente a aquisição das empresas: Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda., no valor de R\$ 4,1 milhões, contrabalanceada pela redução na provisão de contingências trabalhistas e depósitos judiciais no valor de R\$ 1,9 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos

O saldo de empréstimos no passivo não circulante totalizava R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2014, apresentando uma redução de R\$0,4 milhão quando comparado a 31 de dezembro de 2013. A redução do saldo é decorrente da liquidação das parcelas do empréstimo junto a instituição financeira.

Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos que efetuamos através da Lei 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração lavrados contra nós e não apresentam uma variação significativa no exercício.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros

O saldo da conta de reservas de lucros totalizava R\$6,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando uma redução de R\$ 29,9 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada pelo pagamento de dividendos oriundos das reservas de retenção no valo integral da variação. O saldo remanescente se refere à reserva legal.

Reserva de capital

O saldo da conta de reservas de capital totalizava R\$33,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando uma redução de R\$20,3 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada pelo pagamento do resgate de ações aprovado por nossos acionistas em dezembro de 2014 contra a conta de reserva de capital e sem redução do nosso capital social.

Dividendos adicionais propostos

O saldo da conta de dividendos adicionais propostos totalizava R\$15,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, e o seu valor integral se refere à proposta da administração para distribuição de dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social, conforme aprovada em nossa assembléia geral ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2014.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado o valor de R\$3,8 milhões referente a participação dos não controladores no patrimônio líquido e no nosso resultado.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2012 (R\$ mil)	Análise Vertical (%) ¹	2013 (R\$ mil)	Análise Vertical (%) ¹	Varição 2013 x 2012 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.630	7,1%	3.396	1,8%	(39,7%)
Aplicações financeiras	52.842	66,2%	135.380	72,2%	156,2%
Contas a receber	11.824	14,8%	7.584	4,0%	(35,9%)
Outros ativos	4.627	5,8%	3.785	2,0%	(18,2%)
Total do ativo circulante	74.923	93,9%	150.145	80,1%	100,4%
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.380	3,0%	32.418	17,3%	1.262,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros ativos	1.002	1,3%	-	-	(100,0)%
Investimentos	2	0,0%	-	-	(100,0)%
Imobilizado	1.326	1,7%	1.678	0,9%	26,5%
Intangível	144	0,2%	3.242	1,7%	2151,4%
Total do ativo não circulante	4.854	6,1%	37.338	19,9%	669,2%
Total do ativo	79.777	100,0%	187.483	100,0%	135,0%

¹ Em relação ao total do ativo.

Em 31 de dezembro de					
Balancos patrimoniais	2012	Análise Vertical	2013	Análise Vertical	Variação 2013 x 2012
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	5.502	6,9%	5.093	2,7%	(7,4%)
Provisões	2.220	2,8%	4.150	2,2%	86,9%
Obrigações sociais	2.646	3,3%	8.200	4,4%	209,9%
Obrigações tributárias	2.092	2,6%	2.650	1,4%	26,7%
Parcelamento de tributos	3.423	4,3%	3.184	1,7%	(7,0%)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	6.170	3,3%	n.a.
Empréstimos	-	-	300	0,2%	n.a.
Total do passivo circulante	15.883	19,9%	29.747	15,9%	87,3%
Não Circulante					
Provisões	3.670	4,6%	2.570	1,4%	(30,0%)
Empréstimos	-	-	503	0,3%	n.a.
Parcelamento de tributos	23.842	29,9%	22.338	11,9%	(6,3%)
Total do passivo não circulante	27.512	34,5%	25.411	13,6%	(7,6%)
Patrimônio líquido					
Capital social	27.000	33,8%	40.000	21,3%	48,1%
Reservas de capital	-	-	53.731	28,7%	n.a.
Reservas de lucros	9.382	11,8%	36.553	19,5%	289,6%
Participação dos não controladores	-	-	2.041	1,1%	n.a.
Total do patrimônio líquido	36.382	45,6%	132.325	70,6%	263,7%
Total do passivo	79.777	100,0%	187.483	100,0%	135,0%

¹ Em relação ao total do passivo.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando uma diminuição de R\$2,2 milhões quando comparado aos R\$5,6 milhões de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2012. A redução é derivada de uma melhor gestão do saldo de caixa, otimizando o saldo de aplicações financeiras.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totaliza R\$135,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$ 82,5 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2012. Essa variação

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

é justificada principalmente: (i) pela geração de caixa por meio das atividades operacionais em 2013 no montante de R\$ 79,1 milhões; (ii) pela incorporação do caixa líquido de R\$ 29,7 milhões referente a reestruturações societárias ocorridas no início do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013; e (iii) pelo pagamento de dividendos de R\$ 24,3 milhões relativos ao exercício de 2013.

Contas a receber

O saldo de contas a receber totalizava R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando uma redução de R\$4,2 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre de uma maior eficiência no nosso processo de gestão do contas a receber.

Outros ativos

O saldo de outros ativos é representado pelos nossos adiantamentos e pelos tributos a recuperar, líquido dos tributos a pagar e manteve-se no mesmo patamar do exercício anterior.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totaliza R\$32,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$ 30,0 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento refere-se principalmente a constituição do crédito tributário sobre o ágio gerado da reestruturação societária realizada no início do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 33,4 milhões, reduzido da parcela amortizada ainda em 2013, de R\$ 3,3 milhões.

Imobilizado

O nosso imobilizado manteve-se no mesmo patamar do exercício de 2012. Em 2013 houve a aquisição de R\$0,4 milhão de móveis e equipamentos e R\$0,4 milhão de sistemas de processamentos de dados, da realização de benfeitorias em R\$0,1 milhão, descontados da depreciação do imobilizado no exercício de R\$0,4 milhão.

Intangível

A variação dos saldos do ativo intangível no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, se deve ao desenvolvimento de sistemas e a aquisição de uma plataforma para atendimento de um cliente de seguros via webchat.

Passivo circulante

Fornecedores

A variação refere-se à aquisição de insumos e ativos para nossa operação. No exercício a movimentação manteve-se em linha com a apresentada no exercício anterior.

Provisões

O saldo de provisões totalizava R\$4,2 milhão em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$1,9 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2012. Essa variação refere-se principalmente a provisão de férias que cresceu R\$ 2,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 devido ao aumento do nosso quadro de funcionários.

Obrigações sociais

O saldo de obrigações sociais totalizava R\$8,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$5,6 milhões quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de R\$ 4,8 milhões na provisão para pagamento da PLR calculada sobre o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias totalizava R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$ 0,5 milhões quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu devido ao aumento das atividades operacionais e pelo maior faturamento apresentado, consequentemente impactando o saldo a pagar de INSS e ISS.

Parcelamento de tributos

O saldo de parcelamento de tributos apresentado no passivo circulante corresponde às próximas doze parcelas a serem pagas no programa de parcelamento de tributos no qual nos encontramos registrados e não apresentou variação significativa no exercício.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O aumento de R\$ 6,2 milhões na conta de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2013 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 refere-se aos dividendos distribuídos no exercício de 2013.

Empréstimos

Durante o exercício de 2013 a PAR Saúde Corretora contraiu um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal de R\$0,8 milhão. A variação de R\$0,3 milhão no saldo de empréstimos no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 quando comparada ao saldo em 31 de dezembro de 2012 representa a parcela de curto prazo em aberto destas obrigações.

Passivo não circulante

Provisões

As provisões para contingências trabalhistas e os depósitos judiciais compõem o saldo da provisão não circulante. A variação de 30% no saldo de provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2012 deve-se a redução dos processos trabalhistas contra nós no montante de R\$0,4 milhão e a constituição de R\$0,7 milhão em depósitos judiciais referente a processos passados.

Empréstimos

Durante o exercício de 2013 a PAR Saúde Corretora contraiu um empréstimo junto a Caixa de R\$ 0,8 milhão. A variação de R\$ 0,4 milhão no saldo de empréstimos no passivo não circulante representa a parcela de longo prazo em aberto destas obrigações.

Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos efetuado por nós através da Lei 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração recebidos pela companhia e não apresentam uma variação significativa no exercício.

Patrimônio líquido

Capital social

O aumento de R\$ 13,0 milhões no nosso capital social em 31 de dezembro de 2013 quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 é proveniente das reestruturações societárias ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 é proveniente das

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

reestruturações societárias ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Reservas de lucros

O saldo da conta de reservas de lucros totalizava R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de R\$27,2 milhões quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essa variação é explicada pela movimentação da reserva legal e reserva de retenção. A reserva legal foi aumentada em R\$ 3,0 milhões referente a destinação obrigatória sobre o lucro líquido do exercício. Ocorreu a conversão de R\$ 3,7 milhões da reserva de retenção para aumento da nossa reserva de capital. Após a retenção dos dividendos a pagar deduzidos dos dividendos antecipados, o lucro líquido remanescente, no total de R\$ 27,8 milhões, foi destinado para reserva de retenção.

Participação dos não controladores

Em 2013 foi apurado o valor de R\$2,0 milhões referente a participação dos não controladores no patrimônio líquido e no nosso resultado, conforme descrição na nota 17.c das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2012*

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2011	Análise Vertical	2012	Análise Vertical	Varição 2012 x 2011
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10.583	8,6%	5.630	7,1%	(46,8%)
Aplicações financeiras	68.715	55,7%	52.842	66,2%	(23,1%)
Contas a receber	19.820	16,1%	11.824	14,8%	(40,3%)
Outros ativos	5.995	4,9%	4.627	5,8%	(22,8%)
Total do ativo circulante	105.113	85,2%	74.923	93,9%	(28,7%)
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.102	0,9%	2.380	3,0%	116,0%
Outros ativos	5.706	4,6%	1.002	1,3%	(82,4%)
Investimentos	1.547	1,3%	2	0,0%	(99,9%)
Imobilizado	9.445	7,7%	1.326	1,7%	(86,0%)
Intangível	456	0,4%	144	0,2%	(68,4%)
Total do ativo não circulante	18.256	14,8%	4.854	6,1%	(73,4%)
Total do ativo	123.369	100,0%	79.777	100,0%	(35,3%)

¹ Em relação ao total do ativo.

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2011	Análise Vertical	2012	Análise Vertical	Varição 2012 x 2011
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	8.865	7,2%	5.502	6,9%	(37,9%)
Provisões	3.295	2,7%	2.220	2,8%	(32,6%)
Obrigações sociais	3.091	2,5%	2.646	3,3%	(14,4%)
Obrigações tributárias	2.704	2,2%	2.092	2,6%	(22,6%)
Parcelamento de tributos	2.131	1,7%	3.423	4,3%	60,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.122	2,5%	-	-	(100,0)%
Campanhas promocionais	41.957	34,0%	-	-	(100,0)%
Empréstimos	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	65.165	52,8%	15.883	19,9%	(75,6%)
Não Circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital	350	0,3%	-	-	(100,0)%
Provisões	835	0,7%	3.670	4,6%	339,5%
Empréstimos	-	-	-	-	-
Parcelamento de tributos	25.222	20,4%	23.842	29,9%	(5,5%)
Total do passivo não circulante	26.407	21,4%	27.512	34,5%	4,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido					
Capital social	26.000	21,1%	27.000	33,8%	3,8%
Ações em tesouraria	(2.188)	(1,8%)	-	-	(100,0)%
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	7.985	6,5%	9.382	11,8%	17,5%
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	31.797	25,8%	36.382	45,6%	14,4%
Total do passivo	123.369	100,0%	79.777	100,0%	(35,3%)

¹ Em relação ao total do passivo.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$5,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma diminuição de R\$4,9 milhões quando comparado aos R\$10,6 milhões de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2011. A redução é derivada de uma melhor gestão do saldo de caixa, otimizando o saldo de aplicações financeiras.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizava R\$52,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de R\$ 15,9 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2011, composta principalmente por uma utilização de caixa de R\$ 17,0 milhões nas atividades operacionais tendo como destaque a liquidação dos saldos de aplicações financeiras vinculados ao passivo de campanhas promocionais da Caixa Seguradora no valor total de R\$ 42,0 milhões (para mais detalhes ver os comentários no item de Campanhas Promocionais no Passivo, à seguir). Em 2012 também procedemos com o pagamento de R\$ 6,6 milhões de dividendos.

Contas a receber

O saldo de contas a receber totalizava R\$11,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de R\$8,0 milhões quando comparado com o saldo de contas a receber no final de 2011. Esta variação decorre de uma maior eficiência no nosso processo de gestão do contas a receber.

Outros ativos

É representado pelos nossos adiantamentos e pelos tributos a recuperar, líquido dos tributos a pagar, e sua redução é decorrente do aproveitamento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$2,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando um aumento de R\$ 1,3 milhão quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se a constituição de tributos diferidos sobre os saldos de provisão para contingências e provisão de contas a pagar constituídos no exercício.

Outros ativos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de outros ativos totalizava R\$1,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de R\$4,7 milhões quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2011. Essa variação é explicada pelo recebimento de empréstimo de partes relacionadas no valor de R\$ 4,7 milhões.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizava R\$1,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de R\$ 8,1 milhões quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011. Esta variação é explicada pelo fato dos nossos ativos imobilizados terem sido cindidos após a reestruturação societária e a entrada de novos acionistas. O valor total transferido foi de R\$ 8,7 milhões assim discriminados: (i) R\$7,4 milhões em imóveis; (ii) R\$1,1 milhão em instalações; (iii) R\$0,2 milhão em móveis e equipamentos; (iv) R\$0,1 milhões em outros.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores apresentou uma redução de 37,9% em 31 de dezembro de 2012 quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2011. Essa variação é explicada pela quitação de débitos com fornecedores antes do encerramento do exercício.

Obrigações sociais

O saldo de obrigações sociais apresentou uma redução de 14,4% em 31 de dezembro de 2012 quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2011. Essa variação ocorreu em virtude de uma redução de R\$ 0,2 milhão na provisão de participação nos lucros (R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 contra R\$ 1,4 milhões em 2011).

Parcelamento de tributos

O parcelamento de tributos efetuado por nós através da Lei 11.941 de 2009 refere-se a autos de infração lavrados contra nós e sua variação ocorreu em virtude de pagamentos e atualização monetária.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 o pagamento dos dividendos ocorreu dentro do exercício, sendo que em 2011 o valor provisionado R\$3,1 milhões somente foi liquidado no exercício subsequente.

Campanhas promocionais

Após a nossa reestruturação societária e a entrada de novos sócios, ocorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, os saldos de aplicações financeiras relativas a campanhas promocionais da Caixa Seguradora foram transferidos juntamente com o passivo associado aos repasses resultantes destas campanhas, no valor de R\$42,0 milhões para outra empresa designada pelos acionistas vendedores quando realizada a nossa reestruturação societária.

Passivo não circulante

Provisões

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As provisões para contingências trabalhistas e os depósitos judiciais compõem o saldo da provisão não circulante. O saldo da conta de provisões em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 variou basicamente pela contabilização de processos trabalhistas contra nós no montante de R\$ 3,2 milhões e a constituição de R\$ 0,1 milhão em depósitos judiciais.

Parcelamento de tributos

A variação dos parcelamentos registrados no passivo circulante e não circulante deve-se ao pagamento, atualização e transferência entre curto e longo prazo de tais obrigações.

Patrimônio líquido

Ações em tesouraria

O montante de R\$2,2 milhões foi reduzido em razão do cancelamento de ações em tesouraria adquiridas de determinados acionistas.

Reserva de lucros

O saldo da conta de reservas de lucros totalizava R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando um aumento de R\$1,4 milhões quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essa variação é explicada pela movimentação da reserva legal e reserva de retenção. A reserva de lucros foi reduzida em R\$16,2 milhões para o aumento de capital ocorrido em maio de 2012 e elevada em R\$1,2 milhões referente à destinação obrigatória do lucro líquido do exercício. Após as retenções devidas o lucro líquido remanescente de R\$16,4 milhões, foi destinado à reserva de retenção.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015

Demonstrações de fluxo de caixa	Período de três meses encerrado em 31 de março de		
	2014	2015	Variação 2015 x 2014
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.396	8.720	156,8%
Caixa líquido - atividades operacionais	15.916	39.684	149,3%
Caixa líquido - atividades de investimento	7.209	(25.211)	(449,7)%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(21.762)	(16.143)	(25,8)%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	4.759	7.050	48,1%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$39,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, comparado a R\$15,9 milhões no mesmo período de 2014. Essa variação positiva de R\$23,8 milhões deveu-se, principalmente, ao (i) crescimento do resultado do período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 antes do imposto de renda e da contribuição social, com variação positiva de R\$20,8 milhões em relação ao mesmo período de 2014; e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) da variação positiva no saldo de fornecedores, obrigações sociais e tributárias que, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, foi responsável pela geração de caixa de R\$1,3 milhão, enquanto no mesmo período de 2014, a variação negativa do saldo de fornecedores, obrigações sociais e tributárias foi responsável pelo consumo de R\$4,1 milhões. A geração de caixa foi parcialmente compensada pelo aumento do pagamento de imposto de renda que, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, totalizou R\$8,8 milhões, comparado a um consumo de R\$7,0 milhões no mesmo período de 2014.

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento representou um consumo de R\$25,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, comparado à geração positiva de caixa de R\$7,2 milhões no mesmo período de 2014. Essa variação negativa de R\$32,4 milhões deveu-se, principalmente, a aplicações financeiras líquidas de resgate no valor de R\$23,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, comparado a um resgate líquido de aplicações de R\$10,1 milhões no mesmo período em 2014.

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou um consumo de R\$16,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, comparado a um consumo de R\$21,8 milhões no mesmo período de 2014. Essa variação de R\$5,7 milhões deveu-se, principalmente, ao menor pagamento de dividendos no valor de R\$16,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 se comparado ao mesmo período de 2014, quando o pagamento de dividendos totalizou R\$21,7 milhões.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2014 x 2013 (%)
	2013 (R\$ mil)	2014 (R\$ mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.630	3.396	(39,7%)
Caixa líquido - atividades operacionais	79.099	98.095	24,0%
Caixa líquido - atividades de investimento	(86.725)	31.237	(136,0%)
Caixa líquido - atividades de financiamento	5.392	(124.008)	(2.399,9%)
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	3.396	8.720	156,8%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$98,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado a R\$79,1 milhões no mesmo período de 2013. Essa variação positiva de R\$19,0 milhões deveu-se, principalmente, (i) ao crescimento do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ajustado por itens que não tem impacto sobre o caixa, como depreciação e amortização e equivalência patrimonial, com variação positiva de R\$31,7 milhões em relação ao mesmo período de 2013; (ii) à variação positiva mais acentuada do saldo de provisões de R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado à variação negativa de R\$0,1 milhão no mesmo período de 2013; e (iii) pelo saldo de impostos diferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$8,4 milhões, comparado a um saldo zerado no mesmo período de 2013; o que foi parcialmente compensado pela variação positiva no saldo de contas a receber exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$7,7 milhões, comparado à variação negativa do saldo de contas a receber de R\$4,2 milhões no mesmo período de 2013.

O caixa gerado por nossas atividades de investimentos totalizou R\$31,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, se comparado ao caixa consumido de R\$86,7 milhões no mesmo período de 2013. Essa variação, de R\$118,0 milhões, resultou, principalmente, de (i) resgate de aplicações financeiras líquido de aplicações de R\$44,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado a aplicação financeira líquida de resgates de R\$82,5 milhões no mesmo período em 2013, parcialmente compensado pelos (ii) maiores gastos com aquisição de intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$11,9 milhões comparado a gastos com aquisição de intangível de R\$3,4 milhão no mesmo período de 2013.

O caixa consumido pela atividade de financiamento totalizou R\$124,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado a um caixa gerado de R\$5,4 milhões no mesmo período de 2013. Essa variação negativa de R\$129,4 milhões resultou, principalmente, (i) do pagamento de dividendos e resgate de ações no valor de R\$123,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao mesmo período de 2013 em que houve pagamento de dividendos de R\$24,3 milhões; e (ii) o aporte de caixa líquido decorrente da incorporação de antigos acionistas pela Companhia que totalizou R\$29,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, mas que não se repetiu em montante similar no exercício de 2014.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)	Varição 2013 x 2012 (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.583	5.630	(46,8)%
Caixa líquido - atividades operacionais	(17.028)	79.099	564,5%
Caixa líquido - atividades de investimento	18.863	(86.725)	(559,8)%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(6.788)	5.392	179,4%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	5.630	3.396	(39,7)%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$79,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um consumo de caixa de R\$17,0 milhões no mesmo período de 2012. Essa variação positiva de R\$96,1 milhões deveu-se (i) ao resultado do exercício (ajustado por itens que não tem impacto sobre o caixa, como depreciação e amortização, equivalência patrimonial e outros), com variação positiva de R\$76,1 milhões, e (ii) redução de créditos de fornecedores, obrigações sociais e tributárias de R\$27,8 milhões em 2012, comparado com um aumento de tais créditos de R\$5,7 milhões em 2013.

O caixa consumido por nossas atividades de investimentos totalizou R\$86,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, se comparado ao caixa gerado de R\$18,9 milhões no mesmo período de 2012. Essa variação, de R\$105,6 milhões, resultou, principalmente, de (i) aplicações financeiras líquida de resgates de R\$82,5 milhões em 2013, comparado a resgates líquidos de aplicações financeiras R\$15,9 milhões em 2012, e (ii) caixa gerado de R\$6,4 milhões em 2012 oriundo da quitação

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de empréstimos concedidos, comparado a nenhuma movimentação desta natureza em 2013.

O caixa gerado pela atividade de financiamento totalizou R\$5,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a um caixa consumido de R\$6,8 milhões em 2012. Essa variação positiva de R\$12,2 milhões resultou, principalmente, do caixa líquido incorporado de R\$29,6 milhões oriundo da reestruturação societária ocorrida ao final de 2012, que foi parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$24,3 milhões, comparado com uma distribuição de R\$6,6 milhões em 2012.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2012 x 2011 (%)
	2011 (R\$ mil)	2012 (R\$ mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.641	10.583	300,7%
Caixa líquido - atividades operacionais	21.142	(17.028)	(180,5)%
Caixa líquido - atividades de investimento	(14.750)	18.863	227,9%
Caixa líquido - atividades de financiamento	1.550	(6.788)	(537,9)%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	10.583	5.630	(46,8)%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo consumido de R\$17,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a um fluxo de caixa gerado de R\$21,1 milhões no mesmo período de 2011. Essa variação negativa de R\$38,1 milhões deveu-se (i) ao resultado do exercício (ajustado por itens que não tem impacto sobre o caixa, como depreciação e amortização, equivalência patrimonial e outros), com variação negativa de R\$2,2 milhões, (ii) um aumento de créditos de fornecedores, obrigações sociais e tributárias de R\$4,4 milhões em 2011, comparado com uma redução de tais créditos de R\$27,8 milhões em 2012, (iii) reconhecimento do parcelamento de tributos em 2011 no valor de R\$18,0 milhões. Tais efeitos forma parcialmente compensados pela melhora no saldo de contas a receber de R\$3,4 milhões em 2012, comparado com a diminuição de R\$7,9 milhões em 2011.

O caixa gerado por nossas atividades de investimentos totalizou R\$18,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, se comparado ao caixa consumido de R\$14,7 milhões no mesmo período de 2011. Essa variação positiva de R\$33,6 milhões, resultou, principalmente, de (i) resgates financeiros líquidos de aplicações de R\$15,9 milhões em 2012, comparado a aplicações líquidas de resgates no valor de R\$8,1 milhões em 2011, e (ii) caixa gerado de R\$6,4 milhões em 2012 oriundo da quitação de empréstimos concedidos, comparado com caixa consumido de R\$13,6 milhões em 2011 oriundo da concessão dos referidos empréstimos.

O caixa consumido pela atividade de financiamento totalizou R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a um caixa gerado de R\$1,6 milhões em 2011. Essa variação negativa de R\$8,3 milhões resultou, principalmente, (i) aporte de capital recebido dos acionistas em 2011 no valor de R\$8,5 milhões, e (ii) uma distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$6,6 milhões em 2012, comparado a uma distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$4,3 milhões em 2011.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comparação entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015

Demonstração da Receita	Período de três meses encerrado em 31 de março de				Variação 2015x2014
	2014		2015		
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bancassurance	47.186	78,4%	75.527	82,3%	60,1%
Vida	25.561	42,5%	28.439	31,0%	11,3%
Residencial	3.306	5,5%	5.066	5,5%	53,2%
Multi Risco Empresarial	2.266	3,8%	3.519	3,8%	55,3%
Habitacional	11.604	19,3%	26.751	29,2%	130,5%
Prestamista	4.449	7,4%	11.752	12,8%	164,1%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	9.345	15,5%	12.597	13,7%	34,8%
Auto	3.272	5,4%	4.026	4,4%	23,0%
Saúde	3.210	5,3%	2.818	3,1%	(12,2%)
Riscos Especiais	2.863	4,8%	5.753	6,3%	100,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	3.679	6,1%	3.641	4,0%	(1,0%)
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	60.210	100,0%	91.765	100,0%	52,4%
Impostos sobre a Receita	(4.530)	(7,5%)	(6.773)	(7,4%)	49,5%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	55.680		84.992		52,6%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$85,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, representando um aumento de R\$29,3 milhões, ou 52,6%, quando comparado ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$55,7 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$75,5 milhões, representando um aumento de R\$28,3 milhões, ou 60,1%, quando comparado ao mesmo período de 2014, que totalizou R\$47,2 milhões.

O seguro habitacional destaca-se como o que mais contribuiu para o crescimento da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$15,2 milhões na comparação entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2014 e 2015, em virtude de dois principais fatores: (i) crescimento da carteira de crédito habitacional da Caixa; e (ii) majoração na comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da carteira de crédito habitacional da Caixa já demonstrava uma evolução de R\$55,5 bilhões se comparado a 31 de março de 2014. A majoração da comissão decorreu da modificação nas condições comerciais com a Caixa Seguradora a partir de outubro de 2014, contribuindo para uma receita bruta adicional de R\$11,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015.

O seguro prestamista também se destaca pela contribuição ao crescimento do total da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$7,3 milhões decorrente, principalmente,

10.2 - Resultado operacional e financeiro

da melhora do mix de comissão dos produtos inseridos nesta categoria, bem como da maior eficiência no processo de oferta deste produto, a qual pode ser verificada pelo aumento de 112,2% na conversão de vendas de seguro nas originações de crédito consignado. Adicionalmente, a receita deste produto foi impactada positivamente pelo crescimento da carteira de crédito para pessoas física da Caixa no período. Em 31 de dezembro de 2014 essa carteira já havia apresentado crescimento de 9,0% em relação a 31 de março de 2014, atingindo R\$94,0 bilhões.

Quanto aos demais produtos, suas performances estão detalhadas no item 10.1.h deste documento.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014

Demonstração da Receita	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2014		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2014x2013 (%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bancassurance	186.124	80,4%	232.714	78,5%	25,0%
Vida	109.593	47,3%	113.278	38,2%	3,4%
Residencial	12.763	5,5%	17.396	5,9%	36,3%
Multi Risco Empresarial	8.512	3,7%	12.256	4,1%	44,0%
Habitacional	39.511	17,1%	64.712	21,8%	63,8%
Prestamista	15.745	6,8%	25.072	8,5%	59,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos	29.156	12,6%	47.709	16,1%	63,6%
Tradicionais de Seguro	11.270	4,9%	13.949	4,7%	23,8%
Auto	8.019	3,5%	14.225	4,8%	77,4%
Saúde	9.867	4,3%	19.535	6,6%	98,0%
Riscos Especiais					
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	16.351	7,1%	16.102	5,4%	(1,5%)
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	231.631	100%	296.525	100%	28,0%
Impostos sobre a Receita	(17.387)	(7,5)%	(22.142)	(7,5)%	27,3%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	214.244		274.383		28,1%

¹Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$274,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de R\$60,1 milhões, ou 28,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$214,2 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$232,7 milhões, representando um aumento de R\$46,6 milhões, ou 25,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$186,1 milhões.

O seguro habitacional destaca-se como o que mais contribuiu para o crescimento da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$25,2 milhões na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014, em virtude de dois principais fatores: (i) crescimento da carteira de crédito habitacional da Caixa, que nos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 avançou 25,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$339,8 bilhões e (ii) majoração na comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional, contribuindo para uma receita adicional de R\$ 9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O seguro prestamista também se destaca pela contribuição ao crescimento do total da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$9,3 milhões decorrente, principalmente, do aumento da carteira de crédito comercial da Caixa, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 avançou 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$94,0 bilhões, bem como pela melhoria de performance na venda da carteira de crédito consignado.

Quanto aos demais produtos, suas performances estão detalhadas no item 10.1.h deste documento.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013				
	2012		2013		Variação 2013x2012
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bancassurance	135.616	81,6%	186.124	80,4%	37,2%
Vida	79.915	48,1%	109.593	47,3%	37,1%
Residencial	11.759	7,1%	12.763	5,5%	8,5%
Multi Risco Empresarial	6.462	3,9%	8.512	3,7%	31,7%
Habitacional	30.411	18,3%	39.511	17,1%	29,9%
Prestamista	7.069	4,3%	15.745	6,8%	122,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	17.149	10,3%	29.156	12,6%	70,0%
Auto	9.245	5,6%	11.270	4,9%	21,9%
Saúde	3.662	2,2%	8.019	3,5%	119,0%
Riscos Especiais	4.242	2,6%	9.867	4,3%	132,6%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	13.507	8,1%	16.351	7,1%	21,1%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	166.272	100%	231.631	100%	39,3%
Impostos sobre a Receita	(12.614)		(17.387)		37,8%
Receita Líquida de Prestação de Serviços	153.658		214.244		39,4%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$ 214,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$ 60,6 milhões, ou 39,4%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$ 153,7 milhões, em razão, principalmente, do aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance* que fechou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$186,1 milhões, representando um aumento de R\$ 50,5 milhões, ou 37,2%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$ 135,6 milhões.

O seguro de vida se destaca como o que mais contribuiu ao crescimento do total da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$29,7 milhões na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013, em virtude do crescimento de 33,2% do valor dos prêmios de seguro de vida da Caixa Seguradora, que, por sua vez, tiveram seu desempenho influenciado pelo aumento de 2,5% do número de vidas cobertas na carteira, de 2,0 milhões de vidas em 31 de dezembro de 2012 para 2,1 milhões de vidas em 31 de dezembro de 2013, combinado com alterações do mix de produtos de vida comercializados com maior valor agregado.

O seguro habitacional também se destaca pela contribuição ao crescimento do total da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$9,1 milhões decorrente, principalmente,

10.2 - Resultado operacional e financeiro

da expansão em 31,4% do valor da carteira de crédito habitacional da Caixa, de R\$205,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012 para o saldo recorde de R\$ 270,4 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

Importante ainda salientar o crescimento do seguro prestamista cujo crescimento de R\$8,7 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013 apresenta-se como o terceiro maior impacto na evolução da receita total operacional bruta deste período. Esta variação decorre, principalmente, do crescimento dos prêmios de seguros prestamista da Caixa Seguradora de 121,2%, impulsionado pelo crescimento de 45,7% da carteira de crédito comercial para pessoas físicas da Caixa, de R\$ 55,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 80,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013, e pelo aumento da nossa penetração nas transações de crédito da Caixa.

Quanto aos demais produtos, suas performances estão detalhadas no item 10.1.h deste documento.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012

Demonstração da Receita	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012				
	2011		2012		Varição
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2012x2011 (%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços:					
<i>Bancassurance</i>	115.352	78,4%	135.616	81,6%	17,6%
Vida	74.904	50,9%	79.915	48,1%	6,7%
Residencial	13.386	9,1%	11.759	7,1%	(12,2)%
Multi Risco Empresarial	5.502	3,7%	6.462	3,9%	17,4%
Habitacional	17.647	12,0%	30.411	18,3%	72,3%
Prestamista	3.913	2,7%	7.069	4,3%	80,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Produtos Tradicionais de Seguro	21.445	14,6%	17.149	10,3%	(20,0)%
Auto	9.710	6,6%	9.245	5,6%	(4,8)%
Saúde	4.373	3,0%	3.662	2,2%	(16,3)%
Riscos Especiais	7.362	5,0%	4.242	2,6%	(42,4)%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Outros Produtos	10.297	7,0%	13.507	8,1%	31,2%
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	147.094	100%	166.272	100%	13,0%
Impostos sobre a Receita	(10.704)		(12.614)		17,8%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	136.390		153.658		12,7%

¹ Em relação à receita bruta de prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$ 153,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$ 17,3 milhões, ou 12,7%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$ 136,3 milhões. A maior contribuição para esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento do volume de vendas dos produtos de *bancassurance*, que fechou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 com uma receita bruta de prestação de serviços de R\$135,6 milhões, representando um aumento de R\$ 20,3 milhões, ou 17,6%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$ 115,4 milhões.

O seguro habitacional destaca-se como o que mais contribuiu ao crescimento do total da receita bruta de prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$12,8 milhões na comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013, em virtude da expansão em 34,6% do valor da carteira de crédito habitacional da Caixa, de R\$ 152,9 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para um saldo de R\$ 205,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

O seguro de vida também se destaca pela contribuição ao crescimento do total da receita bruta de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

prestação de serviços. Este produto obteve um crescimento de R\$5,0 milhões, impulsionado, principalmente, pelo aumento de 7,0% da nossa carteira, que passou de 1,9 milhão em 2011 para 2,0 milhões de vidas seguradas em 2012, combinado com o aumento por reajuste anual pela inflação do valor das parcelas mensais de seguro.

Quanto aos demais produtos, suas performances estão detalhadas no item 10.1.h deste documento.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Demonstração do Resultado (Em R\$ mil)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2011	2012	2013	2014	2014	2015
Operações continuadas						
Receita líquida da prestação de serviços	136.390	153.658	214.244	274.383	55.680	84.992
Custo dos serviços prestados	(48.069)	(55.141)	(79.525)	(98.374)	(22.482)	(28.257)
Lucro bruto	88.321	98.517	134.719	176.009	33.198	56.735
Despesas administrativas	(49.019)	(57.871)	(42.921)	(48.027)	(10.999)	(12.270)
Despesas comerciais	(6.224)	-	-	-		
Depreciação e amortização	(1.136)	(2.238)	(712)	(1.429)	(322)	(410)
Outras (despesas) receitas operacionais	(14.331)	(4.255)	(1.485)	(8.248)	(259)	(1.083)
Participação nos lucros (prejuízos) de e coligadas	804	165	-	-	-	-
Total das despesas (receitas) operacionais	(69.906)	(64.199)	(45.118)	(57.704)	(11.580)	(13.763)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	18.415	34.318	89.601	118.305	21.618	42.972

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nosso lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$43,0 milhões, resultando em um crescimento de R\$21,4 milhões, ou 98,8%, se comparado ao mesmo período de 2014. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 nosso lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$118,3 milhões, equivalente a R\$99,9 milhões de crescimento contra o mesmo período em 2011 representando um crescimento CAGR de 85,9% nos últimos quatro exercícios (2011, 2012, 2013 e 2014).

Nossos resultados operacionais foram principalmente afetados pelo crescimento da receita líquida operacional cujo total de R\$136,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 cresceu para R\$274,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um CAGR de 26,2% nos últimos quatro exercícios (2011, 2012, 2013 e 2014). Houve crescimento também se comparada a receita líquida do período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, quando totalizou R\$85,0 milhões, com o mesmo período de 2014, quando totalizou R\$55,7 milhões. Este crescimento decorre, principalmente, dos nossos ganhos de eficiência no processo de vendas decorrentes

10.2 - Resultado operacional e financeiro

da evolução em nossa gestão, expansão da nossa força de vendas, reestruturação de nossas operações de *call center*, além do crescimento da carteira de crédito habitacional e comercial para pessoas físicas da Caixa, conforme já comentado nos itens 10.1.h e 10.2.a.i deste documento.

Nosso investimento na expansão de nossa força de vendas e estrutura comercial ocasionou o incremento de nossos custos dos serviços prestados no período a um CAGR de 27% nos últimos quatro exercícios (2011, 2012, 2013 e 2014) totalizando R\$50,3 milhões de incremento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossos custos de serviços prestados representaram um incremento de R\$5,8 milhões se comparado ao mesmo período de 2014.

Aliado ao crescimento de receita, conseguimos obter ganhos significativos de eficiência em relação a nossas despesas operacionais (excluindo receitas e despesas financeiras) cujo total foi de R\$57,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, sendo que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 nossas despesas (receitas) operacionais (excluindo receitas e despesas financeiras) totalizaram R\$69,9 milhões. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 nossas despesas operacionais (excluindo receitas e despesas financeiras) representaram um aumento de 18,9% diante de um aumento de 52,6% de nossa receita líquida se comparado ao mesmo período de 2014.

Conquistamos maior eficiência em nossas despesas operacionais (excluindo receitas e despesas financeiras) principalmente por (i) reduzir custos com prestação de serviços de terceiros consistentemente a uma taxa média anual¹ de 24,5% nos últimos quatro exercícios (2011, 2012, 2013 e 2014) cujo total do exercício de 31 de dezembro de 2014 de R\$5,5 milhões equivale a uma redução de R\$7,3 milhões quando comparado ao exercício de 31 de dezembro de 2011 (entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2015 e 2014 os custos com prestação de serviços de terceiros reduziram em 28,2%); (ii) reduzir nossas despesas com tecnologia de informação a uma taxa média anual¹ de 12,8% nos últimos quatro exercícios (2011, 2012, 2013 e 2014) cujo total do exercício de 31 de dezembro de 2014 de R\$7,2 milhões equivale a uma redução de R\$3,7 milhões quando comparado ao exercício de 31 de dezembro de 2011 (entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2015 e 2014 as despesas com tecnologia de informação reduziram em 20,8%); (iii) reduções em outras despesas administrativas cujo total de R\$0,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 é R\$2,4 milhões menor que em 31 de dezembro de 2011, equivalendo a uma taxa média anual¹ de redução equivalente a 38,0%, decorrente, principalmente de aprimoramentos na nossa gestão e nos nossos controles internos (entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2015 e 2014 outras despesas administrativas aumentaram em 318,1%, em razão, principalmente, do aumento das despesas de infraestrutura e ocupação advindas da mudança da nossa sede social em janeiro de 2015).

¹ Refere-se à taxa média de crescimento anual ou, em inglês, *compound average growth rate* (CAGR).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Efeito das variações de preços e volumes em nossas receitas

Os preços dos produtos de seguro são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é prática do mercado.

Além disso, os preços são corrigidos conforme índices de sinistralidade dos produtos. No geral, os produtos de *bancassurance*, que representaram 81,6% da nossa receita bruta de prestação de serviços total no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 (78,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014), são produtos caracteristicamente mais simples e de risco mais baixo do que os demais produtos do mercado. A quantidade de produtos comercializados está relacionado à

10.2 - Resultado operacional e financeiro

penetração da venda de seguros no volume de transações bancárias e no tamanho da base de clientes do banco.

Os produtos Habitacional e Prestamista possuem suas performances influenciadas, respectivamente, pelas carteiras de crédito Habitacional e Comercial para Pessoa Física da Caixa. No caso do seguro Habitacional, o mesmo é exigido por lei para a conclusão de uma contratação de um crédito Habitacional no país e possui um longo prazo de permanência dos clientes em carteira. O prestamista funciona como garantia para o contratante do financiamento que, em caso de morte ou invalidez, tem sua dívida quitada. Abaixo, apresentamos uma tabela com as informações do saldo da carteira da Caixa dos créditos mencionados, evidenciado um elevado crescimento nos últimos anos:

Informações sobre Saldo da Carteira de Crédito da Caixa Econômica Federal

	2011	2012	2013	2014	Varição (2011 a 2014)
	<i>(Em R\$ mil)</i>				<i>(%)</i>
Carteira de Crédito Habitacional	152.871	205.789	270.392	339.839	122,3%
Carteira de Crédito Comercial Pessoa Física	36.623	55.519	80.912	93.986	156,6%

Em setembro de 2014, assinamos um contrato de corretagem com a Caixa Seguradora que prevê a majoração da comissão aplicada sobre a comercialização do seguro Habitacional em contraprestação ao desenvolvimento das seguintes atividades relacionadas à intermediação e estímulo à comercialização de produtos de seguros da Caixa Seguradora no canal de vendas alternativo, ocupado pelos correspondentes bancários: (i) desenvolvimento de força de vendas e plataforma de apoio à venda de seguros; (ii) desenvolvimento de ferramentas de gestão comercial; (iii) desenvolvimento de programas de treinamento de produtos e processos de vendas; (iv) oferecimento de ações de incentivo aos correspondentes bancários; (v) organização de eventos e convenções envolvendo correspondentes bancários; (vi) estruturação de central de apoio remoto à venda de seguros para o canal alternativo.

Os benefícios econômicos para nossa Companhia advindos da remuneração devida pelo desenvolvimento das atividades descritas acima consistirão em:

- i) 1,4% aplicado sobre o valor dos prêmios mensais pagos das apólices do seguro Habitacional, a ser aplicado a partir da terceira parcela; e
- ii) valor correspondente a 70,0% das 2 (duas) primeiras parcelas pagas pelo cliente do seguro Habitacional a título de agenciamento.

Começamos a usufruir dos benefícios desse contrato a partir do mês de outubro de 2014. Não obstante, é possível afirmar que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados em média 31,5 mil novos contratos de financiamento habitacional por mês, cujo seguro foi emitido pela Caixa Seguradora, totalizando em 2014 R\$9,5 milhões em prêmios de seguros referentes às primeiras parcelas de cada um dos novos contratos.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, foram celebrados em média 31,2 mil novos contratos de financiamento habitacional por mês, cujo seguro foi emitido pela Caixa Seguradora, originando comissões de R\$11,4 milhões no primeiro trimestre de 2015.

- ii. Efeito da variação da taxa de câmbio em nossas receitas

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Todas as nossas receitas são auferidas em reais, portanto, variações na taxa de câmbio não geram efeito sobre as mesmas.

iii. Efeito da inflação em nossas receitas

Em um cenário de pressão inflacionária, a possível resposta do Governo com um aumento na taxa básica de juros o que conseqüentemente aumenta a rentabilidade de nossas aplicações que são realizadas em fundos de renda fixa, exclusivamente.

Adicionalmente, os preços dos produtos de seguro são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é prática do mercado.

iv. Introdução de novos produtos e serviços

Não houve a introdução de novos produtos e serviços em nossos negócios no período abrangido neste documento que gere efeitos significativos na análise.

c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

- i. Inflação: pode gerar impactos positivos em nosso resultado operacional, uma vez que os prêmios de seguros são reajustados anualmente com índices de inflação (IGP-M e IPCA), impactando positivamente nossa receita líquida da prestação de serviços de corretagem. Por outro lado, pode afetar nossos custos de serviços prestados e nossas despesas administrativas, uma vez que os índices inflacionários são tomados como referência na fixação da taxa de correção salarial negociada nos dissídios coletivos dos quais somos parte. Os gastos com salários e encargos representam a principal parcela de nossos custos de serviços prestados e de nossas despesas administrativas, possuindo, portanto, um impacto negativo em nosso resultado operacional.
- ii. Variação cambial: não possuímos receitas e despesas vinculadas diretamente a variações cambiais, bem como investimentos atrelados à moeda estrangeira.
- iii. Taxa de juros: pode gerar impactos positivos nas nossas aplicações financeiras que são predominantemente em renda fixa, impactando positivamente nosso resultado financeiro. Por outro lado, o saldo do nosso parcelamento de tributos é atualizado anualmente pela taxa SELIC. Desta forma, a alta das taxas de juros também possuem um efeito negativo em nosso resultado financeiro, na medida em que a atualização do saldo do nosso parcelamento é contabilizado em nossas despesas financeiras.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 ou no exercício social corrente. Para maiores detalhes acerca dos nossos segmentos operacionais vide seção 7.2 deste formulário de referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 28 de outubro de 2013, adquirimos 100% das ações de emissão da Webchat Corretora de Seguros S.A. (“Webchat”), pelo valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Ato contínuo, em 30 de outubro de 2013, a Webchat foi incorporada por nós. Esta aquisição foi feita com o objetivo de ampliar nossa presença nos canais remotos, principalmente em vendas via webchat. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acreditamos que este negócio foi responsável por R\$583 mil, ou 0,2%, de nossa receita líquida de prestação de serviços.

Em 13 de março de 2014, a Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A., nossa subsidiária, adquiriu 100% das quotas de emissão da Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda. e da SJK Corretora de Seguros Ltda. O preço total de aquisição será determinado de acordo com a performance operacional dos ativos adquiridos. Em 13 de março de 2014, essas sociedades foram incorporadas pela Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. O acervo líquido incorporado totalizou R\$68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e não representou alteração relevante em nossa estrutura patrimonial. Esta aquisição foi feita com o objetivo de reforçar nossa presença no segmento de riscos especiais.

Na data de 30 de novembro de 2014, nossa subsidiária FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A., alienou 118.800 quotas de emissão da Par Administradora de Benefícios Ltda., representativas de 99,00% do seu capital social, para Inexu Participações S.A. Na mesma data, nossa Companhia alienou 600 quotas da Par Administradora de Benefícios Ltda., representativas de 0,50% do seu capital social, para Inexu Participações S.A.. O valor total da compra e venda foi de R\$300,0 mil, pagos em dinheiro em uma única parcela com vencimento em 31 de janeiro de 2015. Acreditamos que essa alienação não representa um impacto relevante em nossa situação financeira e patrimonial, uma vez que a Par Administradora de Benefícios Ltda. foi responsável, respectivamente, por 0,25% e 0,8% de nossa receita bruta consolidada nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014, com um valor de R\$2,0 mil registrado na conta de investimentos de nosso balanço patrimonial da controladora de 30 de setembro de 2014 (última informação financeira disponível antes da alienação).

(c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 ou no exercício social corrente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da nossa Companhia, conforme evidenciado nas nossas demonstrações financeiras no item “c” da seção dois (Resumo das práticas contábeis).

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, uma vez que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da nossa Companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Demonstrações financeiras consolidadas para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015

O relatório de revisão especial dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2015 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase. Esse relatório de revisão especial contém parágrafo de “outros assuntos” relacionado à apresentação das demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase. Esse relatório de auditoria contém parágrafo de “outros assuntos” relacionado à apresentação das demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não possui ressalvas. Foram incluídos parágrafos de ênfase no relatório sobre as demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 relacionados: (i) à diferença entre as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as de IFRS relacionadas à avaliação dos investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, que de acordo

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil é feita por equivalência patrimonial, e segundo as IFRS é custo ou valor justo; e (ii) à reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 para refletir uma estrutura de demonstração financeira mais alinhada aos requerimentos necessários ao processo de registro como companhia aberta. A opinião do auditor não está ressalvada em função destes assuntos.

Adicionalmente, esse relatório de auditoria contém parágrafo de “outros assuntos” relacionado à apresentação das DVAs individual e consolidada referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Nossos diretores acreditam que as ênfases nos relatórios acima descritas não resultam em potencial de alteração significativa em nossas posições patrimonial e financeira, consolidada e individual, apresentadas nas demonstrações financeiras em razão do efeito no resultado e patrimônio líquido apresentados, de acordo com critério de avaliação atualmente adotado (método da equivalência patrimonial) para avaliação de investimentos em controladas e controladas e coligadas, não ser material em relação à totalidade de nossas receitas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

Informamos que a preparação de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRSs, requer julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo que as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. Consideramos que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a nossa posição financeira e o resultado de nossas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

- (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Considerando os valores envolvidos na apuração dos tributos e esse processo envolver julgamento para determinar a nossa provisão para impostos sobre a renda, entendemos como crítico. Reconhecemos também provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

- (b) Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%

Somos acionistas da PAR Saúde Corretora S.A., e da PAR Riscos Especiais S.A., com 40% de participação no capital social total em cada uma delas. Entretanto, para essas entidades foi estabelecido acordo societário com os demais acionistas que nos dá o controle sobre as sociedades. Com base no valor absoluto da nossa participação e nos acordos societários específicos firmados com os demais acionistas, nossa administração concluiu que possuímos direitos suficientes que nos asseguram o poder de direcionar as atividades dessas entidades. Consequentemente, essas entidades foram totalmente consolidadas nas nossas demonstrações financeiras.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras são processos que envolvem toda a administração visando fornecer garantias sobre as informações contábeis e financeiras, bem como a elaboração delas de acordo com as práticas e princípios contábeis vigentes. Todo o nosso sistema de informação é integrado, com o objetivo principal de garantir que todas as nossas operações sejam registradas.

Nossos controles internos foram desenvolvidos para assegurar o adequado reconhecimento dos registros contábeis de receitas, custos e despesas pelo regime contábil de competência, a manutenção dos registros com os detalhes necessários de nossos ativos e o fornecimento de segurança razoável que todas as nossas transações são registradas visando permitir a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRSs.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

Nossa administração acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, especialmente após a implementação de melhorias a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, tais como, por exemplo, a implementação de novo sistema operacional (ERP) e revisão de rotinas operacionais críticas.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No contexto da auditoria de nossas demonstrações financeiras, os auditores independentes consideram os nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo objetivo é determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

No âmbito da auditoria conduzida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nossos auditores independentes identificaram deficiências e observações acerca de nossos controles internos, que são classificadas entre:

- (a) Deficiências significativas: deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança;

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

- (b) Outras deficiências: aquelas que não são deficiências significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração; e
- (c) Observações relacionadas às atividades operacionais e/ou de negócio: recomendações para melhoria das atividades operacionais e/ou de negócio.

Deficiências significativas

Descrevemos abaixo as deficiências significativas identificadas por nossos auditores independentes, acompanhadas dos nossos comentários acerca da respectiva deficiência:

1. Aprimoramento na ferramenta de controle operacional sobre a receita para permitir acompanhamento individual da corretagem por apólice.

(i) Deficiência:

O controle operacional da receita de corretagem não é capaz de gerar os valores da receita a ser reconhecida de forma independente das informações repassadas pelas companhias de seguros, capitalização, previdência e consórcios que geram negócios, sobre os quais incidem comissão por serviços de corretagem a que temos direito.

(ii) Comentário da administração:

Atualmente possuímos em andamento o projeto D.W., que visa a integração da nossa base de dados de faturamento com a dos nossos parceiros comerciais, o que possibilitará o cálculo e conferência da nossa receita de corretagem independente de comunicação da seguradora ou instituição financeira. Espera-se que este processo seja concluído ao longo de 2015 com relação a todos os produtos comercializados por nós. Adicionalmente, enquanto o projeto não é concluído, possuímos uma equipe responsável pelo controle e acompanhamento do nosso ciclo de receitas por produto e suas respectivas comissões, de forma a avaliar eventuais distorções no processo de faturamento e garantir o recebimento de todos os recursos a que temos direito em razão da prestação dos serviços de corretagem.

2. Ausência de controle sobre o processo de manutenção de sistemas.

(i) Deficiência:

Insuficiência de controles sobre o processo de manutenção de sistemas, em que foram observadas a inexistência de metodologia específica, formalização de procedimentos, efetividade da segregação de funções, inexistência de uma análise formal do custo/benefício das demandas a serem atendidas, ausência de registro dos logs das mudanças implementadas em produção, além da ausência de segregação entre o ambiente de homologação e produção.

(ii) Comentário da administração:

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

De forma a melhor suportar os objetivos de controles definidos, esclarecemos que foram adotados tempestivamente como planos de ação a padronização do processo de manutenção e registro de logs junto aos desenvolvedores e a área interna de tecnologia da informação. Os parâmetros de acessos estão sendo analisados e uma rotina periódica de revisão de acessos e permissões está sendo implantada. Os processos de manutenção, registro de *logs* e *back-ups* foram padronizados junto aos desenvolvedores e nossa área de tecnologia da informação.

Outras deficiências

Fora do escopo de deficiências significativas foram identificadas outras deficiências não relevantes e sem impacto material às demonstrações financeiras. Tais deficiências são relacionadas (i) à forma de avaliação do registro do passivo de earn-out de forma a registrá-lo por ajuste a valor presente, com relação a qual esclarecemos que a partir do exercício de 2015 o ajuste a valor presente será realizado;; (ii) à inexistência de controles sobre os trabalhos de terceiros em folha de pagamento, o qual esclarecemos que já possui uma conferência formal pela contabilidade e gestores de centros de custo impactados; e (iii) falhas no processo de manutenção e revogação de acessos aos sistemas de tecnologia da informação, a qual já está sendo analisa no âmbito da deficiência significativa número 2, descrita acima.

Observações relacionadas às atividades operacionais e/ou de negócio

Por fim, nossos auditores independentes formularam também observações relacionadas aos nossos sistemas de tecnologia da informação, as quais foram analisadas por nossa administração e serão levadas em consideração, conforme aplicável, na condução de nossos negócios e de nossa rotina operacional.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas primárias envolvendo valores mobiliários de nossa emissão nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ou para o exercício social corrente.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para os últimos três exercícios sociais ou para o exercício social corrente.

10.10 - Plano de negócios

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos em andamento e previstos

Investimentos em andamento e previstos

Na data deste Formulário de Referência não haviam investimentos em andamento ou previstos. Não obstante, estamos constantemente avaliando oportunidades presentes no mercado em que atuamos, bem como em mercados que apresentem sinergias ou oportunidades de crescimento.

Fontes de Financiamento

Os financiamentos de investimentos são feitos por meio de recursos próprios uma vez que a empresa possui elevada geração de caixa como pode ser observado no item 10.1.h deste Formulário de Referência.

Desinvestimentos em andamento e previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos três exercícios sociais, bem como não há desinvestimentos de capital em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há.

c. Novos produtos e serviços

Na qualidade de corretores de seguros, dependemos das sociedades seguradoras com as quais operamos para comercialização e lançamento de novos produtos, em especial a Caixa Seguradora, responsável pela emissão da parcela mais relevante das apólices que comercializamos. Adicionalmente, o mercado de seguros de bancassurance é composto por produtos de baixa complexidade e já consolidado junto a base de clientes para os quais tais produtos são ofertados.

Não obstante, analisamos e acompanhamos constantemente as necessidades dos consumidores de produtos seguros, bem como novos produtos ofertados por nossos concorrentes para sugerir e auxiliar o processo de desenvolvimento de novos produtos nas seguradoras com as quais atuamos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 10.1 a 10.10 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que nossa administração não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a nossos negócios ou atividades.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não houve divulgação de projeções por nossa administração nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

a. atribuição de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, tendo como atribuições principais o estabelecimento de nossas políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria.

De acordo com nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 13 (treze) membros, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos (a partir da obtenção do nosso registro de emissor junto à CVM), sendo permitida a reeleição.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social determina que as seguintes matérias são de sua competência:

- a) a aprovação ou quaisquer modificações do nosso Orçamento e do nosso Plano Anual de Negócios;
- b) a definição das matérias a serem submetidas à Assembleia Geral de nossos acionistas, bem como a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando achar conveniente, Assembleia Geral Extraordinária;
- c) a submissão à Assembleia Geral de nossos acionistas das propostas para a destinação dos lucros, distribuição ou não dos dividendos e alterações ao nosso Estatuto Social;
- d) a emissão de (i) ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, podendo ainda excluir (ou reduzir o prazo) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, nas hipóteses permitidas pela Lei nº 6.404/76; e (ii) outros títulos ou valores mobiliários, incluindo debêntures não conversíveis em ações, bem como emissões para a captação de recursos, tais como *notes*, *commercial papers*, *bonds* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão, colocação, distribuição e resgate;
- e) a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o nosso Conselho de Administração na nossa administração, com objetivos e funções definidos;
- f) a celebração de quaisquer contratos, a assunção de quaisquer obrigações e o endividamento em valores superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), seja em uma única transação, um único cliente ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no Plano Anual de Negócios da Companhia, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- g) a celebração e aditamento de qualquer contrato, a realização de negócio ou operação entre a nós e/ou qualquer de nossas subsidiárias e/ou coligadas de um lado, e qualquer dos nossos acionistas e/ou suas afiliadas, de outro, em valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais), seja em uma única transação, uma mesma afiliada, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no nosso Plano Anual de Negócios, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- h) a aquisição, alienação ou oneração de bens do nosso ativo não circulante, direta ou indiretamente, em valores superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais), seja em uma única transação, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no nosso Plano Anual de Negócios, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;

- i) a concessão de avais, fianças ou quaisquer outras garantias em relação às obrigações de terceiros, que não entre nós e/ou nossas subsidiárias e/ou coligadas, conforme o caso;
- j) a alteração das práticas contábeis adotadas por nós, de modo a garantir que sejam mantidas e observadas as melhores práticas contábeis de acordo com a legislação brasileira aplicável;
- k) a definição da política para a realização de nossas aplicações financeiras;
- l) a realização de investimentos fora do nosso ramo de atividade principal de atuação;
- m) a constituição de qualquer subsidiária ou controlada, aquisição, alienação ou oneração, a qualquer título, de participação no capital social de outras sociedades e o exercício do direito de voto como sócia, quotista ou acionista das referidas sociedades;
- n) deliberar sobre quaisquer associações, bem como aprovar a nossa participação em outras sociedades, em consórcios e semelhantes, e em acordos de acionistas;
- o) a nomeação e destituição dos nossos Diretores, incluindo a nomeação de substitutos dos Diretores;
- p) a escolha dos nossos auditores independentes e de nossas coligadas;
- q) deliberar sobre a remuneração dos nossos Diretores;
- r) abrir, manter e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e exterior;
- s) de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, a outorga de opções de compra de ações aos nossos administradores e empregados;
- t) deliberar sobre a aquisição de ações de nossa emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- u) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- v) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das nossas ações nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- w) a definição de como os nossos administradores, de nossas coligadas e/ou subsidiárias devem votar as matérias submetidas às Assembleias Gerais de acionistas ou Reuniões de Sócios, conforme for o caso, das sociedades em que formos acionistas ou sócios, direta ou indiretamente; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- x) intermediação ou comercialização de produtos de sociedades que não sejam controladas pela Caixa Seguros Holding, em outros canais de distribuição, fora da rede de distribuição da Caixa.

Diretoria

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos nossos negócios em geral e pela sua representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos seus negócios, ressalvados os atos que a Lei, o nosso Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com nosso Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Compete a Diretoria, de forma geral:

- (i) Representar a nossa Companhia perante quaisquer terceiros;
- (ii) Zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (iii) Coordenar o andamento das nossas atividades, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais de acionistas e nas Reuniões do Conselho de Administração; e
- (iv) Administrar e gerir os negócios sociais.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal é um órgão societário independente de nossa administração e de nossos auditores independentes. O conselho fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

As principais responsabilidades do conselho fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia e reportar suas conclusões aos acionistas. Nosso Estatuto Social exige que o conselho fiscal seja composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso conselho fiscal não poderá ser composto por (i) membros de nosso Conselho de Administração; (ii) membros de nossa Diretoria; (iii) nossos empregados; (iv) nossos acionistas; (v) empregados de sociedade que controlamos ou de sociedade de nosso grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada, a partir da data de publicação do anúncio de início de nossa primeira oferta pública primária e/ou secundária de ações de nossa emissão, à prévia assinatura do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Os membros do conselho fiscal serão eleitos em Assembleia Geral, sendo que sua posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal. Nosso Estatuto Social prevê um conselho fiscal de caráter não permanente. Atualmente, nosso conselho fiscal não está instalado.

Comitês Estatutários e Não-Estatutários

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Na data deste Formulário de Referência, nosso Estatuto Social continha previsão de um comitê estatutário denominado Comitê de Transações com Partes Relacionadas, composto por 3 (três) membros eleitos por maioria e com mandato definido pelo Conselho de Administração, sendo que, destes, pelo menos 01 (um) membro será independente, que será preferencialmente o membro do Conselho de Administração eleito por acionistas não controladores e, na sua ausência, um dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. As principais atribuições deste comitê são:

- (a) aprovar previamente, por unanimidade, a celebração de novos contratos ou novas transações, bem como aprovar eventuais revisões e rescisões de contratos existentes com partes relacionadas, que representem uma quantia superior a 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício da Companhia, ou, alternativamente, que envolvam um valor total superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única transação ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (b) estabelecer, em relação às transações com partes relacionadas consideradas relevantes, que seja demonstrado na seção 16 deste Formulário de Referência que as mesmas foram e permanecem firmadas em condições usuais praticadas pela Companhia;
- (c) assegurar a divulgação, neste Formulário de Referência, dos termos e condições da Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como da estrutura, objeto e atribuições do próprio Comitê; e
- (d) assegurar a divulgação da comunicação sobre transações entre partes relacionadas, nos termos do art. 30, inciso XXXIII, da Instrução CVM 480.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência possuíamos os seguintes comitês não estatutários:

- (i) O Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo, composto por 3 (três) membros, responsável pela administração do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (“Plano”), cujas principais atribuições são:
 - (a) Estabelecer as regras específicas aplicáveis a cada beneficiário, tais como: prazo, formas de pagamento, condições para resgate, hipóteses de desligamento voluntário e involuntário;
 - (b) fiscalizar e assegurar o cumprimento das regras do Plano; e
 - (c) elaborar a documentação pertinente à efetivação do Plano.
- (ii) O Comitê de Gente, composto por 3 (três) membros, com mandato por período indeterminado, dos quais pelo menos 1 (um) dos integrantes será o membro do Conselho de Administração eleito preferencialmente pelos acionistas não-controladores, ou na sua falta, um dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia (conforme definição conferida pelo regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA). A principal atribuição do Comitê de Gente é assessorar o Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisões relacionadas a destituição, não-recondução, substituição e/ou eleição (exceto em caso de recondução) do Diretor Presidente e/ou Diretor Executivo da Companhia.

Para mais informações sobre o Comitê de Gente vide item 12.12 deste Formulário de Referência.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos Comitês

Não possuímos conselho fiscal de funcionamento permanente e nosso Conselho Fiscal não se encontra instalado.

O Comitê de Partes Relacionadas foi incluído em nosso Estatuto Social em 20 de janeiro de 2015, por

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

deliberação de nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, porém, na data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado por nosso Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão do Plano foi criado em 15 de julho de 2013, por resolução do nosso Conselho de Administração.

O Comitê de Gente foi criado em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2015, porém, a sua instalação e a eleição dos seus membros ocorrerá na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após o decurso do prazo de 2 (dois) anos contados do registro da oferta pública inicial de ações de nossa emissão pela CVM.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Não possuímos mecanismos formais de avaliação dos membros de nosso Conselho de Administração, do nosso Comitê de Gestão do Plano, do Comitê de Partes Relacionadas ou do Comitê de Gente.

O desempenho da nossa Diretoria é avaliado de acordo com metas globais de nossa Companhia aprovadas por nosso Conselho de Administração, sendo as referidas metas balizadas pela evolução dos seguintes indicadores da nossa Companhia: EBITDA, receita bruta e projetos estratégicos. O acompanhamento das metas anuais é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício. A avaliação de desempenho é realizada anualmente.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Com relação às atribuições individuais de nossos Diretores, nosso Estatuto Social assim determina:

Diretor Presidente

- (i) representar a nossa Companhia, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, observado os poderes de representação do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
- (ii) Nomear, em conjunto com outro Diretor, os procuradores da nossa Companhia incluindo, mas sem se limitar a procurações outorgadas para fins bancários;
- (iii) Assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais documentos bancários relacionados ao regular exercício dos nossos objetivos, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente; e
- (iv) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.

Diretor Executivo

- (i) Coordenar e supervisionar o trabalho dos nossos empregados e prestadores de serviço, diligenciando para que todo o serviço burocrático e administrativo seja executado de maneira eficiente, adequada e rápida;
- (ii) Assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais documentos bancários, relacionados ao regular exercício dos nossos objetivos, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente;
- (iii) Nomear, em conjunto com outro Diretor, os procuradores da nossa Companhia, incluindo, mas sem se limitar a procurações outorgadas para fins bancários;
- (iv) Promover o cumprimento das deliberações da Diretoria Executiva;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (v) Cumprir as deliberações da Assembleia Geral de acionistas e do Conselho de Administração;
- (vi) Submeter ao Conselho de Administração, até 31 de março do ano subsequente ao exercício social correspondente, a prestação de contas da nossa Companhia, acompanhada da manifestação da Diretoria Executiva e o parecer do Conselho Fiscal, se instalado; e
- (vii) Exercer os demais poderes de direção executiva.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

- (i) Nomear, em conjunto com outro Diretor, os procuradores da nossa Companhia incluindo, mas sem se limitar a procurações outorgadas para fins bancários;
- (ii) Planejar, organizar, orientar e controlar as atividades dos setores que lhe são subordinados, incluindo a supervisão das áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal da nossa Companhia;
- (iii) Assinar, em conjunto com outro Diretor, cheques, contratos bancários e demais documentos bancários, relacionados ao regular exercício dos nossos objetivos, podendo praticar todos os atos necessários para realizar movimentações bancárias, especialmente em conta corrente;
- (iv) Administrar recursos para aquisição de bens, bem como para despesas operacionais e não operacionais, sujeitos aos limites previstos no Estatuto Social;
- (v) Representar isoladamente a nossa Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, BM&FBovespa, instituição escrituradora das ações de nossa emissão, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores e mercados de balcão em que tenhamos valores mobiliários de nossa emissão admitidos à negociação, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
- (vi) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia; e
- (vii) fiscalizar o fiel cumprimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria

Não possuímos mecanismos formais de avaliação individual dos membros de nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria, dos membros do Comitê de Gestão do Plano, do Comitê de Partes Relacionadas ou do Comitê de Gente. Para informações acerca da avaliação do desempenho da nossa Diretoria, em conjunto, vide item 12.1."c" deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações determina a convocação dos acionistas para as assembleias gerais, mediante a publicação de três anúncios em órgão oficial da União ou do Estados ou do Distrito Federal, sendo o nosso caso o Diário Oficial do Distrito Federal, e em outro jornal de grande circulação, em nosso caso o Jornal de Brasília. Conforme determina a regra legal, a primeira convocação deve ser feita no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com 8 (oito) dias de antecedência antes da assembleia geral. A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e presididas pelo Presidente do nosso Conselho de Administração, ao qual caberá designar o secretário dos trabalhos.

A assembleia geral que deliberar sobre o cancelamento de nosso registro de companhia aberta, ou que tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. A CVM poderá, em determinadas circunstâncias e a pedido de qualquer acionista, com oitiva da nossa Companhia, prorrogar a data da assembleia geral para que seja feita em até 30 (trinta) dias após a data de convocação.

As nossas assembleias gerais poderão ainda ser convocadas por nossos acionistas, conforme disposto no art. 123, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, e art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Por fim, não adotamos práticas diferenciadas de convocação em relação às previstas na Lei das Sociedades por Ações por acreditar que os parâmetros legais são suficientes para atingir os objetivos da convocação, tendo em vista o perfil de nossos acionistas e a distribuição de nosso capital social.

b. competências

Compete exclusivamente aos acionistas deliberar, em sede de assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (iv) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

Sem prejuízo das matérias em que a Lei das Sociedades por Ações confere competência aos acionistas, dependerá da aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária: (i) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, indicando o Presidente e o Vice-Presidente, e do Conselho Fiscal, quando instalado, e, se for o caso, de seus suplentes; (ii) deliberar sobre aumento ou redução de capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão, exceto quando em conformidade com a autorização para aumento de capital prevista no Artigo 6º do nosso Estatuto Social; (iii) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados; (iv) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (v) deliberar a saída da nossa Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; e (vi) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista no nosso Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

Os nossos acionistas poderão, ainda, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao nosso objeto social e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos nossos interesses, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

www.parcorretora.com.br/ri.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados em nossa sede social localizada no Setor Hoteleiro Norte - Área Especial (A), Quadra 01, Bloco E, Edifício Caixa Seguros, 1º andar, CEP 70701-000, Asa Norte, em Brasília, no Distrito Federal.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco possuímos política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, observamos o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o nosso caso, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Atualmente, não são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais

Não dispomos de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias gerais

Não transmitimos ao vivo, em vídeo e/ou áudio, nossas assembleias gerais.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não possuímos mecanismos destinados a permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas na ordem do dia das assembleias gerais. Neste sentido, consideramos que os instrumentos legais e estatutários atualmente em vigor, bem como os nossos canais de relacionamento com nossos acionistas são capazes de satisfazer às necessidades no que se refere à participação de nossos acionistas nas assembleias gerais. Podemos vir a atender tais solicitações, se apresentadas, observando sempre as disposições legais e regulamentares em cada caso específico.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	06/02/2015
		Jornal de Brasília - DF	06/02/2015
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	13/02/2015
		Jornal de Brasília - DF	13/02/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	21/02/2014
		Jornal de Brasília - DF	21/02/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	10/10/2014
		Jornal de Brasília - DF	10/10/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	12/04/2013
		Jornal de Brasília - DF	12/04/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Distrito Federal - DF	10/10/2014
		Jornal de Brasília - DF	10/10/2014

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

De acordo com o disposto no Art. 17 do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez a cada 3 (três) meses, na nossa sede social e, em caráter extraordinário, sempre que for do nosso interesse social.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas arquivado na nossa sede determina que os conselheiros de administração indicados por acionistas vinculados ao Acordo de Acionistas na condição de membros do bloco de controle deverão exercer seus votos nas Reuniões de Conselho de Administração conforme deliberado em Reunião Prévia a ser realizada entre os acionistas antes de cada Reunião do nosso Conselho de Administração.

Para informações adicionais sobre o Acordo de Acionistas e as regras aplicáveis às reuniões prévias dos acionistas, vide seção 15.5 deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os Conselheiros presentes às Reuniões do Conselho de Administração deverão identificar espontaneamente eventuais conflitos de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria. Nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido em situação de conflito de interesses.

Não adotamos política ou procedimento específico para identificação e administração de conflitos de interesses por entendermos que os mecanismos oferecidos pela Lei das Sociedades por Ações são suficientes e eficientes para tal fim.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nosso Estatuto Social prevê que nós, nossos acionistas, administradores e os membros de nosso Conselho Fiscal, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição	Prazo do mandato
		Profissão	Cargo eletivo ocupado		
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
João Francisco da Silveira Neto	50		Pertence apenas à Diretoria	03/10/2014	1 ano
050.399.958-06	Engenheiro		Diretor Executivo	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
João Domingos Martins Villas	35		Pertence apenas à Diretoria	03/10/2014	1 ano
298.130.238-80	Contador		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Jair Pedro Ferreira	55		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
361.920.829-87	Bancário		20 - Presidente do Conselho de Administração	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Pedro Eugênio Beneduzzi Leite	56		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
318.487.459-15	Bancário		23 - Conselho de Administração (Suplente)	03/10/2014	Sim
Membro do Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo.					
Camilo Godoy	48		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
735.066.481-87	Secretário		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Aristóteles Alves de Menezes Junior	50		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
312.983.625-04	Economista		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Marcelo Maron Diaco	45		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
937.830.787-68	Administrador de Empresas		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Moacir Carneiro da Costa	46		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
396.598.445-49	Bancário		23 - Conselho de Administração (Suplente)	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Vilson Willemann	56		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
253.060.309-04	Bancário		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Alvaro Lopes da Silva Neto	56		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição	Prazo do mandato
		Profissão	Cargo eletivo ocupado		
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
410.018.267-87	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)		03/10/2014	Sim
Membro do Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo.					
Thierry Marc Claudé Claudon	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
729.992.091-34	Securitário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Clotário Cardoso	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
455.197.656-34	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Jérôme Marie Denis Philippe Garnier	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
226.795.338-28	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Membro do Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo					
Paulo Fernando Lima	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
021.799.338-94	Economiário	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Sérgio Hiroshi Takemoto	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
010.781.018-25	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Gabriela Ortiz de Rosas	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
730.595.601-53	Publicitária	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Gustavo Pecorari	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração		03/10/2014	2 anos
303.459.698-71	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)		03/10/2014	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Lisane Bufquim	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração		12/01/2015	2 anos
146.100.431-49	Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		12/01/2015	Sim
Não ocupa outros cargos.					
Carlos Alberto Júlio	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração		12/01/2015	2 anos
998.234.978-34	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		12/01/2015	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não ocupa outros cargos.				
Alexandre Siqueira Monteiro	45	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	03/10/2014	2 anos
886.019.867-49	Securitário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	03/10/2014	Sim
Membro do Conselho de Administração com prazo de mandato de 2 anos e da Diretoria, com prazo de mandato de 1 ano.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

João Francisco da Silveira Neto - 050.399.958-06

João Silveira tem experiência de mais de 25 anos nas áreas de marketing, gestão executiva e consultoria. Iniciou sua carreira na Hewlett-Packard e foi CEO da ABC Supermercados. Atuou por quase 10 anos na Oi, tendo ocupado a posição de Diretor Nacional de Marketing e Vendas. João é formado em engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

João Domingos Martins Villas - 298.130.238-80

João Villas iniciou sua carreira na Deloitte em 1999. Trabalhou durante 7 anos em empresas de auditoria independente "big-four" nas áreas de auditoria e fusões e aquisições. Possui 15 anos de experiência em corporate finance, foi responsável pela área de M&A e relações com investidores da Tempo Participações e Diretor Financeiro do Fogo de Chão no Brasil. João é formado em contabilidade pela PUC-SP e possui MBA pela IE Business School, Madrid. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jair Pedro Ferreira - 361.920.829-87

Jair Pedro Ferreira, empregado da Caixa Econômica Federal desde 1989, graduado em Ciências Contábeis. Foi diretor representante dos empregados na Sasse (1996/1999), secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Londrina (1994/1996), membro do Conselho Fiscal da Fenae (1993/1996), diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). Ocupa o cargo de Presidente da FENAE para o triênio 2014/2017. Diretor Presidente da Par Participações S.A e da FPC Participações Corporativas S.A. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Pedro Eugênio Beneduzzi Leite - 318.487.459-15

Pedro Eugênio Beneduzzi Leite, empregado da Caixa Econômica Federal desde agosto de 1982. É formado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi eleito presidente da APCEF/IPR em 1989 e reeleito em 1991. Exerceu o cargo de secretário do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da FENAE e fez parte da coordenação nacional da campanha em defesa da Caixa. Em 1993, foi eleito diretor financeiro do Sindicato dos Bancários de Curitiba, vindo posteriormente a ser eleito presidente daquela entidade no período 1996/1999. Na FENAE, foi eleito em três gestões: diretor administrativo (1999 a 2002), diretor administrativo financeiro (2002/2005), e diretor vice-presidente (2005/2008), depois foi eleito presidente nas gestões 2008/2011, 2011/2014. Ocupa também o cargo de Conselheiro da Caixa Crescer (Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Camilo Godoy - 735.066.481-87

Formado em Ciências Políticas e com pós graduação em Relações Internacionais, Camilo Godoy tem experiência profissional de mais de 15 anos no ramo de seguros. Iniciou sua carreira na Argentina, onde foi Diretor Comercial e Diretor Geral Adjunto da CNP Seguros de Vida (Argentina) por aproximadamente 6 anos. Posteriormente, iniciou seu trabalho como Diretor Comercial do Grupo Caixa Seguradora, onde atua desde 2002, e desde 2013 é o nosso CEO de Seguros da Companhia Previdência do Sul – PREVISUL. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Aristóteles Alves de Menezes Junior - 312.983.625-04

É formado em Economia, pós-graduado em Gestão Pública e pós-graduado em Gerência de Cidades. Funcionário da Caixa Econômica Federal onde exerceu vários cargos e atualmente é Diretor Executivo da DESEP - Diretoria Executiva de Seguros. Foi presidente e membro do conselho de administração da Desembathia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, também membro do conselho deliberativo do Sábrea Estadual e Sebrae Nacional, e vice-presidente da ABDE – Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Marcelo Maron Diaco - 937.830.787-68

Marcelo Maron é formado em administração de empresas pela PUC em 1991, cursou MBA Executivo com ênfase em seguros pelo IBMEC em 2001 e Mestrado na Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, em economia empresarial concluído em 2005. Trabalhou durante os anos de 1996 a 2000 na empresa Petrobrás Distribuidora S.A nos cargos de Coordenador do Setor de Programação Financeira e Contratos da Gerência de Comunicação e Marketing e Administrador da Assessoria de Coligadas da Diretoria Financeira. Durante os anos de 2000 a 2008 trabalhou conosco nos cargos de Superintendente de Administração e Gerente Executivo de Administração e Finanças. Atualmente é o Diretor Executivo da Par Participações S.A. e da FPC Participações Corporativas S.A. (mandato 2012/2015), Presidente do Conselho de Administração da Par Negócios Holding S.A, e membro do Comitê de Auditoria da Caixa Crescer (Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Moacir Carneiro da Costa - 396.598.445-49

Bancário há 25 anos, empregado da Caixa Econômica Federal onde exerceu várias funções gerenciais, incluindo a gerência da Tesouraria Regional quando atuou por 10 anos. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador, mestrando em Análise Regional na UNIFACS. Atualmente é Diretor de Cultura da FENAE (mandato 2014/2016), Conselheiro da Par Participações S.A. e da FPC Participações Corporativas S.A. (mandato 2012/2015). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Vilson Willemann - 253.060.309-04

Empregado da Caixa Econômica Federal desde agosto de 1979. É formado em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Administração e Economia – FAE e Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Foi eleito para o Conselho Deliberativo da APCEF/PR, em quatro gestões, ocupando a vice-presidência em uma delas – 2003/2006 - e presidente em outra – 2006/2009. Foi eleito diretor-presidente da APCEF/PR, para o período 2009/2012 e reeleito para o período 2012/2015. Na Caixa, entre outras funções, foi Gerente Executivo na Matriz, em Brasília, de junho de 1997 a outubro de 1998 e exerce, desde novembro de 1998, a função de gerente de filial do FGTS, em Curitiba/PR. Ocupa também o cargo de Conselheiro de Administração da Par Participações S.A. e da FPC Participações Corporativas S.A. (mandato 2014/2015). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Alvaro Lopes da Silva Neto - 410.018.267-87

Ingressou na GP Investments Ltd. em maio de 2012 como Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Em 2014, se tornou membro do conselho de administração da GP Investments, Ltd. e membro do nosso conselho de administração e do conselho de administração da BRZ Investments S.A.. Atuou como Diretor Financeiro da Genesis Investments, advisor da Bac Florida Bank, Senior Vice-Presidente da Prudential/Wachovia Securities, CEO da Mercure Investments, Vice Presidente Executivo do Banco Bozano, Simonsen, Presidente da Bozano, Simonsen CCVM e Bozano, Simonsen DTVM. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Thierry Marc Claude Claudon - 729.992.091-34

Graduação e Mestrado em Economia. Iniciou sua carreira no ramo de seguros em 1986 na Companhia de Seguros Compagnie Française de Défense et Protection, passou a CNP S/A Superintendente de Auditoria Externa (Paris) / Diretor Adjunto do Departamento Entidades Financeiras; Vice-Presidente Diretor Gal – CNP Assurances Cia de Seguros de Vida S/A Argentina – Buenos Aires e Diretor Previsor AFJP S/A (Fundo de Pensão Argentina – Buenos Aires. Atualmente é Diretor Presidente Caixa Seguradora S.A, Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração da Caixa Vida e Previdência S.A, Membro do Conselho de Administração da Caixa Consórcios S.A., Diretor Presidente da Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Capitalização S.A., Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguradora S.A., Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros Holding S.A. e Diretor da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Em 19 de outubro de 2010, o Colegiado da CVM, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador nº RJ2010/1737, absolveu por unanimidade o Sr. Thierry, de uma alegada infração ao art. 154 da Lei das S.A., relacionada às operações de aproveitamento de ágio decorrente da aquisição do controle da Caixa Seguradora S.A. O Colegiado da CVM, no âmbito do referido processo, aplicou a penalidade de advertência ao Sr. Thierry, na qualidade de Diretor Presidente da Caixa Seguradora S.A., por entender não ter sido justificado o critério de fixação do preço de emissão de ações previsto no art. 170, §7º da Lei das S.A, em aumentos de capital da Caixa Seguradora S.A, relacionado às operações acima destacadas. A decisão do Colegiado da CVM foi objeto de recurso de ofício, por parte do Sr. Thierry, os quais, na data deste Formulário de Referência, encontravam-se pendentes de julgamento pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

51 Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Clotário Cardoso - 455.197.656-34

Biólogo de formação, ingressou na Caixa na Agência Inconfidência, em Belo Horizonte, em 1989. Trabalhou na DIBAC, na GILOC e atualmente está lotado na Agência Tupinambás. Foi diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação/MG, diretor Cultural do Sindicato dos Bancários de BH e Região de 2005 a 2008, e presidente do mesmo sindicato nas gestões de 2008 a 2011 e de 2011 a 2014. Atualmente ocupa o cargo de Vice Presidente da FENAE (mandato 2014/2016). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jerôme Marie Denis Philippe Garnier - 226.795.338-28

Mestrado na Ecole de Hautes Etudes Commerciales du Nord, Lille, França. Iniciou sua carreira na CREUSOT-LOIRE-INDUSTRIE (Grupo Unisor Saciilor), Le Creusot em 1990. Em 2000 tornou-se Gerente Financeiro Regional da América do Sul da AGF Allianz South America, ingressando na Caixa Seguradora no ano de 2002 na função de Gerente de Administração e Finanças. Foi Diretor Geral da CNP Assurances Cia. de Seguros S.A. e Membro Efetivo do Conselho de Administração da Caixa Vida & Previdência. Atualmente exerce as funções de Diretor Financeiro e Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguradora S.A., Presidente do Conselho Consultivo Financeiro e do Conselho de Administração da Caixa Capitalização S.A., Membro Efetivo do Conselho de Administração da Caixa Consórcios S.A., Presidente del Directorio CNP Assurances Cia. De Seguros S.A., Diretor Presidente da Caixa Seguradora Especializada Em Saúde S.A., Diretor Financeiro da Caixa Seguros Holding S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguradora Especializada Em Saúde S.A. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Paulo Fernando Lima - 021.799.338-94

Formado em Administração de Empresas com especialização em Estado e Sociedade Civil e MBA em Gestão Empresarial. Ingressou na Caixa Econômica Federal ("CEF") em 1982, ocupando cargos de Gerente Geral e Gerente Nacional. Desde 2013 exerce a função de Superintendente Nacional de Operações na CEF. Atualmente, Paulo é membro suplente do Conselho de Administração da FCP Par Corretora e da Serra Azul Water Park. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Sérgio Hiroshi Takemoto - 010.781.018-25

Gerente de Relacionamento na Agência Imitrim e coordenador de Serviços de Filial do Fundo de Garantia de São Paulo (GIFUG/SP). Formado em Administração de Empresas, foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1991, membro do GT Estatuto da Funccef, diretor administrativo-financeiro e depois diretor-presidente da Apcef/SP nas gestões 2008-2011 e 2011-2014. Diretor Executivo da FENAE - 2014/2016. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Gabriela Ortiz de Rosas - 730.595.601-53

Gabriela Ortiz iniciou a carreira em 1996 na área de Marketing na filial argentina da CNP Assurances. Em 2001 assumiu o cargo de Diretora de Marketing e Comunicação do Grupo Caixa Seguros. Em 2006 foi nomeada Diretora de P&C do Grupo Caixa Seguros. Em 2009, voltou para a Argentina como CEO dessa filial. Em 2013 voltou para o Grupo Caixa Seguros como Diretor de Estratégia, Marketing e Comunicação e recentemente assumiu a Diretoria de Seguros incluindo todos os ramos. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Gustavo Pecorari - 303.459.698-71

Ingressou na GP Investments Ltd. em março de 2014 como Gerente de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores. Atuou como Associado no banco de investimentos da Goldman Sachs em Nova Iorque e São Paulo de 2011 a 2014, Analista no banco de investimentos do Citigroup de 2007 a 2009, e Gerente de Produto na área de Trade Finance do Citibank de 2005 a 2007. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas com MBA pela Columbia University de Nova Iorque. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Lisane Bufquín - 146.100.431-49

A Sra. Lisane é formada em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília e no Instituto Control Data de Paris. Trabalhou em multinacionais de TI na França de 1988 a 1993, gerenciando contratos junto a bancos e seguradoras francesas, até voltar ao Brasil representando o grupo francês Prologue, para em seguida fundar sua própria empresa na área de TI, a IOS-Informatica, Organizações e Sistemas, vendida em 2010 para um grupo brasileiro. Desde então integrou a Corte de Justiça Arbitral de Brasília como Juíza Arbitral, atuou como Head-Hunter na Abrahams Executive Search além de ser Personal&Professional Coach formada pela Sociedade Brasileira de Coaching, tendo concluído o curso de Coach Professionnel em Genebra, Suíça. Atualmente, ocupa o cargo de membro independente do nosso Conselho de Administração. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM e dos programas de educação continuada GV Pec da FGV. O Sr. Carlos é graduado em administração de empresas pela Faculdade de Administração de São Paulo da Universidade de São Paulo, possui Master in Business Administration pela Penn State University – Pennsylvania, nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development - IMD, em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos foi Diretor Presidente da Tecnisa S.A., companhia aberta que atua no setor de construção civil, de janeiro de 2008 a dezembro de 2009 e, atualmente, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração nessa companhia. No período de agosto de 2000 a dezembro de 2007, ele foi presidente da HSM do Brasil Ltda. (empresa no ramo de consultoria empresarial, editora e educação de executivos). Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. (empresa do ramo alimentício) desde 2007 e da Abril Educação S.A. (empresa do ramo da educação) desde 2013. O Sr. Carlos foi membro do Conselho de Administração da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. (companhia de capital aberto) e da Lince Participações e Empreendimentos Ltda., bem como foi membro do Conselho Consultivo do Grupo Almeida Junior (empresa do ramo de empreendimentos e realizações de shopping centers) e da FutureKids do Brasil Serviços e Comércio Ltda. (empresa do ramo de educação – escola de línguas). Além disso, o Sr. Carlos foi Presidente da Polaroid do Brasil Ltda. (empresa do ramo de cartuchos e suprimentos para impressão) por 7 anos, entre 1994 e 2000, da Círculo Comércio Exterior Ltda. (empresa do ramo da agricultura e pecuária) por 6 anos e Vice-presidente da Voko Sistemas e Móveis Ltda. (empresa do ramo de móveis para escritório) por 4 anos, entre 1991 e 1994. Atualmente, o Sr. Carlos ocupa também o cargo de membro independente do nosso Conselho de Administração. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa outros cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Alexandre Siqueira Monteiro - 886.019.867-49

O Sr. Alexandre atua há mais de 20 anos no mercado de seguros, sempre pela nossa Companhia. Trabalhou no desenvolvimento de novos modelos de negócio e plataformas de relacionamento da nossa Companhia, com foco no segmento comunidades. Alexandre é formado em gestão de seguros pela Universidade Estácio de Sá-RJ e possui MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome CPF	Tipo comitê Descrição outros comitês	Cargo ocupado Descrição outros cargos ocupados	Profissão		Data eleição		Prazo mandato
			Idade	Condenações	Data posse		
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Alvaro Lopes da Silva Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas		15/07/2013		Indeterminado
410.018.267-87	Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo		56		15/07/2013		
Membro do Conselho de Administração.							
Jerôme Marie Denis Philippe Garnier	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas		15/07/2013		Indeterminado
226.795.338-28	Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo		49		15/07/2013		
Membro suplente do Conselho de Administração.							
Pedro Eugênio Beneduzzi Leite	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Bancário		15/07/2013		Indeterminado
318.487.459-15	Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo		56		15/07/2013		
Membro suplente do Conselho de Administração.							

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre nossos administradores, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Exercício Social 31/12/2014**Administrador do Emissor**

Alexandre Siqueira Monteiro

886.019.867-49 Prestação de serviço Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração.

Pessoa Relacionada

Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.

12.656.482/0001-11

Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

João Francisco da Silveira Neto

050.399.958-06 Prestação de serviço Controlada Direta

Diretor Executivo

Pessoa Relacionada

Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.

12.656.482/0001-11

Diretor sem Designação Específica

Observação**Administrador do Emissor**

Jair Pedro Ferreira

361.920.829-87 Prestação de serviço Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE

34.267.237/0001-55

Diretor

Observação

O Sr. Jair também era Diretor Presidente da Par Participações S.A., nossa controladora direta.

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Maron Diaco Membro do Conselho de Administração	937.830.787-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Par Participações S.A. Diretor Executivo	17.429.901/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alvaro Lopes da Silva Neto Membro do Conselho de Administração	410.018.267-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GP Investments Ltd. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração	07.857.850/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Moacir Carneiro da Costa Membro suplente do Conselho de Administração	396.598.445-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Par Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	17.429.901/0001-04		
Observação			
O Sr. Moacir também ocupava o cargo de Diretor de Cultura da FENAE, nossa controladora direta.			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2013			
Administrador do Emissor			
Alexandre Siqueira Monteiro	886.019.867-49	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	12.656.482/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Francisco da Silveira Neto	050.399.958-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	12.656.482/0001-11		
Diretor sem Designação Específica.			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jair Pedro Ferreira	361.920.829-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal	34.267.237/0001-55		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
O Sr. Jair também era Diretor Presidente da Par Participações S.A., nossa controladora direta.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Maron Diaco	937.830.787-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Participações S.A.	17.429.901/0001-04		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Executivo e Membro do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alvaro Lopes da Silva Neto	410.018.267-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investments Ltd.	07.857.850/0001-50		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Moacir Carneiro da Costa	396.598.445-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Participações S.A.	17.429.901/0001-04		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
O Sr. Moacir também ocupava o cargo de Diretor de Cultura da FENAE, nossa controladora direta.			
Exercício Social 31/12/2012			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alexandre Siqueira Monteiro	886.019.867-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A.	12.656.482/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Francisco da Silveira Neto Diretor Executivo	050.399.958-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A. Diretor Sem Designação Especifica	12.656.482/0001-11		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jair Pedro Ferreira Presidente do Conselho de Administração	361.920.829-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal Diretor Presidente	34.267.237/0001-55		
<u>Observação</u>			
O Sr. Jair também era Diretor Presidente da Par Participações S.A., nossa controladora direta.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Maron Diaco Membro do Conselho de Administração	937.830.787-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Par Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	17.429.901/0001-04		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alvaro Lopes da Silva Neto Membro do Conselho de Administração	410.018.267-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GP Investments Ltd. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração	07.857.850/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Moacir Carneiro da Costa Membro suplente do Conselho de Administração	396.598.445-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Par Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	17.429.901/0001-04		
Observação			
O Sr. Moacir também ocupava o cargo de Diretor de Cultura da FENAE, nossa controladora direta			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Possuímos seguro de responsabilidade civil de administradores (“D&O”), contratado junto a Ace Seguradora S.A., pelo período de 20 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2015, para a cobertura de perdas, despesas e danos eventualmente causados a terceiros em razão da prática de atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, limitados ao valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), e que sejam verificados em razão de decisão final irrecorrível em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, bem como acordo em processos judiciais ou extrajudiciais. O valor do prêmio para emissão da referida apólice foi de R\$21.227,52 (vinte e um mil duzentos e vinte e sete reais e noventa e cinquenta e dois centavos).

Nos termos da apólice em vigor, o seguro D&O é extensivo aos administradores das sociedades controladas por nós.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Outras informações relevantes

(a) Informações Complementares ao Item 12.3 deste Formulário de Referência

Em complementação às informações constantes do item 12.3 deste Formulário de Referência, informamos que as convocações para as assembleias gerais que apreciaram nossas demonstrações financeiras e a publicação dos anúncios aos acionistas comunicando a disponibilidade das mesmas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 foram dispensadas em razão da presença, nas referidas assembleias, de acionistas representando a totalidade de nosso capital social, em conformidade com o artigo 124, parágrafo 4º e o artigo 133, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

(b) Código de Conduta Ética

Para atingirmos a excelência operacional e a uniformização de princípios éticos e valores entre nossos colaboradores, elaboramos e instituímos nosso Código de Conduta Ética (“Código de Conduta”), aprovado em reunião de nosso Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2015. Entendemos que, para manter nossa integridade, o sucesso e a sustentabilidade do nosso negócio, é essencial o estabelecimento de regras referentes à conduta, convivência, relacionamento com a imprensa, sigilo profissional, dentre outras.

O Código de Conduta orienta nossos colaboradores quanto às regras sobre oportunidades internas, contratações, política de divulgação de ato ou fato relevante e de negociação de ações, conflito de interesses, relacionamento com parceiros comerciais, concorrentes e empresas do grupo, venda de produtos, propriedade intelectual, patrimônio da Companhia, uso dos sistemas eletrônicos de informação, participação política, sindicato, assédio e abuso de poder, relacionamento afetivo entre colaboradores, comércio entre colaboradores, parentesco, preconceito, uso de álcool, drogas e porte de armas, brindes e presentes, interação com clientes, fornecedores, comunidades e governo, mídia, publicidade, imprensa, segurança da informação, uso da marca e zelo pela imagem, apresentações, saúde, segurança e meio ambiente e gestão de registros.

Neste sentido, nosso Código de Conduta tem papel relevante na manutenção de nossa imagem e de nossos colaboradores junto ao mercado, razão pela qual exigimos a estrita observância de todas as normas nele instituídas e qualquer infração deve ser reportada ao por qualquer colaborador ao seu superior imediato ou aos nossos Diretores. Em caso de descumprimento de suas disposições, nossos colaboradores estão sujeitos a aplicação de medidas disciplinares. Medidas disciplinares também poderão ser estendidas inclusive à chefia imediata e/ou aos demais níveis hierárquicos, caso seja comprovada violação com participação, negligência ou displicência, conforme analisado pela Diretoria.

Para garantir a observância de nossas normas de conduta ética, o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta serão medidos por meio de auditoria. Para isso, entrevistas com colaboradores, análise de procedimentos de registros e relatos, de seminários, e outras formas de averiguação serão utilizadas, visando tornar o Código de Conduta parte integrante do dia a dia de nossas unidades.

(c) Práticas de Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas.

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme descritas abaixo:

- (i) Nosso Estatuto Social prevê um Comitê de Partes Relacionadas e possuímos uma política de transações com partes relacionadas aprovada em 8 de abril de 2015 por nosso Conselho de Administração (para mais informações vide itens 16.1 e 16.3 deste Formulário de Referência);

12.12 - Outras informações relevantes

- (ii) Nosso capital social é dividido apenas em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (iii) Nossa Assembleia Geral possui competência para deliberar sobre (i) aumentos ou redução de nosso capital social (exceto quanto a aumentos dentro do limite do capital autorizado) e sobre a reforma de nosso Estatuto Social; (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, de membros de nosso Conselho de Administração e conselho fiscal (se instalado); (iii) a aprovação das contas apresentadas por nossos administradores e a aprovação de nossas demonstrações financeiras; (iv) transformação, cisão, dissolução ou liquidação envolvendo nossa Companhia; (v) a aprovação da remuneração global de nossos administradores; e (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações;
- (iv) A pauta de nossas assembleias gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, e não incluem o item “outros assuntos”, bem como são acompanhadas, sempre que exigido por normas da CVM, de proposta da administração com informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso *website* e encaminhadas à CVM e à BM&FBOVESPA (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);
- (v) Nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- (vi) Nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos diretivos e consultivos e da Assembleia Geral;
- (vii) Registramos, sempre que requerido por nossos acionistas, a ocorrência de votos dissidentes;
- (viii) Enviamos à CVM e à BM&FBOVESPA (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) todas as atas de nossas assembleias gerais na íntegra;
- (ix) Na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;
- (x) Contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demais demonstrativos financeiros;
- (xi) Os membros de nosso Conselho de Administração, que é composto por, no mínimo 8, e no máximo, 13 membros, possuem mandato unificado de dois anos (a partir da obtenção do registro de companhia aberta junto à CVM), permitida a reeleição;
- (xii) Nosso diretor executivo não poderá ocupar o cargo de presidente de nosso Conselho de Administração;
- (xiii) Possuímos uma política de divulgação de atos ou fatos relevantes, que elege nosso Diretor de Relações com Investidores como nosso principal porta-voz;
- (xiv) Adotamos uma política de negociação com ações de nossa emissão, aprovada por nosso Conselho de Administração, e possuímos controles que viabilizam seu cumprimento;
- (xv) Possuímos um código de conduta, que deve ser observado por todos os nossos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração e fiscal (quando instalado);
- (xvi) Nosso Estatuto Social possui provisões para a instalação de conselho fiscal;
- (xvii) Nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma (a) de convocação de nossas assembleias gerais; e (ii) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos conselheiros e diretores;

12.12 - Outras informações relevantes

- (xviii) Divulgamos, no início de cada exercício social, um calendário informando todos os eventos corporativos previstos para aquele exercício;
- (xix) Exigimos que todos os membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria informem ao nosso Diretor de Relações com Investidores, à BMF&Bovespa (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) e à CVM, periodicamente, a quantidade de ações de nossa emissão das quais são titularidades e as negociações que, eventualmente, tenham sido realizadas com tais ações;
- (xx) Realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;
- (xxi) Os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e
- (xxii) Nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal (se instalado) por meio de arbitragem.

Adicionalmente, nosso Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 8 de abril de 2015 a criação de um Comitê de Gente, cuja principal atribuição será assessorar o nosso Conselho de Administração para tomada de decisões relacionadas a destituição, não-recondução, substituição e/ou eleição (exceto em caso de recondução) do nosso Diretor Presidente e/ou Diretor Executivo. O Comitê de Gente será regido por um Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho de Administração em até 2 (dois) anos contados do eventual registro da oferta pública inicial de ações da Companhia pela CVM, observadas as seguintes diretrizes aprovadas na referida reunião do Conselho de Administração:

- i) **Natureza:** órgão colegiado e de natureza consultiva ao Conselho de Administração, com funcionamento permanente após a sua instalação;
- ii) **Composição:** será composto por 3 (três) membros, com mandato por período indeterminado, dos quais pelo menos 1 (um) dos integrantes será preferencialmente o membro do Conselho de Administração eleito pelos acionistas não-controladores, ou na sua falta, um dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia (conforme definição conferida pelo regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA);
- iii) **Quórum:** as recomendações e pareceres do Comitê de Gente serão aprovados por unanimidade dos seus membros, devendo registrar na íntegra, eventuais dissidências e/ou divergências apontadas por qualquer de seus membros. Eventuais divergências colocadas por apenas 1 (um) dos membros, além de registradas, deverão basear-se em fatos relevantes, que efetivamente justifiquem a negativa ou veto, e necessitarão do aceite pelos outros dois membros em conjunto;
- iv) **Destituição ou Não-Recondução:** o Comitê deverá se reunir com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência à Reunião do Conselho de Administração que tiver por ordem do dia a destituição ou não-recondução do Diretor Presidente e/ou do Diretor Executivo da Companhia, de modo a apreciar os fatos e razões envolvidos e enviar suas recomendações ao Conselho de Administração;
- v) **Substituição ou Eleição:** o Comitê deverá se reunir com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à Reunião do Conselho de Administração que tiver por ordem do dia a substituição ou eleição (exceto em caso de recondução) do Diretor Presidente e/ou do Diretor Executivo da Companhia. Uma vez comunicado a respeito da substituição ou eleição, a Companhia deverá contratar uma empresa de consultoria de recrutamento (*head hunter*) de primeira linha, a qual deverá oferecer uma lista de 3 (três) potenciais candidatos para ocupar a vaga em aberto. A seleção dos principais candidatos será feita tendo como base o próprio mercado, bem como possíveis indicações, notoriamente qualificadas, feitas pelos próprios acionistas, sejam estes do bloco de controle ou não. Uma vez concluído o processo de seleção conduzido pela referida empresa, o Comitê deverá encaminhar 2 candidatos selecionados, com os respectivos pareceres sobre cada um, que serão submetidos à aprovação pelo Conselho de Administração, observados os procedimentos e regras a serem estabelecidos no Regimento Interno do Comitê de Gente.

12.12 - Outras informações relevantes

Nosso Conselho de Administração também definiu que a instalação do Comitê de Gente e a eleição dos seus membros deverá ser deliberada na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após o decurso do prazo de 2 (dois) anos contados do eventual registro da oferta pública inicial de ações de nossa emissão pela CVM.

(d) Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	12/02/2015
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	20/01/2015
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	12/01/2015
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	19/12/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	10/12/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	03/10/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	03/10/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de

12.12 - Outras informações relevantes

	acionistas representando 100% de nosso capital social.
--	--

Data	15/08/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	20/05/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	28/04/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	28/02/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	31/01/2014
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	30/10/2013
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	28/10/2013
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	02/05/2013
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

12.12 - Outras informações relevantes

	social.
--	---------

Data	25/04/2013
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	13/09/2012
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	12/09/2012
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	30/06/2012
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	25/05/2012
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	26/04/2012
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

Data	12/05/2011
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quorum de instalação	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 100% de nosso capital social.

(e) Divulgação de cargos dos membros de nosso Conselho de Administração

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros de nosso Conselho de Administração em outras entidades vide item 12.6/8 deste Formulário de Referência.

(f) Eleição de Representante dos Acionistas Minoritários no Conselho de Administração da

12.12 - Outras informações relevantes

Companhia

Visando reforçar a governança corporativa da nossa Companhia, nosso Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 19 de março de 2015, a convocação de uma assembleia geral de acionistas que deverá ocorrer em até 4 (quatro) meses contados da efetiva realização da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, para que os acionistas minoritários possam eleger um representante no nosso Conselho de Administração, em votação na qual os acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia não participarão, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º do Art. 141 da Lei das Sociedades por Ações. A referida convocação foi também endossada pelos acionistas integrantes do nosso bloco de controle em reunião prévia realizada em 16 de março de 2015, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado em nossa sede.

Nos termos do Art. 141, § 6º da Lei das Sociedades por Ações somente terão direito de participar da votação os acionistas que comprovarem, em conjunto, a titularidade ininterrupta de ações ordinárias de nossa emissão durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 – Descrições da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A nossa prática de remuneração tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos nossos administradores com os interesses dos nossos acionistas. Para tal, a remuneração dos nossos administradores é fixada utilizando como parâmetros as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso. O objetivo da nossa política de remuneração é recompensar a competência e a responsabilidade dos nossos executivos, adotando uma política que estimula o alcance de resultados coletivos e individuais e manter a nossa competitividade externa.

b. composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso conselho de administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso conselho de administração pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do conselho de administração e a complexidade das matérias submetidas a sua análise.
Remuneração Variável	Os membros do nosso conselho de administração não fazem jus a qualquer remuneração.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso conselho de administração não fazem jus a qualquer remuneração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso conselho de administração não fazem jus a qualquer remuneração.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do nosso conselho de administração não fazem jus a qualquer remuneração.

Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida por nosso Conselho de Administração, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. O salário base leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o envolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais contratadas junto a consultorias especializadas).

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração Variável	<p>Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a participação nos lucros vinculada ao atingimento de metas pré-estabelecidas e acordadas com o Conselho de Administração. Com isto, busca-se aumentar o envolvimento dos colaboradores com o nosso resultado, aprimorando o desempenho coletivo e reforçando o trabalho em equipe.</p> <p>O valor da participação é definido por meio de indicadores de desempenho, aprovados por nosso Conselho de Administração, com a finalidade de valorizar o mérito e resultados alcançados de cada um em seu trabalho e a maior participação dos colaboradores na produtividade da nossa Companhia.</p> <p>Os referidos diretores não fazem jus a participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.</p>
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da nossa Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	<p>Determinados membros da nossa Diretoria Estatutária participam também de um plano de incentivo de longo prazo, por meio do qual fazem jus a uma remuneração variável calculada com base no valor de mercado das ações de nossa emissão, liquidada exclusivamente em dinheiro e suportada pela nossa Companhia. Desta forma, não há transações com ações de nossa emissão e, portanto, não há diluição de nossos acionistas (“<u>PILP da Companhia</u>”). Para mais informações sobre o PILP da Companhia vide item 13.4.</p> <p>O objetivo desta remuneração é alinhar a atuação destes diretores aos interesses de longo prazo de nossos acionistas, bem como atrair e manter os nossos administradores.</p>

Diretoria Não Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	<p>Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida por nosso Conselho de Administração, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função.</p> <p>O salário base leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais contratadas junto a consultorias especializadas).</p>
Remuneração Variável	<p>Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária fazem jus a participação nos lucros vinculada ao atingimento de metas pré-estabelecidas e acordadas com o Conselho de Administração. Com isto, busca-se aumentar o envolvimento dos colaboradores com o nosso resultado, aprimorando o desempenho coletivo e reforçando o trabalho em equipe.</p> <p>O valor da participação nos lucros é definido por meio de indicadores de desempenho, aprovados por nosso Conselho de Administração, com a finalidade de valorizar o mérito e resultados alcançados de cada um em seu trabalho e a maior participação dos colaboradores na produtividade da nossa Companhia.</p> <p>Os referidos diretores não fazem jus a participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.</p>
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a remuneração baseada em ações.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos apenas um Comitê Estatutário: Comitê de Partes Relacionadas, o qual não havia sido instalado. Os membros do Comitê de Partes Relacionadas, quando instalado, não farão jus a qualquer tipo de remuneração.

Comitês Não Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos apenas dois Comitês Não Estatutário: (i) o Comitê de Gestão do Plano de Incentivo de Longo Prazo; e (ii) o Comitê de Gente, o qual não havia sido instalado até a data deste Formulário de Referência. Os membros destes Comitês não fazem ou farão jus a qualquer tipo de remuneração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2014 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Conselho Fiscal ⁽²⁾	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês ^{(1) (3)}
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	n.a	n.a	27%	63%	n.a
Benefícios Diretos ou Indiretos	n.a	n.a	-	-	n.a
Participação em Comitês	n.a	n.a	-	-	n.a
Outros	n.a	n.a	-	-	n.a
Remuneração Variável					
Bônus	n.a	n.a	34%	37%	n.a
Participação nos Resultados	n.a	n.a	-	-	n.a
Participações em Reuniões	n.a	n.a	-	-	n.a
Comissões	n.a	n.a	-	-	n.a
Outros	n.a	n.a	-	-	n.a
Benefícios Pós-Emprego	n.a	n.a	-	-	n.a
Cessação do Exercício do Cargo	n.a	n.a	-	-	n.a
Remuneração Baseada em Ações	n.a	n.a	39%	-	n.a
TOTAL	n.a	n.a	100,0%	100,00%	n.a

(1) Os membros do nosso Conselho de Administração e do Comitê de Gestão do Plano não fizeram jus a qualquer tipo de remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

(2) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

(3) No exercício social de 2014 não possuíamos comitês estatutários ou outros comitês não estatutários além do Comitê de Gestão do Plano.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração fixa de nossos executivos segue a mesma regra estabelecida no nosso acordo coletivo de trabalho, bem como regras de movimentação internas que valorizam o desempenho individual. Pesquisas salariais são realizadas anualmente com o intuito de subsidiar tomada de decisões que buscam manter a competitividade externa.

Não há metodologia de reajuste específico para a remuneração variável de nossa Diretoria.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Nossa política de remuneração aplicada às nossas Diretorias Estatutária e Não Estatutária, visa à remuneração dos profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado de companhias com porte similar ao nosso e nosso nível de competitividade. Dessa forma, a remuneração fixa recebida mensalmente por tais diretores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associadas aos cargos ocupados, enquanto a remuneração variável está vinculada ao cumprimento de metas estabelecidas para cada período anual. A remuneração baseada em ações, por sua vez, está vinculada ao valor de mercado de nossas ações, refletindo, indiretamente, nosso desempenho. Acreditamos que a combinação entre os componentes fixos e variáveis da remuneração por nós praticada, atende aos desafios existentes no curto, médio e longo prazo, sem comprometer a sustentabilidade do negócio.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, é estruturada de modo a remunerar o esforço periódico para atuação nas reuniões do conselho de administração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Remuneração Fixa: A parcela fixa da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

Bônus: Para determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho dos diretores e suas metas. Neste caso a remuneração variável esta diretamente ligada aos indicadores de desempenho e metas definidas para cada período. Com relação à remuneração variável assegurada aos diretores estatutários e não estatutários, os nossos principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) EBITDA, (ii) receita bruta e (iii) projetos estratégicos.

A avaliação do cumprimento de metas é feita inicialmente por meio da análise do cumprimento das metas financeiras de nossa Companhia, de forma global, sendo posteriormente realizada a análise do cumprimento às metas estabelecidas a cada profissional de forma individual.

Remuneração baseada em ações: A remuneração baseada em ações compensa nossos administradores conforme o desempenho e evolução do valor de mercado das ações de nossa emissão após a realização de nossa oferta pública inicial de ações, que por sua vez, reflete indiretamente nosso desempenho financeiro e operacional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração dos nossos diretores é composta de uma parcela variável relevante, estruturada para refletir a evolução de nossos indicadores de desempenho e representar a participação em nossos resultados. O bônus está diretamente ligado ao desempenho individual de cada diretor, da sua área e nas metas globais de nossa Companhia, sendo as referidas metas balizadas pela evolução dos seguintes indicadores da nossa Companhia: EBITDA, receita bruta e projetos estratégicos. O acompanhamento das metas anuais é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício. O alcance das metas coletivas define diretamente o bônus total a ser pago em virtude do alcance das metas individuais. A avaliação de desempenho é realizada anualmente.

A remuneração baseada em ações está diretamente atrelada ao valor de mercado de nossas ações, assim considerado a média do preço de negociação das ações ordinárias de nossa emissão nos últimos 30 pregões anteriores ao pagamento do incentivo, que por sua vez tende a refletir o nosso desempenho.

A remuneração do nosso Conselho de Administração não é estruturada para refletir a evolução dos nossos indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A remuneração fixa paga mensalmente aos membros do nosso conselho de administração, diretores estatutários e não estatutários se alinha a nossos interesses de curto prazo, que objetiva atrair, motivar e reter profissionais qualificados.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração variável, consubstanciada pelo bônus anual das Diretorias Estatutária e Não Estatutária, se baseia no nosso desempenho e evolução, de acordo com o planejamento estratégico estabelecido, no sentido de incentivar nossa administração a conduzir com êxito nossos negócios, tanto no curto, como no médio prazo, de modo alinhado com o retorno aos acionistas.

A remuneração baseada em ações, consubstanciada no PILP da Companhia, alinha a remuneração de determinados Diretores Estatutários ao valor de mercado de nossas ações, que, por sua vez, tende a refletir a percepção dos investidores sobre nosso desempenho presente e futuro, incentivando-os à gestão sustentável do nosso negócio no médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável. Não há remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a nossa Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,42	3,00	0,00	13,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	525.000,00	2.269.966,94	0,00	2.794.966,94
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	118.125,00	510.742,56	0,00	628.867,56
Descrição de outras remunerações fixas	Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.	Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.095.354,10	0,00	2.095.354,10
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	3.030.711,71	0,00	3.030.711,71
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	
Total da remuneração	643.125,00	7.906.775,31	0,00	8.549.900,31

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,75	3,00	0,00	11,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.048.769,08	0,00	2.048.769,08
Benefícios direto e indireto	0,00	460.973,04	0,00	460.973,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.649.894,00	0,00	2.649.894,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	3.030.711,71	0,00	3.030.711,71
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	
Total da remuneração	0,00	8.190.347,83	0,00	8.190.347,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,00	1,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.901.915,48	0,00	1.901.915,48
Benefícios direto e indireto	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	427.930,98	0,00	427.930,98
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.058.495,37	0,00	2.058.495,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	463.161,46	0,00	463.161,46

Descrição de outras remunerações variáveis		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	1.280.105,29	0,00	1.280.105,29
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015. Todos os membros do nosso Conselho de Administração renunciaram às respectivas remunerações.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	
Total da remuneração	0,00	6.251.608,58	0,00	6.251.608,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	2,33	3,00	5,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	915.301,36	51.730,00	967.031,36
Benefícios direto e indireto	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	205.942,81	11.639,25	217.582,06
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.	Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	669.730,91	0,00	669.730,91
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	150.689,46	0,00	150.689,46
Descrição de outras remunerações variáveis		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A Companhia não possuía Conselho de Administração neste exercício.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.	
Total da remuneração	0,00	1.981.664,54	63.369,25	2.045.033,79

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros⁽¹⁾	10,42	3,00	0,00	13,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.304.889,51	0,00	2.304.889,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.095.354,10	0,00	2.095.354,10

Notas:

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/N.º 02/2015.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros⁽¹⁾	8,75	3,00	0,00	11,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.846.005,36	0,00	2.846.005,36
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.649.258,50	0,00	2.649.258,50
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.649.894,00	0,00	2.649.894,00

Notas:

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/N.º 02/2015.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros ⁽¹⁾	6,00	3,00	1,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.058.495,37	0,00	2.058.495,37
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.058.495,37	0,00	2.058.495,37
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.058.495,37	0,00	2.058.495,37
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/N.º 02/2015.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros ⁽¹⁾	0,00	2,33	3,00	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.009.192,73	0,00	2.009.192,73
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.009.192,73	0,00	2.009.192,73
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	669.730,91	0,00	669.730,91
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/N.º 02/2015.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em 03 de outubro de 2014, nosso acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo ao qual determinados membros de nossa Diretoria Estatutária são elegíveis, cujas principais características estão descritas a seguir:

Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (“PILP da Companhia”)

Trata-se de um incentivo de longo prazo, baseado no desempenho esperado para a nossa Companhia no futuro. Este plano tem como objetivo principal incentivar o comprometimento dos nossos executivos com os nossos resultados de longo prazo e, ao mesmo tempo, servir como ferramenta de retenção dos nossos executivos. Trata-se de uma remuneração variável calculada com base no preço das ações de nossa emissão, liquidada exclusivamente em dinheiro e suportada pela nossa Companhia. Desta forma, não há transações com ações de nossa emissão e, portanto, não há diluição de nossos acionistas. Caso os termos do PILP da Companhia tenham sido cumpridos, nossa Companhia pagará ao executivo um valor líquido, a título de premiação, referenciado no valor de mercado das ações de nossa emissão, sendo este calculado pela cotação média das ações ordinárias de nossa emissão dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores ao pagamento.

b. Principais objetivos do plano

Os principais objetivos do PILP da Companhia são: incentivar o comprometimento dos nossos executivos com os nossos resultados de longo prazo e, ao mesmo tempo, servir como ferramenta de retenção dos nossos executivos.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O PILP da Companhia acima mencionado alinha os interesses dos acionistas e dos Diretores Estatutários na medida em que o valor a ser recebido por nossos executivos está diretamente relacionado ao valor de mercado de nossas ações, que por sua vez, tende a refletir nossos resultados e as expectativas dos investidores com relação ao nosso desempenho futuro.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O PILP da Companhia acima mencionado complementa a remuneração total de determinados executivos e é responsável pelo alinhamento de longo prazo de nossos executivos, contribuindo para a sustentabilidade do nosso negócio e a retenção de profissionais qualificados.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O desenho do PILP da Companhia acima mencionados incorpora o fator de desempenho da Companhia, pela variação de suas ações ao longo do período de 36 (trinta e seis) meses após a data de início da negociação de nossas ações no mercado de bolsa de valores (“IPO”). Desta forma, PILP da Companhia alinha os interesses dos administradores e os interesses da Companhia no médio e longo prazos.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, uma vez que não há outorga de opções de compra de ações no âmbito do PILP da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. Não há outorga de opções de compra de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações acima mencionados. Não obstante, o incentivo previsto no PILP está limitado ao valor correspondente ao valor de mercado de ações representativas a, no máximo, 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) do nosso capital social.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

h. Condições de aquisição de ações

Não aplicável. A remuneração baseada em ações acima mencionada não outorga aos executivos opções para adquirir ações da Companhia. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos no âmbito PILP da Companhia é pago em espécie.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. Como PILP da Companhia não contempla a outorga de opções de compra de ações, não há que se falar em fixação do preço de aquisição ou exercício de opção.

No PILP da Companhia, o valor devido aos executivos é calculado com base na flutuação dos preços de determinado número de ações ordinárias de nossa emissão, considerando a cotação média dos últimos 30 pregões anteriores a data de cada pagamento, descontado de um preço inicial pré-fixado atribuído a cada ação, atualizado pela inflação.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. Conforme já mencionado, a remuneração baseada em ações acima mencionada não contempla a outorga de opção de compra de ações, conseqüentemente não há prazo para exercício. No entanto, o PILP da Companhia prevê que, após transcorridos os gatilhos de pagamento, que totalizam 36 (trinta e seis) meses, contados do IPO, a Companhia deve realizar o pagamento do incentivo no prazo mínimo de 10 (dez) dias. Os programas estabelecem que os seguintes gatilhos de pagamento:

	Gatilhos de Pagamento	Lote:
1º Lote	No momento do IPO	25%
2º Lote	12 meses após o IPO	25%
3º Lote	24 meses após o IPO	25%
4º Lote	36 meses após o IPO	25%
Total		100%

k. Forma de liquidação

A remuneração baseada em ações acima mencionada contempla o pagamento de premiação exclusivamente em dinheiro.

l. Restrições à transferência das ações

Não aplicável PILP da Companhia, uma vez que os executivos não recebem ações no âmbito do PILP da Companhia.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Há extinção dos Planos em caso de rescisão do vínculo dos executivos por justa causa ou pagamento e quitação de todos os direitos e obrigações contemplados pelo PILP da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Como se trata de mecanismo de retenção, em caso de (i) desligamento do executivo por iniciativa da Companhia, sem justa causa; ou (ii) desligamento do executivo por iniciativa do executivo, por justa causa atribuível a Companhia; ou (iii) aposentadoria do executivo; ou (iv) invalidez permanente do executivo; os pagamentos de todas as parcelas que ainda não tenham atingido o gatilho de pagamento estabelecidos nos programas serão antecipados e a Companhia deverá realizar o respectivo pagamento do incentivo no prazo de 10 (dez) dias contados da data de desligamento, aposentadoria ou do evento que der causa a invalidez permanente, conforme o caso.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em caso de desligamento do executivo (i) por iniciativa da Companhia, por justa causa atribuível ao executivo; ou (ii) por iniciativa do executivo; o executivo perderá o direito de receber os valores que ainda não tenham atingido os respectivos gatilhos de pagamento, conforme estabelecido nos Programas.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, na data de encerramento do último exercício social não detinham, direta ou indiretamente, ações de nossa emissão.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que o PILP da Companhia não contempla a outorga de opções de compra de ações, pois se baseia nas cotações das ações de nossa emissão para definir o valor em espécie a ser pago a título de incentivo a determinados diretores estatutários. Para maiores informações, vide itens 13.4 deste Formulário de Referência.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que o PILP da Companhia não contempla a outorga de opções de compra de ações, pois se baseia nas cotações das ações de nossa emissão para definir o valor em espécie a ser pago a título de incentivo a determinados diretores estatutários. Para maiores informações, vide itens 13.4 deste Formulário de Referência.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que o PILP da Companhia não contempla a outorga de opções de compra de ações, pois se baseia nas cotações das ações de nossa emissão para definir o valor em espécie a ser pago a título de incentivo a determinados diretores estatutários. Para maiores informações, vide itens 13.4 deste Formulário de Referência.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável. Vide itens 13.6 a 13.8 deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não patrocinávamos planos de previdência conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	3,00	3,00	2,33	8,75	6,00	0,00	0,00	1,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.702.087,32	2.616.746,61	689.581,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.123,08
Valor da menor remuneração(Reais)	1.238.313,77	1.154.136,44	319.387,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.123,08
Valor médio da remuneração(Reais)	2.730.115,94	2.083.869,53	850.499,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.123,08

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.
31/12/2013	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.
31/12/2012	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.

Conselho de Administração

31/12/2014	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015. Os membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração neste exercício social.
31/12/2013	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015. Os membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração neste exercício social.
31/12/2012	Não havia Conselho de Administração no exercício social de 2012.

Conselho Fiscal

31/12/2014	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015. O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2014.
31/12/2013	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015. Os membros do Conselho Fiscal renunciaram à remuneração nos meses do exercício de 2013 em que permaneceram no cargo.
31/12/2012	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº002/2015.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Até a data deste Formulário de Referência, não houve arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício de 2014

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal ⁽¹⁾</u>
Número de Membros	8,75	3,00	0,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	n/a	0,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	n/a	8.190.347,83	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	n/a	0,00	0,00
% da Remuneração total do órgão	n/a	0,00	0,00

(1) Conselho Fiscal não instalado.

Exercício de 2013

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal ⁽¹⁾</u>
Número de Membros	6,00	3,00	1,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	n/a	0,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	n/a	6.251.608,58	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	n/a	0,00	0,00
% da Remuneração total do órgão	n/a	0,00	0,00

(1) Conselho Fiscal não instalado.

Exercício de 2012

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de Membros	0,00	2,33	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	n/a	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	n/a	1.981.664,54	63.369,25
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	n/a	319.387,58	0,00
% da Remuneração total do órgão	n/a	16,1%	0,00

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do nosso Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, não há valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e de nossa Diretoria Não Estatutária ou de nosso Conselho Fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2015, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Previsão para 2015:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maió	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

Em 2014:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maió	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

Em 2013:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maió	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

Em 2012:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maió	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	28
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	2,33

13.16 - Outras informações relevantes**Conselho de Administração**

Previsão para 2015:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	11
Setembro	11
Outubro	11
Novembro	11
Dezembro	11
TOTAL	125
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	10,42

Em 2014:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	9
Maio	9
Junho	9
Julho	9
Agosto	9
Setembro	9
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
TOTAL	105
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	8,75

Em 2013:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	9
Junho	9
Julho	9
Agosto	9
Setembro	9
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
TOTAL	72
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	6,00

Em 2012:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
TOTAL	0
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	0,00

Conselho Fiscal

Previsão para 2015:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0

Em 2014:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0

13.16 - Outras informações relevantes

Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
TOTAL	0
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	0,00

Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
TOTAL	0
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	0,00

Em 2013:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
TOTAL	12
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	1,00

Em 2012:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	36
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	3,00

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados:

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores de nossa Companhia e nossas controladas nas datas indicadas:

			31/03/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Número	Total	de	1.284		1.049	833
Empregados				1.329		
Por grupos						
	<i>Administrativo</i>		139	140	104	105
	<i>Operacional</i>		1.145	1.189	945	728
Por localização geográfica						
	<i>Brasília⁽¹⁾</i>		351	362	304	242
	<i>Minas Gerais</i>		110	125	101	76
	<i>NE 1⁽²⁾</i>		105	99	67	58
	<i>NE 2⁽³⁾</i>		74	71	52	47
	<i>Paraná</i>		84	92	66	40
	<i>Rio de Janeiro⁽⁴⁾</i>		153	163	141	90
	<i>Rio Grande do Sul⁽⁵⁾</i>		134	144	120	88
	<i>São Paulo</i>		273	273	198	192

⁽¹⁾ Brasília: DF, GO, TO, RO, PA, AM, AP, AC, MT, MS e RO.

⁽²⁾ NE1: PE, AL, SE e BA.

⁽³⁾ NE2: PB, RN, CE, PI e MA

⁽⁴⁾ RJ: RJ e ES

⁽⁵⁾ Rio Grande do Sul: RS e SC

b) número de terceirizados:

Atualmente terceirizamos determinadas atividades que dão suporte à comercialização de seguros e atendimento a clientes via canal de televendas. Para tanto, possuímos dois contratos em vigor com os prestadores Backseg – Gestão de Documentos e Recebíveis Ltda. e BG&K Contact Center Ltda. Nos termos dos contratos celebrados, não há determinação específica da quantidade de prestadores terceirizados, não sendo possível prever com exatidão a quantidade necessária de prestadores para atender as demandas específicas dos referidos contratos.

Adicionalmente, possuímos serviços terceirizados de apoio prestados diariamente, como limpeza e manutenção, assistentes de recursos humanos e serviços advocatícios. Os referidos contratos são celebrados com tempo indeterminado de duração, podendo ser rescindidos a qualquer tempo mediante comunicação neste sentido formulada por nós. De forma similar aos contratos de serviços de televendas, não é possível prever contratualmente a quantidade de prestadores terceirizados necessários ao atendimento das respectivas demandas e serviços relacionados.

c) índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia nossos índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

2012			
ROTATIVIDADE	ATIVOS ¹	DESLIGADOS	ÍNDICE
TOTAL	864	441	51%
2013			
ROTATIVIDADE	ATIVOS ¹	DESLIGADOS	ÍNDICE
TOTAL	931	288	31%
2014			

14.1 - Descrição dos recursos humanos

ROTATIVIDADE	ATIVOS ¹	DESLIGADOS	ÍNDICE
TOTAL	1.174	330	28,1%
1º Trimestre de 2015			
ROTATIVIDADE	ATIVOS ¹	DESLIGADOS	ÍNDICE
TOTAL	1.283	97	7,56%

¹ Considera a média de colaboradores ativos dos períodos.

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas

Para informações relativas à exposição a passivos e contingências trabalhistas, ver as informações prestadas nas seções 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2015, experimentamos um aumento significativo do número de nossos empregados, de 54,1%, passando de 833 empregados em 31 de dezembro de 2012 para 1.284 empregados em 31 de março de 2015, sendo o referido aumento fruto do nosso crescimento orgânico e necessidade de adequar a nossa estrutura à expansão dos nossos negócios, em especial nossa força de vendas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A estratégia de remuneração dos nossos colaboradores busca reter os melhores profissionais, além de estimular a entrega de resultados individuais e coletivos. A política adotada tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização, visando o equilíbrio competitivo interno e externo das estruturas de cargos e salários, bem como do plano de benefícios. A remuneração é fixada com base no desempenho individual, assegurando a manutenção do poder aquisitivo dos colaboradores, em valores praticados no mercado. Para isto, contratamos os serviços de uma consultoria especializada para realização de pesquisa salarial.

A equipe de vendas tem sua remuneração mensal composta por salário fixo e variável, para que sejam recompensados pelo alcance das metas propostas, com a consequente manutenção da motivação para atingimento de resultados.

Todos os nossos empregados são elegíveis ao recebimento de uma remuneração relativa à participação em nossos resultados, a qual está diretamente relacionada ao cumprimento de metas estabelecidas por nossa Diretoria Executiva.

Para níveis gerenciais, considera-se também o alcance de metas individuais. O programa anual de participação nos lucros e resultados está de acordo com a legislação brasileira e aprovado pelos sindicatos da categoria.

b. Política de benefícios

Oferecemos um plano completo de benefícios, para que os nossos colaboradores tenham tranquilidade para exercer plenamente suas funções. Disponibilizamos plano de saúde, plano odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, seguro de vida em grupo, assistência funeral, auxílio creche e desconto em medicamentos.

Desde julho de 2014, oferecemos também o PAR PREV, Plano de Previdência Complementar oferecido por nós.

Por fim, oferecemos também um check-up médico anual aos nossos executivos, atendendo às necessidades específicas deste público.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos planos de remuneração baseados em ações para nossos empregados.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Nossos empregados são representados pelos sindicatos das localidades em que possuímos estabelecimentos. Acreditamos manter relações amistosas com todos os Sindicatos envolvidos, havendo negociações coletivas anuais entre nós e os sindicatos com êxito desde 2006. Até o presente momento nunca houve qualquer conflito significativo ou movimento paredista.

Por outro lado, somos representados pelo Sindicato dos Corretores de Seguros, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada no Distrito Federal - SINCOR-DF para o qual realizamos nossa contribuição patronal anualmente.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente. Relacionamos abaixo os sindicatos que representam os nossos funcionários nas negociações coletivas anuais, bem como nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria:

- Federação Nacional dos Securitários - FENESPIC
- Sindicato dos Securitários de Alagoas
- Sindicato dos Securitários do Amazonas
- Sindicato dos Securitários da Bahia
- Sindicato dos Securitários do Blumenau
- Sindicato dos Securitários do Distrito Federal
- Sindicato dos Securitários do Espírito Santo
- Sindicato dos Securitários de Florianópolis
- Sindicato dos Securitários de Fortaleza
- Sindicato dos Securitários de Goiás
- Sindicato dos Securitários de Joinville
- Sindicato dos Securitários do Maranhão
- Sindicato dos Securitários do Mato Grosso
- Sindicato dos Securitários do Mato Grosso Do Sul
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais
- Sindicato dos Securitários do Pará
- Sindicato dos Securitários da Paraíba
- Sindicato dos Securitários do Paraná
- Sindicato dos Securitários de Pernambuco
- Sindicato dos Securitários do Piauí

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)								
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %						
Algarve, LLC								
09.349.024/0001-25	Americana-DW	Sim	0	Sim	31/03/2015	28.143.682	17,600000%	17,600000%
Boxters LLC								
14.910.436/0001-22	Americana-DW	Sim	0	Não	31/03/2015	8.155.271	5,100000%	5,100000%
Évora Fundo de Investimento em Participações								
17.790.974/0001-19	Brasileira-SP	Sim	0	Sim	31/03/2015	5.836.616	3,650000%	3,650000%
Par Participações S.A.								
17.429.901/0001-04	Brasileira-DF	Sim	0	Sim	31/03/2015	41.575.893	26,000000%	26,000000%
Caixa Seguros Holding S.A.								
14.045.781/0001-45	Brasileira	Sim	0	Sim	31/03/2015	39.976.820	25,000000%	25,000000%
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE								
34.267.237/0001-55	Brasileira-DF	Sim	0	Sim	31/03/2015	34.140.205	21,350000%	21,350000%
OUTROS								
			0			2.078.795	1,300000%	1,300000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:								
			0			0	0,000000%	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	159.907.282	100,0000000%	0	0,0000000%	159.907.282	0,0000000%	159.907.282	100,0000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Algarve, LLC						
CPF/CNPJ acionista						
09.349.024/0001-25						
Almadena, Inc.						
	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	31/03/2015		
65.747.564	100,000000	0	0,000000	65.747.564	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
	0	0,000000	0	0	0,000000	0,000000
TOTAL	65.747.564	100,000000	0	0,000000	65.747.564	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Caixa Seguros Holding S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
14.045.781/0001-45						
Caixa Participações S.A.						
10.744.073/0001-41	Brasileira-DF	Sim	Sim	31/03/2015		
2.239.226	48,210000	0	0,000000	2.239.226	48,210000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
CNP Assurances S.A.						
05.714.603/0001-79	Francesa	Sim	Sim	31/03/2015		
2.357.203	50,749998	0	0,000000	2.357.203	50,749998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
48.306	1,040002	0	0,000000	48.306	1,040002	
TOTAL						
4.644.735	100,000000	0	0,000000	4.644.735	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
17.790.974/0001-19						
Évora Fundo de Investimento em Participações						
Évora Fundo de Investimento Multimercado						
03.317.692/0001-94	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2015		
10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
	0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL						
	10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Par Participações S.A.						
17.429.901/0001-04						
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE						
34.267.237/0001-55	Brasileira-DF	Não	Sim	31/03/2015		
111.565	22,029611	0	0,000000	111.565	22,029611	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
394.867	77,970389	0	0,000000	394.867	77,970389	
TOTAL	506.432	100,000000	0	506.432	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Boxters LLC						
				CPF/CNPJ acionista	14.910.436/0001-22	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
34.267.237/0001-55						
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE						
OUTROS						
27	100,000000	0	0,000000	27	100,000000	
TOTAL						
27	100,000000	0	0,000000	27	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Almadena, Inc.						
GP Holdings I, LLC						
	Americana-DW	Não	Sim	31/03/2015		
65.747.564	100,000000	0	0,000000	65.747.564	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
	0	0,000000	0	0	0,000000	0,000000
TOTAL	65.747.564	100,000000	0	65.747.564	100,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Caixa Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
10.744.073/0001-41						
Caixa Econômica Federal						
00.360.305/0001-04	Brasileira-DF	Não	Sim	31/03/2015		
2.500.000	100,000000	0	0,000000	2.500.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	2.500.000	100,000000	0	2.500.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CNP Assurances S.A.						
						05.714.603/0001-79
Caisse des Dépôts						
	Francesa	Não	Sim	31/03/2015		
280.616.540	40,869355	0	0,000000	280.616.540	40,869355	
Classe ação						
TOTAL	0		0,000000			
OUTROS						
406.301.937	59,130645	0	0,000000	406.301.937	59,130645	
TOTAL	686.918.477	100,000000	0	686.918.477	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Évora Fundo de Investimento Multimercado						
CPF/CNPJ acionista						
03.317.692/0001-94						
José Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano						
889.611.337-72	Brasileira	Não	Sim	31/03/2015		
10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
34.267.237/0001-55						
Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE						
OUTROS						
27	100,000000	0	0,000000	27	100,000000	
TOTAL						
27	100,000000	0	0,000000	27	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Caisse des Dépôts						
Governo Francês						
1	100,000000	Não	Sim	31/03/2015		
		0	0,000000	1		100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
GP Holdings I, LLC						
GP Investments Ltd.						
07.857.850/0001-50	Bermuda	Não	Sim	31/03/2015		
65.747.564	100,000000	0	0,000000	65.747.564	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	65.747.564	100,000000	0	65.747.564	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Caixa Econômica Federal				00.360.305/0001-04		
OUTROS						
1	100,000000	0	0,000000	1		100,000000
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
GP Investments Ltd.						
				07.857.850/0001-50		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000
Partners Holding, Inc.						
	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	31/03/2015		
34.424.288	100,000000	0	0,000000	34.424.288		100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
34.424.288	100,000000	0	0,000000	34.424.288		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista		
Governo Francês						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
				Composição capital social		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Partners Holding, Inc.						
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano						
086.323.078-43	Brasileiro	Não	Sim	31/03/2015		
9.881.375	28,700000	737.895	28,700000	10.619.270		28,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Fersen Lamas Lambranh						
667.308.057-49	Brasileiro	Não	Sim	31/03/2015		
9.881.375	28,700000	737.895	28,700000	10.619.270		28,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
14.661.538	42,600000	1.094.857	42,600000	15.756.395		42,600000
TOTAL	100,000000	2.570.647	100,000000	36.994.935		100,000000
34.424.288						

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/02/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	2

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 – Organograma dos acionistas

Para o organograma dos nossos acionistas, vide seção 8.2 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Possuímos três acordos de acionistas arquivados em nossa sede, sendo:

(i) o Acordo de Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A., datado de 2 de maio de 2013, conforme aditado e consolidado em 3 de outubro de 2014, celebrado entre Par Participações S.A. (“Par Participações”), Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (“FENAE”), a Caixa Seguros Holding S.A. (“Caixa Seguros Holding”), a Nisa Participações S.A. (“Nisa”), o Évora Fundo de Investimento em Participações (“Évora FIP” e, em conjunto com a Par Participações, a FENAE, a Caixa Seguros Holding e a Nisa, “Acionistas do Bloco de Controle”), Boxters LLC (“Boxters”) e Astúrias Fundo de Investimento em Participações (“Astúrias FIP” e, em conjunto com a Boxters, “Acionistas do Bloco B”), com a interveniência da nossa Companhia, da Algarve LLC e da Caixa Seguradora S.A. (“Acordo de Acionistas Original”);

(ii) Acordo de Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A., datado de 3 de outubro de 2014, celebrado entre os Acionistas do Bloco de Controle e os Acionistas do Bloco B, com interveniência da nossa Companhia, da Algarve LLC e da Caixa Seguradora S.A. (“Acordo de Acionistas Pós IPO”); e

(iii) o Acordo de Voto entre Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A., datado de 3 de outubro de 2014, celebrado entre Par Participações e Astúrias FIP (“Acordo de Voto”).

O Acordo de Acionistas Original acima mencionado perderá a vigência com a obtenção do registro, junto à CVM, da nossa oferta pública inicial de ações e divulgação do respectivo Anúncio de Início (“IPO”).

O Acordo de Acionistas Pós IPO possui sua eficácia condicionada à realização do IPO.

O Acordo de Voto encontra-se em vigor desde a data de sua assinatura.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Pós IPO e do Acordo de Voto estão descritos abaixo.

Acordo de Acionistas Pós IPO

a. partes

Par Participações, FENAE, Caixa Seguros Holding, Nisa, Évora FIP, Boxters e Astúrias FIP, com interveniência e anuência da nossa Companhia, da Algarve LLC e da Caixa Seguradora S.A.

b. data de celebração

3 de outubro de 2014.

c. prazo de vigência

25 (vinte e cinco) anos, contados de 3 de outubro de 2014.

d. descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas do Bloco de Controle obrigam-se a realizar, anteriormente a cada Assembleia Geral de nossa Companhia e de nossas coligadas, uma reunião prévia para formular e adotar um posicionamento unificado a ser manifestado pelas Acionistas do Bloco de Controle em tal Assembleia Geral. Desta forma, as Acionistas do Bloco de Controle concordaram e comprometeram-se a exercer os respectivos direitos de voto em cada Assembleia Geral como um bloco unificado, de acordo com as resoluções adotadas na respectiva reunião prévia que venha anteceder a referida Assembleia Geral, conforme os quóruns de aprovação em cada reunião prévia (“Reunião Prévia AG”).

Cada Acionista do Bloco de Controle terá direito a 01 (um) voto nas Reuniões Prévias AG, observado que (i) Par Participações e FENAE são consideradas para fins do Acordo de Acionistas como um único

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

acionista; e (ii) Nisa e Évora FIP são considerados para fins do Acordo de Acionistas como um único acionista.

O direito da Nisa e do Évora FIP a 01 (um) voto nas Reuniões Prévias AG será válido apenas durante o período de *Lock-Up* (conforme definido abaixo) a eles aplicável, expirado o qual Nisa e Évora FIP deixarão de integrar o Bloco de Controle e de participar das Reuniões Prévias AG, passando a ser consideradas “Acionistas do Bloco B”.

A aprovação das seguintes matérias depende do voto afirmativo de todas as Acionistas do Bloco de Controle:

- i) alteração do nosso Estatuto Social;
- ii) alteração na nossa estrutura, funções e no número de membros que compõem o nosso Conselho de Administração;
- iii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e, se for o caso, de seus suplentes;
- iv) aumento e/ou redução do capital, bem como resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento de ações da Companhia, observado o capital autorizado no nosso Estatuto Social;
- v) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações ordinárias por parte da nossa Companhia, observado o capital autorizado no nosso Estatuto Social;
- vi) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária ou consolidação de nossos negócios;
- vii) liquidação e dissolução, cessação do estado de liquidação incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes da nossa Companhia;
- viii) requerimento de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da nossa Companhia;
- ix) deliberação (a) pela distribuição de um dividendo inferior ou superior ao mínimo fixado no nosso Estatuto Social; ou (b) pela retenção da totalidade do nosso lucro;
- x) a instituição de plano de outorga de opção de compra de ações;
- xi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- xii) deliberar a saída da nossa Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; e
- xiii) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista no nosso Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

Não há regras sobre o exercício do direito de voto dos Acionistas do Bloco B.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Os Acionistas do Bloco de Controle se comprometeram a indicar membros do nosso Conselho de Administração nos seguintes termos: (i) enquanto a Par Participações estiver sujeita ao Lock-Up (conforme descrito no item “f” abaixo), a Par Participações terá o direito de indicar 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, mais 1 (um) conselheiro independente (conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, “Conselheiro Independente”) e seu respectivo suplente, (ii) enquanto a Caixa Seguros Holding estiver sujeita ao Lock-Up (conforme descrito no item “f” abaixo), a Caixa Seguros Holding terá o direito de indicar 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, mais 1 (um) Conselheiro Independente e seu

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

respectivo suplente, e (iii) enquanto a Nisa estiver sujeita ao Lock-Up (conforme descrito no item “f” abaixo) ou detiver ao menos 10,0% (dez por cento) do nosso capital social total e votante, a Nisa terá o direito de indicar 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

Uma vez expirado o Lock-Up aplicável à Caixa Seguros Holding e à Par Participações, enquanto Par Participações e Caixa Seguros Holding mantiverem, em conjunto, o nosso controle, os membros do Conselho de Administração da Companhia (e seus respectivos suplentes) indicados pela Par Participações e pela Caixa Seguros Holding continuarão a ser indicados nos termos previstos acima, ressalvado que caso, a qualquer momento após expirado o Lock-Up, as participações detidas por Par Participações e por Caixa Seguros Holding sejam alteradas, a regra de indicação dos conselheiros será a seguinte: (x) caso a participação acionária da Caixa Seguros Holding na Companhia se torne igual à participação detida pela Par Participações, a Caixa Seguros Holding terá o direito de indicar mais 1 (um) membro titular e respectivo suplente, de modo a ter o mesmo número de membros titulares e respectivos suplentes indicados pela Par Participações; e (y) caso a participação acionária da Par Participações na Companhia se torne inferior à participação detida pela Caixa Seguros Holding, a Caixa Seguros Holding terá o direito de indicar mais outro membro titular e respectivo suplente, de modo a ter 1 (um) membro titular e respectivo suplente a mais do que o número de membros indicados pela Par Participações.

O Presidente do nosso Conselho de Administração e de nossas coligadas, conforme o caso e se aplicável, será indicado pela Par Participações, enquanto o Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração e de nossas coligadas, conforme o caso, será indicado pela Caixa Seguros Holding.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Cada Acionista do Bloco de Controle se comprometeu a não alienar as ações de sua titularidade em descumprimento do respectivo Percentual Mínimo de Participação (conforme definido abaixo) do Acionista do Bloco de Controle, direta ou indiretamente, a qualquer Pessoa, pelos períodos descritos abaixo (“*Lock-Up*”):

- i) Caixa Seguros Holding estará sujeita ao *Lock-Up* até 14 de fevereiro de 2021;
- ii) a Par Participações e a FENAE, consideradas em conjunto, estarão sujeitas ao *Lock-Up* pelo prazo de 25 anos contados de 3 de outubro de 2014, sendo certo que, caso, após o término do *Lock-Up* da Caixa Seguros Holding, a parceria comercial existente entre Caixa Econômica Federal e Caixa Seguros Holding e suas subsidiárias deixe de existir por decurso de prazo, rescisão, rescisão, distrato e/ou não renovação, declaração de nulidade ou qualquer outro motivo, o *Lock-Up* da Par Participações deixará automaticamente de ser aplicável à Par Participações. Por outro lado, caso a parceria comercial existente entre Caixa Econômica Federal e Caixa Seguros Holding esteja em vigor na data em que se encerraria o *Lock-Up* da Par Participações e/ou FENAE, o *Lock-Up* será automaticamente prorrogado e vigorará enquanto vigorar a parceria comercial;
- iii) A Nisa estará sujeita ao *Lock-Up* referente a (i) 100% (cem por cento) do seu Percentual Mínimo de Participação do Acionista do Bloco de Controle até o término do período de 12 (doze) meses contados da data do IPO; e (ii) 50% (cinquenta por cento) do seu Percentual Mínimo de Participação do Acionista do Bloco de Controle até o término do período de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do IPO.

Para fins do Acordo de Acionistas, os Acionistas do Bloco de Controle se comprometeram a manter, após o IPO, pelo prazo do *Lock-Up*, os seguintes percentuais mínimos de participação (cada um, um “Percentual Mínimo de Participação”):

- a) Par Participações: 26,0% (vinte e seis por cento) do total de ações ordinárias de nossa emissão, observado que as participações de Par Participações e FENAE são consideradas em conjunto, como um único acionista;
- b) Caixa Seguros Holding: 25,0% (vinte e cinco por cento) do total de ações ordinárias de nossa emissão; e
- c) Nisa: 10,0% (dez por cento) do total de ações ordinárias de nossa emissão, observado que as

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

participações de Nisa e Évora FIP serão considerados em conjunto, como um único acionista.

Após o *Lock-Up* aplicável a cada Acionista, as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas poderão ser livremente alienadas a qualquer tempo pelo respectivo Acionista, desde que por meio de (i) uma transferência autorizada nos termos do Acordo de Acionistas ou (ii) uma alienação de Ações realizada em ambiente de bolsa de valores ou no âmbito de oferta pública de ações devidamente registrada perante a CVM, conforme aplicável.

Caso uma das Acionistas (“Acionista Ofertante”) deseje alienar ou transferir parte ou a totalidade das suas ações, por meio de transações que não estejam contempladas no parágrafo acima, deverá primeiramente comunicar, por escrito, à nossa Companhia e as outras Acionistas (“Acionistas Ofertadas”), especificando os termos do negócio, para fins de exercício do direito de preferência (“Direito de Preferência”).

O Direito de Preferência poderá ser exercido primeiramente pela nossa Companhia no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação, e após, caso a Companhia não o exerça ou rejeite a proposta, poderá ser exercido pelas Acionistas Ofertadas no prazo subsequente de 15 (quinze) dias. O exercício do Direito de Preferência deverá abranger a aquisição da totalidade, e não menos que a totalidade, das ações objeto da oferta vinculante.

Além do Direito de Preferência acima referido, na hipótese de alienação de ações de titularidade da Par Participações, exceto no caso de alienação de Ações realizada em ambiente de bolsa de valores ou mediante oferta pública de ações devidamente registrada na CVM, conforme seja aplicável, as demais Acionistas poderão exigir que a Par Participações aliene, juntamente com as ações ofertadas, as ações de propriedade das demais Acionistas, na mesma proporção das ações ofertadas pela Par Participações, em relação à totalidade das ações de titularidade da Par Participações, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições constantes da notificação.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Anteriormente a cada reunião do nosso Conselho de Administração e/ou do Conselho de Administração de nossas Coligadas, as Acionistas do Bloco de Controle realizarão uma reunião prévia para formular e adotar um posicionamento unificado a ser manifestado pelos membros do Conselho de Administração indicados pelas Acionistas do Bloco de Controle. As Acionistas do Bloco de Controle concordaram e comprometeram-se, ainda, a fazer com que os membros do Conselho de Administração (salvo por Conselheiros Independentes e o conselheiro indicado pela Nisa após o período de *Lock-Up* a ela aplicável, se for o caso) votem na Reunião do Conselho de Administração em conformidade com as resoluções adotadas na reunião prévia que venha anteceder a referida Reunião do Conselho de Administração (“Reunião Prévia CA”).

Cada Acionista do Bloco de Controle terá direito a 01 (um) voto nas Reuniões Prévias CA, observado que (i) Par Participações e FENAE são consideradas para fins do Acordo de Acionistas como um único acionista; e (ii) Nisa e Évora FIP são considerados para fins do Acordo de Acionistas como um único acionista.

O direito da Nisa e do Évora FIP a 01 (um) voto nas Reuniões Prévias CA será válido apenas durante o período de *Lock-Up* (conforme definido abaixo) a eles aplicável, expirado o qual Nisa e Évora FIP deixarão de integrar o Bloco de Controle e de participar das Reuniões Prévias CA, passando a ser consideradas “Acionistas do Bloco B”.

Caso qualquer membro do Conselho de Administração deixe de manifestar seu voto em consonância com o que foi aprovado em Reunião Prévia CA, a Acionista do Bloco de Controle que não o tiver indicado poderá apresentar reclamação formal a outra. Nesse caso, a parte que indicou o aludido Conselheiro deverá envidar seus melhores esforços para que tal membro do Conselho de Administração renuncie ao cargo e, caso tal renúncia não ocorra em até 10 (dez) dias úteis, as Acionistas do Bloco de Controle acordam que uma Assembleia Geral da Companhia deverá ser convocada para destituí-lo de tal cargo e, ato contínuo, eleger novo membro em sua substituição.

A aprovação das seguintes matérias dependem de voto afirmativo de todas as Acionistas do Bloco de Controle:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- i) a aprovação ou quaisquer modificações do nosso Orçamento e do nosso Plano Anual de Negócios;
- ii) definição das matérias a serem submetidas à assembleia geral de nossos acionistas, bem como convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando achar conveniente, Assembleia Geral Extraordinária;
- iii) a submissão à Assembleia Geral propostas para a destinação dos lucros, distribuição ou não dos dividendos da nossa Companhia e alterações ao nosso Estatuto Social;
- iv) a emissão de (A) ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, podendo ainda excluir (ou reduzir o prazo) do direito de preferência nas emissões de ações bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, nas hipóteses permitidas pela Lei nº 6.404/76 e nos termos e limites autorizados pelo nosso Estatuto Social; e (B) outros títulos ou valores mobiliários, incluindo debêntures não conversíveis em ações, bem como emissões para a captação de recursos, tais como *notes*, *commercial papers*, *bonds* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão, colocação, distribuição e resgate;
- v) a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o nosso Conselho de Administração na nossa administração, com objetivos e funções definidos;
- vi) a celebração de quaisquer contratos, a assunção de quaisquer obrigações e o endividamento em valores superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), seja em uma única transação, um único cliente ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no nosso Plano Anual de Negócios, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- vii) a celebração e aditamento de qualquer contrato, a realização de negócio ou operação entre nós e/ou qualquer de nossa coligadas e/ou subsidiárias de um lado, e qualquer das Acionistas e/ou suas afiliadas, de outro, em valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), seja em uma única transação, uma mesma afiliada, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no nosso Plano Anual de Negócios, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- viii) a aquisição, alienação ou oneração de bens do nosso ativo não circulante, direta ou indiretamente, em valores superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais), seja em uma única transação, uma mesma Pessoa, ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses, desde que a transação não esteja detalhada no Orçamento ou no nosso Plano Anual de Negócios, observado que o valor acima disposto será corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA;
- ix) a concessão de avais, fianças ou quaisquer outras garantias em relação a obrigações de terceiros, que não entre nós e/ou nossas coligadas e/ou nossas subsidiárias, conforme o caso;
- x) a alteração das práticas contábeis adotadas por nós, de modo a garantir que sejam mantidas e observadas as melhores práticas contábeis de acordo com a legislação brasileira aplicável;
- xi) a definição da política para a realização de nossas aplicações financeiras;
- xii) a realização de investimentos fora do nosso ramo de atividade principal de atuação;
- xiii) a constituição de qualquer subsidiária ou controlada, aquisição, alienação ou oneração, a qualquer título, de participação no capital social de outras sociedades e o exercício do direito de voto como sócia, quotista ou acionista das referidas sociedades;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- xiv) deliberar sobre quaisquer associações, bem como aprovar a nossa participação em outras companhias, em consórcios e semelhantes, e em acordos de acionistas;
- xv) a destituição dos nossos Diretores;
- xvi) deliberar sobre quaisquer alterações na remuneração dos nossos Diretores;
- xvii) abrir, manter e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e exterior;
- xviii) de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, a outorga de opções de compra de ações aos nossos administradores e empregados;
- xix) deliberar sobre a aquisição de ações de nossa emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- xx) a seleção e aprovação dos assessores e do banco de investimento que auxiliarão na oferta pública de ações de nossa emissão;
- xxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (A) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (B) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (C) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação a nós; (D) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxii) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das nossas ações nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e
- xxiii) a definição de como os nossos administradores, de nossas coligadas e/ou subsidiárias, devem votar as matérias de mesmo teor das enumeradas no item “d” acima e neste item “g”, conforme aplicável, nas assembleias gerais de acionistas ou reuniões de sócios, conforme for o caso, das sociedades em que formos acionistas ou sócios, direta ou indiretamente.

A aprovação das seguintes matérias dependem de voto afirmativo da Par Participações e da Caixa Seguros Holding:

- i) a escolha dos nossos auditores independentes e de nossas coligadas, os quais deverão ser escolhidos dentre Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e PricewaterhouseCoopers;
- ii) a definição de como os nossos administradores, de nossas coligadas e/ou subsidiárias, devem votar as matérias de mesmo teor das enumeradas neste parágrafo e que não estejam sujeitas ao voto favorável de todas as Acionistas do Bloco de Controle no âmbito da nossa Companhia, conforme descrito acima, nas assembleias gerais de acionistas ou reuniões de sócios, conforme for o caso, das sociedades em que formos acionistas ou sócios, direta ou indiretamente;
- iii) nomeação dos nossos Diretores e de nossas coligadas, ressalvado que, enquanto a Nisa fizer parte do Bloco de Controle, a nomeação ou a não recondução da atual Diretoria da Companhia e de suas Coligadas dependem de voto afirmativo da Nisa; e
- iv) intermediação ou comercialização de produtos de sociedades que não sejam controladas pela Caixa Seguros Holding, em outros canais de distribuição, fora da rede de distribuição da Caixa.

Adicionalmente, o Acordo de Acionista Pós IPO regula também nosso relacionamento comercial com a Caixa Seguros. Para mais informações sobre esse relacionamento, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**Acordo de Voto****a. partes**

Par Participações e Astúrias FIP.

b. data de celebração

3 de outubro de 2014.

c. prazo de vigência

3 (três) anos, contados da data de celebração, vinculando: (i) a Par Participações enquanto detiver o direito de indicar pelo menos 1 (um) Conselheiro Independente da Companhia; e (ii) o Astúrias FIP enquanto este for titular de, pelo menos, 1 (uma) ação de nossa emissão.

d. descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Nos termos do Acordo de Acionistas, a Par Participações tem o direito de indicar 1 (um) Conselheiro Independente (conforme descrito acima) para o nosso Conselho de Administração, por meio de Reunião Prévia AG realizada em preparação para assembleia geral de nossos acionistas que for convocada para eleger os Conselheiros de Administração (“Reunião Prévia do Bloco de Controle”). Anteriormente a cada Reunião Prévia do Bloco de Controle que for convocada para indicação de membros do nosso Conselho de Administração, a Par Participações e o Astúrias FIP realizarão uma reunião prévia (“Reunião Prévia do Acordo de Voto”), na qual o Astúrias FIP apresentará uma lista de até 2 (duas) pessoas, que deverão preencher os requisitos de independência, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, dentre as quais a Par Participações escolherá 1 (uma) para ser indicada por ela como seu candidato a Conselheiro Independente na respectiva Reunião Prévia dos Acionistas do Bloco de Controle.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 2015:

Até a data deste Formulário de Referência não houve alteração substancial nas participações do nosso grupo de controle e nossos administradores.

Em 2014:

A Par Participações alienou 100.000 ações ordinárias de nossa emissão para sua controladora, a Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (“FENAE”), representativas de 25,0% do nosso capital social. Após a referida transferência a Par Participações passou a deter o correspondente a 26,0% do total de ações de nossa emissão.

A Caixa Seguros Holding S.A. incorporou a CSP Participações Ltda., passando a ser titular direta de 100.000 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de 25,0% do nosso capital social. A Caixa Seguros Holding S.A. era uma sociedade sob controle comum em relação à CSP Participações Ltda.

A FENAE alienou ao Évora Fundo de Investimento em Participações (“Évora FIP”) ações representativas de 3,65% de nosso capital social. Após a transferência, a FENAE passou a deter o correspondente a 21,35% do total de ações de nossa emissão e o Évora FIP passou a integrar o bloco de controle da nossa Companhia, por meio da celebração do acordo de acionistas descrito detalhadamente no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Nós incorporamos a Nisa Participações S.A. (“Nisa”), nossa acionista controladora. Em razão da incorporação, a Algarve LLC, então controladora da Nisa, passou a ser titular diretamente de 28.143.682 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de 17,6% do nosso capital social. Para mais informações sobre a incorporação vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

Em 2013:

A Boxters LLC transferiu, em 20 de dezembro de 2013, o correspondente a 18,9% (dezoito vírgula nove por cento) do total de ações de nossa emissão, para a Nisa Participações S.A. Referida cessão foi expressamente autorizada pelos demais acionistas e, após a transferência realizada, a Boxters LLC passou a deter o correspondente a 5,1% (cinco vírgula um por cento) do total de ações de nossa emissão.

A transferência para a Nisa culminou com o ingresso da Nisa no nosso quadro de acionistas e com a adesão formal e incondicional aos termos do Acordo de Acionistas.

Em 2012:

Em 2012, os atuais acionistas CSP Participações Ltda. e Boxters LLC ingressaram na condição de nossos acionistas indiretos (e, posteriormente diretos, em razão de reorganização societária), na data de 08 de outubro de 2012, em razão da (i) subscrição de ações de nossa emissão pelos novos acionistas; e (ii) cessão e transferência de ações detidas pela Par Participações S.A. para a CSP Participações Ltda. e Boxters Participações Ltda.

O ingresso das referidas sociedades na condição de nossos acionistas resultou na diminuição do percentual de participação da Par Participações S.A., a qual foi reduzida de 100% (cem por cento) para 51% (cinquenta e um por cento) do total de ações ordinárias e totais de nossa emissão.

Em 2011:

Em 2011, não houve alteração substancial nas participações do nosso grupo de controle e nossos administradores.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas em condições semelhantes àquelas que teriam sido obtidas se tais operações tivessem sido celebradas com terceiros.

Com o intuito de alinharmos-nos com as melhores práticas de governança corporativa e de promovermos maior transparência de nossas operações e maior afinamento com o interesse dos acionistas, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2015 a alteração do nosso Estatuto Social para incluir a previsão de um Comitê de Partes Relacionadas (“Comitê”). Na data deste Formulário de Referência, o Comitê ainda não havia sido instalado.

Em 8 de abril de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política”) que institui os procedimentos a serem observados por nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, diretores, funcionários, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, em transações com partes relacionadas, com o objetivo de promover a transparência do processo de aprovação de transações com partes relacionadas perante os nossos acionistas, investidores e ao mercado em geral, bem como assegurar que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da nossa Companhia e de nossos acionistas e, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos da Política, o Comitê será composto por 3 (três) membros eleitos por maioria e com mandato definido pelo Conselho de Administração, sendo que, destes, pelo menos 01 (um) membro será independente, que será preferencialmente o membro do Conselho de Administração eleito por acionistas não controladores, e na sua ausência, um dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. Pelo menos 1 (um) dos integrantes do Comitê deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de finanças, contabilidade e/ou mercado brasileiro de seguridade.

Competirá ao Comitê, após sua instalação:

- (a) aprovar previamente, por unanimidade, a celebração de novos contratos ou novas transações, bem como aprovar eventuais revisões e rescisões de contratos existentes com partes relacionadas, que representem uma quantia superior a 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício da Companhia e que envolvam um valor total superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única transação ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (b) estabelecer, em relação às transações com partes relacionadas consideradas relevantes, que seja demonstrado neste item 16 do Formulário de Referência que as mesmas foram e permanecem firmadas em condições usuais praticadas pela nossa Companhia;
- (c) assegurar a divulgação, neste Formulário de Referência, dos termos e condições da Política, bem como da estrutura, objeto e atribuições do próprio Comitê; e
- (d) assegurar a divulgação da comunicação sobre transações entre partes relacionadas, nos termos do art. 30, inciso XXXIII, da Instrução CVM 480.

As disposições do Convênio de Parceria Operacional assinado entre nós, a Caixa Seguros Holding S.A. e suas subsidiárias operacionais, no dia 16 de janeiro de 2015, prevalecem à Política, de tal modo que eventuais alterações, aditamentos ou revisões já previstas no referido instrumento não competirão à análise deste Comitê de Partes Relacionadas. Para mais informações vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Caso a transação com Partes Relacionadas submetida ao Comitê não seja aprovada pela unanimidade dos seus membros, a manifestação do Comitê sobre o referido assunto deverá ser entendida como desfavorável, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final a respeito do assunto. Neste caso, a aprovação da referida transação pelo nosso Conselho de Administração somente poderá ocorrer caso

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

conte com o voto afirmativo da maioria dos membros independentes do Conselho de Administração, considerado, para fins de determinação da maioria, o membro do Conselho de Administração eleito por acionistas não controladores.

Sempre que uma transação com partes relacionadas estiver sujeita à apreciação e aprovação do Comitê nos termos da Política, seus membros deverão deliberar a respeito da referida transação de modo a assegurar que: (a) estejam dentro dos parâmetros estabelecidos pela Política; (b) sejam celebradas por escrito, especificando-se as suas principais características (indicação de preços, condições, custos, direitos, responsabilidades, etc.); (c) sejam realizadas a preços, prazos e taxas contratadas em condições estritamente comutativas ou conforme práticas anteriores da nossa Companhia e, conforme aplicável, com pagamento compensatório adequado, em linha com as normas aplicáveis e com as melhores práticas de governança corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito aos nossos interesses da Companhia, observado o estabelecido na Política; (d) tenha como um de seus objetivos a preservação do vínculo institucional de longo prazo da nossa Companhia e as partes relacionadas que figuram como suas principais parceiras de negócios; e (e) caso aplicável, sejam comunicadas ao mercado, nos termos do art. 30, inciso XXXIII, da Instrução CVM 480.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FPC Par Saúde Corretora de Seguros S.A.	26/08/2013	300.000,00	R\$269.932,55	R\$300.000,00	25/08/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
FPC Par Corretora de Seguros S.A. detém 40% das ações que compõe o capital social da FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.							
Objeto contrato							
Mútuo concedido pela FPC PAR Corretora de Seguros S.A. à FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., atualizado pela taxa SELIC.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Decurso do prazo ou vencimento antecipado.							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo para capital de giro.							
FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.	30/04/2013	800.000,00	R\$800.381,14	R\$800.000,00	15/05/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
FPC Par Corretora de Seguros S.A. detém 40% das ações que compõe o capital social da FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.							
Objeto contrato							
Mútuo concedido pela FPC PAR Corretora de Seguros S.A. à FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., atualizado pela taxa SELIC.							
Garantia e seguros							
Aval prestado pela RE Participações e Consultoria Ltda.							
Rescisão ou extinção							
Decurso do prazo ou vencimento antecipado.							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo para capital de giro.							
FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.	19/12/2012	1.000.000,00	R\$903.588,45	R\$1.000.000,00	20/06/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
FPC Par Corretora de Seguros S.A. detém 40% das ações que compõe o capital social da FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.							
Objeto contrato							
Mútuo concedido pela FPC PAR Corretora de Seguros S.A. à FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A. atualizado pela taxa SELIC.							
Garantia e seguros							
Aval prestado pela RE Participações e Consultoria Ltda.							
Rescisão ou extinção							
Decurso do prazo ou vencimento antecipado.							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo para capital de giro.							
FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.	10/07/2013	300.000,00	R\$273.333,26	R\$300.000,00	10/07/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
FPC Par Corretora de Seguros S.A. detém 40% das ações que compõe o capital social da FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A.							
Objeto contrato							
Mútuo concedido pela FPC PAR Corretora de Seguros S.A. à FPC PAR Saúde Corretora de Seguros S.A., atualizado pela taxa SELIC.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Caixa Econômica Federal	31/03/2015	85.128.727,63	R\$85.128.727,63	R\$85.128.727,63	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Caixa Econômica Federal	31/03/2015	7.045.089,68	R\$7.045.089,68	R\$7.045.089,68	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Caixa Seguradora S.A.	31/03/2015	15.499.702,50	R\$15.499.702,50	R\$15.499.702,50	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável. Todas as decisões inerentes aos nossos negócios são submetidas a prévia análise e deliberação por nossa Administração, conforme as competências estabelecidas em nosso Estatuto Social e os termos e condições da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência.

Nos termos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, é vedada a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da nossa Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na nossa Companhia.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar a seção 12 deste Formulário de Referência.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as operações e negócios celebrados entre nós e nossas Partes Relacionadas são realizadas no intuito de maximizar a nossa eficiência operacional e proporcionar melhorias gerenciais e de resultado para nós. Em todas as nossas operações desta natureza levamos em consideração o preço, prazo, capacidade técnica e encargos financeiros em condições de mercado.

Nosso Estatuto Social determina a prévia autorização de nosso Conselho de Administração em operações com partes relacionadas que ultrapassem o valor total de alçada R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), sendo consideravelmente inferior a alçada ordinária de negócios estabelecida em nosso Estatuto, o qual determina um valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

Adicionalmente, nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 8 de abril de 2015, determina que são vedadas transações com partes relacionadas que não onservem os seguintes requisitos de forma a prejudicar os interesses da nossa Companhia:

- (a) estejam dentro dos parâmetros estabelecidos na Política;
- (b) sejam celebradas por escrito, especificando-se as suas principais características (indicação de preços, condições, custos, direitos, responsabilidades, etc.);
- (c) sejam realizadas a preços, prazos e taxas contratadas em condições estritamente comutativas ou conforme práticas anteriores da nossa Companhia e, conforme aplicável, com pagamento compensatório adequado, em linha com as normas aplicáveis e com as melhores práticas de governança corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito aos interesses da nossa Companhia, observado o estabelecido na Política;
- (d) tenha como um de seus objetivos a preservação do vínculo institucional de longo prazo da Companhia e as Partes Relacionadas que figuram como suas principais parceiras de negócios; e
- (e) caso aplicável, sejam comunicadas ao mercado, nos termos do art. 30, inciso XXXIII, da Instrução CVM 480.

A análise da existência de condições comutativas nas transações com partes relacionadas deve considerar ainda o ambiente de negócios em que se encontra a nossa Companhia e a estabilidade das relações comerciais com nossos principais parceiros, analisando, em cada hipótese, se os reflexos da referida

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado
transação são capazes de gerar benefícios de longo prazo à nossa Companhia e nossos acionistas.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
10/12/2014	40.000.000,00	Integralizado	159.907.282	0	159.907.282
Tipo de capital	Capital Subscrito				
10/12/2014	40.000.000,00	Integralizado	159.907.282	0	159.907.282
Tipo de capital	Capital Integralizado				
10/12/2014	40.000.000,00		159.907.282	0	159.907.282
Tipo de capital	Capital Autorizado				
03/10/2014	1.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2012	AGE	26/04/2012	14.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
02/05/2013	AGE	02/05/2013	13.000.000,00	Subscrição particular	400.000	0	400.000	100,00000000	32,50	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Laudo de avaliação elaboradora por empresa especializada no contexto das incorporações da CST Participações Ltda. e Par Holding Corporativa S.A. pela nossa Companhia.										
Forma de integralização										
Integralização mediante versão integral do acervo líquido das companhias incorporadas ao nosso patrimônio líquido, os quais correspondem a R\$37.792.209,87 referente a Boxe Participações Ltda, R\$37.909.305,80 referente a CST Participações Ltda. e R\$82.242.424,71 referente a Par Holding Corporativa S.A. sendo, que desse montante a quantia de R\$13.000.000,00 foi destinada ao nosso capital social.										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)		Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)	
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais
Desdobramento				
10/12/2014	400.000	0	200.400.000	0
			400.000	
				200.400.000
				200.400.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/06/2012	30/06/2012	13.000.000,00	321.889	0	321.889	32,41000000	40,39

Forma de restituição

Bens. Foram restituídos determinados imóveis cuja soma consistiu o valor da redução.

Razão para redução

Segregação de determinados imóveis de nossa propriedade de utilidade não operacional.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 – Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas no item 17.1, esclarecemos que em 10 de dezembro de 2014 nossa Assembleia Geral Extraordinária deliberou o resgate, contra conta de reserva de capital e sem redução do nosso capital social, de 40.492.718 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão, as quais foram definitivamente retiradas de circulação (“Ações Resgatadas”), nos termos dos parágrafos 1º e 4º do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. As Ações Resgatadas foram debitadas de cada um dos acionistas na proporção que cada um detinha no nosso capital social. Foi dispensado o sorteio previsto no artigo 44, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) a proporção detida por cada um dos nossos acionistas em nosso capital social permanecerá inalterada após o resgate e a retirada de circulação das Ações Resgatadas; e (ii) o resgate foi aprovado por acionistas representando a totalidade do nosso capital social. Após o resgate das Ações Resgatadas, nosso capital social passou a ser dividido em 159.907.282 ações ordinárias.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo de 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de nossa liquidação. Ainda, qualquer um dos nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da nossa Companhia; (ii) redução do nosso dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do nosso objeto social; (iv) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; e (v) participação da nossa Companhia em um grupo de sociedades.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o Estatuto Social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A partir da data de publicação do anúncio de início de nossa primeira oferta pública primária e/ou secundária de ações de nossa emissão, a alienação do controle da nossa Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

A oferta pública de aquisição (“OPA”) acima descrita também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da nossa Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove tal informação.

Adicionalmente, aquele que adquirir o poder de controle da nossa companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com os acionistas controladores, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar uma OPA nos termos do nosso Estatuto Social; e (ii) pagar, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. A referida quantia deverá ser distribuída, entre todas as pessoas que venderam nossas ações nos pregões em que o adquirente do nosso controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Nosso Estatuto Social prevê ainda que, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, seja para que as nossas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja devido à reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, nossos acionistas controladores ou nós, conforme o caso, deverá(emos) realizar OPA de ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo valor econômico das nossas ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos da legislação vigente e abaixo disposto.

A apuração do valor econômico das nossas ações para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta será realizada por instituição escolhida pela Assembleia Geral dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice por nosso Conselho de Administração, observados os termos da legislação vigente. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico em questão deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na respectiva Assembleia Geral, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Na hipótese de não haver um acionista controlador, nos termos definidos no nosso Estatuto Social, caso seja aprovado em Assembleia Geral, a saída do Novo Mercado, seja em razão de registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas acima. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Ainda, a saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

do Novo Mercado, está condicionada à efetivação de OPA de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos acima descritos, observado que: (i) os acionistas controladores deverão efetivar a OPA de ações acima prevista; (ii) na hipótese de não haver um acionista controlador e a saída do Novo Mercado (a) decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a OPA de ações e (b) ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, devendo a referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA de ações.

O nosso Estatuto Social, em seu artigo 43 também prevê, que qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, investidor de outra natureza ou grupo de acionistas que (a) adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% do nosso capital social; (b) se torne titular de (i) outros direitos que possam resultar na aquisição de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de nossa emissão, ou (ii) derivativos que dêem direito a nossas ações representando 20% ou mais das nossas ações, deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e outros regulamentos da BM&FBOVESPA. Para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de nossa emissão, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, ou de eventual resgate ou reembolso de ações.

Nos termos previstos no Artigo 43 do nosso Estatuto Social, a OPA deverá ser:

- (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA;
- (iii) lançada pelo preço determinado nos termos do nosso Estatuto Social, que não poderá ser inferior ao maior valor entre (a) o valor econômico a ser apurado nos termos dispostos acima e observado o nosso Estatuto Social; (b) 150% do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição, devidamente atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE até o momento do pagamento; e (c) 150% da média ponderada da cotação unitária média das ações de nossa emissão durante o período de 90 dias de negociação anterior à data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) nos termos previstos acima, devendo ser considerada para tal, a data que ocorrer primeiro relativa à, incluindo, mas não se limitando: (a) celebração do contrato de aquisição; ou (b) formalização de instrumento que resultou na titularidade ; ou (c) liquidação da aquisição, quando esta tiver sido realizada em bolsa de valores sem a celebração de instrumento contratual; ou (d) divulgação, por parte da Companhia, de fato relevante ou comunicado a mercado a respeito da referida aquisição ou do evento acima referido; e
- (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de nossa emissão.

A realização da OPA de ações a ser realizada nos termos do artigo 43 do nosso Estatuto Social, não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, nós mesmos, formularmos uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Adicionalmente, a realização da OPA de ações a ser realizada nos termos do artigo 43 do nosso Estatuto Social, poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da OPA de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins do *quorum* de deliberação, conforme item (ii) acima.

Na hipótese de adquirente que tornar-se titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% do capital social, não cumprir com as obrigações impostas nos termos do nosso Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA de ações, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por nos nosso Estatuto Social, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

A realização da OPA de ações a ser realizada nos termos do artigo 43 do nosso Estatuto Social não se aplica:

- (i) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de nossa emissão em decorrência (a) da incorporação de outra sociedade por nós; (b) da incorporação de ações de outra sociedade por nós; (c) do cancelamento de ações em tesouraria; (d) do resgate de ações; (e) da subscrição de nossas ações, realizada em emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da nossa Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (f) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança; e
- (ii) aos acionistas ou grupo de acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de nossa emissão anteriormente ao registro na CVM da primeira distribuição pública de ações de nossa emissão.

Por fim, as regras para a realização da OPA de ações, nos termos do artigo 43 do nosso Estatuto Social, também deverão ser observadas nas hipóteses em que o percentual de 20% do total de ações ordinárias de nossa emissão seja atingido pelo adquirente mediante a realização de OPA de ações obrigatória, nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 361”) ou de qualquer outra norma que a substitua. A eventual diferença do preço unitário por ação apurada entre a OPA de ações realizada nos termos do artigo 43 do nosso Estatuto Social e a desempenhada nos termos da Instrução CVM 361 deverá ser paga em favor dos acionistas aceitantes da OPA de ações.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ação, que prevê que a Assembleia Geral de nossos acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou por nosso Estatuto Social, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Não obstante, essa suspensão não abrangerá o direito de fiscalização e solicitação de informações de nossos acionistas, nos termos do nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários de nossa emissão negociados em mercados de bolsa ou de balcão organizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de nossa emissão que não as ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de nossa emissão em processo de obtenção de registro para listagem no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que, não possuímos, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de nossa emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 – Outras informações relevantes

Com relação ao item 18.1 deste Formulário de Referência, especificamente quanto ao campo “Outras características relevantes”, seguem abaixo informações extraídas de nosso Estatuto Social e da legislação pertinente, no que tange a alienação do nosso poder de controle, bem como a obrigatoriedade da realização de oferta pública de aquisição de ações.

A alienação do poder de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do poder de controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e, a partir da data de publicação do anúncio de início de nossa primeira oferta pública primária e/ou secundária de ações de nossa emissão, no Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que, a partir da data de publicação do anúncio de início de nossa primeira oferta pública primária e/ou secundária de ações de nossa emissão, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, nosso acionista controlador ou nós, conforme o caso, deverá(emos) realizar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações sobre as hipóteses de realização obrigatória de oferta pública de aquisição de nossas ações, vide item 18.2 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais ou no exercício social corrente, qualquer plano para recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/03/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2013**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2012**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Saldo inicial	0	2.188.000,00	0,00
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	107.000	0,00	20,45
Saldo final	-107.000	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de encerramento do último exercício social não havia valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 14/08/2014

Cargo e/ou função Diretores, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal (caso instalado), Acionistas Controladores, Executivos e Empregados com acesso a informações relevantes.

Principais características

Em reunião de nosso Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2014, aprovamos nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Política de Negociação”), a qual, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM nº 358”), visa regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão (“Valores Mobiliários”), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação (“Pessoas Vinculadas”). Neste sentido, a nossa Política de Negociação estabelece (i) as regras para negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós (“Informações Privilegiadas”), em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociações com Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela nossa Companhia e Pessoas Vinculadas nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (a) sempre que tenham conhecimento de ato ou fato relevante relativo à nossa Companhia, conforme definido na Instrução CVM 358 (“Ato ou Fato Relevante”), até a sua divulgação ao mercado, (b) sempre que existir nossa intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão por nós mesmos, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da nossa Companhia; (e) em todos os períodos em que o Diretor Financeiro e Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do nosso presidente do nosso Conselho de Administração e (f) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão (“Períodos de Vedação”).

No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, nosso Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da referida política.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 20 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Possuímos uma política de divulgação de ato e fato relevantes (“Política de Divulgação”), elaborada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM nº 358”) e aprovada por nosso Conselho de Administração em 19 de março de 2015. Nossa política tem como objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público, conforme descritas no item 21.2 deste Formulário de Referência, abaixo.

Para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes em nossa Política de Divulgação sejam cumpridas, exigimos que cada um de nossos Conselheiros de Administração, Diretores Estatutários, acionistas controladores e quaisquer pessoas que em virtude do cargo, função ou posição que ocupe na nossa Companhia tenha acesso a informação relevante assinem um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade. Nos termos da referida Política de Divulgação, quaisquer pessoas vinculadas à referida política que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores, cabendo ao referido Diretor zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, de forma simultânea na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

Sempre que uma informação relevante envolver nossos parceiros comerciais, caberá ao nosso Diretor de Relações com Investidores a coordenação prévia com tais parceiros de forma que a informação relevante divulgada seja correta, completa e observe os princípios e objetivos estabelecidos na Política de Divulgação. Adicionalmente, nosso Diretor de Relações com Investidores deverá manter contato periódico com os nossos principais parceiros comerciais, de forma a enviar melhores esforços para que eventuais informações relevantes que forem divulgadas pelos referidos parceiros comerciais, no âmbito de seus próprios negócios, e que tenham impacto relevante sobre nós seja também divulgada simultaneamente por nós nas formas estabelecidas nesta Política de Divulgação.

Adicionalmente, possuímos um Código de Conduta Ética, cujos termos são apresentados a todos os nossos colaboradores que, ao final, se comprometem a observá-lo por meio da celebração de um termo de compromisso. Nosso Código de Conduta Ética prevê que: (i) todo colaborador deve tomar ciência da nossa Política de Divulgação; e (ii) o contato com a imprensa e ou veículos de comunicação é restrito aos colaboradores designados pela Diretora Estatutária como nossos porta-vozes. Caso qualquer colaborador seja procurado por algum jornalista ou veículo de comunicação deve procurar imediatamente nossa área de Comunicação Interna, sob pena de infração do nosso Código de Conduta Ética.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Nossa Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da nossa Companhia, de atos ou fatos relevantes, além de instituir elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser observados tanto por nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores quanto pelas demais pessoas vinculadas identificadas na Política de Divulgação.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição em nossa Companhia, nossa controladora, controladas ou coligadas tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do Termo de Adesão. Além dessas pessoas, toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados por nós (“Pessoa Vinculada”) estará sujeita às normas e procedimentos da Política de Divulgação.

Nossa Política de Divulgação prevê como regra geral a comunicação e divulgação simultânea à CVM, à BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, que deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento a seu respeito, conforme o caso, de modo claro e preciso e contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado ao público por meio de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize ao mercado, com acesso gratuito, a íntegra do ato ou fato relevante. O portal de notícias por nós utilizado para divulgação de ato e fato relevante é o www.portalneo1.net.

Além da divulgação no portal de notícias acima referido, o ato ou fato relevante também deverá ser divulgado na página eletrônica de Relações com Investidores da nossa Companhia (www.parcorretora.com.br/ri) e por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e, se for o caso, na página da BM&FBOVESPA, e demais entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores poderá determinar a divulgação adicional do ato e fato relevante por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela nossa Companhia, podendo tal publicação ser feita de forma resumida, desde que indique os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

Cumpra ao nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM, à BM&FBOVESPA, e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação ao mercado.

Como forma de garantir a manutenção do sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas, limitamos o contato com a imprensa e veículos de comunicação a poucos colaboradores designados pela nossa Diretoria Estatutária, os quais também são orientados a respeito da nossa Política de Divulgação e assinam o respectivo termo de adesão. As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar informação relevante, deverão contar com a presença do nosso Diretor Presidente, do nosso Diretor Executivo ou do nosso Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa indicada por este para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado previamente ao nosso Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar informação relevante, visando a que a eventual

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Nossa Política de Divulgação também impõe às Pessoas Vinculadas o dever de guardar sigilo absoluto acerca de atos e fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, nos termos da Política de Divulgação e da Instrução CVM 358, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Cabe a cada um dos Diretores Estatutários orientar seus subordinados para que, caso identifiquem a existência de informação relevante, a comuniquem imediatamente ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores que deverá definir o tratamento a ser dado a tal informação, orientando a todos os colaboradores que tiverem acesso a ela sobre as regras aplicáveis constantes na nossa Política de Divulgação e das consequências de seu descumprimento. Adicionalmente, as Pessoas Vinculadas se obrigaram a não discutir atos e fatos relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados a atos e fatos relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações, ou seja, aqueles que estejam envolvidos pelos motivos que ensejem a colocação dos valores mobiliários no mercado, bem como a organização para a devida prestação das informações ao público, sempre visando o fiel cumprimento das disposições da Instrução CVM 358 e da Política de Divulgação.

Os atos ou fatos relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se nossos acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em risco o nosso interesse legítimo. Caso a divulgação do ato ou fato relevante não divulgado ao público nos termos do item anterior escape ao controle, tornando-se de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento e/ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os acionistas controladores ou os administradores ficam obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, providenciar para que o referido ato e fato relevante seja imediatamente divulgado à CVM e, se for se o caso, à BM&FBOVESPA, e demais entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados. Neste caso, a Informação Relevante será realizada imediatamente, cabendo ao Diretor de Relações com Investidores avaliar a necessidade de solicitar às Bolsas de Valores a suspensão das negociações com os Valores Mobiliários até que a informação relevante seja disseminada.

Sempre que uma informação relevante deixar de ser divulgada nos termos da Política de Divulgação, o nosso Diretor de Relações com Investidores deverá averiguar, junto aos demais Diretores, todas as pessoas que possuem acesso à referida informação relevante, comunicando-as do dever de sigilo descrito na Política de Divulgação e mantendo registro de tal comunicação. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar os fatos relacionados à informação relevante não divulgada para determinar o melhor momento para sua divulgação tão logo tal divulgação deixe de representar risco a interesse legítimo da nossa Companhia ou na hipótese de oscilação atípica da cotação dos Valores Mobiliários descrita acima.

Em caso de quaisquer contatos com terceiros, relativos a assuntos que possam ser considerados relevantes, exigiremos dos mesmos a assinatura de termo de adesão à Política de Divulgação.

Pessoas Vinculadas que também sejam colaboradoras da Companhia estão sujeitas, em caso de violação das normas e procedimentos da Política de Divulgação às penalidades previstas no nosso Código de Conduta Ética, conforme avaliação da nossa Diretoria. Caso a Pessoa Vinculada em questão seja um Diretor ou membro de nossos comitês de assessoramento, a apreciação dos fatos ocorridos caberá ao nosso Conselho de Administração. Caso a Pessoa Vinculada em questão seja membro do nosso Conselho de Administração ou membro do nosso Conselho Fiscal, caberá aos demais membros do Conselho de Administração avaliar a necessidade de convocação de Assembleia Geral de Acionistas para apreciar o ocorrido, por meio de reunião do Conselho de Administração na qual o membro responsável pela violação ficará impedido de votar. Em todos os casos será garantido o direito de defesa.

Todas as Pessoas Vinculadas estão sujeitas a sanções administrativas, civis e penais, conforme aplicável, em razão do descumprimento das normas previstas na Política de Divulgação, devendo inclusive ressarcir a Companhia e/ou terceiros, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a nossa Companhia e/ou terceiros venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é Sr. João Domingos Martins Villas, nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante que nos envolva. Compete, ainda, ao nosso Financeiro e de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 21 deste Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 30 de junho de 2012, houve uma cisão com a finalidade de segregar determinados imóveis de nossa propriedade de utilidade não operacional, no valor de R\$13,0 milhões. Para mais informações sobre a operação vide itens 6.5 e 17.4.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve, nos últimos três exercício sociais ou no exercício social corrente, alterações significativas na forma de condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não havia, nos últimos três exercício sociais ou no exercício social corrente, contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas que não sejam diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 22 deste Formulário de Referência.